



Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval

Coleção: Estudos, Estudos 31

ISBN: 978-989-53942-8-9

Homepage: <https://livros.fcsh.unl.pt/iem>

Amélia Aguiar Andrade  ; Gonçalo Melo da Silva 

Editor

Edições IEM

<https://livros.fcsh.unl.pt/iem>

Direitos de Autor:

Edições IEM, 2023

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proident, sunt in culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum.



Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval

Coleção: Estudos, Estudos 31

ISBN: 978-989-53942-8-9

Homepage: <https://livros.fcsh.unl.pt/iem>

Amélia Aguiar Andrade  ; Gonçalo Melo da Silva 

Editor

Edições IEM

<https://livros.fcsh.unl.pt/iem>

Direitos de Autor:

Edições IEM, 2023

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proident, sunt in culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum.

CONSTRUIR E RECONSTRUIR NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

*Construction and Reconstruction
in Medieval Urban Europe*

Amélia Aguiar Andrade
Gonçalo Melo da Silva (eds.)



CONSTRUIR E RECONSTRUIR
NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

*Construction and Reconstruction
in Medieval Urban Europe*

CONSTRUIR E RECONSTRUIR
NA EUROPA MEDIEVAL

*Construction and Reconstruction
in Medieval Urban Europe*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
GONÇALO MELO DA SILVA
editores

Textos seleccionados das VII Jornadas Internacionais de Idade Média “Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval” (Castelo de Vide, de 7 a 9 de Outubro de 2022) e da Escola de Outono (Castelo de Vide, 5 e 6 de Outubro de 2022).

Arbitragem Científica:

Alicia Miguélez Cavero (Universidade Nova de Lisboa)	Jonathan Wilson (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Amélia Aguiar Andrade (Universidade Nova de Lisboa)	José Ramón Díaz de Durana (Universidade do País Vasco)
António Camões Gouveia (Universidade Nova de Lisboa)	Leslie Brubaker (Universidade de Birmingham)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilla)	Louis Sicking (Universidade de Leiden)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria)	Lúcia Rosas (Universidade do Porto)
Catarina Tente (Universidade Nova de Lisboa)	Manuel Castiñeiras (Universidade Autônoma de Barcelona)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)	Maria Alexandra Billota (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)	Maribel Fierro (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo. CSIC Madrid)
Eduardo Aznar (Universidade de La Laguna)	Mário Barroca (Universidade do Porto)
Eduardo Carrero Santamaría (Universidade Autônoma de Barcelona)	Mário Farelo (Universidade do Minho)
Fernando Branco Correia (Universidade de Évora)	Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)
Francisco García Fitz (Universidade de Extremadura)	Nuno Senos (Universidade Nova de Lisboa)
Gonçalo Melo da Silva (Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH)	Pere Verdés Pijuan (Institución Millan y Fontanals (CSIC)
Gregoria Cavero Domínguez (Universidade de León)	Rafael Sanchez Saus (Universidad de Cádiz)
Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa)	Rodrigo Dominguez (Universidade do Minho)
Inaki Martin Viso (Universidade de Salamanca)	Santiago Macías (Universidade Nova de Lisboa)
Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)	Sauro Gelichi (Universidade Ca'Foscari Venezia)
Jean Passini (EHESS-Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales)	Walter Rossa (Universidade de Coimbra)
Jean-Luc Fray (Universidade de Clermont Auvergne)	Wim Blockmans (Universidade de Leiden)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)	

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2020.

Título	Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval Construction and reconstruction in Medieval Urban Europe
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Imagem de capa	<i>Vita beatae Hedwigis</i> , Ms. Ludwig XI 7 (83.MN.126), fol. 56. J. Paul Getty Museum, Los Angeles.
Coleção	Estudos 31
ISBN	978-989-53942-8-9 (IEM) 978-972-9040-24-5 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco.
Revisão	Mariana Alves Pereira, Ricardo Cordeiro
Depósito legal	506528/23
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Nota de Abertura.....	11
-----------------------	----

António Pita

Construir, destruir e reconstruir na cidade da Europa medieval: um tema em continua renovação.....	13
--	----

Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva

PARTE I

Os rostos da construção: assalariados, mesteres e outros

Construction et reconstruction au Moyen Âge: métier ou activité?.....	23
---	----

Philippe Bernardi

Duarte Darmas: desenhador do rei e construtor da imagem do Portugal raiano	41
--	----

Santiago Macías

Contrôle et confiance: la figure du peintre sur les chantiers avignonnais à la fin du Moyen Âge	59
---	----

Camille Larraz

La figure du maître dans le milieu de la construction toulousaine au cours de la seconde moitié du XIV ^e siècle: l'apport de l'analyse terminologique	73
--	----

Clément Juarez

Os mesteirais na construção no início de Quinhentos: especialização e dependências no trabalho em estaleiros régios manuelinos.....	85
---	----

Arnaldo Sousa Melo, João Pontes

PARTE II

Abastecimento de matérias-primas de construção

La construcción en el reino medieval de Valencia: Formas de gestión, técnicas y sistemas de abastecimiento de un sector económico puntero	103
---	-----

Juan Vicente García Marsilla

Las balsas del Isar y su importancia para el desarrollo de la ciudad de Múnich bajomedieval.	135
---	-----

Lisa Walleit

Processos construtivos e seleção de matérias-primas, na Torres Novas Medieval: séculos XII a XV	155
<i>Marco Liberato, Helena Santos, Nuno Santos</i>	

PARTE III

O financiamento das obras

Financing and administering the construction of English cathedrals: a case study of Exeter and Norwich, c. 1300-1350.....	177
<i>Marie Jäcker</i>	

Financiar la catedral de Murcia: las disidencias por la gestión de las fábricas entre Orihuela y la Diócesis de Cartagena (ss. XIV-XV).....	193
<i>María José Cañizares Gómez</i>	

Uma «carga de trabalhos»: recursos e estratégias de financiamento das obras públicas na Lisboa medieval (séculos XIV-XV).....	209
<i>Catarina Rosa</i>	

«Traerá dello mucho prouecho a la dicha çibdad»: la reparación y financiación del puente de Suazo de Cádiz a finales de la Edad Media.....	225
<i>Daniel Ríos Toledano</i>	

PARTE IV

A construção e reconstrução no espaço urbano

Tuscany's minor centers: a complex history through the archaeology of architecture.....	243
<i>Giovanna Bianchi</i>	

Las huellas materiales del poder de los linajes en la configuración del espacio urbano bajomedieval: los indicadores arqueológicos de las villas vascas	265
<i>Belén Bengoetxea Rementeria</i>	

A casa urbana comum no Sul de Portugal, entre o Islam e a Cristandade	285
<i>Manuel Sílvio Alves Conde</i>	

PARTE V

Edifícios militares

Un chantier sous contraintes: gestion et économie de la construction de la forteresse de Salses à la veille du sac français (1503).....	307
<i>Sandrine Victor</i>	

Détruire pour protéger: les modifications urbanistiques liées à l'édification des enceintes médiévales..... 319

Philippe Jansen

El uso de las torres albarranas como solución de refuerzo de las murallas en la Castilla medieval, siglos XII al XIV: las murallas de Talavera y Escalona 337

José Miguel Remolina Seivane

The rebellion of Scanderbeg, the construction of Elbasan Castle and the Christian castle guards of Kastoria..... 361

Nuray Ocakli

La Porte du Croux: entretien à l'époque des ducs Valois de Bourgogne 381

Gaëtan Koenig

PARTE VI

Edifícios religiosos

A inserção urbanística das catedrais medievais portuguesas 413

Lúisa Trindade

The evolution of the cathedral of Siena between the 11th and 14th century: building sites, craftsmen, know-how..... 433

Marie-Ange Causarano

Construções, reconstruções e outras perceções dos edifícios nas paróquias de São Bartolomeu e de Santiago de Coimbra, à luz dos seus documentos necrológicos medievais 453

Maria Amélia Álvaro de Campos, Mariana Barreira, Gabriel M. Bonora

“O Repairamento do dito Moesteiro, que estava a ponto de sse vijnr a terra”: Notícias sobre a construção e a reconstrução dos edifícios monásticos das monjas cistercienses,em Portugal (sécs. XIII-XVI)..... 475

Luís Rêpas

The Mosque as a learning space in 11th century al-Andalus..... 503

Ana Miranda

Nota de Abertura

Com o presente livro chega-se assim ao sétimo volume produzido na sequência da realização das Jornadas Internacionais de Idade Média, as quais, desde 2016, têm vindo a acontecer, ininterruptamente, graças à dedicação, ao profissionalismo e ao obstinado empenho do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.

Importa, pois, desde logo reiterar o profundo reconhecimento do município de Castelo de Vide por receber este distinto privilégio de integrar este tão marcante projeto internacional de investigação e divulgação do conhecimento em torno das cidades medievais europeias.

Na verdade, olhando para o caminho percorrido ao longo dos últimos oito anos, e revisitando todos os livros já publicados, os múltiplos temas abordados e a qualidade dos investigadores participantes, é de todo impossível não sentir um genuíno sentimento de orgulho pela profícua parceria institucional que tanto tem contribuído para subsidiar o conhecimento da História Medieval Europeia.

Acresce ainda o facto de, para além destas Jornadas Internacionais e da Escolas de Outono que têm anualmente lugar em Castelo de Vide, a dita parceria ser reforçada com outros projetos culturais e de investigação complementares, situação que evidencia uma prática exemplar de cooperação alargada estabelecida entre uma Autarquia e uma Universidade.

Neste contexto, enalteço, por um lado, a abertura deste Estabelecimento de Ensino Superior (sediado na capital) ao exterior através da construção de pontes culturais e de conhecimento a territórios periféricos, felicito todos os professores intervenientes nestes processos verdadeiramente descentralizadores exortando-os para que prossigam e repliquem esta salutar prática de coesão territorial.

Por outro lado, quero igualmente reafirmar a perspetiva da instituição anfitriã que releva a firme convicção de que os custos de investimento intrínsecos à organização destes Encontros justificam-se pela certeza de que as experiências partilhadas, a proximidade dos “produtores de conhecimento” e da Universidade ao território à história local é uma relação absolutamente essencial para a produção de

conteúdos informativos e interpretativos validados cientificamente, e com os quais se poderá então partir para a construção de novas narrativas e de novas abordagens determinantes para a valorização da História do Lugar.

E porque tudo o atrás mencionado sai sempre reforçado quando se materializa em forma de livro, na medida em que permitirá ampliar o conhecimento no tempo e por múltiplos públicos, congratulo-me com mais esta edição que o ano 2022 dedicou a “Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval” e aguardo com enorme expectativa que “As Religiões na Europa Urbana Medieval” debatidas no corrente ano possam igualmente vir à luz do dia.

Muitos parabéns a todos, especialmente aos obreiros deste extraordinário projeto científico; e que sejam sempre bem-vindos a Castelo de Vide.

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Construir, destruir e reconstruir na cidade da Europa medieval: um tema em contínua renovação

*Amélia Aguiar Andrade¹
Gonçalo Melo da Silva²*

Em outubro de 2022, o Instituto de Estudos Medievais e a Câmara Municipal de Castelo de Vide, dando continuidade à frutuosa parceria que estabeleceram em 2015, promoveram a VII edição das *Jornadas Internacionais de Idade Média* em torno do tema *Construção e reconstrução na Europa urbana medieval*. As *Jornadas* foram precedidas pela *VI Escola de Outono em Estudos Medievais* para mestrandos e doutorandos que permitiu, uma vez mais, desenvolver uma atividade formativa fecunda, tendo os alunos usufruído de três importantes momentos para o seu desenvolvimento como investigadores. Antes de mais, as lições de especialistas de elevado mérito e experiência que glosaram temas diversos com os quais não apenas lhes foi transmitido conhecimento, mas também sugeridas novas problemáticas e metodologias. Os animados debates que se lhe seguiram abriram pistas de reflexão, suscitaram interrogações, proporcionando uma profícua troca de ideias entre investigadores em fases distintas do seu percurso. E, por fim, a apresentação dos temas que os estudantes estão a desenvolver nas suas dissertações e teses, em formato de poster comentado oralmente, permitiu-lhes recolher o escrutínio dos professores presentes na *Escola*, contribuindo para a melhoria dos seus projetos e da sua capacidade de os apresentar e discutir em público. Uma *Escola* que se desenvolve sempre em ambiente de grande proximidade e informalidade sem que a qualidade e a exigência deixem de estar presentes, até mesmo nas conversas que tiveram lugar nas pausas para café no Jardim ou, nos almoços comuns no Centro Municipal de Cultura.

As *Jornadas Internacionais de Idade Média* propuseram aos investigadores uma temática que se pretendia que tivesse um espaço de observação centrado na Europa cristã e islâmica, associando-o a um leque muito alargado e diversificado de subtemas que pudesse suscitar a participação de investigadores provenientes de áreas científicas diversas como a História, a Arqueologia, a História da Arte, a Literatura ou

¹ NOVA FCSH; IEM – NOVA FCSH.

² IEM – NOVA FCSH.

do Direito capazes de garantirem uma perspetiva pluridisciplinar sobre a construção e a reconstrução em contextos urbanos medievais e, uma reflexão sobre as problemáticas e metodologias mais frutuosas para o seu estudo. A panóplia de linhas temáticas sugeridas pretendia assegurar a apresentação de resultados de investigação sobre o edificado e seus ritmos de construção/destruição/reconstrução, os protagonistas da atividade construtiva, os financiadores e seus objetivos, o desenvolvimento e aplicação de tecnologias de construção, o simbolismo que adquire o edificado no tecido urbano e a conseqüente valorização da sua qualidade construtiva pela sociedade cidadina e/ou pelos poderes e ainda, sobre as representações disponíveis para os edifícios ou os conjuntos urbanos e sua valorização para a análise dos fenómenos construtivos medievais.

A resposta ao repto lançado pelos organizadores permitiu congregar vinte e cinco textos de trinta investigadores oriundos de Portugal, Espanha, França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Turquia, que integram a obra que agora aqui se apresenta a todos quantos se interessam pela cidade medieval. Partindo das curtas apresentações que o formato das *Jornadas* permite, beneficiaram dos comentários e achegas dos estimulantes debates que as diferentes sessões proporcionaram e ainda, dos contributos valorativos dos avaliadores responsáveis pela sua leitura crítica, num processo de dupla avaliação por pares que se aplica desde a primeira edição aos resultados das *Jornadas Internacionais de Idade Média*.

Tal como vem sendo habitual, a Península Ibérica – através dos seus reinos de Portugal, Castela e Aragão – está muito presente nesta obra. Outros estudos, ao centrarem a sua observação em Itália, na Alemanha, nos Balcãs e em Inglaterra, contribuem, sem dúvida, para uma perspetiva comparativa geograficamente mais alargada de alguns dos temas presentes nas diferentes sessões das *Jornadas*.

Registe-se com agrado a substancial presença de investigadores franceses no que é, sem dúvida, o corolário da dinâmica ampla, profunda e diversificada que a temática da construção adquiriu na medievística francesa em tempos mais recentes e que a tornam uma referência em contexto europeu, permitindo assim que este espaço de observação, central na Europa cristã, esteja presente em muitas das temáticas desta obra, quer através de investigadores consagrados quer de jovens em início de carreira.

Sem surpresa, porque os participantes nas *Jornadas* foram, na sua maioria, historiadores, a cronologia dominante da maioria dos trabalhos aqui reunidos centra-se no período final da Idade Média e, alguns mesmo, englobam ou centram-se nos inícios do século XVI. Uma constatação que, em parte, pode ser explicada por um maior volume e detalhe da documentação disponível, nomeadamente os registos contabilísticos, uma tipologia de fonte muito significativa para o estudo de temas como a mão de obra, os encomendadores, os materiais de construção e os utensílios e ainda capaz de revelar os ritmos e tempos das intervenções construtivas.

A diversidade dos âmbitos espaciais presentes permite também ao leitor refletir sobre tipologias documentais associadas à construção urbana, sobre a qualidade da informação registada e ainda, sobre as vicissitudes da sua conservação, estas últimas tão significativas para regiões ibéricas como é o caso de Portugal, onde as perdas de documentação de produção concelhia e notarial são limitadoras do escopo das investigações desenvolvidas e a desenvolver.

A obra agora disponibilizada ao público, organiza-se em seis secções – ***Os rostos da construção: assalariados, mesteres e outros; Abastecimento de matérias-primas de construção; O financiamento das obras; A construção e reconstrução no espaço urbano; Edifícios militares; Edifícios religiosos*** – que procuraram organizar os textos de forma coerente, numa estrutura que constitui uma proposta que pretende ainda ter presente a complexidade de algumas temáticas, o cruzamento de tipologias documentais diversificadas e, simultaneamente, valorizar as distintas metodologias e perspetivas de investigação desenvolvidas pelos autores. As três primeiras glosam os elementos estruturantes da construção medieval: a mão de obra, as matérias-primas e o financiamento. Enquanto a quarta secção permite uma reflexão sobre as vicissitudes dos ritmos e da dinâmica construção/reconstrução tão presentes na Idade Média, as duas últimas centram-se nas tipologias de edificado de maior impacto visual e simbólico na urbe medieval: os edifícios militares e os edifícios religiosos.

Na primeira secção, intitulada ***Os rostos da construção: assalariados, mesteres e outros***, agrupam-se os textos que, tomando como espaço de observação as cidades portuguesas e francesas nos séculos XIII a XVI, analisam e refletem sobre o perfil de quantos estavam ligados à atividade construtiva, como desenhadores, pintores, pedreiros, carpinteiros e outra mão-de-obra não especializada. Neste apartado os textos dos conferencistas convidados são especialmente incisivos para o enquadramento da temática e pelas sugestões de reflexão. Philippe Bernardi, no seu artigo *Construction et reconstruction au Moyen Âge: métier ou activité?*, reflete sobre a tensão entre as classificações historiográficas das diferentes categorias profissionais e os conceitos considerados pelos fautores dos registos documentais e pelos próprios profissionais, uma vez que a pluriatividade estava muito disseminada no mundo do trabalho medieval, gerando dinâmicas laborais muito variadas ao longo do tempo. Santiago Macías, por seu lado, em *Duarte Darmas: desenhador do rei e construtor da imagem do Portugal raiano*, retoma com um novo olhar uma fonte muito reproduzida – o *Livro das Fortaleza de Duarte de Armas* – propondo uma análise diacrónica que permite não só melhor interpretar as opções que Duarte de Armas seguiu na elaboração do seus desenhos mas também, guiar-nos na compreensão dos sistemas de representação utilizados e na descoberta, nas paisagens que hoje estão disponíveis, os elementos que entretanto as vicissitudes do tempo e dos homens destruíram ou alteraram significativamente, tendo como espaço de observação a raia alentejana.

O apartado *Abastecimento de matérias-primas de construção* integra três artigos que equacionam as questões ligadas às técnicas construtivas, ao transporte terrestre e/ou fluvial de matérias-primas utilizadas na construção como a madeira e a pedra, focando geografias distintas, desde Portugal ao Império, passando pelo reino de Valência. Entre os textos, destaca-se o de Juan Vicente Garcia Marsilla sobre o sector construtivo no reino de Valência nos finais da Idade Média. Partindo, em grande parte, da análise cruzada entre os edifícios mais importantes erigidos e as fontes contabilísticas conservadas, estuda as instituições promotoras das obras e os seus métodos de gestão, a mão-de-obra empregue e o seu saber técnico e níveis de especialização, sem esquecer as estratégias de abastecimento de matérias-primas. Estes elementos permitiram-lhe colocar em evidência, entre outros aspetos, o papel de uma cidade com a escala de Valência na organização de um sector económico de um reino e no desenvolvimento e controlo do artesanato em áreas rurais e nos salários praticados.

A secção denominada *O financiamento das obras* centra-se na análise da recolha e gestão dos recursos necessários para custear as despesas ligadas às operações de construção/reconstrução. Os autores centraram as suas reflexões sobre urbes inglesas e principalmente, sobre as ibéricas dos séculos XIV e XV, incidindo sobre construções de maior envergadura, tais como edifícios religiosos, pontes e outros equipamentos urbanos. As problemáticas abordadas contribuem para esclarecer questões como a aquisição de matérias-primas, o pagamento de salários, os processos de gestão e contabilidade aplicados, as relações de rivalidade e/ou cooperação entre diferentes poderes, como a Coroa, as instituições eclesiásticas e os concelhos, geralmente os mais frequentes promotores deste tipo de intervenções construtivas.

O quarto apartado intitulado *A construção e reconstrução no espaço urbano* reúne três estudos sobre a influência e a marca do edificado no desenho e evolução da paisagem citadina dos séculos XII a XV. Os autores concentraram o seu olhar em urbes e contextos do Sul europeu, desde Portugal à Toscana, passando pelo reino de Castela, focando-se, entre outros elementos, na habitação corrente, nas técnicas e materiais empregues e a sua transição entre contextos socioculturais distintos, como do Islão para a Cristandade. O texto de Giovanna Bianchi – *Tuscany's minor centers: a complex history through the archaeology of architecture* –, materializando uma já longa experiência da autora na área da Arqueologia da Arquitetura, revela-se especialmente sugestivo. Aí se colocam em evidência as potencialidades deste campo no estudo de núcleos urbanos medievais de pequena dimensão, menos documentados através dos registos escritos e detentores de certa importância a nível regional nos séculos XII e XIII. O texto permite reconstruir as sequências de ocupação em algumas localidades da região toscana de Maremma, os ciclos construtivos, as tipologias do edificado e a sua relação com os contextos históricos e estratégias de afirmação político-social de nobres, municípios e comunidades rurais.

A quinta secção, organiza-se em torno da temática dos *Edifícios militares*, reunindo os estudos sobre o ato de construir, destruir e reconstruir muralhas, castelos e fortalezas. Partindo dos exemplos localizados nos Balcãs e uma vez mais, do contexto francês, exploram-se entre outras perspectivas, a natureza dos promotores das obras, a organização do trabalho e o funcionamento do estaleiro construtivo e ainda a gestão dos recursos financeiros. Os textos aqui reunidos tiveram ainda em linha de conta aspetos como a relação dos habitantes do espaço urbano e as muralhas, nomeadamente a construção e destruição de edifícios situados próximo das cercas, e os perigos trazidos pela natureza, como os efeitos de cheias no desgaste das estruturas defensivas edificadas.

Encerra o volume a secção *Edifícios religiosos* que congrega os textos que versam sobre essas construções, tão frequentes e tão marcantes na paisagem urbana medieval. Tendo como espaço de observação predominante a Europa do Sul e uma cronologia que se estende entre os finais da Idade Média e o dealbar do século XVI, os estudos aqui reunidos exploram as distintas tipologias de espaços de culto cristão – como as sés, as igrejas paroquiais e os mosteiros – e, apenas num caso, uma mesquita. Os investigadores desenvolveram problemáticas relacionadas com a escolha do local para construir os templos religiosos e os outros edifícios que lhe podiam estar associados, refletindo ainda sobre a capacidade que estas construções adquiriram, pela sua monumentalidade e especificidade de funções, de funcionarem como pólos de atração e ordenação da ocupação humana em contextos urbanos. Glosam-se ainda temas como a maior ou menor experiência dos profissionais mais qualificados presentes nestes estaleiros construtivos e chamando-se a atenção para a importância dos legados pios que se instituíam a fim de garantir a manutenção e/ou reparação dos edifícios religiosos.

Uma vez organizado um volume com os textos que resultaram das *Jornadas Construir e reconstruir na Europa Urbana medieval*, os editores não podem deixar de sentir um misto de satisfação e de insatisfação. Satisfação pela qualidade e pertinência dos textos reunidos e pela certeza que vão constituir não apenas uma fonte de conhecimento, mas também um elemento suscitador de novas reflexões, sobretudo em questões como o âmbito de conceitos historiográficos que o estudo desta temática tem vindo a utilizar – mercado de trabalho, obra pública, ou as designações profissionais tão correntes como pedreiro, por exemplo – ou, a diversidade ou sintonia do léxico que a documentação decorrente das distintas línguas europeias e/ou em latim aplica a realidades associadas à atividade construtiva.

A insatisfação, por seu lado, resulta da constatação de que outros temas, outras cronologias, outros espaços podiam também ter estado presentes pois são tanto quanto estes, fundamentais para uma apreensão mais global e conectada da temática da construção/reconstrução na cidade medieval. Tal resultou por certo da

disponibilidade dos investigadores para responderem ao apelo de comunicações, mas também das orientações de investigação seguidas nas distintas historiografias europeias e nas conjunturas específicas das suas dinâmicas de trabalho.

Se a ausência da Escandinávia e a pouca relevância da Europa de Leste são já habituais e sempre lamentadas nestas *Jornadas*, no caso desta temática seria esperável que espaços não europeus associados às monarquias hispânicas a partir do século XV – África magrebina, costa ocidental africana e as ilhas atlânticas – estivessem presentes, pois a instalação dos poderes ibéricos foi acompanhada de decisivas e impressionantes marcas construtivas de grande valor material e simbólico.

Uma maior presença de estudos resultantes da investigação arqueológica teria trazido a estas *Jornadas* e conseqüentemente a esta obra não só a possibilidade de uma exploração de cronologias mais recuadas para as quais escasseiam as fontes escritas, mas também uma análise mais aprofundada sobre a aplicação das técnicas construtivas ou da (re)utilização de materiais que poderiam ampliar as conclusões disponibilizadas pela análise da documentação escrita. A História da Arte teria constituído um contributo inestimável para a reflexão sobre a construção de prestígio, a circulação de mestres e artífices ou, sobre as preocupações e objetivos das entidades e/ou indivíduos que a promoviam.

Num tema como a construção/reconstrução em que técnicas e os materiais construtivos adquirem grande protagonismo teria sido importante vizinhar com alguns outros ramos do saber mais afastados das Humanidades como a Geologia, a Botânica, ou os estudos de Ambiente, pois estes poderiam ajudar a compreender melhor a origem e natureza dos materiais utilizados, o impacto da sua extração/exploração sobre o ambiente, nomeadamente sobre a floresta e sobre as zonas mais próximas das cidades medievais.

* * *

Os editores pretendem deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que têm vindo a contribuir para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média*, *Escola de Outono* e publicação deste volume – uma referência para todos quantos investigam, estudam ou se interessam pela Idade Média e pela cidade medieval em particular. Na pessoa do seu Presidente, Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide a forma como, desde 2016 tem apoiado estas iniciativas demonstrando assim como a cultura pode ser um elemento fundamental na afirmação de uma comunidade tornando-a protagonista na produção de conhecimento que, partindo da cidade medieval permite entender melhor os centros históricos de origem

medieva dos centros urbanos portugueses e, sustentar de forma mais fundamentada, as importantes decisões que sobre eles urge implementar.

Através da Dr.^a Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que ao longo deste percurso de vários anos nos têm acompanhado, garantindo que nenhum pormenor é esquecido e que todas as dificuldades inesperadas se resolvem, sem que ninguém se aperceba. O seu profissionalismo e a sua dedicação constituem fatores fundamentais na construção das boas memórias que os participantes levam de Castelo de Vide.

Ao Instituto de Estudos Medievais, através das suas antigas e atual Diretoras, respetivamente, as Professoras Doutora Maria de Lurdes Rosa e Doutora Catarina Tente, agradecemos todo o apoio material, cada vez mais volumoso, à realização da *Escola de Outono* e das *Jornadas*.

O Marcel Paiva Monte, com o seu saber, rigor e bom gosto tem garantido o sucesso da linha gráfica de divulgação dos distintos eventos da *Semana Medieval*, bem como a conceção gráfica e paginação deste livro. A Mariana Pereira tem a capacidade de concretizar com um sorriso que parece tornar tudo fácil, as tarefas mais complicadas e inesperadas. O Ricardo Cordeiro é sempre uma presença atenta e eficaz durante o desenvolvimento da edição desta obra, bem como em todas as tarefas que a complexa logística destas atividades exige. A esta equipa sempre disponível e eficiente, o nosso obrigada.

Nunca são demais os agradecimentos a todos os participantes na *Escola de Outono* e nas *Jornadas Internacionais de Idade Média* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos dos textos que integram esta obra, pois são eles os protagonistas, não apenas desta publicação mas também deste fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que temos vindo a construir e que pretendemos que se caracterize pela qualidade e pela diversidade de perspetivas.

Aos habitantes de Castelo de Vide, pela simpatia no seu acolhimento a todos os participantes que não esmorece em cada ano que passa, o nosso Bem Hajam!

PARTE I

Os rostos da construção: assalariados, mesteres e outros

Construction et reconstruction au Moyen Âge: *métier ou activité?*

*Philippe Bernardi*¹

Résumé

Maçonnerie, taille de pierre, charpenterie, couverture... Ces diverses professions s'incarnent, grâce aux sources médiévales, dans des figures familières d'artisans. Ce sont les maçons dont les comptabilités de chantier listent les noms, ce sont les scieurs de long représentés courbés sur leur ouvrage, ce sont les tailleurs de pierre dont une réglementation fixe les droits et les devoirs... Et l'onomastique s'en mêle qui identifie une partie des gens par un nom de profession.

Pour une société salariale comme la nôtre quoi de plus normal que de se définir par sa profession et quoi de plus pratique pour l'historien que de classer les individus par catégories socio-professionnelles ? L'approche biographique met toutefois en évidence la diversité des activités auxquelles un individu peut se livrer de manière régulière et interroge la relative spécialisation dans laquelle nous enfermons nos sujets d'étude. Les notions même d'activités principale et secondaires ne se révèlent pas toujours satisfaisantes quand un maçon peut également être charretier, agriculteur ou hôtelier. Notre communication part du constat que le qualificatif professionnel donné ne suffit pas à définir l'activité professionnelle d'une personne dans la société médiévale. À travers des études de cas de constructeurs actifs en Provence au XVe siècle, nous nous intéresserons aux identités multiples de celles-ci, cherchant à mieux cerner le sens des qualificatifs employés comme la place de la pluriactivité dans ce domaine.

Mots clés

Maçonnerie; Biographie; Provence; Pluriactivité; Métier.

¹ CNRS – LaMOP (UMR 8589).

Construction and reconstruction in the Middle Ages: trade or activity?

Abstract

Masonry, stonemasonry, carpentry, roofing... These various professions are embodied, thanks to medieval sources, in familiar figures of craftsmen. These are the masons whose names are listed in site accounts, the pitsawyers depicted bent over their work, the stonemasons whose rights and duties are laid down in regulations... And onomastics gets involved, identifying some of the people by the name of their profession.

For a wage-earning society such as ours, what could be more normal than to define oneself by one's profession and what could be more practical for the historian than to classify individuals by socio-professional categories? However, the biographical approach highlights the diversity of activities in which an individual may engage on a regular basis and questions the relative specialisation in which we confine our subjects of study. The very notions of primary and secondary activities are not always satisfactory when a bricklayer can also be a cart driver, a farmer or a hotelier. Our paper is based on the observation that the given professional qualifier is not sufficient to define the professional activity of a person in medieval society. Through case studies of builders active in Provence in the 15th century, we will look at their multiple identities, seeking to better define the meaning of the qualifiers used and the place of pluriactivity in this field.

Keywords

Masonry; Biography; Provence; Pluriactivity; Trade.

Construction et reconstruction ont été au centre de cette rencontre de Castelo de Vide, sous des formes diverses: envisagées sous l'angle de leur financement², de la nature des édifices bâtis³, de leur impact sur l'espace urbain⁴, des crises⁵, des matières premières⁶,

² Voir les contributions de Marie Jäcker, Daniel Ríos Toledano ou Catarina Rosa, dans le présent volume.

³ Voir, par exemple, les contributions de Nuray Ocakli, de Gaëtan Koenig, de Philippe Jansen, de Sandrine Victor, de Luisa Trindade, d'Ana Miranda, de Luis Miguel Répas, de Begoña Pons Seguí ou de Marie-Ange Causarano.

⁴ Voir notamment les contributions de Maria do Carmo Ribeiro, d'António Pereira, Maria Amélia Álvaro de Campos et Gabriel Bonora.

⁵ Voir les contributions de José Miguel Remolina Seivane ou Belèn Bengoetxea Rementería.

⁶ Voir les contributions de Marco Liberato, Helena Santos et Nuno Santos ou de Lisa Walleit.

des formes prises par les chantiers⁷ avec, de manière plus ou moins appuyée, en premier ou en second plan, la figure des divers professionnels qui animent, portent, organisent la construction⁸.

Certains sortent parfois d'un anonymat auquel nous nous sommes accoutumés au point que nous sommes presque surpris de les voir prendre un peu de chair, de les surprendre sur un espace de temps qui dépasse la mention ponctuelle.

Jacques et Jean Maurin, à Toulouse; Duarte Darmas, au Portugal, et bien d'autres, s'animent un instant, au gré de dossiers particulièrement riches et grâce à l'attention méticuleuse qui leur est portée. L'échelle varie et du groupe socio-professionnel ou de la foule indistincte des «constructeurs» émergent des individus qui nous rappellent le caractère fondamentalement humain de la science qui nous occupe. La fréquentation des sources médiévales nous ramène sans cesse à cette incarnation du travail constructif: qu'il s'agisse des listes de noms enregistrées dans les comptes de chantier, de figures que le miniaturiste prête aux artisans d'un chantier plus ou moins idéal, ou de la trace plus ou moins volontaire laissée par le bâtisseur sur l'œuvre à laquelle il participe⁹.

Par un étrange mécanisme intellectuel, ces figures singulières viennent nourrir une vision générique du maçon, du charpentier, du couvreur ou du plâtrier – pour névoquer que ces quelques personnages. La représentation que nous nous faisons du chantier médiéval se trouve ainsi peuplée de personnages saisis dans les galeries de portraits que nous proposent nos sources et dont l'identité se construit pour partie autour d'un prénom, d'un nom (parfois) et d'un métier. La formule qui consiste – comme j'ai pu le faire moi-même – à évoquer une personne sous la forme "Héliou Lauvergnat, tailleur de pierre"¹⁰ est simple et relève pour nous, chercheurs du XXI^e siècle, d'une certaine évidence dans la mesure où dans l'Europe occidentale de l'après-guerre la pratique d'une seule activité professionnelle s'est imposée comme une norme culturelle, dans un contexte de pénurie de main d'œuvre où le souci

⁷ Voir les contributions de Clément Juarez ou de Camille Larraz.

⁸ Voir les contributions de Manuel Silvio Alves Conde ou d'Arnaldo Sousa Melo.

⁹ De nombreuses publications abordent cette question des marques lapidaires. Je me contenterai de renvoyer à l'article de synthèse ESQUIEU, Yves; HARTMANN-VIRNICH, Andreas; BAUD, Anne, et alii – "Les signes lapidaires dans la construction médiévale: études de cas et problèmes de méthode". *Bulletin Monumental*, tome 165, n° 4 (2007), pp. 331-358. Sur la signature elle-même, il convient de renvoyer à FRAENKEL, Béatrice – "La signature: du signe à l'acte". *Sociétés & représentations*, (2008/1) n° 25, pp. 13-23. Citons notamment le chapitre que Carles Sánchez Márquez consacre à «Firma y memoria epigráfica» dans sa thèse SÁNCHEZ MÁRQUEZ, Carles – *Bastir la catedral. Organización del taller, estatus y rol del artista en el arte medieval hispano (1000-1230)*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2017. PhD Thesis), ainsi que les travaux d'Émilie Mineo sur le sujet, à commencer par sa thèse (MINEO, Émilie – *L'artiste, l'écrit et le monument. Signatures épigraphiques en France au Moyen Âge central*. Poitiers: Université de Poitiers, 2016. PhD Thesis).

¹⁰ BERNARDI, Philippe – "Entre mobilités sociale et géographique: les pérégrinations d'un tailleur de pierre français dans la Provence du XV^e siècle". In DUBOIS, Jacques; GUILLOUËT, Jean-Marie; VAN DEN BOSSCHE, Benoît (dir.) – *Les transferts artistiques dans l'Europe gothique*. Paris: Picard, 2014, pp. 177-188.

majeur des employeurs était de fidéliser les salariés les plus qualifiés.

Le groupe professionnel est ainsi, pour les sociologues, “un ensemble de travailleurs exerçant une activité ayant le même nom, et par conséquent doté d’une visibilité sociale”¹¹ et dans le langage courant, la profession se présente comme “une activité rémunératrice exercée habituellement par quelqu’un”¹². Cette approche a l’avantage de permettre aux historiens le classement des individus par catégories socio-professionnelles et de raisonner sur la position sociale de ces groupes, comme sur la composition des sociétés étudiées. Elle semble confortée par l’usage même que font les sources médiévales de ces qualificatifs professionnels dans la désignation des personnes. L’importance des surnoms professionnels, dès le Moyen Âge, semble bien aller dans le sens de ce que l’on pourrait désigner comme une identité professionnelle¹³. Identité qui semble également portée par le développement – à partir du XIII^e siècle et surtout au XV^e siècle – d’institutions professionnelles désignées par l’historiographie comme des “corporations” : Institutions tendant parfois à formaliser l’accès à une profession et à délimiter un groupe.

Une institution professionnelle, comme l’a bien noté François Rivière¹⁴, est d’abord un ensemble de règles et ne correspond pas nécessairement à une communauté dans la mesure où elle peut s’appliquer à toute personne exerçant une activité dans une juridiction donnée. Cette nuance importante introduit une distinction notable entre le fait d’“être maçon” et de “faire le maçon”, par exemple.

Les travaux les plus récents sur les réglementations professionnelles invitent ainsi à reconsidérer notre notion de groupe professionnel et l’idée que nous nous faisons des métiers médiévaux – souvent considérés comme des institutions¹⁵. L’approche biographique met par ailleurs en évidence la diversité des activités auxquelles un individu peut se livrer de manière régulière et interroge la relative spécialisation dans laquelle nous enfermons nos sujets d’étude¹⁶.

¹¹ VEZINAT, Nadège – *Sociologie des groupes professionnels*. Paris: Armand Colin, 2016, p. 7.

¹² *Dictionnaire Hachette de la langue française*. Paris: Hachette, 1980.

¹³ Dans le bilan qu’elle dresse en fin du premier volume d’études d’anthroponymie médiévale (BOURIN, Monique – *Bilan de l’enquête: de la Picardie au Portugal, l’apparition du système anthroponymique à deux éléments et ses nuances régionales*. In *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne. Tome I* [en ligne]. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 1990 (généré le 18 avril 2023). Disponible sur Internet: <<http://books.openedition.org/pufr/16321>>. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16321>), Monique Bourin note ainsi (§ 47): “Une anthroponymie roturière, peut-être surtout urbaine, se dégage tardivement d’un moule commun; elle est fondée sur l’importance du sobriquet, pas toujours compris des contemporains quand il est déformé par l’usage, fonctionnant comme patronyme, pas comme surnom individuel, et du surnom issu d’une activité professionnelle, d’un métier”.

¹⁴ RIVIÈRE, François – *Travail et métiers en Normandie à la fin du Moyen Âge. Institutions professionnelles et régulation économique*. Paris: EHESS, 2017. PhD Thesis.

¹⁵ Outre les travaux de François Rivière, déjà évoqués, voir BERNARDI, Philippe; MAITTE, Corine; RIVIÈRE, François (eds.) – *Dans les règles du métier. Les acteurs des normes professionnelles au Moyen Âge et à l’époque moderne*. Palerme: New Digital Frontiers, 2020.

¹⁶ On en trouvera de bons exemples dans HARVEY, John H. – *Henry Yevele. C. 1320 to 1400. The life of an English Architect*. London: B. T. Batsford, 1944 ou VERNA, Catherine – *L’industrie au village. Essai*

Alors que la monoactivité se trouve mise à mal dans la société contemporaine sous l'effet des crises récentes, les notions d'activité principales et d'activités secondaires tentent de donner de la cohérence au modèle dominant. Il est également fait appel aux notions d'activité principale et d'activités annexes qui tendent toujours à recentrer en quelque sorte l'activité des personnes¹⁷.

Partant d'études de cas de constructeurs actifs dans la Provence de la fin du Moyen Âge, je voudrais, au terme dans le cadre de ces travaux consacrés à la Construction et reconstruction dans l'Europe urbaine médiévale, interroger l'évidence apparente de la figure du maçon, du charpentier ou du plâtrier médiéval. Il ne s'agit pas de chercher à proposer une meilleure définition de ces figures mais de revenir sur leur caractère quelque peu artificiel et de replacer, avec elles, la construction dans un monde productif médiéval complexe dont elle a, me semble-t-il, été trop souvent retranchée. La construction apparaît en effet, par sa démesure, comme un «monde à part», isolé du reste de la société, tout comme les chantiers actuels le sont du reste de la ville par de hautes clôtures.

Pour ce faire, il me semble important de repartir des mots, avant de s'intéresser à la diversité du milieu de la construction et de la reconstruction, et de constater son ouverture à d'autres domaines.

I. Qu'est-ce qu'un «maçon», «charpentier», «plâtriers»...?

Au moment de s'interroger sur la production de la mémoire royale, Jacques Le Goff, dans la biographie qu'il a consacrée à Saint Louis en 1996, pose de manière un peu provocante la question: "Saint Louis a-t-il existé ?"¹⁸. Il n'est pas dans le propos de cette courte intervention de prétendre déconstruire un mythe mais de s'intéresser, beaucoup plus modestement, aux sens que le qualificatif professionnel a pu prendre.

1. Qui parle (qui écrit)?

L'immense majorité des constructeurs médiévaux n'a pas laissé d'écrits directs dans lesquels une auto-désignation serait consignée¹⁹. C'est à des tiers qu'il revient le plus

de micro-histoire (Arles-sur-Tech, XIVe et XVe siècles). Paris: Les Belles Lettres, 2017. Voir aussi: LARDIN, Philippe – "La pluriactivité dans le port de Dieppe: Hôtes-vendeurs et guerre de course à la fin du Moyen Âge". *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest* 102/2 (2013), pp. 17-38; PFIRSCH, Thomas – "Artisans et pluriactivité. L'exemple de Dijon à la fin du Moyen Âge". *Histoire Urbaine* 6 (2002), pp. 5-22.

¹⁷ Thomas Pfirsch y recourt, par exemple, pour désigner la pratique de la viticulture par les artisans dijonnais, PFIRSCH, Thomas – "Artisans et pluriactivité..." p. 11.

¹⁸ LE GOFF, Jacques – *Saint-Louis*. Paris: Gallimard, 1996.

¹⁹ Le Bolognais Gaspare Nardi est, de ce point de vue, un contre-exemple rare. *Diario Bolognese di Gaspare Nadi*. Ed. Corrado Ricci et A. Bacchi Della Legga. Bologna: Presso Romagnoli dall'Acqua, 1886. Sur

souvent de qualifier les bâtisseurs. Des tiers qui agissent en fonction d'une mission particulière. Le scribe qui enregistre, en 1411, les dépenses relatives à la construction du clocher de la cathédrale d'Aix-en-Provence adopte une logique comptable quand il consigne le versement de 24 florins "à Gilet et à ses associés" (*Gileto et aliis suis sociis*)²⁰. Il n'y a pas d'objet précis pour le paiement mais l'indication portée en marge du texte (*lapicidis*) montre qu'il s'agit d'une somme due aux tailleurs de pierre et permet au comptable une identification rapide des salaires versés pour cette activité.

Ici, les individus s'effacent presque complètement devant leur fonction de tailleur de pierre. Seul le nom de l'un d'eux est noté: un certain Gilet, connu par ailleurs comme Gilet Chauret *lapicida et scissor petrarum*²¹, associé à au moins trois autres lapicides (Étienne Huguet, François Longin et Bérenger Cannet) *pro operando in dicto opere*²². Nous ignorons si Gilet et ses associés étaient des tailleurs de pierre à part entière, spécialisés, ne vivant que de la taille de pierre. Le compte ne s'en soucie pas. Il a sa logique propre qui est de classer les dépenses par poste, de montrer à quoi elles correspondent. C'est pourquoi le nom même des personnes peut, comme c'est souvent le cas dans ce type de texte, disparaître derrière le qualificatif professionnel. Les catégories peuvent alors être en nombre relativement réduit, de manière à ne pas multiplier les entrées ce qui conduit, par exemple, à faire disparaître la spécialité d'appareilleur derrière le terme générique de tailleur de pierre.

Notons qu'au-delà de la nature du texte la personnalité du scripteur peut aussi influencer. On le constate dans certains documents fiscaux qui suivant les années se révèlent plus ou moins précis quant à la qualité des contribuables²³. L'enquête biographique que j'ai pu mener sur un certain Barthélemy Guerci présent à Aix-en-Provence entre 1441 et 1479 montre par ailleurs que la perception qu'un notaire pouvait avoir du personnage variait en fonction de la plus ou moins grande intimité entretenue avec ce dernier²⁴.

Il apparaît ainsi que les notaires auxquels il ne s'adresse que pour passer des actes le qualifient le plus souvent de «maçon» dans leurs contrats tandis que ceux qui, tels les notaires Honnorat de Mari ou Vincent Féraud, sont ses voisins et font

ce document exceptionnel, voir KLAPISCH-ZUBER, Christiane – "El 'diario' del Albañil boloñés Gaspare Nadi (1418-1504)". *Anales de historia antigua, medieval y moderna* 34 (2001), pp. 65-74.

²⁰ Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône (AD13), 2 G 1843, fol 70v, 2^e semaine de février 1411.

²¹ AD13, 2 G 1843, fol 66.

²² AD13, 2 G 1843, fol 1.

²³ Voir WIRTH, Aude – "Les comptes des receveurs et leur intérêt pour l'histoire sociale: l'exemple de la Lorraine". In HANNE, Georges; JUDE DE LARIVIÈRE, Claire (dir.) – *Noms de métiers et catégories professionnelles*, Toulouse: Méridiennes, 2010, pp. 97-111.

²⁴ Les observations qui suivent sont issues d'un travail en cours et ont fait l'objet d'une première présentation dans BERNARDI, Philippe – "Pour une approche biographique des artisans". In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (dir.) – *História da construção: os construtores*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 229-237.

des affaires avec lui, ne l'enferment pas dans cette profession. L'un comme l'autre de ces notaires use de quatre qualificatifs professionnels différents dans les actes qu'ils passent pour Barthélemy Guerci.

— chez Vincent Féraud, où il passe 40 actes entre 1446 et 1478, il apparaît 10 fois comme terrassier, 8 fois comme maçon, 3 fois comme charretier, 1 fois comme brassier-affaneur et 4 fois sans indication de profession;

— chez Honorat de *Mari*, où il passe 50 actes entre 1443 et 1479, Barthélemy Guerci est donné 25 fois sans indication de profession, 4 fois comme maçon, une fois comme brassier-affaneur, une fois comme terrassier et une fois comme boueur (*fanguator*).

Ces différences ne s'expliquent pas par la nature des contrats passés car les qualificatifs ne sont pas nécessairement en rapport avec l'action envisagée dans l'acte passé, et leur usage est simultané. Il semble plutôt que chacun de ces notaires ait une vision (partielle et/ou partielle) du personnage. Ils lui reconnaissent des identités multiples et le fait qu'il puisse ne pas recevoir de qualificatif professionnel montre que ce que nous appelons la profession n'est pas un marqueur systématique et incontournable de l'identité de la personne.

Des tierces personnes peuvent reconnaître plusieurs identités professionnelles à une personne ou bien ne pas juger nécessaire de lui en donner une. Mais la personne elle-même: comment se présente-t-elle?

Certes, les constructeurs sont rarement scripteurs mais cela arrive quand même parfois. Prenons le cas, déjà évoqué d'Héliou Lauvergnat. Ce personnage originaire d'Argenton sur Creuse s'installe dans la ville d'Arles au milieu du XVe siècle. Il est en charge de l'achèvement du clocher de Sainte-Marthe de Tarascon, en 1470, de celui de la cathédrale d'Aix-en-Provence, en 1472, et de la collégiale Saint-Laurent de Salon-de-Provence, la même année. Il travaille au château de Tarascon en 1478 et aux remparts de la ville d'Arles en 1480. En bref, il est, dans le troisième quart du 15^e siècle, l'un des constructeurs les plus importants de Provence et devient même maître des œuvres du roi René en 1478.

Lui-même se désigne simplement comme "masson" comme nous le voyons dans une quittance qu'il rédige le 25 mars 1476²⁵:

"Soit manifest a toux presens et avenir que *je Helion Lauvergnat*, masson, confesse avoir heu et receu de Fouquet de Rodes, trezorier de la ville d'Erllle la somme de cinquante florins [...]" (**Fig. 1**).

²⁵ Arles, Archives municipales, CC 216, fol 9.

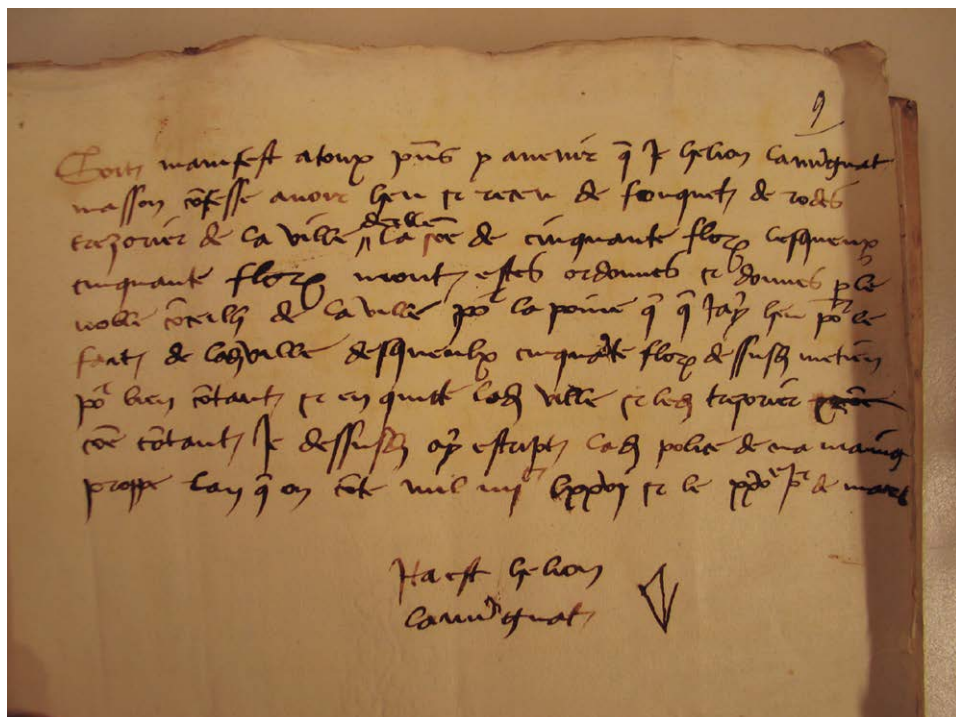


Fig. 1 – Quittance rédigée par Héliou Lauvergnat le 25 mars 1476.
Arles, Archives municipales, CC 216, fol. 9 (cliché Ph. Bernardi).

Le qualificatif semble un peu en-dessous de ce que l'on attendrait pour un personnage de cette importance. Que signifie exactement le fait d'être maçon pour une personne comme Héliou Lauvergnat? Aucune justification n'est donnée dans ce cas et la réponse, ou une partie de la réponse, est peut-être à rechercher ailleurs que dans la désignation stricte d'une occupation professionnelle.

Dans la Provence du 15^e siècle, en effet, se développe un mouvement confraternel qui voit la création de nombreuses confréries de métiers²⁶. Ces associations, dont le siège prend souvent place dans une église, ont une dimension pieuse et d'assistance mais elles tendent aussi à encadrer l'exercice d'un métier. Elles édictent pour ce faire des règlements ou statuts, homologués par les autorités municipales et comtales.

Ceux dont se dotèrent les «maçons, plâtriers et charpentiers» (peyriers, gipiers et fustiers) d'Aix-en-Provence, en 1463, nous sont parvenus²⁷. La vingtaine d'articles

²⁶ Voir notamment COULET, Noël – “Les confréries de métier à Aix au bas Moyen Âge”. In LAMBRECHTS, Pascale; SOSSON, Jean-Pierre (dir) – *Les métiers au Moyen Âge. Aspects économiques et sociaux*. Louvain-la-Neuve: Publications de l'Institut d'études médiévales, 1994, pp. 55-74.

²⁷ Ils ont été édités dans BERNARDI, Philippe – “Statuts inédits de la confrérie des maçons, plâtriers et charpentiers d'Aix-en-Provence (1450-1463)”. *Provence Historique* XLIX, fasc. 195-196, Mélanges N. Coulet (1999), pp. 93-104.

qu'ils comptent régler pour l'essentiel des questions relatives aux messes à suivre, à l'accompagnement des défunts et à l'administration interne de l'association. Sous le titre "De la paye de l'entrée", le quatrième article précise toutefois que "toute personne que se voudra faire maître desdits métiers et tenir boutique paiera à ladite confrérie, pour son entrée, un florin..." La somme n'est pas très importante, contrairement au fait que le versement de ce florin lie étroitement l'exercice de l'une de ces activités (ou "tenir boutique") à la qualité de maître et à l'appartenance à la confrérie. Cette réglementation, un temps contestée, a rapidement pour effet que plus aucun Juif ne soit chargé par contrat d'une construction et que, conjointement, les contrats de constructions ne soient plus passés que par des maîtres. La pratique de l'activité se restreint alors à un groupe de personnes qui, par ailleurs, entretiennent entre elles une forme d'assistance.

Ce qui se met en place est l'image d'une organisation professionnelle d'Ancien Régime, d'un «idiome corporatif»²⁸, allant de pair avec le droit exclusif d'exercice d'une activité, c'est-à-dire avec une division et une spécialisation croissantes du travail. Le fait de se revendiquer ou d'être désigné comme maçon, charpentier ou plâtrier évoque alors l'appartenance à un groupe social à une profession institutionnalisée.

Si l'on change d'échelle et que l'on revient au niveau micro-historique d'un Barthélemy Guerci, nous constatons qu'à partir de 1473, ce constructeur est de plus en plus fréquemment appelé "fontainier"²⁹. Les travaux qui lui sont confiés diffèrent toutefois peu de ceux accomplis jusque là, ce qui laisse à penser que, devant la confiscation de l'appellation de maçon par un groupe professionnel auquel il n'adhère pas, Guerci revendique une spécialité que l'on pourrait pour ainsi dire "libre de droits". Les canalisations et les fontaines qu'il réalisait en tant que maçon sont alors entreprises sous le statut de fontainier. La modification dans le mode de désignation de Guerci témoigne en creux du sens social dont le terme de maçon se charge alors à Aix. Encore faut-il noter que ce phénomène ne se retrouve pas partout et pour toutes les professions ce qui, à l'échelle d'une région, peut conduire à l'existence de plusieurs niveaux de lecture des qualificatifs professionnels.

Je suis passé rapidement sur les nuances sémantiques dont peuvent se charger les noms de métiers en fonction du type de source, du locuteur et des contextes considérés. Le maçon du comptable n'est peut-être pas exactement le même que celui du notaire; untel peut être maçon pour un notaire et pas pour un autre et, enfin, telle personne désignée comme maçon (ou charpentier ou plâtrier etc.) dans un certain contexte peut ne plus l'être dans un autre. Il faut encore ajouter à ceci les effets du recours à une terminologie qui n'a pas vocation à répondre aux aspirations

²⁸ SEWELL, William H. – *Gens de métier et révolution. Le langage du travail de l'Ancien Régime à 1848*. Paris: Aubier, 1983.

²⁹ Il reçoit ce qualificatif pour la première fois en mars 1473, AD13, 308 E 444, fol 576.

classificatoires des chercheurs du 21^e siècle et qui, de plus, évolue au cours des derniers siècles du Moyen Âge.

Qu'est-ce, par exemple, pour un scribe du 14^e ou du 15^e siècle qu'un charpentier?

Prenons l'exemple du mot fustier que l'on traduit un peu rapidement par charpentier mais qui, dans la Provence de la fin du Moyen Âge, peut être accolé à toute personne travaillant le bois: qu'il s'agisse de faire des charpentes, du mobilier, des tonneaux, des bateaux, toutes sortes de véhicules, de coffrages, ou d'outillage³⁰. On peut considérer qu'il s'agit d'une sorte de terme générique recouvrant tous ces sens, ce qui est sans doute vrai dans bien des cas. L'étude des réglementations professionnelles laisse toutefois à penser que, parfois, l'hégémonie de certaines appellations a pu aller de pair avec celle de certaines activités. Ainsi, les menuisiers ne se détachent-ils que lentement des fustiers pour créer leurs propres associations. Les mots même de *menusaria* et *menuserius* n'apparaissent pas à Aix-en-Provence avant les dernières décennies du 15^e siècle.

De même, nous observons que les fabricants de plâtre ne sémancipent que tardivement du groupe des plâtriers dont ils font partie. Et, là encore, nous pouvons suivre cette évolution à travers celle du vocabulaire et le recours à l'appellation de cuiseur ou faiseur de plâtre, employée dans les premières décennies du 16^e siècle³¹.

Sans parler des différences qui peuvent naître du succès plus ou moins grand rencontré dans la pratique d'une activité quelconque (qu'ont en commun les pratiques d'Héliou Lauvergnat et de Barthélemy Guerci?), il faut bien reconnaître que sous l'apparente unité des mots se cachent des réalités diverses qui font que, même en un lieu et à une date donnés, l'activité d'une personne appelée maçon, ou charpentier ou plâtrier peut se révéler très différente de celle de son collègue, pourtant désigné par le même qualificatif.

Ce qui, vu d'aujourd'hui, peut apparaître comme une imprécision du vocabulaire devrait sans doute être interrogé pour ce qu'il peut révéler de l'usage médiéval des qualificatifs professionnels. L'enquête pour nécessaire et passionnante qu'elle puisse être sort trop largement du cadre du présent exposé et impliquerait de déborder largement du domaine de la construction³².

³⁰ Au 19^e siècle encore le fustier est défini en Provence comme «Menuisier, charpentier, artisan qui travaille le gros bois; tonnelier»: HONNORAT, Simon-Jude – *Dictionnaire provençal-français ou dictionnaire de la langue d'oc ancienne et moderne, suivi d'un vocabulaire franco-provençal*. Digne: Repos, 1846-1847

³¹ Voir BERNARDI, Philippe – *Métiers du bâtiment et techniques de construction à Aix-en-Provence à la fin de l'époque gothique (1400-1550)*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1995, p. 74. Le phénomène n'est en rien limité à cette ville. Voir sur ce point la controverse entre charpentiers et menuisiers de Turin au 18^e siècle, étudiée dans ROLLA, Nicoletta – "L'origine et le métier. Le statut de l'Université des maîtres charpentiers de Turin en 1733". In BERNARDI, Philippe; MAITTE, Corine; RIVIÈRE, François (eds.) – *Dans les règles du métier. Les acteurs des normes professionnelles au Moyen Âge et à l'époque moderne*. Palerme: New Digital Frontiers, 2020, pp. 156-171.

³² De nombreux exemples attestent de cette porosité entre métiers voisins. Divers exemples dans BERNARDI, Philippe; MAITTE, Corine; RIVIÈRE, François (eds.) – *Dans les règles du métier...*

II. Les multiples facettes de la construction.

Le monde de la construction n'est en rien homogène puisqu'il réunit des activités très diverses qui vont du travail du bois à celui de la pierre en passant par le plâtre, la chaux, la terre cuite, voire le métal – pour ne citer que les principaux. Si, dans un chantier idéal, à chaque activité pourrait correspondre un spécialiste, il faut bien reconnaître que dans les faits et plus particulièrement dans les chantiers les plus courants d'entretien ou de reconstruction partielle, la division des tâches est beaucoup moins marquée. Les charpentes les plus simples peuvent être exécutées par les maçons qui montent les murs³³. La fabrication du plâtre ou de la chaux peut être prise en charge par ceux qui la mettent en œuvre. Certaines tailles de pierre ne nécessitent pas l'intervention d'un spécialiste... Ces pratiques à la limite du bricolage ne sont pas à minimiser et à négliger. Elles ne s'opposent pas nécessairement à l'acquisition de certaines spécialités mais engagent à considérer ces dernières comme une des facettes du savoir technique acquis par l'artisan. Tel compagnon fustier peut, par exemple, demander à son maître de lui enseigner la fabrication des buffets sans pour autant se destiner à ne produire que ce type de meuble³⁴.

Et l'on peut se demander si la polysémie des qualificatifs employés ne plonge pas ses racines dans l'ampleur du champ d'activité couvert par les artisans. La proximité de ce que nous considérons comme les différents métiers de la construction se lit également, pour la Provence, dans le fait qu'ils partagent la même confrérie.

Si le Livre des métiers d'Etienne Boileau ne fait pas état d'un regroupement si ample pour le Paris du 13^e siècle, il rassemble quand même maçons, tailleurs de pierre, plâtriers et morteliers sous un même *mestier*³⁵.

Le vocabulaire employé ne se présente pas lui-même comme une barrière très rigide entre les spécialités. Le texte des statuts de la confrérie d'Aix-en-Provence, déjà évoqué, fait ainsi mention, tour à tour, de la confrérie des tailleurs de pierre, des plâtriers et des charpentiers puis, quelques lignes plus loin, de la confrérie des maçons, des plâtriers et des charpentiers et des mestiers de maçonnerie, plâtrerie et charpenterie; confondant maçonnerie et taille de la pierre qui, pour nous, représentent des activités bien distinctes.

Le maître Hélon Lauvergnat qui, nous l'avons vu, se désigne lui-même comme maçon dans une quittance de 1476, se donne la qualité de tailleur de pierre (*lapicida*)

³³ Voir, par exemple, les considérations sur ce point dans CARCY, Pierre, SCELLÈS, Maurice – "Couvertures et charpentes dans le Midi de la France au Moyen Âge: les exemples de l'architecture civile". In *La maison au Moyen Âge dans le Midi de la France*. Toulouse: Société Archéologique du Midi de la France, 2002, pp. 203-228.

³⁴ Voir BERNARDI, Philippe – *Métiers du bâtiment...*, p. 82-83.

³⁵ LESPINASSE, René de; BONNARDOT, François (éd.) – *Les métiers et corporations de la ville de Paris : XIII^e siècle. Le livre des métiers d'Etienne Boileau*. Paris: Imprimerie nationale, 1879, pp. 88-92.

lorsqu'il rédige son testament le 7 avril 1470³⁶. Les activités sont, il est vrai, très proches puisqu'il s'agit toujours de travailler la pierre, mais utiliser la pierre de taille demande des compétences qui ne recouvrent pas exactement celles d'un maçon. Et l'on peut en trouver une sorte de confirmation dans le fait que Barthélemy Guerci n'est, lui, jamais désigné comme tailleur de pierre; la plupart des chantiers qui lui sont confiés ne comportant pas d'éléments en pierre de taille.

Il est, le plus souvent, jugé anodin qu'un maçon dispose d'un four à chaux ou d'une carrière, qu'un plâtrier cuise le gypse ou qu'un charpentier abatte des arbres sous prétexte que la personne intervient dans des activités annexes ou complémentaires. Maçons et tailleurs de pierre investissent effectivement souvent dans les carrières³⁷ ce qui leur permet de maîtriser l'ensemble de la chaîne de production et, pour des époques où la production des matières premières peut connaître d'importantes fluctuations allant jusqu'à des pénuries. C'est aussi l'assurance de ne pas manquer de matériaux de qualité et un plus dans un marché du travail concurrentiel. Le travail en carrière et la taille de pierre ou, à plus forte raison, la maçonnerie sont cependant considérées comme des activités différentes, des spécialités à part entière, tout comme la maçonnerie et la fabrication de la chaux. On constate ainsi que, sous couvert de complémentarité, la notion de monoactivité et le qualificatif professionnel peuvent subir quelques entorses.

La nature du matériau mis en œuvre ne dessine pas toujours des limites strictes à la polyvalence des constructeurs. Parmi les représentants de la confrérie des métiers du bâtiment d'Aix-en-Provence qui obtiennent, en 1475, la confirmation de leurs statuts se trouve, par exemple, un certain Jean Brun, désigné comme maître plâtrier et tailleur de pierre (*magister giperius et lapicida*)³⁸. La multiplicité des compétences professionnelles peut ainsi dépasser, à l'occasion, le cadre d'un simple opportunisme ou d'un bricolage pour être notoirement reconnu. Et l'étendue des compétences d'une personne ne se laisse pas forcément saisir à l'énoncé de sa seule identité. Bertold Vial est ainsi désigné comme maître charpentier de Manosque quand il prend en apprentissage le jeune Jean Spitalier, en 1472³⁹. Mais loin de se limiter à la charpenterie, la formation prévue par contrat recouvre "l'art de la charpenterie et de la taille de pierre". S'il est manifestement charpentier, Bertold Vial est aussi capable de travailler la pierre. Et après ce stage, sans doute en a-t-il été de même pour Jean Spitalier.

³⁶ AD13 404 E 162, fol 46v. L'acte commence par ces mots: *Ego Leo Alvernhassii lapicida civis et habitator de Arelate* [...].

³⁷ C'est le cas, entre autres, d'Henri Yevele, HARVEY, John H. – *Henry Yevele...*

³⁸ BERNARDI, Philippe – "Statuts inédits..."

³⁹ AD13, 359 E 17, fol 94v. Jean *Spitalieri*, du diocèse de Gap, se loue pour deux ans chez Bertold *Vialis*, maître dans l'*ars fustarie*. Mais le contrat précise que *magister Bertoldus promisit eumdem in dicta arte fustarie et peyrarie instruere*.

La monoactivité à travers laquelle nous cherchons à saisir les constructeurs est, on le voit, mise à mal dès que l'on se rapproche des pratiques individuelles. Peut-être est-ce plus dans ces pratiques conjointes, dans cette pluriactivité, que dans des échanges entre spécialistes qu'il faut voir l'origine des passerelles ou des influences notées, par exemple, entre le travail du bois et celui de la pierre⁴⁰.

Certains bâtisseurs, nous le voyons, peuvent avoir des identités professionnelles multiples. Les limiter au domaine de la construction tend à faire de ce secteur d'activité une sorte de lieu clos et à étendre la notion de monoactivité à l'ensemble de l'industrie constructive. Cela n'a pas grand sens car les constructeurs sont hommes de la cité sur laquelle, comme les chantiers, ils sont ouverts.

III. Le monde ouvert de la construction.

Je voudrais, dans cette dernière partie de mon exposé, concentrer mon propos sur un personnage que je ne prétends pas être représentatif d'une norme quelconque mais que je rapprocherai de cette "exception normale" dont la micro-histoire a montré toute la richesse⁴¹. Barthélemy Guerci puisque c'est de lui dont il s'agit, n'est pas une sorte d'idéal-type mais un personnage limite qui permet d'approcher des stratégies individuelles dont la représentativité exacte ne peut être mesurée mais qui s'inscrit dans des pratiques et des représentations collectives.

Ce Piémontais, arrivé en Provence au début des années 1440, apparaît pour la première fois dans la documentation réunie comme fournisseur de chaux: une activité qu'il conservera tout au long de sa vie. C'est, semble-t-il, par cette voie qu'il accède à la maçonnerie: d'abord comme associé de maçons déjà en place, puis de manière indépendante. Quelques années après son arrivée à Aix, dans le courant des années 1450, il développe un type particulier de caves dit "piémontais" qui lui permet de rencontrer un certain succès. Les affaires ne marchent pas trop mal, lui permettant de sous-traiter la maçonnerie de ces caves; lui-même se réservant la fourniture des matériaux, le creusement et l'évacuation des terres. Avec la mise en place de la confrérie des métiers du bâtiment, il voit le marché se fermer à lui l'obligeant à se rabattre sur des chantiers périphériques et à se concentrer sur les travaux hydrauliques, comme fontainier. Il meurt miséreux, à Aix, en 1479.

Ce résumé présente un caractère linéaire marqué par une ascension et une chute. Venu des annexes du métier notre maçon s'y fait un nom à travers le

⁴⁰ REVEYRON, Nicolas – "Influence de la charpenterie et rôle des charpentiers dans l'architecture de pierre à la fin du Moyen Âge à Lyon". *Bulletin Monumental*, tome 154, n°2 (1996), pp. 149-165.

⁴¹ GRENDI, Edoardo – "Micro-analisi e storia scoiale". *Quaderni storici*, XII, 35 (1977), pp. 506-520. Je reprends ici les termes de la traduction que Pierre Savy a donnée de cet article: GRENDI, Edoardo – "Micro-analyse et histoire sociale". *Écrire l'histoire* [En ligne], 3 (2009), mis en ligne le 01 juin 2012, consulté le 23 septembre 2020. URL: <http://journals.openedition.org/elh/944>; DOI: <https://doi.org/10.4000/elh.944>.

développement d'une spécialité mais s'en voit exclu peut-être du fait d'un parcours non orthodoxe qui n'est pas passé par l'apprentissage et la maîtrise, peut-être pour des raisons plus personnelles. C'est le résumé de la carrière de maçon de Barthélemy Guerci mais pas celui de son parcours professionnel.

Deux mois après sa première mention en ville comme fournisseur de chaux, Barthélemy Guerci monte un petit commerce de vin, en octobre 1443. Si l'affaire ne marche pas dans un premier temps, il poursuivra ce négoce une grande partie de sa vie à travers la location de plusieurs auberges. La première qu'il tient est l'auberge du Lion qu'il loue associé à un autre Piémontais dès mars 1446. Il poursuivra cette activité jusqu'en 1470 au moins. Il est intéressant de noter qu'il obtient alors un rabais sur le prix de la location (la moitié) en proposant d'effectuer des travaux de maçonnerie dans le bâtiment. Plus que des activités séparées, maçonnerie et hôtellerie se croisent ainsi, s'imbriquent autour de sa personne et de ses multiples identités professionnelles (Fig. 2).

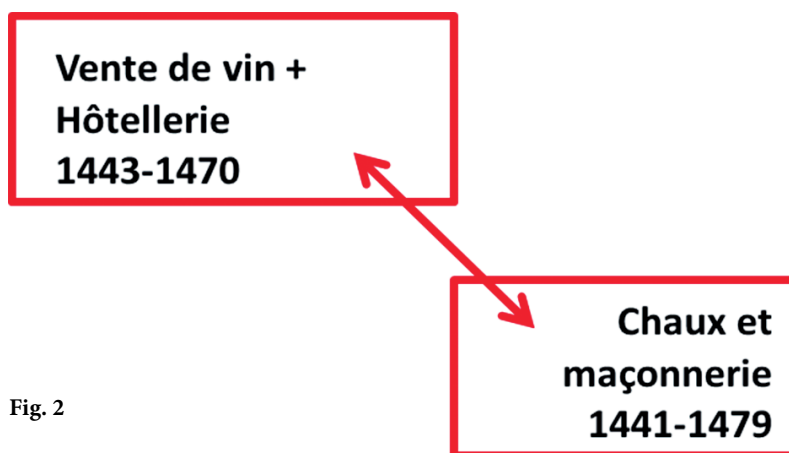


Fig. 2

Barthélemy Guerci avait utilisé du même type d'arrangement un an plus tôt avec les religieuses dominicaines qui lui avaient confié la reconstruction d'un de leurs moulins (le Moulin Neuf) en échange de la location pour 15 ans du domaine agricole sur lequel il était implanté.

En attendant la réfection du moulin et sa mise en fonctionnement Barthélemy Guerci se trouvait à la tête d'un domaine comprenant plusieurs prés qu'il loue comme pâturage et dont il tire du foin.

Quand le moulin fut achevé, il en obtint la location à vie de la part des religieuses contre un loyer annuel amputé du prix des travaux qu'il y avait fait. Il exploitera ou fera exploiter ce moulin en passant contrat avec un meunier et des transporteurs chargés d'amener le blé et ramener la farine. Des transporteurs qui devront recevoir une partie

du droit de mouture du moulin et qu'il paiera en partie en foin. Barthélemy Guerci conservera ce moulin effectivement jusqu'à sa mort. Au fil des années il achètera des terres voisines augmentant ainsi le domaine. Avec les ennuis financiers de sa fin de vie, il revendra une partie de ses terres le moulin demeurant son ultime source de revenus (Fig. 3).

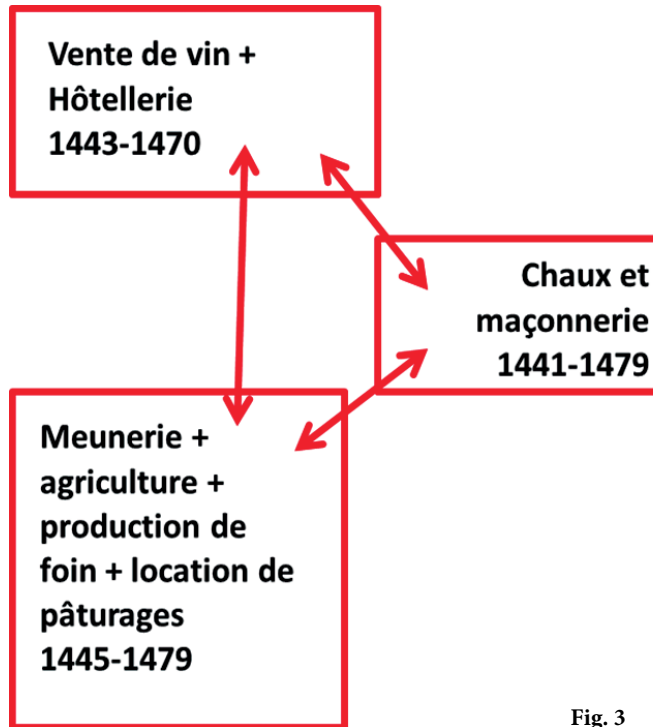


Fig. 3

Le Moulin Neuf recouvre des activités complexes puisqu'il s'agit d'exploiter un domaine agricole et un moulin. En dehors même de ce domaine Barthélemy Guerci travaille ou fait travailler des terres et des vignes. Le travail agricole est, de fait, très fréquemment attesté chez les artisans, ainsi qu'en attestent de nombreux contrats d'apprentissage envisageant la possibilité d'envoyer la jeune recrue travailler dans les terres de son maître⁴². Nous voyons, tout au long de sa vie, Barthélemy Guerci vendre ou échanger du foin mais également louer ses pâturages et exploiter indirectement le moulin à blé. Le foin était fort important pour l'alimentation des chevaux et entrait dans les services fournis par tous les hôteliers. L'auberge du Lion disposait d'ailleurs d'une écurie.

⁴² Voir PFIRSCH, Thomas – "Artisans et pluriactivité..."

L'importance de la gestion du Moulin Neuf ne transparait pas dans les qualificatifs donnés à Barthélemy Guerci qui n'est jamais désigné comme meunier mais se trouve régulièrement désigné comme agriculteur.

A partir de 1450 au moins, Barthélemy Guerci se fait aussi transporteur. Cette activité n'est sans doute pas sans liens avec l'hôtellerie, elle en a assurément avec le monde agricole et avec la construction car dans beaucoup des contrats de construction qu'il passe, il se charge d'acheminer sur place les matériaux et d'évacuer les terres et les déblais. Il dispose d'un charriot tiré par quatre chevaux, acheté en 1450, et est associé en 1461 et 1468 avec des charretiers pour le transport de toutes sortes de marchandises, jusqu'en France et en Dauphiné (rappelons que la Provence ne deviendra française qu'en 1482, trois ans après la mort de Barthélemy Guerci).

Les traces laissées dans la documentation par cette activité sont assez maigres: de rares contrats d'association, un compte final, deux achats de véhicules. Elle semble toutefois avoir été assez importante pour notre personnage qui reçoit par moment le surnom de Barthélemy le charretier (Fig. 4).

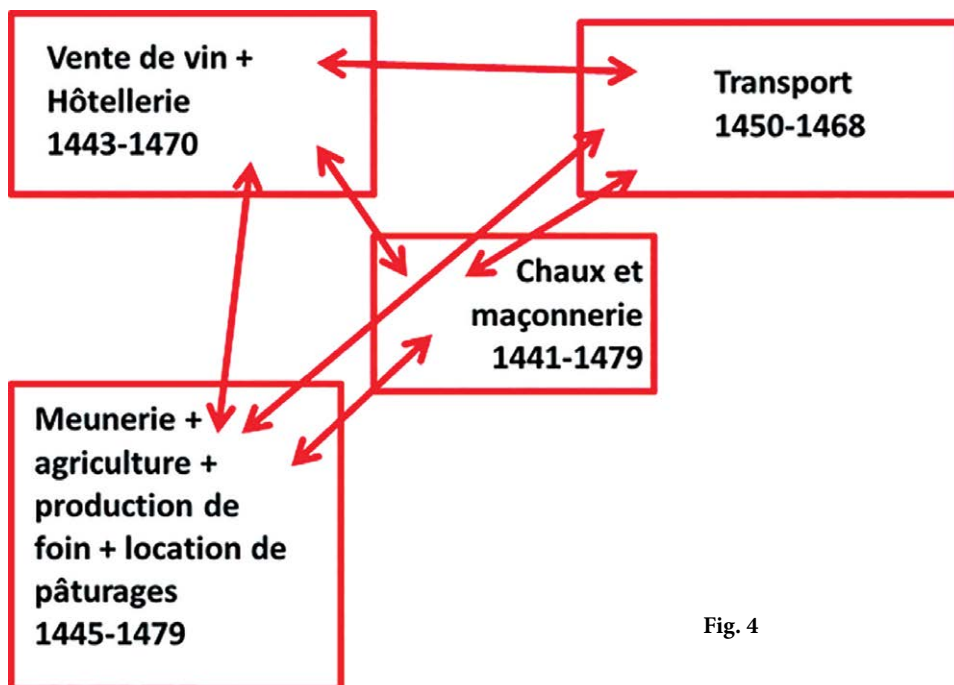


Fig. 4

De manière plus ponctuelle, Barthélemy Guerci reprit, en 1458, un autre moulin, situé à quelques dizaines de kilomètres d'Aix-en-Provence, sur le territoire du village de Roquevaire. Il s'agissait d'un moulin à farine doublé d'une scie hydraulique pour la découpe de planches de bois (**Fig. 5**).

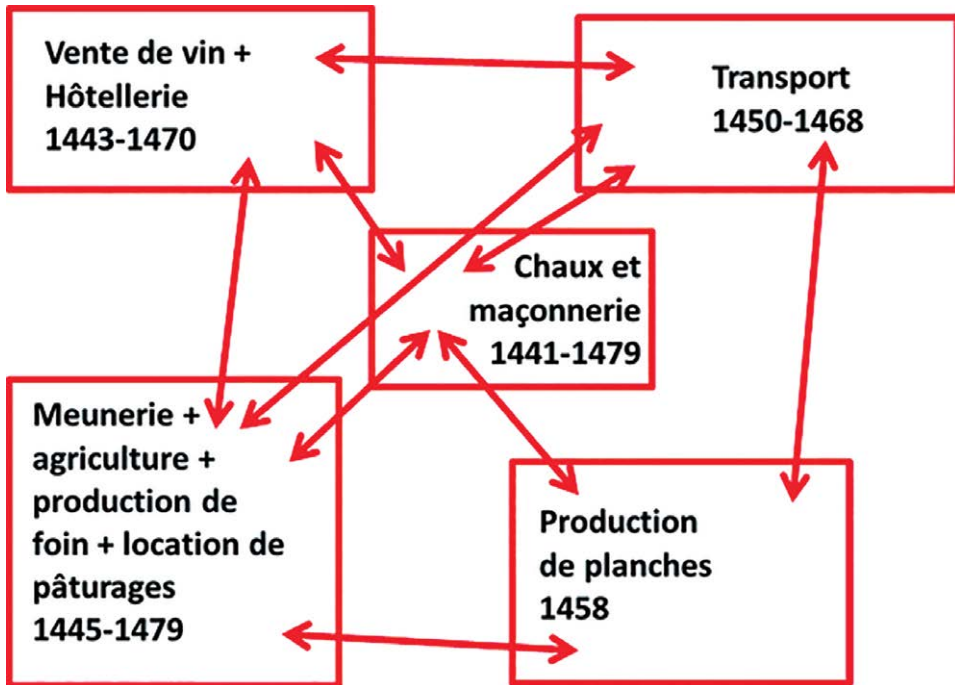


Fig. 5

J'arrête mon décompte sur ces cinq grandes familles d'activités pratiquées par Barthélemy Guerci, sans m'attarder sur la vente des pierres ou celle des chevaux.

*
* *

Il semble important, pour conclure, de relever trois points au terme de ce survol biographique :

Tout d'abord, je soulignerais les liens étroits que peuvent entretenir, à l'échelle individuelle, des activités aussi éloignées en apparence que la meunerie et la maçonnerie (entre autres). La figure finale (**Fig. 5**) cherche à mettre en évidence cette

imbrication étroite qui invite à ne pas séparer de manière trop rigide les activités et à ne pas enfermer les personnes dans un domaine professionnel.

Ensuite, Je voudrais insister sur la recherche permanente de nouvelles sources de revenus que laisse entrevoir cette sorte de boulimie d'activités. Immigré sans qualification particulière dans cette cité provençale, Barthélemy Guerci cherche, littéralement "par tous les moyens", à survivre, à éviter la misère⁴³. Il y parviendra pendant un temps mais sans réussir à s'assurer une assise stable. Il n'accède pas à la notabilité, négocie mal (pour des raisons obscures) le virage représenté par l'arrivée de la confrérie de métier. La stratégie adoptée a été payante pendant un temps mais se révèle désastreuse en fin de compte ce qui peut aussi tenir à des changements sociétaux qu'il n'a pas su anticiper.

Enfin, je voudrais, paradoxalement, dépersonnaliser un peu l'approche qui a été proposée. Certes il est bien question d'un homme, Barthélemy Guerci, mais au-delà ou en-deçà c'est tout un groupe, une *familia* de parents et de dépendants qui partagent les activités du personnage. Barthélemy Guerci (mais c'est vrai de beaucoup des personnages croisés dans nos sources) est plus un groupe qu'un individu. Bien sûr, c'est lui qui passe les contrats (parfois en association, du reste) mais qui bâtit? Qui conduit le charriot? Quelques noms apparaissent tel celui de Guillaume Canaver, le valet à qui il confie son charriot en octobre 1455⁴⁴; sa femme Blasine qui négocie la restitution du Moulin Neuf après sa saisie, en juin 1479⁴⁵; Jean de Bermon, le tailleur de pierre auquel il sous-traite la construction d'une cave, en avril 1456⁴⁶... Mais nous sommes là dans l'infra-ordinaire et ces figures aussitôt entrevues disparaissent de nos sources.

De toutes les observations qui viennent d'être faites, il découle que, pour la période considérée, il semble plus approprié de parler de "faire le maçon" que "d'être maçon". Bien sûr, cela trouble un peu notre vision, fait vaciller nos repères mais l'époque que nous vivons montre bien le caractère trompeur de ce type de statut.

⁴³ Sur les stratégies de survie et l'importance qu'y tient la pluriactivité, voir FONTAINE, Laurence – *L'économie morale, pauvreté, crédit et confiance dans l'Europe préindustrielle*. Paris: Gallimard, 2008.

⁴⁴ AD13, 307 E 87, fol 87v.

⁴⁵ AD13, 306 E 323bis, le 2 juin 1479.

⁴⁶ AD13, 308 E 320, le 7 Avril 1456.

Duarte Darmas: *desenhador do rei e construtor da imagem do Portugal raiano*

Santiago Macias¹

Resumo

Duarte Darmas percorreu toda a raia portuguesa nos inícios do século XVI. O seu *Livro das Fortalezas* é uma peça de grande importância para o estudo dos perímetros amuralhados. Mas guia-nos também pelos espaços urbanos, permitindo-nos identificar edifícios e pontos de interesse. O texto que se apresenta diz respeito às 20 localidades da região alentejana. A utilização de moderna tecnologia, como os drones, habilita-nos a um jogo de comparações entre passado e presente. E permite-nos também perceber que o trabalho de Duarte Darmas foi, antes de mais, um trabalho de imaginação e de (re)criação de perspetivas.

Palavras-chave

Desenhos; Fortalezas; Drones; Património.

¹ NOVA FCSH – Diretor do Panteão Nacional.

Duarte Darmas: drawing for the king and sketching the Portuguese border.

Abstract

Duarte Darmas traveled along the Portuguese border in the early 16th century. His *Book of fortresses* is a piece of great importance for the study of urban walled perimeters. But it also guides us through urban spaces, allowing us to identify buildings and the highlights of each place. This text concerns 20 locations in the Alentejo region. The use of modern technology, such as drones, enables us to play a game of comparisons between past and present. And it also allows us to understand that the work of Duarte Darmas was, above all, a work of imagination and of (re)creation of perspectives.

Keywords

Drawings; Fortresses; Drones; Heritage.

Os anos de 1509 e de 1510 marcaram, certamente, a vida de Duarte Darmas. Filho de um elemento da corte, destacou-se como desenhador ao serviço de D. Manuel. Pouco se sabe deste servidor do monarca, nascido em Lisboa no ano de 1465, filho de Rui Lopes de Veiros, escudeiro da Casa Real². A vida conhecida de Duarte Darmas quase se resume à referência à sua atividade como desenhador, com destaque para este trabalho de levantamento das fortificações. E a algumas informações sobre bens de que era proprietário. Desconhecem-se a data e o local do seu falecimento³.

Duarte Darmas ganharia um lugar na História graças a este Livro das Fortalezas, tarefa que lhe foi cometida pelo rei. O monarca encarregou-o de registar as suas fortificações raianas, num claro propósito de afirmação política e de marcação do território.

Foi um percurso longo, entre Castro Marim e Caminha. Uma viagem de cerca de 1200 quilómetros, serpenteando ao longo de uma fronteira que se começava a sedimentar. Por estradas ou por veredas. Fizeram toda a fronteira, num ou em vários percursos. Duarte Darmas a cavalo, o seu escudeiro a pé. Ou, mais provavelmente e

² Sobre as questões em torno da sua identidade: BRANCO, Manuel da Silva Castelo – *Livro das Fortalezas: fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. 3ª Edição. Lisboa: Edições INAPA, 2006, p. 7-9 e DIAS, João José Alves – *Livro das Fortalezas: manuscrito nº 159, ca. de 1509, Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015, p. 23-24.

³ A abordagem mais abrangente à obra de Duarte Darmas é, decerto, a de Paulo Pereira – *A «fábrica» medieval. Conceção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Dissertação de doutoramento em Arquitetura defendida na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012, pp. 561-810.

como nos sugeriu José Augusto Pizarro, Duarte Darmas a cavalo e o escudeiro num burro. A representação feita nos desenhos seria apenas uma forma de sublinhar a diferença de estatuto social. Vemo-los munidos do que parece ser uma lança e que, muito provavelmente, também lhes serviria de bitola nas inúmeras medições que forma feitas. O desenhador autorretrata-se. Uma vez, duas vezes, muitas mais. Está sempre protegido por uma espécie de turbante. Vemo-lo a chegar a Alpalhão, em Assumar, em Elvas e em Nisa. Sempre em plano bem visível. E também em Olivença, meio escondido pela paisagem. Neste sítio desenhou-se também a medir a torre de menagem. Duarte Darmas está no alto da torre, com um fio de prumo na mão (**fig. 1**).

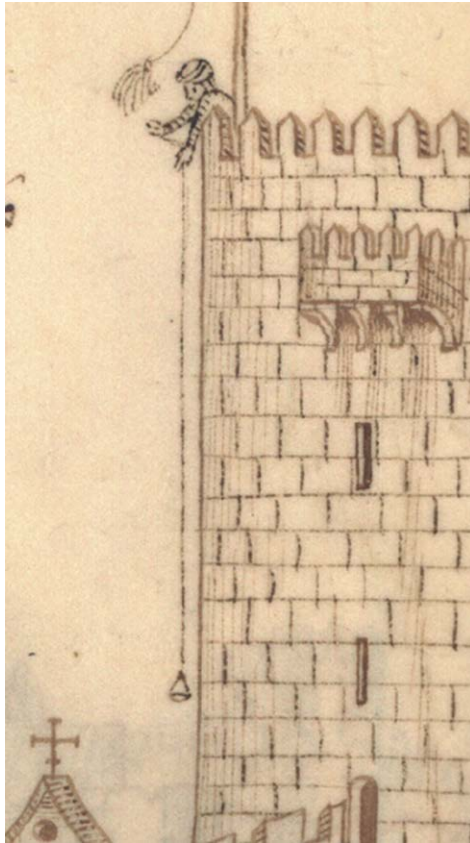


Fig. 1 – Olivença.

Pensou-se que esse trajeto tivesse sido cumprido ao longo da primavera e verão de 1509. É mais provável que tenha havido várias deslocações, podendo as mesmas balizar-se entre finais de 1508 e o final do inverno de 1510⁴.

⁴ BARROCA, Mário – “O Livro das Fortalezas de Duarte Darmas: contributo para uma análise comparativa dos manuscritos de Lisboa e de Madrid”. In ROSAS, Lúcia, et al. (coords.) – *Genius loci: lugares e*

Dos 58 castelos inicialmente previstos, foram registados 55 (Portalegre, Alegrete e Marvão ficaram, infelizmente, de fora). Desses, 20 correspondem à raia alentejana, estando atualmente um deles (Olivença) em território da Extremadura.

O projeto de retomar o percurso, e as visões, de Duarte Darmas, resultou num livro⁵. Ali se tentou uma explicação do que o desenhador fez, como fez e porque fez, ao longo da raia, ajudando a construir a imagem da fronteira, ao serviço de D. Manuel I.

1. Ao longo da raia.

O levantamento feito incluía dados detalhados, com medições, em varas e pés, das torres e panos de muralhas das alcáçovas. O desenhador construía um documento gráfico de grande importância iconográfica de dezenas de sítios raianos, ao mesmo tempo que dotava o comando militar do reino de uma peça de enorme importância estratégica.

Cada local, “tirado do natural”, era representado com três imagens (as exceções reportam-se aos locais que não têm alcáçova, como Assumar): foram registadas duas vistas (os “debuxos”), cinematograficamente em campo e contra-campo, e uma planta de cada alcáçova (a “prataforma”, ou plataforma). As duas imagens eram obtidas, quase sempre, de ângulos opostos, embora muitos exemplos escapem a essa regra. Duarte Darmas indica os azimutes a partir dos quais fez os registos, mas esse dado é apenas aproximado.

O trabalho resultou num levantamento das fortalezas de fronteira – ao qual Duarte Darmas não deu título, escrevendo apenas, de forma genérica, “este livro he das fortalezas que sam situadas no estremo de Portugall e Castella [...]” – um trabalho ímpar e grande relevância do ponto de vista da arquitetura militar, de valor inestimável do ponto de vista político, mas, sobretudo, um registo insubstituível do ponto de vista iconográfico, no que à identificação de cada um dos sítios diz respeito.

O livro das fortalezas conta com um segundo códice, hoje pertencente à Biblioteca Nacional de Espanha⁶. Trata-se, aparentemente, de um rascunho ou visão preliminar dos locais. As razões técnicas para a dicotomia primeira versão / segunda versão estão bem explicadas num estudo de Mário Barroca, que aborda a maior parte das questões essenciais para se compreenderem os desenhos de Duarte Darmas. Neste primeiro trabalho, registou muitas informações que depois eliminou, por considerar que eventualmente não eram necessárias. Estão nesse caso os nomes de várias ermidas, como sucede em Alpalhão ou em Nisa ou ainda a menção expressa a propriedades, hortas e de lagares, como em Nisa, onde repetidamente surge o nome de D. João (de Sousa), alcaide da localidade.

significados, breves reflexões. Vol. 2. Porto: CITCEM, 2018, p. 196.

⁵ MACIAS, Santiago – *Duarte Darmas: do cálamo ao drone*. Mértola: MULTICULTI, 2021.

⁶ PEREIRA, Paulo – *A «fábrica» medieval...*, pp. 569-572.

O exemplar de Madrid apresenta, para a raia alentejana, uma visão muito parcelar da realidade. Mostra-nos desenhos de quatro locais, todos eles no atual distrito de Portalegre: Alpalhão (duas vistas completas), Assumar (o lado direito da vista a partir de sueste), Castelo de Vide (duas metades, apresentadas de forma truncada, misturando o lado esquerdo da vista de nordeste como o lado direito da perspetiva tomada a partir de sueste) e Nisa (duas vistas completas). São elementos de grande valia, apesar de se reportarem apenas a dois sítios completos e outros dois com informação apenas parcial. A este estudo em papel sucedeu-se a versão final, em pergaminho, que terá sido concretizada a partir da primavera de 1510⁷.

2. Como Duarte Darmas desenhou.

Duarte Darmas fez o seu trabalho com rigor e sentido objetivo. Não por “retratar” fiel e fotograficamente cada uma das localidades, mas por escolher, de forma criteriosa, o que devia ou não representar em cada um dos sítios⁸. O sistema de recolha de informação respeitava uma matriz simples, mas de grande eficácia. O desenho da planta da alcáçova era obrigatório. Cada torre era medida e registada em varas (110 cm) e palmos (22 cm), com medidas que são razoavelmente fiáveis e que, com algumas variações, podemos ainda hoje constatar. O processo tem um rigor apenas aproximado, mas continua a ser-nos útil, em especial nos muitos sítios onde o tempo foi eliminando torres e muralhas, que o desenho do Livro das Fortalezas nos permite reconstituir.

A hierarquização da informação era clara: primeiro a zona fortificada, com o rigor possível e com a informação considerada pertinente, depois o resto da localidade, com as duas vistas já mencionadas, expressamente indicadas como norte e sul, sueste e noroeste, este e oeste, etc. Os pontos cardeais nem sempre eram determinados de forma precisa, o que deu origem a vários erros.

A primeira tentação, ao olharmos os sítios, cinco séculos volvidos, é a de tentar localizar o sítio preciso de onde Duarte Darmas teria registado as suas imagens. Basta um ensaio para percebermos que assim não é. Em Mértola, se nos localizamos na margem esquerda do Guadiana, em frente à mesquita, perdemos muitos detalhes que Duarte Darmas nos mostra e, seguramente, não conseguimos ver a ribeira de Oeiras (**figs. 2 e 3**).

O que o desenho abarca não pode ser visto, em nenhum dos 20 exemplos da fronteira alentejana, de um só local. Não há, assim, um único ponto de vista. Muito

⁷ BARROCA, Mário – “O Livro das Fortalezas de Duarte Darmas: contributo para uma análise comparativa dos manuscritos de Lisboa e de Madrid”. In ROSAS, Lúcia, et al. (coords.) – *Genius loci: lugares e significados, breves reflexões*. Vol. 2. Porto: CITCEM, 2018, p. 183-205, p. 196.

⁸ BRANCO, Manuel da Silva Castelo – *Livro das Fortalezas: fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. 3ª Edição. Lisboa: Edições INAPA, 2006, pp. 18-19.

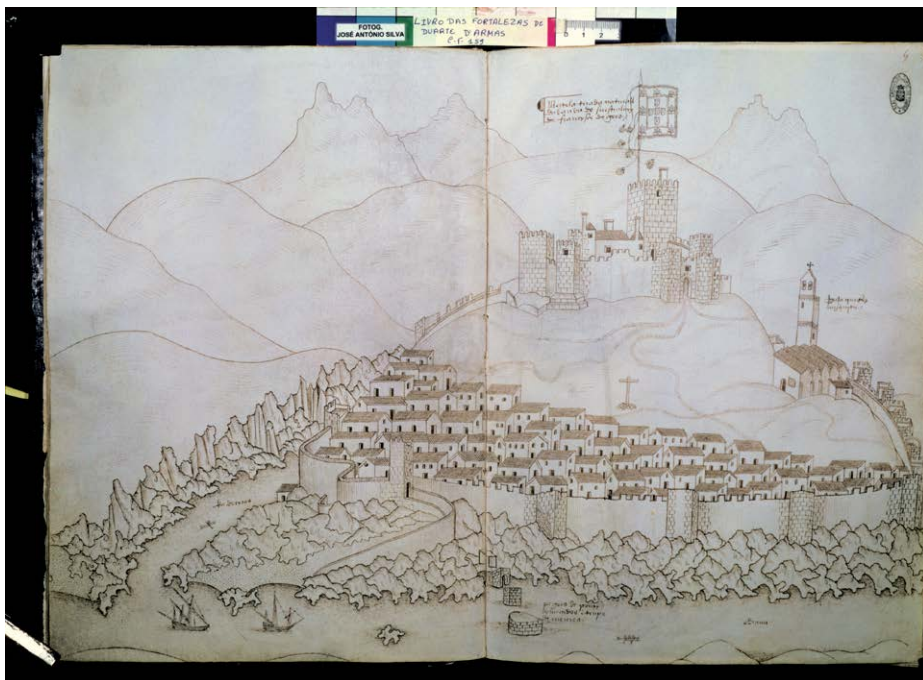


Fig. 2 - Mértola.



Fig.3 - Mértola.

menos, em locais como Monsaraz, por exemplo, onde os pontos em volta do castelo se situam a uma cota inferior às muralhas seria possível obter uma vista ao seu nível. Também não há uma regra quanto à perspetiva em que o autor se situou. Os ângulos variam⁹ e não há um padrão uniforme que tenha sido seguido.

Partindo dessa constatação, verificou-se a impossibilidade de Duarte Darmas conseguir ver num só plano aquilo que nos apresenta¹⁰. Porque, à medida que nos movimentamos, vemos melhor alguns detalhes, mas outros desaparecem do nosso campo de visão. Objetivamente, a representação de cada local – e de modo mais notório nos locais de maior dimensão – resulta de um somatório de dados, de uma colagem de apontamentos, tirados vários pontos. Quando refere sul ou sudeste estava a mencionar uma localização aproximada à que tinha utilizado e não um sítio preciso. Mais interessante é constatar que, para se ter acesso à informação que Duarte Darmas apresenta só numa cota superior à que nos encontramos, e à que ele utilizou, é possível abarcar toda a informação apresentada. O que quer dizer que apenas em voo se consegue ver o que os seus desenhos nos apresentam. O que a recolha nos apresenta é afinal uma conjugação de vários fatores:

1. A soma de vários apontamentos tomados em cada local, de forma a conceber uma imagem tão fiel quanto possível de cada sítio;
2. Um esforço de abstração, construindo-se mentalmente o que não era visível a partir do solo e numa perspetiva que tinha de ser inteiramente imaginada;
3. Um modelo de representação que selecionava pontos de destaque em cada localidade, escolhendo-se o que era, ou se pensava ser, mais importante ou representativo.

O que Duarte Darmas diz ser uma vista “tirada natural” é, na verdade, uma construção. Os seus desenhos são um somatório de vários pontos de vista. Uma colagem de sucessivas recolhas. A partir de rascunhos era construída só uma imagem, ao jeito de um planisfério. Neste jogo de composições, Duarte Darmas joga com os espaços como se dispusesse de um harmónio.

Na visão de cada sítio que, não sendo fotográfica, é perfeitamente clara e representativa, mostrava-se tudo o que importava. O desenhador não se coibia de distorcer perspetivas, de jogar com os elementos, aproximando ou distanciando edifícios, conforme lhe convinha e de forma a caberem na representação. É aquilo que Paulo Pereira designa como “plano homogéneo constituído pela sobreposição

⁹ PEREIRA, Paulo – *A «fábrica» medieval...*, pp. 608-612.

¹⁰ Ver, a esse propósito, PEREIRA, Paulo – *A «fábrica» medieval...*, p. 607.

de planos sucessivos puramente bidimensionais”¹¹. Aproximava igrejas que estão distantes das localidades (como nos casos da igreja de Boa Nova, a 1000 metros de Terena – **figs. 4 e 5**, da ermida de S. Sebastião, em Alpalhão¹², e que parecem, no desenho, muito mais perto do que a realidade comprova), mostrando-nos a ponte da Ribeira Grande, a 600 metros de Monforte ou representando num mesmo plano as pontes do rio Caia, em Arronches, que não podem ser vistas em simultâneo. A intenção não era a de enganar quem via o desenho, mas, tão-só, simplificar a consulta e clarificar detalhes que só no local poderiam ser vistos com mais rigor. A distorção da realidade é consciente e assumida como parte da solução, condensando-se num único plano uma realidade era/é, ao vivo, bem mais complexa. O ângulo de “visão” está longe de ser uniforme¹³. Em grande parte, porque a imagem captada é imaginada e não podia ser obtida a partir de uma perspetiva ou de um local suscetíveis de identificação.

Dois exemplos extremos dessa simplificação do que era visto e se queria representar estão patentes em Alandroal e em Nisa. No primeiro caso, e ante a impossibilidade de mostrar o arrabalde, que fica a nordeste do castelo, e por este se encontrar numa cota mais baixa que os terrenos nas imediações, o desenhador falseou a realidade. Ou seja, inverteu o sentido do declive. Quem olha para o desenho, fica com a ideia que naquela zona se sobe em direção ao castelo, quando, na verdade se desce. Uma representação realista impediria que quem visse o desenho pudesse ver a globalidade do arrabalde e, muito menos, a ermida de S. Sebastião, localizada bem no meio das casas. Em Nisa, e ante a interesse em mostrar todos os lados da muralha (um quadrilátero orientado segundo os pontos cardeais) levou a que Duarte Darmas se socorresse de um engenhoso artifício. Na vista a partir de norte, conseguimos ver também as muralhas este e oeste. O desenhador “abriu” a representação, estendendo o perímetro fortificado como se de um planisfério se tratasse. Conseguimos, assim, ver em simultâneo algo que do ponto de vista real é impossível de fazer.

Quando a explicação se lhe afigura demasiado difícil, pura e simplesmente muda os edifícios de lugar, tornando-os mais visíveis, como fez em Castelo de Vide. O rigor não é total. Mas D. Manuel, destinatário número um deste trabalho, estava mais preocupado com os castelos e com a defesa do reino que com temas de urbanismo. E os desenhos davam, ainda assim, uma imagem muito fiel dos seus domínios.

¹¹ PEREIRA, Paulo – *A «fábrica» medieval...*, pp. 612 e 618-620.

¹² A ermida é referida no manuscrito de Madrid. Pode, contudo, tratar-se de um erro e ter Duarte Darmas querido representar, de facto, a ermida de S. Pedro.

¹³ PEREIRA, Paulo – *A «fábrica» medieval...*, p. 631.

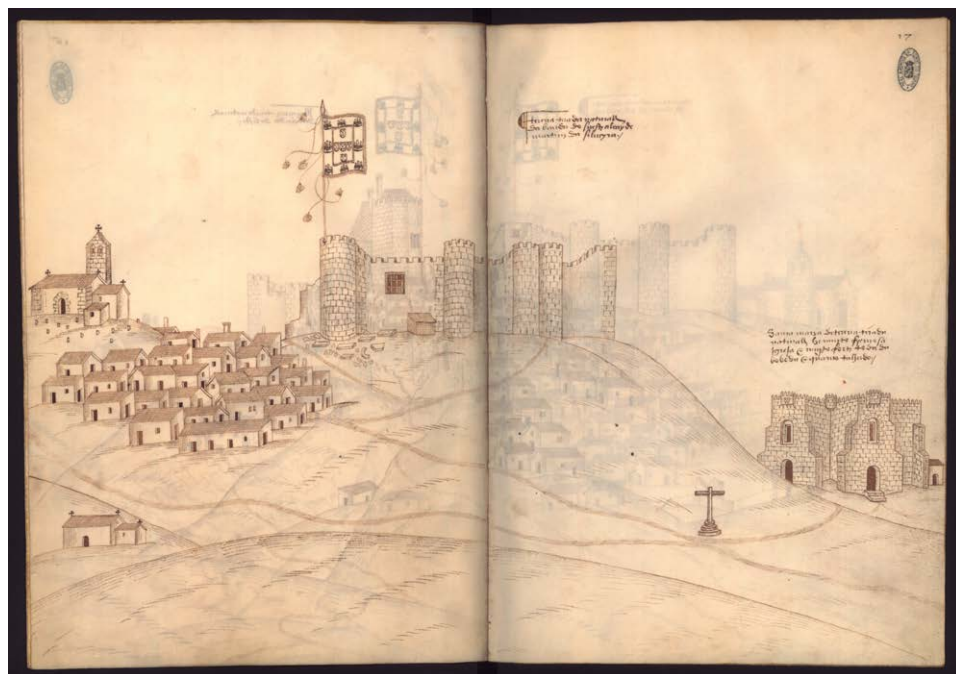


Fig. 4 - Terena.



Fig. 5 - Terena.

3. Reenquadrando Duarte Darmas.

O desafio que se nos colocava era, afinal, como tornar inteligível uma realidade há muito desaparecida, tentando identificar na paisagem os locais para onde Duarte Darmas tinha olhado. Procurámos ilustrar essa realidade usando ainda dados comparativos a nível demográfico, e tirando partido do poder descritivo das “Memórias Paroquiais” de 1758.

A abordagem assentou nas seguintes bases:

1. A tentativa de identificação dos locais desenhados por Duarte Darmas. Ou seja, o que ainda existe, nos mesmos sítios onde foram desenhados. O que é visível nos locais onde se assinalavam imóveis, entretanto desaparecidos. Que transformações houve e como podem ser feitas as comparações. O antes e o depois, fisicamente registado em cada localidade;

2. As “Memórias Paroquiais” foram o grande ponto complementar ilustrar o desenho quinhentista e o seu contraponto fotográfico atual. Quase todos os pontos registados por Duarte Darmas têm descrição setecentista. É verdade que os párcos tinham motivações para a escrita de diferente índole e a textos de apurado sentido narrativo se contrapõem outros demasiado sucintos, muitas vezes quase displicentes. Mas foram sempre de grande utilidade as descrições feitas nestas memórias para ilustrar os pontos desenhados por Duarte Darmas que, em grande medida, ainda estavam presentes na paisagem das localidades e eram considerados como merecedores de destaque.

3. Os dados demográficos do Numeramento de 1527 foram contrastados com os elementos fornecidos pelas Memórias Paroquiais de 1758. É certo que o rigor estatístico é elementar, mas os números apresentados são suficientes para termos uma ideia da realidade populacional, ao longo de mais de dois séculos, das localidades visitadas por Duarte Darmas;

4. As alterações sofridas pela maior parte destas localidades, resultantes tanto das modificações a que a Guerra da Restauração obrigou, como do crescimento urbano que conheceram, levou-nos a utilizar plantas dos séculos XVII e XVIII existentes no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. As quais remetem para uma realidade em modificação, mas que nos dão indicações sobre sítios representados por Duarte Darmas e que hoje já não existem (como no caso da Capela de S. Miguel, em Arronches).

Como reconstituir?

Voltemos à realidade dos locais.

Um dos casos mais evidentes desta recriação das perspetivas é o de Monsaraz a partir de leste (na realidade a partir de oeste ou de noroeste), onde se representam as muralhas e a ermida de S. Bento como se estivesse ao nível do olhar de quem as retrata. Na realidade não é assim. O pronunciado declive do cerro onde a vila medieval se encontra torna impraticável qualquer visão que se aproxime do que Duarte Darmas nos mostra (**figs. 6 e 7**).

Na verdade, Duarte Darmas só poderia ver o que representa, do modo como o faz, se o fizesse a partir do ar. Daí a necessidade de, no projeto que concretizámos, se utilizar um drone, ao constatarmos que muitas imagens não representavam imagens fiéis da realidade, mas sim recriações imaginadas pelo desenhador.

As duas vistas de cada localidade são, por norma, de grande clareza. Os edifícios que resistiram ao tempo são facilmente identificáveis. O castelo tem um lugar à parte, merecendo o seu registo especial rigor, vertido depois na planta da alcáçova. O desenho da cada localidade obedecia, depois, a um princípio simples. Duarte Darmas tratava os espaços urbanos de modo esquemático e simplista. Não era o rigor absoluto, ou a representação precisa, de cada casa que importava, mas sim dar uma ideia de conjunto. Os elementos construtivos (paredes, telhados, portas, janelas) repetiam-se, como se de um moderno programa de *photoshop* de tratasse.

O desenhador escolhia depois, em cada localidade, pontos de destaque, que surgem registados com maior detalhe ou que são assinalados com um texto identificativo. As igrejas têm aí especial relevo, tal como se assinalam, em muitas localidades, os seus relógios. Elementos específicos de cada sítio (os barcos de pesca, em Mértola; a fonte de água em Ouguela, a lagoa em Alandroal, etc.) são tratados de forma cuidada. Duarte Darmas não era um etnógrafo, mas olhava com atenção o território à sua frente.

Em segundo lugar, Duarte Darmas regista os pontos de relevo de cada sítio (igrejas, relógios, fontes, pontes etc.), por vezes com legendas ilustrativas que se revelam sempre de grande utilidade. Ao fazer esse registo, o desenhador estava deliberadamente a chamar a atenção para o que lhe parecia merecedor de destaque em cada sítio. Não podemos deixar de notar a antiga mesquita de Mértola, a igreja de S. Domingos, em Elvas, que constituem elementos impressionantes que sobressaíam nessas paisagens urbanas.

Os relógios, ainda recentes nas vilas portuguesas, são orgulhosamente destacados por Duarte Darmas. Vemo-los em Moura, em Elvas, em Olivença, em Arronches. São as localidades mais importantes representadas e a presença do relógio marcava um acrescido estatuto de distinção.



Fig. 6 – Monsaraz.



Fig. 7 – Monsaraz.

Mesmo considerando que o tempo de registo, e a passagem pelos locais, foram mais dilatados do que normalmente se tem admitido¹⁴, as informações recolhidas não estão isentas de falhas. As “compressões” espaciais, ou as “distorções” que Duarte Darmas deixou nos seus desenhos não entram na categoria de erros. Essas manipulações fazem parte do seu método explicativo ou de descodificação de cada local. Portanto, objetivamente, não são erros. E ainda que algumas dessas abordagens violem de forma evidente as mais elementares leis da perspetiva. Como sucede em Castelo de Vide, onde Duarte Darmas joga com as igrejas “movendo-as” nas duas vistas, de forma a serem sempre identificáveis.

Os erros mais comuns são as falhas na indicação dos pontos cardeais. Há outros que são factuais. Citem-se, a título de exemplo:

- A torre de menagem do castelo de Moura não tem seteiras;
- As falhas na representação de Monsaraz, apontados por José Pires Gonçalves

4. Castelos, muralhas, igrejas e mesquitas.

As vistas dos castelos são rigorosas ou pretendem sê-lo. A enumeração das torres, e mesmo as suas medidas, são um importante documento que o rei e os seus conselheiros militares, poderiam usar sempre que necessário.

Nem sempre as muralhas estão hoje presentes em toda a sua extensão, tal como Duarte Darmas as viu. Em algumas localidades, como Mértola, Noudar, Terena, Alandroal ou Monsaraz, o que o desenhador registou é, na prática, o que ali podemos ver. A perda de importância estratégica desses sítios, do ponto de vista militar, aliada a uma diminuição da sua importância enquanto centros urbanos de relevo, acabou por conservar as suas muralhas. O imobilismo que conheceram conservou todas as suas principais estruturas, incluindo as muralhas medievais.

Nas restantes situações, não há um padrão que possamos apontar. Em muitos locais, há panos de muralha que subsistiram e outros que, por diversas circunstâncias, desapareceram. O mau estado de algumas construções foi assinalado pelo desenhador: “este canto da torre derribou uma pedra de corisco”, afirma no caso de Serpa¹⁵. De um modo geral, o que restou é suficiente para um reconhecimento e para a correspondência visual dos principais pontos das fortificações. Sítios houve em que as muralhas se tornaram quase invisíveis. Nestes casos mais radicais, como Alpalhão ou Monforte, as cercas são quase só uma recordação, pressentida no traçado

¹⁴ BARROCA, Mário – “O Livro das Fortalezas de Duarte Darmas (...)”, pp. 194-195.

¹⁵ DIAS, João José Alves – *Livro das Fortalezas: manuscrito nº 159, ca. de 1509, Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015, p. 350.

urbano. Em Monforte, o perfil circular da muralha manteve-se no traçado das ruas Huberto Maas, da Lage e Visconde da Luz, cujo contorno mimetiza uma cerca já quase desaparecida. Em Alpalhão, o castelo deu lugar a uma zona vazia no coração da localidade – num quarteirão demarcado pelas Ruas Direita, do Arrabalde e de S. Pedro. Também em Assumar restam apenas dois pequenos troços da muralha no limite oriental da localidade. O quadrilátero que Duarte Darmas registou ainda hoje se identifica no parcelário urbano.

Noutras localidades, foram as torres de menagem que desapareceram. As de Juromenha e de Campo Maior foram adaptadas a paióis de pólvora, decisão que traçou o seu destino. Duas explosões, em 1659 (Juromenha), aquando da Guerra da Restauração, e em 1732 (Campo Maior), destruíram as torres, das quais temos a memória nos desenhos. A mesma sorte conheceria, em 1663, boa parte da fortificação medieval de Arronches, devastada pela explosão do paiol de pólvora.

Troços das muralhas islâmicas estavam ainda bem presentes no panorama das cidades quinhentistas. Devem enquadrar-se em cronologia almóada as torres poligonais de Elvas e de Moura. A primeira ainda se hoje se conserva, dando o nome à Porta do Arco de Nossa Senhora da Encarnação. A de Moura integrou, com toda a probabilidade, o lote de demolições que foram levadas a cabo em 1816, altura em quase toda a muralha em taipa do período islâmico foi desmontada, para dela se extrair salitre para o fabrico de pólvora¹⁶.

As igrejas estão presentes na paisagem de quase todas as povoações. São 45 igrejas, conventos, capelas ou ermidas, com um máximo de templos em Castelo de Vide (Santa Maria, São João, Santiago, Santo Amaro e Senhora da Penha) e a ausência de espaços religiosos em Monsaraz e em Ouguela. Neste caso, vemos apenas as muralhas, pelo que a igreja situada intramuros escapa ao nosso olhar. Noutras localidades, como Serpa ou Olivença, a matriz assoma por detrás da muralha. Em Monsaraz, causa alguma surpresa que Duarte Darmas não tenha visto, ou se tenha esforçado por assinalar, a igreja matriz. A igreja da Boa Nova, em Terena, mantém-se praticamente intacta, na sua estrutura de um quase fortim medieval (escrevia Duarte Darmas “é muito formosa igreja e muito forte, toda de abóbada e canto¹⁷ talhado”. Nenhuma das outras igrejas registadas por Duarte Darmas sobreviveu, na sua imagem quinhentista. Os programas de ampliação que sofreram, acentuados num caso ou noutro pelo terramoto de 1755, alteraram a imagem dos edifícios.

A sua identificação, e tentativa de correspondência com a realidade atual, baseou-se sobretudo em dados topográficos. Designadamente na posição relativa de igrejas e ermidas situadas fora de portas face às muralhas, o que é facilitado nos casos

¹⁶ MACIAS, Santiago, et al. – *Castelo de Moura. Escavações arqueológicas: 1989-2013 – textos*. Moura: Câmara Municipal de Moura, 2016, pp. 105-107.

¹⁷ Cantaria.

em que os espaços religiosos não desapareceram. Há legendas que, pontualmente, nos auxiliam nessa identificação. Muitas vezes, bastam-nos umas poucas palavras (“o carmo”, em Moura, “sam francisco”, em Serpa, “sam domingos” e “santa maria da graça”, em Elvas) para fazermos corresponder edifícios atuais e antigos. Noutros casos, há igrejas que desapareceram e delas não ficou rasto, como a primitiva ermida de “santo agostinho”, em Moura, ou “santa ana”, em Nisa. Foi importante, para a identificação de alguns destes sítios (“santa ana”, em Nisa, a igreja de Santo Amaro, em Castelo de Vide, “sam sebastiam”, em Alpalhão) a consulta do códice da Biblioteca Nacional de Espanha¹⁸. Duarte Darmas identificou com legenda, nessa versão, esses e outros locais, cuja referência omitiu no trabalho final, mas que nos dão pistas essenciais para permitir localizações rigorosas.

No início do século XVI persistiam ainda algumas marcas de um passado mais distante. A igreja de Mértola mantinha toda a sua estrutura de mesquita almóada. Apenas a almenara fora transformada em torre campanário. Para que não restassem dúvidas Duarte Darmas escrevia “igreja que foi mesquita”. Esse edifício daria lugar, cerca de 1530, à atual igreja, sob a qual permaneceram alguns traços da antiga aljama¹⁹. Menos evidente é o caso da antiga mesquita de Elvas. É certo que o desenhador identifica a torre como “igreja moor”, mas a estrutura do campanário identifica, com clareza, uma almenara dos séculos XII-XIII²⁰.

De entre os elementos importantes desaparecidos sobressai, claramente, o espaço de audiência (“aqui fazem audyencia”) em Ouguela, um espaço porticado, aberto ao exterior, e que deu depois lugar à igreja que ainda ali se encontra. Outras igrejas foram levadas pelas obras da Restauração, como as de campo Maior, trasladadas para outro local. Outras ermidas, como as de Arronches (S. Miguel) ou da Juromenha, pura e simplesmente deixaram de existir, sem deixar rasto nem memória.

5. Meio ambiente e paisagens invisíveis.

A água é elemento sempre presente nos registos de Duarte Darmas. As indicações são de vária ordem e atestam diferentes formas de presença na vida das populações. Talvez a representação mais insólita seja a da lagoa que defendia, no lado sul, o castelo do Alandroal. Era um verdadeiro fosso, bastante largo, cheio de água, que tinha de ser vencido através de uma ponte, pela qual se acedia à porta da traição.

Fontes, bicas e poços surgem em vários locais, numa representação realista e não estereotipada. Em Alandroal, junto à lagoa existia uma fonte, muito modificada,

¹⁸ Disponível online: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000096106&page=1>

¹⁹ TORRES, Cláudio, et al. – *Mesquita Igreja Matriz*. In GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (coord.) – “Museu de Mértola: catálogo geral”. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2014, pp. 131-143.

²⁰ CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Universidade de Évora / CIDEHUS, 2013, pp. 78-79 e 81-82.

e bastante monumentalizada no século XVIII. Com exceção do poço assinalado em Assumar, hoje desaparecido, o princípio é o da manutenção, ao longo dos séculos, destes pontos de recolha de água. Foram, todos eles, naturalmente modificados. Muitos têm hoje um carácter quase só cenográfico ou decorativo. Mas tiveram, antes da generalização das redes de distribuição domiciliária, um papel social insubstituível. Daí que Duarte Darmas represente, com tanto cuidado, a bica de Santa Comba, em Moura, tal como assinala a fonte de Montalvão (cuja mais recente versão data do Estado Novo) ou a de Oguela, com as mulheres junto ao ponto de recolha de água, e outra dirigindo-se à aldeia, como se de uma narrativa se tratasse (**fig. 8**). No centro da alcáçova de Moura era ainda referida a presença de um poço de “muita água e boa”. Em Castelo de Vide permanecem quanto à representação de uma pequena estrutura junto às muralhas. Já foi apontada como sendo uma “picota” (ou jaula para os presos ficarem expostos²¹) mas que, mais provavelmente, deverá corresponder à fonte da vila, numa configuração muito semelhante à atual, datável do segundo quartel do século XVI.

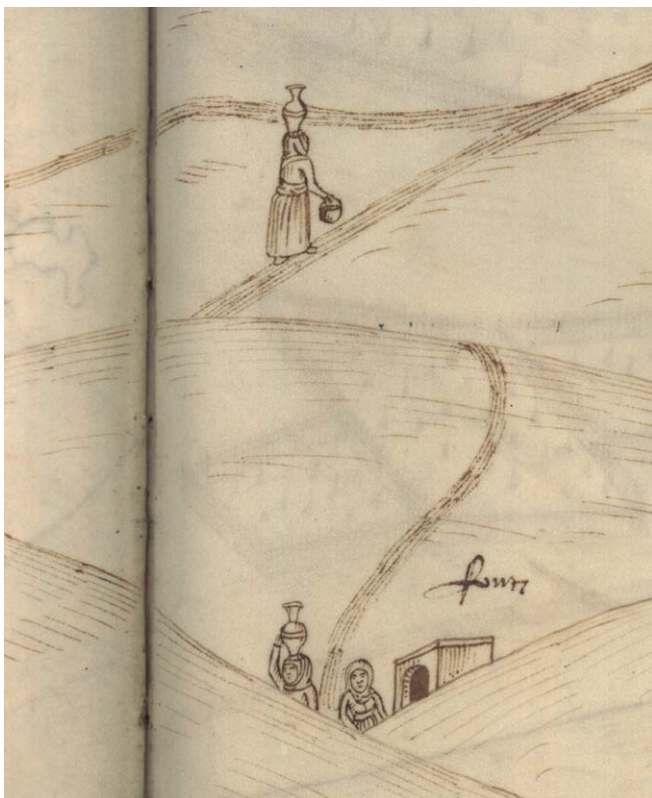


Fig. 8 – Oguela.

²¹ OLIVEIRA, José Augusto – *Castelo de Vide na Idade Média*. Lisboa: Colibri; Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2011, p. 49.

Os rios surgem em lugar de destaque sempre que têm importância local, seja do ponto de vista económico ou defensivo. Duarte Darmas deixou-nos registo do Guadiana (Mértola e Juromenha), do Ardila e do Murtega (Noudar), do Oeiras (Mértola), do Caia (Arronches) e da ribeira de Monforte. Em Montalvão, a legenda de uma das vistas refere “por aqui vai uma ribeira”. A de Sever, que fica a pouco mais de dois quilómetros da localidade, já então marcava a fronteira entre Portugal e Castela. Havia pontes em Arronches e em Monforte e barcos de diferentes dimensões em Mértola. As embarcações que vemos aqui no rio parecem querer representar os diferentes tipos de atividade económica (de comércio e transporte nos barcos de maiores dimensões, de pesca naquela onde vemos dois homens a remar).

A vegetação está quase sempre ausente, em questões de detalhe. Excetua-se o caso de Castelo de Vide, cujas imediações são exuberantemente representadas com a referência expressa a castanheiros e a oliveiras. Hortas periurbanas, bem delimitadas e ordenadas surgem com regularidade, como em Montalvão, em Ouguela ou em Nisa. Neste último caso, Duarte Darmas menciona de forma expressa o proprietário de um lagar e de hortas (D. João, presumivelmente D. João de Sousa, o alcaide da vila). Em Elvas, mostra-nos pomares e hortas.

Um laranjal, associado a um poço de “muita água e boa”, tem lugar de destaque na planta da alcáçova de Moura²². Quando no interior dos castelos não há poços, há cisternas, e elas surgem em Noudar, Mourão, Monsaraz, Terena etc.²³. Era uma forma de garantir a autonomia destes redutos defensivos em caso de cerco.

Mais do que os terramotos, foram as campanhas da Restauração a dar uma nova configuração às localidades raianas. Casos como Mértola ou Assumar, por exemplo, não tiveram alterações durante estas campanhas. Moura teve-as, mas a nova cintura de muralhas deixou intactos os antigos arrabaldes medievais e modernos, envolvendo-os em novas defesas. Noutros casos, as modificações foram importantes e levaram a alterações muito significativas da paisagem urbana. Talvez o exemplo mais flagrante seja o de Campo Maior, onde há testemunhos de alterações de localização de conventos e mesmo a demolição de igrejas e, presume-se, a anulação dos espaços funerários situados nas suas imediações.

6. Duarte Darmas, hoje.

Retomar Duarte Darmas, nos nossos dias, é a constatação de um jogo de espelhos que o tempo tornou impossível. Não há, salvo em casos pontuais, correspondência precisa entre o que ele viu no início do século XVI, e o que existe, cinco séculos volvidos.

²² DIAS, João José Alves – *Livro das Fortalezas...*, p. 351.

²³ DIAS, João José Alves – *Livro das Fortalezas...*, pp. 352-355.

Em todo o caso, o registo feito por Duarte Darmas permite avaliar as modificações operadas em cada local. As dinâmicas urbanas são diferentes e, em especial nos locais mais afetados pela Guerra da Restauração, houve mudanças que tornam irreconhecíveis as paisagens quinhentistas.

O livro permanece como uma obra maior da arte mundial. O antes e o depois de cada localidade podem ser conferidos com o rigor que a passagem do tempo permite. Há realidades que ficaram quase paradas no tempo. Há sítios onde reconhecemos com dificuldades as localidades de outrora. Mas sem Duarte Darmas a história urbana do Alentejo quinhentista seria muito mais pobre.

De Duarte Darmas pouco mais informações há. Estava vivo em 1516, poucos anos depois da realização do livro das fortalezas. Do anónimo e imortalizado escudeiro nada sabemos.

Contrôle et confiance: *la figure du peintre sur les chantiers provençaux de la fin du Moyen Âge*

*Camille Larraz*¹

Resumen

Cet article s'intéresse au cadre structurant l'activité des peintres provençaux au XV^e siècle au sein de chantiers décoratifs et dans quelle mesure les commanditaires peuvent exercer un certain contrôle sur leur travail. Ouvriers polyvalents, ces artisans peuvent endosser diverses responsabilités à la demande de ces derniers et occuper ainsi la charge de maître d'œuvre, à l'instar d'un maçon qualifié. Par l'examen de trois types de contrôle – matériel, logistique et iconographique –, nous pouvons également nous interroger sur la notion de confiance, et inversement de méfiance, qui régit les relations sociales entre les peintres et leur clientèle. Il s'agit donc d'essayer de saisir, à travers différentes sources archivistiques, la relative liberté dont jouissent les peintres dans la Provence de la fin du Moyen Âge

Mots clés

Peintres; Chantier; Construction; Contrôle; Confiance.

Control and trust: the figure of the painter on Provençal construction sites in the late Middle Ages

Abstract

This article looks at the framework structuring the activity of 15th-century Provençal painters within decorative building sites and the extent to which

¹ Paris, Institut National d'Histoire de l'Art, chercheuse accueillie.

the clients were able to exercise a certain control over their work. As versatile workers, these craftsmen could take on various responsibilities at their request and thus occupy the position of project manager, like a qualified mason. By examining three types of control – material, logistical and iconographic – we can also question the notion of trust, and conversely mistrust, which governs the social relations between painters and their clients. The aim is therefore to try to grasp, through various archival sources, the relative freedom enjoyed by painters in late medieval Provence.

Keywords

Painters; Construction site; Construction; Control; Trust.

Il est aujourd'hui largement admis que la figure du peintre au Moyen Âge, et plus largement de l'artisan, se caractérise principalement par la polyvalence technique de ses pratiquants², en particulier sur les chantiers de construction et de décoration. Les documents d'archives provençaux ayant trait à la peinture, publiés essentiellement par l'abbé Henri Requin, le Dr. Barthélémy, Gustave Arnaud d'Agnel ou encore Léon-Honoré Labande entre la fin du XIX^e et le début du XX^e siècle, peuvent en effet être abordés par le prisme de l'histoire de la construction et de l'histoire sociale. Le peintre, de cour ou de ville, apparaît une figure mouvante, sans image "fixée" de sa fonction, pouvant occuper aussi bien un rôle de simple artisan que de superviseur, de maître d'œuvre, à qui revient des tâches diverses et variées, comme procurer des patrons de décors, acheter ou livrer des matériaux, engager les ouvriers nécessaires à la bonne exécution du travail et verser leur salaire. Il est ainsi assisté par tout un monde artisanal urbain, notamment des maçons, des tailleurs de pierre, des menuisiers, des brodeurs ou encore des serruriers. A l'instar des ouvriers de la construction, le métier de peintre est donc soumis à un certain cadre structurant. L'exemple des chantiers provençaux d'édification, d'entretien et d'embellissement au cours du XV^e siècle nous éclaire non seulement sur le processus de commande, mais également sur les moyens de gestion mis en œuvre par la clientèle, qui doit s'assurer que son investissement financier est protégé. Les commanditaires peuvent alors mettre en place diverses stratégies de

² Voir entre autres BARRAL I ALTET, Xavier (éd.) – *Artistes, artisans et production artistique au Moyen Âge, Actes du colloque international, Centre national de la recherche scientifique - Université de Rennes II - Haute-Bretagne, 2-6 mai 1983*, vol. 1: *Les hommes*. Paris: Éditions Picard, 1986, vol. 2: *Commande et travail*. Paris: Éditions Picard 1987; HÉROLD, Michel; MIGNOT, Claude (dir.) – *Vitrail et arts graphiques, XV^e-XVI^e siècles*. Paris: Ecole nationale du patrimoine, 1999; CASSAGNES-BOUQUET, Sophie; NORE, Geneviève; YVERNAULT, Martine (éd.) – *Poètes et artistes: la figure du créateur au Moyen Âge et à la Renaissance*. Limoges: Presses Universitaires de Limoges, 2007.

contrôle, ce d'autant plus que certaines villes du sud de la France, à l'instar d'Avignon, ne possèdent pas de corporation de peintre pour réglementer l'exercice du métier. C'est donc par l'examen de différentes sources – contrats notariés, comptes de la cour ou encore dépenses municipales – que nous pouvons interroger la place et la liberté relative dont jouissent les peintres au sein des chantiers décoratifs.

1. Contrôle matériel.

Qu'il s'agisse de la municipalité, d'un chapitre d'église ou de clients privés, tous les commanditaires s'appuient sur une culture artisanale collective dont la production au sein d'un chantier peut être encadrée par diverses stratégies. Le premier type de contrôle exercé est d'ordre matériel. Il est fréquent qu'ils répartissent les tâches entre différents corps de métier afin de ne pas déléguer l'approvisionnement des biens à une seule figure. Comme le souligne Philippe Bernardi dans son étude sur le bâti aixois, les contrats de décoration sont presque systématiquement indépendants de ceux de construction jusqu'à la fin du XV^e siècle³. C'est particulièrement le cas pour la question de la fourniture du bois, soit-il destiné à des charpentes ou des retables. En effet, à l'instar d'un tailleur de pierre ou d'un maçon qui doit employer "de bona e sufficient peyra de talh" pour garantir la sécurité du bâtiment⁴, il est capital de s'assurer que le bois d'un retable ou d'une charpente soit de bonne qualité afin d'éviter qu'il ne se brise ou ne moisisse si le temps de séchage nécessaire n'a pas été respecté. Le contrat sert donc à protéger contre un type de fraude courant en vérifiant l'usage de bonnes ressources⁵, les malfaçons étant souvent sévèrement punies par des amendes. Parallèlement, il est important de choisir la bonne essence en fonction des divers usages du bois. Parmi les différentes essences, le bois d'aune est particulièrement apprécié pour les édifices religieux car il est résistant à l'humidité⁶. Le souci de la bonne qualité se retrouve fréquemment au sein des contrats notariés aux fustiers provençaux⁷. Certains prix-faits à des menuisiers évoquent explicitement la future peinture destinée à orner les charpentes ou les retables. À Arles, par exemple, en 1488, un contrat aux fustiers Jean Le Duc et Jacques le Ron, prévoient précisément "quinque stagia, ad depingendum

³ BERNARDI, Philippe – *Métiers du bâtiment et techniques de construction à Aix-en-Provence à la fin de l'époque gothique, 1400-1550*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1995, p. 395.

⁴ COSTE, Numa – "Documents inédits sur le mouvement artistique au XV^e siècle à Aix-en-Provence. Les architectes, sculpteurs et maîtres d'œuvre de l'église Saint-Sauveur". *Réunion des sociétés des beaux-arts des départements* (1894), p. 702.

⁵ LABANDE, Léon-Honoré – *Les Primitifs français. Peintres et peintres-verriers de la Provence occidentale*, t. 1, Marseille, 1932, p. 55; AUCLAIR, Valérie – "Faux et pratique de la copie. Réflexions sur l'apparition du faux moderne en art". In MOUNIER, Pascale; NATIVEL, Colette (éd.) – *Copier et contrefaire à la Renaissance: faux et usage de faux*. Paris: Champion, 2015, pp. 367-381.

⁶ KOVALEVSKY, Sophie; LEONELLI, Marie-Claude – *Le Couronnement de la Vierge*. Arles: Actes Sud, 2015, p. 69.

⁷ LABANDE, Léon-Honoré – *Les Primitifs français...*, p. 55.

quinque imagines, cum sex pillaribus, cum pinaculis, sive cascis desuper...⁸. Si les contrats de peintures décoratives sont habituellement passés directement auprès des peintres, les sources ne révèlent qu'un seul cas, celui de la maison de Michel Clair à Marseille en 1428, "où le commanditaire chargea les charpentiers de faire peindre à leur frais les éléments devant recevoir un décor, leur conférant ainsi la position d'entrepreneurs des travaux"⁹. Il est plutôt rare au XV^e siècle de voir des menuisiers ou des peintres endosser la responsabilité de plusieurs tâches artisanales nécessitant l'appel à d'autres corps de métier. Alors que la commande du bois de menuiserie au XV^e siècle est largement la responsabilité du client, il devient courant dès le premier quart du XVI^e siècle de voir les peintres provençaux s'adresser directement aux fustiers¹⁰.

De manière générale, les peintres sont chargés de se fournir eux-mêmes en couleurs (pigments et métaux précieux) ainsi qu'en produits nécessaires à leur préparation tels que l'huile ou des vernis, probablement car ils sont les mieux placés pour juger de leur bonne qualité, signe d'une certaine confiance envers l'expertise de ces artisans¹¹. Nous en trouvons des traces dans les comptes du roi René d'Anjou: des paiements du 5 octobre 1478 nous informent que Nicolas Froment est rémunéré dix écus "pour avoir des couleurs pour faire les armes de la royne au dos des arcs de pierre qui sont rue la rue, touchant les grans portes de la maison du roy, en Avignon"¹². Les contrats s'assurent cependant de la qualité des ressources en précisant que les peintres doivent se fournir en "colores fines" ou "colore honesto"¹³, comme lorsque les prieurs de Sainte-Marie Majeure d'Arles commandent un retable à Enguerrand Quarton et exigent du matériel précis et des techniques picturales spéciales pour "las moluras dicti retabuli de auro fino brunito et totum residuum de azur bono de Alamania et omnes alie colores erunt fine, ut decet, et totum debet facere et destempiat sine oleo"¹⁴. Dans ce cas, les prieurs semblent insister sur l'origine de l'azur, qui doit provenir d'Allemagne. Le lapis-lazuli, souvent dit azur d'outremer, étant vraisemblablement trop cher, les commanditaires se rabattent sur de l'azurite ou de l'azur de cuivre,

⁸ ARNAUD D'AGNEL, Gustave – *Les comptes du roi René publiés d'après les originaux inédits conservés aux Archives des Bouches-du-Rhône*, vol. 1. Paris: Librairie Alphonse Picard & Fils, 1908, p. 225.

⁹ GRENET, Delphine – *Le décor peint des édifices civils en Provence au XV^e siècle*. Paris: Université Paris IV-Sorbonne, 2014. Mémoire de Master 2, t. 1, p. 37: "... Item, pactum fecerunt quod dicti magistri Guigo et Johannes eorum sumptibus pingi facient traves de nigro et albo, orleti et parafuelha pingi facient de rubeo, nigro et albo, et bugeto pingi facient nigro, albo et rubeo..." (Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 351 E 291, fol. 15v-16).

¹⁰ On le remarque notamment à Marseille et Aix-en-Provence avec le peintre Jean Cordonnier. Voir les documents publiés par BARTHÉLÉMY, Dr. – "Documents inédits sur divers artistes inconnus de Marseille et d'Aix du XIV^e au XVI^e siècles". *Bulletin archéologique du comité des travaux historiques et scientifiques*, 1885, p. 392-396.

¹¹ Sur la question de l'expertise au Moyen Âge voir notamment DENJEAN, Claude; FELLER, Laurent (dir.) – *Expertise et valeur des choses au Moyen Âge*. Madrid: Casa de Velázquez, 2013.

¹² ARNAUD D'AGNEL, Gustave – *Les comptes du roi René...*, p. 196.

¹³ ARNAUD D'AGNEL, Gustave – *Les comptes du roi René...*, p. 223.

¹⁴ ARNAUD D'AGNEL, Gustave – *Les comptes du roi René...*, p. 221.

souvent dit azur d'Allemagne dans les documents du Moyen Âge¹⁵. De façon similaire, l'enlumineur du roi Georges Trubert est payé 17 florins et 6 gros "pour acheter, sur les galléaces véniciennes, de l'azur et autres couleurs pour les peintures du roy" et Nicolas Froment est chargé de faire venir des vitres de Lyon à la demande de René d'Anjou pour sa maison¹⁶. Cela illustre à nouveau la supériorité matérielle ou l'avantage économique de certains biens importés, au contraire de ressources locales. La foi en l'expertise des peintres se lit également à travers des contrats qui prévoient un montant en cas de réapprovisionnement en cours de travail si les matériaux venaient à manquer¹⁷. Quelques contrats demandent même au peintre de se porter garant, c'est-à-dire responsable, sur une certaine durée, de la bonne exécution de leur travail. C'est le cas de Jean Chapuis, en 1441, pour le retable qu'il a peint pour la confrérie Saint-Crépin de Marseille¹⁸. Des personnalités externes au métier peuvent se porter garantes du travail du peintre: maître Etienne Dendelos, un argentier habitant Arles et Tarascon, atteste par exemple de la bonne foi et de la compétence de Thomas Grabuset pour l'exécution d'un retable¹⁹.

De façon assez rare, il arrive que des documents demandent la confirmation d'expert afin d'éviter les malfaçons ou pour fixer un salaire correct afin de garantir des prix raisonnables. Ce type d'exigence est d'autant plus intéressante dans des villes qui ne possèdent pas de corporation de peintres, où des maîtres jurés sont habituellement chargés de juger la qualité de l'ouvrage. Ainsi, un contrat passé pour des peintures destinées à l'église Saint-Laurent d'Arles au peintre Guillaume Richier prévoit la vérification du prix de l'œuvre par des experts:

"Et hoc, si cognoscatur per expertes, si deberi tantum et dictum opus taxaretur ad tantam summam, et si, per expertos et electos taxaretur, ad minorem summam de XLV florenis, quod illam summam dicti fratres solvere teneantur et si taxaretur ad majorem summam, quod de majori summa, ultra dictos XV florenos, non teneantur. Et hec fieri debeant per duos expertos in talibus"²⁰.

Nous pouvons encore mentionner le retable peint par Jean Cordonnier et Etienne Peson en 1517 et qui sera soumis, après la pose dans la chapelle Saint-

¹⁵ CANNELLA, Anne-Françoise – *Gemmes, verre coloré, fausses pierres précieuses au Moyen Âge. Le quatrième livre du "Trésorier de philosophie naturelles des pierres précieuses" de Jean d'Outremeuse*. Genève: Droz, 2006, p. 158.

¹⁶ BLANCARD, Louis – *Inventaire sommaire des archives départementales antérieures à 1790. Bouches-du-Rhône. Archives civiles, série E. Chambre des comptes de Provence*, t. 2, Marseille: Cayer et C^{ie}, 1879, p. 310.

¹⁷ Par exemple le contrat en Ysoarde Gavaraonne et Enguerrand Quarton pour un retable en 1446 pour l'église Sainte-Marthe de Tarascon: "et interim, si necesse fuerit, pro coloribus habendis": ARNAUD D'AGNEL, Gustave – *Les comptes du roi René...*, p. 214.

¹⁸ LABANDE, Léon-Honoré – *Les Primitifs français...*, p. 53.

¹⁹ ARNAUD D'AGNEL, Gustave – *Les comptes du roi René...*, p. 219

²⁰ ARNAUD D'AGNEL, Gustave – *Les comptes du roi René...*, p. 223-224.

Dominique des Prêcheurs de Marseille, à des experts menuisiers et peintres²¹, vraisemblablement pour juger de sa qualité matérielle, mais aussi iconographique et picturale. C'est en effet ce que nous pouvons déduire d'autres documents concernant des peintres, lesquels précisent que l'azur et les couleurs employées seront "bene et decenter" d'après l'avis d'experts²².

Si ces experts demeurent anonymes, nous pouvons raisonnablement supposer qu'il devait s'agir d'autres peintres ou de figures habituées à ce type de commande. Un prix-fait passé entre Pierre Villate et Thomas de Faret, un marchand d'Avignon, prévoit justement l'appel "ad cognitionem quorumcumque bonorum magistrorum in talibus expertorum"²³. Avignon ne possédant pas de guilde de Saint Luc, nous pouvons raisonnablement supposer que ces maîtres experts correspondent simplement à des peintres dont la connaissance, la *cognitio*, est jugée fiable. Si les bornes établies par le contrat venaient à être dépassées, par exemple en cas de retard, les commanditaires peuvent aussi faire appel à un expert pour déterminer la justesse des coûts supplémentaires qui n'étaient initialement pas prévus. En 1486, un contrat établi entre Dominique Panisse, d'Avignon, et le peintre-verrier Jean Bienvenu, de Valence, inclut précisément une clause prévoyant de nourrir l'artiste et son ouvrier si du retard devait être accumulé, selon un prix évalué par un expert²⁴. Il semble donc exister au moins deux types d'expertise: la préventive et celle associée à l'apparition d'un problème après le début de l'ouvrage²⁵. Au regard des sources disponibles et dépouillées, les demandes de garantie ou d'expertise au XV^e siècle sont plutôt rares ou faisaient alors l'objet d'une demande de témoignage oral, peut-être le signe d'une relation de confiance entre les artisans et leurs clients qui aurait d'ailleurs tendance à évoluer au XVII^e siècle, lorsque ces exigences deviennent presque systématiques à l'écrit²⁶.

2. Contrôle logistique.

Si les travaux de construction et de décoration sont majoritairement indépendants, ils demeurent liés par leur destination et leur fonction. Nous rencontrons souvent de nouvelles constructions de maisons ou chapelles, confiées à des sculpteurs ou

²¹ LABANDE, Léon-Honoré – *Les Primitifs français...*, p. 120.

²² REQUIN, Henri – *Documents inédits sur les peintres, peintres-verriers et enlumineurs d'Avignon au quinzième siècle*. Paris: E. Plon, Nourrit et C^e, 1889, p. 74: ici dans un contrat entre Pierre Villate et Pierre Embergue, marchand d'Avignon, en 1473.

²³ REQUIN, Henri – *Documents inédits...*, p. 69.

²⁴ GUIDINI-RAYBAUD, Joëlle – *Pictor et veyrerius, le vitrail en Provence occidentale XII^e-XVII^e siècles*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2003, p. 289.

²⁵ Philippe Bernardi relève trois types d'expertise dans le monde du bâtiment provençal entre 1300-1540: BERNARDI, Philippe – "Du maître expert à l'expert. Réflexions sur l'évolution de la référence à l'expertise dans le bâtiment, entre le XIV^e et le XVI^e siècle". In DENJEAN, Claude; FELLER, Laurent (dir.) – *Expertise et valeur des choses...*, pp. 109-129.

²⁶ Voir GUIDINI-RAYBAUD, Joëlle – *Pictor et veyrerius...*, p. 263.

des maçons, qui sont suivies rapidement dans le temps par une ornementation de boiseries, de peinture murale, d'un vitrail, ou par la confection d'un retable pour un autel. Les contrats font en effet régulièrement référence à des pièces ou autres lieux ayant fait l'objet d'aménagements récents, notamment dans le cas des plafonds peints, où la décoration est subordonnée à la construction des charpentes²⁷. Nous pouvons ainsi évoquer la charpente de l'ancienne livrée Saint-Martial d'Avignon, qui est faite restaurée par André Bornichet peu avant qu'il n'en commande le décor peint à Jean Jauffre ("...depingere et pinctare las simas, feulhas et les boges infustamenti per eum de novo facti et construendi in sua librata")²⁸. Citons aussi les peintres Albéric et Jacques Dombet qui travaillent pour Nicolas de Saint-Martin, noble de la ville d'Arles. Le contrat nous dit que ce dernier a fait construire une chapelle dans l'église des Carmes d'Arles et qu'il voulait la décorer d'un retable et d'une verrière, dont la réalisation est confiée aux deux frères ("capellam quam ipse hedificari fecit")²⁹. Les commanditaires procèdent donc logiquement par étapes hiérarchisées, en s'adressant d'abord probablement à des maçons pour la construction ou la réfection d'une chapelle, dont le décor vient s'ajouter par la suite. Cela ne veut pas dire que des peintres importants et reconnus n'ont pas de pouvoir de délégation. Par exemple, le 13 décembre 1476, le peintre Pierre Villate promet à Nicaise Uvalet, chanoine de la collégiale de Saint-Pierre d'Avignon, de peindre un vitrail pour cette église. Selon l'usage, dit le notaire, Villate doit faire un dessin sur toile et le montrer au client, se servir de verres cuits à grand feu, fournir les fers et les échafaudages, et poser le vitrail avant la fête de l'Ascension, sous peine d'amende³⁰. Ce genre de demande est courante pour un peintre-verrier, qui doit collaborer ici avec des menuisiers pour se fournir en échafaudages et en fers chez un ferrailleur. Villate semble absorber des tâches artisanales nécessaires au travail pictural, lui conférant davantage une figure d'entrepreneur que de figure artistique isolée. Le travail sur verre nécessite en effet une grande expertise technique exigeant de l'artisan une maîtrise totale de la chaîne opératoire. On constate cependant le contrôle exercé par le contrat et par le client, qui vérifie naturellement que ses souhaits sont bien respectés non seulement par la vérification du dessin préparatoire, mais aussi par le délai de livraison. La menace d'une amende est un argument régulier, mais pas systématique, au sein des prix-faits, dont la structure encadrante exige presque automatiquement de l'artiste de commencer et terminer le travail à une certaine date, et du commanditaire de verser les acomptes et le solde à temps.

Un autre moyen de vérifier le bon déroulement des travaux, dont celui des peintres, est de les loger à proximité du chantier ou de sa propre demeure (il s'agit de

²⁷ GRENET, Delphine – *Le décor peint...*, p. 37.

²⁸ Cité de GRENET, Delphine – *Le décor peint...*, p. 37.

²⁹ REQUIN, Henri – *Documents inédits...*, p. 11.

³⁰ REQUIN, Henri – *Documents inédits...*, pp. 27, 76-77.

plus d'un avantage d'un point de vue purement logistique pour épargner des frais de transport ou de logement si l'ouvrier vient d'une autre ville). Certains engagent même des tierces personnes pour contrôler la réalisation du bâti ou des décors. En 1447, René d'Anjou fait remettre plusieurs sommes d'argent à son conseiller Guy de Laval, qui est chargé de surveiller la réalisation des "peintures du pas de Saumur", pour la grande salle du château de ce lieu. Les quittances montrent aussi qu'il se charge lui-même de l'acquisition des pigments. Le premier paiement date du 26 octobre 1447, le dernier du 25 juillet 1449³¹. Un autre document est particulièrement parlant à cet égard: en 1471 les prieurs du luminaire de Sainte-Catherine de Sienne, en l'église des Prêcheurs de Marseille, engagent Pierre Villate pour peindre un retable commandé précédemment au fustier Guillaume Tiénard et déjà placé dans la chapelle³². Ils paient Villate 110 florins et son logement pendant 6 mois. Les prieurs auraient tout à fait pu séparer cette dépense en envoyant le bois à Avignon, mais la solution préférée leur permet de surveiller l'avancement des travaux, et de s'assurer par la même occasion que le peintre n'est pas occupé par d'autres travaux avignonnais. Car si des peintures murales ou de charpentes impliquent nécessairement la présence de l'artiste sur place, ce n'est pas le cas de pièces pouvant être réalisées en atelier, comme des retables ou des verrières, qui peuvent être insérées *a posteriori* dans la structure construite. Cela souligne l'intérêt des commanditaires à surveiller l'exécution des œuvres pour lesquelles ils paient des sommes parfois considérables. Quelques rares contrats précisent en effet explicitement que le peintre n'a pas le droit d'entreprendre d'autres travaux pendant la réalisation d'une commande. C'est le cas du peintre Giovanni Grassi, qui réalise à la demande de Dominique Panisse, le 12 août 1489, un retable pour la chapelle qu'il venait de faire construire dans l'église des Dominicains. Pour le prix de 300 florins et un tonneau de vin, il lui est expressément défendu de commencer d'autres peintures avant d'avoir fini le présent ouvrage ("Et fuit de pacto expresso inter partes quod dictus magister Johannes non possit, teneature et debeat recipere aliquod aliud opus nisi prius facto dicto opere et hoc sub pena quinquaginta florenorum extime dicto Dominico Panissio applicandorum")³³. Il était aussi facile pour son client de le surveiller, puisque Grassi s'était établi dans une maison contiguë à la sienne. Cela permet également d'éviter de payer des frais de transport, bien que des exceptions peuvent être acceptées en cas de circonstances exceptionnelles, comme lorsque le peintre Manuel Genovesi demande en 1517 à réaliser un retable à Aix au lieu de Cucuron, touchée par la peste, et de le transporter ensuite à ses frais³⁴.

³¹ ROBIN, Françoise – *La cour d'Anjou-Provence. La vie artistique sous le règne de René*. Paris: Picard, 1985, p. 173.

³² LABANDE, Léon-Honoré – *Les Primitifs français...*, p. 106.

³³ REQUIN, Henri – *Documents inédits...*, p. 93.

³⁴ LABANDE, Léon-Honoré – *Les Primitifs français...*, p. 125.

L'intendance logistique concernant les salaires des valets et ouvriers est souvent confiée en intégralité au maître peintre, qui se charge de payer ses compagnons. Les comptes du roi René témoignent d'une telle pratique: en 1477, nous trouvons un paiement à "A Victor Halier, paindre dudit seigneur, la somme de vingt florins pour la despence de lui et son varlet, pour tous les moys d'aoust et de septembre", ou encore "A Maistre Nicolas [Froment], sur les naves que fait son homme en la galerye d'Avignon, outre douze florins six gros cy devant receuz, a eu le XXe d'aoust autres XII florins VI gros"³⁵. Il s'agit d'ailleurs du seul chantier connu où le travail d'un assistant est précisé³⁶. Les paiements sont toutefois rarement complets au début de l'ouvrage. Des "augmentations" ou des bonus peuvent être perçus par les peintres à la fin de l'ouvrage si les commanditaires sont satisfaits (une clause souvent explicitée dans le contrat initial), nous éclairant ainsi sur les compétences des artisans. Ainsi, les prieurs et les procureurs du couvent des Célestins promettent 5 écus supplémentaires sur les 30 initiaux à Enguerrand Quarton et Pierre Villate pour la réalisation du retable de la famille Cadard (aujourd'hui conservé au musée Condé à Chantilly), si celui-ci venait à leur plaisir³⁷.

A l'occasion de chantiers d'envergure, notamment lors d'entrées solennelles, de fêtes religieuses ou de processions dans la ville, des peintres d'importance peuvent endosser le rôle de maître d'œuvre et diriger un ensemble d'artisans et d'ouvriers de divers corps de métier, démontrant l'étendue de leurs compétences. A titre d'illustration, nous pouvons évoquer le cas de Nicolas Froment lors de l'entrée du cardinal légat Julien de la Rovere en mai 1481 à Avignon, alors qu'il est chargé de superviser et gérer la construction ainsi que le décor du théâtre placé au carrefour du Puits-des-Bœufs. Si l'on sait que le *Triomphe du roi Artus* devait y être joué, un thème particulièrement apprécié à l'époque, nous connaissons surtout la liste de matériel dressée par le trésorier de la ville à la demande de Froment, responsable d'en régler l'ensemble aux ouvriers. Celle-ci révèle un champ de compétences dépassant largement les capacités d'un simple peintre. L'on y trouve des paiements pour des sacs de gypse et de la toile pour mouler des figures de nymphe, de l'étain pour réaliser des ailes, de l'argent bruni et du papier pour les costumes, de la toile et de la peau tannée pour un faux singe, des tuyaux pour une fontaine remplie de poissons, de nombreux pigments et matériaux précieux pour les peintures décoratives, ou encore le salaire des menuisiers qui font fournir les planches et les poutres destinées à l'édification du chafaud³⁸. Ces diverses tâches ont vraisemblablement demandé la collaboration de sculpteurs, de peintres, de brodeurs ou encore d'ingénieurs hydrauliques. Cette

³⁵ ARNAUD D'AGNEL, Gustave – *Les comptes du roi René...*, p. 190.

³⁶ GRENET, Delphine – *Le décor peint...*, p. 50.

³⁷ REQUIN, Henri – *Documents inédits...*, pp. 14, 58.

³⁸ BAYLE, Gustave – "Contribution à l'histoire de l'école avignonnaise de peinture (XV^e siècle)". *Mémoires de l'Académie de Nîmes* (1897), p. 563-564.

charge logistique qui incombe à une personnalité justifie logiquement des différences salariales. Comme le souligne Matthieu Bonicel, les frais liés à la peinture font partie des dépenses les plus élevées pour la municipalité, “car les pigments coûtent cher et les artistes peintres exercent une activité à forte valeur ajoutée”³⁹. Le rôle de superviseur endossé par Nicolas Froment suggère également que confier l'ensemble d'un chantier décoratif à un peintre permet davantage d'homogénéité visuelle.

3. Contrôle iconographique.

Comme le cas du vitrail commandé à Pierre Villate par Niçaise Uvalet précédemment cité l'explique, un contrat peut être accompagné d'un dessin préparatoire qui doit obtenir l'aval du commanditaire, jouant ainsi un rôle important dans la surveillance et le contrôle iconographique du travail. L'usage du patron, du “pourtraict”, n'est est pourtant pas systématique. Dans le cas des peintres-verriers de la Provence occidentale étudiés par Joëlle Guidini-Raybaud, il concerne moins d'un contrat sur dix sur la période étudiée⁴⁰. Le dessin préparatoire est surtout employé lorsqu'une iconographie comprenant de multiples personnages et scènes est demandée⁴¹. Dans le cas de la verrière de Villate, elle devait en effet représenter un programme complexe de la Transfiguration avec le Christ, Dieu le Père, Elie, Hénoc et trois apôtres, accompagnés d'anges dans le ciel tenant des instruments d'allégresse et de deux blasons⁴². A l'instar de la peinture sur verre, la peinture sur panneau peut exiger un dessin préparatoire si le programme iconographique est ambitieux. Comment ne pas citer le célèbre prix-fait passé en 1453 par Jean de Montagnac, chanoine de Saint-Agricol d'Avignon, au peintre Enguerrand Quarton, pour un *Couronnement de la Vierge* destinée à la chartreuse du Val de Bénédiction de Villeneuve-lès-Avignon (aujourd'hui conservé au musée Pierre de Luxembourg de la même ville). L'extrême précision avec laquelle l'iconographie est explicitée sur plusieurs folios, telle une véritable *ekphrasis*, n'empêche cependant pas une certaine liberté au peintre, dont on se fie à la maîtrise, ainsi que des expressions comme “selon qu'il semblera mieux audit maistre Enguerrand” en témoignent⁴³. D'autres se montrent plus pointilleux sur la question des dessins préparatoires et des modèles à suivre: Olivier Noblet, vicaire du cardinal Alain de Coëtivy, se charge à son nom de la commande aux peintres Guillaume et Albéric Dombet pour réaliser les peintures des boiseries du

³⁹ BONICEL, Matthieu – *Arts et gens du spectacle en Provence (XIV^e-XVI^e siècles)*, vol. 1. Villeurbanne, École nationale supérieure des sciences de l'information et des bibliothèques, 2007. Diplôme de conservateur de bibliothèque, rapport d'étape de thèse, partie 3, 1.2.4.

⁴⁰ GUIDINI-RAYBAUD, Joëlle – *Pictor et veyrerius...*, p. 141.

⁴¹ GUIDINI-RAYBAUD, Joëlle – *Pictor et veyrerius...*, p. 141.

⁴² REQUIN, Henri – *Documents inédits...*, p. 27.

⁴³ REQUIN, Henri – *Documents inédits...*, pp. 132-135.

palais épiscopal d'Avignon en 1457⁴⁴. Il précise dans le contrat qu'il conservera, durant toute la durée du chantier, les planchettes sur lesquelles est dessiné le patron, probablement afin de vérifier la conformité des décors.

Si un "pourtraict" n'est pas toujours exigé, il arrive fréquemment que des commanditaires imposent comme modèle une œuvre déjà existante se trouvant en général dans un lieu proche, se basant sur un principe d'émulation ou d'harmonie générale. Ce recours à un décor antécédent sert de plus de référence "vers laquelle se référer en cas de conflit"⁴⁵. Un exemple marseillais précoce du XIV^e siècle voit le peintre Jean Bourguignon chargé par le marchand Hugues Niel faire faire la peinture de la boiserie d'un appartement de sa maison qu'il venait de construire selon le modèle des appartements de Jean de Saint-Jacques ou de Gantelme Malet (le client se laisse le choix de choisir plus tard)⁴⁶. Certains modèles préexistants sont désignés pour des parties précises, comme le sujet iconographique ou des éléments architecturaux. C'est le cas des peintres avignonnais Simon Masclat et Jean Moreau, qui sont chargés en 1478 de prendre pour modèle la clairevoie du retable du marchand aixois Gérard Nasi pour confectionner et peindre un retable destiné à l'hôpital du Saint-Esprit d'Aix-en-Provence⁴⁷. Un projet dessiné peut aussi être modifié en cours de réalisation. Ce genre d'occurrence apparaît très rarement à l'écrit⁴⁸, ce qui suggère que la part de l'oral occupait une place importante au sein des accords convenus. Nous savons, selon les contrats, que des éléments sont précisés ultérieurement par le commanditaire, qu'il s'agisse de la composition des armoiries ou du sujet de volets de retable. Il est peu probable que les peintres aient "carte blanche" et que des modèles, dessinés, gravés ou désignés visuellement, soient imposés sans que nous en conservons une trace écrite (ce type de contrôle iconographique semble d'ailleurs prendre davantage d'essor avec l'apparition de l'imprimerie et la popularisation des estampes, qui permettent une large diffusion des œuvres⁴⁹). Cette hypothèse serait d'autant plus confirmée par

⁴⁴ REQUIN, Henri – *Documents inédits...*, pp. 54-55: "... Et primo, dictus Albericus promisit, nomine suo et dicti sui patris, facere dictas picturas bene et decenter, videlicet quemlibet canem de simassis iuxta formam per eudem dominum vicarium ibidem sibi monstratam et quem idem dominus vicarius habet...".

⁴⁵ ROBIN, Françoise – "L'artiste et ses modèles (retables peints et sculptés du Midi au XV^e siècle)". In *De la création à la restauration: Travaux d'histoire de l'art offerts à Marcel Durliat pour son 75^e anniversaire*. Toulouse: Atelier d'histoire de l'art médiéval, 1992, p. 482.

⁴⁶ BARTHÉLÉMY, Dr. – "Documents inédits sur divers artistes inconnus de Marseille et d'Aix du XIV^e au XVI^e siècles". *Bulletin archéologique du comité des travaux historiques et scientifiques*, 1885, p. 373.

⁴⁷ COSTE, Numa – "Documents inédits...", p. 691.

⁴⁸ Nous pouvons évoquer le cas des consuls de la ville d'Avignon en 1495, qui demandent au sculpteur Ferrier Bernard de modifier le «disegno» en ajoutant des figures supplémentaires sur un projet de tombeau: GUILLOUËT, Jean-Marie – "Le statut du sculpteur à la fin du Moyen Âge. Une tentative de problématisation". In CASSAGNES-BOUQUET, Sophie; NORE, Geneviève; YVERNAULT, Martine (éd.) – *Poètes et artistes...*, pp. 25-35.

⁴⁹ Il est courant au XVI^e siècle de rencontrer des commanditaires fournissant directement des gravures au peintre qu'ils engagent. Par exemple, en 1554, le peintre Simon de Mailly, dit de Châlons, se voit visiblement remettre deux gravures pour réaliser un retable: "...selon deux portraictz illec exhibéz et monstrez par lesdites parties et par moy, notayre, soubzigné, du consentement des dictes parties en date présente subsignéz.

l'importance sociale, religieuse ou politique que revêtent les décors. Les maçons ou maîtres d'œuvre sont parfois soumis aux mêmes types d'exigences iconographiques, en particulier lorsqu'ils travaillent à la construction ou la réfection d'un lieu comme une chapelle destinée à recevoir par la suite un décor. Dans un document daté du 8 août 1442, le maçon Pierre Cappellet doit, entre autres, suivre "la forma e maniera quant a la crota que es la cappella de Sanctat trinitat de la dicha gleysa am tres gentes fenestras conveniens al dich obragie dareyre an sufficiens aquoas" pour construire la chapelle de l'archevêque d'Avignon Nicolai⁵⁰. Deux ans plus tard, le peintre-verrier Guillaume Dombet est rémunéré par les exécuteurs testamentaires de l'archevêque pour les vitraux qu'il a réalisés dans la même chapelle⁵¹.

4. Confiance.

Depuis quelques années, la notion de confiance a fait l'objet de nombreuses études par les spécialistes du Moyen Âge, en particulier lorsqu'elle a trait à l'histoire sociale⁵². Terme polysémique, la *fides* englobe différents concepts, confiance, bonne foi, promesse ou encore sincérité, mais elle concerne surtout une réalité économique: le crédit⁵³. C'est particulièrement dans les rapports entre les artisans et leur clientèle que le principe de confiance peut nous éclairer sur les processus de commande et le déroulement des chantiers. La relative rareté des différents types de contrôle exercé par les commanditaires au XV^e siècle nous interroge donc sur la confiance accordée à l'artisan pour fournir un travail jugé de bonne qualité. La confiance accordée aux artisans se devine de façon un peu artificielle à travers les termes protocolaires employés dans les contrats qui les engagent pour divers travaux: promesse et bonne foi font partie des expressions usuelles, des pratiques de serments, des prix-faits. Ainsi François Villate, *pictor de Avinione gratis bona fide per se et suos promisit et convenit* au docteur Gabriel Fogasse de peindre des appartements de sa maison en janvier 1501 (il est payé 4 deniers la canne de feuilles et 5 cartons la canne de cimaise)⁵⁴. Ces formules rituelles engagent les deux parties de façon réciproque, chacune promettant de remplir sa part du marché. Si ce type de serment les engage uniquement d'un point de vue de l'écrit, d'autres documents nous renseignent sur les liens sociaux

Lesquelz pourtraictz ont illec estéz remis et expédiéz audit maistre Simon de Magly pour s'en servir en la dite oeuvre...". Avignon, Bibliothèque municipale, ms. 5712, fol. 366, 394 (Avignon, Archives départementales, 3 E 9 (1)/1230, fol. 60v-62).

⁵⁰ Document publié COSTE, Numa – "Documents inédits...", p. 702.

⁵¹ LABANDE, Léon-Honoré – *Les Primitifs français...*, p. 80.

⁵² Voir notamment la journée doctorale de 2012 *Lien de crédit, lien de confiance*, parue dans *Hypothèses* (2013), pp. 79-145; FALKOWSKI, Wojciech; SASSIER, Yves – *Confiance, bonne foi, fidélité: la notion de fides dans la vie des sociétés médiévales (VI^e-XV^e siècles)*. Paris: Classiques Garnier, 2018.

⁵³ Voir aussi DUBOIS-MORESTIN, Mélanie – *Être entrepreneur au Moyen Âge: Jean Teisseire, artisan cordier d'Avignon*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2022, p. 351.

⁵⁴ REQUIN, Henri – *Documents inédits...*, pp. 42, 90.

qu'un artisan peut entretenir avec son réseau professionnel en-dehors de ce cadre structurant. Il est donc difficile de mesurer la part de liberté accordée au peintre et les exigences du commanditaire⁵⁵. Bien qu'il s'agisse d'un exemple plus tardif du XVI^e siècle, le cas du peintre Simon de Châlons est particulièrement éclairant à cet égard. Les nombreux prêts d'argent et crédits qu'il accorde à diverses personnalités avignonnaises, dont des menuisiers qu'il engage ou encore les propriétaires de la maison qu'il loue, laissent deviner le soin avec lequel il prend soin de ses relations sociales et professionnelles⁵⁶.

Garante des bonnes relations sociales et professionnelles, la notion de confiance, mais aussi de méfiance, se lit à travers les différentes exigences imposées aux artisans, qu'il s'agisse des potentielles amendes en cas de retard ou de la bonne qualité des matériaux employés. La solvabilité des acteurs engagés dans un projet de construction et de décoration se comprend notamment à travers les garanties offertes par les peintres ou leurs garants, qui se chargent de tempérer la notion de risque associée à l'artisan, en particulier si celui-ci vient de s'installer dans la région et n'a pas encore fait ses preuves auprès de la communauté. La question essentielle de la *fama*, de la réputation, rencontrée chez tous les artisans du Moyen Âge, n'épargne donc pas les peintres. Pour citer un carme nantais en 1382:

“Le bon peintre ou le bon charpentier fait tout son possible pour réaliser quelque œuvre bonne et très belle, pour pouvoir plaire aux hommes et pour qu'ils portent bon témoignage de lui-même. Ainsi devrions-nous accomplir de bonnes œuvres parmi les autres, pour qu'elles témoignent pour nous devant le Seigneur”⁵⁷.

Parallèlement, ce sont les cas de rupture de confiance qui nous éclairent, en négatif, sur l'importance de la *fides* et de la *fama* chez les artisans. A titre d'illustration, un apprenti qui s'enfuit jette le discrédit sur l'atelier par son mauvais comportement, rompant par là-même non seulement le lien de confiance qui l'unissait à son maître, mais également celui entre ce dernier et sa clientèle⁵⁸.

Conclusion.

En guise de conclusion, il peut être intéressant de s'interroger sur la place qu'occupe le statut du peintre au sein de ces relations sociales de confiance. L'évolution de

⁵⁵ Un aspect mis en évidence par ROBIN, Françoise – “L'artiste et ses modèles...”, p. 482.

⁵⁶ LARRAZ, Camille – *Simon de Châlons*. Cinisello Balsamo: Silvana Editoriale, 2022.

⁵⁷ Cité de MARTIN, Hervé – *Mentalités médiévales II. Représentations collectives du XI^e au XV^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996, p. 113.

⁵⁸ DUBOIS-MORESTIN, Mélanie – *Être entrepreneur...*, p. 351.

l'artisan en artiste a déjà occupé un grand nombre de spécialistes. Joëlle Guidini-Raybaud a pu mettre en avant la valeur sociale du terme "peintre" au sein des documents provençaux. Le mot est d'ailleurs probablement employé de façon plus choisie qu'on ne l'imagine aujourd'hui⁵⁹. Elle donne l'exemple du peintre et verrier Louis Laure (documenté de 1533 à 1564), qui se qualifie ostensiblement de "pintre" dans un contrat qui le voit uniquement réparer des verrières. Les peintres jouissaient en effet de conditions matérielles et sociales plus avantageuses, leur métier étant considéré comme un haut salaire de l'artisanat, allant de pair avec une "identification professionnelle plus valorisante"⁶⁰. De façon parallèle, Simon de Châlons, premier peintre de la ville d'Avignon entre 1533 et 1561, ajoute le qualificatif de "peintre" après son nom dans une simple quittance pour du matériel⁶¹. L'image que renvoie l'artisan de lui-même joue donc probablement un rôle dans ses rapports sociaux et économiques avec les acteurs de la vie provençale.

⁵⁹ GUIDINI-RAYBAUD, Joëlle – "L'emploi du terme 'peintre' pour désigner les artisans du vitrail en Provence occidentale entre 1400 et 1550". In CASSAGNES-BOUQUET, Sophie; NORE, Geneviève; YVERNAULT, Martine (éd.) – *Poètes et artistes...*, p. 42.

⁶⁰ GUIDINI-RAYBAUD, Joëlle – "L'emploi du terme 'peintre'...", p. 42.

⁶¹ Avignon, Bibliothèque municipale, Ms. 5712, fol. 354, 392 (Avignon, Archives municipale, CC 468, Comptes de Gaspard Droin, dépenses extraordinaires, non numéroté).

La figure du maître dans le milieu de la construction toulousaine au cours de la seconde moitié du XIV^e siècle: *l'apport de l'analyse terminologique*

Clement Juarez¹

Résumé

Le paysage urbain toulousain au XIV^e siècle est en perpétuelle transformation. L'insécurité provoquée par les opérations militaires de la guerre de Cent Ans, ainsi que l'apparition de la peste en 1348, engendrent la contraction des espaces habités, notamment hors des murs de la ville. Les incendies et les inondations à répétition s'ajoutent aux tensions militaires, et font de Toulouse une ville en chantier. La conservation des sources comptables et notariales produites au cours de la seconde moitié du XIV^e siècle permet d'interroger les acteurs de ces chantiers. Cet article désire étudier la figure du maître dans le milieu de la construction toulousaine en s'appuyant sur le parcours de deux des maîtres bâtisseurs rencontrés dans la documentation, Jacques et Jean Maurin. Souvent mentionnés dans les productions relevant de l'histoire de l'art, ils n'ont pourtant pas fait l'objet d'étude historique récente. Il s'agira d'examiner leurs différentes activités, leurs relations socioprofessionnelles et leurs rôles sur les chantiers de construction au prisme de la figure du maître.

Mots clés

Figure; Chantiers; Affaires; Professions; Bâtiment.

¹ FRAMESPA (UMR 5136) convention CIFRE (Entreprise S.N.R.B.).

The figure of the master in the Toulouse's construction milieu during the second half of the fourteenth century: the contribution of terminological analysis.

Abstract

The urban landscape of Toulouse in the 14th century was constantly changing. The insecurity caused by the military operations of the Hundred Years' War, as well as the appearance of the plague in 1348, led to the contraction of inhabited areas, particularly outside the city walls. Repeated fires and floods added to the military tensions, and made Toulouse a city under construction. The conservation of accounting and notarial sources produced during the second half of the 14th century makes it possible to question the actors of these building sites. This article aims to study the figure of the master builder in the Toulouse construction milieu by focusing on the career of two master builders encountered in the documentation, Jacques and Jean Maurin. They are often mentioned in art history publications, but have not been the subject of any recent historical study. The aim is to examine their various activities, their socio-professional relationships and their roles on the building sites through the prism of the master figure.

Keywords

Figure; Sites; Business; Professions; Building.

Faire l'histoire des figures de la construction, des hommes en action sur les chantiers, implique pour l'historien d'enquêter sur les traces écrites de leur passage². La mention dans les sources médiévales des noms de ces hommes – parfois désignés par leur métier, leur fonction sur le chantier ou encore leur seule activité – rend possible l'examen de leur condition et de leurs relations dans le travail. Parmi les figures de la construction au Moyen Âge, celle du maître demeure incontournable. En général, l'image que nous avons du maître est celle que définit le philosophe et lexicographe français Émile Littré dans son *Dictionnaire de la langue française*: «celui qui enseigne quelque art; celui qui est savant, expert, éminent en quelque art; celui qui après avoir

²VICTOR, Sandrine; JUAREZ, Clément – “Vieilles pierres et jeune champ historique. Pour une histoire de la construction dans le Tarn”. *Revue du Tarn*, Albi: Fédération des sociétés intellectuelles du Tarn, 2022, *Bâtir au Moyen Âge*, pp. 19-26.

été apprenti est reçu avec les formes régulières dans quelque corps de métier; une qualification donnée à des artisans qui emploient ou dirigent plusieurs ouvriers, qui ont des ateliers, qui font des entreprises»³. Cette vision du maître est en grande partie construite par les sources normatives – les règlements professionnels ou statuts de métiers – qui placent le maître au sommet de la hiérarchie artisanale tripartite «maître-compagnon-apprenti», un positionnement qui semble s'opérer dans le cadre d'une organisation professionnelle, mais moins dans celui d'un véritable chantier⁴. Lorsque les statuts sont inexistantes, le maître apparaît essentiellement comme un artisan expérimenté. Cependant, l'existence ou non de ces statuts peut avoir un impact sur le travail du maître et ses interactions avec ses confrères⁵. Dans son essai *Maître, valet, et apprenti au Moyen Âge*, l'historien Philippe Bernardi met en avant trois niveaux de lecture possibles à propos du terme de *maître*. Tout d'abord le qualificatif de *maître* désigne l'expert, lui-même passé par un apprentissage chez un autre maître; puis le terme peut signaler chez certains artisans un précatif d'honneur, qu'ils s'attribuent à eux-mêmes ou dont ils sont gratifiés par d'autres; et pour finir, il peut signifier le fait d'être le *maître* de quelqu'un, en tant qu'enseignant ou patron⁶.

Le dossier que nous allons présenter aujourd'hui se concentre sur la figure du maître dans le milieu de la construction toulousaine au cours de la seconde moitié du XIV^e siècle. Pour ce faire, nous allons exposer le cas de la famille Maurin, en particulier de deux de ses membres: le maçon Jacques Maurin et son héritier universel⁷, le tailleur de pierre Jean Maurin. On observe les deux artisans sur les chantiers entre 1355 et 1405⁸. À cette période, la majorité des artisans toulousains appartiennent à des métiers réglementés par des statuts établis par les pouvoirs consulaires. Les métiers du bâtiment sont également concernés, mais ces statuts ne touchent que les charpentiers et les tuiliers de la ville. Les maçons et tailleurs de pierre évoluent au sein de professions dites libres⁹. Celles-ci se caractérisent par une libre concurrence, autrement dit l'exercice de la profession ne se concentre pas au profit d'un ou plusieurs individus, qui en auraient le monopole dans un cadre normé¹⁰. Les

³ LITTRÉ, Émile – *Dictionnaire de la langue française*. Paris, L. Hachette, 1873-1874. [Consulté le 7 août 2022]. Electronic version created by François Gannaz. Accessible à l'adresse: <http://www.littre.org>

⁴ VICTOR, Sandrine; JUAREZ, Clément – «Vieilles pierres et jeune champ historique...», pp. 19-26.

⁵ BERNARDI, Philippe – «Jeune, pauvre, étranger... d'autres manières d'être maître». In BOGLIONI, Pierre; DELORT, Robert; GAUVARD, Claude (éd.) – *Le petit peuple dans l'Occident médiéval: Terminologies, perceptions, réalités* [En ligne]. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019. pp. 421-435. Accessible à l'adresse: <https://books.openedition.org/psorbonne/14031>

⁶ BERNARDI, Philippe – *Maître, valet et apprenti au Moyen âge: essai sur une production bien ordonnée*. Toulouse: CNRS-Université Toulouse-Le Mirail, 2009, p. 93.

⁷ Toulouse, Archives Départementales de Haute-Garonne (ADHG), 3^e 3112, fol. 4r: «*hinc est quod Johannes Maurini heres universalis ut dixit magistri Jacobi*»; «*Item anno et die predictum Johannes Maurini heres magistri Jacobi Maurini*».

⁸ Les dates mentionnées dans cette communication ont toutes été converties au nouveau style.

⁹ WOLFF, Philippe – *Commerces et marchands de Toulouse: (vers 1350-vers 1450)*. Paris: Plon, 1954, p. 549.

¹⁰ DOLLÉANS, Édouard; DEHOVE, Gérard – *Histoire du travail en France. Mouvement ouvrier et*

métiers jurés fermés aux étrangers, au sein desquels les membres liés par le serment créent eux-mêmes leurs règles, n'apparaissent à Toulouse qu'à partir du XV^e siècle¹¹.

L'enquête sur ces deux hommes s'appuie sur un corpus documentaire extrêmement riche. De ce fait, nous ne ferons qu'effleurer la diversité de leurs activités au prisme de la figure du maître. Parmi ces documents figurent la comptabilité des chantiers des fortifications de la ville¹², celle du chantier du collège de Périgord¹³, ainsi que le registre du notaire Bertrand de Cans¹⁴. Ce dernier balaie une période allant de juin 1380 à mai 1405. Il est entièrement consacré aux différentes activités du tailleur de pierre Jean Maurin ainsi qu'à celles de son cercle proche. En effet, malgré l'indication de son décès dans les premières pages du registre, les activités de Jacques Maurin continuent à apparaître dans ce document. On les recroise, lui et son héritier, dans le registre d'un autre notaire, Jean de Montagnac¹⁵. Ainsi, à la faveur de ces sources privilégiées, nous pouvons nous demander en quoi le cas de Jacques et Jean Maurin nous permet de dessiner les contours de la figure du maître au sein des professions libres du bâtiment exerçant sur les chantiers à Toulouse à la fin du XIV^e siècle. Nous étudierons d'abord l'utilisation du terme de *maître* dans les documents qui ont conservé l'empreinte de leurs différentes activités. Puis nous observerons les relations entretenues dans leur champ professionnel et sur le terrain de leurs autres affaires.

Commençons par les occurrences du terme *maître* et son utilisation dans les documents. Que nous disent les sources dont nous disposons ? Lorsque l'on se penche sur ce corpus, focalisé sur leurs activités sur les chantiers de construction, on remarque un déséquilibre dans l'emploi du terme de «*magister*». Le maçon Jacques Maurin est désigné par ce terme dans les sept documents associés à son travail dans le secteur du bâtiment¹⁶. Son héritier, Jean Maurin, n'est mentionné comme maître qu'à cinq reprises sur seize documents reliés à ses affaires sur les chantiers¹⁷. On remarque aussi qu'il est nommé par son activité de tailleur de pierre dans 50% du corpus conservé. Sur l'ensemble de ces actes, Jean Maurin est désigné deux fois «*massonerius*»¹⁸ et huit fois «*peyrerius*»¹⁹, dénominations auxquelles s'ajoute une qualification de «*mercator*»²⁰. Voyons cela plus attentivement.

législation sociale, Tome 1 Des origines à 1919. Paris: Edition Domat Montchrestien, 1953, p. 60.

¹¹ GOURON, André – *La réglementation des métiers en Languedoc au Moyen Âge*. Genève; Paris: E. Droz et Minard, 1958, p. 367.

¹² Toulouse, Archives Municipales de Toulouse (AMT), EE32, 133 folios, "Compte def paiements faits pour ouvrages et travaux entrepris pour la cloture de la ville", 1354-1355.

¹³ Toulouse, AMT, 11D 106, Registre (1364-1371).

¹⁴ Toulouse, ADHG, 3^e 3112, 45 folios, *Registre du notaire Bertrand de Cans* (1380-1405).

¹⁵ Toulouse, ADHG, 3^e 5897, 193 folios, *Registre du notaire Jean de Montagnac* (1369-1404).

¹⁶ Toulouse, AMT, EE32, fol. 155r; Toulouse, ADHG, 11D 106, fol. 41v-42r; Toulouse, ADHG, 3^e 5897, fol. 15v; Toulouse, ADHG, 3^e 3112, fol. 20r.

¹⁷ Toulouse, ADHG, 3^e 3112, fol. 20v, 21v, 32v et 33v.

¹⁸ Toulouse, ADGH, 3^e 3112, fol. 20r et 21r-v.

¹⁹ *Ibid.*, fol. 12r, 20r, 20v-21r, 27r, 28v, 29r, 32v, 33v.

²⁰ *Ibid.*, fol. 14v-15r.

La première apparition de Jacques Maurin remonte au 15 août 1355. Il est mentionné dans le compte des travaux pour les fortifications de Toulouse réalisés entre 1354 et 1355. Dès cette première mention, Jacques Maurin est désigné comme «*mestre*» et «*massonier*»²¹. Le rédacteur du compte évoque des conseils que le maître aurait prodigué aux gestionnaires du chantier, des conseils qui ont conduit à des réparations sur une partie de l'enceinte. L'emploi du terme «*mestre*» vient ici appuyer le rôle d'expert dans lequel Jacques Maurin apparaît. Ce n'est pas lui qui exécute ces travaux, mais un autre maçon, Ramon de Cos, très présent à cette période sur les différents chantiers des remparts de Toulouse. Dix ans plus tard, on retrouve Jacques, habitant de la rue des Augustins²², sur le chantier de construction du collège de Périgord, à hauteur de l'actuelle jonction entre la rue du Taur et la rue du Périgord. Il est chargé de réaliser les fenêtres en pierre et le tabernacle de la chapelle du collège²³. Le 11 avril 1366, sur les quatre mentions de son nom dans le compte associé aux pierres du chantier, il n'est qualifié que par le terme «*magister*», sauf à l'occasion de l'une de ces mentions par laquelle il est également nommé «*operarius*»²⁴, l'ouvrier, de la cathédrale Saint-Etienne. Outre ces travaux sur ce chantier, on remarque qu'il en assure aussi la maîtrise d'œuvre ou tout du moins une partie. Jacques dicte et ordonne des consignes pour l'édification du bâtiment, des actions qui soulignent encore une fois le caractère surplombant de son expertise.

Signalons également une transaction via un acte d'achat daté du 19 avril 1373, conservé dans le registre du notaire Jean de Montagnac²⁵. Cet acte nous informe sur la nomination de Jacques Maurin en tant que maître des œuvres de la cathédrale Saint-Etienne. Dans ce document, il achète du bois d'œuvre à un certain Jean Tholzani et est à nouveau désigné comme «*magister*», le terme étant inscrit avant son nom, puis répété à la suite de celui-ci «*magistro Jacobo Maurini magistro operum ecclesie sancte stephani*». Qualifié du titre de maître des œuvres de la cathédrale Saint-Etienne, Jacques est au service de l'archevêché²⁶ en tant qu'agent d'administration et de gestion de l'édifice²⁷. À la demande de l'archevêché, il doit rédiger des devis²⁸, juger de l'état de la cathédrale et donner son avis sur les travaux à réaliser²⁹. D'autres documents

²¹ Toulouse, AMT, EE32, fol. 115r: «*An Rm de Coss massonier devam per repazimantar e per far le banqualet sus la glandadura a tot lo lonc la en era la V berteras a la paret al truelh de Sent Esteve e per amplir e sarzir la V berteras a tot le lonc e aisso fem far per cosselh de mestre Iocmes Mauri massonier*».

²² Toulouse, ADHG, 3^e 7411, fol. 174r-v.

²³ Toulouse, ADHG, 11D 106, fol. 41v-42r.

²⁴ *Ibid.*, fol.41v: «*a magistro Jacobo Maurini operario sancti stephani tholose*».

²⁵ Toulouse, ADHG, 3^e 5897, Cahier IV, fol. 15v.

²⁶ BERNARDI, Philippe – *Bâtir au Moyen Âge*. Paris: CNRS, 2014, p. 115.

²⁷ LARDIN, Philippe – «Des hommes de terrain: les maîtres des œuvres du roi en Normandie orientale à la fin du Moyen Âge». In *Les serviteurs de l'État au Moyen Âge: XXIX Congrès de la SHMES (Pau, mai 1998)* [en ligne]. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1999. Accessible à l'adresse: <https://books.openedition.org/psorbonne/22455>

²⁸ BERNARDI, Philippe – *Bâtir au Moyen Âge...*, p. 116.

²⁹ GILLES, Henri – «Les maîtres des œuvres royales de la sénéchaussée de Toulouse au Moyen Âge ».

montrent que le maître maçon est aussi nommé à la tête de ce chantier: «*magister operis*»³⁰. Comme maître d'œuvre il doit organiser les travaux, procéder au recrutement, mais également régler les problèmes et s'adapter aux modifications techniques³¹. En effet, les recherches récentes attribuent les activités effectuées autour de 1380 – sous l'administration archiépiscopale de Jean de Cardailhac – à l'atelier de Jacques Maurin. Parmi ces travaux, citons en particulier ceux réalisés sur les clôtures du chœur de la cathédrale, ainsi que sur le remplage de la baie occidentale de la chapelle Notre-Dame-de-Pitié³². Le maître est cité à nouveau à six reprises comme «*magister operis*» de la cathédrale dans les quatorze actes posthumes³³ dans lesquels il apparaît et dont la dernière mention connue date du 27 juin 1395³⁴, soit quinze ans après sa mort. Ainsi, à partir de la première mention de Jacques Maurin en tant que maîtres des œuvres de la cathédrale en avril 1373, on remarque une augmentation de l'usage de la double désignation «maître/maître des œuvres» ou «maître/maître d'œuvre» dans les textes. Cette double désignation renforce la valeur du savoir-faire que l'on prête à cet homme.

En revanche, sur l'ensemble du registre de Bertrand de Cans regroupant cent cinquante-trois actes, Jean Maurin, l'héritier de Jacques, n'est qualifié de «*magister*» qu'à onze reprises, dont seulement cinq ressortent de textes directement liés à la construction. Sur ces cinq inscriptions, les deux premières viennent du contrat de construction du chevet de l'église de Villemur daté du 18 août 1385³⁵. Le prêtre Pierre Mélet, le commanditaire de ce chantier, laisse une habitation avec deux lits à disposition du «*magistro Johanni et eius familis sive operaris*» le temps des travaux. Plus loin dans le contrat, Pierre Mélet demande au «*magister Johannes*» de fabriquer, en plus de la construction du chevet, trois autels de chapelle et une citerne³⁶. Le 29 août³⁷, alors que les maçons Jacques Bonandi et Pierre de Podio promettent à Jean Maurin de fournir 8000 briques pour cette construction, il est désigné dans le contenu de l'acte comme «*magistro Johannis (sic)*». Le 2 mars 1396³⁸, Jean Maurin reconnaît posséder une dette à l'égard d'un certain Guillaume Jean venu travailler dans plusieurs

dans *Mémoires de la Société Archéologique du midi de la France*, Toulouse, XLII, 1978, pp. 42-43.

³⁰ Toulouse, ADHG, 3^e 3112, fol. 4r.

³¹ VICTOR, Sandrine – “ Experts et expertises sur les chantiers cathédraux. L'exemple de Gérone au bas Moyen Âge”. In DENJEAN, Claude (éd.); FELLER, Laurent (éd.) – *Expertise et valeur des choses au Moyen Âge. I. Le besoin d'expertise*. Madrid: Casa de Velázquez, 2013, p. 135.

³² CZERNIAK, Virginie (dir.); RIOU, Charlotte (dir.) – *Toulouse au XIV^e siècle: Histoire, arts et archéologie: une floraison d'exception au temps de la peste et de la guerre de Cent Ans*. Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2021, pp. 51-52.

³³ Toulouse, ADHG, 3^e 3112, fol. 7r, 9v, 11r, 12r, 12v, 16v, 20r, 22v, 29v, 30v, 31v-32r et 43r.

³⁴ *Ibid.*, fol. 31v-32r.

³⁵ *Ibid.*, fol. 20v.

³⁶ *Ibid.*, fol. 20r-20v: “*dominus Petrus debet [...] habere dicto magistro Johanni et eius familis sive operaris in dicto loco hospitium tum permanendi dum faciet opus predictum cum duobus lectis pro cubando [...] idem magister Johannes debet facere tria altaria tegularum et unam sisternam*”.

³⁷ *Ibid.*, fol. 21v.

³⁸ *Ibid.*, fol. 32v.

de ses bâtiments. Au début de l'acte, Jean Maurin est nommé «*peyrerius*», puis qualifié dans le corps du texte de «*magister*»³⁹. Ces qualificatifs apparaissent séparément à chaque reprise à l'exception d'un acte. Le 19 août 1396⁴⁰, le «*magister Johannes Maurini peyrerius Tholose*» embauche le tailleur de pierre Gérard de Malégnan pour réaliser le couronnement d'un des trois pans du cloître du couvent des Augustins.

Si l'on examine ses autres affaires dans le registre de Bertrand de Cans, Jean Maurin est désigné par le terme de *maître* dès 1384. Ainsi, le 10 juin de cette année, le tailleur de pierre passe devant le notaire pour une reconnaissance de dette. Alors que le notaire a déjà désigné, au début de l'acte, Jean Maurin de «*peyrerius*», il transcrit les paroles du clerc Jacques de Barbazan, son créancier, dans lesquelles celui-ci nomme clairement Jean Maurin comme maître, et cela à sept reprises dans l'acte⁴¹. Dans un autre acte de reconnaissance daté du 16 janvier 1393 il est désigné dans un premier temps comme maçon, puis dans une phrase distincte comme «*magister*»⁴².

Que pouvons-nous conclure de toutes ces informations ? On constate des usages différents du terme *maître*, pour deux membres d'une même famille qui succèdent l'un à l'autre dans le même secteur d'activité. Cette différence d'utilisation vient-elle de leur activité ? L'usage du terme de maître vient-il marquer une séparation entre elles ? Cela ne semble pas être le cas, car Jacques Maurin est décrit deux fois comme tailleur de pierre tout en étant désigné comme maître. De plus, le peu de fois où Jean Maurin est désigné comme maître, il est aussi qualifié de «*massonerius*». On remarque qu'il est aussi nommé à plusieurs reprises dans les actes notariés comme héritier du «*magister*» Jacques Maurin, maître d'œuvre et de la fabrique de l'église de Toulouse⁴³. C'est le cas par exemple dans l'acte du 19 juillet 1385⁴⁴. Ce texte vient reconnaître la fin du

³⁹ Toulouse, ADHG, 3^e 3112., fol. 32v: "Item [...] quod cum Johannes Maurini peyrerius Tholose teneretur G. Johannis (sic) Tholose decem et septem franchis auri per reparationem facta per ipsum G. Johannis in quodam hospitio per ipsum G. aquisito et empto a dicto magistro Johanne Maurini [...] dictus Johannes Maurini [...] recognovit se legitime debere dicto Guillemo Johannis presenti".

⁴⁰ *Ibid.*, fol. 33v: "Item anno XCVI die XIX mensis augusti quod cum magister Johannes Maurini peyrerius Tholose".

⁴¹ *Ibid.*, fol. 19r: "Ego Jacobus de Barbasano [...] recognosco [...] recepisse a magistro Johanne Maurini quinquaginta francos auri [...] de quibus quinquaginta francorum auri ipsum magistrum Johannem Maurini [...]. Ego Jacobus de Barbasano [...] recognosco [...] recepisse a magistro Johanne Maurini quindecim francos auri [...]. Ego Jacobus de Barbasano [...] recognosco [...] recepisse a magistro Johanne Maurini viginti francos auri [...]. Ego Jacobus de Barbasano [...] recognosco [...] recepisse a magistro Johanne Maurini quindecim francos auri [...] resta de sumo centum francos per dominum magistrum Johannem Maurini michi debitum de quibus XV francorum magistrum Johannem".

⁴² *Ibid.*, fol. 30v: "magister Petrus de Castelhone notarius Tholose publicus et Famessa filia Jacobi Bonandi massonerii eius uxor [...] recognovit a Johanne Maurini massonero Tholose presente [...] de eiusdem dictum magistrum Johannem Maurini presente".

⁴³ La première mention de Jacques Maurin comme maître d'œuvre et de la fabrique de l'église de Toulouse remonte à une reconnaissance de dette datant du 5 février 1374 dans le registre de Bernard de Columb conservé à l'intérieur du fond de Saint-Sernin de Toulouse, aux ADHG, 101H 101, fol. 7v: "recognoverunt se deberunt magistro Jacobo Maurini magistro operis seu fabrisse ecclesia tholosane presenti sexaginta francos auri". Jacques Maurin est désigné par les mêmes termes dès sa première apparition dans le registre de Bertrand de Cans, 3^e 3112 au fol. 4r: "magister Jacobus Maurini magister operis et fabrice ecclesie tholosane condam".

⁴⁴ Toulouse, ADHG, 3^e 3112, fol. 20r.

chantier du cloître du couvent des Cordeliers de l'Isle-Jourdain et son paiement par le couvent. En continuant de se faire désigner comme l'héritier de Jacques Maurin, cinq ans après sa mort, Jean Maurin utilise la réputation professionnelle⁴⁵ de son «parent» pour indiquer que la qualité de son travail est comparable à celle de son prédécesseur. Ainsi, le terme de maître paraît essentiellement être employé dans le but de ratifier le niveau de savoir-faire et d'expertise détenu par les deux personnages.

Maintenant que nous avons examiné, rapidement, le vocable de *maître*, nous allons tenter d'en savoir plus sur les relations professionnelles et d'affaires entretenues par ces deux figures des chantiers toulousains et nous demander si cela nous renseigne sur leur statut ou leur position au sein de leur hiérarchie professionnelle. Commençons par souligner un point important: il n'est fait mention dans aucune des sources dont nous disposons d'une quelconque association ou de chantiers communs, entre Jacques et Jean Maurin.

Grâce à l'emploi du vocable de *maître*, Jacques Maurin paraît avoir un statut dominant, au minimum par son expertise et, au mieux, par la position que lui confère notamment son titre de maître des œuvres et de la fabrique de la cathédrale Saint-Étienne. Une domination qui transparait par des liens verticaux: en avril 1366, le maître Jacques Maurin «*dictabat*» et «*ordonabat*»⁴⁶ sur le chantier de réaménagement du Collège de Périgord. Sa position dominante en tant qu'expert lui permet également d'être missionné pour des tâches particulières. Toujours en avril 1366, le maître d'ouvrage du chantier du Collège, Pierre du Four, le paye pour s'être rendu sur le marché de Saint-Sernin, afin d'estimer et d'acheter des pierres de seconde main revendues par des bouchers de la ville⁴⁷.

Plusieurs actes notariés consignés dans le registre du notaire Bertrand de Cans nous donnent des renseignements sur les relations d'affaires établies par le «*magister*» Jacques Maurin. On note ainsi la liquidation de quatre associations ou sociétés différentes, dont son héritier universel Jean Maurin doit s'occuper. La présence de ces associations n'est pas originale à Toulouse, Philippe Wolff dénombre près de 300 contrats relatifs à des associations, que ce soit pour leur création, leur fonctionnement ou leur liquidation. Parmi les différents types de «sociétés» existantes, celles du maître Jacques Maurin pourrait se rapprocher des «sociétés de commandes» qui se caractérisent par une ou plusieurs personnes voulant investir des capitaux dans une affaire, qu'un ou plusieurs commerçants ou artisans doit faire fructifier⁴⁸.

⁴⁵ BERNARDI, Philippe – «Relations familiales et rapports professionnels chez les artisans du bâtiment en Provence à la fin du Moyen Âge». *Médiévales* [En ligne]. 15, 30 (1996), p. 58. Accessible à l'adresse: https://www.persee.fr/doc/medi_0751-2708_1996_num_15_30_1352

⁴⁶ Toulouse, ADHG, 11D 106, fol. 41v: «*Item quod dictus magister Jacobus dictabat et ordinabat et leniebat de die en die edificacionem domus*».

⁴⁷ *Ibid.*, fol. 42r.

⁴⁸ WOLFF, Philippe – *Commerces et marchands...*, pp. 483-484.

Par exemple, le 26 mars 1381, Étienne Calveti, fils et héritier du maître Jean Calveti, notaire de Toulouse, vient avec sa mère, Gausia Calveti, se retirer de l'accord «*in societate*» effectué par son père avec Jacques Maurin⁴⁹. Jean Calveti avait investi 200 florins d'or dans cette «société» dont les profits devaient revenir à parts égales à Jacques Maurin et Jean Calveti. Jacques Maurin ne participe cependant pas à l'investissement au capital, en tout cas pas de la même façon. Notre hypothèse serait que le maître engage dans cette association ses actifs immobilisés⁵⁰, c'est-à-dire des biens comme son outillage, mais aussi ses installations techniques qui pourraient correspondre dans notre cas à un ou plusieurs ateliers en ville, et peut-être, mais cela reste à confirmer dans des études ultérieures, une carrière à Boussens⁵¹. Ce rapport d'affaire place les deux protagonistes sur un pied d'égalité, dans un jeu de dépendance réciproque, dont le but affiché est de dégager un profit à partager. Dans ce cas particulier, l'affaire mise en place par ces deux individus n'est pas poursuivie par leurs héritiers respectifs. Mais la question se pose pour une autre association réalisée par Jacques Maurin avec un certain Arnaud Vitalis, le 27 janvier 1371, enregistrée par l'acte du notaire Jean de Fontanis. L'association, dont le capital est à hauteur de 200 livres tournois, n'est liquidée par Jean Maurin et Bezanius Vitalis, le fils d'Arnaud, que le 27 juin 1395⁵², soit 15 ans après le décès de Jacques Maurin. Les deux héritiers pourraient donc avoir poursuivi longuement le partenariat établi avant eux.

En réalité, Jean Maurin apparaît, dans ses rapports professionnels, davantage comme un gérant que comme un artisan en action. Il est lié en majorité à d'autres artisans exerçant les mêmes activités que lui, à savoir la taille de pierre ou la maçonnerie. Dans certains cas précis, ces relations sont contractuelles. Jean Maurin engage des artisans pour des tâches précises à réaliser dans un temps donné. Le 15 mai 1385⁵³, un acte passé dans le registre de Bertrand de Cans mentionne le recrutement de deux maçons toulousains – Vitalis de Fajole et Guilhem André – pour les travaux effectués au couvent des Cordeliers de l'Isle-Jourdain. Le 19 août 1396⁵⁴, on constate une situation semblable, où Jean Maurin engage deux tailleurs de pierre, Gérald de Malégnan et Pierre de Bosano, l'un après l'autre, chacun pour une campagne de travaux différente au cloître du couvent des Augustins à Toulouse. Ces divers exemples montrent des relations économiques verticales, dans lesquelles Jean

⁴⁹ Toulouse, ADHG, 3^e 3112, fol. 7r.: "*Stephanus Calveti filius et heres magistri Johannis Calveti notari tholose quondam mercerius et Gausia matris dicti Stephani uxor dicti quondam magistri Johannis recepissent in societate ad medium lucrum et mediam pararam (sic) a magistro Jacobo Maurini quondam magistro operis seu fabrice ecclesia Tholosane Sancti Stephani Tholose*".

⁵⁰ BERNARDI, Philippe – "Relations familiales et rapports...", p. 57.

⁵¹ Boussens est une bastide fondée en 1269 et située à environ 65 kilomètres au sud de Toulouse. Boussens est aujourd'hui une commune française dans le centre du département de la Haute-Garonne. Voir: <https://www.mairie-boussens.fr/fr/index.html>

⁵² Toulouse, ADHG, 3^e 3112, fol. 31v-32r.

⁵³ Toulouse, ADHG, 3^e 3112, fol. 20r.

⁵⁴ Toulouse, ADHG, 3^e 3112, fol. 33v.

Maurin correspond à un donneur d'ordre indépendant qui fournit le travail. Il apparaît comme un entrepreneur qui embauche des confrères, mais on constate également qu'il s'impose à l'heure de former une nouvelle main d'œuvre.

Sur les dix contrats de location, qui sont des actes dans lesquels un individu loue sa force de travail pour une durée limitée contre un paiement et/ou une formation, six sont attachés à des individus qui n'ont pas encore atteint la majorité et sont âgés entre 14 et 25 ans⁵⁵ et dont deux sont déjà qualifiés par une activité. Le 25 avril 1381⁵⁶, Raymond Cavriolli se place seul chez Jean Maurin pour y rester deux années durant lesquelles il pourra s'exercer. Ce personnage est désigné comme «*fusterius*» (charpentier), il reçoit une somme le temps de son engagement, mais aussi «*pro eius labore*»⁵⁷. Le 28 octobre 1385⁵⁸, le maçon Pierre Lavaressa, âgé entre 20 et 25 ans, se loue à Jean Maurin pour un an au cours duquel il devra lui rester utile et fidèle sur les chantiers comme dans sa demeure. Même si la distinction entre apprentissage et embauche peut parfois être floue, des indices poussent parfois le curseur vers l'un ou l'autre. Sur les dix contrats de location, six citent la présence des pères lors du passage devant le notaire⁵⁹. Le charpentier Jean Longpied (*Johannes de Longo Pede*) est le seul père à travailler dans un métier du bâtiment. Son fils Arnaud se loue le 7 juillet 1390⁶⁰ à Jean Maurin pour six années. On le retrouve le 15 septembre 1396⁶¹ désigné comme «*peyrerius*» dans un autre contrat de location lié à des activités de taille de pierre. Alors que les six années aux côtés du maître Maurin apparaissent comme un réel apprentissage, cette année supplémentaire peut être interprétée comme une année de perfectionnement auprès du maître.

Par ces quelques exemples, on constate que la relation maître-apprenant se confond avec celle du patron-employé. De fait, qu'ils soient débutants ou déjà qualifiés, on observe que ces individus se placent dans une dépendance professionnelle vis-à-vis de Jean Maurin. Ses activités renforcent son statut, car malgré une utilisation moins fréquente du terme de *maître* dans ses contrats que son prédécesseur, il a le profil du maître-enseignant, ou avec plus de distance, du maître-patron. On a donc deux profils de maîtres: l'expert technique et l'entrepreneur⁶² du bâtiment.

⁵⁵ Toulouse, ADHG, 3^e 3112, fol. 8v, 9r, 14v-15r, 19v, 27r et 28v.

⁵⁶ Toulouse, ADHG, fol. 9r: «*Ramondus Cavriolli fusterius*».

⁵⁷ Toulouse, ADHG: «*dictus Johannes recipiens [...] dictum colloquium promisit dicto Remundo presenti item dare et solvere pro eius labore pro toto tempore triginta florenos auri*».

⁵⁸ Toulouse, ADHG, fol. 21v.

⁵⁹ Toulouse, ADHG, fol. 8v, 14v-15r, 19v, 28v, 28v et 34r.

⁶⁰ Toulouse, ADHG, fol. 28v.

⁶¹ Toulouse, ADHG, fol. 34r.

⁶² Nous parlons ici de l'entrepreneur tel que le définit Joseph Schumpeter dans la troisième partie de son chapitre II (p.106-137) de son ouvrage réédité en 1999, *Théorie de l'évolution économique: recherches sur le profit, le crédit, l'intérêt et le cycle de la conjoncture*. Un entrepreneur est un agent économique indépendant capable de se démarquer en rassemblant et combinant différents facteurs de production (ressources humaines et matérielles). Joseph Schumpeter souligne la capacité de ce personnage «d'aller seul et de l'avant» (p. 126), tandis que Michel Drancourt, à l'intérieur de sa publication intitulée *Leçon d'histoire sur l'entreprise*

Enfin, la question de la nature du lien familial entre Jacques et Jean Maurin reste elle aussi en suspens, tout comme leur possible relation professionnelle. Ont-ils un lien père-fils ou oncle-neveu? Jacques a-t-il formé Jean? Ont-ils fait partie ensemble d'une entreprise familiale? Jean Maurin étant l'héritier universel de Jacques, ce dernier a pu lui transmettre certains actifs, c'est-à-dire des biens et droits, tout comme des dettes et créances attachées à leur unité de production. De fait, nous avons l'exemple des liquidations, opérées par Jean Maurin, des associations que Jacques avait créées, c'est à lui que sont revenues ces affaires. Le stade actuel de notre étude sur ce dossier ne permet pas d'aller plus loin pour le moment.

Pour conclure, au regard des informations que nous avons pu réunir, le qualificatif de *maître* pour Jacques Maurin, paraît bien désigner *l'expert* auquel il correspond dans ses activités. L'usage du terme apparaît beaucoup moins essentiel pour Jean Maurin qui semble profiter de la réputation de son prédécesseur. Le mot «*magister*» transparaît davantage comme un attribut d'honneur que comme un véritable qualificatif de son état, même si, par ses actions, l'héritier de Jacques Maurin correspond bien à l'artisan expérimenté auquel renvoie le terme maître. Jean Maurin apparaît davantage comme un gestionnaire, un entrepreneur⁶³ ouvrant les chantiers, recrutant la main-d'œuvre, faisant fructifier les revenus provenant du terrain dans d'autres activités, tandis que Jacques Maurin renvoie plus au profil du maître-expert, du technicien du chantier. Issu de notre intervention lors de la VII^e conférence internationale du Moyen Âge, cet article a soulevé de nombreuses questions au sujet des personnages que sont Jacques et Jean Maurin et de leur importance dans le milieu du bâtiment toulousain. La suite de nos travaux permettra d'avancer sur ce riche dossier.

de *l'Antiquité à nos jours* parue en 1998 via les Presses Universitaires de France, définit aussi l'entrepreneur comme "un initiateur" (p. 13).

⁶³ Sur l'origine des concepts de l'entreprise et des entrepreneurs, voir Hélène Vérin – *Entrepreneurs, entreprise: histoire d'une idée*. Paris: Éditions Classiques Garnier Numérique, 2019, 267 pages. Sur l'entreprise à la période médiévale, voir VERNA, Catherine – "Quelles sources pour quelles entreprises du XIII^e au XV^e siècle". In AMMANNATI, Francesco (éd.) – *Dove va la storia economica? Metodi e prospettive, secc. XIII-XVIII = Where is economic history going?: methods and prospects from the 13th to the 18th centuries: atti della "Quarantadesima settimana di studi", 18-22 aprile 2010*. Florence: Firenze University Press, 2011, vol. 42; BRAUNSTEIN, Philippe – *Travail et Entreprise au Moyen Âge*. Bruxelles: De Boeck, 2003; SOSSON, Jean-Pierre – "L'entrepreneur médiéval". In CAVACIOCCHI, Simonetta (éd.) – *L'impresa, Industria, Commercio banca, secc. XIII-XVIII*. Firenze: Le Monnier, 1991, pp. 275-293.

Os mesterais na construção no início de Quinhentos: *especialização e dependências no trabalho em estaleiros régios manuelinos*

Arnaldo Sousa Melo¹

João Pontes²

Resumo

Partindo da análise de diversos estaleiros régios de construção de edifício de prestígio do tempo de D. Manuel, dos quais se conservaram avultados fundos documentais de elevado valor e dimensão qualitativa e quantitativa e concentrado num período de tempo curto, entre 1507-1518, possibilitando uma dimensão de análise comparativa rara no contexto português tardo-medieval e de início de Quinhentos. O estudo centrou-se na análise dos tipos de mão-de-obra dos mesterais da construção em torno das categorias de trabalho especializados dos mesterais (oficiais e mestres), trabalho indiferenciado e dependências no trabalho, nas suas interconexões e níveis intermédios vários.

Palavras-chave

Mesterais em Portugal Medieval; História da construção; Trabalho e dependências no trabalho na Idade Média; Estaleiros de construção manuelinos.

¹ Departamento de História e Lab2Pt / ICS – Universidade do Minho.

² Doutorando em história na Universidade do Minho com o projeto de Doutoramento intitulado: “Os mesteres da construção em Portugal entre os finais do século XIV e meados do XVI: práticas, regulamentação e formas de organização” financiado por fundos sociais europeus por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia, com a referência SFRH/BD/145325/2019.

Craftsmen in construction sites of early 16th century: specialization and dependencies in labour in royal construction sites at the time of King Manuel of Portugal.

Abstract

Based on the analysis of several royal building construction sites of prestige from the time of King D. Manuel, from which large documental collections of high value and qualitative and quantitative dimension were preserved and concentrated in a short period of time, between 1507-1518, allowing a rare comparative research in the late medieval and early 1500s Portuguese context. The study is focused on the analysis of the types of labour used by craftsmen in construction yards around the analytical categories of craftsmen's specialized work (officers and masters), undifferentiated work and dependencies in labour, in their interconnections and various intermediate levels.

Keywords

Artisans and crafts in Medieval Portugal; Construction history; Labour and labour dependencies in the Middle Ages; Construction sites from King Manuel.

Introdução.

A história do reinado de D. Manuel I está repleta de factos históricos relevantes, desde logo no caráter furtivo da sua ascensão ao trono, até às intrincadas políticas matrimoniais que envolveram não só todo o séquito que se acercava do monarca, como o próprio D. Manuel, de elevada importância para a fortuna do reino português. Após a morte de seis pretendentes diretos ao lugar de D. João II, as regras de sucessão levaram D. Manuel a ocupar a posição deixada vaga pelo falecimento do *Príncipe Perfeito*³.

O reinado do *Venturoso* vai ser rico em ações de afirmação de poder, muito em parte por via da recuperação de antigos símbolos arquitetónicos, de recuperação das suas estruturas, e simultaneamente pela construção de novos edifícios, a um tempo com caráter funcional, e a outro significando uma demarcação da presença régia junto dos principais polos de desenvolvimento económico do reino. Dessas campanhas de intervenções em edifícios existentes e de novas construções régias nasceram fontes importantes para o estudo da atividade construtiva – na sua maioria livros

³ O relato que nos é feito por João Paulo Oliveira e Costa, na biografia de D. Manuel, é um ótimo ponto de partida para o estudo do cenário político e fases de sucessão desta época. Vide: COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I, 1469-1521: um príncipe do renascimento*. Vol. XIV. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, pp. 59-92.

de receita e despesa das respetivas obras-, importantes testemunhos do quotidiano destes estaleiros de encomenda ou patrocínio régio, conservando registos sobre a composição das várias despesas associadas, da distribuição semanal ou mensal do trabalho dos construtores, da encomenda de materiais importantes para a execução das obras, entre outras matérias de relevo.

O estudo que aqui publicamos parte do tempo e espaço acima indicados e procurar caracterizar a atividade construtiva com expressão nos estaleiros régios dos inícios de Quinhentos. A escolha desta cronologia decorre, por um lado, do reforço da atividade construtiva por iniciativa régia e, por outro lado, por se conservar para esses primeiros 20 anos do século XVI uma quantidade de documentação de diversos estaleiros, de dimensão qualitativa e quantitativa excecional para o caso português num período de tempo curto, ainda que incompletas, facilitando desta forma o estudo e comparação entre esses diferentes estaleiros de construção. O objetivo deste estudo consiste em identificar, questionar e caraterizar o tipo de trabalhadores envolvidos nesta atividade construtiva e mesteres da construção, não só dos mesterais e oficiais especializados, mas também e sobretudo da mão de obra menos especializada, ou até por vezes indiferenciada, dependente dos primeiros, em geral mal conhecida. E tendo em conta as formas de organização interna da atividade, sob o ponto de vista da contratação de trabalhadores e aquisição de materiais, organização hierárquica e eventuais modelos de aprendizagem.

A base documental para o estudo em questão está associada a intervenções e construções régias que ocorreram, salvo exceções, no período temporal compreendido entre 1507-1518, cingindo-se geograficamente à zona centro-sul de Portugal e à ilha da Madeira. As fontes documentais utilizadas reportam-se às intervenções ocorridas no Paço de Sintra, no Paço da Alcáçova de Lisboa, no Convento de Cristo de Tomar, assim como as construções do Mosteiro dos Jerónimos, do Mosteiro da Batalha⁴ e da Alfândega Nova do Funchal, em virtude de constituírem parte significativa das referidas fontes conservadas desse período.

1. Contexto.

O cenário político do reino de Portugal nos finais do século XV e inícios do XVI é marcado por uma forte presença de simbolismo associado ao monarca, à sua

⁴ A exceção aos restantes exemplos reside no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, ou Mosteiro da Batalha, dado que a sua construção se inicia em 1385 como forma de celebrar a vitória de D. João I na batalha de Aljubarrota. GOMES, Saúl António - "Um estaleiro medieval de excelência: o Mosteiro da Batalha". In MATEUS, João Mascarenhas (dir.) - *A História da Construção em Portugal: Alinhamentos e fundações*. Coimbra: Almedina, 2011, pp. 49-78. GOMES, Saúl António - "Les bâtisseurs du chantier gothique du Monastère de Bataille (Portugal): XIV-XVI^e siècles". In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) - *História da Construção - Os Construtores*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 173-190.

ascendência e ao seu poder junto dos povos. A figura do rei, o incremento do simbolismo e influência do poder régio junto das elites sociais desenvolveu-se de forma crescente no tempo de D. João II, conhecendo especial destaque durante o reinado de D. Manuel.

Com D. Manuel a figura régia foi envolta num simbolismo de poder operando em duas dimensões que se completavam. Por um lado, no âmbito teórico, o poder do rei é ungido pela legitimidade divina, como se essa valência lhe fosse conferida diretamente por Deus, com a missão evangelizadora junto dos povos. Por outro, no campo prático, a amplitude de atuação do rei tornou-se mais vasta e incontestável – sobretudo após debelada a casa de Bragança durante o reinado de D. João II⁵ – permitindo ao monarca não só dispor de muitos dos poderes que outrora pertenceram às grandes famílias nobres do reino, mas, também, abrindo espaço para que o rei pudesse distribuir títulos, propriedades e mercês sem oposição, reforçando o círculo de dependência em seu torno. O rei aglutinou, assim, todos os poderes na sua figura, impondo-se pela supremacia e legitimidade que os feitos políticos lhe conferiam⁶.

A política manuelina vai fazer bandeira deste simbolismo e revestir grande parte das suas ações propagandísticas de um carácter legitimador de afirmação de poder. Um dos elementos onde, recorrentemente, surgiram manifestações da propaganda régia residiu nas intervenções arquitetónicas em edifícios já existentes ou em novas construções. Estas intervenções visaram, em particular, edifícios-símbolo da monarquia, nomeadamente estruturas importantes para a dinastia de Avis ou para as ordens religiosas administradas e/ou próximas à Coroa. Esta política de intervenções tornou-se motor de uma campanha política, em conjunto com a tão característica reforma administrativa, materializada na *Leitura Nova*, na atribuição de novos forais, ou na publicação das *Ordenações Manuelinas*, entre outras⁷.

Na base da campanha de intervenções esteve, em larga medida, a disponibilidade financeira que os negócios ultramarinos conferiram ao tesouro régio. O desenvolvimento do comércio com as essas regiões e o aumento do interesse pelos produtos transacionados tornaram esse tráfego cada vez mais rentável para a Coroa portuguesa, permitindo despesas mais avultadas, por exemplo com os estaleiros construtivos⁸. E, quando esses proventos não eram o bastante, foram lançados diversas

⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Idade Moderna (séculos XV-XVIII)”. In RAMOS, Rui *et. al.* (coord.) – *História de Portugal*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2009, p. 202.

⁶ Não cabe aqui realizar uma caracterização completa da simbólica de poder durante o reinado de D. Manuel. Para uma melhor compreensão veja-se: COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I, 1469-1521...*; MUCHAGATO, Jorge – “A Arquitectura”. In DIAS, João José Alves (dir.) – *Nova História de Portugal - Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. vol. V. Lisboa: Ed. Presença, 1995, pp. 505-542; PEREIRA, Paulo – “A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo”. In *História da Arte Portuguesa - do “modo” Gótico ao Maneirismo*. Vol III. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

⁷ PEREIRA, Paulo – “A simbólica manuelina. Razão...”, p. 126.

⁸ Para exemplo de alguns produtos comercializados e explorados pelas armadas portuguesas, ver: DISNEY, A.R. – *A History of Portugal and the Portuguese Empire*. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 147.

taxas e impostos para facilitar a continuidade das intervenções ou a construção de novos edifícios⁹.

Da atividade quotidiana dos estaleiros, do desenrolar das obras de construção/reconstrução conservaram-se testemunhos documentais de elevada importância, materializados em livros de contabilidade, livros de receita e despesa e livros de obra, ainda que em geral incompletos, capazes de fornecer dados relevantes sobre as movimentações financeiras que o estaleiro em questão motivou, e revelando dinâmicas de organização do trabalho e da atividade da construção.

A campanha de recuperação de edifícios e de novas construções centrou-se, em larga medida, na cidade de Lisboa e regiões circundantes¹⁰. A corte era, então, menos itinerante e o investimento feito em paços e residências régias foi, de certo modo, mais circunscrito e ponderado, conhecendo-se acrescentos de estruturas no Paço de Sintra e a requalificação do Paço da Alcáçova¹¹, assim como a construção de raiz do Paço da Ribeira¹². Para além dos edifícios de caráter civil, o investimento na construção do Mosteiro de Santa Maria de Belém - Mosteiro dos Jerónimos¹³ - e sua escolha como local de sepultura por parte de D. Manuel, contribuíram para a criação de um edifício característico e intimamente ligado ao seu reinado.

Na região centro-sul do território português foram feitas intervenções em edifícios de relevo para a Dinastia de Avis: Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Mosteiro da Batalha) e Convento de Cristo em Tomar. As intervenções que aí ocorreram foram relevantes, mas distintas na sua orgânica. O Convento de Cristo sofreu uma intervenção de recuperação do edifício, sobretudo na região da charola

⁹ A título de exemplo, o financiamento das obras no Mosteiro dos Jerónimos incluía parte da coleta do imposto conhecido por *vintena das especiarias* MELO, Arnaldo de Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo - "Late-medieval construction site management at the Monastery of Jerónimos in Lisbon". In *Construction History - International Journal of the Construction History Society* 30, 1 (2015), p. 25; a intervenção no convento de Cristo fez-se prover dos dinheiros das sisas de Tomar, Dornes, Pias e Ferreira e Águas Belas cf. Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Núcleo Antigo, Ms. 773; e parte da construção da Alfândega Nova do Funchal foi financiada pelos proventos da venda do açúcar desta ilha. COSTA, José Pereira da - *A construção da alfândega nova do Funchal*. Coimbra: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978, p. 30.

¹⁰ Para o caso da cidade de Lisboa e da mutação urbana, veja-se: CARITA, Hélder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. Seria de interesse considerar, também, a construção do novo túmulo dos primeiros reis, em Santa Cruz de Coimbra, entrando em linha de conta com o projeto de propaganda política. Veja-se GONÇALVES, A. Nogueira - "O mestre dos túmulos dos reis". *Revista Portuguesa de História*, vol. III, XIV (1974), pp. 347-364; PEREIRA, Paulo - "A simbólica manuelina. Razão...", pp. 127-128. Para além disso, poderíamos incluir o Convento de Jesus de Setúbal no âmbito das novas construções, embora não estejamos certos de ter tido patrocínio régio. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - "Idade Moderna (Séculos XV-XVIII)". ..., p. 209.

¹¹ Diana Martins realizou um estudo bastante interessante sobre a intervenção que ocorreu no Paço da Alcáçova (1507-1511), partindo do livro de receita e despesa do almoxarife das obras, Gonçalo Carvalho. MARTINS, Diana Neves - *O Paço da Alcáçova de Lisboa: uma intervenção manuelina*. Lisboa: s.n., 2017. Dissertação de Mestrado em História - Área de Especialização em História Medieval apresentada à FCSH.

¹² COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I, 1469-1521...*, p. 126; SENOS, Nuno - *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Notícias Editorial.

¹³ Sobre a edificação deste convento, leia-se por exemplo: ALVES, José da Felicidade - *O Mosteiro dos Jerónimos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989-1991; MOREIRA, Rafael - *Jerónimos*. Lisboa: Verbo, 1987.

da igreja, afetada por uma enorme tempestade que fez assolar parte desta estrutura, para além de intervenções pontais na estrutura conventual¹⁴. Já no caso do Mosteiro da Batalha, o período de construção que se insere no reinado de D. Manuel prende-se com a continuidade dos trabalhos: este é um estaleiro em constante desenvolvimento e que vai conhecendo diversas fases, sobretudo até 1540, quando viriam a cessar as construções de carácter estruturante¹⁵.

Finalmente, um exemplo bastante interessante chega-nos da ilha da Madeira, onde destacamos a construção da Alfândega Nova do Funchal. Este edifício, de carácter fiscal/civil foi sobremaneira importante para o desenvolvimento do comércio do açúcar e da própria ilha, contribuindo para um maior controlo dos proventos económicos que este produto comportava para os cofres do reino. A alfândega primitiva, mandada instituir por D. Beatriz ainda enquanto tutora do Ducado de Beja, veio dar lugar a um edifício de carácter perene, importantíssimo para a gestão dos negócios que a ilha potenciava, sobretudo relacionados com a cana-de-açúcar¹⁶.

2. Os trabalhadores.

A atividade da construção albergava um conjunto variado de ofícios, cuja composição variava consoante as fases e ritmos do processo construtivo, o que se reflete nos registos documentais dos estaleiros de construção. De facto, a predominância dos mesterais contratados e pagos em cada momento variava em função das fases da construção, dado que o processo de contratação de mão de obra respeitava a etapa em que a obra se encontrava. Se, por exemplo, num primeiro momento pedreiros e cabouqueiros dominavam os registos de pagamento, paulatinamente eram substituídos pelos carpinteiros e ferreiros.

Dentro do espectro da comunidade de trabalhadores podemos distinguir dois grandes grupos, diferenciados sobretudo pela capacidade e conhecimento técnico-prático: trabalhadores especializados (incluindo nesta categoria diferentes níveis de especialização) e trabalhadores não-especializados/indiferenciados. Ainda dentro do grupo dos trabalhadores especializados – não relevando, neste momento, a hierarquia clássica de mestre, oficial e aprendiz¹⁷ – consideramos outras duas categorias de trabalhadores: os que produzem determinados elementos e os que os aplicam no edifício em construção. Numa tentativa de aprofundar uma maior ordenação de dados e

¹⁴ BENTO, Maria José Travassos – *Convento de Cristo: 1420/1521. Mais do que um século*. Coimbra: 2014. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹⁵ GOMES, Saúl António – “Um Estaleiro Medieval de excelência...”, p. 54.

¹⁶ COSTA, José Pereira da – *A construção da alfândega nova do Funchal...*, p. 3.

¹⁷ Para um melhor conhecimento dessa disposição hierárquica ao nível europeu, vide BERNARDI, Philippe – *Maitre, Valet et Apprenti au Moyen-Âge: Essai sur une production bien ordonnée*. Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2020.

compreensão do processo, vamos optar por seguir esta linha de análise ainda que na prática concreta, com frequência os produtores/transformadores são também os executores. Mas nem sempre.

Por outro lado, a segunda linha de análise que privilegiamos neste estudo é a de caracterizar as formas de dependência e de diversos níveis de especialização e até de mão de obra indiferenciadas dentro de cada mester.

É importante reter, apesar da constante tentativa em categorizar e listar os ofícios pertencentes à comunidade de trabalhadores, o quão difícil é listar, de forma exaustiva, aqueles que participam nos estaleiros nacionais, dado que, cada estaleiro, arco temporal e zona geográfica possuem especificidades que devem ser tidas em conta no processo de análise¹⁸.

Aos estaleiros régios do período manuelino afluiu um número considerável de trabalhadores, com as mais distintas origens, uns por necessidade e procura de trabalho, outros por tácito reconhecimento da sua qualidade profissional e conhecimentos técnicos. Alguns singraram e marcaram de forma indelével a atividade e a realidade artística portuguesa; outros, permaneceram na sombra e apenas os registos nos trazem testemunho da sua presença.

2.1 Trabalhadores especializados.

O trabalho da construção faz-se compor, em larga medida, pelo trato da pedra e da madeira. Estes recursos materiais formavam a base das estruturas dos edifícios, sendo que, no caso das construções de prestígio, a pedra era empregue com maior frequência e critério na sua seleção. De um modo geral, em face à importância que estes elementos apresentavam no processo construtivo, nesses dois ofícios residia a larga maioria dos mestres de obras responsáveis pela gestão técnica dos estaleiros¹⁹.

Estando a infraestrutura constituída por estes dois elementos, seguir-se-ia a aplicação da telha, da cal, os objetos em metal (geralmente ferro), entre outros elementos variados. Como já constatamos, a presença de determinados ofícios surgia como resposta às necessidades que a obra apresentava, quer em número de trabalhadores,

¹⁸ Para o caso, veja-se uma citação de Philippe Bernardi que constata, precisamente, o quão falível poderá ser este processo de análise: “*Tenter de dresser un catalogue complet de ces occupations n’a cependant guère de sens tant le vocabulaire peut varier selon les lieux, les dates et les sources. L’établissement d’une telle liste présenterait par ailleurs l’inconvénient de donner l’image d’un cloisonnement strict des disciplines et de sous-entendre une spécialisation que, dans bien des cas, la pratique contredit.*” BERNARDI, Philippe – *Bâtir au Moyen Âge, XIII^e-millieu XV^e siècle*. Paris: CNRS, 2014, p. 24.

¹⁹ SALAMAGNE, Alain – “Les projet architecturaux dans les villes du nord de la France à l’époque médiévale et au début de la Renaissance: des maîtres d’ouvrage aux maîtres d’oeuvre”. In CHAPELOT, Odette (dir.) – *Du Projet au Chantier. Maîtres d’ouvrage et maîtres d’oeuvre aux XIV^e-XV^e siècles*. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001, pp. 219-238; MELO, Arnaldo de Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV-XVI)”. In MELO, Arnaldo de Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – *História da Construção: os construtores*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 113-114.

quer na especialização de determinado ofício. Em edifícios de prestígio – como os que estão aqui em estudo – constatamos um elevado grau da sua especialização, motivada pela dimensão da construção e o suporte financeiro para contratar trabalhadores²⁰.

A partir do testemunho dos estaleiros estudados é possível inferir uma vasta categoria de ofícios ligados aos mesteres da construção. O quadro que se segue permite-nos uma visão de conjunto, ainda que pouco exaustiva, dos agentes – e seus mesteres – que povoaram os estaleiros régios nos inícios do século XVI:

Tabela 1 – Designação dos ofícios presentes em 6 estaleiros régios do período manuelino (1507-1518).

Estaleiro	Ofícios presentes
Alfândega Nova do Funchal ²¹	Carpinteiro, Mestre carpinteiro, Carreiro, Ferreiro, Serrador, Almocreve, Caieiro, Oficiais (não especificados).
Convento de Cristo de Tomar ²²	Almocreve, Cabouqueiro, Caieiro, Carpinteiro, Carpinteiro de Marcenaria, Carreiro, Cordoeiro, Dourador, Encadernador, Ferreiro, Marceneiro, Mestre carpinteiro, Mestre Imaginário, Oleiro, Pedreiro, Serrador, Telheiro, Oficiais (não especificados).
Mosteiro da Batalha ²³	Imaginador (aprendiz), Pedreiro, Almocreve, Aparelhador, Assentador, Capitalador, Carpinteiro, Carreiro, Escultor, Ferreiro, Mestre carpinteiro, Mestre pedreiro, Mestre vidreiro, Oleiro, Picheiro, Pintor, Vidreiro, Oficiais (não especificados).

²⁰No âmbito concelhio e, sobretudo, em épocas mais recuadas, os dados sobre as diferentes especializações de ofícios que afluíam às obras não são abundantes. Sabemos que, no *Regimento das Procissões de Évora*, datado dos finais do século XV, eram mencionadas já algumas especializações do trabalho da pedra – pedreiros e cabouqueiros –, da madeira – carpinteiros, serradores – assim como de outros ofícios menos comuns nos registos que conhecemos – taipadores, calçadores, entre outros. MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos da vida quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 169. Ver ainda Arnaldo Melo acerca da atividade mesteiral na cidade do Porto MELO, Arnaldo de Sousa – *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320-1415*. Braga e Paris: [s.n.] 2009. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho e EHESS, vol. 1, pp. 251-288.

²¹COSTA, José Pereira da - *A construção da alfândega nova do Funchal...*, p. 3.

²²Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Núcleo Antigo, Ms. 772-773. Levantamento documental ainda por finalizar.

²³De todos os exemplos apresentados, os dados provenientes do estaleiro da Batalha são os únicos que não são descritos num livro de receita e despesa, mas, sim, provenientes de documentação variada registada na Chancelaria Régia. Aqui, o período de análise é bastante lato e compreende todos os registos que conhecemos dentro da cronologia em estudo: 1385 – 1521. GOMES, Saúl António – *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da vila da Batalha: séculos XIV a XVII*, 4 vols. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002-2004.

Mosteiro dos Jerónimos ²⁴	Barqueiro, Cabouqueiro, Carpinteiro, Carreiro, Ferreiro, Oleiro, Pedreiro, Relojoeiro, Serrador, Serralheiro, Tanoeiro, Telheiro, Aparelhador, Assentador, Caieiro, Caldeireiro, Chaveiro, Ferreiro, Iluminador, Imaginário, Pintor.
Paço da Alcáçova de Lisboa ²⁵	Serralheiro, Telheiro, Barqueiro, Cabouqueiro, Caiador, Caieiro, Carpinteiro, Embarcador, Ferreiro, Marceneiro, Mestre carpinteiro, Oleiro, Pedreiro, Serrador, Serralheiro e Tanoeiro
Paço de Sintra ²⁶	Almocreve, Caieiro, Carpinteiro, Pedreiro, Pintor, Barqueiro, Bate-folhas, Cabouqueiro, Caieiro, Carreiro, Ferreiro, Mestre Carpinteiro, Mestre Pedreiro, Mestre dos Canos de Chumbo, Serrador, Serralheiro, Tanoeiro e Telheiro.

Conseguimos perceber a importância dos ofícios de pedreiro e carpinteiro no espectro de trabalhadores apresentado na Tabela 1, sobretudo através da frequência com que aparecem nos registos de pagamento apresentados. De resto, verifica-se que, na sua maioria, aos estaleiros estudados afluíam em grande número os pedreiros e cabouqueiros, carpinteiros e serradores, mas também *carreiros* e barqueiros (ligados ao transporte de materiais), e ferreiros. É curioso constatar a presença de algumas especializações, nomeadamente os carpinteiros de marcenaria, os serralheiros e relojoeiros, o mestre dos canos de chumbo, ou mesmo o ofício de *capitalador*²⁷.

Os ofícios que produziam/transformavam materiais para a construção surgem com grande frequência nos registos, como podemos constatar através da Tabela 1. É destacada a presença dos caieiros – produtores de cal - e dos oleiros – que poderiam surgir como telheiros e tijoleiros. Por outro lado, alguns ofícios desempenhavam tanto a função de execução de tarefas como a função de produção/transformação de recursos materiais, nomeadamente matérias-primas como a pedra, a madeira e o ferro. Os pedreiros e cabouqueiros tanto poderiam talhar a pedra com as medidas necessárias à sua colocação na obra, como poderiam extrair pedra das pedreiras e, desde a origem, as talharem com as dimensões pré-determinadas²⁸; o mesmo se constata com os

²⁴ Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Núcleo Antigo, Ms, 811-814.

²⁵ MARTINS, Diana Neves – *O Paço da Alcáçova de Lisboa...*

²⁶ SABUGOSA, Conde de Sabugosa – *O Paço de Cintra: apartamentos históricos e archeologicos*. Lisboa: Imp. Nacional, 1903.

²⁷ Cremos tratar-se de uma especialização do escultor ou pedreiro com a função de fazer capiteis para as colunas aplicadas na obra.

²⁸ Veja-se o caso do registo de pagamento, datado de 13 de junho de 1507, feito a Pero de Carnide pedreiro no estaleiro do Paço de Sintra, por ter lavrado, eirado e transportado à sua custa 10 couceiras de pedra, 2 peitoris e 6 cantos. SABUGOSA, Conde de – *O Paço de Cintra...*, p. 224.; ou, a título de curiosidade, veja-se um outro exemplo de um contrato celebrado em 1402 entre o pedreiro Lourenço Vasques e o concelho do Porto. Este pedreiro tinha sido encarregue de “colher” cem pedras, com as quais deveria fazer dois portais com arcos grandes

carpinteiros e serradores – no estaleiro ou nas florestas, respetivamente²⁹. Situação semelhante se verifica com os ferreiros, a quem, por vezes, o estaleiro da obra fornecia o ferro para que o transformassem nos objetos pretendidos³⁰.

2.2 Trabalhadores não-especializados.

O processo construtivo devia muito à orientação técnica dos mestres, à execução fina e precisa dos oficiais, assim como necessitava de um corpo de mão-de-obra que desempenhasse as tarefas mais simples e menos requerentes de conhecimento técnico-prático. Os trabalhadores não especializados afluíam em grande escala aos estaleiros, sobretudo em momentos em que o processo construtivo já estava encaminhado. Dependendo da fase construtiva, os servidores existentes nos estaleiros poderiam ser em número superior aos oficiais e trabalhadores especializados, conforme o seguinte exemplo:

Tabela 2 – Registo de frequência semanal de trabalhadores ao estaleiro do Convento de Cristo de Tomar: trabalhadores especializados e não especializados.

Semana do registo			
09 abril 1513 ³¹		20 agosto 1513 ³²	
Oficiais - 30	Servidores - 39	Oficiais - 40	Servidores - 30
2 pedreiros 24 oficiais 1 carreiro 1 caieiro 2 criados	31 servidores 8 criados	1 cabouqueiro 5 carpinteiros 2 carreiros 28 oficiais 3 oleiros 1 pedreiro 1 criado	19 servidores 11 criados

e um arco em perpianho. Acolhemos este exemplo, apesar da diferença cronológica, por apresentar uma prática distinta da conhecida no período manuelino, indiciando não o arranque da pedra na pedreira, mas a sua recolha, provavelmente de alguma estrutura pré-existente desmontada e já sem importância civil. MELO, Arnaldo de Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho”. In MELO, Arnaldo de Sousa e RIBEIRO, Maria do Carmo (dir.) – *História da Construção: os materiais*. Braga: CITCEM/LAMOP, 2012, p. 139.

²⁹ Pero Eanes, mestre das obras da Alfândega Nova do Funchal, após ter recebido a madeira comprada a Benito Afonso, despendeu diversas semanas a fazer madres e traves para as casas da Alfândega. COSTA, José – *A Construção da Alfândega Nova do Funchal...*, p. 9.

³⁰ Ainda que pertença a um período um pouco posterior, veja-se o caso da construção do Colégio da Graça, já nos finais do segundo quartel do século XVI. O ferreiro e serralheiro que colaborava com frequência com o estaleiro, Gabriel de Rosa, recebeu dez quintais de ferro para que os transformasse e os voltasse a entregar à obra. PONTES, João – *A construção do Colégio da Graça de Coimbra no século XVI - Estudo da organização do processo construtivo e gosto arquitetónico*. Braga: Universidade do Minho. 2017. Dissertação de mestrada apresentada à Universidade do Minho, pp. 113-120.

31 Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Núcleo Antigo, Ms. 773, fls. 206-212v.

32 Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Núcleo Antigo, Ms. 773, fls. 317-323.

Na Tabela 2 é destacada a frequência de trabalhadores especializados e não-especializados ao estaleiro do convento de Cristo de Tomar, em dois momentos do ano de 1513. Na generalidade dos registos conhecidos, os trabalhadores não especializados conhecem designativos bastante específicos do seu estatuto socioprofissional: servidores, serventes, mancebos, braceiros, moços, obreiros, entre outros³³. Como mencionámos, estes trabalhadores eram responsáveis pelo apoio aos oficiais, em matéria de transporte de ferramentas e matérias-primas, nos trabalhos de limpeza, no apoio aos trabalhos de maior pendor técnico; no fundo, auxiliavam em todas as tarefas, podendo ter alguma autonomia quando o processo construtivo já estava encaminhado.

Por outro lado, note-se que na amostragem de dados, os *criados* apresentados na coluna dos oficiais são trabalhadores que auferem salários dentro desta categoria de pagamentos, sendo identificados como *criados de* alguém. O mesmo poderemos constatar dos *criados* que surgem na coluna associada aos servidores, uma vez que auferem salários que se enquadram nos valores pagos a estes trabalhadores e lhes é feita menção como sendo *criados de* algum oficial ou mestre de ofício.

Em ambos os casos reflete uma situação de dependência profissional, social e *familiar*, no sentido de um determinado indivíduo que foi / é criado *por* alguém. Esta prática era bastante comum na Idade Média, sobretudo em meio urbano e envolvendo a atividade mesteiral: famílias mais pobres encaminhavam alguns dos seus filhos para a casa de oficiais ou mestres de ofício, onde iriam aprender um determinado ofício. O mestre providenciava a moradia, a alimentação e o ensino da atividade e, em troca, recebia a força da mão-de-obra daquele a quem passaria a considerar seu *criado*, ou seja *criado por si*, tornando-se membro da família³⁴.

Mas no primeiro caso, de *criados* inseridos no grupo dos mesteirais especializados essas referências podem corresponder a processos de aprendizagem já avançada ou quase concluída, para justificar salários semelhantes ao dos oficiais. No segundo caso, inseridos nos servidores, os criados devem corresponder a pessoas nessa situação, mas ainda no início da aprendizagem, ou numa relação desse tipo mas distinta da aprendizagem de um mester³⁵.

Já o estatuto de escravo – apesar de não estar presente no exemplo apresentado – poderia, sim, apontar para uma situação de dependência social ou propriedade, uma realidade bem latente com o desenvolvimento do comércio ultramarino de escravos³⁶.

³³ MELO, Arnaldo de Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV-XVI)...”, p. 115.

³⁴ MELO, Arnaldo de Sousa – “Les mots et le contexte de la rémunération du travail dans les sources normatives portugaises”. In BECK, Patrice; BERNARDI, Philippe; FELLER, Laurent (dir.) – *Rémunérer le travail au Moyen Âge. Pour une histoire sociale du salariat*. Paris: Ed. Picard, 2014, pp. 174-184; *Ordenações Afonsinas*, Livro 4, Título XXX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 137-138.

³⁵ *Ordenações Afonsinas*, Livro 4, Título XXX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 137-138.

³⁶ No estaleiro do Convento de Cristo de Tomar são registados pagamentos a escravos que participaram

2.3 Dependências no trabalho: servidores, criados, mancebos e aprendizes.

As fontes documentais portuguesas são em geral lacônicas no que concerne a mão de obra dependente e indiferenciada, bem como às diversas formas de aprendizagem nas atividades de construção e nos mesteres em geral. Além disso, a forma de os designar é com frequência imprecisa, ambígua e polissêmica.

A palavra *aprendiz* ou *aprendizagem* raramente surge na documentação coeva, veja-se, por exemplo, as expressões “os que poem os filhos a mesteres”, ou “som postos a mesteres” que se referem expressamente a situações de aprendizagem de mesteres, referida nas Ordenações Afonsinas³⁷.

Sob a designação *servidores* incluía-se, em geral, mão de obra *dependentes* e que em geral se supõe constituir *trabalhadores indiferenciados*, mas pode não ser bem assim, ou não ser sempre assim. Ou seja, as duas premissas podem não se encontrar sempre presentes, nem obrigatoriamente ligadas.

Mão de obra dependente será, sem dúvida, no sentido de estar sobre a direção ou ordens de mestres ou oficiais, ou seja, mesterais, esses sim, especialistas. Por vezes esses serviçais podiam ser contratados pelos próprios mesterais, incluídos na sua equipa e deles dependentes, como se deduz dos registos de pagamento quando se diz expressamente *fulano servidor / criado de sicrano* e pago dessa forma³⁸. Embora também possam existir *serviçais* indiferenciados contratados diretamente pela direção geral da obra para trabalhos genéricos e indiferenciados, o que poderá ter um significado diferente. Note-se, portanto, que estas situações de dependência no trabalho podiam incluir diversas situações, como os já referidos serviçais, criados, aprendizes, e, como tal, situações de trabalho indiferenciada, ou com alguma especialização, de níveis variados.³⁹ Portanto, não devemos sempre assumir que se trata de trabalho indiferenciado. Vejamos, de seguida, alguns exemplos.

Criado de remete para uma relação de dependência específica, que pode ser identificada exatamente como ser *da criação* de, ou *da casa de*, mas que pode significar diversos tipos de dependência e de participação laboral, nuns casos servindo para

nos trabalhos semanais, sendo remunerados à jorna: a 10 de setembro de 1513, os escravos Francisco e Álvaro trabalharam 3 e 5 dias, respetivamente, e foram pagos com 30 reais/jorna. Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Núcleo Antigo, Ms. 773, fl. 345v.

³⁷ *Ordenações Afonsinas*, Livro 4, Título XXX..., pp. 137-138.

³⁸ Na construção do Mosteiro dos Jerónimos a contabilidade registava os pagamentos aos trabalhadores que eram criados do mestre responsável pela equipa em questão através da designação “seu”, “seu criado” ou “de”. Sendo Rodrigo de Pontezilhas o “... aparalha/dor da Igreja...” é registada que “**Fernando** seu” serviu por 5 dias nas obras. A semântica própria do registo leva-nos a apontá-lo como sendo criado de Rodrigo de Pontezilha. Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Núcleo Antigo, Ms. 814, fl. 59. Cf. também MELO, Arnaldo de Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Late-medieval construction site management at the Monastery of Jerónimos in Lisbon”. *Construction History - International Journal of the Construction History Society* 30, 1 (2015), pp. 23-37.

³⁹ *Médiévales*, nº30, 1996. *Les dépendances au travail*.

indicar um aprendiz, mas pode ser simplesmente uma forma de participação familiar no trabalho, em que se incluíam esses criados como membros da família, mas nem sempre. O que nos deve fazer precaver sobre os significados possíveis e variáveis do uso deste vocábulo na documentação em estudo.

Como atrás se disse, a palavra aprendiz ou aprendizagem aparece raramente na documentação, e a utilização de outro vocabulário de cariz polissémico para os incluir torna o seu estudo e identificação bastante problemáticos.

Isto leva-nos à segunda dimensão: mão-de-obra não especializada. De facto, no caso do serviçal e criado de pedreiro ou de carpinteiro, por exemplo, provavelmente não se trata de trabalhador indiferenciado, mas, pelo contrário, específico, com pelo menos alguma especialização, já que se infere que se trata de trabalho sob a direção de um mesteiral, especializado, portanto, faz parte da equipa ou grupo de trabalho – podendo, ou não, ser um *aprendiz*. Em todo o caso, alguns teriam até um nível já elevado de especialização, patente quando se observa que o seu salário era muito próximo ao dos mesteirais (oficiais).

A documentação específica da atividade fornece-nos diversos exemplos interessantes para a compreensão não só da ligação entre mestre e *criado*, mas também, da progressão que os próprios *criados* poderiam conhecer na hierarquia profissional. No Paço de Sintra encontramos sobretudo braceiros/servidores a desempenharem funções de apoio aos mestres de ofício, com tarefas específicas do mester em questão: é o caso de Domingos, criado do pedreiro Pero de Carnide, que participou na empreitada de pedraria que este (Pero de Carnide) estava a desenvolver na cerca dos coelhos⁴⁰.

Os casos mais curiosos de análise tiveram lugar no estaleiro da Alfândega Nova do Funchal e no estaleiro do Convento de Cristo, em Tomar. Bartolomeu, criado do mestre de carpintaria Pero Eanes no estaleiro da Alfândega Nova, auferia um *jornal* (salário diário) de 45 reais, desde o início do ano de 1515 e até 21 de abril desse mesmo ano; portanto, um salário ao nível dos serventes que trabalhavam neste estaleiro. Porém, na semana seguinte vê o seu *jornal* ser aumentado para os 60 reais, sendo especificamente registado que desse dia em diante o seu salário havia sido aumentado⁴¹. Note-se que o mestre de carpintaria, Pero Eanes, auferia 90 reais/jorna; e os oficiais, todos carpinteiros, ganhavam 75 reais⁴². Ou seja, o aumento da jorna do Bartolomeu, ainda que não tenha atingido o valor de salário de um oficial aproximou-se mais desse valor, o que parece indicar uma alteração do seu estatuto socioprofissional, destacando-o dos servidores. Já no estaleiro do Convento de Cristo de Tomar encontramos trabalhadores designados por “criados” e que auferiam um

⁴⁰ SABUGOSA, Conde de Sabugosa – *O Paço de Cintra...*, p. 225.

⁴¹ COSTA, José Pereira da – *A construção da alfândega nova do Funchal...*, p. 12.

⁴² COSTA, José Pereira da – *A construção da Alfândega Nova do Funchal...*, pp. 8-31.

salário à jorna semelhante ao dos oficiais: Fernão Brás, criado de Diogo de Arruda, auferia um jornal de 50 reais⁴³, o mesmo praticado para os oficiais; e Álvaro, criado do mestre de carpintaria Rodrigo da Ribeira, auferia o salário diário de 45 reais⁴⁴.

Assim, a designação servidor, serviçal, criado pode corresponder a uma certa diversidade de situações, desde um trabalho indiferenciado, até um certo nível de especialização, associado, ou não, a um período formativo, ou de aprendizagem.

Mas o vocabulário utilizado era bastante polissémico, pelo que nem sempre é claro o seu significado social e laboral concreto.

Um paralelo interessante a registar: os mancebos (*mancebos de soldada e mancebos a bem fazer*) podem corresponder a situações semelhantes destes servidores e criados, incluindo na diversidade de situações de tipo de trabalho. Nesse sentido, refira-se que esse estatuto ou designação podia corresponder a uma situação transitória, mormente verificada antes de atingir a *maioridade* social e económica (muitas vezes obtida com o casamento), mas também se encontram exemplos em que esta situação de dependência socioeconómica de mancebo se pode prolongar por mais tempo, em particular na ausência de casamento⁴⁵.

Do mesmo modo, mas com as devidas diferenças, a situação dos escudeiros que, no caso da nobreza, correspondia muitas vezes a jovens em fase de aprendizagem antes de serem armados cavaleiros, mas que no caso de escudeiros não nobres, em particular, se poderia corresponder a uma situação de mais longa duração.

Conclusões.

Através do presente artigo procuramos dar a conhecer a realidade vivida nos estaleiros régios dos inícios de Quinhentos. Fruto de um impulso régio à recuperação e construção de edifícios de prestígio, os estaleiros vão ser mais bem documentados, com maior preocupação no detalhe. A estrutura de funcionamento da atividade é exposta através de pagamentos a trabalhadores, testemunhados por via de registo de contabilidade de carácter administrativo.

Partindo da distinção mais geral e conhecida entre trabalhadores especializados, ou mestrais, e mão de obra indiferenciada entre os construtores medievais, partimos para novas categorias de análise em torno das noções de trabalho dependente, em si mesmo multifacetado e incluindo diversas subcategorias e realidades distintas.

Dentro do trabalho dependente não se incluía apenas trabalho indiferenciado, como com frequência se admite, mas também mão-de-obra especializada, ou pelo

⁴³ Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Núcleo Antigo*, Ms. 773, fl. 64v.

⁴⁴ Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Núcleo Antigo*, Ms. 773, fl. 169v.

⁴⁵ Como se depreende das *Ordenações Afonsinas*, Livro 4, Título XXVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 125-126, entre outros.

menos parcialmente e em diversos níveis de aprofundamento dessa especialização, incluindo, provavelmente, casos de aprendizagem.

Uma vez que o vocábulo aprendiz ou aprendizagem são muito raros nos documentos medievais, é de admitir que com frequência debaixo de palavras mais genéricas, como *criados de* e até *servidores*, possivelmente também se incluíam situações de aprendizagem de ofícios, conforme procurámos demonstrar a possibilidade. O que não significa que todos os designados por aquelas formas lexicais fossem aprendizes.

Desta forma, procuramos abrir perspectivas de investigação ainda mal exploradas, que deverão ser potenciadas em futuros trabalhos.

PARTE II
*Abastecimento
de matérias-primas de construção*

La construcción en el reino medieval de Valencia:

Formas de gestión, técnicas y sistemas de abastecimiento de un sector económico puntero

Juan Vicente García Marsilla¹

Resumen

La construcción ya era al final de la Edad Media uno de los sectores económicos más relevantes. En el caso del reino de Valencia es posible estudiarlo de cerca gracias a la presencia de algunos edificios muy importantes y sobre todo por la conservación de fuentes contables de aquella época. Aquí se observará ese mundo de la edificación a partir de una evaluación de los costes de las obras y de un análisis de sus formas de gestión, para después estudiar la mano de obra que trabajaba en ellas y las complejas estrategias para conseguir los materiales necesarios para levantarlas. Todo ello lleva a concluir que las grandes construcciones tuvieron un efecto vertebrador sobre el territorio alrededor de las ciudades donde surgían y que generaron un sentido de identidad urbana, integrando en ellas a un número crecido de inmigrantes que trabajaron en las obras públicas.

Palabras clave

Construcción; Reino de Valencia; Maestros de obras; Gestión; Materiales de construcción; Tecnología; Precios y salarios.

¹ Universitat de València.

Construction in the medieval kingdom of Valencia. Forms of management, techniques and supply systems of a leading economic sector.

Abstract

Construction was, already at the end of the Middle Ages, one of the most relevant economic sectors. In the case of the kingdom of Valencia, it is possible to study it closely thanks to the presence of some very important buildings and, above all, due to the conservation of accounting sources from that time. Here, this world of construction will be observed from an evaluation of the costs of the buildings and an analysis of their forms of management, to later study the staff that worked on them and the complex strategies to obtain the necessary materials for lift them up. These aspects lead to the conclusion that large constructions had a structuring effect on the territory around the cities where they arose and that they generated a sense of urban identity, integrating a large number of immigrants who worked in public works.

Keywords

Construction; Kingdom of Valencia; Master builders; Management; Construction materials; Technology; Prices and salaries.

En las economías actuales el sector de la construcción es, sin duda, uno de los más relevantes, por el tamaño medio de sus empresas, por su contribución al PIB, sobre todo en los países más desarrollados, por los empleos que crea y por la capacidad de “arrastré” que caracteriza a las obras, al generar importantes demandas de materiales, de mano de obra cualificada o de los servicios necesarios para que sea posible levantar los edificios. Hace quinientos o seiscientos años, en la Baja Edad Media, la situación no debía de ser muy diferente, a partir de que, entre los siglos XI y XIII, los monumentos del poder – castillos, iglesias, palacios, monasterios, ayuntamientos – empezaran a fabricarse con materiales duraderos (piedra o ladrillo) y de que, poco más tarde, las viviendas, al menos en los núcleos urbanos, tendieran a imitarlos. Sin embargo, el estudio de las arquitecturas del pasado ha sido tradicionalmente el coto de los historiadores del arte y, en menor medida, de los arqueólogos. Desde el punto de vista de la historia económica, las inversiones en la construcción de edificios han llegado incluso a padecer una cierta “mala prensa”, cuando autores como Roberto Sabatino López y Harry A. Miskimin llegaron a considerarlas como una consecuencia del declive de otras actividades más productivas, como el comercio,

con el efecto perverso de “enterrar la riqueza” en tiempos de crisis y contribuir por tanto con ello aún más a esa decadencia². Existen, en cambio, otras valoraciones más positivas de la actividad edilicia medieval. Entre otras, destaca con fuerza la visión de Richard A. Goldthwaite sobre el fenómeno del Renacimiento italiano, en su vertiente arquitectónica y artística, como multiplicador de riqueza que contribuiría a la consolidación de un mercado interno³. También Philippe Bernardi destacó los inputs beneficiosos, directos e indirectos, que a menudo generaba en una región la presencia allí de una gran obra, como una catedral o un palacio⁴. Y es igualmente posible hallar estudios que ponen de relieve, por ejemplo, la destacada capacidad de la construcción de generar tecnologías innovadoras, o de agrupar colectivos y categorías profesionales distintos y una mano de obra numerosa que actuaba conjuntamente en tiempos en que el pequeño taller familiar era la realidad predominante⁵.

En nuestro caso, la posibilidad de comprender el impacto de ese sector de la construcción en un área geográfica y en un período histórico concreto, como es el reino de Valencia en los siglos XIV y XV, es interesante, en primer lugar, por el auténtico boom edilicio que caracterizó entonces a esa región de Europa y que es evidente en los muchos edificios góticos conservados en ella, y en segundo por la conservación de un volumen muy importante de documentación escrita sobre los mismos, desde contratos a cuentas de obras, pleitos o correspondencia. Todo ello permite seguir con especial detalle las vicisitudes del levantamiento de los grandes edificios, digamos, “públicos”, de la época, que incluso pueden servir como barómetro de las coyunturas económicas por las que atravesó ese país. Es más difícil conocer el desarrollo de las obras privadas, aunque en los contratos notariales es posible hallar, de forma dispersa, algunas intervenciones en viviendas, obradores u otras instalaciones productivas, y con la información que esas fuentes proporcionan, unida a la importante masa documental proveniente de las instituciones políticas y

² LÓPEZ, Roberto Sabatino, y MISKIMIN, Harry Anthony – “The Economic Depression of the Renaissance”. In MISKIMIN, Harry A. (ed.) – *Cash, Credit and Crisis in Europe, 1300-1600*. London: Variorum Reprints, 1988, pp. 408-426.

³ En sus dos grandes obras, *The Building of Renaissance Florence: an Economic and Social History*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982; y *Wealth and the Demand for Art in Italy, 1300-1600*, en la misma editorial, 1995.

⁴ BERNARDI, Philippe – *Bâtir au Moyen Âge*, Paris: CNRS, 2011, pp. 68-70.

⁵ Ya a finales de la década de 1940, en Inglaterra, KNOOP, Douglas, y JONES, George Percival, publicaron en ese sentido *The mediaeval mason: an economic history of English stone building in the later Middle Ages and early modern times*. Manchester: Clarendon Press, 1949. Más recientemente los aspectos relacionados con la gestión de las grandes construcciones fueron tratados por SCOTT, Robert A., en *The Gothic Enterprise: a guide to understanding the Medieval Cathedral*. Berkeley: University of California Press, 2003. Entre la historiografía española, destaca la producción del grupo *Petrifying Wealth*, dirigido por Ana Rodríguez y Sandro Carocci, con títulos como el coordinado por MAIRA VIDAL, Rocío; RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana María – *El coste de la construcción medieval: materiales, recursos y sistemas constructivos para la petrificación del paisaje entre los siglos XI y XIII*. Madrid: CSIC, 2021; y, por otra parte, son también importantes los distintos Congresos Nacionales de Historia de la Construcción, de los que se han celebrado ya doce ediciones desde la primera que tuvo lugar en 1996.

religiosas, trataremos de reconstruir el proceso de formación de un complejo mercado de capitales, materiales y mano de obra que originó el sector de la construcción en este territorio.

1. Un país joven, urbanizado y feudal.

El reino de Valencia, en el que se centrará esta investigación, había sido incorporado tardíamente a la Europa feudal con la conquista por las tropas del rey de Aragón Jaime I del territorio del llamado *Sharq al-Andalus* en la primera mitad del siglo XIII. En él, durante todo el período medieval, la población islámica continuó siendo abundante, constituyendo al principio prácticamente dos tercios de los habitantes del reino, para descender paulatinamente, por los efectos de las primeras revueltas mudéjares y de las constantes salidas de musulmanes hacia Granada o el Magreb, hasta quedar en entre un tercio y un cuarto a finales del siglo XV, cuando algunos autores calculan en un mínimo de 50.000 los musulmanes que subsistían aún en el reino⁶. Es cierto, sin embargo, que la gran mayoría de esa población estaba radicada en las áreas rurales, y particularmente en algunas zonas del interior del país en las que los mudéjares fueron confinados después de los levantamientos indígenas del *Doscientos*⁷. De esa manera, aunque existieron morerías urbanas creadas *ex profeso* para suministrar a las ciudades mano de obra cualificada en diversos sectores esenciales, y también algunas poblaciones de mayoría islámica no demasiado alejadas de la capital, el número, por ejemplo, de alarifes y otros técnicos de la construcción musulmanes en el reino de Valencia siempre fue mucho más modesto que en otros territorios vecinos, como Aragón⁸. Apenas se pueden destacar algunos maestros mudéjares, por ejemplo, en el Palacio del Real de Valencia en el siglo XIII, de manera que la participación de los musulmanes en la construcción hay que buscarla más bien en el caso valenciano en el ámbito de los proveedores de materiales como cal, yeso, ladrillos, cuerdas y capazos de esparto o, en menor medida, piedra⁹.

⁶ FURIÓ, Antoni – *Història del País Valencià*. Valencia: Edicions Tres i Quatre, 2015; y RUZAFÀ, Manuel – “Els musulmans de València i la conquesta de Jaume I: el destí dels vençuts”. In FERRER i MALLOL, María Teresa (coord.) – *Jaume I: commemoració del VIII centenari del naixement de Jaume I*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, vol. 2, 2013, pp. 565-577, 575.

⁷ TORRÓ, Josep – “Sobre ordenament feudal del territori i trasbalsaments del poblament mudèjar: La *Montanea Valencie* (1286-1291)”. *Afers: fulls de recerca i pensament* 4, 7 (1988-1989), pp. 96-124.

⁸ Véanse por ejemplo los estudios publicados por la revista del Instituto de Estudios Turolenses, como los de LALIENA CORBERA, Carlos – “La presencia mudèjar en la arquitectura medieval aragonesa”. *Cuadernos de Investigación: Geografía e Historia* 20, 1994, pp. 11-28; ALEGRE CARVAJAL, Antonio – “Arquitectos mudéjares en el Aragón medieval”. *Cuadernos de Investigación: Geografía e Historia* 29 (2003), pp. 7-42; MELERO MELERO, Manuel – “Los alarifes mudéjares en la construcción de la Zaragoza medieval”. *Cuadernos de Investigación: Geografía e Historia* 16 (1991), pp. 69-84; o el artículo de BORRÁS GUALIS, Gonzalo – “Sobre la condición social de los maestros de obras moros aragoneses”. *Anales de Historia del Arte*, volumen extraordinario (2008), pp. 89-102.

⁹ Un caso bien estudiado es el del llamado “moro Petit”, cuyo nombre era en realidad Mahomat Ferris,

La construcción en los núcleos urbanos valencianos, por tanto, tuvo desde el primer momento un claro marchamo cristiano, siguiéndose los sistemas de edificación y el sentido estético importados por los colonos cristianos venidos del norte, y especialmente el gótico catalán. No se desarrolló pues en Valencia un estilo “mudéjar” en arquitectura como el que gozó de tanto éxito en Aragón entre el Ebro y las serranías de Teruel, y es muy probable que el mismo hecho de que en el reino continuara presente una amplia minoría islámica, en ocasiones amenazante, contribuyera también a que la población cristiana se decantara por edificios que marcaban claramente su identidad frente a ella, sobre todo los de tipo religioso, como iglesias, ermitas, monasterios o conventos¹⁰. Todo ello en un país en el que se estaba reorganizando de forma acelerada su trama urbana, remodelándose las antiguas *madinas* y naciendo nuevas “pueblas” en las que se agrupaban los colonos. Dichas pueblas dieron lugar a un poblamiento más concentrado, que fue acompañado del abandono de la mayoría de las alquerías dispersas donde habitaban los clanes musulmanes. Las necesidades defensivas, pero, sobre todo, el deseo de las instancias del poder de tener controlada a la nueva población, obraron pues en favor de la creación de núcleos urbanos compactos y planificados, con un plano en damero y dos calles principales que se cruzaban en una plaza, siguiendo el antiguo modelo de los campamentos romanos. La suma de una red de ciudades ya importante antes de la conquista más estas nuevas fundaciones dio lugar a un país altamente urbanizado para los estándares de la época, al menos en las zonas habitadas por cristianos, y en donde la parroquia y el municipio se convirtieron en las instituciones que sirvieron para arraigar a los recién llegados que habrían de conformar el nuevo estado¹¹.

Sin embargo, esa red estuvo desde el principio fuertemente jerarquizada. La ciudad de Valencia se constituyó en el centro del poder y en la cabeza rectora de un reino claramente macrocefálico en la que se concentraba más de un tercio de

musulmán de Mislata quien, en 1429, firmó un contrato con el maestro de obras de la catedral Martí Llobet, para explotar varias canteras en la localidad de Godella con las que alimentar la fábrica de la Seo (MONTERO TORTAJADA, Encarna – “*Moro Petit*. Los trabajos de un picapedrero musulmán en una sociedad militantemente cristiana (Valencia, 1407-1440)”. *Saitabi* 66, 2016, pp. 27-39). Sobre los mudéjares que trabajaban en el primitivo Palacio del Real véase GÓMEZ-FERRER, Mercedes – *El Real de Valencia (1238-1810): historia de arquitectónica de un palacio desaparecido*. Valencia, Institució Alfons el Magnànim, 2012, p. 27.

¹⁰ Véase sobre esto por ejemplo SERRA DESFILIS, Amadeo – “Convivencia, asimilación y rechazo: el arte islámico en el reino de Valencia desde la conquista a las Germanías (circa 1230 – circa 1520)”. In ARCINIEGA, Luis (coord.) – *Memoria y significado: uso y recepción de los vestigios del pasado*. Valencia: Universitat de València, 2013, pp. 33-60.

¹¹ Sobre la transformación del sistema urbano véanse algunos textos de TORRÓ, Josep, como, “Las pueblas fortificadas en el reino de Valencia: poder real, frontera y articulación territorial” – LALIENA, Carlos; ORTEGA, Julián y DE LA TORRE, Sandra (coords.) – *Arqueología y Arte en la representación material del Estado en la corona de Aragón (siglos XIII-XV)*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2022, pp. 256-314; y de TORRÓ, Josep; GUINOT, Enric – “De la madina a la ciutat. Les pobles del sud i la urbanització dels extramurs de València (1270-1379)”. *Saitabi* 51-52 (2001-2002), pp. 51-103. Sobre la parroquia y su importancia en la estructuración del reino medieval de Valencia, sigue siendo un referente la obra de BURNS, Robert Ignatius – *The Parish in Late Medieval Spain*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

la población del país y en especial sus capas sociales más elevadas, incluida más del 80 % de su nobleza en el siglo XV¹². Buena parte de las empresas edilicias se llevaron a cabo por tanto en la capital, una urbe continuamente en obras cuyos modelos además eran seguidos en las otras villas y poblaciones menores del país. Además, la evolución demográfica y económica del reino de Valencia a lo largo del siglo XV marcará un creciente abismo entre esa capital, en continuo crecimiento, y la mayor parte del país, especialmente las zonas septentrional y central, que tenderán al estancamiento e incluso a la disminución de sus efectivos como consecuencia en parte de la emigración hacia la ciudad del Turia. Por todo ello, buena parte de nuestra atención se concentrará aquí en Valencia, con la que se podrán comparar en algunos casos las obras realizadas en otras poblaciones, para evaluar las diferencias en el gasto en construcción, en el tamaño de las cuadrillas de trabajadores, en sus salarios o en los precios de los materiales.

2. Las instituciones constructoras y sus métodos de gestión.

Como ya se ha apuntado, son las instituciones, las patrocinadoras de las grandes obras que hoy llamaríamos públicas, las que nos han dejado un volumen más importante de documentación sobre ellas, que llega a menudo a permitir una radiografía día por día de todas las actuaciones llevadas a cabo. Sin duda, su volumen les permitió “normalizar” el mercado de la construcción, someterlo a unas pautas, dado que eran las únicas que presentaban una oferta regular de empleo y una demanda masiva y continuada de materiales, por lo que, siguiendo su evolución, es posible dibujar una imagen bastante aproximada del sector en la Valencia medieval¹³. En concreto tres fueron las grandes instancias del poder que protagonizaron el soberbio empuje edilicio de los siglos XIV y XV: la monarquía, a través sobre todo de sus oficiales destacados en Valencia; la Iglesia, con la catedral como principal representante; y el municipio, que además de poseer edificios propios, acabó siendo responsable de todas las obras realizadas en murallas, fosos, calles, caminos, puentes y en general, en los espacios públicos compartidos por todos los habitantes del término. A esas tres cabría sumar, desde principios del siglo XV, una cuarta entidad que todavía en época medieval tuvo un alcance constructivo bastante modesto, pero que estaba llamada a un protagonismo mucho mayor en los siglos sucesivos: la Generalitat o *Diputació del General*, el organismo delegado de las Cortes del reino encargado de recaudar

¹² LÓPEZ RODRÍGUEZ, Carlos – “El brazo militar del reino de Valencia a comienzos del siglo XV”. *Hidalguía. Revista de Genealogía, Nobleza y Armas* 226-227 (1991), pp. 615-640.

¹³ Sobre ello ya insistimos en GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente; IZQUIERDO ARANDA, Teresa – *Abastecer la obra gótica. El mercado de materiales de construcción y la ordenación del territorio en la Valencia bajomedieval*. Valencia: Generalitat Valenciana. Conselleria d'Infraestructures, Territori i Medi Ambient, 2013, especialmente pp. 15-47.

los tributos votados en ellas, que desde 1418 era un ente permanente y llegó a constituir un nuevo poder político de gran relevancia en el reino, cuya manifestación material más evidente fue el *Palau de la Generalitat* que aún se alza en pleno centro de Valencia, en la manzana contigua a donde estaba originalmente la *Casa de la Ciutat*, el “ayuntamiento” medieval, hasta mediados del siglo XIX¹⁴.

Es imposible determinar qué proporción del mercado edilicio representaron estas obras públicas, pero de lo que no cabe duda es que cualitativamente se contaban entre las más importantes, por lo que serían también las más difíciles de gestionar, sobre todo si tenemos en cuenta que, al tratarse de instituciones corporativas, sus administradores estaban obligados a rendir cuentas ante sus superiores. Es por eso que se escribieron facturas, libros de cuentas y memoriales bastante detallados que hoy nos sirven como una fuente preciosa para conocerlas, pero que en sí mismos constituyen ya un gran avance organizativo, sin el cual hubiera sido imposible la construcción de los grandes edificios de esa etapa de la arquitectura occidental que hoy llamamos “gótico”. Cuadrar ingresos y gastos, asegurar el abastecimiento de materiales con el ritmo adecuado para que la fábrica no se detuviera, disponer las cuadrillas de trabajadores y hacer que oficios distintos fueran capaces de trabajar conjuntamente de la forma más efectiva posible, pactar sus salarios y obtener el numerario suficiente para que estos se pagaran puntualmente, etc., todo eso requirió un esfuerzo de gestión que hubiera sido imposible sin el recurso a la escritura, a una contabilidad eficiente y a una ordenación de las obras con sobrestantes y capataces como mandos intermedios. En el municipio el oficial encargado de todo ello era el *sotsobrer*, verdadera alma de las obras de la llamada *Junta de Murs i Valls*, el organismo encargado en principio de la construcción y mantenimiento de las murallas urbanas y de sus fosos, pero que en el siglo XV englobaba todas las obras municipales¹⁵. En la catedral la misma función la cumplía el canónigo fabriquero y en las obras reales solía hacerlo algún delegado del *batle*, el cargo que debía cuidar de las infraestructuras que eran propiedad directa del monarca.

Si algo tenían todos ellos en común era la costumbre, desgraciadamente perdida en las obras públicas actuales, de disponer de unos ingresos concretos y limitados con los que debían afrontar las obras que les habían sido asignadas. Es decir, que para cada obra o edificio a construir no se daba “manga ancha” en relación a los gastos, sino que se decretaban unos ingresos exclusivos para financiarla, en forma de rentas, impuestos

¹⁴ La demanda generada por esta institución fue analizada en GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “Una casa para la *Diputació*. Las inversiones en el Palau de la Generalitat y la gestión económica de su proceso constructivo”. In FURIÓ, Antoni; GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente (eds.) – *La Generalitat Valenciana. Espais i imatges de la Generalitat*. Valencia, Universitat de València-Generalitat Valenciana, 2020, pp. 49-80.

¹⁵ Sobre la *Junta de Murs i Valls*, institución en realidad supra-municipal pero que estuvo gestionada desde muy pronto por la ciudad, véase MELIÓ URIBE, Vicente – *La “Junta de Murs i Valls”*. *Historia de las obras públicas en la Valencia del Antiguo Régimen, siglos XIV-XVIII*. Valencia: Consell Valencià de Cultura, 1991.

o créditos, con los que el administrador tenía que enfrentarse a los costes de la misma. Incluso cuando el tamaño de la fábrica excedía las capacidades habituales de una de esas instituciones, se creaba una “institución dentro de la institución” para gestionarla. Es lo que ocurrió a finales del siglo XV, cuando el municipio de Valencia decidió erigir una nueva Lonja de Mercaderes y nació así la *Obra de la Llotja Nova* en 1482, con su propia administración, sus libros de cuentas, diferentes a los de las claverías o tesorerías municipales, y unos ingresos asignados para cumplir su cometido: levantar un edificio que representara el orgullo de la ciudad y la imagen de la misma ante los comerciantes extranjeros¹⁶. En principio, para financiarla se aprobó un nuevo tributo municipal, el *diner de la llotja*, que consistió en incrementar en un dinero un impuesto indirecto, el de la *mercadería*, que gravaba la compraventa de una variada gama de productos en Valencia y que se aprobó mucho antes de que comenzaran efectivamente las obras, en concreto catorce años antes, en 1469. Más tarde, en 1483, ese impuesto se duplicó, englobando entre los gastos previstos los que ocasionaría la construcción de una flota para defender la costa valenciana de los corsarios genoveses que la estaban hostigando, con lo que a partir de entonces se cobrarían los *dos diners de llotja e armada*¹⁷. Ambos dispendios se convirtieron en intercambiables, e incluso se pagaron obras diferentes a la lonja con el dinero procedente de ese impuesto, como el *Estudi General*, el origen de la actual Universitat de València, en 1499.

La autonomía que estas formas de gestión implicaban a veces degeneró en flagrantes casos de corrupción, como el de Pere Çacruïlla, el primer administrador de las obras de la lonja, entre 1483 y 1486, que fue acusado de malversar grandes cantidades destinadas al edificio quedándose con “mordidas” en el abastecimiento de materiales o en los salarios de los trabajadores, además de simular créditos nunca realizados por él mismo a la institución, por los que en cambio cobraba intereses todos los años¹⁸. Sin embargo, Çacruïlla fue descubierto, y aunque murió antes de que se pudieran aplicar las correspondientes sanciones, eso da a entender que el sistema funcionó relativamente bien en la mayoría de los casos, contribuyendo a una mayor transparencia de las cuentas. La *Llotja Nova* llegó a emitir su propia deuda pública, diferente a la general del municipio, en la que invirtieron muchos de los nobles que vivían en la ciudad, los cuales confiaban por tanto en la solvencia de la obra, de manera que, en 1498, la venta de esos títulos ya suponía el 40'29 % de los ingresos anuales de la institución (**Tab. 1**).

¹⁶ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “¿Cuánto cuesta una lonja? El precio de la *Llotja Nova* de Valencia y la gestión económica de su proceso constructivo (1482-1499)”. *Lexicon. Storia e architettura in Sicilia e nel Mediterraneo*, n° Speciale 1 (2019), pp. 193-204.

¹⁷ Archivo Municipal de Valencia (AMV), *Manuals de Consells* A-43, f. 144r y v, 18 de mayo de 1483.

¹⁸ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “¿Cuánto cuesta una lonja? El precio de la Llotja...”, pp. 193-197.

Tab. 1– Ingresos de la *Llotja Nova* de Valencia (1498)¹⁹.

Concepto	Cantidad (en sueldos y dineros)	% del ingreso total
Impuesto de 2 dineros de Lonja y Armada	75.867 s. 4 d.	56,09 %
Venta de censales (deuda pública)	54.500 s.	40,29 %
Casas derribadas (valor de los escombros)	4.901 s. 1 d.	3,62 %
TOTAL	135.268 s. 5 d.	100 %

Tab. 2 – Ingresos de la fábrica de la Catedral de Valencia (1380)²⁰.

Deudas de años anteriores	21.288 sueldos
Censales	1.170 sueldos 8 dineros
<i>Vagants</i> (Beneficios vacantes)	13.270 sueldos 5 dineros
Bacín de la obra dentro de la catedral	964 sueldos 2 dineros y medio
<i>Lexes</i> (Legados testamentarios)	101 sueldos 3 dineros
<i>Mesades</i> (mensualidades no pagadas al maestro de la obra por su ausencia)	416 sueldos 11 dineros
Bacines de los portales	538 sueldos 11 dineros y mealla
Bacines de los portales	538 sueldos 11 dineros y mealla
Bacines de las parroquias de la diócesis	1.420 sueldos 2 dineros
Venta de los escombros de las casas derribadas para levantar el <i>Miquelet</i>	1.469 sueldos 7 dineros
Suma total	40.640 sueldos 5 dineros
Total gastos	34.644 sueldos 6,5 dineros
Superávit	5.945 sueldos 11,5 dineros

¹⁹ Datos procedentes de AMV, *Administració de la Llotja Nova* e³-10.²⁰ Archivo de la Catedral de Valencia (ACV), *Llibres d'Obra* 1.473, libro de 1380.

También la fábrica de la catedral emitía su propia deuda, aunque en este caso era frecuente que los censales – títulos de deuda – cuyas rentas cobraba anualmente la obra de la *Seu* proviniesen más bien de legados testamentarios en los que esta institución religiosa había sido beneficiaria a título de heredera de algunos de esos créditos realizados por particulares, lo que, junto con otras limosnas y asignaciones de beneficios vacantes, constituía el grueso de los ingresos. En la anualidad de 1380, en la que se comenzó a obrar el gran campanario, entonces exento a la manera italiana, conocido como el *Miquelet*, las entradas eran las que aparecen en la **Tabla 2**, y dado que entonces se cobraron deudas de años anteriores, la *obra de la Seu* llegó incluso a contar en esa anualidad con un superávit de casi seis mil sueldos.

Hasta las mismas obras reales se organizaban financieramente con la cesión previa por parte de la corona de cantidades concretas a las que su *sotsobrer* debía ajustarse. En 1392, por ejemplo, se realizaron reparaciones en la estancia del guardarropa del Palacio del Real de Valencia y el gestor de las mismas, un tal Ramon de Palou, llevó un cuaderno de ingresos y gastos que sería después convenientemente revisado por el *Mestre Racional*, el auditor de las cuentas reales y en el que, en esta ocasión, solo figuraba una entrada al principio: 16.500 sueldos que eran parte de un donativo que la ciudad hizo al rey Juan I cuando este llegó a establecerse en la urbe en ese mismo año²¹.

Las cantidades invertidas en todos estos casos justificaban de sobra el control de los gastos, como algunas cifras totales que se han podido calcular a partir de las cuentas lo demuestran. La monumental puerta de Serranos (**Fig. 1**), por ejemplo, realizada en apenas cinco años, entre 1393 y 1397, como un auténtico “arco triunfal” que trataba de demostrar la pujanza de la ciudad en tiempos en que los monarcas la visitaban con frecuencia, costó exactamente 325.533 sueldos y 8 dineros, lo que equivalía al 80 % del presupuesto de la *Junta de Murs i Valls* en esos años. Con ese dinero se podían haber pagado los jornales de 226 años a un maestro de obras o se podían haber comprado 162 casas de calidad media en la ciudad²². Unos años más tarde, la ampliación de la *Casa de la Ciutat* que incluía la techumbre de madera de la llamada *Cambra Daurada*, donde se había de reunir el llamado *Consell Secret* del municipio, realizada entre 1418 y 1427 y que hoy sobrevive casi por azar en una de las estancias de la Lonja, partió con un presupuesto inicial de 220.000 sueldos, de los que 5.500 se invirtieron exclusivamente²³ en ese alfarje esculpido, pintado y dorado²³.

²¹ Archivo del Reino de Valencia (ARV), *Mestre Racional* 9.157, f. 1r.

²² Datos obtenidos de AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d³-4 a d³-9. Los cálculos los realizamos ya en GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “La ciudad en obras. Costes y gestión de las grandes construcciones en la Valencia del siglo XIV” In *Construir para perdurar. Riqueza petrificada e identitat social. Siglos XI-XIV (XLVII Semana Internacional de Estudios Medievales. Estella-Lizarrar. 20/23 de julio de 2021)*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2022, pp. 265-300.

²³ SERRA DESFILIS, Amadeo; IZQUIERDO ARANDA, Teresa – “*De bona fusta dolrada per mans de mestre: techumbres policromadas en la arquitectura valenciana*”. In BROUQUET, Sophie; GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente (eds.) – *Mercados del lujo, mercados del arte. El gusto de las elites mediterráneas en*



Fig. 1- Pere Balaguer – Puerta de Serranos de Valencia (1391-1397).

Foto J. V. García Marsilla.

Sin embargo, con diferencia el mayor gasto del llamado *Segle d'Or* valenciano lo constituyó la ya citada Lonja de Mercaderes, cuya primera fase, la Lonja propiamente dicha, que incluía la gran Sala de Contratación y la torre central, que incorpora en su planta baja la capilla y en la alta una presunta “cárcel de mercaderes”, ascendió a un coste total de 1.861.357 sueldos y 2 dineros, lo que, teniendo en cuenta la escasa inflación de la Valencia de la época, y realizando las mismas comparativas que hemos aplicado a la Puerta de Serranos, supondría 401 años del jornal de un maestro de obras o 413 viviendas de calidad media en la ciudad²⁴.

Es más difícil llevar a cabo estos cálculos en las obras impulsadas por otras instituciones, pero todos los indicios apuntan a que los gastos no eran menores en ellas. No se conservan, por ejemplo, los libros de todos los años en los que se fue erigiendo la torre del *Miquelet* de la catedral, pero solo los costes de partida, los que supuso la expropiación de las casas allí existentes para generar el solar necesario, tanto para la torre en sí como para instalar los ingenios mecánicos que se debían

los siglos XIV y XV. Valencia: PUV, 2015, pp. 271-298.

²⁴ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “¿Cuánto cuesta una lonja? El precio de la Llotja...”, p. 198.

utilizar para alzarla, más los gastos del derribo de esas viviendas y la amortización de las hipotecas que pesaban sobre ellas, ascendió en 1380 a 26.954 sueldos, sin duda solo una pequeña parte de lo que acabarían suponiendo la construcción de un campanario de gran tamaño como este²⁵. Y en el Palau de la Generalitat, la cubierta de madera y la galería del Salón de Cortes costó en 1563 94.492 sueldos, lo que, deflactado a moneda de finales del siglo XV, equivaldría a 84.905 sueldos, otra enorme cantidad al servicio de la imagen de una institución local en auge²⁶.

Esas ingentes inversiones hacían necesario un control exhaustivo de las obras por parte de sus patrocinadores, y no solo en los aspectos meramente financieros, sino que, con frecuencia, los monarcas, los dirigentes municipales o los canónigos de la catedral intervinieron de forma muy directa en la elección del diseño concreto de cada obra o de los materiales a emplear. El rey Alfonso el Magnánimo fue especialmente activo en ese sentido, y de la misma manera que exigía, desde su corte en Sicilia o en Nápoles, que le enviaran maquetas de los proyectos que se estaban desarrollando en su palacio del Real de Valencia para dar su visto bueno o sugerir cambios, como ocurrió por ejemplo en 1434, pedía también que le enviaran columnas prefabricadas desde los territorios ibéricos para integrarlas en las obras del Castelnuovo napolitano en 1446²⁷. El desarrollo de las maquetas en forma de muestra para que sirvieran de modelo para las obras a realizar, y que al mismo tiempo tuvieran valor legal para comprobar que estas se habían hecho tal y como se habían pactado, es una realidad muy evidente en la Valencia del final de la Edad Media, que Encarna Montero ha documentado en varios campos artísticos, desde la rejería a la pintura, y que, por supuesto, se usaron con especial frecuencia en la arquitectura²⁸. Algunas piezas de madera conservadas se consideran incluso hoy maquetas de obras no realizadas, y especialmente un pináculo que estuvo durante muchos años mal catalogado en el Ayuntamiento de Valencia como “fanal morisco” y que hoy se cree que sería más bien un modelo para un posible remate de la torre del *Miquelet*, realizado por un maestro

²⁵ ACV, *Llibres d’Obra* 1.473, libro de 1380.

²⁶ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “Una casa para la *Diputació*. Las inversiones ...”, pp. 68-69. El deflactado en este caso necesario porque, al contrario que en el siglo XV, en el XVI hubo un proceso acelerado de inflación que Hamilton atribuyó a la llegada del oro y la plata americanos, pero que sin duda se debió a una serie de causas y sobre todo a la política financiera de los Habsburgo (HAMILTON, Earl J. – *El tesoro americano y la revolución de los precios en España, 1501-1650*. Barcelona: Ariel, 1985 [ed. original en inglés en Harvard University Press, 1934]).

²⁷ El 20 de febrero de 1434 le llega al monarca en Sicilia las “*mostres de les obres de les quatre torres fetes e obrades de fusta, per mostrar aquelles al dit Senyor Rey*” (GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “El poder visible. Demanda y funciones del arte en la corte de Alfonso el Magnánimo”. *Ars Longa* 7-8, 1996-1997, pp. 33-47, p. 35); mientras que el 16 de marzo de 1446 el rey escribió una carta desde su castillo de Nápoles con los dibujos del corte de doscientas columnas que quería que le enviaran para sus obras ya hechas (Archivo de la Corona de Aragón (ACA), *Reial Cancelleria* 2.690, f. 218 r.).

²⁸ MONTERO TORTAJADA, Encarna – *La transmisión del conocimiento en los oficios artísticos. Valencia, 1370-1450*. Valencia: Institució Alfons el Magnànim, 2015, pp. 94-97.

de obras al servicio de la catedral y nunca trasladado a la piedra²⁹. Otras maquetas no han corrido la misma suerte, y debieron de desaparecer una vez cumplido su cometido, pero sabemos de ellas gracias a las cuentas municipales, como sobre la que elaboró Francesc Tona con papel y cola de gelatina para mostrar cómo había de ser el futuro *Pont dels Catalans* de la ciudad³⁰.

3. Los saberes técnicos, las campañas y la especialización de la mano de obra.

A las grandes inversiones en construcción y las complejas gestiones de las mismas fue necesario añadirle la pericia de unos maestros de obras que, a partir de un saber en principio meramente práctico, fueron mejorando sus técnicas y llegaron a dominar conceptos mucho más teóricos que incorporaban conocimientos avanzados de geometría, aritmética o diseño. A lo largo de los siglos finales de la Edad Media los personajes que estuvieron al frente de las grandes obras en Valencia destacaron precisamente por esas destrezas y por su capacidad de innovar ante problemas no planteados con anterioridad. Muchos de ellos llegaron a acaparar cargos, haciendo compatible, por ejemplo, ser maestro mayor de las obras de la catedral y del municipio, ejecutar otros trabajos en iglesias e incluso servir esporádicamente al rey. Sin duda, eso fue posible gracias a su capacidad de delegar y de transmitir órdenes diferidas a sus subordinados, entre otras cosas a través del uso generalizado de planos y maquetas que ya se ha apuntado. Claro que las grandes decisiones las tomaban ellos, y para eso eran necesarios complejos estudios previos de los cuales tenemos ya noticias a mediados del siglo XIV, con la figura de Andreu Julià como protagonista. Julià, como maestro de obras de la catedral de Valencia, realizó el Aula Capitular, hoy conocida como Capilla del Santo Cáliz, entre 1356 y 1369, bajo el episcopado del obispo Vidal de Blanes. En ella, sobre un cuadrado exento de 13 metros de lado por 16 de altura, alzó una bóveda estrellada de planta octogonal de manera que, para la transición de una forma a otra, tuvo que hacer uso de bóvedas triangulares de rincón (**Fig. 2**)³¹. Matilde Miquel ha relacionado esa estructura con la vocación funeraria del espacio y con toda una serie de antecedentes hispánicos que a su vez conectan con las bóvedas estrelladas de las aulas capitulares inglesas y hasta con uno de los diseños que aparecen en el llamado *Cuaderno* de Villard de Honnecourt³². Los contactos de Andreu Julià

²⁹ ZARAGOZÁ CATALÁ, Arturo – *Arquitectura gótica Valenciana*. Valencia: Generalitat Valenciana, 2000, p. 97.

³⁰ AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d³-13, f. 140v.

³¹ NAVARRO FAJARDO, Juan Carlos – *Bóvedas de la arquitectura gótica valenciana*. Valencia: PUV, 2006, pp. 227-230.

³² MIQUEL JUAN, Matilde – “Aviñón, foco artístico para la Valencia del siglo XIV. El papel del obispo Vidal de Blanes”. In COSMEN, Concepción; HERRÁEZ, M. Victoria; PELLÓN, María (coords.) – *El intercambio artístico entre los reinos hispánicos y las cortes europeas en la Baja Edad Media*. León: Universidad de León, 2009, pp. 321-331, pp. 325-327.



Fig. 2 - Andreu Julià - Bóveda del Aula Capítular de la catedral de València (1356-1359).
Foto J. V. García Marsilla.

con otros lugares y realidades están probados, cuando sabemos, por ejemplo, que en 1358 había estado en Aviñón, donde colocó un pavimento de cerámica en el palacio del cardenal Audoin Aubert, o que en 1377 se le atribuye la traza del campanario de la catedral vieja de Lleida.³³ Simultaneó de hecho el cargo de Valencia con el equivalente en Tortosa, donde fue maestro de obras de la catedral entre 1376 y 1381, año de su muerte, y ejerció como nivelador de aguas en algunas obras relacionadas con el regadío.³⁴ Partiendo de su experiencia en Lleida, fue también el diseñador inicial de la torre del *Miquelet*, para cuyos cálculos se desplazó a unas eras en la vecina localidad de Russafa donde, con cuerdas y tiza, diseñó en el suelo el octógono que constituiría la base de la torre y cuyo perímetro equivale, casi con total exactitud, a la altura de la misma hasta la barandilla superior o *apitrador*³⁵.

La misma búsqueda de novedades caracterizó al maestro de obras que iba a continuar la del *Miquelet*, Pere Balaguer, que compaginó sus tareas en la catedral y en la Cartuja de Valldecris con las encargadas por el municipio y por parroquias como la de Santa Caterina de Valencia, o en capillas privadas como la que realizó para la familia de los Bernat en la iglesia de Sant Joan de l'Hospital³⁶. La construcción de la Puerta de Serranos fue sin duda el mayor reto que asumió, y para ello la ciudad le costeó diversos viajes por Cataluña para buscar modelos en los que inspirarse, una práctica que comenzó en Valencia con este caso y que estaba llamada a repetirse en el futuro³⁷. En el proceso constructivo de dicha puerta puso en práctica además una serie de innovaciones como la disposición de rampas internas para que las bestias pudieran llegar con sus cargas de piedras y argamasa hasta los pisos superiores, o la utilización de ciertos betunes para una mejor adherencia de las partes escultóricas de la obra. Balaguer se desplazó además en persona a las diversas canteras que abastecieron la fábrica, seleccionando qué tipo de piedra quería para cada una de

³³ SERRA DESFILIS, Amadeo – “Promotores, tradiciones e innovación en la arquitectura valenciana del siglo XV”. *Goya* 334 (2011), pp. 58-73, p. 59; IZQUIERDO ARANDA, Teresa – “Carpintero y maestro constructor en la arquitectura gótica valenciana (siglos XIV-XV)”. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie VII Historia del Arte*, nueva época 1 (2013), pp. 199-221, p. 203.

³⁴ ALMUNI BALADA, Victòria – *La catedral de Tortosa als segles del gòtic*. Benicarló: Onada, 2007, vol. I, pp. 457-462; ZARAGOZÁ, Arturo – “Juegos matemáticos: aplicaciones geométricas de los maestros del gótico en el episodio valenciano”. In *L'Artista-artesa medieval a la Corona d'Aragó*, Lleida: Universitat de Lleida, 1999, pp. 196-197.

³⁵ “*Primerament paguí a mestre Julià, mestre major de la dita obra, per VI (dies) que en la semana pasada fon en la dita obra e prengué mides dels fonaments e anà a les eres de Ruçafa per traçar les dites mides dels fonaments per al dit campanar, e prenia II sous per dia, que fan dels dits vi dies – XII sous*” (ACV, *Llibres d'Obra* 1473, f. 67v, 20 de abril de 1381). Y más adelante: “*Ítem comprí d'en Berthomeu Cortés, laurador, XXIII fexos de canyes per a fer dos barraques en què s'asombràs lo mestre e los manobres com avien a menjar, e costarem II diners lo fex, que fan VI sous.*” (idem, f. 68r).

³⁶ Sobre Balaguer, SERRA DESFILIS, Amadeo; MIQUEL JUAN, Matilde – “Pere Balaguer y la arquitectura valenciana de los siglos XIV y XV”. In *Historia de la ciudad. IV: Memoria urbana*, Valencia: Colegio Oficial de Arquitectos de la comunidad Valenciana, 2005, pp. 89-111; y GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “Pere Balaguer y la iglesia de Sant Joan de l'Hospital de Valencia”. *Ars Longa* 9-10 (2000), pp. 87-91.

³⁷ SERRA DESFILIS, Amadeo – “Conocimiento, traza e ingenio en la arquitectura valenciana del siglo XV”. *Anales de Historia del Arte* 22 (2012), pp. 163-196, p. 185.

las partes de su monumental edificio. Por todo ello fue recompensado por la ciudad con un incremento de su jornal, de 4 sueldos y medio que cobraba al iniciarse los trabajos, igual que el maestro *obrer de vila* Domingo Beneyto, encargado de las partes de ladrillo o tapial, a 5 sueldos diarios desde principios de 1395, algo bastante insólito en las obras medievales de “larga duración”. Además, desde el 20 de febrero de 1394 el municipio le pagó el alquiler de una casa situada prácticamente a pie de obra, frente a la Puerta de Serranos, para que controlara mejor el proceso constructivo, con un gasto de 198 sueldos anuales, y, en diversas ocasiones el *consell* le regaló paños de Vervins de alta calidad para que se vistiera con ellos, seguramente para cuidar la imagen del reputado maestro en los momentos en que cada vez eran más frecuentes las visitas de la autoridades locales a la obra³⁸.

Los trabajos de Balaguer llegaron así a tener un “sello propio”, en el que no faltaban de nuevo las innovaciones técnicas aplicadas a la ornamentación de la obra, y muy especialmente las llamadas “labores de claraboya”, tracerías aplicadas al muro a veces con ayuda de garfios de metal que quedaban convenientemente escondidos en la estructura. Las aplicó sobre la puerta que queda enmarcada por las Torres de Serranos, en el cuerpo de campanas del *Miquelet* (Fig. 3) o en la portada de acceso al Aula Capitular de la catedral de Valencia, en la que algunos historiadores ven parte al menos de la puerta de los pies de la catedral que se desplazaría a su ubicación actual cuando se levantó la fachada barroca³⁹. Ese recurso ornamental, que parece inspirado en los palios textiles que con frecuencia engalanaban los edificios góticos, tuvo también cierta relación con la platería y llegó a convertirse en una de las características de la arquitectura tardogótica.

La efervescencia constructiva de la Valencia posterior, la del siglo XV, aportaría maestros de obras venidos de otras regiones que se unirían a los locales para formar una auténtica pléyade que se ha llegado a considerar como una “escuela arquitectónica” valenciana. El rasgo distintivo de ésta era la capacidad de sus componentes de diseñar en tres dimensiones con precisos cortes de las piedras que hacían que estas encajaran entre sí sin necesidad ya de elementos como los nervios o incluso, con frecuencia, los contrafuertes y arbotantes. Es el dominio de la estereotomía moderna, tendencia en la que Francesc Baldomar es considerado con frecuencia como el fundador, aunque seguramente no se puede desligar de las enseñanzas recibidas de otros maestros anteriores como Antoni Dalmau, Martí Llobet, o especialistas en el uso del ladrillo como Francesc Martínez Biulaygua⁴⁰. El culmen de esas destrezas lo constituyen el

³⁸ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “La ciudad en obras. Costes y gestión...”, pp. 287-290.

³⁹ Véase SERRA DESFILIS, Amadeo; MIQUEL JUAN, Matilde – “Pere Balaguer y la arquitectura valenciana de los siglos XIV y XV...”, pp. 96-97 y 105-107.

⁴⁰ ZARAGOZÁ, Arturo – “El arte del corte de piedras en la arquitectura valenciana del Cuatrocientos. Francesc Baldomar y el inicio de la estereotomía moderna”. In *Primer Congreso de Historia del Arte Valenciano. Actas, mayo 1992*. Valencia: Conselleria de Cultura, 1993, pp. 97-105; CHIVA MAROTO, Germán –



Fig. 3 – Pere Balaguer – Labores de claraboya en el cuerpo de campanas del Miquelet o campanario de la catedral de Valencia (hacia 1400). Foto J. V. García Marsilla.

mismo Baldomar, en obras como el cuerpo central de las torres de Quart y, sobre todo, la Capilla Real del convento de Santo Domingo de Valencia (**Fig. 4**), y su discípulo llegado de Girona, Pere Compte, diseñador, junto al malogrado Juan Ivarra, de la Lonja.⁴¹ Pero lo interesante es que los talleres y los seguidores de estos difundieron por un amplio territorio, que iba más allá del mismo reino de Valencia, las novedades de su arquitectura, las cuales se debieron de filtrar también a través de maestros menos conocidos que arraigarían en ciudades y villas del reino, como Xàtiva, donde linajes como el de los Casanova dirigieron a lo largo de varias generaciones las obras del castillo de esa ciudad⁴².

Las diferencias salariales entre esos maestros y los de la capital solía ser significativa, sobre todo por efecto de la misma fama que los grandes nombres de Valencia fueron adquiriendo. Pocos, en general, llegarían a los 5 sueldos diarios que alcanzó Pere Balaguer en 1395, pero prácticamente todos los maestros mayores de obras del municipio valenciano ingresaban 4 sueldos y medio por día trabajado, con la excepción de aquellas ocasiones en que eran contratados dos maestros al mismo tiempo y uno de ellos, el que ejercía como lugarteniente, recibía solo 4, como ocurrió por ejemplo en 1429, cuando una cuadrilla se encargó de la reparación de un puente en el camino de Valencia a Quart que cruzaba una acequia en Mislata y quien estaba al frente, Domingo Valero, cobró por ello 4 sueldos y medio diarios mientras que el otro maestro, Andreu Valero, quizá su hijo o hermano pequeño y su “segundo de a bordo”, se tuvo que contentar con solo 4.⁴³ En cambio, en la ya citada Xàtiva, la segunda ciudad del reino, exactamente en el mismo año y en una situación similar, el padre, Bartomeu Casanova, estaba cobrando 4 sueldos diarios y su hijo homónimo, Bartomeu Casanova *lo fill*, recibía 3 sueldos y medio, es decir, en torno a un 12,5 % menos que en la capital⁴⁴. En otros centros menores la retribución era aún más baja.

Francesc Baldomar, maestro de obra de la Seo. Geometría e inspiración bíblica. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2014; GÓMEZ-FERRER, Mercedes – “La Cantería Valenciana en la primera mitad del siglo XV: El Maestro Antoni Dalmau y sus vinculaciones con el área mediterránea”. *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte IX-X* (1997-1998), pp. 91-105.; MIQUEL JUAN, Matilde – “Martí Llobet en la Catedral de Valencia (1417-1439). La renovación del lenguaje gótico valenciano”. In *Historia de la Ciudad VI. Proyecto y Complejidad*. Valencia: Colegio Oficial de Arquitectos de Valencia, 2010, pp. 103-126; GÓMEZ-FERRER, Mercedes; ZARAGOZÁ, Artur – “Lenguajes, fábricas y oficios en la arquitectura valenciana del tránsito entre la Edad Media y la Edad Moderna (1450-1550)”. *Artígrama* 23 (2008), pp. 149-184.

⁴¹ Sobre Pere Compte véase ZARAGOZÁ, Arturo; GÓMEZ-FERRER LOZANO, Mercedes; BÉRCHEZ, Joaquín – *Pere Compte: arquitecto*. Valencia: Generalitat Valenciana, 2007.

⁴² Hasta tres representantes de esa familia, Bartomeu Casanova padre, Bartomeu Casanova hijo y Lluís Casanova, estuvieron en algún momento al frente de las obras de reparación y mantenimiento de dicho castillo entre 1410 y 1457 (GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “La gran fàbrica del Castell de Xàtiva. Funcions, manteniment de l’obra i aprovisionament de materials en l’Edat Mitjana”. *Saitabi* 70 (2020), pp. 43-66.

⁴³ AMV, *Llibre de Obres de Murs i Valls*, l.1-1, f. 8. Entre los pocos que llegaron a los 5 sueldos diarios estuvo el *obrer de vila* Joan del Poyo, que en la obra de la casa del reloj que la ciudad costó en el *Miquelet* recibía esa cantidad diaria en 1426 (AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d3-32, f. 15r). Sobre él, SERRA DESFILIS, Amadeo – “Al servicio de la ciudad: Joan Del Poyo y la práctica de la arquitectura en Valencia (1402-1439)”. *Ars Longa* 5, (1994), pp. 111-119.

⁴⁴ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “La gran fàbrica del Castell de Xàtiva...”, p. 52.

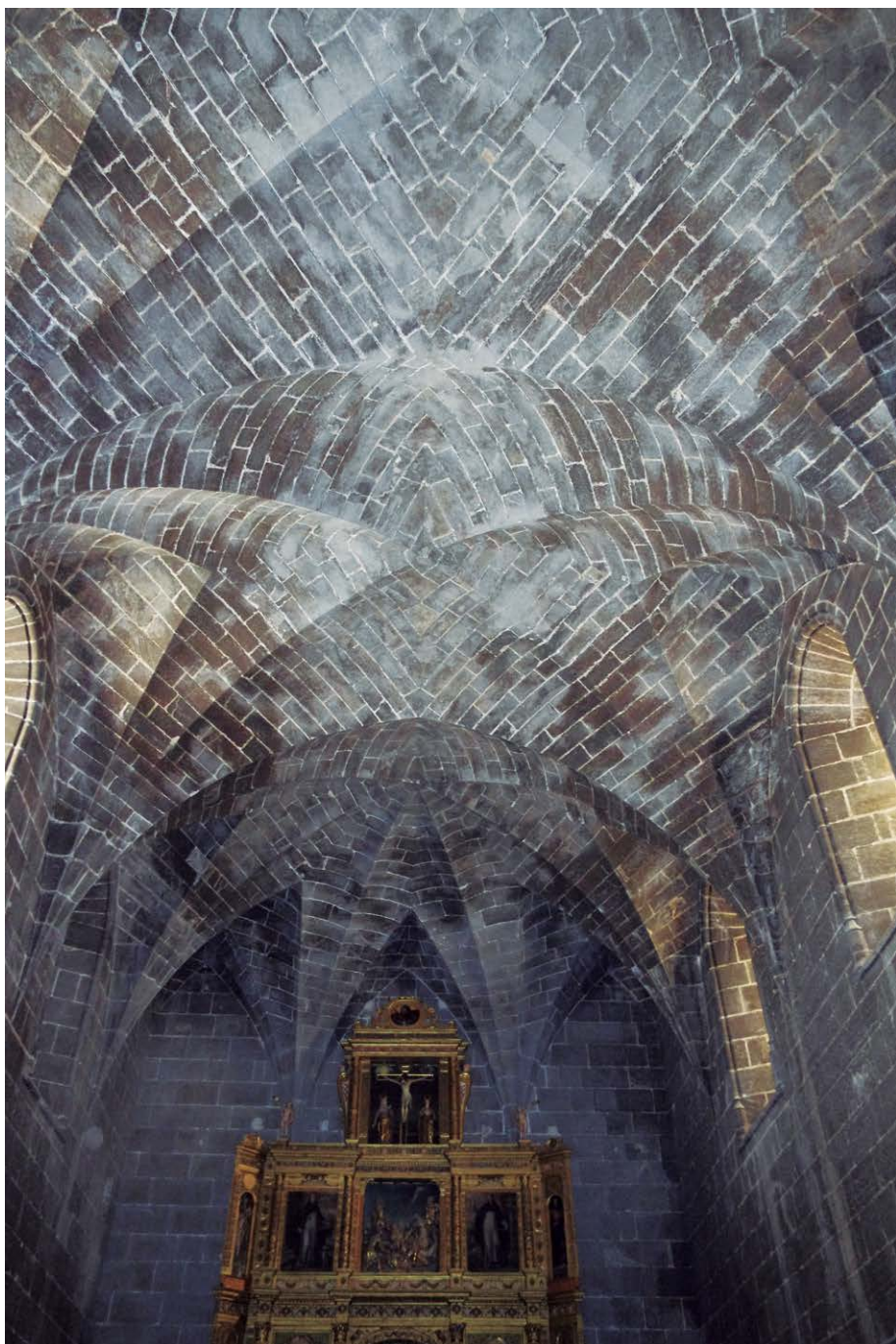


Fig. 4 – Francesc Baldomar – Bóveda aristada de la Capilla Real del convento de Santo Domingo de Valencia (década de 1440). Foto J. V. García Marsilla.

Por los mismos años en que Pere Balaguer percibía 5 sueldos diarios, en la década de 1390, el maestro mayor de las obras del castillo de Biar, al sur del reino, solo cobraba 4, el encargado de las obras del Palacio Ducal de Gandia, 3 sueldos y medio, y uno de los pocos maestros de obras mudéjares que hemos podido localizar, Mahomat Alfirí, *obrer de vila* que llevó a cabo obras en el castillo de Benaguasil en 1431, sólo ingresaba allí 3 sueldos diarios⁴⁵. La capacidad de los grandes arquitectos para llevar al mismo tiempo varias obras, y los negocios secundarios que estas les aseguraban, como el alquiler de andamios, tapiales o grúas o la provisión de algunas materias primas, hacía esa brecha aún más grande.

No obstante, sería ilusorio comparar aquellos maestros de obras de cierto nivel con los divos de la arquitectura del siglo XXI. A pesar de sus logros y su reputación, el mercado de trabajo en la construcción, incluso para ellos, estaba en los siglos XIV y XV dominado por los patronos de las obras, de manera que, en los días en que no era necesario el saber del maestro, porque solo se estaban acarreamo materiales o realizando tareas menores, se prescindía sin problemas de él. De hecho, la flexibilidad absoluta era la norma en la contratación diaria de mano de obra, realizada al alba en la plaza de la localidad, y no solo el tamaño de la cuadrilla reclutada, sino también su composición, se ajustaban a las necesidades coyunturales de la obra. En las mayores fábricas al menos cuatro tipos de trabajadores especializados solían coincidir, a menudo formando parte de grupos distintos cuyas retribuciones se apuntaban por separado: *pedrapiquers* (canteros); *manobres* (amasadores de argamasa); *obrer de vila* (albañiles) y *fusters* (carpinteros). La jerarquía entre ellos no estaba tan marcada como a priori se podría pensar, ya que, por ejemplo, los carpinteros solían cobrar lo mismo que los canteros, y solo los *manobres* quedaban algo por debajo, pero incluso entre estos las diferenciaciones internas eran frecuentes. En 1447, por ejemplo, se declaró un gran incendio en el Mercado de Valencia y, una vez sofocado, la ciudad contrató rápidamente a muchos de esos *manobres* para retirar escombros que se habían acumulado en el antiguo foso de la muralla islámica que entonces servía como alcantarilla en esa zona del Mercado. Pero incluso para esa tarea supuestamente sencilla, poco especializada, los veintinueve *manobres* contratados se clasificaron en tres categorías distintas, que cobraron jornales respectivamente de 4, 3 y 2,5 sueldos⁴⁶.

Las grandes obras reunían a enormes cuadrillas, más de cincuenta trabajadores casi todos los días, por ejemplo, en la construcción de la Puerta de Serranos, pero precisamente por eso las desigualdades entre sus miembros solían ser mayores. La cualificación fue un evidente elemento diferenciador en el sector medieval de la

⁴⁵ ARV, *Mestre Racional* 9260, 12 553 y 11.597.

⁴⁶ AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d³-49, f. 12r y v, 17 de marzo de 1447. 4 de ellos cobraron 4 sueldos, otros 4 3 sueldos y 13 2 sueldos y medio. Sobre ese incendio véase FERRAGUD, Carmel; GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “The Great Fire of Medieval Valencia (1447)”. *Urban History* vol. 43, part 4 (2016), pp. 500-516.

construcción y era frecuente que los distintos grupos – canteros, amasadores, albañiles y carpinteros – se dividiesen internamente como mínimo en tres subgrupos distintos en función de la cuantía de su jornal. El abanico salarial tendió de hecho a abrirse cada vez más, aunque los estudios que se han comenzado a realizar para observar la evolución de los mismos muestran que las coyunturas podían variar, pero que la dinámica general fue a un incremento relativo de las retribuciones de las categorías intermedias, cuyos salarios en algunos años se acercaron sorprendentemente a los de los maestros⁴⁷. Desde luego, fue el juego de la oferta y la demanda, en una ciudad en continuo crecimiento, el que ocasionó esa tendencia y no el planteamiento de reivindicaciones salariales por parte de esos obreros de la construcción. Aun así, las fuentes contables demuestran que los trabajadores exigían el pago puntual de sus jornales y que en algunos casos incluso las obras más grandes y reputadas tuvieron que parar durante algún día por falta de liquidez para abonar los salarios. Así el 12 de abril de 1435, el notario Lleonard Vilar, escribano ese año de la *Sotsobreria de Murs i Valls*, tuvo que anotar que ese día “no se hizo faena porque no tenía dinero con el que pagar a la gente”⁴⁸. A veces eso ocurría porque no se conseguía suficiente moneda fraccionaria, lo que se llegó a convertir en un verdadero problema en algunos casos, como en 1396, en que el *sotsobrer* reconoció en varias ocasiones que “no tenía dineros menudos con los que pagar a la compañía”⁴⁹. Lo mismo ocurría en las obras reales, como por ejemplo en el mismo Palacio del Real, donde Francesc Martínez Biulaygua y su equipo dejaron de trabajar en una escalera el 28 de junio de 1480 “por no tener dinero en la bailía”, y no retomaron sus trabajos hasta el 1 de agosto de ese año, cuando hubo liquidez para pagarle⁵⁰.

A veces, quizá en previsión de esas dificultades, o esperando abaratar los costes de una obra concreta, se pactaba el pago cerrado de la misma a destajo. Eso era bastante frecuente en las obras privadas, como en las que realizó el maestro Joan Martí en la vivienda que el rico mercader de Valencia Daniel Barceló tenía en la parroquia de Sant Martí de la ciudad, en 1441. Las reformas que debía realizar se cerraron por un precio de 113 sueldos y 11 dineros, en los que se incluyó la compra de cañas, cuerdas de esparto, capazos, arena, cal y clavos, más los jornales del mismo maestro, de 4 sueldos y medio – igual que en las obras públicas – y de dos *manobres* que cobraron 3 sueldos y medio por día cada uno⁵¹. Pero también en ocasiones,

⁴⁷ QUILES RUIZ, Jordi –“Estudio de los salarios nominales a través de la prima de cualificación en el colectivo de los trabajadores de la *Sotsobreria de Murs i Valls* de Valencia (1380-1420)”. *Saitabi* 71, 2021, pp. 125-143.

⁴⁸ “No-s feu fahena en les dites obres per ço com yo no tenia diners per pagar la gent” (AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d³-38, f. 25r).

⁴⁹ “Com no tingúes diners menuts ab que pagàs a la companya”, (AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d3-17, f 32r, 33 r y 35 r.).

⁵⁰ ARV, *Mestre Racional* 9.146, f. 9 r.

⁵¹ ARV, *Protocolos de Vicent Zaera* 2.411, f. 408v., miércoles 14 de junio de 1441.

cuando se trataba de ejecutar una tarea muy concreta, se aplicaba el sistema del destajo igualmente en el sector público. En Biar, por ejemplo, en 1487 el *batle* u oficial real de la localidad pactó con un maestro de obras apellidado Gurrea la reparación del horno de la localidad por 200 sueldos⁵². Y en el castillo de Alicante se llevó a cabo una subasta a la baja en 1467 para determinar quién iba a reparar algunos desperfectos de la fortaleza y a levantar la iglesia de Santa Bárbara en su interior, alzándose con la obra un tal Miquel Luques, que se ofreció a realizarla a cambio de 8.222 sueldos y 6 dineros⁵³. Estas contrataciones fueron además la puerta de entrada para cuadrillas foráneas, sobre todo de picapedreros vascos, que comenzaron a llegar al reino de Valencia a principios del siglo XV, empleándose al principio en ciertas fortalezas del interior, como la de Ademuz, donde los vizcaínos Joanxo y Pedro de Urtubi contrataron por mil sueldos la factura de la puerta del castillo “*de pedra picada*” en 1468⁵⁴. Unas décadas más tarde muchos de aquellos canteros vascos, encuadrados en la cuadrilla de Juan Ivarra, participarían en la construcción de la Lonja de Valencia, incluso después de la muerte de su maestro.

También en esas obras del interior era frecuente la presencia de mano de obra femenina. En Jérica, Castielfabib o Ademuz aparecen mujeres contratadas en las obras de los castillos y los monopolios reales, cobrando exactamente la mitad que los hombres, supuestamente con la coartada de que tenían menos fuerza para acarrear materiales, y lo mismo ocurría en la misma Valencia, donde hasta seis mujeres cobraron por su trabajo en las murallas en 1392⁵⁵. Su presencia era en todo caso irregular, desapareciendo durante muchos años⁵⁶. Sería necesario investigar si en las anualidades en que figuran mujeres hubo una mayor escasez de mano de obra en la ciudad, o cuáles fueron los factores que llevaron a que se recurriera a ellas entonces y no en otras ocasiones. Cuando lo hacían, por otra parte, apenas cobraban un sueldo diario, y se dedicaban básicamente a acarrear materiales sin que se les permitiera alcanzar ningún tipo de cualificación.

Por debajo de ellas, sin embargo, aún quedaba la mano de obra esclava, abundante en algunos oficios relacionados con la construcción y especialmente entre los carpinteros. Era así muy frecuente la presencia en las obras de esclavos que actuaban por parejas manejando grandes sierras con las que cortaban vigas o pilares de madera. Eran en ese caso sus dueños los que alquilaban su trabajo, y los que aparecían por tanto como beneficiarios del mismo, como Francesc Blasco, *fuster*, cuyos cuatro esclavos

⁵² ARV, *Mestre Racional* 1.606, f. 10r.

⁵³ ARV, *Mestre Racional* 9.252 8r-9 v.

⁵⁴ ARV, *Mestre Racional* 9.160 f. 22 r y v. Los maestros vascos, tanto en Ademuz como en Castielfabib, Alpuente y otros castillos del interior, en GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “Las obras que nunca se acaban. El mantenimiento de los castillos en la Valencia medieval: sus protagonistas y sus materiales”. *Ars Longa* 12 (2003), pp. 7-15, pp. 9-10.

⁵⁵ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “La ciudad en obras...”, pp. 281-282.

⁵⁶ QUILES RUIZ, Jordi – “Estudio de los salarios nominales a través de la prima de cualificación...”, p. 131.

con dos sierras participaron en la construcción de un puente de madera o *palanca* sobre el río Turia, ante el Portal Nou de la Santa Creu, obra que había contratado a destajo Joan del Poyo por 2.200 sueldos, de manera que sería este quien le pagara 11 sueldos diarios a Blasco por explotar su trabajo, a razón por tanto de 2 sueldos y 9 dineros por esclavo. En los siguientes días Blasco y hasta tres propietarios de esclavos más, todos carpinteros, proporcionaron una pareja de serradores cada uno, siendo los otros Rodrigo Alegret, Bartomeu Abat y Bernat Tarroja. Por supuesto, los nombres de los esclavos no se registraron nunca⁵⁷. Los muchos puentes de madera que cruzaron el río hasta que fueron paulatinamente sustituidos por otros de piedra se contaron de hecho entre las construcciones que más utilizaron esa mano de obra esclava, de la que incluso a veces eran propietarias mujeres, probablemente viudas de carpinteros que seguían con el negocio del difunto marido, como debía de serlo una tal na Falcona, cuyos dos *catiús* suministraron madera cortada para entablar el Puente del Real, es decir, el que daba directamente al palacio, cobrando por ello bastante más que los anteriores, 8 sueldos y 6 dineros por pareja, quizá por un trabajo más intenso⁵⁸.

Las herramientas que los trabajadores de la construcción manejaban habitualmente, como esas sierras, no eran demasiado caras, pero se desgastaban con facilidad, sobre todo las destinadas a picar piedra, por eso había en algunas obras un herrero prácticamente de plantilla, cuyos jornales por arreglar los aperos rotos o dar lustre cada día a sus filos se incluían en los gastos de personal. Eso ocurría por ejemplo en una obra tan exigente en el corte de las piedras como la de la Capilla Real de Santo Domingo donde, en el equipo capitaneado por Francesc Baldomar siempre había, como mínimo, un *ferrer que adoba la ferramenta*, cuando no varios, como en 1446, en que había dos a pie de obra, Arnau Pricalimers y Domingo Peuvell, y otro, Gil Ramó, en la cantera de Sagunt, donde se estaba extrayendo la piedra oscura para la bóveda⁵⁹. Las mismas instituciones trataban de tener herramientas propias que incluso se compraban en el mercado de segunda mano, como hicieron en la *Sotsobreria de Murs i Valls* en 1435, cuando el *sotsobrer*, en presencia de su escribano, acudió a las subastas o almonedas del Mercado y compró en nombre de la ciudad una azada y cinco legones de diversos tamaños por precios muy asequibles, que en total importaron apenas 11 sueldos y 9 dineros⁶⁰. Debió de ser un buen negocio, aunque no sabemos el estado de estas herramientas, porque las nuevas solían ser bastante más caras. Una *eixada-pic* (azada-pico) nueva, comprada al enterrador

⁵⁷ AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d³-38, f. 9r – 12v, 7 a 12 de marzo de 1435.

⁵⁸ AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d³-38, f. 15r, 22 de marzo de 1435. Lo mismo cobró otro carpintero, Jaume Armengol, por su pareja de esclavos.

⁵⁹ ZARAGOZÁ, Arturo; TOLOSA, Lluïsa; VEDREÑO, María del Carmen – *La Capella Reial d'Alfons el Magnànim de l'antic Monestir de Predicadors de València*. Valencia: Institució Alfons el Magnànim, 1997, vol. I, pp. 87-110.

⁶⁰ AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d³-38, f. 24v. 8 de abril de 1435.

Arnau Vidal en 1426 por el *sotsobrer* Antoni Gaçó, costó ya ella sola 5 sueldos, razón por la cual tampoco era infrecuente el alquiler por unos días de esas herramientas, como ocurrió ese mismo año, en que se pagaron apenas 5 dineros por el alquiler de un día de un pico, una azada, y una *picaça* o pico de pequeñas dimensiones⁶¹. Los obreros más especializados disponían en cambio de su propio instrumental, como por ejemplo el *obrer de vila* Alfonso Martí, que murió en 1460 y entre sus bienes, que se subastaron para pagar su sepelio, había tanto elementos de diseño y medida, como dos compases, un nivel, ocho reglas de madera o dos escuadras de hierro, como también herramientas propiamente dichas, entre ellas cuatro sierras, dos cedazos para arena, una escalera *de gat*, dos mazas de madera, una polea, un pico, cinco picolas, tres azadas, un alzaprima, cuatro escoplos, dos limas, once barrenas, una paleta, dos planas, un martillo, unas tenazas o un hacha, siendo valorada cada una de esas piezas por entre uno y cinco sueldos⁶².

Junto a esas herramientas sencillas se aplicó a las obras una tecnología en constante evolución, creándose sobre todo poleas y grúas para la elevación de los materiales, además de andamios y cimbras necesarios para la colocación de ladrillos o sillares, o de las *tapieres*, los cajones, constantemente reutilizados, para el tapial. Las estructuras más simples eran las poleas o *corrioles* con pernos, a veces hechas de madera consistente, como el nogal, que cuando se combinaban varias formaban los *quinals* o polipastos, capaces de elevar pesos mucho mayores, y que a veces eran arrendados a los mismos maestros de obras, como se hizo con uno de ellos a Domingo Beneyto en agosto de 1395 por tres sueldos y medio al día⁶³.

Mucho más complejas eran las grúas, y también más caras, con lo que invertir en ellas requería a veces de decisiones muy meditadas por parte de los patronos. La misma corona se lo pensó mucho antes de autorizar la construcción de una de ellas para la Capilla Real en 1448, para lo que hubo que hacer una *mostra de la gruha*, es decir una maqueta de madera para comprobar su funcionamiento y su efectividad⁶⁴. El maestro que pidió su construcción, Francesc Baldomar, utilizó con frecuencia estos ingenios, con ejes móviles y alturas que superaban los cuarenta metros, como la que se levantó para la ampliación de la catedral en 1458.⁶⁵ Otras eran más modestas, como las llamadas “horcas”, con un cuello horizontal y un largo cabrestante que, con una simple polea y una soga, eran capaces de subir un tablero de madera donde se colocaban los materiales, como se hacía, por ejemplo, en el Portal de Quart en 1449,

⁶¹ AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d³-32, f. 12 r. y 10 v. respectivamente.

⁶² Archivo del Colegio del Corpus Christi de Valencia (ACCCV), *Protocolos de Jaume Vinader* 9.038, 10-12 de diciembre de 1460.

⁶³ AMV, *Sotsobreria de Murs i Valls* d³-5, f. 130v.

⁶⁴ ZARAGOZÁ, Arturo; TOLOSA, Lluïsa; VEDREÑO, María del Carmen – *La Capella Reial d'Alfons el Magnànim...*, vol. II, p. 53.

⁶⁵ ZARAGOZÁ, Arturo; GÓMEZ-FERRER LOZANO, Mercedes; BÉRCHEZ, Joaquín – *Pere Compte: arquitecto...*, pp. 204-205.

o en la Lonja, obra en la que también se habla de un *matraç*, una torre elevadora que servía para subir las claves de las bóvedas hasta el lugar deseado⁶⁶.

4. El abastecimiento de materiales. El territorio al servicio de las obras.

Gracias a todos estos artilugios, las construcciones de la Valencia medieval pudieron incorporar una amplia gama de materiales para cuyo abastecimiento el reino entero, e incluso territorios fuera de él, se ponían al servicio de la edilicia. Siempre, no obstante, existió una cierta “hambre de materiales” relacionada con la misma fuerte demanda que caracterizó estos siglos finales de la Edad Media. Por eso la reutilización de piedra, madera, ladrillos o tejas fue frecuente, y los mismos escombros de una vivienda derrumbada se convertían en materiales codiciados por los que se pagaba. Cuando en 1431, por ejemplo, murió una tal Antoneta, esposa del *alfondeguer* – el responsable de la alhóndiga real de la morería – Francesc de Vilallonga, se sacó inmediatamente a subasta toda la madera que esta tenía amontonada en una casa de la parroquia de Sant Martí de Valencia que se encontraba en mal estado. Algunos de los más famosos carpinteros de la Valencia de la época acudieron rápidamente a la almoneda, como el ya citado Jaume Armengol, Francesc Monserrat o Nicolau de Quatrecases, quienes, junto con otros, se llevaron más de cincuenta trozos de vigas y cabirones, algunos incluso carcomidos o podridos, pero todos los cuales encontraron comprador por precios de entre apenas unos dineros y como mucho 4 sueldos por una viga⁶⁷.

Si esto era así con la madera, más necesidad había incluso de piedra, sobre todo en la capital, situada en una llanura aluvial donde este elemento no abundaba, de manera que los sillares de caliza se traían habitualmente de las canteras de Godella, a unos 7 km de Valencia, lo que generaba unos gastos de transporte que a veces suponían en torno al 30 % del precio final de esta materia prima. Por eso, y seguramente también por otras razones de tipo ideológico, en el Palacio del Real se tomó una decisión insólita, y bastante cruel, en 1392, apenas un año después del gran asalto a la Judería de Valencia que acabó con la comunidad hebrea local, obligando a la conversión a la mayor parte de sus miembros: el desmontado de todas las losas del cementerio judío de la ciudad para enlosar con ellas la cocina de la reina. El antiguo *fossar dels jueus* quedó así desprovisto de lápidas, que se convirtieron en 268 carretadas de piedra para las obras reales⁶⁸.

⁶⁶ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente; IZQUIERDO ARANDA, Teresa – *Abastecer la obra gótica. El mercado de materiales de construcción...*, pp. 233-234.

⁶⁷ ACCCV, *Protocolos de Jaume Vinader* 9.531, 10 de octubre de 1438.

⁶⁸ ARV, *Mestre Racional* 9.157, f. 49 r, “*Primerament doní a paguí a-n Pere Martí e a-n Johan Borrell, carraters de València, per rahó e preu de CCLXVIII carretades de pedra que portaren ab les lurs bésties del Fossar Vell dels Juheus al Rey del Senyor Rey, qui, a raó de VII sous per V carratades, munten a suma e quantitat de CCCLXXV sous II diners*”. Es muy probable que por esto, cuando se excavó el citado cementerio, en los años 1993-1996, no se encontrasen estelas funerarias. Véase CALVO, Matías; LERMA, Josep Vicent –

Lo normal, no obstante, era que los *pedrapiquers* de Godella aportasen diariamente a Valencia varias decenas de carretas cargadas de material para las obras, y aunque todo ese pueblo se dedicaba, aunque fuera a tiempo parcial, al negocio de la piedra, poco a poco se fue generando allí una cierta oligarquía que acabó monopolizando el abastecimiento de las grandes obras. En la Lonja por ejemplo, en la década de 1480, cuatro vecinos de Godella: Diego de Roà, Joan Albert, Bernat Colom y Pero Pérez, suministraron prácticamente toda la piedra de que está hecho ese edificio y, más que competir entre ellos, debieron de crear un cierto lobby que explicaría que día a día se repartieran de forma equitativa los pedidos⁶⁹. La ciudad ejercía sin duda una gran presión sobre las canteras de esta población, lo que dejaba poco margen a otras villas del reino para conseguir piedra. Esa penuria se observa también en ciertas obras locales, por ejemplo en la construcción de la iglesia de Sant Jaume de Vila-real, donde carecían de una cantera en su término y tuvieron que pedir en 1457 un permiso especial para extraer piedra al municipio de la cercana Castellón⁷⁰.

Además, no todas las canteras eran iguales, y la piedra que proporcionaban podía ser muy distinta. Entre las más valoradas estaban las de Sagunt, que suministraban la llamada *pedra blava* (piedra azul) *de Morvedre*, una caliza dolomítica de un tono azul grisáceo cuyo color oscuro casaba bien con los edificios funerarios, como lo entendió Baldomar al elegirla para la capilla mortuoria de los reyes en Santo Domingo. Ya antes los maestros de obra capitalinos habían utilizado esa piedra especial, pues en 1434 Martí Llobet, buscando material para pavimentar la cabecera de la catedral, se desplazó allí sabiendo que había dos o tres canteras en Sagunt que la producían, y finalmente entró en contacto con un picapedrero local, Martí Conejos, a quien le dio unas medidas muy concretas de las losas que necesitaba, las cuales se extraerían de una cantera situada encima de la ermita de Sant Cristòfol⁷¹.

Otras canteras que en algún momento proporcionaron material a las obras valencianas fueron las de Bellaguarda, cerca de Benidorm, que tenía la ventaja de poder transportar por mar las piedras hasta la capital, o las de Almaguer, en la Ribera del Xúquer. Ambas fueron utilizadas, conjuntamente con las de Godella, para las obras de la Puerta de Serranos, mientras que Xàtiva, la segunda ciudad del reino, recurría a una *pedrera* que había en Énova, a 11 km al norte, en la cual, en fecha tan temprana como 1324, los picapedreros setabenses tuvieron problemas con los de Valencia porque trataron de impedirles a estos últimos el acceso, temerosos de un encarecimiento del

⁶⁹ “El ‘Fossar dels Juheus’”. *Saitabi* 46, 1996, pp. 261-275, p. 263.

⁶⁹ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “¿Cuánto cuesta una lonja? El precio de la *Llotja*...”, p. 200. Sobre Godella y sus habitantes en esta época, LLIBRER, Antoni – *Godella, una comunidad rural en la baja Edad Media*. Valencia: Ajuntament de Godella, 1996.

⁷⁰ VIDAL FRANQUET, Jacobo – “Tercer retrat arqueològic d’una església desapareguda: Vila-real, 1417-1464”. *Summa* 19 (2022), pp. 1-19.

⁷¹ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente; IZQUIERDO ARANDA, Teresa – *Abastecer la obra gótica. El mercado de materiales de construcción...*, pp. 63-64.

material, lo que ocasionó la reacción inmediata y amenazante del municipio capitalino contra el de Xàtiva⁷². También el alabastro fue una piedra muy valorada, dado su poco peso y su carácter traslúcido, por lo que era empleada con frecuencia para ventanas. Su hallazgo en las canteras de Millerola o Ninyerola, en el término de Picassent, a unos 20 km de Valencia, a finales del siglo XIV, enriqueció notablemente a los señores de esta villa de población mudéjar, los Castellà, que en 1467 obtenían un 20 % de sus rentas de esas canteras y de la obtención de cal y yeso en la zona⁷³. Con ese alabastro, blando y luminoso, se labrarían algunas piezas escultóricas de gran calidad, como los relieves del trascoro de la catedral de Valencia, cuyas complejas escenas bíblicas realizó el florentino Giuliano di Nofri con material de Picassent⁷⁴.

En muchas de esas canteras comenzó a funcionar una producción en serie en la que las piezas salían de ellas semielaboradas, llegando a la obra ya en forma de sillares o *pedres de fil*, pero también de dovelas, piedras cantoneras, claves de bóveda o losas. Naturalmente, cada una de ellas tenía un precio en función de la pericia que era necesaria para su correcto corte, y se requería un contacto directo entre la cantera y la obra para que el trabajo se realizara correctamente. En 1444, por ejemplo, Francesc Baldomar, ejerciendo como maestro picapedrero del Palacio del Real, se desplazó a Godella para encargarse personalmente a Antoni Colom la piedra para unos ventanales que miraban al patio del *Real Vell*, la parte más antigua del palacio, y allí pactó que cada clave se pagaría a 10 sueldos, cada *lligador*, es decir, las piedras que delimitaban la ventana, a 7 sueldos, y las piedras esquineras, o *recantons*, también a 7 sueldos las grandes y a 4 las pequeñas. Las más caras serían unas *pedres apellades corbes*, con forma curvilínea, que costaron nada menos que 18 sueldos la unidad⁷⁵.

En esos mismos años la obra del Real se alimentaba también de piezas enteramente prefabricadas, y especialmente de las columnillas de ventana que llegaban desde Girona, que desde 1436 eran encargadas con frecuencia al mercader Bonanat Perpinyà⁷⁶. Perpinyà debía de tener un buen negocio, porque además de abastecer regularmente a la corona, al menos desde 1421, también la catedral estaba entre sus clientes, adquiriendo dos columnas de ventana en 1438 para la obra de la librería de la *Seu*, a 220 sueldos cada una⁷⁷. Por su parte, el municipio también consumía estas piezas, e incluso ventanales enteros que ya llegaban hechos, aunque los munícipes

⁷² AMV, *Manuals de Consells* A-1, f. 234v., 15 de junio de 1324.

⁷³ ARCINIEGA GARCÍA, Luis – “Millerola, tierra de yeso y alabastro, y los señores de Picassent”. *Arx & Renovatio* 7 (2019), pp. 141-155.

⁷⁴ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “Confirmado: Giuliano di Nofri, autor de los relieves del trascoro de la catedral”. *Catedral de Valencia* 9 (2012=), pp. 58-61.

⁷⁵ ARV, *Mestre Racional* 11.607, ff 1 r-3v.

⁷⁶ GÓMEZ-FERRER, Mercedes – *El Real de Valencia (1238-1810)*..., pp. 82-83. Sobre estas piezas véase ESPAÑOL BERTRAN, Francesca – “Las manufacturas arquitectónicas en piedra de Girona durante la Baja Edad Media y su comercialización”. *Anuario de Estudios Medievales* 39/2 (2009), pp. 963-1001.

⁷⁷ ACV, *Libres d’Obra* 1.479, vol. de 1438, ff. 49 r. y v.

valencianos no dejaron de intentar que tales manufacturas se realizaran en el mismo reino con tal de abaratar costes. Su proveedor habitual en la década de 1410 era otro mercader gerundense, Pons Arnau, pero el 21 de mayo de 1418 le enviaron a este una carta anulando un encargo porque, según decían, habían localizado en las proximidades de Valencia una piedra parecida con la que los picapedreros locales estaban dispuestos a ejecutar piezas como las que él traía “con mucho menos coste”. No sabemos cómo llegó a funcionar aquel intento de “sustitución de importaciones”, pero lo cierto es que años después aún se seguían comprando piezas arquitectónicas a Girona, como también lo habían hecho antes, por ejemplo, el papa Benedicto XIII para su castillo de Peníscola o la cartuja de Portaceli⁷⁸.

La fabricación en serie abarataba costes y permitía que las obras avanzaran con mucha mayor rapidez. Los tiempos de la construcción, en el gótico, se hicieron así mucho más cortos, siempre que hubiera, eso sí, el capital necesario para continuar las obras. Por eso se trataba también de que los materiales llegaran a los centros consumidores en grandes cantidades y con regularidad, cosa que, por ejemplo en el caso de la madera, era mucho más fácil de conseguir cuando se disponía de ríos para el transporte. En el caso valenciano el Turia y el Júcar se convirtieron en las auténticas “autopistas” del abastecimiento de este material, que aunque se podía encontrar en los bosques del reino, alcanzaba mucho más fácilmente la capital si se lanzaban los troncos a la corriente en las sierras de Teruel, Albarracín, Cuenca o Moya. Millares de árboles eran así comprados por los carpinteros valencianos en sus mismos bosques de origen, sobre todo pinos, donde los seleccionaban y marcaban para que fueran cortados y enviados en las “cabañas” de madera que conducían los gancheros hasta la ciudad⁷⁹. Su paso estaba supuestamente asegurado por los privilegios que la corona había otorgado a la ciudad, los *aemprius*, pero no faltaron los enfrentamientos con los señoríos que atravesaba el Turia, deseosos de sacar también tajada de ese tráfico. Entre 1415 y 1416, por ejemplo, diversos carpinteros y pintores de Valencia denunciaron al señor de Chelva, Pere Lladró, vizconde de Vilanova, porque les aplicaba un canon por el que se quedaba aproximadamente un tronco de cada 30 de los que bajaban, lo que iba en contra de los famosos *aemprius*. En total hubo 24 reclamaciones en un año, referentes a 159 troncos por valor de 5.901 sueldos y 6 dineros. Eso supone que, en total, durante esos doce meses bajaron el Turia desde Chelva y Domeño un mínimo de 4.770 troncos por los que se pagaron 262.350 sueldos valencianos⁸⁰. Y esa era solo una parte de este gran negocio, que tenía sus mayores exponentes en las sierras turolenses, y una vía secundaria, al menos en lo que respecta al abastecimiento

⁷⁸ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente; IZQUIERDO ARANDA, Teresa – *Abastecer la obra gótica. El mercado de materiales de construcción ...*, pp. 72-73.

⁷⁹ GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente; IZQUIERDO ARANDA, Teresa – *Abastecer la obra gótica. El mercado de materiales de construcción...*, pp. 88-112.

⁸⁰ AMV, *Clams* zz- 3, ff. 1 r.-50 v.

de la ciudad de Valencia, en los pinos que bajaban el Júcar, pagaban al rey el *dret del cinquantè* – un tronco de cada cincuenta – al pasar por Alzira, y llegaban hasta Cullera para ser llevados en barca hasta la capital⁸¹.

Otros materiales implicaban un proceso productivo centrado en las zonas rurales, especialmente aquellos que requerían de hornos que alcanzaban altísimas temperaturas, como la cal, el yeso, las tejas y los ladrillos. En torno a la ciudad de Valencia toda la “media luna” formada por diversas sierras calizas en las que se sitúan poblaciones como Montcada, Quart, Torrent, Alaquàs, Picassent o Silla, muchas de ellas habitadas por mudéjares, se llenó de humeantes chimeneas de hornos que abastecían el insaciable apetito de las construcciones de la capital, y lo mismo ocurrió cerca de cualquier villa de importancia que contara con un castillo. En Sagunt la cal venía de las colinas de Petrés; en Xàtiva de la zona del Puerto de Càrcer, con pueblos como Alboi, Aiacor o Genovés; en Gandia de Beniopa, Beniarjó o Villalonga. Algo parecido ocurría con la fabricación de ladrillos, necesarios para bóvedas, paredes interiores o incluso pilares: allá donde había una población islámica cerca de un recodo en un río, los mismos señores del lugar alentaban la creación de tejerías: en Valencia estarían en Mislata; en Gandia en Alfauir; en Xàtiva en la Torre d'en Lloris o en Sagunt en Gilet. En torno a cada ciudad o villa del reino, por tanto, se originaban auténticas “células de abastecimiento” en las que los pequeños pueblos se especializaban en la producción de alguno de los materiales necesarios para abastecer sus obras (**Fig. 5**)⁸². Lo mismo sucedía con el yeso, con los capazos y las cuerdas que se requerían por millares para el acarreo de materiales, con las cañas que formaban parte de cubiertas y entramados, con la arena, el reble y hasta con los clavos y pernos de hierro, de manera que la demanda que promovía la construcción tenía un impacto dinamizador muy evidente en los entornos rurales más o menos inmediatos de las ciudades.

* * *

La edificación tuvo por tanto, ya en la Edad Media, y tal y como se puede ver muy claramente en el caso valenciano, un papel económico muy relevante no solo por las grandes inversiones que suponía y por la población que recibía trabajo en ella, sino también por el efecto que tenía sobre el territorio. Las obras vertebraban de alguna manera el país, lo convertían en un mercado que tendía a la homogeneización, y permitían también el desarrollo de artesanías rurales que anclaban a la población rural, ya entonces atraída por las posibilidades que ofrecía la ciudad, y que por tanto

⁸¹ Sobre el *dret del cinquantè*, IZQUIERDO ARANDA, Teresa – “Antecedentes del abastecimiento de madera en la Ribera del Júcar”. *Papeles de Geografía* 61 (2015), pp. 20-32.

⁸² GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “Las colinas humeantes. Empresas y empresarios de materiales de construcción en el entorno rural de Valencia (siglos XIV y XV)”, (en prensa).

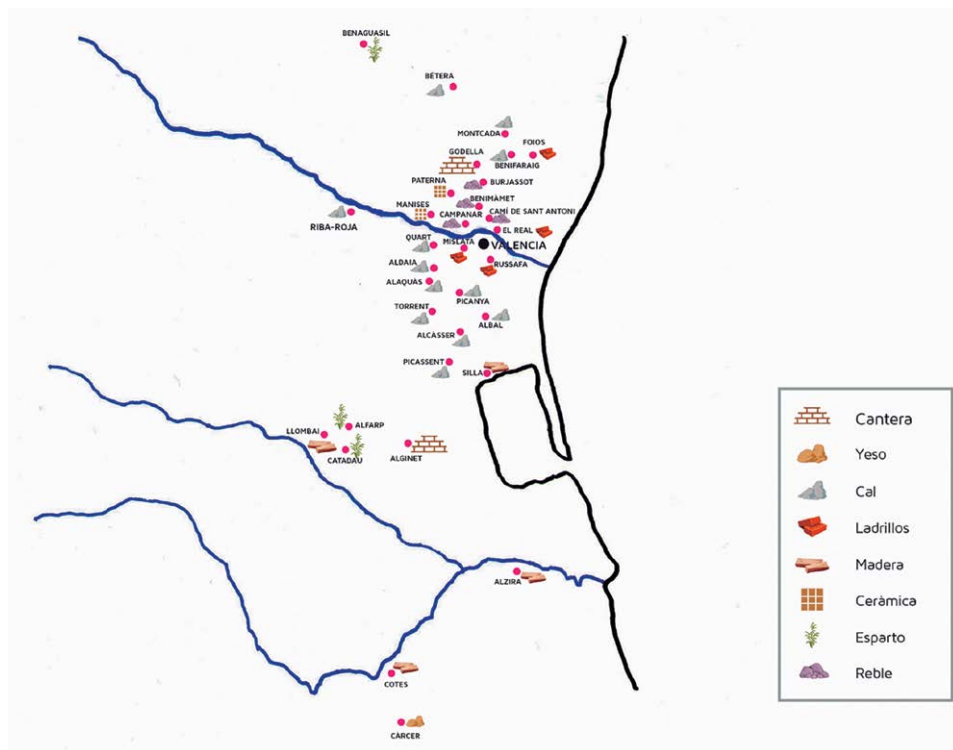


Fig. 5 – Distribución de las industrias de materiales de la construcción en el ámbito en torno a la ciudad de Valencia en los siglos XIV y XV.

tendía a la emigración. Es cierto, sin embargo, que la relación muy directa de los empresarios rurales con las grandes obras públicas de la capital, convertidas a menudo casi en sus únicos clientes, acentuó la dependencia de la población de estos núcleos rurales con respecto a Valencia, y que a menudo los grandes clientes impusieron su ley, hasta el punto de que el gobierno de la capital fijó y controló las medidas de los materiales y marcó unos hábitos de negociación que tendieron a homogeneizar los precios y a mantenerlos en unos niveles bastante bajos. Las empresas de la piedra, del ladrillo, del yeso y de la cal, se convirtieron así en un cordón umbilical más que ligaba el campo a la ciudad, reforzando el predominio de esta última, pero también generaron una riqueza extra en las comarcas del interior, donde complementaron los ingresos del sector agrícola, dotando de una mayor estabilidad a las economías campesinas.

En la misma ciudad la erección de grandes edificios sirvió para apuntalar un sentido de identidad urbana que no era incompatible con la competitividad por ejemplo, entre parroquias, o entre los propietarios de los palacios urbanos que, a

lo largo del siglo XV, fueron convirtiéndose en edificios de piedra que se cerraban en torno a un patio. Una proporción realmente importante de la población urbana – en algún caso se ha calculado en torno a un 10 % del total – se dedicó a tareas relacionadas con la construcción, uno de los pocos sectores en los que los asalariados eran mayoritarios, y donde la población inmigrante podía trabajar con mayor facilidad. Ahora bien, en el caso de Valencia el constante crecimiento demográfico y la facilidad con la que se podría encontrar mano de obra no cualificada para trabajar en las obras hicieron que, en general, los salarios se mantuvieran bajos, y que las condiciones laborales no mejorasen en general a lo largo de la Baja Edad Media. Solo unos pocos llegaron a obtener una cualificación que se vio acompañada por la creación, por ejemplo, de un gremio de canteros en 1392, cuyas ordenanzas posteriores, sobre todo las de 1495, tendieron a asegurar los beneficios de aquellos que lo integraban frente a la “amenaza” de los maestros foráneos, regulando las competencias de los maestros e imponiendo nuevos requisitos para poder ejercer la profesión en la ciudad⁸³.

Por todo ello, el estudio de la construcción, de la arquitectura medieval al fin y al cabo, desde el ámbito no solo artístico, sino también económico, social y cultural, debe constituir uno de los empeños de los historiadores, que no vea los edificios únicamente como “patrimonio” que hay que venerar y conservar, lo que desde luego es indispensable, sino también como elementos que contribuyen a explicar nuestro pasado, como testigos de un desarrollo histórico que nos deben servir para comprender mejor cómo nuestra sociedad, nuestro mundo, ha llegado a ser tal y cómo ahora es y cuáles son las vías de futuro que se abren ante nosotros.

⁸³ MARTÍNEZ VINAT, Juan – *Cofradías y oficios. Entre la acción confraternal y la organización corporativa en la Valencia medieval (1238-1516)*. Valencia: Unversitat de València, Tesis Doctoral, 2018, pp. 222 y 538-539.

Las balsas del Isar y su importancia para el desarrollo de la ciudad de Múnich bajomedieval

*Lisa Walleit*¹

Resumen

Los romanos y Carlomagno ya utilizaban los ríos como vías de transporte. El Isar, que desemboca en el Danubio desde Scharnitz, pasando por Múnich, también sirvió como medio de transporte de materias de construcción, mercancías y personas desde la Alta Edad Media. A través de distintas normas forestales y ordenanzas municipales, gremiales y de policía expondré la importancia del oficio de balsero para el abastecimiento de la ciudad de Múnich a finales de la Edad Media. Tras una introducción a las características geográficas de la región del Isar, se presentarán los distintos tipos de balsas. El concejo de la ciudad de Múnich, pero también los duques de Baviera aseguraron mediante numerosas ordenanzas el abastecimiento de la ciudad con materiales de construcción y materia prima, con bienes comerciales y de lujo. Además de la madera, se transportaba cal y carbón, pero también mármol; materias necesarias para los grandes proyectos de construcción de la ciudad, como la Frauenkirche, que aún hoy caracteriza el panorama urbano.

Palabras clave

Maderada; Balseros; Gancharos; Isar; Múnich.

¹ Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg.

The Isar rafts and their significance for the development of the late medieval city of Munich.

Abstract

The Romans and Charlemagne already used rivers as transport routes. The Isar, which flows into the Danube from Scharnitz via Munich, has also served as a means of transporting building materials, goods, and people since the Early Middle Ages. Through various forestry regulations and municipal, guild and police decrees, I will explain the importance of the raftsmen in supplying the city of Munich in the Late Middle Ages. After an introduction to the geographical features of the Isar region, the different types of rafts will be presented. The Munich city council, but also the Dukes of Bavaria, ensured the supply of the city with building materials and war materials, commercial and luxury goods. In addition to timber, lime, and coal, but also marble was transported. These were all materials needed for the city's great building projects, such as the Frauenkirche, which still characterises the cityscape today.

Keywords

Timber rafting; Rafters; Isar; Munich.

Los ríos desempeñaron y siguen jugando un papel fundamental en la vida de los seres humanos. En la Edad Media, sirvieron en toda Europa, dependiendo de su situación geográfica, como frontera natural de distintas zonas, abastecieron de agua dulce a los habitantes de sus riberas y se utilizaron como vías de transporte². A principios del siglo pasado, los ríos y su historia despertaron el interés de algunos investigadores tanto en Alemania como en España, sobre todo desde un punto de vista geográfico³. Sin embargo, a partir de los años sesenta, la ciencia se centró en la navegación y el aprovechamiento de los grandes cursos fluviales⁴. Sólo unos pocos historiadores se

² Cf. sobre los ríos como red transcontinental ELLMERS, Detlev – “Techniken und Organisationsformen zur Nutzung der Binnenwasserstraßen im hohen und späten Mittelalter”. In SCHWINGES, Rainer Christoph (ed.) – *Straßen- und Verkehrswesen im hohen und späten Mittelalter*. Ostfildern: Thorbecke, 2007, pp. 161-183.

³ Cf. los estudios aún fundamentales de GRUBER, Christian – *Die Bedeutung der Isar als Verkehrsstrasse*. Múnich: J. Lindauer'sche Buchhandlung, 1890 y HOESSLE, Max von – *Geschichte der Flösserei auf der Isar*, Múnich: Ludwig-Maximilians-Universität, 1924. PhD Thesis. Investigaciones geográficas actuales sobre Murcia y el río Segura p.e. en FREY SÁNCHEZ, Antonio Vicente – “El río Segura y su influencia en la urbanística de la Murcia medieval: apuntes para la reconstrucción de la Murcia del protectorado castellano (1243)”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso sobre ecología e historia medieval*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2001, pp. 301-315.

⁴ Cf. la obra de referencia de NEWEKLOWS, Ernst – *Die Schifffahrt und Flößerei im Raume der oberen Donau*. 3 vols., Linz: Oberösterreichischer Landesverlag, 1952-1964. Cf. actualmente ETTEL, Peter;

dedicaron a la maderada⁵. Desde hace unos años, los ríos europeos y su importancia para los ciudadanos ribereños se están convirtiendo cada vez más en objeto de estudios históricos y técnicos⁶. Se presta especial atención a cuestiones de la historia local, de las redes y de los lazos internacionales, entre otras⁷. Los aspectos jurídicos también atraen la atención de los investigadores. Tanto la asignación, distribución y administración de los aranceles, derechos señoriales y medidas de construcción en el río⁸, como los

HACK, Achim Thomas (eds.) – *Flusstäler, Flussschifffahrt, Flusshäfen: Befunde aus Antike und Mittelalter. Internationale Tagung im Rahmen des DFG-Schwerpunktprogramms 1630 “Häfen von der Römischen Kaiserzeit bis zum Mittelalter” an der Friedrich-Schiller-Universität Jena, 21.-24. Februar 2018*. Mainz: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseums, 2019. Para la Península Ibérica, los estudios se centran principalmente en el Guadalquivir, cf. AZNAR VALLEJO, Eduardo – “Barcos y barqueros de Sevilla”. *Historia. Instituciones. Documentos* 21 (1994), pp. 1-11 y COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio – “El Guadalquivir y la Andalucía medieval. El río y el crecimiento económico de la región”. *Andalucía en la historia* 62 (2018), pp. 14-17.

⁵ Sobre la maderada en la región alemana, cf. KEWELOH, Hans-Walter (ed.) – *Flößerei in Deutschland*. Stuttgart: Theiss, 1985; KEWELOH, Hans-Walter (ed.) – *Auf den Spuren der Flößer. Wirtschafts- und Sozialgeschichte eines Gewerbes*. Stuttgart: Theiss, 1988. Sobre la maderada en el sur de Alemania, cf. FILSER, Karl – *Flößerei auf Bayerns Flüssen. Zur Geschichte eines alten Handwerks*. Múnich: Haus der Bayerischen Geschichte, 1991.

⁶ EISSING, Thomas – “Anlagen für den Holztransport zum, am und auf dem Fluss: die gebundene und die ungebundene Flößerei, ihre Bedeutung für die Bauforschung und die Dendrochronologie”. In DENZER, Vera; KLOTZ, Stefan; PORADA, Haik Thomas (eds.) – *Die historisch-landeskundliche Bestandsaufnahme und Darstellung von Gewässern und Gewässernutzungen*, Leipzig: Leibniz-Institut für Länderkunde, 2011, pp. 17-29. Sobre la maderada en el Isar, cf. RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar in München*. Múnich: Franz Schiermeier Verlag, 2012; RÄDLINGER, Christine – *Vom Wasser auf die Straße. Flößerei in der Umbruchszeit*. Múnich: Franz Schiermeier Verlag, 2016. Sobre la maderada con piezas sueltas en Suiza, cf. VISCHER, Daniel L. – “Treidelpfade an Schweizer Gewässern”. *Wege und Geschichte* 1 (2008), pp. 22-24; VISCHER, Daniel – *Schiffe, Flösse und Schwemmholz. Unterwegs auf Schweizer Gewässern. Eine Technikgeschichte*. Baden: Hier und Jetzt, 2015. Sobre la maderada en España, cf. PIQUERAS HABA, Juan; SANCHÍS DEUSA, María del Carmen – “El transporte fluvial de madera en España”. *Cuadernos de Geografía de la Universitat de València* 69/70 (2001), pp. 12-162; CASADO SOTO, José Luis – “Construcción naval y navegación”. In GARCÍA BALLESTER, Luis (ed.) – *Historia de la ciencia y de la técnica en la Corona de Castilla II. Edad Media*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 2002, pp. 435-501.

⁷ Cf. sobre Alemania MARLOW, Christian (ed.) – *Flößerei in Sachsen-Anhalt. Ein wiederbelebtes Handwerk auf dem Weg zur Unesco-Anerkennung als immaterielles Kulturerbe der Menschheit*. Halle: Landesheimatbund Sachsen-Anhalt e.V., 2021. Cf. sobre la Península Ibérica LINDO MARTÍNEZ, José Luis – “Aranjuez y Cuenca unidas por la historia: la maderada”. In *Cuarto Congreso del Instituto de Estudios Históricos del Sur de Madrid “Jiménez de Gregorio”*, 6, 7 y 8 de octubre, 2006. [Alcorcón (Madrid)]: I.E.H.S.M “Jiménez de Gregorio”, 2006, pp. 17-34; ROMERO MUÑOZ, Dolores – *La navegación del Manzanares. El proyecto Grunenbergh*. Madrid: Fundación Juanelo Turriano, 2015. Cf. con numerosas referencias bibliográficas ARCINIEGA GARCÍA, Luis – “El abastecimiento fluvial de madera al Reino de Valencia”. In MONTESINOS, Josep; POYATO, Carmen (eds.) – *La Cruz de los Tres Reinos. Espacio y tiempo en un territorio de frontera*, Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2011, pp. 99-134; IZQUIERDO ARANDA, Teresa – “Antecedentes del abastecimiento de madera en la ribera del Júcar”. *Papeles de Geografía* 61 (2015), pp. 20-32. Con especial atención al País Vasco cf. ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Rías y brazos de mar como generadoras de riqueza”. In VAL VALDIVIESO, María Isabel del; BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio (eds.) – *Agua y sociedad en la Edad media hispana*. Granada: Universidad de Granada, 2012, pp. 387-412 y actualmente el proyecto investigación BARMER “Del barco al mercado...” de la Universidad de Cantabria bajo la dirección de Jesús Ángel Solórzano Telechea (<https://web.unican.es/portal-investigador/grupos/detalle-grupo?g=965>; [acceso el 29 diciembre 2022]). El enfoque internacional de la maderada también fue reconocido por la UNESCO a finales del año de 2022: una solicitud conjunta de Austria, Chequia, Alemania, Letonia, Polonia y España llevó en diciembre a la inclusión de la maderada en la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad, cf. <https://ich.unesco.org/es/RL/la-maderada-01866> [acceso el 29 diciembre 2022].

⁸ Cf. SCHNEIDER, Reinhard – “Das Königsrecht an schiffbaren Flüssen”. In SCHWINGES, Rainer Christoph (ed.) – *Straßen- und Verkehrswesen im hohen und späten Mittelalter*. Ostfildern: Thorbecke, 2007,

decretos soberanos y municipales sobre el uso forestal de los bosques circundantes y el urbanismo son reiteradamente tema de estudios historiográficos⁹.

La maderada en el Isar de la Edad Media y su importancia para el Múnich bajomedieval apenas se han investigado en detalle hasta ahora. Aunque tanto el Isar¹⁰ como la ciudad de Múnich¹¹ han sido de interés para los estudiosos, la maderada no siempre ha sido el centro de atención de los historiadores.

Dado que los términos técnicos del alemán no pueden traducirse fácilmente al español, los vocablos centrales se definen tras la delimitación cronológica del periodo investigado. A continuación, se presenta con más detalle la maderada en el Isar. Comenzando con una breve introducción a las características geográficas de la región del *Isarwinkel*, sigue la presentación de los diferentes tipos de balsa. En una segunda sección se examinará en detalle la importancia de la maderada para el desarrollo urbano de Múnich.

1. Periodo de investigación.

El periodo que abarca este estudio se extiende desde el siglo XIV hasta principios del XVI. Los inicios de la maderada en el río Isar resultan inciertos. Hallazgos arqueológicos de las épocas del Bronce y romana sugieren que la maderada ya se practicaba en tramos del Isar en la prehistoria y la antigüedad¹². Los investigadores también sospechan que

pp. 185-200. Sobre el Tajo cf. GARCÍA LUJÁN, José Antonio – “Aranceles de un barcaje, en la encomienda de Ocaña en 1427”. *Toletum* 11 (1981), pp. 129-139.

⁹ Sobre el Isar cf. VANGEROW, Hans-Heinrich – *Vom Stadtrecht zur Forstordnung. München und der Isarwinkel bis zum Jahr 1569*. Múnich: Kommissionsbuchhandlung R. Wölflé, 1976. Sobre la región alpina cf. JOHANN, Elisabeth – “Wirtschaftsfaktor Wald. Am Beispiel des österreichischen Alpenraums”. *Das Mittelalter* 13 (2008), pp. 28-38. Sobre la importancia de la madera y su transporte en el desarrollo urbano, cf. KIESS, Rudolf – “Bemerkungen zur Holzversorgung von Städten”. In SYDOW, Jürgen (ed.) – *Städtische Versorgung und Entsorgung im Wandel der Geschichte. 18. Arbeitstagung in Villingen, 3.-5. November 1979*. Sigmaringen: Thorbecke, 1981, pp. 76-98. Sobre el Neckar cf. MARSTALLER, Tilmann – “Der Wald im Haus. Zum Wechselspiel von Holzressourcen und Hausbau”. *Das Mittelalter* 13 (2008), pp. 63-84.

¹⁰ Cf. el catálogo de la exposición PLESSEN, Marie-Louise (ed.) – *Die Isar. Ein Lebenslauf*. Múnich: Hugendubel, 1983; RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*; RÄDLINGER, Christine – *Vom Wasser...*

¹¹ Cf. como selección SOLLEDER, Fridolin – *München im Mittelalter*. reimpresso de Múnich 1938. Múnich: Scientia Verlag, 1962; AUER, Franz – *Das Stadtrecht von München. Nach bisher ungedruckten Handschriften mit Rücksicht auf die noch geltenden Rechtssätze und Rechtsinstitute herausgegeben*. Aalen: Scientia Verlag, 1969; BARY, Roswitha von – *Herzogsdienst und Bürgerfreiheit. Verfassung und Verwaltung der Stadt München im Mittelalter 1158-1560*. Múnich: Hugendubel, 1997; BAUER, Reinhard; PIPER, Ernst (eds.) – *München. Die Geschichte einer Stadt*. Munich: Piper, 1993; SEIBERT, Hubertus; SCHMID, Alois (eds.) – *München, Bayern und das Reich im 12. und 13. Jahrhundert. Lokale Befunde und überregionale Perspektiven*. Múnich: Beck, 2008; BAUER, Richard – *Geschichte Münchens. Vom Mittelalter bis zur Gegenwart*. edición especial. Múnich: Beck, 2008; ALBRECHT, Stephan – “München im Mittelalter. Stadt und Residenz der Wittelsbacher”. In ALBRECHT, Stephan; HÖPPL, Martin (eds.) – *München. Stadtbaugeschichte vom Mittelalter bis zur Gegenwart*. Petersberg: Michael Imhof Verlag, 2016, pp. 44-60.

¹² Cf. sobre los inicios de la maderada en el Rin y el Danubio ELLMERS, Detlev – “Flößerei in Vorgeschichte, Römerzeit und Mittelalter”. In KEWELOH, Hans-Walter (ed.) – *Flößerei in Deutschland*. Stuttgart: Theiss, 1985, pp. 12-33, aquí: 12-20; GARBSCH, Jochen – *Mann und Roß und Wagen. Transport und Verkehr im antiken Bayern*. Múnich: Prograph, 1986, pp. 23-25. Cf. además STÖCKL, Emil – “Der

las balsas estuvieron amarradas en Mühltal, cerca del monasterio de Schäftlarn¹³. La ‘Vita de San Emmeran’, que el obispo Arbeo de Frisinga redactó en el siglo VIII, cuenta sobre el transporte del cuerpo del mártir desde Oberföhring hasta Ratisbona, navegando por el Isar y el Danubio¹⁴. Sin embargo, los primeros testimonios escritos no aparecen hasta la Alta Edad Media¹⁵. A partir del siglo XIV, pero sobre todo en la segunda mitad del siglo XV, las noticias sobre el transporte en balsa mejoran notablemente: los estatutos más antiguos del concejo de Múnich, de 1310/1313, ya contienen normas sobre la maderada.¹⁶ En consonancia con el desarrollo general de la artesanía a finales de la Edad Media, los balseros también formaron una organización gremial.¹⁷ La profesión estaba regulada por decretos soberanos y resoluciones del ayuntamiento, que aumentaron considerablemente con el inicio de la Edad Moderna y solían contener sentencias sobre la maderada.¹⁸ La *Holtz und Kolordnung in Obern Bayern vor dem gepürg an der Ysar und Loysach*, promulgada por el duque Guillermo IV de Baviera en 1536, fue la primera conclusión de los largos intentos de

frühmittelalterliche Wasserweg auf der mittleren Isar und die Überfahrt Mühltal/Schäftlarn”. *Oberbayerisches Archiv* 97 (1973), pp. 456-463, aquí: 456-457.

¹³ STÖRMER, Wilhelm – “Fernstraße und Kloster. Zur Verkehrs- und Herrschaftsstruktur des westlichen Altbayern im frühen Mittelalter”. *Zeitschrift für bayerische Landesgeschichte* 29 (1966), pp. 299-343, aquí: 318; RÄDLINGER, Christine – “Münchens verkehrstopographische Lage. Verkehrswege und Isarübergänge in der Frühzeit”. In SEIBERT, Hubertus; SCHMID, Alois (eds.) – *München, Bayern und das Reich im 12. und 13. Jahrhundert. Lokale Befunde und überregionale Perspektiven*. Múnich: Beck, 2008, pp. 27-57, aquí: 51.

¹⁴ *Collecta cohors cum principe et sacerdotibus, inito consilio, convenientes, per quosdam fideles tanti viri corpus quo iacebat ex humo tollentes et deducentes ad amnem Isuram, poppi inponentes, accensis caereis, fluminis fluentia discensione secuti sunt usque ad Danubium amnem. Cuius contra ortum fluentibus tanta prosperitate iter cellerrime tot spatium navigio perrexerunt, quasi extenso velo fuisset in prosperitate ventorum peractum*, cf. ARBEO – *Vita et passio Sancti Haimhrammi Martyris. Leben und Leiden des Hl. Emmeram*. Ed. Bernhard Bischoff. Múnich: Ernst Heimeran Verlag, 1953, p. 56. Cf. además GARBSCH, Jochen – *Mann...*, p. 25; STÖCKL, Emil – “Der frühmittelalterlicher Wasserweg...”, p. 456; RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, pp. 24-25.

¹⁵ Cerca de Pullach se documenta un emplazamiento de balsas para el siglo XI, cf. SCHAFFER, Reinhold – *An der Wiege Münchens*. Múnich: Pflaum, 1950, pp. 66-67; RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 25. Sobre el transporte de vino por el Isar desde Tirol del Sur hasta el monasterio de Schäftlarn cf. WEBER, Andreas Otto – *Studien zum Weinbau der altbayerischen Klöster im Mittelalter. Altbayern, österreichischer Donauraum, Südtirol*. Stuttgart: Steiner, 1999, p. 329; RÄDLINGER, Christine – “Münchens verkehrstopographische Lage...”, pp. 51-56.

¹⁶ *ÄLTESTE RATSSATZUNGEN, Satzungsbuch A und B*. Ed. Pius Dirr – *Denkmäler des Münchner Stadtrechts. Erster Band 1158-1403*. Múnich: Kommission für bayerische Landesgeschichte, 1934, pp. 181-291.

¹⁷ Cf. sobre los gremios la obra estándar KLUGE, Arndt – *Die Zünfte*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2009. Cf. además SCHWINEKÖRPER, Berent (ed.) – *Gilden und Zünfte. Kaufmännische und gewerbliche Genossenschaften im frühen und hohen Mittelalter*. Sigmaringen: Thorbecke, 1985. Sobre el desarrollo de los oficios y gremios en Múnich cf. MERTL, Leonhard – *Die Münchner Zünfte von ihrer Entstehung bis zum Ausgang des 30jährigen Krieges, deren Verfassung und Gerichtsbarkeit*. Múnich: Oscar Dennhardt, 1922, pp. 2-40; SCHULTHEISS, Werner – *Die Münchner Gewerbeverfassung im Mittelalter*. Múnich: Beck, 1936. Cf. también las transcripciones de 35 ordenanzas gremiales de los siglos XV y XVI en FILS, Wilhelm (ed.) – *Bayerisches Handwerk in seinen alten Zunftordnungen. Ein Beitrag zur Geschichte des bayerischen Handwerks und Zunftwesens*. Múnich: Heimatbücher-Verlag Müller & Königer, [1927].

¹⁸ Sobre la interacción entre el ayuntamiento y los gremios, con especial atención a las revueltas gremiales entre los siglos XIV y XV, cf. RÄDLINGER, Christine – “Die große Krise. Finanzielle Probleme und Verfassungskämpfe 1365 bis 1403”. In BAUER, Richard (ed.) – *Geschichte der Stadt München*, Múnich: Beck, 1992, pp. 97-119, aquí: 113-118.

los gobernantes por regular el aprovechamiento de los bosques y la madera, así como el comercio de balsas¹⁹.

2. Terminología.

En la Península Ibérica se han establecido términos regionalmente diferentes para referirse al ámbito de los balseros²⁰. Para evitar ambigüedades debidas a la traducción de las palabras alemanas²¹, en lo sucesivo se utiliza la palabra *maderada* para referirse al “conjunto de maderos que se transportan por un río”²². Se entiende por *balsa* una “plataforma, originariamente formada por maderos unidos, que sirve para mantenerse a flote o navegar”²³. El término *almadía* se utiliza como sinónimo en su acepción “embarcación formada por troncos o maderos unidos”²⁴. Al igual que el término alemán *Floß*²⁵, se trata de tablas hechas de troncos unidos con sogas de madera. Un balsero o almadiero era en consecuencia una persona “que conduce o dirige una almadía”²⁶. En alemán se distingue entre la maderada en almadía y la maderada por piezas sueltas, la *Trift*²⁷, pero ambas eran practicadas por el *Flößler*²⁸, el balsero²⁹. La distinción profesional española entre *almadiero* y *gancharo*³⁰ no se encuentra en el uso alemán.

¹⁹ HOLTZ VND KOLORDNUNG in *Obern Bayern vor dem gepürg an der Yser vnnd Loysach*. Ed. Christian Gruber – *Die Bedeutung der Isar...*, pp. 73-76. Se trata de la última revisión de las ordenanzas de Tölz y Wolfratshausen de 1528, que a su vez eran un resumen y una ampliación de las ordenanzas de balseros de Tölz del siglo XV. Fue ratificado de nuevo por el duque Alberto V en 1560, cf. JUCHT, Wilhelm – *Die Holzzoll- und Holzhandels-Gesetzgebung in Bayern*. Berlin: Julius Springer, 1905, pp. 14-15.

²⁰ La maderada se practicaba en España en los ríos Ebro, Tajo, Júcar, Turia y Segura, cf. ARCINIEGA GARCÍA, Luis – “El abastecimiento fluvial...”, pp. 99-100. Se sigue practicando hoy en día, sobre todo en el norte, noreste y este de España.

²¹ Todas las traducciones han sido realizadas por la autora, a menos que se indique lo contrario.

²² Cf. la publicación en línea constantemente actualizada de *DICCIONARIO de la lengua española*. Dir. Real Academia Española. Versión 23.6. Madrid: Espasa, 2022, <https://dle.rae.es/maderada> [acceso el 29 diciembre 2022].

²³ *DICCIONARIO...*, <https://dle.rae.es/balsa> [acceso el 29 diciembre 2022].

²⁴ *DICCIONARIO...*, <https://dle.rae.es/almad%C3%ADa?m=form> [acceso el 29 diciembre 2022].

²⁵ “Embarcación compuesta por varias maderas (generalmente troncos en bruto o parcialmente tallados, más raramente mercancías cortadas) unidas entre sí con el fin de transportarlas por una vía navegable”, cf. *FACHWÖRTERBUCH der Flößerei*. Dir. Hans-Walter Keweloh. 4. ed. rev. y ampl., Kassel: Remagen, 2021, pp. 31-32.

²⁶ *DICCIONARIO...*, <https://dle.rae.es/almadiero>; <https://dle.rae.es/balsero?m=form> [acceso el 29 diciembre 2022].

²⁷ “Maderada de madera inconexa; la madera se corta en troncos de distintos tamaños según el estado de agua y deriva con la corriente; [...] La maderada con piezas sueltas solo suele tener lugar en aguas no aptas y no utilizadas para la navegación”, cf. *FACHWÖRTERBUCH...*, p. 94.

²⁸ “Designación general de las personas que ejercen prácticamente el oficio de balsero”, cf. *FACHWÖRTERBUCH...*, p. 29.

²⁹ “Maderada: Transporte de madera por agua sin barco. Se distingue entre la maderada con maderos unidos (troncos, vigas), que de este modo constituyen una especie de vehículo y mediante el cual también se pueden transportar personas y cargas [...] y la maderada con masas de madera inconexas [...]”, cf. *FACHWÖRTERBUCH...*, pp. 29-30.

³⁰ “Encargado de guiar las maderas por el río, sirviéndose de un bichero”, cf. *DICCIONARIO...*, <https://dle.rae.es/gancharo?m=form> [acceso el 29 diciembre 2022].

En la Edad Media, Múnich era la capital del ducado de Baviera y un centro comercial local y a larga distancia³¹. La historia de la ciudad está especialmente ligada al río que hoy la atraviesa, el Isar: La leyenda fundacional de la ciudad cuenta que Enrique el León mandó destruir el puente sobre el Isar cerca de Föhring para guiar la carretera de la sal río arriba a través del mercado que había fundado *apud Munichen*³². Hoy el Isar es una parte importante del paisaje urbano; tanto el río principal como sus numerosos afluentes circulan por encima y por debajo de la tierra por toda la ciudad³³. En la Múnich medieval, el Isar no pasaba por el centro de la ciudad como lo hace hoy, sin embargo, el río fue una importante arteria vital para la ciudad desde el principio, con un animado tráfico en balsa.

3. Características geográficas del Isar y del Isarwinkel.

El Isar nace en los boscosos Alpes austríacos, en el Hinterautal, en la parte tirolesa de los montes del Karwendel. Después de unos 22 kilómetros, cambia al lado alemán a la altura de la ciudad de Scharnitz. En los Alpes bávaros atraviesa Mittenwald y el Isarwinkel y en las estribaciones alpinas pasa por Bad Tölz, Wolfratshausen y Múnich, entre otros. A continuación, pasa por Frisinga, Landshut y Landau y, tras una longitud total de 295 kilómetros, desemboca finalmente en el Danubio en Plattling, al sur de Deggendorf³⁴. En la Edad Media, los balseiros aprovechaban toda la longitud del río: la maderada con troncos sueltos ya era posible en el Hinterautal, y desde Scharnitz se llevaba las balsas a lo largo de 275 kilómetros³⁵. Debido a la corriente turbulenta, el Isar únicamente se podía utilizar en una dirección³⁶. Solo una vez, en el año 1500, se intentó con éxito navegar por el Isar río arriba, cuando unos comerciantes austríacos

³¹ Cf. sobre la historia de Múnich SOLLEDER, Fridolin – *München...*; SCHREMMER, Eckart – *Die Wirtschaft Bayerns. Vom hohen Mittelalter bis zum Beginn der Industrialisierung. Bergbau, Gewerbe, Handel*. Múnich: Beck, 1970, pp. 80-82; BAUER, Richard (ed.) – *Geschichte der Stadt München*. Múnich: Beck, 1992 y SEIBERT, Hubertus; SCHMID, Alois – *München, Bayern...*

³² Cf. el análisis crítico de la leyenda en SCHOLZ, Freimut – *Die Gründung der Stadt München. Eine spektakuläre Geschichte auf dem Prüfstand*. Múnich: Canaletto Verlag, 2007. Sobre la importancia económica del traslado del puente a Múnich en 1158, cf. KIESSLING, Rolf – “Zur Entstehung von Wirtschaftslandschaften im Spätmittelalter”. In FLACHENECKER, Helmut; KIESSLING, Rolf (eds.) – *Wirtschaftslandschaften in Bayern. Studien zur Entstehung und Entwicklung ökonomischer Raumstrukturen vom Mittelalter bis ins 19. Jahrhundert*. Múnich: Beck, 2010, pp. 15-54, aquí: 18.

³³ Sobre los afluentes del Isar en Múnich y sus alrededores cf. KLEEMAIER, Horst – “Zur Geschichte der Münchner Stadtbäche”. In PLESSEN, Marie-Louise (ed.) – *Die Isar. Ein Lebenslauf*, Múnich: Hugendubel, 1983, pp. 79-93, aquí: 79-82; RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Münchner Stadtbäche*. Múnich: Franz Schiermeier Verlag, 2004.

³⁴ GRUBER, Christian – *Die Bedeutung der Isar...*, pp. 7-9.

³⁵ A menudo se afirma en la literatura que la maderada con almadías sólo era posible a partir de Mittenwald (por ejemplo, GARBSCH, Jochen – *Mann...*, p. 19). Este se debe probablemente al hecho de que las balsas normalmente se ensamblaban aquí. Sin embargo, la maderada ya era posible desde Scharnitz, cf. GRUBER, Christian – *Die Bedeutung der Isar...*, pp. 7-9; HOESSLE, Max von – *Geschichte...*, p. 2.

³⁶ Cf. STÖRMER, Wilhelm – “Fernstraße und Kloster...”, p. 318. Sobre el posible nivel del agua del Isar en la Edad Media cf. RÄDLINGER, Christine – “Münchens verkehrstopographische Lage...”, pp. 45-46.

recorrieron el río desde la embocadura del Isar en el Danubio hasta Frisinga³⁷. La jornada completa desde Mittenwald hasta la confluencia con el Danubio duraba entre 30 y 40 horas³⁸.

Las coníferas o maderas blandas, sobre todo abetos y píceas, resultaron especialmente adecuadas para el transporte de cargas pesadas, debido a su baja densidad. Estas especies arbóreas eran las más comunes en los bosques bávaros. El roble, una especie pesada, sólo podía balsearse en combinación con madera de coníferas³⁹. Todos los demás componentes de las balsas también eran de madera⁴⁰.

La maderada era posible solo durante las horas de luz. Por la noche, el curso constantemente cambiante del río encerraba peligros difíciles de calcular. No había navegación con barcos en el tramo superior del Isar, la navegación con pequeñas embarcaciones solo fue posible desde poco antes de Múnich⁴¹. Estos barcos, las así llamadas *Zillen*, sirvieron para transportar piedras de Grünwald a la ciudad, para pescar y para cruzar el río cuando los puentes estaban dañados⁴².

Durante los meses de noviembre a marzo, el Isar tenía muy poca agua para balsear⁴³. Solo cuando la nieve comenzaba a derretirse, el río alcanzó el nivel de agua necesario de unos 0,5 metros⁴⁴. Por ello, la temporada de las balsas se extendía de abril a septiembre.

El Loisach ya se mencionaba en las primeras fuentes sobre la maderada por la región de Múnich. Este río desemboca en el Isar a la altura de Wolfratshausen y puso así

³⁷ SCHATTENHOFER, Michael – “Aus der Geschichte der Isarflößerei”. *Oberbayerisches Archiv* 109 (1984), pp. 99-112, aquí: 107.

³⁸ GRUBER, Christian – *Die Bedeutung der Isar...*, pp. 13-14 llega a esta conclusión, pero sin especificar los datos exactos utilizados para el cálculo.

³⁹ Cf. RADKAU, Joachim – “Vom Wald zum Floß: ein technisches System? Dynamik und Schwerfälligkeit der Flößerei in der Geschichte der Forst- und Holzwirtschaft”. In KEWELOH, Hans-Walter (ed.) – *Auf den Spuren der Flößer. Wirtschafts- und Sozialgeschichte eines Gewerbes*, Stuttgart: Theiss, 1988, pp. 16-39, aquí: 20-22; VANGEROW, Hans-Heinrich – “Die Isarflößer und ihre Fernverbindungen nach Österreich zwischen 1318 und 1568”. *Historisches Jahrbuch der Stadt Linz* (1959), pp. 11-56, aquí: 14. Sobre la especial idoneidad de la picea para la construcción de balsas, cf. PIQUERAS HABA, Juan; SANCHÍS DEUSA, María del Carmen – “El transporte fluvial...”, pp. 129-131.

⁴⁰ Cf. FILSER, Karl – *Flößerei...*, p. 15. Sobre la fabricación de las sogas de madera (*Wieden*), el material de unión con el que se ataban los troncos para formar una balsa cf. KEWELOH, Hans-Walter – “Die Flößerei als Immaterielles Kulturerbe der Bundesrepublik Deutschland”. In MARLOW, Christian (ed.) – *Flößerei in Sachsen-Anhalt. Ein wiederbelebtes Handwerk auf dem Weg zur Unesco-Anerkennung als immaterielles Kulturerbe der Menschheit*. Halle: Landesheimatbund Sachsen-Anhalt e.V., 2021, pp. 11-28, aquí: 17.

⁴¹ SCHATTENHOFER, Michael – “Aus der Geschichte...”, p. 106-107; RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 26; BAUER, Richard – *Geschichte Münchens...*, p. 13.

⁴² Cf. STAHLER, Helmuth – *Chronik der Stadt München. Herzogs- und Bürgerstadt. Die Jahre 1157-1505*. vol. 1. Múnich: Hugendubel, 1995, p. 147. Los molineros de Múnich también usaban barcos en los riachuelos más pequeños de la ciudad, cf. HILBLE, Fritz – “Die alten Münchner Mühlen und ihre Namen”. *Oberbayerisches Archiv* 90 (1968), pp. 75-113, aquí: 105. La navegación con barcos se terminó en el siglo XVII, cf. RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 27.

⁴³ HOESSLE, Max von – *Geschichte...*, p. 2.

⁴⁴ GRUBER, Christian – *Die Bedeutung der Isar...*, p. 14; KEWELOH, Hans-Walter – “Die Floßfahrt und ihre Technik”. In KEWELOH, Hans-Walter (ed.) – *Flößerei in Deutschland*, Stuttgart, Theiss, 1985, pp. 78-110, aquí: 81; VISCHER, Daniel L. – *Schiffe, Flöße...*, p. 265.

al alcance de los almadieros las regiones densamente boscosas de los montes Mieming y del Wetterstein. Otros afluentes balseables del Isar eran el Amper y el Würm. Sin embargo, ningún otro afluente del Danubio se utilizó para la maderada en la misma medida que el propio Isar⁴⁵.

La maderada en el Isar entrañaba numerosos peligros que no debían subestimarse. Las inundaciones, en particular, podían ser muy peligrosas para los hombres en el río si el balseador perdía el control de la tabla en la corriente torrencial y chocaba con puentes u otros obstáculos. Otros peligros surgieron de los sedimentos y de los movimientos de rocas. La corriente cambiante planteaba riesgos incalculables, especialmente en los estrechos cerca de Fall, la roca del Michelstein o la del Georgenstein cerca de Grünwald, Múnich⁴⁶. La intervención humana en el curso del río tampoco estuvo exenta de peligro para los almadieros. El creciente número de puentes se convirtió en un factor de riesgo para los hombres, especialmente cuando el caudal del río cambió y dejó de ser paralelo a los pilares⁴⁷.

4. La maderada del Isar.

4.1 La maderada con troncos sueltos.

La maderada con piezas sueltas comenzaba con el descenso de las maderas por el río en las montañas del Karwendel, especialmente en primavera⁴⁸. Los gancheros, que eran los mismos balseadores, bajaban los troncos al valle por estrechos arroyos montañosos con los así llamados *Riesen*, canales hechos de madera⁴⁹.

Para facilitar el peligroso trabajo en las montañas y poder utilizar el río incluso en épocas de estiaje, se construyeron presas a intervalos regulares⁵⁰. Una vez que llegaban a su destino, los árboles se recogían con asnaos⁵¹. Y desde Mittenwald, los troncos se ataban en balsas. Cuando había una gran necesidad de madera en el valle, también se realizaban maderadas con piezas sueltas en tramos de río balseables⁵². Con la ayuda de una almadía grande, los balseadores recogieron los troncos que habían

⁴⁵ GARBSCH, Jochen – *Mann...*, p. 19; NEWEKLOWSKY, Ernst – *Die Schifffahrt vol. 1...*, p. 554.

⁴⁶ Sobre los peligros de la maderada y el Georgenstein cf. STÖCKL, Emil – “Der frühmittelalterlicher Wasserweg...”, pp. 457-463.

⁴⁷ Sobre los “callejones de balsas” (*Floßgassen*) cf. VISCHER, Daniel L. – *Schiffe, Flöße...*, pp. 265-266. Sobre los molinos del Isar y sus afluentes cf. HILBLE, Fritz – “Die alten Münchner Mühlen...”, pp. 75-79; KLEEMAIER, Horst – “Zur Geschichte...”, pp. 82-88.

⁴⁸ DOPPSCH, Heinz – “Trift”. In BAUTIER, Robert-Henry (dir.) – *Lexikon des Mittelalters*. Múnich, Zürich: LexMa-Verlag, 1997, pp. 1005-1006, aquí: 1006.

⁴⁹ Cf. EISSING, Thomas – “Anlagen...”, pp. 21-23; RADKAU, Joachim – “Vom Wald...”, pp. 20, 26.

⁵⁰ SAZENHOFEN, Carl-Josef von; BAJORAT, Archibald – *Handwerksfibel. Flösserei und Trift*. Dietramszell: L. Staackmann, 1980, p. 33.

⁵¹ Cf. RADKAU, Joachim – “Vom Wald...”, p. 22; PIQUERAS HABA, Juan; SANCHÍS DEUSA, María del Carmen – “El transporte fluvial...”, p. 134.

⁵² FILSER, Karl – *Flößerei...*, p. 7.

sido arrastrados a un lado durante la maderada suelta⁵³.

Una herramienta importante para los balseiros era el gancho. Se fabricaba con un palo de madera de dos a tres metros de largo y tenía una púa forjada de hierro en la punta. Se lo utilizaba para tirar de los troncos o hacerlos girar, y también para apoyarse, empujarse y en el momento de desembarcación⁵⁴.

4.2 Las balsas.

Sólo la balsa atada permitía transportar las diversas mercancías y personas. Dependiendo del fin para el que se utilizaran, las almadías se diseñaban de forma diferente.⁵⁵ Sin embargo, las balsas no se limitaban a transportar mercaderías comerciales, sino que ellas mismas eran importantes productos de comercio⁵⁶.

Debido a su gran superficie de carga, la balsa arbórea, el *Baumfloß*, se utilizaba principalmente para el transporte de mercancías y personas. Para su construcción se empleaban entre 13 y 18 troncos.⁵⁷ Este tipo de balsa estaba equipada con remos en la parte delantera y trasera, que se fijaban de forma rotativa a una pequeña columna. Eran manejadas normalmente por dos hombres, el maestro de la balsa y un oficial (**Fig. 1**)⁵⁸.

Desde Múnich, bajando por el Isar hasta el Danubio, se practicaba el rafting con los *Schnittbaumgestrickten*, trenes compuestos por varias balsas. De este modo, se podían transportar grandes cantidades de bienes y personas con menos esfuerzo y poco personal. Las balsas destinadas a este fin consistían en troncos cortos con una longitud de 4 ½ a 6 metros y, atadas entre sí, no podían superar los 18 metros de longitud⁵⁹ (**Fig. 2**).

Exclusivamente para el transporte de madera se utilizaba los *Waldschragen*. Este tipo de almadía se componía de dos troncos longitudinales y varias conexiones transversales. Proporcionaba una zona de carga que podía construirse rápidamente. Normalmente se llevaba para transportar madera ya cortada en grandes cantidades. Para manejar las balsas pesadas y trenes de balsas, se necesitaba un tercer asistente como ayuda adicional (**Fig. 3**)⁶⁰.

⁵³ NEWEKLOWSKY, Ernst – *Die Schifffahrt vol. 1...*, p. 563.

⁵⁴ SAZENHOFEN, Carl-Josef von; BAJORAT, Archibald – *Handwerksfibel...*, p. 20.

⁵⁵ Sobre los distintos tipos de balsas, que variaban mucho de una región a otra, cf. RÄDLINGER, Christine – *Vom Wasser...*, pp. 14-19; VISCHER, Daniel L. – *Schiffe, Flöße...*, pp. 260-261.

⁵⁶ GARBSCH, Jochen – *Mann...*, p. 23.

⁵⁷ NEWEKLOWSKY, Ernst – *Die Schifffahrt vol. 1...*, p. 555; DOPSCH, Heinz – “Flößerei”. In BAUTIER, Robert-Henry (dir.) – *Lexikon des Mittelalters*. Múnich, Zürich: Artemis & Winkler, 1989, pp. 578-579, aquí: 578; PILLER, Maria – *Zwischen Gewerbefreiheit und Aufschwung im Niedergang. Die Isarflößerei 1815-1870*, Múnich: Ludwig-Maximilians-Universität, 200., Thesis, p. 19.

⁵⁸ SOLLEDER, Fridolin – *München...*, p. 149; DOPSCH, Heinz – “Flößerei...”, p. 578.

⁵⁹ VANGEROW, Hans-Heinrich – *Vom Stadtrecht...*, p. 16; RADKAU, Joachim – “Vom Wald...”, p. 27; PILLER, Maria – *Zwischen Gewerbefreiheit...*, p. 19.

⁶⁰ NEWEKLOWSKY, Ernst – *Die Schifffahrt vol. 1...*, p. 555; SOLLEDER, Fridolin – *München...*, p. 149; PILLER, Maria – *Zwischen Gewerbefreiheit...*, p. 19.



Fig. 1 - *Baumfloß* o *Lastenfloß*; RÄDLINGER, Christine - *Vom Wasser...*, p. 19.



Fig. 2 - *Vierflüger*, un tren de balsas de *Schnittbaumgestricke*; RÄDLINGER, Christine - *Vom Wasser...*, p. 18.



Fig. 3 – *Waldschrage* o *Bretterfloß*; RÄDLINGER, Christine – *Vom Wasser...*, p. 16.

5. Los principales lugares de la maderada del Isar.

5.1 Múnich.

Hasta mediados del siglo XV, el comercio de balsas del Isar, desde el tramo superior del río hasta su confluencia con el Danubio, estaba casi totalmente bajo la jurisdicción de la ciudad de Múnich⁶¹. Las ordenanzas más antiguas escritas, que regulan el oficio de balsero, se encuentran en los ‘Libros del Consejo A y B’ de los años 1310/1313. También el ‘Libro de Leyes de la Ciudad de Múnich’ del año 1340, las ordenanzas gremiales de 1403, las ordenanzas de balseros de 1467 y el ‘Código Penal de la Policía’, emitido en 1511, contienen sentencias sobre la maderada en el Isar⁶². A partir de 1481, el auge de Tölz como sede importante de la maderada ya había comenzado y los balseros de Múnich estaban obligados a cumplir el reglamento del Concejo de Tölz⁶³. En 1498, el duque Alberto IV de Baviera asignó a la ciudad de Múnich parte del bosque de los Alpes bávaros, donde los balseros municipales podían cortar madera y producir carbón vegetal⁶⁴. También se permitía el transporte de madera

⁶¹ VANGEROW, Hans-Heinrich – “Die Isarflößer...”, p. 27.

⁶² Cf. *ÄLTESTERATSSATZUNGEN...; MÜNCHNERSTADTRECHTSBUCH*. Ed. Pius Dirr – *Denkmäler des Münchner Stadtrechts. Erster Band 1158-1403*. Múnich: Kommission für bayerische Landesgeschichte, 1934, pp 301-502. *MÜNCHENER FLOSSORDNUNG aus dem “Pueßpuech” von 1511*. Ed. Christian Gruber – *Die Bedeutung der Isar als Verkehrsstraße*. Múnich: J. Lindauer’sche Buchhandlung (Schöpping), 1890, pp. 76-78. Sobre las ordenanzas gremiales cf. SCHULTHEISS, Werner – *Die Münchner Gewerbeverfassung...*, p. 92. Sobre las ordenanzas de balseros de 1467 cf. STAHLER, Helmut – *Chronik* vol. 1..., p. 411.

⁶³ HOESSELE, Max von – *Geschichte...*, pp. 13-14; VANGEROW, Hans-Heinrich – “Die Isarflößer...”, p. 13-14.

⁶⁴ SCHATTENHOFER, Michael – *Wirtschaftsgeschichte Münchens. Von den Anfängen bis zur Gegenwart*. Múnich: Volk Verlag, 2011, p. 28.

por gancheros y la construcción de claustros y asnados. Sin embargo, la madera que se traía a la ciudad en almadías solo se permitía que se utilizara como combustible para las fábricas de ladrillos⁶⁵. En 1517, los duques Ernesto y Guillermo IV de Baviera ratificaron el reglamento de Tölz, incluyendo los ‘Decretos Especiales para el Oficio de Balsero’⁶⁶. No fue hasta 1581 cuando los balseros de Múnich volvieron a tener su propio reglamento, promulgado por el ayuntamiento⁶⁷.

5.2 Mittenwald.

Aunque el Isar ya era apto para el rafting desde Scharnitz, la mayoría de las balsas se ataban en Mittenwald. Desde finales del siglo XIV, los balseros que vivían allí se unieron para formar la así llamado *Nasse Rott*, la ‘Rota húmeda’⁶⁸. El objetivo de la agrupación era obtener privilegios mediante una posición de monopolio y, al mismo tiempo, mejorar la representación de intereses ante los soberanos. Además, aumentaron las posibilidades de ser reembolsados por los bienes perdidos en el agua, ya que los comerciantes podían acudir a la asociación para reclamar una indemnización. Los almadieros que no eran socios pronto se sintieron obligados a unirse a la cooperativa para no sufrir ninguna desventaja en el reparto de los encargos de transporte⁶⁹. Entre 1430 y 1489 se promulgaron y ampliaron las correspondientes ordenanzas⁷⁰. Contenían especificaciones sobre la organización de la *Rott*, los precios de los fletes de diversas mercancías y las tarifas del transporte de pasajeros. La ciudad adquirió especial importancia para el comercio cuando los venecianos trasladaron el mercado de Bolzano a Mittenwald en 1487⁷¹. Así se convirtió en una etapa de tránsito fundamental para el comercio de larga distancia con Italia y pudo mantener esta posición de monopolio hasta el siglo XVIII⁷².

⁶⁵ BARY, Roswitha von – *Herzogsdienst...*, p. 328.

⁶⁶ SONNDRER-SÄTZ *im Handwerckh der Floßleith*, Ed. Christian Gruber – *Die Bedeutung der Isar als Verkehrsstraße*. Múnich: J. Lindauer’sche Buchhandlung (Schöpping), 1890, pp. 71-72; HOESSLE, Max von – *Geschichte...*, pp. 14-15.

⁶⁷ SCHLICHTHÖRLE, Anton – *Die Gewerbsbefugnisse in der K. Haupt- und Residenzstadt München: ein Beitrag zur Kenntniß und Praxis des Gewerbeswesens in Deutschland. Erster Band*. Erlangen: J. J. Palm u. E. Enke, 1844, pp. 152-157.

⁶⁸ BAADER, Joseph – “Mittenwalder Wasser-Rottordnungen des 15. Jahrhunderts”. *Oberbayerisches Archiv* 37 (1878) pp. 324-331, aquí: 324.

⁶⁹ HOESSLE, Max von – *Geschichte...*, p. 8; DELFS, Jürgen – “Die Flößerei in Deutschland und ihre Bedeutung für die Volks- und Forstwirtschaft”. In KEWELOH, Hans-Walter (ed.) – *Flößerei in Deutschland*, Stuttgart: Theiss, 1985, pp. 34-54, aquí: 41.

⁷⁰ BAADER, Joseph – “Mittenwalder Wasser-Rottordnungen...”, pp. 326-330; HOESSLE, Max von – *Geschichte...*, pp. 8-9; NEWEKLOWSKY, Ernst – *Die Schifffahrt vol. 1...*, p. 553.

⁷¹ HOESSLE, Max von – *Geschichte...*, pp. 50, 55; VANGEROW, Hans-Heinrich – “Die Isarflößer...”, p. 31. Sobre el comercio entre Venecia y Múnich cf. SCHATTENHOFER, Michael – *Wirtschaftsgeschichte...*, pp. 29-30.

⁷² SCHREMMER, Eckart – “Gewerbe und Handel. Erster Teil: Vom hohen Mittelalter bis zum Beginn des Merkantilismus”. In SPINDLER, Max; KRAUS, Andreas (eds.) – *Handbuch der Bayerischen Geschichte. Band II: Das Alte Bayern. Der Territorialstaat vom Ausgang des 12. Jahrhunderts bis zum Ausgang des 18. Jahrhunderts*, Múnich: Beck, 1988, pp. 754-775, aquí: 772.

5.3 Tölz.

En Tölz, hasta principios del siglo XIV, el oficio de balseiro se practicaba principalmente por la población agrícola como actividad secundaria.⁷³ Sin embargo, ya en 1370 quedó regulado el comercio en Tölz con los primeros decretos comerciales y, a partir de 1478, el duque Alberto IV de Baviera dictó los primeros estatutos forestales con promulgaciones sobre la maderada⁷⁴. En 1481, la jurisdicción de Tölz restringió de nuevo las posibilidades de balsear libremente sin pertenecer al oficio⁷⁵. Dictó que solo los maestros de las balsas estaban autorizados a dirigir las balsas. Los agricultores que poseían bosques estaban autorizados a transportar madera por el Isar. No obstante, no se les permitía participar en el comercio al por menor con productos del bosque.

En el siglo XV, el duque Alberto IV cobraba peaje por el agua en Wolfratshausen⁷⁶, pero los balseiros de la zona aún no habían desarrollado entonces un oficio independiente, sino que se contaban entre los habitantes de Tölz⁷⁷. Los balseiros de Wolfratshausen no recibieron sus primeros ordenanzas hasta finales de 1588⁷⁸.

6. Múnich y las balsas del Isar.

En la zona de la ciudad de Múnich, el Isar se convirtió en un amplio cauce con muchos brazos laterales. Comienza el típico paisaje de llanuras de inundación. La ciudad dividió el tráfico de balsas de forma jurisdiccional: por un lado, el curso superior desde el manantial hasta la ciudad y, por el otro lado, el curso posterior hasta el Danubio⁷⁹. Bajo la condición de que la ciudad debía ser el destino, se permitió a gran parte de los habitantes del Isarwinkel aprovechar el río como vía de transporte. Los balseiros municipales tenían el monopolio desde Múnich hacia adelante⁸⁰. Esta segunda parte de la ruta era mucho más lucrativa para los mercaderes que el tramo superior, especializado en el transporte de madera⁸¹. A las ciudades cercanas al río, llegaba vino del Tirol del Sur o del Isarwinkel, normalmente desde Mittenwald⁸². No sólo se transportaban materiales de construcción por el río, las balsas también desempeñaban un papel

⁷³ GSCHWIND, Joseph – “Der Floßverkehr auf der Isar”. *Archiv für Postgeschichte in Bayern* 10 (1958-1960), pp. 72-78, aquí: 56

⁷⁴ JUCHT, Wilhelm – *Die Holzzoll- und Holzhandels-Gesetzgebung...*, p. 7.

⁷⁵ HOESSLE, Max von – *Geschichte...*, p. 10, 13-14.

⁷⁶ BAADER, Joseph – “Mittenwalder Wasser-Rottordnungen...”, p. 326.

⁷⁷ VANGEROW, Hans-Heinrich – *Vom Stadtrecht...*, p. 11.

⁷⁸ Cf. FILS, Wilhelm (ed.) – *Bayerisches Handwerk in seinen alten Zunftordnungen. Ein Beitrag zur Geschichte des bayerischen Handwerks und Zunftwesens*. Múnich: Heimatbücher-Verlag Müller & Königer, [1927] p. 40-42.

⁷⁹ HOESSLE, Max von – *Geschichte...*, p. 43.

⁸⁰ SCHULTHEISS, Werner – *Die Münchner Gewerbeverfassung...*, p. 79.

⁸¹ SCHREMMER, Eckart – *Die Wirtschaft...*, p. 183.

⁸² WEBER, Andreas Otto – *Studien...*, pp. 149-150, 153, 297, 329, 334, 349, 360.

importante en el comercio y el intercambio de mercancías. Hasta la confluencia con el Danubio, las ciudades del Isar, como Frisinga, Landshut y Landau, ofrecían numerosas posibilidades de comercio. Solo si un comerciante lo deseaba expresamente y lo aprobaba el ayuntamiento de Múnich, los almadieros de Mittenwald o de Tölz podían balsear más allá de la capital⁸³. Los balseros municipales, en cambio, tenían menos restricciones en el acceso a los tramos superiores.

6.1 Peaje de agua.

A partir del siglo XIV, Múnich y otras ciudades ribereñas estaban autorizadas a cobrar peaje por el agua. Este, igual que el derecho de los puentes o los impuestos excepcionales en caso de necesidad, sirvió para financiar las obras necesarias para el mantenimiento de la vía navegable del Isar desde Mittenwald hasta Frisinga⁸⁴. Inicialmente, el peaje de agua consistía en una parte determinada de la mercancía transportada. De los bienes, por ejemplo, las coles, había que pagar dos por cada cien⁸⁵. Más tarde, los aranceles se pagaron en monedas. Los peajes de la mercancía debía pagarlos el propietario, es decir, el comerciante⁸⁶. La ciudad fue muy cuidadosa a la hora de cobrar los tributos que le correspondían. A finales del siglo XV, por ejemplo, se ordenó a los balseros en Grünwald, un tramo del río donde era muy difícil desembarcar, que arrojaran los aranceles a la orilla, donde eran recogidos por los aduaneros⁸⁷.

6.2. Derecho de emporio (*Stapelrecht*).

Múnich contaba con el derecho de emporio⁸⁸. Todos los balseros forasteros tenían que ofrecer su balsa y la mercancía en venta a los ciudadanos de Múnich durante tres días. Solo en el caso de que no se encontrara un comprador en la ciudad, la almadía podría venderse a un balsero de Múnich e iniciar su viaje hacia el Danubio⁸⁹. Una balsa de un almadiero ajeno a la ciudad puesta a la venta tenía que estar marcada con un mechón de paja pegado a ella⁹⁰.

⁸³ En 1483, por ejemplo, se autorizó a los balseros de Mittenwald a entregar en Frisinga materiales de construcción para la iglesia de Benedictus, cf. GSCHWIND, Joseph – “Der Floßverkehr...”, p. 73. Cf. además SCHULTHEISS, Werner – *Die Münchner Gewerbeverfassung...*, p. 79; KEWELOH, Hans-Walter – “Flößerei und Stapelrecht. Zur Holzversorgung in Mittelalter und Neuzeit”. In KEWELOH, Hans-Walter (ed.) – *Auf den Spuren der Flößer. Wirtschafts- und Sozialgeschichte eines Gewerbes*, Stuttgart: Theiss, 1988, pp. 40-53, aquí: 45.

⁸⁴ RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 28.

⁸⁵ VANGEROW, Hans-Heinrich – “Die Isarflößer...”, p. 18.

⁸⁶ HOESSLE, Max von – *Geschichte...*, p. 10-11.

⁸⁷ STÖCKL, Emil – “Der frühmittelalterlicher Wasserweg...”, p. 457.

⁸⁸ ÄLTESTE RATSSATZUNGEN, *Satzungsbuch A...*, §41 p. 189. Cf. además BAUER, Reinhard – “Politik und Wirtschaft im mittelalterlichen München”. In BAUER, Reinhard; PIPER, Ernst (eds.) – *München. Die Geschichte einer Stadt*, Múnich: Piper, 1993, pp. 47-63, aquí: 56.

⁸⁹ HOESSLE, Max von – *Geschichte...*, pp. 7-8.

⁹⁰ MÜNCHENER FLOSSORDNUNG..., p. 77; HOLTZ VND KOLORDNUNG..., p. 75.

El derecho de emporio garantizaba el abastecimiento de la ciudad con materiales de construcción en particular, pero también con productos alimenticios y bienes de comercio nacional e internacional⁹¹. Al mismo tiempo, el ayuntamiento controlaba la evolución de los precios. Así se reforzaron los oficios municipales y se aumentaron las oportunidades comerciales de la ciudad⁹².

En particular, los balseros de Tölz y Wolfratshausen intentaron en repetidas ocasiones impugnar el derecho de emporio, ya que consideraban que su oficio resultaba perjudicado⁹³. Sin embargo, el derecho municipal fue confirmado en varias ocasiones por el concejo de Múnich⁹⁴. A finales de la Edad Media, sólo los balseros de Landshut podían comprar balsas en el tramo superior del Isar y descenderlo por Múnich sin respetar el tiempo de tres días⁹⁵.

6.3 Los muelles centrales.

Los estacionamientos y el comercio se realizaban principalmente en los dos muelles centrales de la ciudad, el de la *Untere Lände*, el desembarco bajo y el de la *Obere Lände*, el desembarco alto⁹⁶. Estos emplazamientos portuarios eran muelles fortificados con madera, lo que facilitaba a los balseros el amarre y la descarga de las mercancías⁹⁷. El desembarco bajo, en la orilla izquierda del Isar, se usaba para el comercio local y de larga distancia⁹⁸. El tráfico y el intercambio de mercancías en todas los muelles estaban controlados por un *Pfleger*, un veedor⁹⁹. Desde principios del siglo XIV, el ayuntamiento empleaba balseros profesionales para este oficio municipal¹⁰⁰.

⁹¹ SUTNER, Georg von – *Ueber die Verfassung der ältern städtischen Gewerbs-Polizey in München von ihrem Entstehen bis zum XVI. Jahrhundert*. Múnich: [s.e.], 1813, p. 489.

⁹² HOESSELE, Max von – *Geschichte...*, p. 8; KEWELOH, Hans-Walter – “Flößerei und Stapelrecht...”, p. 50.

⁹³ VANGEROW, Hans-Heinrich – “Die Isarflößer...”, p. 16-17.

⁹⁴ Por ejemplo en el año 1365, cf. *MÜNCHNER STADTRECHTSBUCH...*, §469 p. 446. Cf. sobre el siglo XVI la *HOLTZ VND KOLORDNUNG...*, p 75.

⁹⁵ SCHULTHEISS, Werner – *Die Münchner Gewerbeverfassung...*, p. 79.

⁹⁶ BARY, Roswitha von – *Herzogsdienst...*, p. 330; RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 29. Cf. además SCHATTENHOFER, Michael – “Die alten Münchner Märkte und Dulten”. *Oberbayerisches Archiv* 109 (1984) pp. 66-98, aquí: 89.

⁹⁷ RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 29.

⁹⁸ La *Untere Lände* estaba situada debajo de la actual Isla de los Museos (*Museumsinsel*), cerca del Puente de Luis (*Ludwigsbrücke*). La ubicación se eligió para que las balsas que se soltaron no pudieran dañar un puente; cf. BARY, Roswitha von – *Herzogsdienst...*, p. 330. Incluso hoy en día, la calle *Ländstraße*, bajo el *Isartor*, indica la ubicación del anterior muelle, cf. BAUER, Reinhard – “Politik...”, p. 57; RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 29.

⁹⁹ BARY, Roswitha von – *Herzogsdienst...*, pp. 330-332

¹⁰⁰ Cf. sobre las tareas y características del veedor en los muelles BARY, Roswitha von – *Herzogsdienst...*, pp. 330-332; SCHULTHEISS, Werner – *Die Münchner Gewerbeverfassung...*, pp. 50-53. Ya se mencionan a los veedores municipales por sus nombres en los primeros estatutos del concejo de Múnich en 1310, cf. *ÄLTESTE RATSSATZUNGEN, Satzungsbuch A*, §41; *Satzungsbuch B* §123..., pp. 189, 159-260; RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 29.

El desembarco alto, la *Obere Lände*, también llamada *Obere Lände am Bach*, no estaba situado directamente en el Isar, sino en uno de los numerosos afluentes del río y sirvió más por el comercio local¹⁰¹.

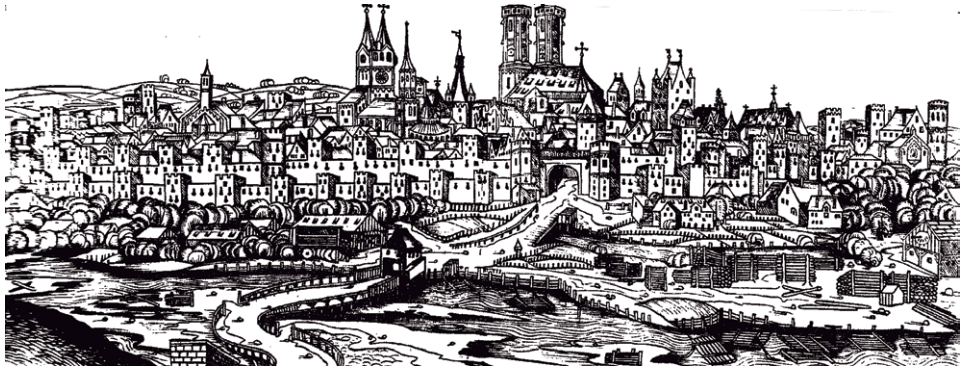


Fig. 4 – Vista de Múnich desde la altura del actual Gasteig en las “Crónicas de Núremberg”. Las balsas del Isar y el desembarco bajo son fáciles de reconocer.

6.4 El abastecimiento de la ciudad.

Una de las tareas principales de los balseros era el abastecimiento a la ciudad¹⁰². El aumento de la población de Múnich, que creció rápidamente a finales de la Edad Media, y la mayor actividad constructora de la ciudad incrementaron la demanda de material de construcción y combustibles¹⁰³. Sobre todo, se necesitaban abetos, alerces y pinos en grandes cantidades¹⁰⁴. En los bosques cercanos a la ciudad solo se talaba el roble¹⁰⁵. La madera de las balsas, en particular la de la propia balsa, era un material codiciado para todos los proyectos de construcción. Gracias a la humedad continua por el río, la madera estaba mejor protegida contra la putrefacción y no necesitaba ser regada durante el almacenamiento¹⁰⁶. También se transportaba casi

¹⁰¹ La *Obere Lände* estaba situada cerca de la actual Sendlinger Tor. Su ubicación se eligió de modo que las balsas pudieran permanecer allí hasta dos semanas, cf. BARY, Roswitha von – *Herzogsdienst...*, p. 330; RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 29. Sin embargo, a partir de entonces ya no se les permitió dirigirse al desembarco bajo, a menos que hubieran tomado nuevas cargas, como vino o personas, cf. *MÜNCHENER FLOSSORDNUNG...*, p. 77.

¹⁰² EISSING, Thomas – “Anlagen...”, pp. 24-25.

¹⁰³ El crecimiento de la ciudad hizo necesaria una reglamentación detallada y permisos de construcción sobre todo a partir de finales del siglo XV, cf. WIEDENHOFER, Joseph – *Die bauliche Entwicklung Münchens vom Mittelalter bis in die neueste Zeit im Lichte der Wandlungen des Baupolizeirechtes*. Múnich: Ernst Reinhard, 1916, pp. 3-23. Sobre el desarrollo urbano de Múnich desde el siglo XII al XV cf. ALBRECHT, Stephan – “München...”

¹⁰⁴ BAUER, Reinhard – “Politik...”, p. 57.

¹⁰⁵ VANGEROW, Hans-Heinrich – *Vom Stadtrecht...*, p. 15.

¹⁰⁶ Sobre el producto popular de la madera de balsa cf. GARBSCH, Jochen – *Mann...*, p. 23.

exclusivamente en balsas el carbón vegetal, que se traía del Isarwinkel a Múnich¹⁰⁷. La estrecha relación entre el comercio del carbón y el de las balsas puede verse también en los ‘Libros de Cuentas de los Maestros Carboneros’ de los años 1500 y 1501, en los que se registran los salarios de los balseros y la venta de las almadías a los maestros ladrilleros de la ciudad¹⁰⁸.

La ciudad necesitaba mucha madera para el mantenimiento y las obras de los puentes, que en su mayoría realizaban los balseros de Múnich por encargo del ayuntamiento¹⁰⁹. Especialmente las reparaciones de los daños causados por las inundaciones consumieron grandes cantidades de material¹¹⁰. Una preocupación especial de los muniquenses era desactivar los tramos peligrosos del Isar. Así, a partir de 1334, la ciudad gastó repetidamente grandes sumas de dinero en obras en el río cerca de Fall, un peligroso tramo estrecho con una pronunciada pendiente, y cooperó con la ciudad de Mittenwald para este fin a partir del año 1404¹¹¹. En el siglo XV, los ciudadanos de Múnich también emplearon mano de obra local para trabajos de construcción cerca de Wolfratshausen, Schäftlarn y Hesselohé¹¹². Dentro del área de la ciudad, el carpintero municipal junto con los obreros de la ciudad eran responsables de las protecciones contra inundaciones y presas, así como de los reforzamientos de las orillas en el Isar y sus afluentes¹¹³. Como compensación por los gastos, la ciudad recibía de los duques bávaros una parte del impuesto de los discos de sal¹¹⁴.

Pero los grandes proyectos de construcción de la ciudad también consumieron grandes cantidades de madera. Hasta el siglo XVI, el ayuntamiento dominaba el desarrollo urbano de Múnich como máximo constructor, y con el comienzo de la Edad Moderna, la iglesia adquirió mayor protagonismo¹¹⁵. Los diversos artesanos, como los carpinteros y los ladrilleros, precisaban también grandes cantidades de madera, en parte como material de trabajo y en parte como combustible¹¹⁶. Si no había grandes proyectos de construcción pendientes, los habitantes de Múnich

¹⁰⁷ Se extraía carbón vegetal en las proximidades de Fall y cerca de Tölz, cf. SCHATTENHOFER, Michael – *Wirtschaftsgeschichte...*, p. 28.

¹⁰⁸ Cf. con referencia detallada BARY, Roswitha von – *Herzogsdienst...*, p. 329.

¹⁰⁹ En 1370, Múnich contaba con 17 balseros, cf. SCHATTENHOFER, Michael – *Wirtschaftsgeschichte...*, p. 43. Sobre las medidas de construcción, cf. las cuentas de la Cámara Municipal de los años 1420 y 1489 en STAHLER, Helmuth – *Chronik*, vol. 1..., pp. 251, 512.

¹¹⁰ En el verano de 1402, por ejemplo, la Cámara Municipal adquirió cuatro balsas para reparar los puentes dañados por las inundaciones, cf. SOLLEDER, Fridolin – *München...*, p. 368; STAHLER, Helmuth – *Chronik* vol. 1..., p. 215.

¹¹¹ RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 28; SOLLEDER, Fridolin – *München...*, p. 149-151

¹¹² VANGEROW, Hans-Heinrich – *Vom Stadtrecht...*, pp. 7-10.

¹¹³ RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Isar...*, p. 30

¹¹⁴ STAHLER, Helmuth – *Chronik* vol. 1..., p. 150; RÄDLINGER, Christine – *Geschichte der Münchner Stadtbäche...*, p. 18. Sobre el impuesto de los discos de sal cf. SOLLEDER, Fridolin – *München...*, p. 158-160.

¹¹⁵ BARY, Roswitha von – *Herzogsdienst...*, p. 55; STAHLER, Helmuth – “Konsolidierung und Ausbau der bürgerlichen Stadt. München im 15. Jahrhundert”. In BAUER, Richard (ed.) – *Geschichte der Stadt München*, Múnich: Beck, 1992, pp. 120-147, aquí: 131.

¹¹⁶ BARY, Roswitha von – *Herzogsdienst...*, p. 327.

podían hacer uso de su derecho y cubrir fácilmente sus necesidades de madera y mercancías¹¹⁷.

Uno de los primeros edificios construidos por el ayuntamiento del que se tiene constancia por escrito fue la construcción de la nueva mancebía en el Angerviertel, que comenzó en 1437¹¹⁸. Para ello, la ciudad tuvo que sufragar numerosos gastos y, además de ladrillos, adquirió varias balsas cargadas de madera para la carpintería. Las almadías volvieron a adquirirse en 1476, cuando se terminaron las obras del revestimiento del techo de la gran sala del ayuntamiento con la madera de cuatro balsas¹¹⁹.

El mayor proyecto de construcción de finales de la Edad Media fue la edificación de la Catedral de Nuestra Señora de Múnich durante los años 1468-1492¹²⁰. En 1475, la cámara municipal registró en su 'Libro de Cuentas' la compra de 36 balsas grandes y pequeñas, presumiblemente para la construcción de las tijerales. En 1492 se volvió a comprar madera y se gastaron otras 11 ½ balsas¹²¹. En total, el consumo de madera para la techumbre de la catedral ascendió a 43 balsas de madera cortada y 49 balsas de madera de carpintería, con un total de unos 630 metros sólidos de madera en rollo¹²². Las torres de la Catedral de Nuestra Señora recibieron sus tejados típicos con capuchas en 1525. Para su terminación, el ayuntamiento adquirió otras 84 balsas de tejas y 46 balsas de troncos¹²³.

Conclusiones.

A finales de la Edad Media, la frecuentada ruta de transporte, el Isar, era un río indómito y salvaje, que planteaba un gran reto a los balseros, especialmente en el tramo superior hasta Múnich. Al mismo tiempo, la ubicación del río en las zonas densamente boscosas del sur de Baviera, en las inmediaciones del popular paso alpino hacia Italia, el Brennero, ofrecía la posibilidad de transportar mercancías de forma rápida y segura a las ciudades ribereñas¹²⁴.

¹¹⁷ HOESSELE, Max von – *Geschichte...*, p. 25; RADKAU, Joachim – “Vom Wald...”, pp. 20, 26.

¹¹⁸ STAHLER, Helmuth – “Konsolidierung...”, p. 128; STANKIEWITZ, Karl – *Münchner Sittenbuch. Liebe, Laster und Affairen*. Múnich: Franz Schiermeier Verlag, 2007, p. 14.

¹¹⁹ STAHLER, Helmuth – *Chronik* vol. 1..., p. 309, 458.

¹²⁰ Sobre la construcción de la *Frauenkirche* y posibles edificios predecesores, cf. ALBRECHT, Stephan – “München...”, p. 55-57. Cf. con numeroso material ilustrativo RAMISCH, Hans – “Baugeschichte und Ausstattung der Frauenkirche”. In PFISTER, Peter; Hans RAMISCH, Hans (eds.) – *Die Frauenkirche in München. Geschichte, Baugeschichte und Ausstattung*. Múnich: Erichewel, 1983, pp. 51-92, aquí: 51-71.

¹²¹ STAHLER, Helmuth – *Chronik* vol. 1..., p. 248, 556.

¹²² KEWELOH, Hans-Walter – “Flößerei und Stapelrecht...”, p. 48.

¹²³ STAHLER, Helmuth – *Chronik der Stadt München. Belastungen und Bedrückungen. Die Jahre 1506-1705*, vol 2. Múnich: Dölling und Galitz Verlag, 2005, p. 65.

¹²⁴ La ruta sobre el Brennero con Mittenwald como estación está documentada como ruta de tráfico y comercio desde el siglo II, cf. GARBSCH, Jochen – *Mann...*, p. 82. Sobre las ventajas de las vías fluviales en comparación con el transporte por tierra cf. ELLMERS, Detlev – “Techniken...”, p. 165-166.

Hasta mediados del siglo XV, el ayuntamiento de Múnich regulaba la cuenca del Isarwinkel hasta Frisinga. A la vez que Múnich perdía su posición de monopolio en la maderada local, las otras dos sedes de balsas ganaban en importancia. A principios de la Edad Modern, en Mittenwald floreció el comercio con productos italianos y tirolese, mientras que en Tölz predominaba la demanda de madera (**Fig. 5**).

Múnich se benefició considerablemente de la vía fluvial del Isar. Mediante los aranceles, el ayuntamiento se aseguraba de cubrir los gastos de las obras de mantenimiento de los puentes y de las fortificaciones del río. Además, la ciudad se convertía en la mayor constructora. Al mismo tiempo, mediante el derecho de emporio, el ayuntamiento estabilizó la economía de Múnich y garantizó un suministro suficiente del material básico, la madera, para los habitantes.

No se puede subestimar la importancia de los balseros del Isar para el desarrollo económico y urbanístico de Múnich a finales de la Edad Media. Sin la vía fluvial del Isar, los balseros y la posibilidad de dirigir el comercio de la madera en función de sus intereses, Múnich seguramente no se habría desarrollado en la medida en que lo hizo entre los siglos XVI y XVIII, durante el gran auge de los balseros del Isar y las grandes construcciones de la ciudad residencial.

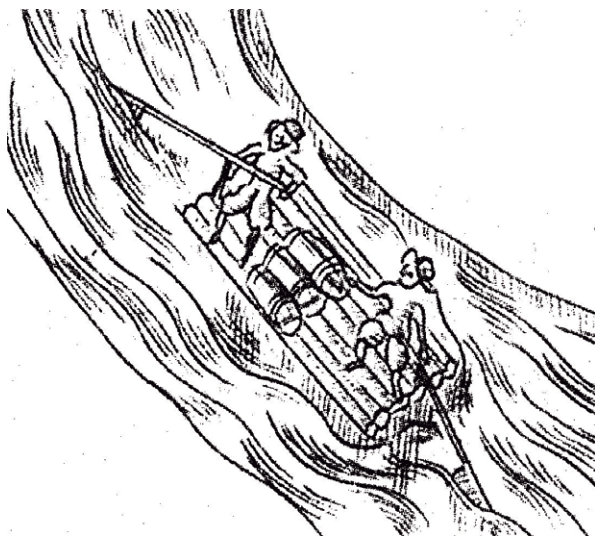


Fig. 5 – Los balseros del Isar en el plano de la ciudad de Múnich de Tobias Volckmer el Joven, del año 1613.

Processos construtivos e seleção de matérias-primas, na Torres Novas Medieval: *séculos XII a XV*

Marco Liberato¹

Helena Santos

Nuno Santos

Resumo

A escavação de cerca de 150 m² em Torres Novas, no interior da área amuralhada durante as Guerras Fernandinas, permitiu identificar vários espaços, provavelmente habitacionais, que recorreram a variadas matérias-primas na sua edificação. A julgar pela amostra recolhida sucederam-se, entre os séculos XII e XV, diversas estratégias de gestão desses recursos.

Num primeiro momento, soluções que mesclavam estruturas negativas e materiais percíveis parecem ter sido dominantes, vulgarizando-se depois a construção em calcário e argila enquanto que, já durante a Baixa Idade Média, se verificou o uso, progressivamente intensivo, de blocos de tufo calcário. Material que se tornaria, até ao século XX, o mais utilizado na arquitetura vernacular do concelho, sendo atualmente designados como “cantos”. O que permitiu perceber que a escolha das matérias-primas se relacionou, em primeira instância, com os diversos níveis de desenvolvimento económico e especialização produtiva que se verificaram na localidade, ao longo da diacronia. Mas, o registo arqueológico de um areeiro de grandes dimensões, localizado numa área que, aprioristicamente, se julgaria densamente ocupada no período medieval, demonstrou que essa gestão dependeu também da fâcies da malha urbana da vila. Cujas progressivas expansões parecem ter impossibilitado o acesso a locais de extração específicos, determinando uma substituição dos materiais mais comumente utilizados.

Palabras-chave

Idade Média; Materiais de construção; Paisagem urbana.

¹ Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

Construction methods and raw materials selection in Torres Novas, during the Middle Ages: 12th to 15th centuries.

Abstract

The archeological excavation in 150 m², inside the area walled during the *Guerras Fernandinas* in Torres Novas, made it possible to identify several spaces, probably related with domestic activities, that used different raw materials in their construction.

The collected sample revealed, between the 12th and 15th centuries, different strategies on managing the disponible materials. In a first moment, sunken featured buildings were the dominant solution, later replaced by constructions with limestone and earth as dominant materials. During the Late Middle Ages, a new solution became progressively popular: the intensive use of calcareous *tufa* orthogonal shaped blocks. Material that would become, until the 20th century, the most used in the sub-region vernacular architecture, currently called “cantos”. Thus concluding that the choice of raw materials was related, in first instance, with the different levels of economic development and work specialization reached by the local society, throughout the diachrony. But the archaeological record of a large sand quarry, located in an area that, *a priori*, would have been thought to be densely occupied, during the medieval period, shows that the management of raw materials also depended on the facies of the town's urban fabric. The expansion of the built-up area, in the Late Middle Age, seems to have made access to specific extraction sites impossible, leading to the replacement of the most commonly used materials.

Keywords

Middle Ages; construction materials; Urban landscape.

Notas introdutórias.

Muito embora as tradições locais insistam numa ocupação urbana do sítio de Torres Novas durante o período islâmico, tendo a vila sido supostamente conquistada por D. Afonso Henriques em 1148², não é conhecido nenhum dado empírico que a comprove. O primeiro documento que refere *Turribus Novis* data de 1179 quando

² GONÇALVES, Artur – Torres Novas, *Subsídios para a sua história*. Edição fac-similada. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1991.

o monarca português, no seu legado testamental, atribuiu uma verba aos pobres da localidade. Esta informação foi interpretada em abordagens disciplinarmente mais rigorosas, como significante de um tecido social ainda pouco coeso, que teria na recente fundação da vila uma explicação plausível³. Até à invasão almóada de 1190, as fontes escritas oferecem, novamente, um mutismo absoluto. Durante essa incursão a fortaleza da povoação foi arrasada, sendo denominada nas fontes magrebina como castelo de Torres (*hisn Torrech*). Após esse acontecimento a expedição dirigiu-se a Tomar⁴ aproveitando, certamente, as estradas de origem romana que ainda se encontravam funcionais na região.

Esse revés militar motivou, nesse mesmo ano, a atribuição de foral a Torres Novas. O principal objetivo desse recurso administrativo seria o fomento do seu povoamento pela atração de novos habitantes, compondo o esteio humano da operacionalização, que se desejava melhor sucedida, das valências estratégicas da sua posição, localizada no corredor de circulação Santarém-Coimbra. Desígnio que seria atingido, uma vez que na década de 1220 encontravam-se já construídas as quatro igrejas que atingiram o século XX, enquanto sedes de paróquia⁵.

No que diz respeito às informações arqueológicas, também não se conhecem dados que corroborem o desenvolvimento de um assentamento urbano no sítio, anterior à integração do Baixo Tejo nos domínios políticos portugalenses. Pelo contrário, todos os conjuntos cerâmicos recuperados até ao momento⁶ representam estádios diversos do padrão evolutivo do fundo autóctone-setentrional, cuja estagnidade a influxos culturais de origem meridional se conforma como um dos seus caracteres definidores. A análise diacrónica da sua dispersão espacial permite mesmo mapear e datar o processo de densificação da rede urbana estruturada a norte do Tejo, demonstrando que, nas bacias do Almonda e do Nabão, esse fenómeno foi uma realidade temporalmente pós-islâmica⁷.

Em 2019, a reabilitação de um imóvel denominado Prédio Alvarenga (**Fig. 1:B**)

³ COELHO, Maria Helena da Cruz – “O concelho de Torres Novas em tempos de crescimento e consolidação de um reino”. *Nova Augusta - Revista de Cultura* 6 (1992), pp. 55-67.

⁴ CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma Paisagem Humanizada: O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. vol. I. Cascais: Patrimonia Histórica, 2000.

⁵ Tendo como oragos S. Maria, S. Salvador, S. Pedro e S. Tiago. BOISELLIER, Stéphane – *La construction administrative d'un royaume: registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIVe siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2012. No mesmo documento são referidas mais duas igrejas: *Sancta Maria de extra villam*, que corresponde certamente à atual S. Maria do Vale e a *eclesia de Ortis*, cuja localização é hoje desconhecida.

⁶ COSTA, Cláudia; RODRIGUES, Filipa; COSTA, Teresa; LOPES, Gonçalo – “A intervenção arqueológica no nº 121 da Rua Carlos Reis (Torres Novas). Primeiros Resultados”. *Nova Augusta* 19 (2007), pp. 287-318; LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena – “Between two worlds: cultural and technological characteristics of medieval pottery from Torres Novas (Santarém district, Portugal)”. In HAZIRLAYAN, Yanina; YENİŞEHİRLİOĞLU, Filiz (ed.) – *XIth Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics. Proceedings*. vol. 1. Ankara: Koç Üniversitesi VEKAM, 2018, pp. 255-258.

⁷ LIBERATO, Marco – *Entre Tejo e Mondego, nos séculos VI-XIV: cultura material e povoamento*. Faro: Universidade do Algarve, no prelo. Tese de doutoramento.

implicou uma escavação manual em área, que incidiu em cerca de 150 m². Localizado a cerca de 100 metros a oriente do castelo medieval, essa construção partilhava a implantação topográfica com o reduto militar, localizando-se no topo de um planalto sobranceiro ao rio Almonda. Coincidia, assim, com a direção “inevitável” do crescimento da vila tendo-se aí desenvolvido, entre os finais do século XII e os inícios do século XIII, um arrabalde exterior à fortificação. Como nos comprova a menção às igrejas de S. Maria e S. Salvador *circa* 1220 construídas, respetivamente, nos extremos oeste e leste desse acidente de relevo. Âmbito espacial que seria cintado com novo amuralhamento no contexto das Guerras Fernandinas, tendo passado a ser designado nas fontes documentais ulteriores, como *Cerca*⁸ (**Fig.1:A**).

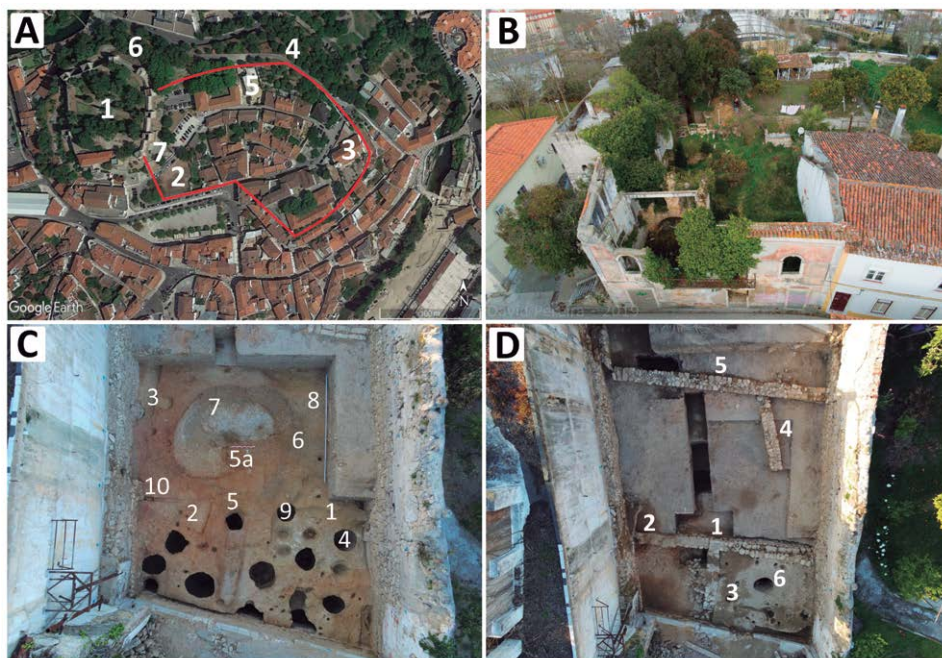


Fig.1 – **A)** Enquadramento do Prédio Alvarenga: 1 – castelo, 2 – igreja de S. Maria, 3 – igreja de S. Salvador, 4 – cerca fernandina (traçado provável), 5 – Prédio Alvarenga, 6 – afloramento rochoso com marcas de extração, 7 – parede em tufo calcário. **B)** Foto do imóvel aquando do início dos trabalhos. **C)** Foto do plano final: 1 – estrutura [743], 2 – localização do depósito [452], 3 – buraco de poste [678], 4 – localização do forno [710], 5 e 5a – localização dos muros [649] e [650], 6 – localização dos muros [671] e [679], 7 – areeiro [461], 8 – localização da masseira [659], 9 – localização do depósito [530], 10 – vala [669]. **D)** Foto da malha urbana baixo-medieval: 1 – muro [331], 2 – muro [332]/[397], 3 – localização do muro [472], 4 – muro [238], 5 – muro [239], 6 – silo [237].

⁸ CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Uma Paisagem Humanizada...*, p. 355.

Assim, antes da intervenção arqueológica o registo da estratigrafia preservada afirmava-se, em tese, como uma oportunidade excepcional para recolher informação sobre o conspecto material dos momentos iniciais da vila e a sua posterior evolução. Os resultados obtidos corresponderam às expectativas, permitindo identificar fórmulas construtivas inusuais no contexto nacional, que estimulam a abordagem a algumas problemáticas ainda pouco desenvolvidas. Segue-se um contributo nesse sentido, tendo como fio condutor a análise das mutações verificadas nas estratégias de obtenção e utilização de alguns materiais de construção, ao longo da diacronia medieval.

1. A fase proto-urbana. Séculos XII-XIII.

As correlações estratigráficas de uma estrutura negativa nomeada como [743], denunciam, à partida, que corresponde a um dos vestígios cronologicamente mais recuados, identificados durante a intervenção arqueológica, uma vez que foi escavada diretamente sobre o substrato geológico. Apresentava uma planta tendencialmente retangular, que se prolongava para além da área intervencionada, com um comprimento mínimo de 4 metros. Em largura, atingia um valor médio em torno dos 2,5 metros, enquanto a sua profundidade máxima rondava os 20 cm (**Fig.1:C.1**; **Fig.2:A**). A sua área limítrofe a sul, encontrava-se “polvilhada” de buracos de poste⁹, não tendo sido possível determinar se estabeleceram relações funcionais com o “fundo de cabana”, muito embora a inexistência de perfurações na secção norte possa indiciar uma conclusão pela negativa. No entanto, a completa ausência de cerâmica de construção no seu enchimento merece destaque, na medida em que permite equacionar uma solução de cobertura edificada com recurso exclusivo a materiais perecíveis.

Este contexto reúne uma série de características que tornam muito verosímil a sua caracterização como ambiente doméstico “provisório” ou, pelo menos, bastante precário. Associável, portanto, às soluções arquitetónicas que vêm sendo descritas na bibliografia anglófona, como *sunken featured buildings* ou como *estructuras de perfil rehundido*, no caso dos autores de expressão castelhana¹⁰.

A julgar pelo registo arqueológico recuperado no sítio Quinta da Aramenha III, Cartaxo, era comum a sua associação funcional com pequenos fornos modelados

⁹ Aparentemente isolada, no quadrante NO da intervenção foi identificada outra depressão com origem antrópica, que foi registada como [678] (**Fig.1:C.3**). No seu topo estava “calçada” por um círculo de pedras nomeado [672] e, a meio da profundidade, apresentada uma “base”, em elementos pétreos e alguns fragmentos de cerâmica, de onde se destacam talhas, que foi nomeada [692] (**Fig.2:D**). Estas características podem denunciar a sua função enquanto suporte de um poste de grandes dimensão, eventualmente o elemento central de uma outra estrutura edificada com materiais perecíveis. No entanto, não se recolheram outros elementos que permitam afiançar esta hipótese.

¹⁰ TEJERIZO GARCÍA, Carlos – “Estructuras de fondo rehundido altomedievales en la Península Ibérica”. *Munibe Antropologia-Arkeologia* 65 (2012), pp. 215-237.

em argila¹¹, outra solução com evidentes fragilidades físicas. No caso de Torres Novas, essa complementaridade é bastante provável, mas não foi definitivamente comprovada durante a escavação arqueológica¹².

Na Europa Central atesta-se um recurso relativamente frequente a esse tipo de soluções construtivas, até à Revolução Industrial¹³. Já na Península Ibérica, o auge da sua divulgação parece ter ocorrido em período alto-medieval¹⁴ e as suas declinações mais tardias, posteriores aos séculos XII-XIII, tenderam a assumir feições “etnográficas”. Em geral pouco divulgadas, porque restritas a âmbitos funcionais muito específicos, de que são exemplos os abrigos de pastores ou as “cabanas” de apoio a atividades piscatórias¹⁵.

No entanto, alguns casos agora reconhecidos em território atualmente português, oferecem indícios de que foram igualmente comuns no contexto social das transferências populacionais, com origem setentrional, dinamizadas após a integração do vale do Tejo nos domínios políticos cristãos¹⁶. O espólio cerâmico recolhido no interior da estrutura negativa [743] sustenta esta leitura, na medida em que as características das cerâmicas demonstram que os seus produtores não tinham tido qualquer contacto com a tradição oleira meridional (**Fig.2:B**). Pelo contrário, convergem antes com soluções morfológicas comumente identificadas em conjuntos artefactuais recuperados no centro e norte da Península¹⁷.

Destaca-se, de entre as mesmas, um perfil que não tem merecido a atenção dos investigadores e que denominamos por alguidar modelado manualmente. O cabal esclarecimento do seu significado histórico carece ainda de uma abordagem sistemática¹⁸, salientando-se aqui as particularidades que consideramos de maior

¹¹ LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno – “O registo material de movimentações populacionais no Médio Tejo, durante os séculos XII-XIII. Dois casos de ‘sunken featured buildings’, nos concelhos de Cartaxo e Torres Novas”. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea (ed.) – *Arqueologia em Portugal. 2020: estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2020, pp. 1571-1583.

¹² No interior da estrutura negativa [743] foram recuperadas centenas de fragmentos de barro cozido sendo que, alguns deles, podem derivar da degradação de fornos semelhantes. Registe-se que, enquanto o sítio Quinta da Aramenha III foi ocupado durante uma janela temporal muito curta, Torres Novas transformou-se num centro urbano. Onde se desenvolveu um nível de atividade antrópica muito mais intenso, que foi afetando, ao longo do tempo, a estratigrafia subjacente. Nomeadamente pelo recurso à escavação do solo com objetivos vários, como sejam a construção de novas habitações, a abertura de silos ou a extração de matérias-primas.

¹³ CHAPELOT, Jean ; FOSSIER, Robert – *Le village et la maison au Moyen Age*. Paris: Hachette, 1980.

¹⁴ AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio – “Arquitectura doméstica altomedieval en la Península Ibérica: Reflexiones a partir de las excavaciones arqueológicas de la Catedral de Santa María de Vitoria-Gasteiz, País Vasco”. *Archeologia Medievale* 28 (2001), pp. 25-60.

¹⁵ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: Edições D. Quixote, 1988.

¹⁶ LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno – *O registo material de movimentações populacionais no Médio Tejo...*, p. 1576.

¹⁷ LIBERATO, Marco – *Entre Tejo e Mondego, nos séculos VI-XIV...*, pp. 363-365.

¹⁸ LIBERATO, Marco – “Novidades e indefinições no registo cerâmico medieval: os alguidares modelados manualmente”. *Kairós* 7 (2020), pp. 41-48.

relevância para a temática em apreço. Ao primeiro contacto com estas peças, torna-se evidente que as suas pastas são extremamente friáveis o que implicaria um tempo de vida muito curto, tendo sido certamente descartadas após escassas utilizações (Fig.2:C). Estas características físicas e funcionais, bem como o âmbito cronológico da sua circulação – que não ultrapassa as primeiras décadas do século XIII – confluem numa mesma interpretação: a sua comparecência no registo arqueológico tende a relacionar-se com contextos económico-sociais em que a especialização do trabalho e a diversidade produtiva se encontravam em estádios de desenvolvimento incipientes¹⁹.

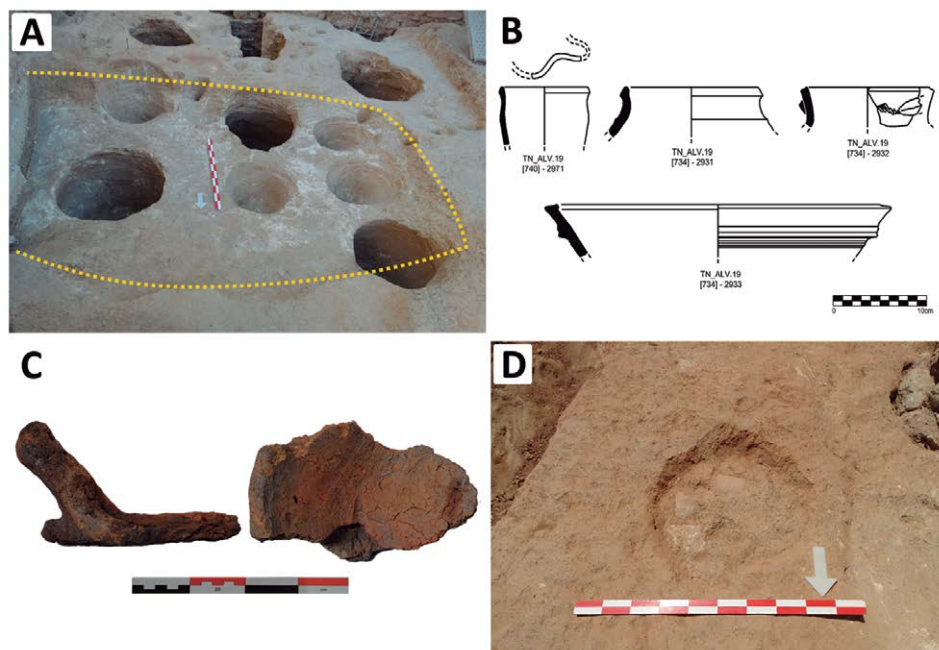


Fig. 2 – A) Estrutura [743]. B) Materiais do contexto [743]. C) Perfil completo de alguidar modelado manualmente, recuperado em Conímbriga. D) Buraco de poste [678] e “base” [692].

Esta dedução ganhou novo contributo argumentativo após a intervenção no Prédio Alvenga. A análise das faunas associadas aos alguidares de fundo em disco, recuperadas nos sedimentos que enchiam a estrutura negativa [743], revelou

¹⁹ A exceção a esta tendência são os escassos exemplares que surgem em Santarém, em contextos dos séculos X-XI. LIBERATO, Marco – *Entre Tejo e Mondego, nos séculos VI-XIV...*, p.184. Admite-se que, neste caso, se constituam como um arcaísmo de um fundo comum anterior à conquista islâmica, interpretando-se a sua utilização episódica como decorrente da sua associação com a preparação de um prato específico.

que o veado comparece como o táxon dominante, correspondendo a 34% dos restos classificáveis²⁰. Demonstrando o forte contributo de recursos cinegéticos para a alimentação dos torrejanos na transição entre os séculos XII-XIII, realidade que não se parece compaginar com uma sociedade plenamente urbanizada.

Cumulativamente, para essas cronologias só foi registado um material de construção que, comparativamente, supunha um investimento de recursos superior, bem como uma relativa especialização produtiva. Falamos dos adobes que se encontravam embalados no depósito [452], uma unidade estratigráfica que se relaciona igualmente com a pristina ocupação da colina, na medida em que se sobrepunha, em quase toda a sua extensão, ao substrato geológico²¹ (**Fig.1:C.2**). Mas é indiscutível que a sua manufatura apresentaria menores desafios tecnológicos e laborais que a extração de pedra, pelo que consideramos que a sua presença aponta no mesmo sentido: amplas franjas da sociedade local continuariam, décadas passadas após a fundação da vila, a recorrer a soluções construtivas mais comuns em âmbitos rurais do que em povoações verdadeiramente urbanas.

2. A compassada afirmação da vila de “pedra e cal”. Séculos XIII-XIV.

Se para o século XII, o registo arqueológico que apresentamos, poderia decorrer de uma estrutura demográfica com elevada percentagem de elementos adventícios, recorrendo obrigatoriamente à utilização de recursos construtivos que implicavam escassos labores de transformação, verifica-se que a ulterior complexificação social²² não se traduziu numa imediata e exuberante transformação material e paisagística.

A comprovação mais evidente desta afirmação é a cristalização funcional que se verificou durante os séculos XIII-XIV, na secção sul da área intervencionada, que se encontrava totalmente adscrita ao armazenamento de víveres. Foram aí escavados um mínimo de 10 silos, que só foram abandonados ao longo de Trezentos²³ demonstrando que, até esse momento, o espaço se encontrava livre de construções, mau grado a sua localização no âmago do núcleo genésico da vila (**Fig.1:C**).

Mesmo após o enchimento dessas estruturas negativas com lixos domésticos, ao topo daquela que foi registada como [744] sobrepuseram-se pelo menos dois

²⁰ALEIXO, Patrícia – *Relatório zooarqueológico Prédio Alvarenga: Rua General António César de Vasconcelos Correia, nº 14-18*, Torres Novas. s.l.: documento policopiado, 2021.

²¹SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno; LIBERATO, Marco – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos de escavação. Prédio Alvarenga: Rua General António César de Vasconcelos Correia, nº14-18, Torres Novas*. Santarém: documento policopiado, 2019.

²²Que se induz, por exemplo, pela instituição de uma feira em 1273. RAU, Virginia – *Feiras Medievais Portuguesas*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

²³Esta diferenciação pode relacionar-se com litologias diferenciadas. Mas questões de propriedade foram também determinantes. Como se verá adiante, até aos finais do século XVII existiram sempre separações físicas entre essas duas áreas.

fornos em argila, que se constituem como eloquentes testemunhos da “fragilidade” construtiva que continuava a perpassar a comunidade, que ainda não recorria, pelo menos de forma sistemática, a soluções tendencialmente perenes, edificadas com materiais mais resistentes. O forno mais recente nomeado como [710], encontrava-se, logicamente, em melhor estado de conservação. Possibilitando a comprovação de que se associava funcionalmente a uma estrutura negativa de planta retangular que, no momento da escavação, se encontrava totalmente preenchida com material lenhoso carbonizado denunciando, com elevada probabilidade, que a sua função seria conservar a temperatura de cozinhados já preparados (**Fig.1:C.4; Fig.3:A**). É provável que alguns de entre as dezenas de buracos de poste a que já fizemos referência, escorassem coberturas sobre essas frágeis estruturas uma vez que, caso se encontrassem expostas aos elementos naturais durante dias chuvosos, se degradariam ainda mais rapidamente.

Já na secção norte da escavação registaram-se as primeiras evidências de organização de uma malha urbana tendencialmente ortogonal, ocorrendo muros em pedra que definiam, com elevada probabilidade, espaços domésticos. Assim, as realidades [649] e [650] constituíam certamente segmentos de um mesmo alinhamento, que já se encontrava praticamente desarticulado aquando da intervenção (**Fig.1:C.5**), enquanto os muros [671] e [679] definiam o canto de um compartimento (**Fig.1:C.6**).

Para além de cronologias aproximadas, a julgar pelas relações estratigráficas detetadas²⁴, partilhavam uma outra característica: a seleção dos materiais de construção pode ser definida como decorrente de uma “gestão oportunista dos recursos”. A variabilidade dos materiais presentes no aparelho dos muros [671] e [679] são um primeiro indício nesse sentido, tendo sido utilizados blocos de tufo e de calcário duro, mas também seixos de rio (**Fig.3:B**). Cumulativamente, verifica-se uma grande diversidade de calibres, ocorrendo pedras muito pequenas mesmo no seu embasamento, o que comprometia a sua resistência e longevidade. Para estas iniciativas construtivas não se demandariam pedreiras estabelecidas em locais pré-definidos, com o propósito de obter material relativamente padronizado e resistente. Pelo contrário, verifica-se uma recolha casuística de matéria prima, com aprovisionamento oriundo de várias fontes, que tinham como denominador comum a possibilidade de obtenção de elementos pétreos que não necessitavam de trabalhos de extração e/ou afeiçoamento.

O mesmo padrão é verificado nos ligantes, não se assinalando boas argamassas de cal, que dependiam de esforços adicionais para a obtenção dos seus diversos ingredientes. Os muros [649] e [650] parecem mesmo ter sido erigidos em pedra seca, o que pode denunciar que, mais que um muro, seria o alicerce de uma construção que

²⁴ SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno; LIBERATO, Marco – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos de escavação. Prédio Alvarenga...*, pp. 19-20.

recorreu a outro tipo de materiais para definir as paredes. No segundo caso acima mencionado, os elementos pétreos foram ligados com um sedimento que apresentava um tom esbranquiçado mas, dada a sua fraca aderência, parecia corresponder a uma amálgama de tufo moído misturado com argila e não tanto a uma argamassa de cal.

De resto, os ritmos de construção observados não determinariam a necessidade de grande especialização na obtenção e transformação das matérias-primas. Não se verificava ainda um esquema de construção densificado, acolhendo atividades tipicamente urbanas e amplas áreas da vila trecentista continuariam estruturalmente “contaminadas” pelos ritmos agropecuários. Novamente, os restos faunísticos recuperados no enchimento dos silos presentes, colaboram no sentido de escorar empiricamente esta interpretação. A relativa abundância de indivíduos fetais de ovi-caprinos detetados²⁵, torna bastante provável que essas interrupções de gravidez tenham ocorrido quando os progenitores se encontravam estabelecidos no interior do núcleo urbano²⁶.

Outras realidades observadas comprovam, de facto, uma acentuada volatilidade do uso do solo, dificilmente compatível com uma malha urbana estabilizada. O alinhamento do muro [649]/[650] foi intercetado pela laboração de um areeiro que desmontou, quase integralmente, a sua secção norte (**Fig.1:C.7**). Após a extração de areia, quedou escavada no substrato geológico uma estrutura negativa de grandes dimensões com quase 5 metros de comprimento, 2,5 metros de largura e uma profundidade média de 1,6 metros, que foi registada como [461]. No seu extremo sudoeste apresentava um acesso helicoidal, estruturado por degraus rudemente definidos, que facilitaria o transporte do material obtido pela trituração das rochas areníticas que explorou²⁷(**Fig.3:C**). A sua funcionalidade não deixa dúvidas quando se observa a sua base: foi atingida e deixada intacta uma crosta de calcretos²⁸, realidade geológica não arenosa que anunciou a exaustão, em profundidade, do recurso procurado.

Dadas as suas dimensões e os perigos que colocava à circulação humana²⁹, não deve ser perspectivado um período muito largo entre o *terminus* da sua laboração e o

²⁵ ALEIXO, Patrícia – *Relatório zooarqueológico Prédio Alvarenga...*, p. 25.

²⁶ A opção contrária, que a morte dos animais tenha ocorrido em meio rural, tendo os seus cadáveres sido transportados até à vila, para serem descartados no interior dos silos, não parece razoável.

²⁷ As marcas de um utensílio aguçado, eventualmente semelhante a uma picareta, eram visíveis nas suas paredes. SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno; LIBERATO, Marco – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos de escavação. Prédio Alvarenga...*, p. 30.

²⁸ FERNANDES, João Paulo – “Arenitos e calcretos do Prédio Alvarenga. Sua relação com os silos abertos no subsolo do Miocénico, durante a época medieval”. *Nova Augusta* 34 (2022), pp. 123-134.

²⁹ No caso dos silos, ainda que com menores dimensões, os inconvenientes do seu abandono eram evidentes para as autoridades municipais medievais. Entre eles, é referida a possibilidade de degradação do cereal nas covas próximas, mas também a ameaça que colocavam à circulação de «gentes e bestas». Assim, o concelho de Évora, em 1375, ordenou aos seus proprietários que, sempre que não estivessem em utilização, «as çarrem e tapem». PEREIRA, Gabriel – *Documentos históricos da cidade de Évora*. Edição fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

seu aterro com sedimentos. O mais antigo, registado como [518], ofereceu cerâmicas vidradas que se aparentam com séries que circulavam na transição entre os séculos XIII e XIV, como as peças de presumível origem francesa, com decoração incisa sobre vidrados esverdeados³⁰ (Fig.3:D). No entanto, a relativa frequência de cerâmica esmaltada, de onde se destaca uma eventual importação nasrida, anuncia cronologias mais avançadas, uma vez que peças com esse tipo de revestimento tendem a estar ausentes dos contextos trecentistas de Lisboa³¹ e raramente comparecem nos conjuntos



Fig. 3 – A) Forno [710] e “braseira” [712]. **B)** Muros [671] e [679]. **C)** Areeiro [461]. **D)** Cerâmicas de consumo restrito do primeiro nível de colmatção do areeiro, depósito [518]. **E)** Masseur [659]..

³⁰ OLIVEIRA, Filipe; SILVA, Rodrigo Banha da; BARGÃO, André; FERREIRA, Sara – “O comércio medieval de cerâmicas importadas em Lisboa: o caso da Rua das Pedras Negras n° 21-28”. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (ed.) – *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, pp. 1523-1538.

³¹ GOMES, Ana; GASPAS, Alexandra; GUERRA, Sandra; CALÉ, Henrique; RIBEIRO, Susana; PINTO, Paula; VALONGO, António; PIMENTA, João – “Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas”. In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina Fernandes (coord.) – *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII): actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003*,

artefactuais coevos provenientes de Santarém³². Da síntese destas informações, a colmatação do areeiro ocorreu, com elevada probabilidade, num momento próximo de 1400.

O material extraído teria certamente como finalidade a elaboração de argamassas de cal, destinadas a rebocos e/ou ligantes de aparelhos em alvenaria. Os registos [651] e [659], identificados ambos no interior de estruturas negativas, foram interpretados como correspondendo a masseiras, dedicadas à sua preparação (**Fig.1:C.8**). O último caso, não parece oferecer dúvidas: restava, no interior da depressão antrópica, uma deposição “em cone” composta por areia misturada com cal, que se apresentava muito compacta (**Fig.3:E**).

No entanto, verifica-se que as construções identificadas na escavação arqueológica, recorreram sistematicamente a outro tipo de ligantes para unir os elementos pétreos. O que pode indicar que a areia obtida teve como destino alguma construção singular, do ponto de vista técnico. O enquadramento cronológico dos vestígios habilita a edificação da própria cerca fernandina como hipótese plausível, muito embora seja prematuro afirmá-lo com indubitável certeza³³.

3. Os finais da Idade Média: densificação construtiva e rarefação de matérias-primas no aro urbano.

Só nos momentos finais do século XIV ou durante as primeiras décadas da centúria de Quatrocentos, se organizou uma malha urbana mais coerente e foram erigidas soluções arquitetónicas já amplamente conhecidas a partir da documentação escrita. O exemplo paradigmático do que fica dito corresponde ao esquema de casa dianteira\ casa de dentro³⁴, que surge materializada pela associação entre os muros [332]\[397] e [331], que definiam uma construção com dois compartimentos³⁵. Esta estrutura foi a primeira a ser edificada, sobrepondo-se a vários silos (**Fig.1:D.1**). O enchimento de um deles, o depósito [530] (**Fig.1:C.9**), ofereceu uma importação francesa denominada na bibliografia francófona como *très* ou *hautement decorée*.

Porto, 4 de Abril de 2003. Palmela/Porto: Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 221-236.

³² LIBERATO, Marco – *A cerâmica pintada a branco na Santarém medieval. Séculos XI-XVI*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado.

³³ Uma vez que a utilização de argamassas de cal e areia seria uma realidade – ainda que talvez episódica – mesmo antes da abertura do areeiro, como demonstra a anterioridade estratigráfica da masseira [651], parcialmente destruída durante o seu período de laboração.

³⁴ CONDE, Manuel Silvío Alves – “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média”. *Arqueologia Medieval* 5 (1997), pp. 243-265.

³⁵ Muito embora o vão entre os compartimentos estivesse praticamente destruído por edificações posteriores, estes constituíram-se, indubitavelmente, como uma unidade funcional. SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno; LIBERATO, Marco – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos de escavação. Prédio Alvarenga...*, p. 34.

A sua produção e difusão, com cronologias centradas nos séculos XIII-XIV³⁶, configura um seguro *post-quem* para a aparição do muro [331]. O seu ligante consistia numa amálgama de terra com alguma cerâmica de construção e fauna, que foi sendo nivelada pela disposição de pequenas lascas de calcário, antes do assentamento de cada uma das fiadas de pedra. Assim sendo, o seu aparelho constitui-se como a dissonância mais evidente face às estruturas referidas anteriormente. Uma vez que o calcário foi a matéria-prima preferida, verificando-se o recurso a tufo, mas em quantidades menores. Ainda que os blocos não tenham sido afeiçoados, verifica-se uma calibração razoável, com dimensões médias aproximadas, o que permite perspetivar que foram extraídos propositadamente para a sua edificação (**Fig.4:A**). Conclui-se que uma “sofisticação” relativa da construção comum iria certamente em crescendo, leitura reforçada pela presença de um reboco à base de cal na sua face interior, o que pode revelar que esse compartimento acolhia a maioria das atividades domésticas.

A outra divisão da casa definida após a edificação do muro [332]/[397], provavelmente acolhia outras funções, que seriam consideradas menos carentes de conforto e salubridade (**Fig.1:D.2**). Desde logo pela sua “milimétrica” sobreposição à vala [669] que, com elevada probabilidade, teria escorado um cercado cronologicamente anterior, construído com material lúneo (**Fig.1:C.10**; **Fig.4:B**). Assim, esse alinhamento ter-se-ia constituído como um melhoramento estrutural de uma divisão espacial já existente. De resto, continuou a ser evidente um menor investimento de recursos na sua construção, quando o termo de comparação é o compartimento primevo. Só o seu embasamento foi definido com blocos calcários elevando-se sobre o mesmo, uma secção contruída em terra, a partir da técnica denominada como *façonnage direct*³⁷, que se distingue da taipa por dispensar o uso de cofragens (**Fig.4:C**). Para além de apresentar maior fragilidade, esta parede também se constituiria como um obstáculo à manutenção da limpeza do compartimento, uma vez que esboroaria com facilidade, cumulando-se dados que reforçam a possibilidade da existência de uma diferenciação funcional entre as duas divisões.

O interior do compartimento formado pelo muro [331] foi secionado, num momento tardio do século XV³⁸, pela construção de um alinhamento com planta “em L”, registado como [472] (**Fig.1:D.3**; **Fig.4:A**). Esta solução, certamente destinada a

³⁶ CHALLE, Sofie; GROOTE, Koen de; VINCENT, Vaiana – “Production et diffusion de la céramique «Hautement décorée» dans le Comté de Flandre (12^e-14^e siècles): nouvelles données”. In *Résumés des communications des journées d'études du réseau d'information sur la céramique médiévale et moderne 2018*. Rouen, 2018, pp. 2-6.

³⁷ AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín; SOLAUN BUSTINZA, Jose Luis – “Tipologías domésticas y técnicas constructivas en la primitiva Gasteiz (País Vasco) durante los siglos VIII al XII d.C.” *Arqueología de la Arquitectura* 9 (2012), pp. 103-128.

³⁸ Cronologia comprovada pela sua sobreposição ao silo [478], colmatado já durante a Baixa Idade Média. SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno; LIBERATO, Marco – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos de escavação. Prédio Alvarenga...*, p. 25.

facilitar a especialização funcional de cada um dos subespaços que definia, não seria comum na construção corrente coeva, a julgar pelas escassas referências que merece nas fontes escritas³⁹. Tome-se o exemplo da Estremoz baixo-medieval/moderna, para a qual se conhece uma única casa com «repartimento» interno, mencionada num documento datado de 1515⁴⁰.

Na secção norte da escavação foi identificado o muro [238] que, apresentando-se muito destruído na sua porção meridional e praticamente encostado ao corte leste da escavação, não permite grandes considerações acerca da sua planta e funcionalidade⁴¹ (**Fig.1:D.4**). Cronologicamente, seria também uma construção baixo-medieval, dada a completa ausência de faiança no sedimento [330], que lhe subjazia⁴². De facto, as suas técnicas construtivas não se afastam muito das verificadas na casa acima descrita. O ligante consistia num sedimento castanho-escuro sem adição de cal, mais uma vez episodicamente “regularizado” pelo assentamento de fragmentos de talhas ou telhas. No que diz respeito ao aparelho, também não se detetam diferenças assinaláveis sendo de realçar, no entanto, o maior contributo do tufo calcário. Destacava-se no mesmo a presença de uma estela funerária (**Fig.4:D**), recurso que comprova duas realidades só aparentemente antagónicas, uma vez que revela que a diversificação socioeconómica da vila se encontrava então plenamente desenvolvida, acedendo alguns dos seus habitantes a soluções artefactuais que requeriam mão-de-obra muito especializada. Mas também que o reaproveitamento de matéria-prima foi uma constante na diacronia até épocas muito recentes⁴³ sugerindo que a sua extração era, sempre que possível, evitada.

Uma outra estrutura, denominada como [239], componha igualmente a malha urbana baixo-medieval identificada na área intervencionada (**Fig.1:D.5**). Apresentava

³⁹Embora as construções baixo-medievais não mereçam, em geral, grande atenção por parte dos arqueólogos, escasseando as descrições exaustivas das suas características, os dados disponíveis não autorizam discordâncias com a imagem das casas típicas à época, elaborada a partir das referências documentais. A falta de espaço e de luminosidade seriam regra, bem como a sobreposição de atividades em cada divisão tornando-se, por isso, certamente insalubres e oferecendo pouca privacidade aos seus locatários. GONÇALVES, Iria – “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Media: o exemplo de Lisboa”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 77-96.

⁴⁰ROSADO, Ana; LIBERATO, Marco; REIMÃO, Miguel – “Contributo para a história da arquitetura da habitação e da organização do espaço no castelo de Estremoz”. In *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*. Faro/Coimbra: Universidade do Algarve/Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 2018, pp. 286-304.

⁴¹A identificação do que parece ter sido uma área de fogo, registada como [389], torna plausível a sua correspondência com uma habitação, cuja restante planta se encontrará a oriente, já no exterior da área escavada. SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno; LIBERATO, Marco – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos de escavação. Prédio Alvarenga...*, p. 39.

⁴²SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno; LIBERATO, Marco – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos de escavação. Prédio Alvarenga...*, p. 32.

⁴³Em torno de 1963, Afonso do Paço deixou registado que um trabalhador que laborava na campanha de escavações de *villa Cardílio*, reconheceu ter destruído um mosaico romano, anos antes, que identificara, ao deslocar-se ao local, para recolher pedra destinada à construção de uma moradia para o irmão. Torres Novas, Museu Municipal Carlos Reis, PAÇO, Afonso – *Villa de Cardilio (ruínas luso-romanos de Torres Novas)*. I – *Algumas observações sobre a primeira campanha (1963)*, texto dactilografado.

dimensões inusuais, na medida em que compareciam 10 metros de alinhamento sem qualquer divisão interna, sendo que a inflexão para norte do seu tramo ocidental permite especular que encostará à muralha fernandina. O reconhecimento parcial da sua planta apresenta-se, à partida, como limitador da cabal interpretação da sua funcionalidade e os sedimentos recuperados no seu interior também não forneceram pistas que ajudem ao seu esclarecimento.

Assim, a informação mais relevante que aduziu relaciona-se exatamente com a matéria-prima utilizada, que representa uma singularidade no contexto geral da escavação: o tufo calcário foi o material preferido (**Fig.5:A**). Alguns dos blocos encontravam-se afeiçoados em formatos aproximados ao cubo ou ao paralelepípedo, solução que se viria a transformar numa verdadeira “marca de água” da arquitetura vernacular do concelho⁴⁴ (**Fig.5:B**). Denominados localmente como “cantos”, esses verdadeiros silhares de rocha sedimentar seriam obtidos com relativa facilidade, dada a abundância de potenciais locais de extração que margeiam grande parte da bacia do rio Almonda⁴⁵ e a ductilidade dos seus afloramentos.

No entanto, as construções que os utilizam tendem a ser comparativamente frágeis. Como, de resto, se torna patente pela generalizada degradação dos edifícios do centro histórico de Torres Novas. O que nos leva a equacionar que a substituição da matéria-prima preferida para a construção corrente na vila medieval, se relacione com uma progressiva dificuldade no acesso a calcários duros. A fachada norte do castelo local assenta em afloramentos dessa rocha, onde são visíveis entalhes compatíveis com a extração pelo sistema de cunhas de madeiras, posteriormente encharcadas para provocar a sua fratura⁴⁶ (**Fig.1:A.6; Fig.5:C**). Afigura-se como altamente provável que, em determinado momento, as autoridades locais tenham condicionado o acesso aos mesmos, pelo perigo que o seu desmonte integral representaria para a estabilidade do baluarte.

Verifica-se assim que a expansão da malha urbana implicou a procura de outros pontos de aprovisionamento, devido ao esgotamento dos recursos disponíveis no seu imediato e/ou à sobreposição do edificado àqueles que eram tradicionalmente utilizados. Como se observa, indiscutivelmente, no caso do areiro mencionado e se infere pela progressiva perda de protagonismo do calcário.

⁴⁴ Sobre a entrada das galerias denominadas grutas de Lapas, na aldeia homónima, situada a 2 km de Torres Novas, laborou uma pedreira de tufo, sendo ainda visíveis alguns blocos delineados, mas não extraídos (**Fig.5:D**).

⁴⁵ A norte da cidade, a expansão urbana do século XX, determinou a construção do bairro das Tufeiras, que conservou o topónimo relativo à sua anterior função como local de extração. Já a Rua de S. António das Pedreiras, na citada aldeia de Lapas, cristalizou a memória de outro local de aprovisionamento.

⁴⁶ QUINTAS, Armando – “Técnicas e tecnologias ligadas ao mármore: uma viagem pela história”. In ALVES, Daniel (coord.) – *Mármore, património para o Alentejo: contributos para a sua história (1850-1986)*. Vila Viçosa: Talentirazo, 2015, pp. 129-159.

Terminamos assinalando, ainda que de forma sucinta, algumas transformações ulteriores à Idade Média. A casa delineada pelos alinhamentos [331] e [332]/[397] abrigou poucas gerações, uma vez que, na transição para a Idade Moderna, já se encontrava totalmente entulhada, como nos demonstram as produções de «azul y morado» recuperadas nesses sedimentos⁴⁷. E o uso do solo verificado, bem como os materiais das construções relacionados com a sua gestão, demonstram uma verdadeira regressão arquitetónica e uma tendência para a “re-ruralização” do espaço. Embora a propriedade se tenha mantido estável, a julgar pela coincidência espacial entre o muro [331] e uma realidade que foi registada como [334], os materiais utilizados para erguer essa aparente divisória comprovam a conclusão acima expressa. Era definida por um fruste muro, construído com pequenas pedras de calcário e tufo mas também com blocos de argamassa reaproveitados, envolvendo pelo menos um buraco de poste. Conspecto material que confirma o regresso de uma paisagem muito marcada pelo recurso a estruturas bastante precárias e pelos ritmos agrícolas. A mesma leitura sai reforçada pela abertura de um silo no topo da colmatção das camadas de amortização da casa medieval (**Fig.1:D.6**), que só seria abandonado num momento tardio do século XVI, a julgar pela grande quantidade de faianças pintadas exclusivamente a azul, recuperadas no seu interior⁴⁸.

Só mais tardiamente, nos finais da Idade Moderna⁴⁹, os dois lotes identificados na escavação viriam a ser fundidos numa mesma unidade funcional, transformando-se no espaço exterior do denominado Prédio Alvarenga. Ontem, como hoje, os âmbitos urbanos encontravam-se em constante mutação e o registo das suas marcas materiais, a par da sua leitura interpretativa, serão os principais contributos que a Arqueologia pode oferecer, no momento de alicerçar e apresentar discurso histórico. Permitindo matizar e problematizar os “instantâneos” de paisagem que são colhidos na documentação escrita e que correspondem, em geral, a um período muito avançado da Idade Média pelo que não podem ser associados, retrospectivamente, a realidades sociais totalmente diferentes.

⁴⁷ Como no caso do sedimento [327]. Estas produções, de presumida origem sevillhana e designadas como *Isabela polychrome* pelos autores anglófonos, circularam com maior intensidade entre o final do século XV e os inícios de Quinhentos, como nos demonstra a sua ocorrência nas colónias europeias do Novo Mundo. DEAGAN, Kathleen – *Artifacts of the Spanish colonies of Florida and The Caribbean, 1500-1800*. Vol. I: *Ceramics, glassware and beads*. Washington, D.C/Londres: Smithsonian Institution Press, 1987.

⁴⁸ Registado como [326], encontrava-se preenchido pelos sedimentos [354], [346] e [325]. SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno; LIBERATO, Marco – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos de escavação. Prédio Alvarenga...*, p. 47.

⁴⁹ É sedutor associar este hiato temporal, em que o espaço esteve desprovido de habitação, com o processo praticamente generalizado de abandono das áreas amuralhadas, quando a valência militar das mesmas deixou de compensar os obstáculos que colocavam à gestão do quotidiano. Vejam-se os casos, com conhecida de comprovação documental, de Abrantes, Tomar ou da própria Torres Novas, para nos quedarmos com exemplos da mesma área geográfica. CONDE, Manuel Sílvio – *Uma Paisagem Humanizada...* pp. 355-356.



Fig. 4 – A) Muro [331]. B) Vala [669]. C) Muro [332]/[397].
D) Pormenor de reaproveitamento de estela funerária no muro [238].

Considerações finais.

A variabilidade das matérias-primas utilizadas na construção ao longo da diacronia medieval, autoriza algumas considerações em torno da evolução socioeconómica da vila de Torres Novas, bem como da sua paisagem urbana.

O recurso a estruturas negativas para definir espaços domésticos, em intuída associação com um intensivo recurso a materiais perecíveis, parece revelar uma escassa antropização do processo de obtenção de materiais de construção ilustrando, por sua vez, uma escassa especialização produtiva da sociedade local. A utilização de adobes, de fornos estruturados com argila e de alguidares modelados manualmente, toda uma componente artefactual pouco exigente do ponto de vista tecnológico, mas de fácil degradação, concorrem igualmente para essa leitura. Estaríamos perante uma comunidade ainda em processo de organização, num estágio que poderíamos definir como proto-urbano e que atribuiria uma marcada fácies “ruralizante” ao conspecto paisagístico do povoado.

Ao longo dos séculos XIII-XIV deteta-se, de facto, quer uma notável diversificação económica, quer uma relativa estabilização funcional reveladas, respectiva-

mente, pela diversidade morfológica e tecnológica das cerâmicas consumidas e pelo surgimento de uma malha urbana que já recorria, de forma consistente, a material pétreo na sua edificação. Não obstante, continuaria a verificar-se uma gestão tendencialmente oportunista do seu aprovisionamento, demonstrada pela diversidade de materiais de construção utilizados, mas especialmente pela preferência por aqueles que necessitavam de pouca manipulação e/ou afeiçoamento para serem aplicados. A continuidade do recurso a pequenos fornos culinários construídos em argila, sublinha também essa tendência.

Verificava-se ainda uma grande dispersão do edificado, como se deduz pela importante parcela da área intervencionada que, até ao século XIV, foi reservada para ensilar produtos alimentares. E, de forma mais exuberante, pelas dimensões do areeiro identificado, que demonstram que não existiam pré-existências que impedissem, primeiro a prospeção e identificação do recurso pretendido e, depois, a sua extração em grandes volumes. Constata-se assim, que muito embora corresponda ao centro genésico da povoação, a área que viria a ser circundada pela cerca fernandina de Torres Novas não se encontrava, à época, saturada de construções.

Leitura que, retrospectivamente, permite duvidar de um modelo de crescimento tendencialmente radiocêntrico, em que as periferias se iam urbanizando, quando o espaço escasseava nos espaços ocupados desde os momentos fundacionais. Em alternativa, é bastante mais plausível que cada uma das igrejas mencionadas nos inícios do século XIII, tenha funcionado, logo desde a sua edificação, como elemento identitário de núcleos de povoadores claramente diferenciados, quer em termos espaciais, quer em termos funcionais.

Se a área do castelo definiria um circuito de poder, a posição topográfica da paróquia de S. Pedro, bordejando as lezírias do rio Almonda, estaria especialmente vocacionada para a produção alimentar. Já na paróquia de S. Maria, como observamos, a ensilagem e a extração de materiais tinham um papel preponderante ainda no século XIV.

A paisagem urbana seria assim marcada por uma grande diversidade assumindo, muito provavelmente, uma organização polinucleada e descontínua com diferentes densidades construtivas e usos do solo. Os ritmos de expansão do edificado em cada dessas “secções” da vila teria decorrido dessas mesmas especificidades não sendo obrigatório, nem sequer verosímil, que os seus ciclos ocorressem de forma sincrónica em todos eles. Muito acentuada seria também a assimetria entre as construções de prestígio e a construção corrente que, como observamos, decorria ainda num quadro de manipulação rudimentar das matérias-primas.

Só no registo correspondente ao século XV se verifica uma evidente densificação do edificado, que certamente materializa um momento de forte dinâmica demográfica. Concomitantemente, observa-se que a obtenção de materiais de construção se

desenvolvia num patamar de extração massiva de elementos pétreos, com destaque para o calcário, denunciando cadeias operatórias plenamente desenvolvidas. O que se compagina com uma crescente especialização da produção, que perpassava toda a sociedade e as suas atividades económicas: observe-se o aumento exponencial de cerâmica vidrada ou esmaltada, comprovando a assertividade desta leitura também no que à olaria diz respeito. A diversidade de origens geográficas dos produtos que chegavam a Torres Novas não deixa dúvidas de que os seus habitantes se encontravam na antecâmara da Modernidade: as redes de distribuição do comércio inter-regional já integravam as mais “discretas” vilas do interior.

Esse crescendo de capacitação para antropizar o meio físico, seja pelos volumes de matérias-primas exigidos, seja pela expansão da malha urbana, que se foi sobrepondo a algumas áreas de extração, parece ter levado ao esgotamento dos tradicionais pontos de aprovisionamento. A ponto de determinar a substituição do material mais utilizado, dinamizando a divulgação do tufo calcário, menos resistente, mas mais dúctil, e que permitia a rápida obtenção de “silhares” tendencialmente quadrangulares.

Essa dinâmica socioeconómica resultou na materialização da “cidade dos documentos”, que vai sendo recuperada nas fontes escritas, em geral só disponíveis em quantidade suficiente para a Baixa Idade Média. No entanto, a julgar pelos dados obtidos nesta intervenção, as mesmas ilustram um momento muito avançado do desenvolvimento das vilas de fundação medieval que contrasta, em absoluto, com o seu conspecto em cronologias mais recuadas.

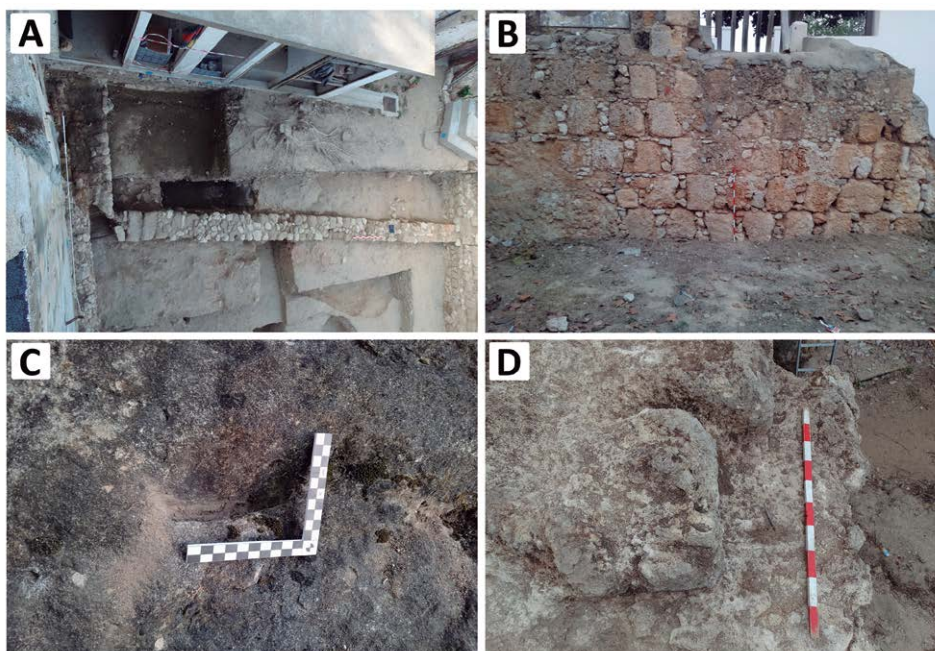


Fig. 5 – **A**) Muro [237]. **B**) Típico aparelho em tufo calcário (Fig.1:A.6). **C**) Marcas de extração de calcário (Fig.1:A.7). **D**) “Canto” em tufo calcário, modelado mas não extraído, sobre a entrada das “grutas de Lapas”.

PARTE III
O financiamento das obras

Financing and administering the construction of English cathedrals: *a case study of Exeter and Norwich, c. 1300-1350*

*Marie Jäcker*¹

Abstract

The construction of medieval cathedrals required an enormous amount of resources, in particular financial means to afford the expensive materials and to pay the labourers. In addition, cathedrals constituted long-term building projects which meant that financial efforts were necessary over several years, decades or even centuries. In contrast to cathedrals on the European mainland, their English counterparts exhibit two distinctively different forms of organisation: monastic and secular cathedrals. The latter resembles the continental model with a chapter consisting of canons, dignitaries and a dean. The other model centred around a monastic community with monks and a prior as their leader. Due to their monastic or secular peculiarities, the two models show several structural differences. Drawing on the hypothesis that these distinct organisational forms also resulted in deviations regarding their financing, this paper will analyse and compare the building programmes and financing of Exeter (secular) and Norwich (monastic) cathedrals based on their fabric accounts.

Keywords

Medieval English cathedral construction; Monastic and secular institutions; Accounting; Economic history; Administrative history.

¹ Kiel University (Germany), Cluster of Excellence ROOTS – Social, Environmental, and Cultural Connectivity in Past Societies. My research is funded by the *Deutsche Forschungsgemeinschaft* (DFG, German Research Foundation) under Germany's Excellence Strategy – EXC 2150 – 390870439.

Le financement de la construction des cathédrales anglaises: une étude de cas d'Exeter et de Norwich.

Resumé

La construction des cathédrales médiévales nécessitait d'énormes ressources, en particulier des moyens financiers pour acheter les matériaux coûteux et payer les ouvriers. En outre, les cathédrales constituaient des projets de construction à long terme, ce qui signifiait que des efforts financiers étaient nécessaires sur plusieurs années, décennies, voire siècles. Contrairement aux cathédrales du continent européen, leurs homologues anglaises présentent deux formes d'organisation nettement différentes: les cathédrales monastiques et les cathédrales séculaires. Cette dernière ressemble au modèle continental avec un chapitre composé de chanoines, de dignitaires et d'un doyen. L'autre modèle s'articule autour d'une communauté monastique avec des moines et un prieur à leur tête. En raison de leurs particularités monastiques ou séculaires, les deux modèles présentent plusieurs différences structurelles. Partant de l'hypothèse que ces formes d'organisation distinctes ont également entraîné des différences en matière de financement, cet article analysera et comparera les programmes de construction et le financement des cathédrales d'Exeter (séculière) et de Norwich (monastique) en se basant sur les comptes de fabrique.

Mots clés

Construction de cathédrales en Angleterre au Moyen Âge; Institutions monastiques et séculaires; Comptabilité; Histoire économique; Histoire administrative.

1. Introduction.

Medieval cathedrals can be considered a special case of the contemporary building industry due to a multitude of reasons. First of all, cathedrals represent large-scale building sites and were one of the most ambitious building efforts of their time. Second and as a direct result, they necessitated the establishment and successful continuation of amongst other financial and administrative preconditions². This general statement

² BINDING, Günther – *Als die Kathedralen in den Himmel wuchsen. Bauen im Mittelalter*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2006, p. 10.

applies to the construction of cathedrals within Europe. The investigation of medieval cathedral construction has a long tradition concerning France and the Holy Roman Empire. In the Holy Roman Empire, the administration and financing was often transferred from the hands of the Church to the aspiring and confident *Bürgerschaft* of the *Reichsstädte*³. The administration and early construction of the French cathedrals were a strong role model for the whole of Europe and their deans and chapters influential institutions⁴. After the Norman conquest in 1066, a reorganisation of the English Church was initiated. Alongside the continental model, in England called the secular cathedrals, existed the so-called cathedral priories, named monastic cathedrals, which were peculiar to Britain⁵. The aftermath of the Conquest also saw the advance of technical developments and stylistic innovations surrounding the construction of cathedrals and churches⁶. Whether this involved a partial or complete rebuilding was dependent on the individual building and the specific circumstances, if for example parts of the old building had been destroyed by fire, collapse or through riots; overall the impulse to modernise dominated. Monastic and secular cathedrals alike were affected by the construction or rebuilding of their ‘houses of worship’ – a task which meant a significant financial effort for the institutions.

Two of these institutions function as the protagonists of this paper: Norwich cathedral priory and Exeter cathedral. They are suitable for a comparison because of their rich records: “These [the obedientiary accounts] are the pride of Norwich cathedral. Comparing the Norwich rolls with those of similar institutions, it seems to us that we may claim for them more than ordinary importance”⁷. “Of exceptional wealth [...] is the capitular archive [of Exeter cathedral], and more especially that of the fabric – not only in terms of its comprehensiveness but also in view of the early date at which the cycle of accounts begins”⁸. In the following, I want to discuss how the monetary means for the building programmes were gathered and at the same which form of administration was involved in the organisation. By comparing two different

³ Regarding research on the German-speaking cathedrals, the reader can refer to the general works by: SCHÖLLER, Wolfgang – *Die rechtliche Organisation des Kirchenbaus im Mittelalter vornehmlich des Kathedralbaus*. Köln/ Wien: Böhlau, 1989. Furthermore: BINDING, Günther – *Der Baubetrieb im Mittelalter*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1993.

⁴ The literature on the topic is abundant, of particular importance for their administration and financing are: CHAPELOT, Odette (eds.) – *Du projet au chantier. Maîtres d’ouvrage et maîtres d’œuvre aux XIV^e-XVI^e siècles (colloque scientifique organisé les 1er, 2 et 3 octobre 1998 à Vincennes avec le concours de École des Hautes Études en Sciences Sociales)*. Paris: Editions des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2001. Also: GIMPEL, Jean – *Les bâtisseurs de cathédrales*. Paris: Éd. du Seuil, 1958. Regarding the economic aspects: KRAUS, Henry – *Gold was the Mortar. The Economics of Cathedral Building*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.

⁵ MORRIS, Richard – *Cathedrals and Abbeys of England and Wales*. London: Dent, 1979, p. 19.

⁶ MORRIS, Richard – *Cathedrals and Abbeys...*, p. 28.

⁷ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary & Manor Rolls of Norwich Cathedral Priory*. Norwich: Jarrold and Sons, Limited, 1930, p. 18.

⁸ VROOM, Wilhelmus Hermanus – *Financing Cathedral Building in the Middle Ages*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, p. 422.

models of cathedrals based on case studies, I will argue that these specific forms also resulted in distinct characteristics regarding the administration and financing of their construction campaigns while simultaneously showing some similarities. In order to do so, I will draw on the accounts of the officials who were responsible for the buildings at the respective cathedrals as well as on additional sources on the matter. However, as a foundation, the peculiarities of English monastic and secular cathedrals need to be briefly introduced.

2. The organisation of secular and monastic cathedrals in England.

Compared to the continent, medieval England consisted of only 17 dioceses and accordingly only a limited number of cathedral churches⁹. Despite the fact that all of the cathedrals as the mother churches of relatively large dioceses had a prominent position, their revenues differed greatly. At the end of the 13th century, Exeter and Norwich were both in the group of the less affluent dioceses with Exeter being one of the poorest¹⁰. The secular cathedrals were led by a community of canons of which four, the dean, treasurer, precentor and chancellor – the dignitaries – had an elevated position. Regarding internal matters the dean was their head, whereas formally they were under episcopal authority. All of the canons which varied in number at the different cathedrals were endowed with prebends, i.e. their separate income, and, although initially it was the ideal that they reside in the close, many of them held royal offices which required them to travel and work elsewhere. This necessitated the creation of further offices and deputies of the canons whose holders were drawn “from all ranks of the cathedral clergy”, mainly from the lesser clergy, i.e. the vicars chorals and chantry chaplains or even lay servants¹¹. To shed light on the question of why these communities were denominated as ‘secular’, I want to quote a medieval canon: “not that we should live a secular life, but because as seculars, we can have possessions and dispose of them”¹².

At their monastic counterpart, a community of monks with a prior as their head was subject to the oversight of a bishop who was concurrently the titular abbot of the monastery¹³. Following the rule of St Benedict, specific duties were assigned

⁹ *Lexikon des Mittelalters*. Dir. Robert-Henri Bautier. München: Artemis-Verlag, 1991.

¹⁰ This information is taken from ‘Map of comparative wealth of the dioceses of England and Wales in 1291’ found in ALEXANDER, J.J.G.; BINSKI, Paul – *Age of Chivalry. Art in Plantagenet England, 1200-1400 (exhibition catalogue)*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1987, fig. 127.

¹¹ EDWARDS, Kathleen – *The English Secular Cathedrals in the Middle Ages. A constitutional study with special reference to the fourteenth century*. 2nd ed. Manchester: Manchester University Press, 1967, p. 135.

¹² Original quote “ut non seculari vita vivamus, sed quia ut seculares propria habere et de ipsis disponere possumus”. In MULLER, Samuel – *Het rechtsboek van den Dom van Utrecht*. s’ Gravenhage: Nijhoff, 1895, p. 153.

¹³ GREATREX, Joan – *The English Benedictine Cathedral Priories. Rule and Practice, c. 1270 - c. 1420*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 5.

to some of the monks who were thus responsible for its administration and the running of the convent¹⁴. They were called obedientiaries, presumably a reference to the fact that despite being engaging in worldly affairs they had to uphold their monastic obedience. The number and the tasks of these obedientiaries differed from priory to priory, although some general responsibilities can be detected such as the sacrist being involved in the maintenance and sometimes also (re)construction of the cathedral church¹⁵. The other monks were the so-called *claustrales* who devoted their daily business to prayer¹⁶. The Rule of St Benedict formed the stable cornerstone of monastic life with the ideal of its complete implementation as the ultimate objective¹⁷. The practical realisation, however, was often further detached from the theoretical rule.

3. The financial administration of Norwich and Exeter.

Financing the construction or reconstruction of the cathedral building inevitably required a system of administration. The same cannot be understood without considering the overall economic management of the institutions. When looking at the secular cathedrals, the divergence in administrative structures requires a limitation to the cathedral of Exeter exclusively. This has to be highlighted because in general, the financial systems of the medieval secular cathedrals were complicated, elaborate and characterised by local differences¹⁸. The same holds true for the cathedral priories where the peculiarities of Norwich cathedral priory will be outlined, although there is an overall tendency towards more uniformity within the monastic spheres, albeit being just as elaborate¹⁹. Furthermore especially the organisation and administration of building programmes was overseen by different obedientiaries at monastic cathedrals and no individual office like the *custos operis*²⁰, who was a central figure for the management of construction campaigns at secular cathedrals including Exeter²¹, can be detected. The most common office to be involved in the oversight of construction or repair campaigns for the cathedral building at the different priories was the sacrist, like at Durham, Ely, Canterbury, Coventry, Rochester and Bath. Winchester and Worcester curiously installed the office of a *custos* as at secular cathedrals. Norwich

¹⁴ DEWEZ, Harmony – “The Writing of Obedientary Account Rolls at Norwich Cathedral Priory (1256-1344)”. In STUTZMANN *et alii* (ed.) – *Ruling the script in the Middle Ages. Formal aspects of written communication (books, charters, and inscriptions)*. Turnhout: Brepols, 2016, pp. 197-222, here: p. 198.

¹⁵ DEWEZ, Harmony – *The Writing of Obedientary Account Rolls...*, p. 198.

¹⁶ DEWEZ, Harmony – *The Writing of Obedientary Account Rolls...*, p. 199.

¹⁷ GREATREX, Joan – *The English Benedictine Cathedral Priories...*, p. 4.

¹⁸ EDWARDS, Kathleen – *The English Secular Cathedrals...*, p. 228.

¹⁹ SNAPE, Robert Hugh – *English Monastic Finances in the Later Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1926, pp. 23-25.

²⁰ This translates to warden or clerk of the works.

²¹ The other secular cathedrals are Chichester, Salisbury, Wells, York, Coventry, London (St. Pauls), Lincoln, Lichfield, Hereford.

presents a special case and will be discussed in more detail as we find different and changing offices responsible for the cathedral building.

3.1 Economic management at monastic and secular cathedrals.

The one administrative principle that all secular cathedrals followed was the division of common expenses and those related to the building and upkeep of the cathedral fabric²². At Exeter, the common fund was administered by two stewards who were also canons and together they supervised the so-called 'Exchequer'. They were responsible for all the revenues which they divided into equal prebends for the canons. This equality was a speciality only found at Exeter and it hints at the origins of the chapter when it followed the rule of St Chrodegang in which the principle of sharing goods in common was a tradition²³. The chapter consisted of only 24 prebendary canons and was one of the smallest and as already mentioned poorest in England²⁴. The dignitaries had access to their own income²⁵. At a higher level, it was the dean with his chapter who were responsible for all endowments to the fabric and not the bishop who in general was less involved than popular tradition has claimed for a long time²⁶. This, however, does not preclude that at all secular and monastic cathedrals individual bishops could be mayor benefactors to building campaigns concerned with 'their' church. Regarding the general financial administration of secular cathedrals, it can be observed that: "The finances of the secular chapters never became so involved as those of Benedictine monasteries, where in the twelfth century the common revenues might be divided up among ten or twenty obedientiaries, all of whom kept separate account"²⁷.

At Norwich cathedral, twelve of those obedientiaries of among roughly 50 monks can be found²⁸. They were subordinate to the prior and had to administer an income that was linked to a specific branch of the monastic enterprise²⁹. This enterprise consisted of various individual components: "the convent (buildings and monks) with the cathedral church, dependent cells, manors, churches (rendering tithes, pensions, portions, or collections), rents (as houses, stalls, rights in fairs and marts, meadows, turbaries, heaths, marshes, fisheries, woods, mills, dovecotes)"³⁰.

²² EDWARDS, Kathleen – *The English Secular Cathedrals...*, p. 229.

²³ ERSKINE, Audrey – "The Medieval Financial Records of the Cathedral Church of Exeter". *Journal of the Society of Archivists* 64 (1960), pp. 254-266, here: 255.

²⁴ VROOM, Wilhelmus Hermanus – *Financing Cathedral Building...*, p. 421.

²⁵ ERSKINE, Audrey – *The Medieval Financial Records of the Cathedral Church of Exeter...*, p. 257.

²⁶ EDWARDS, Kathleen – *The English Secular Cathedrals...*, p. 229.

²⁷ EDWARDS, Kathleen – *The English Secular Cathedrals...*, p. 228-229.

²⁸ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 5.

²⁹ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 5.

³⁰ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 5.

This thus necessitated an elaborate system for its financial administration of which buildings costs were only one part³¹. It was usual practice at every monastic cathedral that one of the obedientiaries functioned as the chief financial officer, yet the titles and the level of responsibility differed. At Norwich we find the so-called *Magister Celarii*, master of the cellar, who is sometimes also referred to as master of the prior; a title that bears witness to his position as representative of the “private power of the prior [...], but also [of] the corporate influence of the whole monastic body”³². Despite his extraordinary role, he does not function as a middleman between the prior and the other officers and his financial responsibility was restricted to the tasks of his office³³. An interesting aspect of the economic management at Norwich cathedral priory is the summary of the receipts and expenses of all eighteen departments that handled some sort of spending called the *Status Obedientiariorum* compiled for the Prior to keep control of the economic state of his monastery³⁴. Embedded in these structures of the general financial administration, we find the offices that were involved in the construction and upkeep of the cathedral building. Within their accounts, the nature of the sources of income for construction become visible and can thus be analysed.

3.2 Sources of income and financial stability.

By and large, the financial means for the construction of monastic and secular cathedrals were gathered from roughly the same sources of income. However, the percentage to which each revenue contributes to the overall receipts differs from case to case. The general income was derived from manorial properties, rents, pensions as well as benefactions and offerings or other regular sources of income such as bequests or regular/irregular contributions by ecclesiastical or lay persons mainly the bishops, local influential nobility like dukes or earls or sometimes the king³⁵. In addition, the bishops could also levy special taxes for the clergy of the diocese as was the case in Exeter for three consecutive years (1310-13) or papal or general indulgences were issued³⁶.

As previously stated, the receipts and expenses for the cathedral building were separated from the common fund of the chapter. This special fund can be referred to

³¹ The other obedientiaries at Norwich were the cellerar, chamberlain, almoner, hostilar, refectorar, precentor, infirmary and gardener.

³² SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 76.

³³ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 71.

³⁴ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 17. In order to get a complete overview of the whole monastic organization there existed a second principal account which consisted of the profit of the manor (*Proficuum Maneriorum*). At Durham cathedral priory a similar status was also drawn up annually by the prior, see: CAMBRIDGE, Eric – *The masons and building works of Durham priory, 1339-1539*. Durham: Durham E-Theses, 1992, p. 126.

³⁵ GREATREX, Joan – *The English Benedictine Cathedral Priories...*, p. 1623.

³⁶ ERSKINE, Audrey – *The Accounts of the Fabric of Exeter (Pt. 1)...*, p. 62.

as the *fabrica ecclesiae*. The peculiarities of the financing of Exeter cathedral lie in the strong support by the bishop, dean, dignitaries and the other chapter members during its main construction period which proved to be vital for its success. For many years these amounted to £³⁷188 – a sum to which were then added the various more or less regular contributions like bequests and offerings of which the most regular one are £17 of the “fruits of the church of St Erth in Cornwall” alongside more inconsistent ones like indulgences or the already mentioned specific tax levied for the cathedral in the diocese³⁸. During peak times, the fabric fund reached more than £400, a significant amount for the small diocese. Yet the ecclesiastical project could not keep up with royal building campaigns which becomes evident when considering the £1345 paid by the king for the works of the new chapel of St Stephen in the palace of Westminster³⁹. Two consecutive bishops attributed substantial parts of their wills to the cathedral fabric which allowed a continuous process during the first half of the 14th century. The fund for the cathedral remained stable during the main building effort and the only two instances where debts occurred the same were settled in the following year⁴⁰ (Table 1).

Within the monastic context, the building accounts, in which we can find the information on the sources of income, can be characterised as the “appropriation of certain revenues to a specific purpose [in this case the cathedral]”⁴¹. This constitutes a difference to the secular cathedrals where the overall income was separated *ab initio* with the cathedral already considered. At Norwich, where I am now focussing on the income for the cloister because it was the most ambitious building campaign in the first half of the 14th century, the status of income for this part of the cathedral was much more fragile and the appropriation of revenues for the building project proved to be a complex undertaking. As this project is administered by both, the communal and pittance, both of their sources of income need to be considered. These are mainly derived from rents, the church of a place called Catton, a contribution by the other monks carrying the name “Les OOs” probably to provide special support for the cloister⁴². They thus resemble the Exeter payments by the chapter, although their payments were considerably higher and more regular. The income is also enhanced by transfer of the income of other obedientiaries or their excess balance⁴³. This fact

³⁷ The currency of the accounts is the Pound Sterling in which 12 *denarius* or pence equalled 1 *solidus* or schilling of which 20 corresponded to £1.

³⁸ ERSKINE, Audrey – *The Accounts of the Fabric of Exeter (Pt. 1)*..., p. 72; 62.

³⁹ AYERS, Tim; JURKOWSKI, Maureen – *The Fabric Accounts of St Stephen's Chapel Westminster 1292-1396 (pt.1)*. Woodbridge: The Boydell Press, 2020, p. 503. Another project which was heavily supported by the king was the construction of Westminster Abbey for which more than 3000 marks could be generated in the middle of the 13th century, see: COLVIN, Howard Montagu – *The History of the King's Works*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1963, p. 134.

⁴⁰ JÄCKER, Marie – *Die Kirchenbaurechnungen der Kathedrale von Exeter...*, pp. 67-70.

⁴¹ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientary...*, p. 11.

⁴² SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientary...*, pp. 137-139

⁴³ This practice of diverting the net surpluses of certain obedientiaries can also be observed in the



Table 1 – Relation of Receipts and Expenses for Exeter Cathedral.

blurs the nature of the sources of income as transferred amounts cannot always be traced back to their origins within the accounts of the office they were taken from. The sacrist's income is also of relevance as he could also be responsible for construction campaigns within the cathedral building, which will be discussed in the next section. His income heavily relied upon contributions by the faithful up to a third or a half with the rest being taken from his manors, rents of churches similar to the communar and pitancer⁴⁴. During Johannes de Worstead's time in office as both communar and pitancer starting in 1323, he assembled debt because he acquired a lot of material and paid up to 15 workers. This was tolerated until the appointment of the new prior, William de Claxton, in 1326. He personally stepped in to pay off the debt and up until his death in 1344 he ultimately prevented the successful continuation by not assigning the income or balance of other obedientiaries to the communar and pitancer⁴⁵.

accounts of Durham cathedral priory. Future comparison between the two and other monastic houses promises more insights into the matter, see: CAMBRIDGE, Eric – *The masons and building works...*, p. 19.

⁴⁴ GREATREX, Joan – *The English Benedictine Cathedral Priors...*, p. 200.

⁴⁵ FERNIE, E.C.; WHITTINGHAM, A.B. – *The Early Communar and Pitancer Rolls...*, pp. 34-37.

3.3 The administrators of the cathedral fabric.

The administration of the fabric department and its fund followed a fairly consistent model at the English secular cathedrals. At Exeter the *custos operis* was entrusted with the task of managing the fabric fund and he was directly responsible to the dean and chapter, not to the exchequer⁴⁶. He was a vicar choral and had to annually submit his account for audit in order to be discharged of his income and expenses. The first account of the series on the new work at the cathedral presents an interesting and curious case for the study of building administration. In this year the heading of the account lists the master mason alongside the regular warden of the fabric, Robert of Ashburton. He is referred to as *Magistri Rogeri Cementarii Custodum novi operis Ecclesie Beati Petri Exonie*⁴⁷. However, since this remains the only instance where this is the case, it cannot be concluded that the master mason was regularly involved in the financial administration of the construction works, albeit his advice especially on acquiring materials could be of great value. The warden received compensation for his office in the form of a yearly salary of 50 s., in addition to a dwelling and a horse⁴⁸. He was probably assisted by a clerk who wrote all or some of the accounts which becomes evident upon palaeographical analysis as well as through irregular mentions of payments to a scribe⁴⁹. The tasks of the warden exceeded those of a simple accountant and he was greatly involved in the building process; he supervised and paid the wages, punished those who neglected the rules while at the same time being charged with the acquisition of material for which he regularly travelled to fairs⁵⁰. Although he was not a canon himself, his elevated socioeconomic standing is reflected in the membership of one of the wardens, Robert of Ashburton, in a prestigious guild and in a monthly service of commemoration in the cathedral after his death⁵¹. The Exeter wardens were elected annually by the chapter. However in this context, it seems more suitable to speak of a process of confirmation because most of the wardens held the office for several consecutive years often until death or retirement. The fact that at Exeter the time in office of individual wardens could span up to 14 years can simultaneously be regarded as proof for their successful and effective administration which resulted in their support by the bishop and chapter⁵².

⁴⁶ ERSKINE, Audrey – *The Medieval Financial Records...*, p. 265.

⁴⁷ OLIVER, George – *Lives of the Bishops of Exeter and History of the Cathedral*. Exeter: William Roberts, 1861, p. 392.

⁴⁸ ERSKINE, Audrey – *The Accounts of the Fabric of Exeter Cathedral, 1279-1353, Part 2: 1328-1353*. Torquay: Devonshire Press, 1983, p. 232.

⁴⁹ ERSKINE, Audrey – *The Accounts of the Fabric of Exeter Cathedral, 1279-1353, Part 1: 1279-1326*. Torquay: Devonshire Press, 1981, p. xv.

⁵⁰ EDWARDS, Kathleen – *The English Secular Cathedrals...*, p. 232; ERSKINE, Audrey – *The Accounts of the Fabric of Exeter (Pt. 2)...*, p. 220.

⁵¹ This is based on a paper I presented at the 9th *International Conference of the Research Group on Late Medieval Economic History* held in Prague (19.05.-21.05.2022) with the title: "The workforce of Exeter Cathedral in the Late Middle Ages. A Socioeconomic Approach".

⁵² Robert of Ashburton and John of Schyreford stayed in office for 14 and 10 years respectively (1299-

The organisation of the building campaigns of the cathedral church at Norwich priory presents a much more complicated topic and the multitude of offices involved highlights this. Norwich did not have a single obedientiary or office solely in charge of the cathedral building which is in contrast to the majority of monastic cathedrals where either the sacrist was in control of the cathedral fabric or as at Winchester and Worcester a *custos operum* like at the secular cathedrals⁵³. Yet this observation can be considered as limited as the majority of the sources on the monastic cathedrals has not been analysed with a focus on their administrative practices regarding construction campaigns in the later Middle Ages and remains superficial on the matter⁵⁴. Thus, as well as due to the limited availability of existing accounts for the English cathedrals, the consideration of ‘special’ cases such as Norwich is vital in order to form a more comprehensive understanding of the financial administration of the English late medieval cathedrals.

At Norwich the situation is as follows: Depending on which building campaign we look at, we can find the sacrist or the obedientiary(s) called the communar and pitancer in charge of the financing and administration. The office of the sacrist fulfils a dual function. On the one hand, he had to take care of parts of the inventory of the cathedral church like furniture and vestments alongside everything else relating to its liturgical rites and ceremonies⁵⁵. On the other hand, a significant amount of his expenditure was spent on the fabric. This included its lightning, heating, decoration among other things. Furthermore, the resources of the sacrist were used to cover the costs for most of the structural works on the Campanile, a new clock and several repairs⁵⁶. Only experienced monks were entrusted with the post and if they were diligent and successful, some of them held the office for many years and even became prior subsequently like Henry de Lakenham.

As has already been mentioned, the construction of a new cloister was the most ambitious and lengthy of the 14th century campaigns. Its administration was mainly in the hands of the obedientiaries called the communar and pitancer. During the late 13th and throughout the 14th century the communar and pitancer are the obedientiaries most heavily involved in the building works of the precinct which had been severely damaged during the riots of 1272 when parts of the monastery had been destroyed by the attacks of the town’s population⁵⁷. At the beginning of

1326). Their three successors held the position for five to seven years up until the Black Death in the middle of the 14th century.

⁵³ GREATREX, Joan – *The English Benedictine Cathedral Priories...*, p. 198.

⁵⁴ Despite its extensive and elaborate analysis of the sources on the general administration of the monastic cathedrals, Joan GREATREX publication on the topic does not focus on building campaign and the details of accounting.

⁵⁵ GREATREX, Joan – *The English Benedictine Cathedral Priories...*, p. 198.

⁵⁶ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 106.

⁵⁷ On the complicated relationship of the cathedral priory with the town see: TANNER, Norman – “The

the cloister's construction, it was the master of the cellar who was in charge of the materials and the wages for the workmen and only in 1324 we find these costs in the account of the communar and pitancer who are henceforth in charge⁵⁸. The title of the office only hints at their initial function when they must have been in charge of distributing the commons, i.e. the ordinary rations, and the pittances, special gifts on deathbeds, celebrations of special feasts, commemorations and anniversaries⁵⁹. It is almost impossible to distinguish the individual functions of the two offices, a fact which becomes visible in their accounts. Although they have separate headings they appear on the same account roll. In some years the same monk holds the position which once again illustrates how inextricably interwoven the offices were⁶⁰. It is especially the pitancer whose expenses are almost exclusively spent on construction costs whereas the communar has various different tasks⁶¹. When combining the evidence, it seems that the pitancer as one individual official ceased to exist and that his department only survived in the accounts alongside the communar⁶². The respective offices responsible for the cathedral fabric already hint at the differences between the organisational characteristics at the secular cathedral of Exeter and the monastic one at Norwich. It thus seems promising to analyse how these differences were reflected in their accounts.

3.4 Accounting.

The accounts of all cathedrals, monastic and secular alike, are in the forms of *rotuli* which in England were preferred over the codex and used for all kinds of records⁶³. Depending on the number of entries, they consist of several parchment membranes of which occasionally both sides were used that were then sewn together. At both cathedrals, a simple charge and discharge system was used and the receipts for an accounting year and possible arrears and balances from the previous year were listed at the beginning of the account after which all the expenses followed.

This is where the forms of accounting diverge: The Exeter accounts list expenses

Cathedral and the City". In ATHERTON, Ian, *et alii* (ed.) – *Norwich Cathedral. Church, City and Diocese, 1096-1996*. London: The Hambledon Press, 1996, pp. 255-280.

⁵⁸ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 137.

⁵⁹ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 137.

⁶⁰ Norwich, Norfolk Record Office, DCN/12/20.

⁶¹ FERNIE, E.C.; WHITTINGHAM, A.B. – *The Early Communar and Pitancer Rolls of Norwich Cathedral Priory with an Account of the Building of the Cloister*. Norwich: Norfolk Record Society, 1972, pp. 11-14.

⁶² SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 137; FERNIE, E.C.; WHITTINGHAM, A.B. – *The Early Communar and Pitancer Rolls...*, p. 13.

⁶³ For the peculiarities of written records and their development in England, especially rolls confer: CLANCHY, Michael – *From Memory to Written Record. England 1066-1307*. Chistester: Wiley-Blackwell, 2013.

by the week with totals the end of the four terms of the year: Michaelmas, Christmas, Easter and Midsummer. The end section of a quarter usually included the payments for the master mason, the warden himself and bulk purchases of materials as well as the care for the horses⁶⁴. The names of almost all of the craftsmen are listed weekly with their individual pay. Unfortunately, the names of the daily labourers are mainly omitted, yet their wage can be deducted as the bulk sums paid out to them include the number of workers and the addition that they earned the same wage⁶⁵. There are only slight changes to this system when the officeholder changes. The consistency that is already laid out in the creation of the cathedral fabric fund with the affiliated office of the warden, is reflected in the system of accounting for which he was personally held accountable at the annual audit.

After the old cloister had been destroyed in the 1272 riot, the construction of the new cloister and the accounts of the communar and pitancer as its administrators can be investigated to reveal the organisational system in place. Since its erection forms a single campaign starting roughly at the same time as building works were underway in Exeter, we can compare how the projects were accounted for. Before being under the sole management of the communar and pitancer from roughly 1313 onwards, the rebuilding of the cloister had been administered by the master of the cellar, in whose account we find it mentioned⁶⁶. Due to the joint nature of the office of communar and pitancer, the costs for the cloister are now dispersed over the two accounts, but mainly appear in the pitancer's section⁶⁷. The practice of a shared office can be seen on the account of the accounting year 1329-1330 in which Johannes de Worstead holds both offices. The responsibility of the office holder as well as the attempt to separate the cloister campaign from the overall spending of the communar and pitancer in terms of accounting is highlighted when, for instance, the latter, within the same account, receives the excess of the communar's receipt in 1324⁶⁸. Additionally, within the pitancer's section receipts and expenses are often labelled explicitly as "recepta ad opus claustrum" and "expense [...] circa opus claustrum"⁶⁹. In some years, however, this whole process is reversed and the communar receives the pitancer's income⁷⁰. Furthermore, we find contributions to the receipts by other obedientiaries probably in years where they experienced an excess balance or when the need arose⁷¹. The wages of the workers are only listed as bulk sums and only very rarely can individual wages and persons be detected. The only instance where we can find names of

⁶⁴ ERSKINE, Audrey – *The Accounts of the Fabric of Exeter (Pt. 1)*..., p. xv.

⁶⁵ ERSKINE, Audrey – *The Accounts of the Fabric of Exeter (Pt. 1)*..., p. 65.

⁶⁶ FERNIE, E.C.; WHITTINGHAM, A.B. – *The Early Communar and Pitancer Rolls*..., pp. 31-34.

⁶⁷ Norwich, Norfolk Record Office, DCN/12/14.

⁶⁸ Norwich, Norfolk Record Office, DCN/12/15.

⁶⁹ Norwich, Norfolk Record Office, DCN/12/16;15.

⁷⁰ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary*..., p. 138.

⁷¹ For example, the communar's excess in: Norwich, Norfolk Record Office, DCN/12/15.

craftsmen is in connection to higher expenses when the priory also paid for their robes⁷². Whereas the system of accounting at Exeter exemplifies a unity within itself relatively independent from the other departments of the chapter, the accounts of Norwich present themselves as much more embedded into the obedientiary system. “[The] unity of financial accountancy [...] [only appears as] logically developed and intertwined [when considering the whole spectrum of monastic offices]”⁷³.

Regarding the different functions of the accounts some observations can be made. It seems that the building accounts of especially monastic cathedrals primarily served to discharge the office holder and to exonerate him. This practicality is reflected in the accounts and their degree of detail as it did not seem necessary to enter the names of individual workers who worked for an average wage, but only those craftsmen that received a higher or a piece wage were listed with their names in order to justify the spending. Furthermore, the need to protect the officeholding monk from the sin of *proprietas* was omnipresent and is also reflected on a semantic level, meaning in the specific wording used in the accounts. When comparing the accounts of Exeter (secular) and Norwich (monastic) cathedrals, the close connection between the *custos operis* and any deficits or excess of his office becomes apparent. It says “et debet” [and he owes], his indebtedness referring to the fabric fund⁷⁴ (**Fig. 1**).

The rolls of the communar and pitancer at Norwich do not exhibit this semantic pattern. They simply state the difference between the receipts and expenses “et sic excedunt expense receptas”⁷⁵ (**Fig. 2**). In my opinion, this phrasing by using the impersonal form is used to semantically enhance the distance between the officeholder and any possible debt of his office and does not address him directly. The monastic accounts seem to follow a different layout to their secular counterparts in this regard. This impression can be supported when looking at the accounts of the monastic cathedral of Ely where we can also find the same phrasing⁷⁶, whereas the account of the secular cathedral of Hereford for the year 1383-1384⁷⁷ makes use of the ‘et debet’-form employed at Exeter. Nonetheless, when cases of mismanagement became striking, the office-holding monk was held responsible and deposed from his office. When at the end of his office Johannes de Worstead was accused of

⁷² This can be seen for the payments that were made to the renown masons of the Ramsey family; a mason dynasty that was active during the 14th and 15th century. Furthermore, masons from the production centre of Corfe on the isle of Purbeck are also listed with their place denomination. HARVEY, John – *English Medieval Architects. A Biographical Dictionary down to 1550*. Gloucester: Alan Sutton Publishing, 1984, pp. 239-244.

⁷³ SAUNDERS, Herbert Washington – *An Introduction to the Obedientiary...*, p. 9.

⁷⁴ Exeter, Dean and Chapter Archives, D&C Exeter 2614.

⁷⁵ Norwich, Norfolk Record Office, DCN 1/12/19.

⁷⁶ CHAPMAN, F.R. – *Sacrist Rolls of Ely*. Cambridge: Cambridge University Press, 1907, p. 12.

⁷⁷ Hereford, Dean and Chapter Archives, HCA R621. Interestingly, the accounts of secular York Minster show both forms of phrasing. This circumstance requires further investigation to shed light on the conditions of the development and format of the accounts.

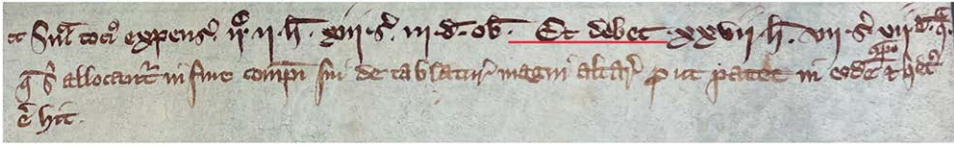


Fig. 1 – ‘Fabric Account of Exeter Cathedral for 1318-1319’, Muniments of the Dean and Chapter of Exeter Cathedral, 2614. © Marie Jäcker.

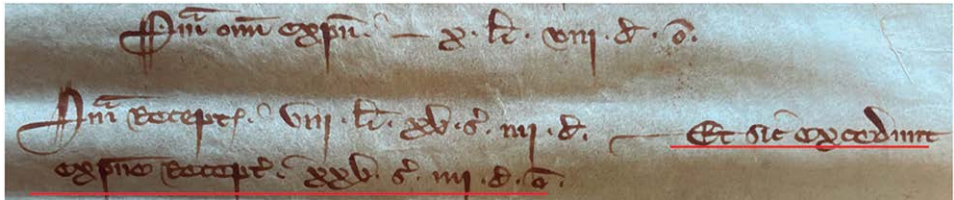


Fig. 2 – ‘Obedientiary Account of the Communar and Pitancer of Norwich Cathedral Priory of 1335-1337’, Norfolk Record Office, DCN 1/12/19. © Marie Jäcker.

overspending and mismanagement, he wrote an apologia – a survey in which he accounted for his spending on the cloister from 1313-1330⁷⁸. The very confusing document fulfilled its purpose of regaining the trust of the convent and justifying some of his overspending through numerous, often false calculations⁷⁹. Nonetheless, the extraordinary document reveals the accountability of individual monks that could otherwise be hidden in the semantic structures of the usual accounts.

Conclusion.

Some of the differences in financing and managing construction campaigns at Exeter and Norwich cathedral can be explained by the sheer scale of building works in Exeter where we are dealing with the main rebuilding programme. However, and especially when focussing on individual projects like the erection of the cloister at Norwich and the intensified building in Exeter at the beginning of the 14th century, a comparison can shed light on the specialities of a monastic and a secular cathedral. The financing of the cloister fluctuated a lot more than at Exeter cathedral. The amount of income

⁷⁸ FERNIE, E.C.; WHITTINGHAM, A.B. – *The Early Communar and Pitancer Rolls...*, p. 20.

⁷⁹ FERNIE, E.C.; WHITTINGHAM, A.B. – *The Early Communar and Pitancer Rolls...*, p. 25.

is not useful for a comparison as the building operations differ in scale. However, the duration of the cloister's construction stretching into the 15th century and the fact that major boosts in the campaign were only possible via voluntary payments by private persons like £100 in 1381 highlight the fluctuation of financial means. Furthermore, the juxtaposition of Exeter and Norwich in the first half of the 14th century, points at the importance of the other leading offices, especially the dean and prior, in either supporting or hindering building projects.

The administrative and financial organisation of construction campaigns at Norwich presents itself as much more prone to sudden changes of circumstances like a lack of resources or the shift of responsibilities. Whether this flexibility – be it in terms of the offices responsible for a specific task, its accounting system or the lack of sources used to finance building activities – can be interpreted as a sign of structural weakness and economic instability of the monastic cathedral remains open for debate. It certainly seems to be true when comparing it to the building process at Exeter and it becomes evident that the arrangements at this specific secular cathedral proved to be very successful for ensuring a continuous progress which was based on a consistent and stable system of offices responsible, accounting methods and sources available. Regarding the accounting methods, it can be stated that specific arrangements and semantic structures can be associated with the different forms of cathedral organisation. All things considered, it can be concluded that this case study points at the potential of a profound comparison of the financial and administrative systems employed in the organisation of secular and monastic cathedrals. The regional peculiarities of Exeter and Norwich, however, show that this comparison requires utmost scrutiny and attention to detail and that the case of the financial administration of English cathedrals needs further study.

Financiar la catedral de Murcia: *las disidencias por la gestión de las fábricas entre Orihuela y la Diócesis de Cartagena (ss. XIV-XV)*

*María José Cañizares Gómez*¹

Resumen

Tras el traslado de la sede catedralicia a la ciudad de Murcia en 1291 se planteó, a finales del siglo XIV, por parte del obispado de Cartagena la construcción de una gran catedral en la ciudad que se convirtiese en un símbolo de la cristiandad del episcopado. Para ello, necesitaban controlar una gran cantidad de recursos económicos, por lo que se desarrollaron diferentes medidas legislativas para intentar acaparar el máximo número de recursos y para ello debía el obispo hacerse con el control del tercio del diezmo que iba a parar a las fábricas de las iglesias de toda la diócesis. Entre los territorios disidentes ante esta medida destacamos la ciudad de Orihuela, la cual pertenecía políticamente a la Corona de Aragón, pero religiosamente a la Diócesis de Cartagena, es decir, a un obispado castellano. Bajo ningún concepto este espacio quería financiar edificios que se construyeran en territorio extranjero y menos perder jurisdicción económica sobre la parte del diezmo que por ley se quedaba en su territorio. Por ello, se emprendió una dura y larga lucha entre Orihuela y el obispo donde ambos mostraron firmes en sus pretensiones lo que generó infinidad de conflictos a lo largo de la Baja Edad Media.

Palabras clave

Catedral; Diezmo; Murcia; Orihuela; Corona de Aragón.

¹ Universidad de Alicante-Universidad Complutense de Madrid.

Correo electrónico: mj.canizares@ua.es. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5904-3249>. Este artículo ha sido posible gracias a un contrato postdoctoral Margarita Salas en la Universidad de Alicante con estancia en la Universidad Complutense de Madrid (MARSALAS22-05) y forma parte del proyecto de investigación «Pacto, negociación y conflicto en la cultura política castellana (1230-1516)», ref. PID2020-113794GB-I00, financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación de España.

Financing the Cathedral of Murcia: disagreements caused by the management of factories in the Diocese of Castagena (14th to 15th centuries).

Abstract

After the cathedral seat was moved to Murcia in 1291, the construction of a great cathedral in the city was suggested by the bishopric of Cartagena at the end of the 14th century as a symbol of Christendom in the area. Hence the need to control a great amount of money and economical resources. Different laws were developed in order to obtain the maximum number of resources and to that end, the bishop had the necessity of controlling a third part of the tithes destined to the factories in the area controlled by the episcopate. This measure displeased a number of territories, Orihuela among them. Orihuela belonged to the Crown of Aragon at the time, but it was dependent to the Diocese of Cartagena in religion matters. In other words, its faith was bound to the rule of a Castilian bishopric. This territory did not want to finance buildings abroad under no circumstances, even less with the prospect of losing economic power over the tithes that corresponded to them by law. This situation triggered a long-lasting and aggressive fight between Orihuela and the bishop – a dispute where both parties stood their grounds fiercely, causing several conflicts during the Late Middle Ages.

Keywords

Cathedral; Tithes; Murcia; Orihuela; Crown of Aragon.

Introducción.

El 10 de marzo de 1281 el rey Alfonso X otorgó a la villa de Orihuela la gestión del tercio del diezmo correspondiente a las fábricas de las iglesias, cuya administración pasaba desde ese momento a ser municipal. Desde el siglo XIII a los monarcas castellanos se les había concedido, por parte del papa, que el tercio del diezmo perteneciente a las fábricas fuese utilizado como subsidio de cruzada, por lo que la gestión de ese dinero pasó a manos del rey. Es por ello que el control de esa parte del impuesto bajo el poder regio no solo provocó su uso para hazañas como la guerra santa, sino que también se concedió bajo privilegio a algunos territorios la gestión de ese dinero

como si de fiscalidad municipal se tratase². La concesión de este privilegio fue algo muy importante, ya que marcaría muchos de los grandes conflictos que surgen durante los siglos XIV y XV entre el obispado de Cartagena y el *consell* de Orihuela³. Uno de esos problemas fue la cuestión de la financiación de la construcción de la catedral de Murcia. Pero, ¿por qué construir una catedral en Murcia en la Diócesis de Cartagena? Hay que remontarnos a 1291, cuando Sancho IV de Castilla, sin permiso del papa, decidió trasladar la sede catedralicia de Cartagena a Murcia y desde ese momento hasta nuestros días esta ciudad ha sido la capital de la diócesis⁴. A finales del siglo XIV, más concretamente en 1388, se inician los trabajos para realizar una gran catedral que se consagraría en 1467. Este templo se elevó sobre la antigua iglesia mayor de la ciudad que hasta el siglo XIII había sido mezquita mayor, pero que desde la conquista en 1266 se había reconvertido en templo cristiano⁵. La financiación de ese edificio fue el origen de las desavenencias por la administración de las fábricas de las iglesias entre el *consell* de Orihuela y el obispado de Cartagena, convirtiéndose en uno de los conflictos más importantes que mantuvieron los diferentes obispos murcianos con la ciudad a lo largo de la Baja Edad Media.

En esta investigación vamos a realizar un pequeño análisis de cómo fueron las disidencias entre el obispado de Cartagena y Orihuela respecto a la financiación de la construcción de la nueva catedral de Murcia. Para ello estudiaremos, en primer lugar, la repercusión que el privilegio de las fábricas otorgado en 1281 por Alfonso X trajo a las relaciones entre el obispado de Cartagena y la villa de Orihuela. A continuación, los efectos a largo plazo que el pleito de las fábricas oriolanas generó y las diferentes iniciativas de solución que se abordaron a lo largo de la Baja Edad Media. Y, por último, los problemas derivados por los intentos del obispado para hacerse con el tercio del diezmo perteneciente a las iglesias de Orihuela, teniendo presente el contexto de la construcción de la catedral de Murcia⁶.

² ALDEA VAQUERO, Quintín – “La economía de las iglesias locales en la Edad Media y Moderna”. *Hispania Sacra* 26, 51 (1973), p. 43; ORTEGO RICO, Pablo – “Las riquezas de la Iglesia al servicio del poder monárquico: los empréstitos eclesiásticos en la Castilla del siglo XV”. *En la España Medieval* 35 (2012), pp. 146-147; y VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “La tributación de los eclesiásticos castellanos en el siglo XV entre el rey y el papa”. In MORELLÓ I BAGET, Jordi (ed.) – *Financiar el reino terrenal: la contribución de la iglesia a finales de la Edad Media (siglos XIII-XVI)*. Barcelona: Institución Milà i Fontanals, Departamento de Ciencias Históricas-Estudios Medievales, 2013, pp. 319 y 341.

³ BERMÚDEZ AZNAR, Agustín – “Génesis y progresivo afianzamiento de las instituciones murcianas durante los siglos XIV y XV”. In *Historia de la región murciana*, 4, Murcia: Mediterráneo. 1980, p. 204.

⁴ GARCÍA DÍAZ, Isabel – “Bonamic y el traslado de la diócesis de Cartagena en el siglo XIII”. *Carthaginensia: Revista de estudios e investigación* 31 (2015), pp. 89-110.

⁵ SÁNCHEZ PRAVIA, José Antonio – “De mezquita aljama a iglesia de Santa María la mayor. Transformaciones arquitectónicas en el ámbito de la catedral de Murcia”. *Tudmir* 3 (2013), p. 85.

⁶ Para el análisis de este caso de estudio utilizaremos principales las fuentes municipales del Archivo Municipal de Orihuela (AMO) y algunos documentos procedentes de la cancillería del Archivo de la Corona de Aragón (ACA).

1. Alfonso X, la administración de las fábricas de Orihuela y sus consecuencias.

Durante el siglo XIII se realizó un gran impulso de la conquista cristiana sobre las tierras del *Sharq al-Ándalus*, aprovechando la debilidad que tenían por aquellos años los territorios musulmanes. El caso de la taifa de Murcia se planteó a partir de un pacto, el tratado de Alcaraz, en 1243 entre el infante Alfonso, futuro Alfonso X, y Muhammad Ibn Hud. A partir de este pacto el espacio murciano pasó a formar parte de un protectorado de la Corona de Castilla. Este compromiso fue muy beneficioso para los castellanos, pero algunos territorios como Elche, Alicante y Orihuela no se sumaron al tratado, por lo que debieron ser sometidos y conquistados por el poder militar de Castilla. Por tanto, la zona sudeste de la Península Ibérica quedó constituida dentro de las fronteras castellanas durante el reinado de Fernando III, pero de la mano de su hijo Alfonso, y pasaría a llamarse el Reino de Murcia⁷.

Una vez que Alfonso X se convirtió en rey otorgó diferentes privilegios a la ciudad oriolana entre ellos, en 1281, la gestión del tercio del diezmo perteneciente a las fábricas de las iglesias⁸. La medida surge tras una petición directa de Orihuela en referencia a que debido al mal estado de los edificios religiosos se solicitaba la concesión de esa parte del diezmo, que pertenecía al rey, para que fuese utilizada por la ciudad en la rehabilitación de los templos. El monarca accedió con la condición de que ese dinero fuese gestionado por dos fabriqueros y que en caso de que no se gestionase bien este privilegio se revocaría y volvería a ser gestionado por el rey.

“El concejo de Orihuela me embiaron decir que las sus eglesias son derribadas e que las que non pueden fazer por la gran mengua que han. E pidieron merced que yo que les mandasse dar la my parte del terzio de las yglesias de Orihuela por a fazerlas. E yo touelo por bien. Onde vos mando que fagades dar a toda la my parte del terzio de las Esglesias de Orihuela a dos homes buenos de cada collación e ellos que lo metan en la labor de las eglesyas. E non fagades ende al sy non a vos e alo que oviessedes me tornaria por ello”⁹.

Esta medida que en un principio no trajo mucha repercusión, supondría todo un conflicto eclesiástico una vez que tras el tratado de Torrellas-Elche de 1304-1305, Orihuela pasase a formar parte de la Corona de Aragón, pero eclesiásticamente

⁷ CAÑIZARES GÓMEZ, María José – “La villa medieval de Elche: de la conquista cristiana a las disidencias y conflictos con Orihuela por el pleito episcopal (s. XIII-XV)”. *Festa d’Elx* 63 (2022), p. 70.

⁸ TORRES FONTES, Juan – *Fueros y privilegios de Alfonso X el Sabio al Reino de Murcia*. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1973, doc. 149, p. 157.

⁹ MARTÍNEZ MORELLA, Vicente – *Cartas de los reyes de Castilla a Orihuela 1265-1295*, Alicante, 1954, p. 6 y MERINO ÁLVAREZ, Abelardo – *Geografía histórica de la actual provincia de Murcia desde la Reconquista por don Jaime I de Aragón hasta la época presente*. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1915, p. 172.

continuase siendo de la diócesis castellana de Cartagena¹⁰. A partir de ese momento el *consell* oriolano y la mitra se enzarzaron en un pleito contencioso en pos de recuperar la diócesis el control de esas rentas, a la vez que las autoridades municipales buscaban proteger la gestión que hacían de las mismas, siendo este uno más de los múltiples conflictos que mantuvieron ambas instituciones durante todo el periodo bajomedieval. Este privilegio sería confirmado sucesivamente por los monarcas de la Corona de Aragón. Es el caso de Pedro IV, quien el 24 de septiembre de 1363¹¹ lo ratifica y así sucesivamente siguieron sus pasos reyes como Juan I o Martín I entre otros¹².

A partir de 1375¹³ este tema se situó en primer plano entre los distintos roces que mantuvieron el obispado y el *consell*. El objetivo del mitrado de Cartagena era devolver las fábricas a la regencia eclesiástica, por lo que desde finales del siglo XIV y durante todo el siglo XV se desarrolló una política que buscaba recuperar la gestión de ese dinero y volver a tener potestad en la elección de los fabriqueros. Este conflicto generó una gran inestabilidad social y trastornó la vida de los ciudadanos a causa de las censuras religiosas que generaría a lo largo de los años¹⁴.

Pero, ¿por qué fue tan importante el conflicto entre Orihuela y el obispo de Cartagena por las fábricas de las iglesias? La principal fuente de ingresos de la Iglesia era el diezmo que, a partir del siglo XII, se convirtió en un impuesto obligatorio y generalizado. Se trataba de un tributo que se pagaba de forma anual y que constituía la décima parte de la producción del territorio. Mayoritariamente este impuesto se contribuía a partir de especies y productos, desde frutos de la tierra hasta el propio ganado, y se convirtió en la base económica que mantenía a la Iglesia cristiana.¹⁵ Su distribución dentro del episcopado se hizo a partir de su división en tres partes: la primera para el obispo o arzobispo, la segunda, para los clérigos beneficiados de las

¹⁰ CAÑIZARES GÓMEZ, María José – “Conflicto político, gobierno urbano y poder religioso entre la Gobernación de Orihuela y la diócesis de Cartagena a finales de la Edad Media”. In DIAZ IBÁÑEZ, Jorge; NIETO SORIA, José Manuel (eds.) – *Iglesia, nobleza y poderes urbanos en los reinos cristianos de la Península Ibérica durante la Edad Media*. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales-Editum, 2019, pp. 315-316.

¹¹ BARRIO BARRIO, Juan Antonio – “Los privilegios reales: centralización estatal y transmisión de la política real”. In BARRIO BARRIO Juan Antonio – *Los cimientos del Estado en la Edad Media. Cancillerías, notariado y privilegios reales en la construcción del Estado en la Edad Media*. Alcoy: Editorial Marfil, 2004, p. 153 y CABEZUELO PLIEGO, José Vicente – *La guerra de los dos Pedros en tierras alicantinas*. Alicante: Instituto de cultura Juan Gil-Albert, 1991, p. 95.

¹² AMO 10, f. 276v.-277r. 1401, noviembre, 25.

¹³ AMO 4, f. 86v. 1376, febrero, 22.

¹⁴ BARRIO BARRIO, Juan Antonio – *Gobierno municipal en Orihuela durante el reinado de Alfonso V, 1416-1458*. Alicante: Universidad de Alicante. Servicio de Publicaciones, 1995, pp. 135-138. Recientemente se ha publicado un libro que aborda algunas de estas cuestiones sobre la gestión del diezmo oriolano: BARRIO BARRIO, Juan Antonio – *El diezmo en la ciudad de Orihuela en la Edad Media. Los conflictos en torno a la percepción del tributo en un territorio eclesiástico fronterizo*. Cáceres: SEEM-Univ. Extremadura-CSIC, 2022.

¹⁵ LÓPEZ BONET, Josep Francesc – *El diezmo en el reino de Mallorca y en la estructura económica de la procuración real (1315-1396)*. Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, 1986, p. 6 y MUNSURI ROSADO, María Nieves – *Perspectiva socio-económica del clero secular en la Valencia del siglo XV*. Tesis doctoral, Universitat de Valencia, 2006, p. 201.

parroquias y la tercera para las fábricas de las iglesias¹⁶.

Esta última parte del diezmo es la que nos interesa en este estudio, ya que las fábricas tenían un importante papel dentro de los municipios. Se encargaban de la construcción y mantenimiento de los edificios sagrados, así como de la gestión del lugar de culto y las rentas para la realización de estas acciones. A menudo las fábricas acababan siendo controladas por los feligreses de las ciudades, como ocurrió en Orihuela, siendo esto algo bastante frecuente durante el periodo bajomedieval¹⁷. Este fenómeno también se dio en algunas ciudades italianas, como Génova, donde las fábricas también fueron gestionadas por los poderes laicos y hubo una gran colaboración entre la institución y el gobierno municipal a la hora de elevar el proyecto urbano¹⁸. Por tanto, este ejemplo, nos invita a pensar que la vinculación de las fábricas de las iglesias con el poder político municipal fue algo extendido. Documentalmente hemos constatado gran número de enfrentamientos directos desde finales del siglo XIV, en los que desde el obispado de Cartagena se reclamaba la recuperación de la gestión y control de las fábricas de las iglesias.

La principal demanda que exigió el obispado de Cartagena era recuperar el control de las rentas y la potestad de elegir a los fabriqueros de Orihuela. Según el prelado, la elección de los tres fabriqueros de Orihuela (uno por cada parroquia de la villa: San Salvador, Santa Justa y Santiago) correspondía al obispado, por lo tanto solía amenazar con excomulgar a los fabriqueros si no cumplían dicha demanda¹⁹. A partir de esta exigencia observamos que el obispado quería tener un mayor control territorial sobre los recursos económicos, pero a su vez las élites del poder oriolano no querían perder esa pequeña gestión que tenían sobre el diezmo²⁰. La villa de Orihuela argumentaba siempre, en cada una de esas pugnas, sus derechos sobre dichas rentas aludiendo al privilegio histórico concedido por Alfonso X en 1281 y que había sido confirmado por los sucesivos reyes. Por lo tanto, las órdenes directas

¹⁶ ALDEA VAQUERO, Quintín – “La economía de las iglesias locales en la Edad Media y Moderna...”, p. 42. GARCÍA DÍAZ, Isabel – Documentos del Siglo XIV, 4. Archivo de la Catedral de Murcia. CODOM, XIII. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, Murcia, 1989, pp. 30-31; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel y LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Diezmo eclesiástico y producción de cereales en el Reino de Sevilla (1408-1503)*. Sevilla: Universidad de Sevilla. Departamento de Historia Medieval, 1979, pp. 22-25; y IBÁÑEZ RODRÍGUEZ, Santiago – *El Pan de Dios y el Pan de los Hombres. Diezmos, primicias y rentas en la diócesis de Calahorra (ss. XVI-XVIII)*. Logroño: Universidad de La Rioja. Servicio de Publicaciones, 1999, pp. 26 y 34-35.

¹⁷ IOGNA-PRAT, Dominique – *La invención social de la Iglesia en la Edad Media*. Buenos Aires: Miño Dávila: Editores, 2016, pp. 196-197.

¹⁸ BOUCHERON, Patrick – “À qui appartient la cathédrale?”. In BOUCHERON, Patrick; CHIFFOLEAU, Jacques – *Religion et société urbaine. Études offertes a Jean-Louis Biget par ses anciens élèves*. París: Publications de la Sorbonne, 2000, pp. 101-102.

¹⁹ AMO 4, 71v. y 73r.-74r. 1375, diciembre, 30-1375, enero, 5. y AMO 4, 2º núm. f. 89v., 91v-94r. 1378, enero, 17-1378, marzo, 3.

²⁰ BARRIO BARRIO, Juan Antonio – *Gobierno municipal en Orihuela durante el reinado de Alfonso V*, pp. 147-148 y BARRIO BARRIO, Juan Antonio – *Finanzas municipales y mercado urbano en Orihuela durante el reinado de Alfonso V*. Alicante: Diputación Provincial de Alicante, Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert, 1998, pp. 48-52.

que el obispo estaba emitiendo para que se le entregasen tanto las rentas como la posibilidad de elegir a los fabriqueros iba en contra de los privilegios de la villa²¹ y contó siempre con la ayuda de los diferentes reyes que gobernaron la Corona de Aragón²². Los resultados de estas demandas no llegaron a encontrar una solución a largo plazo y estas volvieron a aparecer al cabo de los años, mostrando una línea argumental muy similar en todas las ocasiones.

A partir del siglo XV, los intentos de apropiarse del tercio de las fábricas fueron constantes, por lo que la intervención de los reyes aragoneses se volvió habitual. Por ejemplo, los monarcas Martín I y Alfonso V debieron defender los derechos de las tierras oriolanas en 1401²³, 1408²⁴, 1416²⁵ y 1419²⁶. La defensa de este privilegio por parte del poder regio seguía la misma estrategia del municipio: alegaban la antigüedad del documento de concesión y defendían la legitimidad de la autoridad municipal sobre las fábricas. Para la sociedad oriolana la situación a la que les exponía este pleito les generaba una gran contradicción, ya que se veían abocados a elegir a quién obedecer, a su obispo o a su rey. Así ocurrió en 1437, cuando el rey ordenó que los fabriqueros no fuesen a Murcia para ser confirmados por el obispo en sus cargos, tal y como este último les había ordenado²⁷, o en 1491 cuando en los lugares de Albaterra, Cox y Granja, pertenecientes a la huerta oriolana, entregaron al obispo la totalidad del diezmo, sin separar el tercio de las fábricas, que era un bien de realengo y debía otorgarse al *consell*, por lo que se solicitó al rey su intervención en el asunto²⁸.

La segunda justificación que daba el episcopado para reclamar dichas rentas se basaba en la acusación de presuntas irregularidades en la gestión de las fábricas por parte del municipio oriolano y los *fabriquers* elegidos. Una de las condiciones que aparecía en el privilegio de Alfonso X era que si el dinero era mal gestionado se le privaría a la ciudad de la administración de dichas rentas. Esta fue la base que encontró el obispo para interponer diferentes demandas desde la diócesis para poder supervisar las cuentas. En este sentido encontramos dos casos: en 1417 el obispo solicitó al *fabriquer* de San Salvador que le enviase las cuentas del año anterior; este hecho se notificó al *consell*, el cual respondió que de ningún modo debía enseñársele ni al prelado ni a cualquier otro eclesiástico de la villa dicha documentación²⁹. Por otro lado, en 1425, de una forma similar, se exigió a los fabriqueros que fuesen a Murcia a

²¹ AMO 4, 2º núm. f. 93v-94r. 1378, febrero, 17 y AMO 4, 2º núm. f. 96r. 1378, marzo, 3.

²² AMO 18, f. 84r.-86r. 1419, abril, 8 y AMO 18, f. 90r.-92r. 1419, abril, 23-25 y AMO 18, f. 2º núm. 30v. 1420, febrero, 2.

²³ AMO 10, f. 276v-277r. 1401, noviembre, 25.

²⁴ AMO 13, BIII, 64v. y 71v. 1408, julio, 15.

²⁵ AMO 15, f. 237v.-238v. 1416, junio, 19.

²⁶ AMO 18, f. 93v. 1419, abril, 26.

²⁷ AMO, 23, f. 169r. 1437, octubre, 10.

²⁸ AMO 34, f. 86r.-v. 1491, mayo, 4; AMO 34, f. 96v. 1491, julio, 28; y AMO 34, f. 98v. 1491, agosto, 30.

²⁹ AMO 16, f. 190r. 1417, agosto, 8 y AMO 16, f. 44v. 1417, noviembre, 24.

dar cuenta de sus funciones e ingresos percibidos, cosa que, al igual que ocurrió en la anterior ocasión, fue rechazada por las autoridades de la villa³⁰. Pero, ¿llevaba razón el obispo en desconfiar de la gestión oriolana? Lo cierto es que la administración de las fábricas ni siempre fue igual de eficiente, ni estuvo exenta de críticas, lo que daría al episcopado pruebas de mala praxis para justificar sus demandas. Vamos a citar algunos ejemplos que estuvieron relacionados con la mala gestión económica de los *fabriquers*, como fue el caso de Bertomeu Montagut en la iglesia de Santiago en Orihuela en 1402³¹, Jaume Terres en la iglesia de San Salvador en Orihuela en 1436³² o Pere Silvestre en la iglesia de Sant Jaume en Guardamar en 1499.³³ También hubo casos de elecciones fraudulentas de *fabriquers*, como las acontecidas en los lugares de la huerta de Orihuela en 1417³⁴, o de intromisión de las autoridades religiosas oriolanas para intentar posicionar a su candidato, como ocurrió en el lugar de Guardamar en 1463, algo que iba en contra de los privilegios de las fábricas³⁵.

A diferencia de los casos anteriores, donde la mala gestión estuvo desarrollada por los propios *fabriquers* o por autoridades religiosas del municipio, también observamos como desde el propio *consell* oriolano se utilizó el dinero perteneciente a las fábricas para la construcción de edificios municipales. Es el caso que aconteció en 1430, cuando el *consell* solicitó las rentas destinadas a las fábricas para utilizarlas en la reparación del municipio – que había quedado asolado tras la guerra que se produjo entre 1429 y 1430 – y que ascendió a un total de cuatro mil sueldos: dos mil sueldos a la fábrica de San Salvador, mil sueldos a la fábrica de Santa Justa y otros mil sueldos a la fábrica de Santiago, los cuales prometía que serían restituidos pasado un tiempo cuando las arcas del clavario se hubiesen recuperado de tantos gastos extraordinarios³⁶. Este tipo de acciones, que realizaron en más de una ocasión y que llegaban a oídos del obispo, iba en contra de los privilegios de la institución, pero las fábricas accedieron conscientes de las necesidades de la villa. Quizás si esta petición hubiese sido realizada desde el episcopado murciano no hubiesen mostrado tan buena disposición, por lo que vemos una clara utilización de las fábricas para solventar sus propios intereses por parte de la ciudad. Por tanto, estos ejemplos de mala gestión eran utilizados por los diferentes obispos como argumentos para demandar que la administración de las fábricas debía estar bajo su autoridad, ya que en más de una ocasión hubo casos de corrupción y un aprovechamiento civil de un dinero que en teoría solo podía ser utilizado para el mantenimiento y restauración de los edificios religiosos del municipio.

³⁰ AMO D 1405, f. 105v.-106r. 1425, diciembre, 31.

³¹ AMO 10, f. 251v. 1402, junio, 16 y ACA, RC, 2135, f. 48r.

³² AMO 23, f. 160r-v. 1438, enero, 11 y AMO 23, f. 165v. 1438, enero, 12.

³³ AMO 36, f. 302r. 1499, noviembre, 9; AMO 36, f. 309r. 1499, diciembre, 10; AMO 36, f. 310v. 1499, diciembre, 18.

³⁴ AMO 16, f. f. 133r. 1417, junio, 13.

³⁵ AMO 31, f. 332v. 1463, junio, 28.

³⁶ AMO 20, f. 242v-243r. 1430, enero, 23.

Todos estos casos nos vienen a mostrar que las denuncias por parte del obispado sobre la utilización indebida de los fondos de las fábricas no eran solo calumnias para justificar sus intentos de acceder a ese dinero, sino que se encontraban fundamentadas en casos aparentes donde se observaba una mala gestión de ese tercio del diezmo. Tal fue el descontrol que hubo en algunos momentos por parte de los *fabriquers* y autoridades municipales que algunos reyes de la Corona de Aragón quisieron inmiscuirse en los asuntos de la administración de las fábricas. Destacamos a Fernando II quien hasta en dos ocasiones, 1489³⁷, y 1495³⁸, intentó establecer a un escribano regio para poder controlar las cuentas de las fábricas. La ciudad se negó, respondiendo al rey que solo el escribano del *consell* tendría acceso a las cuentas de las fábricas y ningún otro ya fuese eclesiástico o laico.

La tercera forma de injerencia eclesiástica sobre las fábricas fue a partir del intento de imponerles el pago del subsidio y la décima. El primero era un impuesto establecido por el pontificado en la diócesis para sufragar los gastos del papado y que, aunque *a priori* era un donativo voluntario, por la forma en la que se exigían parecía más una imposición obligatoria³⁹. Respecto a la décima era un tributo que correspondía a una parte de los ingresos de los beneficios eclesiásticos a lo largo de un año y era recogido por los colectores pontificios⁴⁰. Siguiendo el privilegio de Alfonso X y su confirmación por el resto de reyes del periodo bajomedieval, las fábricas, al tratarse de una institución gestionada por las autoridades municipales, no debían contribuir en el pago de dichos impuestos, ni décima ni subsidio. Este fue el argumento esgrimido por el *consell*, tanto ante el obispo como ante el pontificado, y que sería rechazado por ambas partes. La primera ocasión donde se abordó esta cuestión fue en 1406, durante el reinado de Martín I. El monarca había reprendido al *consell* por su pasividad ante los intentos de injerencia desde el obispado sobre el tercio de las fábricas a partir del intento del cobro de la décima, argumentando que eran bienes de realengo y que no debían ser reclamados por el poder eclesiástico de ninguna forma⁴¹. Años después, en 1417, se vuelve a exigir la demanda del pago de subsidio a las fábricas de la villa⁴². Ante la negativa de afrontar este impuesto los *fabriquers*

³⁷ AMO 34, f. 33r.-v. 1490, enero, 3.

³⁸ AMO 35, f. 306v.-308r. 1495, marzo, 29.

³⁹ ZUNZUNEGUI ARAMBURU, José – “La Cámara Apostólica y el Reino de Castilla durante el Pontificado de Inocencio VI (1352-1362)”. *Anthologica annua* 1 (1953), p. 159.

⁴⁰ ALDEA VAQUERO, Quintín – “La economía de las iglesias locales en la Edad Media y Moderna...”, p. 38 y MORELLÓ BAGET, Jordi, – “La contribución de la iglesia a las arcas del rey: a propósito de la recaudación de las décimas en la Corona de Aragón a finales del siglo XIV y principios del XV”. In MENJOT, Denis; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel – *El dinero de Dios. Iglesia y fiscalidad en el occidente medieval*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 2011, p. 167.

⁴¹ AMO, Códice, f. 159r.-v. y AMO, Códice, f. 189v. LLORENS ORTUÑO, Susana – *Libro de Privilegios y reales mercedes concedidas a la muy noble y muy leal ciudad de Orihuela*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 2001, pp. 126-127, 290-291 y 313-314.

⁴² AMO 16, f. 27v. 1417, febrero, 5.

fueron excomulgados. Se envía el asunto a unos abogados de Valencia, entre ellos Joan d'Abellà, para que analizasen el caso, aportándoles toda la documentación disponible desde la concesión del privilegio por Alfonso X y hasta las diferentes confirmaciones regias de la autonomía municipal sobre las rentas de las fábricas. Entre las provisiones aportadas había varios privilegios reales donde se había establecido que las fábricas no debían pagar ni décimas ni subsidios, otorgada esta exención por Juan I, en 1395⁴³, Martín I, en 1408, y Alfonso V, en 1417⁴⁴.

El resultado de la investigación provocó que se reclamase ante el rey y el papa la necesidad de defender la exención de estos impuestos y que los *fabriquers* excomulgados fuesen liberados de la sanción⁴⁵. Esta cuestión, como las otras que hemos visto, no encontró una solución rápida, por lo que volvería a retomarse a lo largo de los años en diferentes ocasiones como en 1420⁴⁶ y en 1421.⁴⁷ En ambos casos la reclamación venía dada por el propio pontífice Martín V, quien había enviado a un colector para que reclamase a los *fabriquers* el correspondiente subsidio y décima. Estas demandas iban en contra de los privilegios que los reyes pasados habían declarado sobre la exención de dichos impuestos por las fábricas, por lo que se valían de este argumento para rechazar el pago⁴⁸. A lo largo del siglo XV, vemos de nuevo esta reclamación para contribuir en estos impuestos pontificios, como en 1445⁴⁹ y 1457⁵⁰, pero el asunto siempre sería defendido por los distintos reyes⁵¹ y se constatarían los privilegios reales de exención de dichas tasas por ellos al ser considerados bienes de realengo⁵².

Como hemos visto, Orihuela se negó en todos los casos a satisfacer las exigencias del obispado de Cartagena justificándose siempre, a lo largo del siglo XIV y XV, en ese privilegio de Alfonso X, que había sido confirmado por los diferentes reyes de la Corona de Aragón y que legitimaba la jurisdicción regia de las fábricas de las iglesias y por tanto la gestión municipal. Ante esta justificación el obispado reaccionaba considerando el privilegio de Alfonso X como un “*pararote sin fe alguna*”, en palabras del obispo Diego de Bedán en 1417. Este individuo cuestionaba la veracidad de dicho

⁴³ ACA, RC, 1863, f. 143 r.-v. y AMO 29, f. 29r.-v. 1451, enero, 4.

⁴⁴ AMO 14, f. 92v. 1412, sn., s.n.; AMO 16, f. 68r.-69v. 1417, marzo, 7; AMO, Códice, 189v.-190v. Publ. LLORENS ORTUÑO, Susana – *Libro de Privilegios y reales mercedes concedidas a la muy noble y muy leal ciudad de Orihuela...*, pp. 129, 314 y 317-318.

⁴⁵ AMO 16, f. 148r.-149v. 1417, agosto, 22.

⁴⁶ AMO 18, f. 2º núm. 86v. 1420, abril, 5 y AMO A 18, f. 226r. 1419, octubre, sn.

⁴⁷ AMO 19, f. 122r. 1421, agosto, 21 y AMO, Códice, f. 182v.-184v. Publ. LLORENS ORTUÑO, Susana – *Libro de Privilegios y reales mercedes concedidas a la muy noble y muy leal ciudad de Orihuela...*, pp. 130 y 325-327.

⁴⁸ AMO 18, 2º núm. f. 86v. 1420, abril, 5 y AMO 18, f. 226r. 1419, octubre, sn.

⁴⁹ AMO 25, f. 178v. 1445, julio, 25.

⁵⁰ AMO 30, 23r.-v. 1457, marzo, 13.

⁵¹ AMO 28, f. 57v. 1448, junio, 3 y AMO 29, f. 29r.-v. 1451, enero, 4.

⁵² BARRIO BARRIO, Juan Antonio – *Finanzas municipales y mercado urbano en Orihuela durante el reinado de Alfonso V...*, pp. 49-51.

documento, ya que consideraba que era poco probable que el monarca le hubiese dado ese privilegio y que si lo había hecho no debería haber durado más de tres años. Los mensajeros oriolanos defendieron la veracidad de la documentación presentada, la antigüedad de esos privilegios y la existencia de situaciones similares en Elche y Ayora, también pertenecientes a la Corona de Aragón, así como en otros lugares de la diócesis de Cartagena, pero curiosamente sin conflictividad al respecto porque pertenecían políticamente a la Corona de Castilla⁵³.

2. Las disidencias por la financiación de la catedral de Murcia.

Pero, ¿tal insistencia y conflictividad para recuperar la administración de las fábricas a qué se debía? El principal objetivo que tenían desde el obispado con la intención de apropiarse de estas rentas era poder invertir las en la construcción de iglesias más allá de Orihuela. Así lo vemos claramente desde 1377, cuando encontramos a nivel documental la primera solicitud de dinero a las fábricas de las iglesias de Orihuela para la reconstrucción del templo de Santa María la Mayor de Murcia. El obispo Guillén Gimiel, 1372-1383, encargó al maestro escolástico, García Fernández, que realizase una colecta para conseguir financiación por toda la diócesis para las obras de dicho edificio y decretó que estarían bajo pena de excomunión todos aquellos que no estuvieran dispuestos a contribuir. La negativa de Orihuela a subsanar esa petición es lo que inicia el conflicto por la administración de las fábricas entre el obispado y el *consell*. Las fuentes nos muestran que el aumento progresivo de estas demandas durante las décadas posteriores coincide en el tiempo con las obras de la construcción de la catedral de Murcia y, más allá de los intentos de apropiarse de las fábricas, también solicitarían que Orihuela contribuyese en las obras de mejora de la iglesia de forma directa. Se argumentó que el edificio se encontraba muy deteriorado y se solicitaba la colaboración de las fábricas y capellanías oriolanas⁵⁴. La reacción de Orihuela fue la esperada: se negó a responder económicamente a las demandas que se le requerían. Para dejar clara su justificación se envió al abogado Bernat Miracle a Murcia, donde se entrevistó con García Fernández, maestro escolástico de la iglesia de Cartagena, y allí le expuso los argumentos de la negativa dada desde los órganos locales de Orihuela: las fábricas de las iglesias pertenecían al municipio y se utilizaban para la reparación y mantenimiento de sus propios templos, por lo que no podían ni debían poner a disposición de la iglesia mayor de Murcia ese dinero⁵⁵. En varias

⁵³ AMO 16, 178r.-v. 1417, julio, 9.

⁵⁴ AMO 4, 2º núm. f. 59r.-v. 1377, agosto, 5.

⁵⁵ AMO 4, 2º núm. f. 60r., 1377, octubre, 18.

ocasiones el obispado insistió en el tema, pero la respuesta del *consell* siempre fue la misma, valiéndose del apoyo del rey para justificar su decisión⁵⁶.

A partir de esta negativa de Orihuela se empieza a plantear la necesidad de recuperar la administración de las fábricas. La intención del episcopado era usar ese dinero para sus intereses, como fue el caso de la construcción de la catedral de Murcia – iniciada su edificación entre 1388-1394 – así que si conseguían tener acceso al control de dicho tercio del diezmo podrían usarlo para sus menesteres. Desde finales del siglo XIV, la configuración de un importante edificio religioso que se convirtiese en el referente absoluto de la cristiandad de la diócesis había sido el objetivo principal del obispado⁵⁷. También justificaron estas demandas a partir de las noticias de presuntas irregularidades en la gestión de las fábricas, razones que alegaban para reclamar dicho dinero, como ya vimos. El obispo Gimiel fue el primero que sacó a la luz este problema e intentó ponerle una solución beneficiosa para la diócesis. Por todo ello, en los sínodos⁵⁸ que celebró, tanto en 1375 como en 1377, estableció una serie de constituciones que legislaron que el control del diezmo de las fábricas y la elección de los *fabriquers* le correspondería al obispo: “*De los que se entremeten sin licencia del prelado de su propia voluntad de poner obreros e frabriqueros en las yglesias*”⁵⁹.

La respuesta de Orihuela fue debatida por las autoridades municipales donde se mostró su auténtico rechazo:

*“Item per ço que és donat a entendre als dits justícies, jurats e conseller és axi veritat que al senyor bisbe sia feït constitució sinodal que en seu bysbat, universitat ne parroquies (...) no elligen més obrers ne fabriquers”*⁶⁰.

Se reivindicaba el derecho a gestionar las fábricas bajo la potestad que les daba el privilegio otorgado por Alfonso X, gracias al cual dichas rentas eran municipales y no se debían entregar al obispado. Lo mismo ocurría con la capacidad para elegir a los *fabriquers*: consideraban que era un cargo municipal y que debía ser elegido en el

⁵⁶ AMO 4, 2º núm. f. 61v. 1377, octubre, 8 y AMO 4, 2º núm. f. 67r. 1377, diciembre, 11.

⁵⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “La civitas dei: la ciudad como centro de vida religiosa en el siglo XIII”. In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *El mundo urbano en la Castilla del siglo XIII*, 1, Sevilla: Fundación El Monte, 2006, pp. 295-297.

⁵⁸ Los sínodos eran unas reuniones que congregaban a todos los sectores eclesiásticos de la diócesis donde se trataban asuntos espirituales y legislativo. Estas asambleas solían responder a problemas o conflictos canónicos y eclesiásticos que había en el obispado, siendo las cuestiones jurisdiccionales y económicas una de las cuestiones principales. Destacamos especialmente el obispado de Guillén Gimiel, 1372-1383, como una época en la que esta práctica definió la política legislativa del territorio y los enfrentamientos con Orihuela.

⁵⁹ SANZ SANCHO, Iluminado – “Sínodos de la Iglesia de Cartagena-Murcia en el siglo XIV”. *Hispania Sacra* 38 (1986), p. 93.

⁶⁰ AMO 4, f. 90r. 1378, enero, 20.

*consell*⁶¹. Si a partir de esa constitución sinodal el obispo podía elegir a los *fabriquers*, seleccionaría personas de su confianza, que se someterían sin poner inconvenientes a sus mandatos, por lo que aceptarían donar el dinero de las fábricas de las iglesias oriolanas a la construcción de la catedral de Murcia. Aquí encontramos esa doble conflictividad que recogíamos al inicio, se ve claramente como las motivaciones son tanto de carácter jurisdiccional como económico. La insistencia de la diócesis para poder intentar hacerse con las rentas fue constante a lo largo de estos siglos, pero Orihuela siempre contó con la férrea oposición de sus autoridades municipales y del rey. En este tipo de casos, en muchas de las diócesis peninsulares solía intervenir el monarca como mediador, pero en este pleito el monarca aragonés se postuló a favor de Orihuela y en defensa de los privilegios de sus súbditos en todo momento⁶².

A final del siglo XIV, el obispo Fernando Pedrosa, 1383-1399, ordenó derribar gran parte de la antigua iglesia mayor de Murcia y construir en ese mismo lugar una nueva catedral, en estilo gótico, que se convirtió en uno de los principales proyectos desarrollados por el obispado de Cartagena durante el periodo bajomedieval y que contó con el apoyo de la ciudad de Murcia.⁶³ El inicio de las obras se oficializó en 1388 y desde el principio las necesidades de financiación del edificio desencadenaron gran número de conflictos entre el prelado y el resto de territorios de su diócesis. El obispo planteó el proyecto de reconvertir la iglesia de Santa María en catedral y llevar a cabo una edificación de la misma casi desde cero con el objetivo de crear en Murcia una gran iglesia símbolo religioso. Para ello, al igual que su antecesor Gimiel, necesitaba gran número de fondos y no dudó en continuar su misma política para conseguirlo. Por tanto, vemos que el último cuarto del siglo XIV fue bastante turbulento entre la diócesis y *consell* oriolano, sembrando de esta forma las bases de una conflictividad generalizada que se extendería durante el resto del periodo bajomedieval⁶⁴.

Tenemos varios ejemplos de la comunicación establecida entre el *consell* y el obispado por este motivo, ya que desde la sede de Murcia intentaron reclamar en varias ocasiones, tanto en 1393⁶⁵ como en 1417⁶⁶, dichas rentas para las obras de la catedral. Ambos enfrentamientos coinciden con un periodo donde se buscó acelerar las obras, por lo que intentaron utilizar todos los medios que estuvieran a su alcance

⁶¹ AMO 4, f. 96v. 1378, marzo, 3.

⁶² DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge – “Monarquía y conflictos iglesia-concejos en la Castilla bajomedieval: el caso del obispado de Cuenca (1280-1406)”. *En la España medieval* 17 (1994), p. 149.

⁶³ GARCÍA DÍAZ, Isabel; RODRÍGUEZ LLOPIS, Miguel – *Iglesia y sociedad feudal: el cabildo de la catedral de Murcia en la Baja Edad Media*. Murcia: Universidad de Murcia, Murcia, 1994, p. 82.

⁶⁴ GARCÍA ISAAC, José Marcos – “Fernando de Pedrosa: un prelado en las luchas de poder urbanas de la ciudad de Murcia a finales del siglo XIV”. In CHELLE ORTEGA, José Antonio; GARCÍA ISAAC, José Marcos; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – *Entre el cielo y la tierra: el papel de los eclesiásticos en los círculos de poder en los reinos ibéricos (1369-1504)*. Madrid: La Ergástula, 2019, p. 92.

⁶⁵ ACA, RC, 1881, f. 114v. Publ. HINOJOSA MONTALVO, José Ramón – *Textos para la historia de Alicante: historia medieval*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1990, pp. 417-418.

⁶⁶ AMO 16, f. 129v-130r. 1417, junio, 6.

para llevar a término su objetivo. La posición del *consell* sobre esa cuestión fue inamovible, argumentando que debía proteger las fábricas para evitar que, tanto ese obispo como los próximos, se llevasen a los obreros a la sede de Murcia para trabajar en la construcción de la catedral, o que el dinero oriolano acabase financiando edificios murcianos⁶⁷. Por todo ello se preparó un verdadero despliegue documental que iría aglutinado en un gran memorial, con todos los privilegios otorgados desde el siglo XIII a la villa de Orihuela por la cuestión de las fábricas por los distintos reyes que gobernaron estas tierras, para de esa forma legitimar la autoridad que tenían sobre dicha gestión⁶⁸.

Volvemos a encontrar esta cuestión en 1433 durante el episcopado de Diego de Bedán, 1415-1446, cuando ordenó que la quinta parte del diezmo del cabildo y de cada parroquia del obispado fuese destinado a la construcción de la catedral. Durante el gobierno de este individuo se produjo un gran impulso de las obras y recibió gran número de ayudas de muchos particulares, sobre todo procedentes del Reino de Murcia. No toda la diócesis colaboró de la misma manera, por lo que entre las parroquias disidentes a las medidas de recaudación que impulsó Bedán destacamos las de la gobernación de Orihuela que criticaron la medida debido, fundamentalmente, a que no entendían como parte de sus rentas iban a parar a la edificación de una catedral extranjera, a la vez que los muros y torres de la ciudad tenían necesidad de reconstrucción y no se podía utilizar ese dinero para realizar obras en ellos. La negativa generalizada a contribuir a la construcción del edificio estuvo presente a lo largo del tiempo que tardó en construirse el edificio. Los diversos intentos que los prelados realizaron para apoderarse de las fábricas o imponer impuestos extra para financiar la catedral fueron respondidos siempre con evasivas, protestas y rechazo por parte del pueblo oriolano⁶⁹. Los pleitos, por tanto, sobre el acceso a las fábricas oriolanas coincidieron con los momentos en los que más se invirtió por parte de los obispos en la construcción, realizándose grandes esfuerzos desde el inicio de las obras hasta su culminación y consagración en 1467 como catedral, durante el episcopado de Lope de Ribas. Ese año la estructura central del templo ya estaría terminada, aunque en los siglos venideros se hicieron diferentes añadidos y rectificaciones, por lo que no se culminó definitivamente la catedral hasta el siglo XVIII⁷⁰.

No solo estas demandas fueron hechas desde Murcia a Orihuela, sino que también encontramos que desde el *consell* se solicitó en varias ocasiones colaboración

⁶⁷ AMO 16, 178r.-v. 1417, julio, 9.

⁶⁸ AMO 16, f. 175v. 1417, julio, sn.

⁶⁹ GARCÍA DÍAZ, Isabel; RODRÍGUEZ LLOPIS, Miguel – *Iglesia y sociedad feudal: el cabildo de la catedral de Murcia en la Baja Edad Media...*, p. 149.

⁷⁰ DE LOS REYES, Antonio – “La catedral de Murcia. Edificación. Siglos XI-XVIII”. *Murgetana* 136 (2017), pp. 41-43 y TORRES FONTES, Juan, “Las obras de la catedral de Murcia en el siglo XV y sus maestros mayores”. *Murgetana* 30 (1969), pp. 11-14.

económica para la restauración de sus iglesias, en concreto la iglesia de San Salvador, sin ningún éxito. A partir de estas reclamaciones vemos el establecimiento de una tendencia a intentar conseguir la implicación de unos y otros en sus proyectos constructivos (sobre todo de intentarlo, porque estaba claro que la disposición negativa ante estas demandas sería una constante en las relaciones entre ambos entes). Así lo vemos para el caso de Orihuela cuando se solicitó la contribución económica del obispo para financiar las obras de la iglesia de San Salvador en 1357. Se pidió al prelado que debido a que la iglesia estaba derruida y con goteras – hasta el punto de que no se podían ejercer las funciones eclesiásticas dentro del templo – les ayudase para poder continuar con las obras, contratar a nuevos maestros y solucionar los problemas económicos que estaban teniendo para financiar la restauración⁷¹. El obispo cuestionó la organización de las rentas de las fábricas de la villa, alegando que algún tipo de irregularidad debía haber si eran incapaces de subvencionar las obras con el dinero que les correspondía para tal fin; aun así se comprometió a enviarles a un maestro de obras para que les ayudase en dichas tareas⁷².

Al *consell* y al rey también se les pidió ayuda por parte de las fábricas, como en el caso de la de San Salvador en 1400, cuando se solicitó dinero para continuar las labores de construcción de dicha iglesia⁷³. La decisión del *consell* respecto a esta petición fue ordenar que todo el dinero de las fábricas de la villa fuese para la construcción de esta iglesia y promovió provisiones destinadas a que la obra avanzase, pero para ello debían pedir permiso a las fábricas de Santa Justa y Santiago para que accedieran a esta iniciativa. Aunque aceptaron, nos encontramos con una acción controvertida, ya que el dinero solo podía usarse para la propia iglesia. En esta ocasión, para intentar asegurar la legalidad de todo el proceso, solicitaron al vicario general de Murcia, Ruy Fernández, que confirmase estas medidas para que así las obras pudiesen avanzar⁷⁴. A diferencia del caso anterior, en 1408 fue el rey Martín I quien intentó acceder a la gestión del dinero de las fábricas, para su uso personal, mientras que ordenaba que fuese el *consell* el encargado de subvencionar las obras de las iglesias⁷⁵. A esto Orihuela respondió que ese dinero pertenecía a la gestión municipal y que debía ser destinado exclusivamente a la financiación de la construcción de templos religiosos, por lo que se debía proteger y observar debidamente los privilegios que fueron confirmados sin interferir en ellos con otras ordenanzas⁷⁶.

⁷¹ AMO 2, 32r. 1357, agosto, 20.

⁷² AMO 2, 36r. 1357, agosto, 21.

⁷³ AMO 11, f. 95r. 1400, enero, 3.

⁷⁴ AMO 10, f. 30r. 1400, mayo, 1.

⁷⁵ AMO 13 BIII, 64v. 1408, junio, 5.

⁷⁶ AMO 13 BIII, 71v. 1408, julio, 15.

Conclusiones.

A lo largo de este estudio hemos observado que el tema de las fábricas fue uno de los pleitos más importante que hubo entre la diócesis de Cartagena y Orihuela a lo largo de la Baja Edad Media, generando una gran inestabilidad en el territorio. La mayoría de los enfrentamientos finalizaban con la excomunión de las autoridades del *consell*, de los propios *fabriquers* e incluso lanzando entredichos sobre el municipio. Los resultados de estas demandas no llegaron a encontrar una solución a corto plazo, encontrándonos una y otra vez en la documentación las mismas solicitudes y las mismas justificaciones, por lo que resurgían una y otra vez al cabo del tiempo, mostrando una línea argumental muy similar en todas las ocasiones y dejando claro que las posiciones entre obispo y *consell* eran inamovibles. Lo cierto es que, como hemos visto, algunos comportamientos y acciones desarrollados en Orihuela justificaban y hacían legítimas las acusaciones fraudulentas que cernía el obispo sobre la ciudad, pero tampoco podemos dejar pasar que el interés del obispado por hacerse con esas rentas buscaba principalmente hacerse con la administración de las fábricas, pensando en satisfacer sus intereses más que en optimizar una buena gestión de dichas rentas. Todos estos casos están relacionados entre sí, son problemas económicos y jurisdiccionales, pero dejan relucir la gran conflictividad eclesiástica que generaba pertenecer a una diócesis extranjera. Observamos que esta tendencia se mantuvo a lo largo de los dos siglos y medio que duró el conflicto, hasta que finalmente Orihuela consiguió obtener un obispado independiente en 1564. Por lo tanto, no hubo realmente nunca una resolución duradera ni se acercaron las posturas en pos de una solución, como sí que ocurrió en otros pleitos que mantuvieron a lo largo de ese tiempo.

Uma «carga de trabalhos»: *recursos e estratégias de financiamento das obras públicas na Lisboa medieval (séculos XIV-XV)*

*Catarina Rosa*¹

Resumo

Na Baixa Idade Média, a realização de obras públicas foi um elemento fundamental da governança urbana. Não obstante, a este nível e em contexto português, a cidade de Lisboa, – que, em finais do século XIV, já detinha o estatuto de «cabeça do reino» –, foi um espaço excecional, destacando-se pela frequência e, em alguns casos, pela envergadura dos trabalhos de construção e reparação levados a cabo ao longo dos séculos XIV e XV. Uma vez que esses trabalhos implicavam necessariamente uma panóplia de gastos, por vezes bastante avultados, a sua execução representou um pesado encargo, obrigando à articulação de diferentes mecanismos de financiamento e a um diálogo contínuo com o poder régio. Neste sentido, o presente texto pretende dar a conhecer os diferentes recursos (judiciais, fiscais e financeiros, principalmente) utilizados pela edilidade lisboeta e as estratégias desenvolvidas de forma a suportar os custos subjacentes às obras públicas da cidade. Deste modo, poderá refletir-se sobre o impacto que o seu financiamento terá tido na gestão das finanças locais e sobre o grau de autonomia do concelho face à Coroa ao nível da sua administração financeira.

Palavras-chave

Idade Média; Poder Municipal; Obras Públicas; Finanças; Fiscalidade.

¹ IEM-NOVA FCSH.

A heavy burden: resources and strategies for funding public works in medieval Lisbon (14th and 15th centuries).

Abstract

In the late Middle Ages, public works were a fundamental aspect of urban government. However, in this regard and within the Portuguese context, the city of Lisbon (which, by the end of the 14th century, held the status of "head of the kingdom") was an exceptional case, standing out for the frequency and, in some cases, the scale of the construction and repair works carried out by the municipality throughout the 14th and 15th centuries. In fact, the execution of these works – which implied a variety of expenses, at times substantial ones – represented a heavy burden on the urban treasury and, therefore, funding public works represented a great challenge for local authorities that were forced to articulate financing mechanisms of diverse nature, as well as to engage in active dialogue with the royal power in search for adequate solutions. In this text, we aim to present the different resources and strategies used by the municipality of Lisbon to support the underlying costs of the works carried out in the city. At the same time, we intend to reflect on the weight public works had on municipal finances and on the level of autonomy the city council had in relation to the Crown regarding its own financial management.

Keywords

Middle Ages; Municipal Power; Public Works; Finance; Taxation.

Introdução.

Na Idade Média, os concelhos portugueses dispunham de finanças próprias, ou seja, detinham recursos de natureza diversa (patrimonial, judicial, fiscal e financeira, principalmente), cuja gestão visava o desempenho das suas funções governativas, consagradas pelas respetivas cartas de foral. No exercício dessas funções, competia às autoridades municipais assegurar o exercício da justiça; a produção de legislação reguladora da vida urbana; assim como a defesa da cidade contra quaisquer perigos, seja internos (ex. fome, doença, pecado), seja externos (ex. invasores). Mais ainda, cabia-lhes promover a manutenção e melhoramento dos espaços ditos públicos (ex. abertura de ruas); a assistência (ex. atribuição de esmolas); e a devoção (ex. realização

de procissões)². Uma panóplia de competências que dependiam, pelo menos em parte, da realização de trabalhos de construção e de reparação, incluindo-se aqui obras de caráter militar, subjacentes à manutenção e reforço do aparelho defensivo (muralhas, torres e portas, principalmente); obras de enobrecimento do espaço urbano (ex. calcetamento de ruas); intervenções ao nível dos edifícios municipais (ex. paços do concelho, prisão, relógio); e trabalhos de caráter urbanístico, patentes no alargamento e conservação da rede viária (ex. ruas, caminhos, praças e pontes) e na instalação de equipamentos urbanos ligados ao provimento de água (ex. poços, pontes e chafarizes) e ao abastecimento alimentar (ex. açougues e fangas).

Naturalmente, a execução destas obras implicava despesas de vária ordem, motivadas principalmente pela aquisição e transporte de materiais de construção (ex. cal, pedra, madeira e tijolo)³ e pela remuneração da mão-de-obra empregue⁴, fosse esta especializada (carpinteiros, pedreiros, etc.) ou indiferenciada (ex. braceiros, obreiros e moços)⁵. Às despesas ligadas à atividade construtiva propriamente dita acresciam ainda os gastos inerentes à gestão da obra, dos quais podemos destacar o salário do vedor das obras da cidade e respetivo escrivão, dois oficiais que, pelo menos a partir do século XV, era possível encontrar em várias urbes portuguesas, nomeadamente em Lisboa⁶. Em qualquer concelho, o volume destes gastos variava significativamente em cada ano fiscal⁷. Não obstante, a este nível e em contexto português, Lisboa foi um espaço verdadeiramente excepcional, devido à frequência

² Sobre o programa de governo municipal, veja-se por exemplo: FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Tese de doutoramento, pp. 97-107.

³ Sobre esta questão, veja-se, por exemplo: MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da construção: os materiais*, Braga: CITCEM / LAMOP, 2012, pp. 127-166; GOMES, Saul António – “Materiais de construção na região de Leiria em tempos medievais”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da construção...*, pp. 167-192.

⁴ Sobre esta questão, veja-se, por exemplo: MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV-XVI)”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da construção: os construtores*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 99-128.

⁵ Para uma visão global das obras públicas em contexto urbano, veja-se: SOSSON, Jean-Pierre – *Les Travaux publics de la ville de Bruges XIV^e-XV^e siècles: Les matériaux. Les hommes*. Bruxelas: Crédit Communal de Belgique, 1977.

⁶ Em 1471, o vedor das obras recebia de salário 2.582 reais e 1 moio de trigo e o escrivão das obras recebia 2.280 reais e 1 moio de trigo. *Livro dos pregos: estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices*, VIEGAS, Inês Morais, GOMES, Marta (coord.), MARTINS, Miguel Gomes; LOUREIRO, Sara de Menezes (trans.), Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2016, doc. 482, p. 591. Sobre estes oficiais nos concelhos do Porto e de Braga, veja-se também: MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os construtores das cidades: Braga e Porto...”, pp. 109-113.

⁷ Por exemplo, no Porto, num conjunto de nove exercícios fiscais relativos à segunda metade do século XV, o peso das despesas relativas às obras variou entre 1,7% e 17% dos gastos globais da edilidade. GONÇALVES, Iria – *As Finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1987, p. 82. Em Montemor-o-Novo, uma pequena vila do interior, em dois exercícios fiscais, o de 1422-1423 e o de 1499-1500, oscilou entre 5,85% e 40,38% das despesas municipais. FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no século XV*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, 1998 (reedição), pp. 82-83.

e, em alguns casos, à envergadura das obras de interesse público promovidas pela edilidade. Uma situação que resultou da conjugação de diversos fatores, sobretudo demográficos, económicos, militares e políticos, que importa, desde já, explicitar.

1. A cidade de Lisboa: um espaço excecional em contexto português.

Desde logo, a partir de finais do século XIII, Lisboa experienciou um acentuado crescimento demográfico e, apesar da contração ocorrida na segunda metade do século XIV, – devido sobretudo à Peste Negra, aos surtos de peste subsequentes e à Guerra com Castela (1384-1411) –, a cidade conseguiu recuperar rapidamente, de tal forma que, entre finais do século XIV e o início do XVI, a sua população praticamente duplicou, aumentando de 35.000 para 65.000 habitantes, aproximadamente⁸. Assim, Lisboa era a maior e mais densamente povoada cidade do reino medieval português, embora em contexto europeu fosse um núcleo urbano de médio porte⁹.

Esta dinâmica demográfica foi acompanhada não só por um progressivo alargamento da área urbana intramuros (que, após a edificação da Cerca Fernandina em 1375, compreendia mais de 100 hectares), como também pela ampliação dos seus arrabaldes¹⁰. Paralelamente, operou-se um crescimento económico acelerado, potenciado em larga medida pela posição geográfica da cidade na foz do rio Tejo, que configurava um porto natural e abrigado, onde estavam reunidas condições favoráveis à pesca, à extração do sal, à construção naval, à navegação fluvial e marítima e à inserção da urbe nas principais rotas comerciais que ligavam o Mediterrâneo ao Atlântico Norte¹¹. Um conjunto de circunstâncias que vieram reforçar a necessidade de realizar obras de interesse geral na cidade, obrigando, por exemplo, à urbanização de zonas de ocupação rarefeita e à instalação de equipamentos urbanos adicionais destinados ao abastecimento da população (ex. fontes, chafarizes, fangas, açougues)¹².

⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas: séculos XII-XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, 1990, p. 55.

⁹ Para um panorama geral da população urbana do Portugal medieval, veja-se: MIRANDA, Flávio – “Urban economy in a Kingdom without cities: population and exchange in late medieval Portugal”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da (ed.) – *La ville médiévale en débat*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2013, pp. 175-183.

¹⁰ ANDRADE, Amélia Aguiar – “La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa”. In *Mercado Inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente europeo (siglos XI-XV)*, *Actas da XXXIII Semana de Estudos Medievais*, Estella 17-21 de Julio 2006. Pamplona: Gobierno de Navarra; Institución Príncipe de Viana, 2007, p. 372. ANDRADE, Amélia Aguiar – “Lisboa Medieval, Cabeça do Reino, Cidade de Muitas e Desvairadas Gentes”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FARELO, Mário; GOMES, Marta (ed.) – *Pão, carne e água: memórias de Lisboa medieval*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa; Instituto de Estudos Medievais, 2019, p. 37.

¹¹ ANDRADE, Amélia Aguiar; MIRANDA, Flávio – “Lisbon: Trade, Urban Power and the King’s Visible Hand”. In BLOCKMANS, Wim; WUBS-MROZEWICZ, Justyna; KROM, Mikhail (ed.) – *The Routledge Handbook of Maritime Trade Around Europe, 1300-1600: Commercial Networks and Urban Autonomy*. London: Routledge, 2017, pp. 336-342.

¹² Para um melhor enquadramento desta questão, veja-se por exemplo: SILVA, Manuel Fialho, *Mutação*

Do ponto de vista militar, a sua importância estratégica transformou-a num alvo especialmente visado pelas forças inimigas em situações de conflito militar, segundo a lógica de que conquistando a cidade estava conquistado o reino¹³. Uma realidade que foi particularmente evidente na segunda metade do século XIV, no decurso das Guerras Fernandinas e da Guerra contra Castela, em que Lisboa sofreu diversos ataques e esteve, inclusive, cercada pelas forças castelhanas em duas ocasiões distintas (primeiro em 1373 e depois em 1384)¹⁴. Esta situação, a par do já referido crescimento da população, que ultrapassava largamente o perímetro da chamada Cerca Velha, tornou necessário reforçar o sistema defensivo da urbe através da construção de uma nova muralha, que começou a ser projetada em 1369, pouco depois de Henrique II de Castela ter invadido o reino no contexto da Primeira Guerra Fernandina, embora os trabalhos de construção se tenham desenvolvido sobretudo entre 1373 e 1375¹⁵. Uma necessidade que, no entanto, não foi sentida exclusivamente por Lisboa. Aliás, o reinado deste monarca foi marcado pelo amuralhamento de diversos núcleos urbanos (ex. Porto, Elvas, Évora, Santarém e Viana da Foz do Lima), por sinal cidades e vilas que tiveram um crescimento demográfico significativo nas décadas anteriores e que, nesta cronologia, detinham um papel de relevo na estratégia político-militar da Coroa¹⁶.

Do ponto de vista político, Lisboa foi, a partir de meados do século XIII, o espaço preferencial da presença régia e do exercício do poder real, pelo que a Coroa procurou também promover a imagem da cidade¹⁷. Uma preocupação partilhada pela elite dirigente da urbe, cujos membros, em contexto português, se destacavam pela sua preeminência social que queriam igualmente ver refletida na dignidade do espaço urbano¹⁸. Neste sentido, a cidade beneficiou, sobretudo na segunda metade do século XV, da realização de obras destinadas à sua dignificação, merecendo particular destaque o calçamento de algumas vias públicas e a instalação de um sistema de canalização para despejo de resíduos no rio Tejo¹⁹.

Assim, atendendo aos fatores elencados, é certo que a realização de obras públicas em Lisboa foi um encargo bastante pesado ao longo dos séculos XIV e XV, embo-

urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento.

¹³ MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra: 1367-1411*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000, pp. 67-68.

¹⁴ MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra...*, pp. 67-73.

¹⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Estratificação Económico-Social de uma Vila Portuguesa da Idade Média”. In *Ensaios da História Medieval Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Vega, 1980, pp. 123-124.

¹⁶ RIBEIRO, Maria do Carmo – “Governar e defender a cidade medieval: o amuralhamento das cidades medievais portuguesas no tempo de D. Fernando I (1367-1383)”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *Governar a cidade...*, pp. 325-346.

¹⁷ ANDRADE, Amélia Aguiar – “La dimensión urbana de un espacio atlántico...”, pp. 367-371.

¹⁸ Sobre a elite dirigente de Lisboa, veja-se: FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 169-196.

¹⁹ GONÇALVES, Iria – “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, pp. 89-91. GONÇALVES, Iria –

ra não seja possível conhecer o seu peso efetivo na gestão financeira municipal desta cronologia, uma vez que os *livros de receita e despesa* mais antigos da edilidade remontam ao início do século XVI. Para além disso, não sobreviveram registos relativos à execução de obras específicas²⁰, análogos, por exemplo, ao *Livro da Abertura da Rua Nova* do Porto²¹. De igual modo, não chegaram até nós os registos elaborados pelo escrivão das obras da cidade, ao qual, de acordo com as disposições legislativas relativas ao seu ofício, competia registar num livro próprio todo o dinheiro recebido pelo vedor das obras e as despesas realizadas pelo mesmo de modo a viabilizar a verificação das contas por parte das autoridades municipais²².

Não obstante, a correspondência entre a Coroa e a edilidade e os capítulos de Cortes ilustram algumas das dificuldades do concelho ao nível do financiamento das suas obras e os principais expedientes de natureza judicial (2.1.); fiscal (2.2.); e financeira (2.3.) utilizados para o efeito no período em análise, evidenciando, desde logo, o recurso à prática de alocar rendas específicas à realização de obras, sendo que a afetação das rendas podia ser feita a termo fixo ou indeterminado visando uma obra em particular ou a execução de obras em geral. Ou seja, a par da arca principal onde ingressava a maior parte do dinheiro procedente da arrecadação das rendas pertencentes ao concelho, existiam ainda outras arcas onde apenas entravam determinadas rendas destinadas a propósitos específicos, sendo que, em Lisboa, uma dessas arcas secundárias terá sido a das obras, à qual apenas o vedor e o escrivão das mesmas tinham acesso, cada qual munido de uma chave²³. Assim, através deste mecanismo de afetação temporária ou permanente de ingressos concretos às obras, a edilidade visava assegurar a sua concretização, independentemente das flutuações às

“Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”. In *Um olhar sobre a cidade medieval...*, pp. 117-138.

²⁰ Sobre a documentação disponível no Arquivo Municipal de Lisboa veja-se o seguinte catálogo: LOUREIRO, Sara – *Inventário dos fundos e coleções da documentação histórica do Arquivo Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2015.

²¹ AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel – “Os homens que pagaram a Rua Nova”. *Revista de História*, vol. 6 (1985), pp. 7-96. FERRAMOSCA, Fabiano – *O Porto medieval e o seu termo: segundo o Livro da Rua Nova*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Dissertação de Mestrado.

²² *Livro das posturas antigas*. Ed. Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, pp. 163-164. *Livro dos Pregos...*, doc. 471, pp. 581-582. Sobre o vedor e o escrivão das obras de Lisboa, veja-se também: RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1966. Separata da *Revista Municipal*, nº 101-109, pp. 118.

²³ *Livro dos Pregos...*, doc. 471, pp. 582.

quais as suas receitas estavam sujeitas. Uma prática que, por sinal, foi bastante comum, quer em Portugal²⁴, quer em contexto europeu²⁵.

2. Mecanismos de financiamento das obras públicas em Lisboa.

2.1 Expedientes judiciais.

2.1.1 Renda da almotaçaria.

Em Lisboa, uma das rendas adscritas às obras públicas – ou pelo menos, parcialmente afetada à sua realização – foi a da almotaçaria, isto é, a renda procedente das multas aplicadas quando se verificava o incumprimento das posturas municipais²⁶. Esta era uma das rendas mais antigas do concelho, possivelmente a mais antiga, pois é a única que figura na carta de foral que lhe foi atribuída por Afonso Henriques em 1179²⁷. Não obstante, as primeiras referências documentais à alocação da almotaçaria às obras, presentes no *Livro das Posturas Antigas* da cidade, reportam-se ao início do século XV²⁸, pelo que é possível que esta opção tenha resultado da referida conjuntura de guerra e destruição material que marcou a segunda metade da centúria anterior; e/ ou da multiplicação dos encargos da edilidade no domínio das suas obras devido aos fatores elencados anteriormente, destacando-se, em particular, o seu crescimento populacional e o seu estatuto de «cabeça do reino». Não obstante, Lisboa não foi o único concelho português onde a renda da almotaçaria esteve associada às obras públicas, sendo que, por exemplo, em Évora se verificou uma prática idêntica²⁹.

²⁴ Para uma visão global sobre os mecanismos de financiamento das obras públicas nas cidades medievais portuguesas, veja-se: MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Construction financing in late medieval Portuguese towns (14th-16th centuries)”. In CARVAIS, Robert; GUILLERME, André; NÈGRE, Valérie; SAKAROVITCH, Noel (eds.) – *Nuts & Bolts of Construction History: Culture, Technology and Society*. Vol. 1. Paris: Picard, 2012, pp. 305–312. CONCEIÇÃO, Rúben Filipe – “O papel das instituições concelhias na gestão quotidiana da rede viária em Portugal na Baixa Idade Média”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *A vida quotidiana da cidade na Europa Medieval*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 384-387.

²⁵ BOUCHERON, Patrick – “Bien public et intérêts privés: la dépense édilitaire dans les villes de l'Italie centro-septentrionale (XIII^e-XV^e siècle)”. In MENJOT, Denis; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (coord.) – *La fiscalité des villes au Moyen Âge (Occident méditerranéen)*, vol. 3 – *La redistribution de l'impôt*. Toulouse: Éditions Privat, 2001, pp. 217-220. GARCÍA MARSILLA, Juan Vicente – “La ciudad en obras. Costes y gestión de las grandes construcciones en la Valencia del siglo XIV”. In *Construir para perdurar. Riqueza petrificada e identidade social: siglos XI-XIV*. Navas de Tolosa: Governo de Navarra, 2022, pp. 273-274.

²⁶ RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa...*, p. 57-62.

²⁷ “Foral de Lisboa de 1179”. In CAETANO, Marcelo – *A administração municipal de Lisboa durante a primeira dinastia (1179-1383)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981, p. 96.

²⁸ *Livro das posturas antigas...*, pp. 3, 5, 7, 8, 17, 19. Na compilação de posturas publicada como *Posturas do Concelho de Lisboa*, que contém ordenações municipais relativas a finais do século XIII e à primeira metade do século XIV, não encontramos evidência da alocação de multas da almotaçaria às obras. *Posturas do concelho de Lisboa* (século XIV). Ed. Francisco José Velozo, José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1974, pp. 45-68.

²⁹ *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*. Ed. Maria Filomena Lopes Barros, Maria Leonor

2.1.2 *Penas pecuniárias.*

Para além das multas pertencentes à almotaçaria, o concelho beneficiava ainda das penas pecuniárias dos feitos crime julgados pela justiça régia, à exceção dos feitos puníveis por pena de morte. Uma mercê que lhe foi atribuída por D. Fernando para ajudar a suportar as obras de reparação do aparelho defensivo da urbe, danificado na sequência do cerco de 1373³⁰. Esta mercê foi depois confirmada por D. João I nas Cortes de 1385³¹, conservando o seu carácter temporário, sendo vigente até à conclusão das obras de reparação dos muros, da barbacã, das portas levadiças e das torres, conforme explicitado pelo rei na sua resposta ao requerimento municipal apresentado nessa reunião das Cortes³². Não obstante, em 1386, face ao incumprimento do mandato régio por parte dos sobrejuizes, D. João I reiterou esta concessão e, nos anos seguintes (1388, 1390, 1391), emitiu novas cartas visando o seu cumprimento³³, tendo inclusive alargado o benefício para que incluísse as penas pagas pelos mercadores estrangeiros que não respeitavam a lei relativa à revenda de mercadorias³⁴.

Com efeito, o usufruto deste direito por parte da cidade teve continuidade ao longo do período aqui privilegiado mantendo-se consignado às obras dos muros, embora por volta de 1432 e depois ao tempo de D. Afonso V tenha sido temporariamente desviado pela Coroa para o resgate de cativos³⁵. Para além destes desvios temporários, foi objeto de algumas restrições, pois, em 1422, o infante D. Duarte limitou-o às penas relativas aos feitos crime em que estivessem envolvidos moradores e vizinhos da cidade e que tivessem sido julgados em primeira instância pelos oficiais municipais e depois desembargados por apelação à Casa do Cível³⁶. Ou seja, deixou de se aplicar aos feitos relativos a estrangeiros ou pessoas de fora da cidade. Em sentido idêntico, D. Duarte, em 1434, reiterou que esta mercê não se aplicava aos crimes mais graves, puníveis por pena de morte ou talhamento de membro³⁷. Estas restrições limitaram certamente o valor global das penas que

Ferraz de Oliveira Silva Santos. Évora: CIDEHUS - Universidade de Évora, 2018, pp. 15-118.

³⁰ Não foi possível encontrar a carta de mercê em que D. Fernando fez esta concessão, da qual temos conhecimento a partir do agravo apresentado pelo concelho nas Cortes de 1385. *Livro dos Pregos...*, doc. 129, p. 245.

³¹ *Livro dos Pregos...*, doc. 129, p. 245.

³² *Livro dos Pregos...*, doc. 129, p. 245.

³³ *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta: livros I e II de D. João I (1384-1433)* - VIEGAS, Inês Morais Viegas (coord.), MARTINS, Miguel Gomes (introdução, transcrição, sumários e índices de). Lisboa: Câmara Municipal, 2010, doc. 15, p. 58.

³⁴ *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta: livros I e II de D. João I...*, doc. 38, p. 95-96.

³⁵ *Livro dos Pregos...*, doc. 375, pp. 511; *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta: livros I e II de D. João I...*, doc. 60, pp. 129-130.

³⁶ *Livro dos Pregos...*, doc. 336, p. 478. Sobre a Casa do Cível, veja-se por exemplo: DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*. vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. Tese de Doutoramento, p. 262.

³⁷ Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico, (AML-AH), *Livro II dos Reis D. Duarte e D. Afonso V*, doc. 6.

revertiam para a cidade. Um valor que, de resto, não é revelado pela documentação disponível para o período em análise.

2.2 Expedientes fiscais.

2.2.1 *Talhas, Fintas e Sisas.*

Para além dos recursos judiciais referidos, o concelho de Lisboa recorria ainda à aplicação de uma fiscalidade extraordinária subjacente ao lançamento de impostos diretos (isto é, *talhas* e/ou *fintas*) que, regra geral, incidiam sobre fortuna pessoal das pessoas tributáveis³⁸; e impostos indiretos (isto é, *sisas*), que recaíam sobre a compra e venda de mercadorias. Uma fiscalidade cuja ativação, todavia, dependia da aprovação do poder régio, pelo que a este nível a autonomia da edilidade lisboeta e dos demais concelhos era limitada.

Em Portugal, a arrecadação de *talhas* e/ou *fintas* em contexto municipal parece ter-se generalizado a partir de finais do século XIII e a sua utilização para o pagamento de obras públicas foi frequente, tendo sido em diversas ocasiões objeto dos agravos e requerimentos patentes nos capítulos gerais apresentados pelos povos em Cortes, onde exigiam que os privilegiados (clérigos e fidalgos, principalmente) contribuíssem para os pagamento destas derramas quando eram lançadas para assegurar a construção e reparação de infraestruturas de utilidade pública, nomeadamente pontes, fontes, caminhos e calçadas³⁹. Em Lisboa, todavia, estes impostos estão pouco presentes documentação disponível, sendo que o único exemplo documentado diz respeito ao ano de 1261, em que estava em cobrança uma *finta* para a reparação das muralhas⁴⁰. Não obstante, é provável que este fosse um expediente mais frequente do que aquilo que a documentação consultada à primeira vista permite supor, uma vez que, nas Cortes de 1385, D. João I diferiu um requerimento especial do concelho de Lisboa,

³⁸ Note-se, todavia, que embora a norma fosse a repartição do imposto baseada na riqueza do contribuinte aferida a partir da avaliação prévia dos seus bens, a documentação disponível guardou igualmente testemunhos de impostos diretos em que a repartição do quantitativo a solver foi feita por capitação, ou seja, cada chefe de família era chamado a entregar um quantitativo fixo, estabelecido independentemente da sua riqueza pessoal. Foi, por exemplo, o caso da *finta* arrecadada em Viana da Foz do Lima em 1517. REIS, António Matos – “Viana em 1517: urbanismo, demografia, sociedade”. *Estudos Regionais*. Centro de Estudos Regionais, nº 15 (1994), pp. 7-68.

³⁹ Veja-se, por exemplo, os capítulos gerais das Cortes de 1371, 1387, 1389, 1390-1391, 1394-1395, 1436. *Cortes portuguesas, reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Ed. MARQUES, A. H. Oliveira, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990 (1371, art. 62º). Arquivo Nacional Torre do Tombo (TT), *Além Douro*, liv. 3, fl. 173 (1387, art. 4º). Arquivo Municipal do Porto (AMP), TG.c.2 (*Livro B*), fls. 313 (1389, art. 8º), *Livro dos Pregos...*, doc. 165, pp. 288 (1390-1391, art. 3º). Arquivo Municipal de Coimbra, *Pergaminhos Avulsos*, nº 45 (1394-1395, art. 11º). *Livro dos pregos...*, doc. 316, p. 439 (1418, art. 27º). *Cortes portuguesas, reinado de D. Duarte (Cortes de 1436 e 1438)*. Ed DIAS, João Alves, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 20 (1436, art. 3º).

⁴⁰ FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 270.

segundo o qual ninguém devia ser dispensado de contribuir para *talhas e/ou fintas* destinadas à realização de obras⁴¹.

Por outro lado, ao longo do século XIV, pelo menos até 1387, à semelhança de outras cidades e vilas do reino, a edilidade lisboeta recorreu à aplicação das *sisas* não só para responder às exigências fiscais da Coroa (isto é, assegurar o pagamento dos chamados *serviços régios*)⁴²; mas também para suportar determinados encargos municipais, nomeadamente a suas obras. Tal verificou-se, por exemplo, em 1355, quando o concelho lançou *sisas* sobre a compra e venda do vinho tendo em vista a reparação das muralhas e portas da cidade⁴³; e, em data incerta, mas anterior a 1378, quando lançou *sisas* também sobre o vinho para financiar a conclusão da Cerca Nova, iniciada em 1373⁴⁴. A partir de 1387, todavia, produziu-se uma importante mudança, pois, no *ajuntamento* de Coimbra ocorrido entre Abril e Maio desse ano, os concelhos entregaram as suas *sisas* à Coroa para ajudar a suportar a guerra contra Castela, que foi, em contexto português, um conflito verdadeiramente excepcional, conforme tivemos já oportunidade de referir. A concessão das *sisas* municipais feita em 1387 tinha um carácter provisório, à semelhança das concessões feitas em ocasiões anteriores, nomeadamente no reinado de D. Fernando⁴⁵. Porém, a partir dessa data, o poder régio apropriou-se em definitivo deste direito fiscal, recusando-se a aceder aos vários pedidos feitos pelos *povos* para que as *sisas* lhes fossem devolvidas, designadamente nas Cortes de 1439, 1459 e 1481⁴⁶. Com efeito, os concelhos ficaram privados desta importante fonte de rendimento, procurando, por isso, novas formas de financiamento destinadas não só às obras públicas, mas também aos demais encargos municipais.

2.2.2 *Imposição de Vila Nova.*

Foi, precisamente, nesse contexto de busca por novos ingressos que, a partir de 1410, a edilidade lisboeta passou a dispor de um novo recurso fiscal destinado às suas obras públicas: a *imposição de Vila Nova*, um imposto indireto que, na sua origem, incidia sobre a venda de vinho, carne e sal e que foi lançado pelo concelho mediante o aval

⁴¹ *Livro dos Pregos...*, doc. 129, p. 244.

⁴² Sobre os *serviços*, veja-se: ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2020. Dissertação de mestrado, pp. 113-122.

⁴³ *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis, Livro II de D. Fernando*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1949, doc. 6, p. 23.

⁴⁴ *Livro dos Pregos...*, doc. 87, p. 164.

⁴⁵ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 118-121.

⁴⁶ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 137-151. ROSA, Catarina – “A edilidade lisboeta e o poder régio: dinâmicas de conflito e cooperação a partir da fiscalidade régia (séculos XIV-XV)”. In ANDRADE, Amélia Aguiar, SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *Governar a cidade na Europa medieval...*, pp. 268-270.

régio para suportar as despesas com a urbanização da zona de Vila Nova⁴⁷, situada na parte Ocidental da cidade junto às Portas de Santa Catarina⁴⁸. Assim, pretendia-se aliviar a população da *adua* ou *anúduva*, – isto é, o trabalho manual forçado e não-especializado – pois a aplicação deste direito régio tinha atrasado a execução da referida obra e agravado os vivinhos da urbe, sobretudo os mais pobres⁴⁹.

Depois de concluída a obra de Vila Nova, a *imposição* devia ser levantada, evidenciado o seu caráter excecional⁵⁰. Porém, em data incerta, mas anterior a 1420, D. João I apropriou-se deste direito⁵¹, que edilidade procurou depois recuperar, tendo, em 1434, requerido a sua devolução a D. Duarte. O monarca, todavia, indeferiu o seu requerimento, atribuindo-lhe em vez disso uma renda anual de 6.000.000 libras para conclusão da Vila Nova e concretização de outras obras autorizadas pelo rei⁵². Em 1438, nas Cortes de Torres Novas, o concelho pediu novamente que a *imposição* lhe fosse devolvida e, em resposta, a Rainha D. Leonor e o infante D. Pedro concederam-lhe mais 2.000.000 libras, pelo que, daí em diante, o concelho recebia anualmente 8.000.000 libras para gastar em obras, nomeadamente na de Vila Nova, que presumivelmente ainda estava em curso; e na obra do “estau”⁵³, referindo-se possivelmente ao Paço dos Estáus, cuja construção se iniciou no reinado de D. Duarte⁵⁴. O valor entregue pela Coroa à cidade era ainda assim bastante inferior ao rendimento da *imposição*⁵⁵, pelo que, nas Cortes de 1439, a edilidade requereu novamente que esta lhe fosse restituída e desta vez o seu pedido obteve uma resposta favorável⁵⁶. Uma concessão que deve ser interpretada à luz de um contexto particular, em que o infante terá procurado recompensar a cidade pelo apoio prestado na disputa pela Regência do reino⁵⁷.

No entanto, nas Cortes de 1439, produziu-se outra mudança que afetou de forma decisiva o destino da *imposição de vila nova*: a extinção do direito à aposentadoria gratuita, que permitia ao rei, à família real e aos grandes senhores obter pousada em qualquer parte do reino sem qualquer custo, pelo que, mediante a abolição deste direito, não só em Lisboa, mas em todo o reino, os serviços de hospedagem deviam

⁴⁷ *Livro dos Pregos...*, doc. 291, pp. 288-289.

⁴⁸ CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 38-39.

⁴⁹ *Livro dos Pregos...*, doc. 291, pp. 288-289.

⁵⁰ *Livro dos Pregos...*, doc. 291, pp. 288-289.

⁵¹ TT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 23. *Livro dos Pregos...*, doc. 107, pp. 227-228.

⁵² *Livro dos Pregos...*, doc. 329, pp. 473-474.

⁵³ *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso V (Cortes de 1438)*, Ed. DIAS, João Alves; PINTO, Pedro. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2014, pp. 117-119.

⁵⁴ RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspetos da administração municipal...*, pp. 119.

⁵⁵ De acordo com o requerimento apresentado pelos procuradores do concelho de Lisboa nas Cortes de 1439, os 6 contos de libras entregues por D. Duarte à edilidade correspondiam a menos de metade do rendimento total da *imposição*. *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)* – Ed. DIAS, João Alves; PINTO, Pedro. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2016, pp. 298.

⁵⁶ *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)...*, pp. 298-299.

⁵⁷ Sobre esta questão, veja-se, por exemplo: COELHO, Maria Helena da Cruz – “As Cortes de Lisboa de 1439 - poderes, debates e discursos”. *E-SLegal History Review*, vol. 27 (2018), pp. 1-16.

ser pagos e, de forma a viabilizar esta medida, as cidades e vilas deviam assegurar a existência de um maior número de estalagens⁵⁸. Assim, depois dessa reunião de Cortes, num momento que não é possível precisar, mas que terá sido anterior de 1448, a *imposição de vila nova* deixou de estar afetada às obras e ficou reservada à aposentadoria⁵⁹, de modo que o dinheiro procedente da *imposição*, em vez de ingressar na arca das obras da cidade, passou a ser depositado numa arca distinta⁶⁰, destinada não só aos gastos relativos à construção de estalagens promovidas diretamente pelo concelho; mas também ao pagamento do apoio monetário atribuído pela edilidade aos proprietários de hospedarias instaladas na cidade⁶¹; e à remuneração dos oficiais que integravam o aparelho administrativo que foi necessário organizar de forma a garantir que o grande número de pessoas que habitualmente afluía à cidade podia ser alojado em estabelecimentos próprios e preparados para o efeito⁶².

Paralelamente, num momento que também não foi possível precisar, o âmbito de incidência da *imposição* alterou-se, pois, embora de início tivesse sido lançada sobre o sal, a carne e o vinho⁶³, em 1476 encontramos-la cingida ao vinho vendido a retalho, configurando uma taxa *ad valorem* de quase 8 %, em que por cada 13 reais do valor do almude de vinho se pagava 1 real (ou seja, por cada almude pagava-se uma canada de vinho, sendo que esta medida correspondia a 1/13 daquela), segundo os artigos das *sisas* promulgados por D. Afonso V nessa data⁶⁴. Não obstante, a alteração ocorreu provavelmente num momento anterior a 1434, pois, na carta régia de resposta ao requerimento municipal para a sua devolução apresentado nesse ano, a *imposição* surge já referida como *imposição dos vinhos*⁶⁵.

⁵⁸ Para o caso de Lisboa, veja-se: RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspetos da administração municipal...*, pp. 119-126. MENDONÇA, Manuela – “Lisboa, 1439: a libertação das aposentadorias”. *Olisipo: Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»*, vol. 17, série 2 (2002), pp. 101-112. Para uma visão mais global e recente desta questão, veja-se: GONÇALVES, Iria – “Pernoitar fora de casa nos confins da Idade Média”. *Fragmenta Historica*, vol. 9 (2021), pp. 15-50.

⁵⁹ Sobre o financiamento da aposentadoria em concelhos distintos, veja-se por exemplo: BARROS, Maria da Luz Ferreira de – “Acheegas para o Estudo das aposentadorias na vila de Santarém e das suas formas de financiamento, nos finais do século XV”. In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. III. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1019-1025.

⁶⁰ MORENO, Humberto Baquero – “As Cortes de Lisboa de 1448”. *Revista Portuguesa de História*, vol. XVI, n.º 1 (1976), p. 206.

⁶¹ Os valores deste apoio dado pela edilidade aos estalajadeiros é conhecido, pelo menos, para o período entre 1463 e 1468, embora a sua atribuição fosse anterior, sendo vigente pelo menos desde 1442. RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspetos da administração municipal...*, p. 122.

⁶² RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspetos da administração municipal...*, pp. 124-125.

⁶³ *Livro dos Pregos...*, doc. 291, pp. 388-389.

⁶⁴ *Systema ou Collecção dos Regimentos Reais*. Tomo 1. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783, pp. 253-254.

⁶⁵ *Livro dos Pregos...*, doc. 329, pp. 473-474.

2.2.3 Marco dos Navios.

Em finais do século XV, o *marco dos navios* foi também consignado por mandato régio às obras da cidade, pelo menos numa determinada ocasião: em 1492⁶⁶. É possível que o mesmo se tenha verificado em instâncias diversas, porém a documentação compulsada revela apenas uma dessas situações. O imposto em questão era um direito fiscal municipal, cuja arrecadação remonta, pelo menos, ao início do século XV⁶⁷, inserindo-se num contexto de gradual aproveitamento fiscal das atividades portuárias, protagonizado quer pelas autoridades municipais, quer pelo poder régio. Um processo que se verificou não só em Lisboa, mas também em outras cidades e vilas do reino, das quais podemos destacar, por exemplo, o Porto, que cobrava o *assento dos navios*⁶⁸; e Viana da Foz do Lima, que desde 1473 arrecadava a *tonelagem*⁶⁹. Ou seja, impostos que incidiam sobre a utilização de estruturas portuárias e que revertiam para os concelhos responsáveis pela sua manutenção.

Embora a sua aplicação fosse anterior, a primeira notícia relativa ao *marco dos navios* reporta-se a 1406, data em que foi objeto de uma atualização introduzida pelo poder régio de forma a combater a evasão fiscal da qual o concelho se queixava. A partir de então ficou estabelecido que, em vez de 2 marcos de prata, o concelho podia apenas exigir uma taxa fixa de 1 marco por cada navio fretado ou carregado na cidade com tonelagem igual a 100 tonéis. Às embarcações de tonelagem superior aplicava-se uma taxa proporcional, pagando-se “por libra à razão do marco segundo mais e menos for de carrega”⁷⁰. Não obstante, o problema em questão não ficou resolvido, pois, em 1422, a edilidade promulgou uma postura em que fixava a forma como deviam ser apresentadas as cartas de fretamento de modo a assegurar o pagamento do *marco* por parte dos mercadores e mestres de navios⁷¹.

Devido à intensa atividade portuária desenvolvida neste núcleo urbano⁷², o *marco* adquiriu uma importância cada vez maior, de tal modo que em finais do século XV figurava já entre as principais rendas do concelho⁷³. Neste sentido, a sua alocação à realização de obras, ainda que de forma pontual, é um dado significativo e ilustrativo

⁶⁶ AML-AH, *Livro III d’el-rei D. João II*, doc. 44; *Livro I de D. Manuel I*, doc. 19.

⁶⁷ Sobre este imposto, veja-se: RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspetos da administração municipal...*, pp. 76-77. MATOS, Francisco – “O imposto municipal do «Marco dos navios»: uma introdução histórico-documental”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 1 (1997), 42-49. DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa – “O Marco dos Navios e o seu contributo para o comércio e o sistema fiscal durante o Erário Régio (1761-1833): abordagens e desenvolvimentos”. *ComTextos*, série 2, nº 4 (2019), pp. 1-19.

⁶⁸ GONÇALVES, Iria – *As Finanças municipais do Porto...*, p. 44.

⁶⁹ TT, *Além Douro*, liv. 3, fl. 262v. (art. 2º). MOREIRA, Manuel António Fernandes – “O foral afonsino e a debilidade financeira do município vianense segundo o Tombo de 1498”. In *A história de Viana do Castelo em Dispersos*. Vol. II. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 2005, pp. 89.

⁷⁰ *Livro dos Pregos...*, doc. 252, p. 353.

⁷¹ *Livro das posturas antigas...*, pp. 161-162.

⁷² ANDRADE, Amélia Aguiar – “La dimensión urbana de un espacio atlántico...”, pp. 366-375.

⁷³ AML-AH, *Livro 1º de registo das rendas e condenações e da receita e despesa*, fl. 2.

do ónus que estas representavam nas finanças municipais. Não obstante, verificou-se também a situação inversa, pois, em 1498, por indicação régia o *marco* foi adscrito às despesas fixas do concelho (ex. pagamento de salários dos oficiais municipais) sendo o elemento preferencial de sustentação da cidade, enquanto as restantes rendas deviam reverter para os trabalhos de construção e reparação, que absorviam, portanto, o grosso dos ingressos municipais⁷⁴. Uma distribuição de recursos que foi imposta pelo rei e que é reveladora da pressão que foi exercida pela Coroa sobre o concelho no contexto do projeto de reordenamento urbanístico promovido por D. Manuel I, precisamente a partir de 1498⁷⁵.

2.3 Expedientes financeiros.

2.3.1 Empréstimos.

Por fim, e em acréscimo aos referidos expedientes de natureza judicial e fiscal, a edilidade lisboeta obteve ainda empréstimos, conforme se verificou em 1485, quando os oficiais da aposentadoria emprestaram 200.000 reais ao concelho para pagar as pedras que vieram do Porto para o calcetamento da Rua Nova⁷⁶; e em 1486, quando Fernão Lourenço, tesoureiro da Casa da Guiné, emprestou a pedido do rei 50.000 reais para as obras da cidade⁷⁷. Para saldar a primeira das dívidas, D. João II mandou que o *marco dos navios* fosse entregue aos oficiais da aposentadoria até que os 200.000 reais tivessem sido pagos⁷⁸. Para saldar a segunda dívida, foi acordado entre o concelho e a Coroa que os 50.000 reais seriam abatidos no valor a pagar pela Coroa no *marco* sempre que fretasse navios na cidade, visto que os navios do rei também estavam sujeitos à satisfação deste direito fiscal⁷⁹, que, mais uma vez, encontramos ao serviço das obras da cidade, ainda que de forma indireta. Para além destes dois exemplos, identificámos ainda um empréstimo com a mesma finalidade obtido pelo concelho em 1494, quando, mediante a autorização régia, a instituição camarária recebeu 100.000 reais procedentes das rendas do Hospital de São Lázaro⁸⁰.

Assim, a partir dos exemplos elencados, é possível encontrar alguns denominadores comuns, nomeadamente o poder régio, que parece controlar o acesso da cidade ao crédito, uma vez que todos empréstimos referidos foram contraídos por sua vontade e/ou mediante a sua autorização, sendo também digna de nota a

⁷⁴ AML-AH, *Livro I de D. Manuel I*, doc. 28.

⁷⁵ CARITA, Hélder – *Lisboa Manuelina...*, pp. 53-62

⁷⁶ AML-AH, *Livro II d'el-rei D. João II*, doc. 69.

⁷⁷ *Livro dos Pregos...*, doc. 450, pp. 566-567.

⁷⁸ AML-AH, *Livro II d'el-rei D. João II*, doc. 69.

⁷⁹ *Livro dos Pregos...*, doc. 450, pp. 566-567.

⁸⁰ AML-AH, *Livro III de D. João II*, doc. 77.

preferência pelos empréstimos assegurados por instituições de gestão régia (Casa da Guiné) ou municipal (Aposentadoria e Hospital de São Lázaro), em detrimento de empréstimos concedidos por credores particulares. De resto, pelo menos à luz da informação disponível, é lícito sugerir que o recurso ao crédito não foi uma prática particularmente expressiva na Lisboa medieval, ao contrário do que se verificou em diversas cidades e vilas da restante Europa Ocidental, nomeadamente nos territórios da Coroa de Aragão⁸¹.

Considerações finais.

Com base nos dados avançados é possível concluir, desde logo, que na Lisboa dos séculos XIV e XV, o financiamento das obras públicas configurou um processo bastante complexo, obrigando à conjugação de vários expedientes, dos quais os de natureza fiscal ocuparam lugar de destaque. Por outro lado, atendendo ao peso que as obras públicas tiveram na gestão camarária poderá argumentar-se que contribuíram de forma decisiva para a consolidação da fiscalidade municipal, uma vez que, nos séculos XIII e XIV, motivaram o lançamento de impostos extraordinários, designadamente *talhas*, *fintas* e *sisas*; e, no século XV, justificaram o lançamento da *imposição de vila nova*, que de início tinha um carácter temporário, mas que, posteriormente, se converteu num ingresso regular da cidade. Um dado importante, mesmo considerando que depois das Cortes de Lisboa de 1439 a *imposição* ficou afetada à aposentadoria da cidade.

Para além disso, foi possível observar que o poder régio colaborou ativamente no financiamento das obras da urbe, não só através da concessão de direitos de usufruto régio ao concelho (ex. penas pecuniárias); mas também autorizando o lançamento de impostos e a obtenção de empréstimos por parte da edilidade. Um apoio que é revelador da dependência ou reduzida autonomia do concelho face à Coroa ao nível da sua gestão financeira, o que, pelo menos em parte, terá resultado da insuficiência ou inadequação dos recursos municipais face às exigências da sua própria vivência urbana.

⁸¹ FURIÓ, Antoni – “La dette dans les dépenses municipales”. *La fiscalité des villes au Moyen Âge...* (vol. 3), pp. 321-345. FURIÓ, Antoni – “Deuda pública e intereses privados. Finanzas y fiscalidad municipales en la Corona de Aragón”. *Edad Media: Revista de Historia* 2 (1999), pp. 35-80.

**«Traerá dello mucho prouecho
a la dicha çibdad»:
*la reparación y financiación
del puente de Suazo de Cádiz a
finales de la Edad Media***

*Daniel Ríos Toledano*¹

Resumen

A finales de la Edad Media el concejo de la ciudad de Cádiz solicitó financiación económica a la Corona de Castilla para reparar el puente de Suazo debido a su mal estado de conservación. El reparo de esta edificación se enmarca dentro de un contexto global de reconstrucción de obras defensivas, portuarias y viarias en el sur ibérico durante el siglo XV e inicios del XVI. La reparación de este puente fue fundamental para la vida económica de Cádiz por ser la única vía terrestre de acceso a la isla y a la ciudad. Su conservación resultaba de vital importancia para el desarrollo del comercio por tierra, como complementario al comercio marítimo. El hallazgo de documentación inédita en el Archivo General de Simancas ha permitido realizar este estudio sobre el estado del puente, así como de las obras de reparación y de los medios de financiación..

Palabras clave

Cádiz; Corona de Castilla; Gobierno urbano; Infraestructuras viarias; Urbanismo.

¹ Universidad de Granada.

“Traerá dello mucho prouecho a la dicha çibdad”: repairing and financing of the Suazo Bridge of Cadiz in the Later Middle Ages

Abstract

At the end of the Middle Ages the city council of Cadiz requested economic financing to the Crown of Castile to repair the bridge of Suazo due to the bad state of conservation. The building repair's is framed within a global context of Context of defensive, port and road reconstruction works on the Southern Iberia during the late 15th and early 16th centuries. The rebuilding of this bridge was a fundamental issue for the economic life of Cadiz, for it was the only terrestrial route to access to the island and the city. Its conservation has been of key importance to develop the overland trade, which complemented maritime trade. The discovery of unpublished documents from the Archivo General de Simancas has allowed to undertake this comprehensive study about the bridge's state, as well as repair works and the means of financing.

Keywords

Cadiz; Crown of Castile; urban government; road infrastructure; urbanism.

Introducción.

El mundo urbano medieval ha constituido uno de los principales ejes temáticos de la historiografía europea, en general, y de la hispana, en particular². La ciudad y su universo de relaciones sociales, económicas, políticas y culturales ha experimentado un gran impulso en las últimas décadas desde distintas facetas, fruto del floreciente interés de la medievalística ibérica por la interpretación de las dinámicas y de las jerarquías urbanas³. Más concretamente, en relación a la temática de esta reunión académica – la construcción y la reconstrucción –, cabe señalar como antecedente el *VI Encuentros Internacionales del Medioevo de Nájera* dedicado a la construcción de

² Sin ánimos de ser exhaustivo, cabe mencionar LE GOFF, Jacques – *Le città medievale*. Florencia: Giunti, 2011. CHERUBINI, Giovanni – *Le città europee del Medioevo*. Milán: Bruno Mondadori, 2009; MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Ciudades medievales europeas. Entre lo real y lo ideal*. Madrid: Cátedra, 2013; CLARK, Peter – *European Cities and Towns 400-2000*. Oxford: University Press, 2009, especialmente pp. 21-105; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval: introducción a su estudio*. Madrid: Editorial Dykinson, 2010; BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio (coord.) – *La ciudad medieval. Aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1996.

³ MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela; RUIZ GÓMEZ, Francisco – *La ciudad medieval. Nuevas aproximaciones*. Cádiz: Editorial UCA, 2020; ASENJO GONZÁLEZ, María; ALONSO GARCÍA, David; PÉREZ GONZÁLEZ, Silvia María – *Ciudades en expansión: dinámicas urbanas entre los siglos XIV-XVI*. Madrid: Editorial Dykinson, 2022.

la ciudad en la Edad Media, desarrollado en 2009⁴. Previamente, en 2005, se había celebrado en Prato la *XXXVI Settimana di Studi del Istituto Internazionale di Storia Economica Francesco Datini* sobre la edilia, con dos sesiones a destacar: una centrada en el estudio de los procesos constructivos y en las funciones de los edificios y otra en la financiación de las obras públicas⁵. Ambos ejemplos permiten atestiguar que la construcción en el mundo urbano se corresponde con una línea de investigación consolidada, pero en constante renovación.

En esta ocasión, a tenor del amplio abanico de posibilidades, se plantea el estudio de las obras de reconstrucción y de los medios de financiación del puente de Suazo a inicios del siglo XVI. La selección de este tema responde al hallazgo de un elenco de registros documentales inéditos en el Archivo General de Simancas, específicamente de las sesiones del Registro General del Sello y de Cámara de Castilla. Esta documentación de naturaleza concejil y regia permite trazar la evolución de esta infraestructura viaria, atendiendo desde el interés del concejo gaditano por la finalización de las obras hasta la descripción detallada del estado de la construcción por parte del maestro de obra y a los recursos económicos servibles para solventar los gastos. De su análisis se pueden obtener nuevas noticias sobre el urbanismo bajomedieval, los medios de construcción, la financiación de la edilia pública y la gobernanza de la ciudad. El estudio del urbanismo de Cádiz durante la Baja Edad Media y a comienzos de la Modernidad ha recibido una atención desigual, condicionada sin lugar a dudas por la carencia de fuentes municipales⁶. De tal manera, la lectura e interpretación de estos documentos aportan información sobre una temática escasamente considerada por la historiografía local y nacional.

1. Construir para unir caminos y ciudades: los puentes en la Edad Media.

El sector de la construcción es indudablemente “la principal actividad urbana en la Edad Media en términos de mano de obra”, como bien han subrayado Patrick Boucheron y

⁴ ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Á. – *Construir la ciudad en la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2010.

⁵ CAVACIOCCHI, Simonetta (a cura di) – *L'edilizia prima della rivoluzione industriale. Atti della "Trentaseiesima Settimana di Studi", 26-30 aprile 2004*. Florencia: Le Monnier, 2004, pp. 219-364; 489-812.

⁶ SÁNCHEZ HERRERO, José – “Aspectos urbanísticos de Cádiz durante los siglos XIII al XV”. In *Cádiz en el siglo XIII. Actas de las «Jornadas Conmemorativas del VII Centenario de la muerte de Alfonso X el Sabio»*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1983, pp. 21-36; NAVASCUÉS Y DE PALACIO, Javier – *Cádiz a través de 1513 (Apuntes para su arquitectura y urbanismo desde el siglo XIII)*. Sevilla: Colegio Oficial de Arquitectos de Andalucía Occidental, 1996; RUIZ NIETO-GUERRERO, María Pilar; JIMÉNEZ MATA, Juan José – *Historia Urbana de Cádiz. I. Génesis y formación de una ciudad moderna*. Cádiz: Colegio Oficial de Arquitectos de Cádiz-Lampreave, 2016; RÍOS TOLEDANO, Daniel; DE LA CRUZ SASTE, Antonio – “Cádiz a inicios del siglo XVI: el pleito de 1512-1513 y el origen del primer dibujo de la ciudad”. In SÁNCHEZ SAUS, Rafael; RÍOS TOLEDANO, Daniel (eds.) – *Entre la tierra y el mar. Cádiz, frontera atlántica de Castilla en la Baja Edad Media*. Madrid: Editorial Sílex, 2022, pp. 341-363, sobre todo pp. 352-359.

Denis Menjot⁷. En efecto, durante los siglos bajomedievales los gobiernos de las villas y de las ciudades desplegaron medidas destinadas a la mejora, a la reparación y a la preservación de las obras públicas⁸. En el caso concreto de la Corona de Castilla, en las últimas décadas del siglo XV y en las primeras del XVI se revela en los centros urbanos del sur un significativo interés por desarrollar una política centrada de conservación y de renovación de la edificación. De hecho, el corpus legislativo del rey Alfonso X el Sabio establecía la obligación de los monarcas de construir puentes y caminos⁹, pues eran quienes percibían las rentas generadas de los peajes y de los portazgos. El trasiego de bienes y personas, unido a las inclemencias meteorológicas y a los ataques militares, generó daños a los trazados, a la pavimentación y a las estructuras de los puentes, lo que exigió ingentes inversiones económicas para afrontar las distintas reparaciones¹⁰, suscitando multitud de intervenciones con la intención de reforzarlas y de reacondicionarlas. La reconstrucción de estas obras estuvo estrechamente vinculada con el desarrollo de las redes comerciales y de las vías de comunicación terrestre¹¹. Eran unas infraestructuras con un notable valor estratégico. El análisis de los puentes medievales conservados en España ha permitido al ingeniero Juan José Arenas registrar que durante los siglos bajomedievales estas edificaciones destacaron por la libertad y el progreso¹². Ambas ideas están relacionadas con la autonomía de los gobiernos municipales para promover su cimentación o su restauración, y con la evolución de las técnicas constructivas.

Según Paul B. Newman, en la Edad Media la construcción de los puentes respondía a tres razones: el valor económico, la función militar y el símbolo religioso. Con respecto al valor económico, estas infraestructuras viarias proporcionaban una

⁷ BOUCHERON, Patrick; MENJOT, Denis – *Historia de la Europa urbana. II. La ciudad medieval*. Valencia: Publicacions Universitat de València, 2010, p. 166.

⁸ SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – “Infraestructuras e instalaciones portuarias, fluviales e hídricas en las villas del norte peninsular a finales de la Edad Media: las obras públicas como instrumentos del poder”. In DEL VAL VALDIVIESO, M^a Isabel; VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz (coords.) – *Musulmanes y cristianos frente al agua en las ciudades medievales*. Santander: Universidad de Cantabria-Universidad de Castilla-La Mancha, 2008, pp. 275-305.

⁹ “Otro sí debe mandar labrar los puentes y las calzadas, y allanar los pasos malos porque los hombres pueden andar y llevar sus bestias y sus cosas desembargadamente de un lugar a otro, de manera que no las pierdan en el pasaje de los ríos, ni en los otros lugares por donde fueren”. *Las Siete Partidas*, Partida II, Título 11, Ley 1. Una visión general sobre la caminería y los puentes en el norte de Castilla durante el reinado de los Reyes Católicos, véase MOLÉNAT, Jean Pierre – “Chemins et ponts du Nord de la Castille au temps de Rois Catholiques”. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 7 (1971), pp. 115-162.

¹⁰ CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – “Las vías de comunicación terrestres entre al-Andalus y Castilla”. In SÁNCHEZ-TERÁN, Salvador *et alii* (eds.) – *La formación del espacio histórico: transportes y comunicaciones*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2001, pp. 62-63.

¹¹ SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; MARTÍN PÉREZ, Fernando – *Rutas de comunicación marítima y terrestres en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media. Movilidad, conectividad y gobernanza*. Madrid: Editorial La Ergástula, 2020.

¹² ARENAS DE PABLO, Juan J. “Los puentes en la Baja Edad Media”. In *Tecnología y Sociedad: Las grandes obras públicas en la Europa Medieval. XXII Semana de Estudios Medievales. Estella, 17 al 21 de julio de 1995*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1995.

fuelle de ingreso a través de la recaudación de impuestos, puesto que los viajeros y los mercaderes debían abonar las tasas convenientes por el cruce de bienes, mercancías y personas. En relación a la función militar, los puentes favorecieron la movilización de tropas de caballería, lo que permitió una actuación más veloz ante cualquier amenaza. Por último, contaban con un sólido simbolismo religioso, como representación de la caridad cristiana, pues constituían un medio más seguro para cruzar los ríos en comparación con las barcas, en consecuencia podían salvar la vida de los peregrinos que se dirigían a los santuarios¹³. En palabras de Juan Carlos Castillo, la construcción de esta estructura viaria respondía a “la necesidad de franquear un obstáculo natural” que impedía seguir la ruta¹⁴. En este sentido, los puentes unían a las distintas ciudades y villas entre sí. En el caso del puente de Suazo, permitió conectar Cádiz, el principal puerto del sur de la Corona de Castilla, con los distintos centros urbanos y rurales del entorno, lo que fomentó el transporte de mercancías desde el interior¹⁵.

Las obras de reconstrucción de los puentes constituían frecuentemente un inconveniente para los gobiernos urbanos, sobre todo en relación a los asuntos económicos, debido a los elevados costes que acarrea. Resultaban de vital importancia para el sostenimiento de las comunicaciones terrestres y el desarrollo del comercio a distintos grados¹⁶. A causa de ambas razones, los concejos buscaron diferentes alternativas para financiar sus reparaciones, pues debían asegurar, de un modo u otro, el cruce de los ríos. La trascendencia de estas infraestructuras viarias se manifiesta además en el empleo de sillares de piedra para preservar su perdurabilidad¹⁷. La intervención de la Corona de Castilla, en muchas ocasiones, se ciñó en desarrollar una legislación que reglamentase el buen uso y la conservación de las distintas estructuras, que debían aplicar y cumplir los concejos, así como en autorizar el uso de impuestos extraordinarios a los concejos para sufragar la construcción de obras públicas. Desde 1500 los corregidores desempeñaron la

¹³ NEWMAN, Paul B. – *Travel and Trade in the Middle Ages*. Jefferson-North Carolina-London: McFarland, 2011, p. 51.

¹⁴ CASTILLO ARMENTEROS, Juan Carlos – “Las vías de comunicación terrestres...”, p. 56.

¹⁵ El caso de Cádiz y del puente de Suazo no es excepcional. En este sentido, cabe mencionar el puente de la Cartuja de Jerez de la Frontera, que fue construido en el siglo XVI. Su importancia era más que evidente, pues aseguraba el cruce del río Guadalete de una orilla a otra. Véase, ROMERO MEDINA, Raúl; ROMERO BEJARANO, Manuel – “Arquitectura tardogótica en el sur del antiguo Arzobispado de Sevilla: los maestros canteros y la construcción del puente de Cartuja (1525-1541)”. *Boletín del Museo e Instituto Camón Aznar* 106 (2010), pp. 251-288; RUIZ PILARES, Enrique José – “La política viaria municipal a finales de la Edad Media (1430-1530): el caso de Jerez de la Frontera”. *Norba. Revista de Historia* 25-26 (2012-2013), p. 223.

¹⁶ MORALES SEGURA, Mónica; NÚÑEZ MARTÍ, Paz; PÉREZ VELASCO, Eva; SEGURA GRAIÑO, Cristina – “Los puentes de Madrid en la Edad Media. Construcción y reconstrucciones”. In GRACIANI GARCÍA, Amparo *et alii* (eds.) – *Actas del Tercer Congreso Nacional de Historia de la Construcción*. Sevilla: Junta de Andalucía, 2000, p. 708.

¹⁷ RODRÍGUEZ, Ana – “Introducción”, *La petrificación de la riqueza: construcción e identidad en la Península ibérica e Italia, siglo XI-XIII*, *Studia Historica. Historia Medieval* 39, 1 (2021), pp. 3-6.

función de cuidar y reparar los caminos, los puentes y las alcantarillas por orden de los Reyes Católicos¹⁸.

2. “*Un ponte rotto*”: el puente de Suazo durante la Baja Edad Media.

Durante la Edad Media, el puente de Suazo¹⁹, de origen romano e identificado con el topónimo latino *Ad Pontem*²⁰, constituía la única vía de acceso para alcanzar la ciudad de Cádiz por tierra. Se ubicaba, al igual que la actualidad, en el extremo de la isla – conformada por la ciudad gaditana y la villa de La Puente –, sobre el río de la Puente o de San Pedro – como se designa en las fuentes medievales –, hoy conocido como caño de Sancti Petri. Junto al puente de Suazo existió durante estos siglos otra infraestructura situada sobre el río Arillo como indica el topónimo, de origen árabe, la Alcantarilla – procedente del término *al-qantara*–²¹, que alude a una estructura de menor dimensión, que aparece trazada y mencionada en los grabados de época moderna. En estos dibujos este pequeño puente se representa como una edificación de considerable entidad, con un solo arco, que permitió la unión del alfoz de Cádiz con el término de La Puente y el paso de bienes y personas entre ambos²². El uso de este vocablo ha permitido constatar su edificación en tiempos islámicos – o anteriormente – y su aprovechamiento durante los siglos bajomedievales. Efectivamente, el paso de estos dos puentes garantizaba el acceso a la ciudad gaditana desde el interior.

A diferencia de la Alcantarilla, sobre el puente de Suazo hay más noticias durante los siglos bajomedievales. Las condiciones naturales de este ámbito geográfico – la oscilación mareal del océano Atlántico y las corrientes de la bahía – fueron favorables para su construcción²³. De hecho, este edificio bautizó a la población de La Puente de Cádiz y le concedió una identidad. La primera referencia documental sobre el concejo de La Puente procede de un privilegio decretado por el rey Alfonso X el Sabio en noviembre de 1268, en el que determinó la integración de los concejos de Sanlúcar, Rota, Sidueña y La Puente dentro de la jurisdicción de Cádiz como parte

¹⁸ RUIZ PILARES, Enrique José – “La política viaria municipal...”, pp. 210-211.

¹⁹ Su nombre deriva de la familia Suazo, que a lo largo del siglo XV tuvo bajo su control el término de La Puente.

²⁰ SÁEZ ROMERO, Antonio M.; MONTERO FERNÁNDEZ, Roberto; MONTERO FERNÁNDEZ, Ana I.; SÁEZ ESPLIGARES, Antonio; DÍAZ RODRÍGUEZ, José J. – “Anotaciones al recorrido de las vías Augusta y Heraclea a su paso por San Fernando (Cádiz). Novedades arqueológicas y paleogeográficas”. *Antiquitas* 16 (2004), pp. 105-119.

²¹ ABELLÁN PÉREZ, Juan – *Poblamiento y administración provincial en al-Ándalus. La cora de Sidonia*. Málaga: Editorial Sarriá, 2004, p. 75.

²² *Planta general de la ciudad de Cádiz y su bahía* (1613) y *Baía de Cádiz y barra de Sanlúcar de Pedro Teixeira* (1634).

²³ ARTEAGA, Oswaldo; SCHULZ, Horst D.; ROOS, Anna-Maria – “Geoarqueología Dialéctica en la Bahía de Cádiz”. *Revista Atlántica-Mediterráneo de Prehistoria y Arqueología Social* 10 (2008), p. 64.

de su alfoz, así como le concedió autorización a la ciudad para nombrar sus alcaldes y alguaciles²⁴.

El término de La Puente abarcó en sus inicios desde las inmediaciones del río Arillo, que actuó como frontera con el de Cádiz, hasta más allá del caño de Sancti Petri, englobando bajo su circunscripción a la alquería de Chiclana y la de Rayhana²⁵. Sin embargo, la demarcación original fue aminorada a finales del siglo XIII y en la primera mitad del XIV con la disgregación de ambas aldeas. La primera fue entregada en mayo de 1303 por el rey Fernando IV de Castilla a Alonso Pérez de Guzmán²⁶, mientras que la segunda fue concedida por el monarca Alfonso XI a su criado Gonzalo Díaz de Sevilla en mayo de 1335²⁷ hasta que fue cedida en noviembre de 1344 al concejo de Cádiz. Quedó así integrada en el alfoz gaditano hasta que por orden de Enrique II fue otorgada su jurisdicción al caballero jerezano Alfonso García de Vera en 1377. Según Alfonso Franco, el rey castellano se la concedió como prebenda por el apoyo mostrado en el concejo de Jerez frente a los partidarios de Pedro I.

El puente, al igual que la fortaleza, debió haber sido derribado en el contexto del ataque de la flota portuguesa a la ciudad e isla de Cádiz en 1369²⁸. A tenor de su estado ruinoso y deteriorado, resulta probable que el concejo gaditano decidiera implementar una barca de pasaje, con el fin de facilitar el cruce del canal de Sancti Petri como remedio ante el elevado coste de la reparación del puente. De hecho, la primera referencia sobre el funcionamiento de la barca de pasaje procede de las reminiscencias a la merced concedida por Enrique II a Alfonso García de Vera: “el rey don Enrique mi visabuelo que Dios perdone fisiera mercet e donación de la dicha casa y barca con todo su término y sennorio e pertençias e derechos e suelos a Alphonso García

²⁴ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (Ed.) – *Diplomatario andaluz de Alfonso X*. Sevilla: El Monte, 1991, doc. 353, 1268-XI-6, Arcos. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “La ocupación de la zona de Cádiz”. In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) – *Repartimiento de El Puerto de Santa María*. Sevilla-El Puerto de Santa María: Universidad de Sevilla, Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, Cátedra Alfonso X El Sabio, 2002, p. XXVII.

²⁵ Sobre la ubicación de las distintas aldeas en la bahía gaditana, me remito a MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio – “El aprovechamiento de humedales y marismas en el término de Cádiz: segunda mitad del siglo XIII”. In LAGÓSTENA BARRIOS, Lázaro Gabriel (ed.) – *Qui lacus aquae stagna paludes sunt... Estudios históricos sobre humedales en la Bética*, Cádiz: Seminario Agustín de Horozco de Estudios Económicos de Historia Antigua y Medieval, 2015, pp. 121-147, especialmente p. 129.

²⁶ LADERO QUESADA, Miguel Ángel; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “La población en la frontera de Gibraltar y el repartimiento de Vejer (siglos XIII y XIV)”. *Historia. Instituciones. Documentos* 4 (1977), pp. 234-235.

²⁷ FRANCO SILVA, Alfonso – *La Isla de León en la Baja Edad Media*, San Fernando: Ayuntamiento de San Fernando, 1995, Apéndice documental, p. 75.

²⁸ La crónica del rey Fernando I de Fernão Lopes describe así el ataque de la flota portuguesa, dirigido por el almirante Lanzarote Pessanha, en junio de 1369: “*Jouve alli a frota per espaço de tempo, e destroyo toda a ilha de Callez, e fez mujto dapno per aquella comarca assi no mar como per terra*”. LOPES, Fernão – *Chronica d'El Rey D. Fernando*. Ed. José Correa da Serra. Collecção de Livros Inéditos de Historia Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II. Tomo IV. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793, pp. 123-525. La cita en p. 208.

de Vera, veçino de Xeres, el qual desides que tovo e ovo la dicha ysla e barca²⁹. Este testimonio confirma que en tiempos de los García de Vera la barca de pasaje estaba en funcionamiento para cruzar de la isla a tierra firme y viceversa.

El estado del puente se describe perfectamente en el *Portolano di parte del Mediterraneo*: “un ponte rotto che antichamente pasava da la terra ferma a l'ixola³⁰. En efecto, este portulano, datado en 1480 y redactado en dialecto veneciano, al describir Cádiz afirmó que había un puente que antiguamente unía la isla con tierra firme, pero que en aquel momento se hallaba destruido, aunque había sido reconstruido, al igual que el castillo, bajo mandato de los Suazo en la primera mitad del siglo XV³¹. Tras recibir el término de La Puente en 1408 por mandato del rey Juan II, Juan Sánchez de Suazo dedicó sus esfuerzos en reforzar el sistema defensivo y la red viaria de la villa. A pesar de los notables esfuerzos de los Suazo, en las últimas décadas del siglo XV el puente mostraba un mal estado, que sería el que presentaba a comienzos de la centuria siguiente, cuando el concejo de la ciudad de Cádiz solicitó a los Reyes Católicos su respaldo institucional y económico para reconstruirlo.

Pese a los escasos registros documentales, los testimonios de los primeros historiadores locales de finales del siglo XVI e inicios del XVII son excelentes exposiciones para conocer la evolución del puente de Suazo. Así, Agustín de Horozco en la última década del siglo XVI lo describió como “de tanta excelencia y maravilla”, así como afirmó que “lo es grande el ver que abraza, da paso y comunicación de una isla, puesta en medio del agua del mar, a la tierra firme³². A lo que añadió las siguientes palabras:

“El largo, por todo lo que baña el agua en su ordinaria creciente, es de trescientas varas, y el ancho de diez. Corre el agua por solamente tres ojos que tiene, los dos tan anchos y suficientes que pasan por ellos barcos, naos, bergantines y galeras, quitando los árboles o mástiles, los cuales no habrán menester quitar los bajeles medianos después que se levante y acabe todo lo que ha de ser el edificio, y se cierran los arcos porque ahora en el inter que se acaban pasar por encima unas grandes vigas y mástiles que atraviesan de la pared del un arco al otro, la cual madera se quita y descompone para que pasen los navios y galeras, si les es forzoso el paso, por noo embararse en desarbolar³³.”

²⁹ FRANCO SILVA, Alfonso – *La Isla de León...*, p. 13.

³⁰ GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “La costa del Reino de Sevilla en la documentación náutica italiana (siglo XV)”. In MALPICA CUELLO, Antonio; PEINADO SANTAELLA, Rafael G.; FÁBREGAS GARCÍA, Adela – *Historia de Andalucía. VII Coloquio*. Granada: Universidad de Granada, 2010, vol. 2, pp. 308-309.

³¹ SÁEZ ESPLIGARES, Antonio; SÁEZ ROMERO, Antonio M. – “Reflexiones acerca del ‘Concejo de la Puente’: origen y desarrollo en los ss. XIII-XIV”. *Arqueología y Territorio Medieval* 12.2 (2005), pp. 22-23.

³² DE HOROZO, Agustín – *Historia de Cádiz. Edición crítica y notas a cargo de Arturo Morgado García*. Cádiz: Editorial UCA, 2017, pp. 156-158.

³³ DE HOROZO, Agustín – *Historia de Cádiz...*, pp. 156-157.

Aunque la descripción del historiador Agustín de Horozco se corresponde con el estado del puente de Suazo en la última década del siglo XVI, su testimonio es interesante para constatarlo con la información que aportan los registros documentales. Lo más llamativo de su descripción quizás sea la referencia a la navegación del caño de Sancti Petri y el procedimiento que debía realizar las embarcaciones que navegaban por debajo del puente de Suazo: debían quitar los mástiles para poder cruzar el canal. A pesar de que el testimonio es posterior, no cabe duda de que debió ser una práctica frecuente en los siglos bajomedievales. El puente medieval estuvo compuesto por catorce arcos, solo dos ellos contaban con una medida de 19.5 varas – en torno a 16.30 m –, que indudablemente serían los que atravesaban los barcos. Probablemente, fueran de medio punto, herencia romana, si bien no se especifica en la documentación examinada.

En esta misma dirección, el humanista gaditano Suárez de Salazar apuntó que “tiene de largo casi setecientos pies, y de ancho poco mas de quinze: está toda fabricada de muy grandes sillares de piedra delgada, trayda de la isla de Santi Petri”. A diferencia de las noticias de las fuentes documentales, que no mencionan la procedencia de la piedra ostionera, esta información permite atestiguar que, al menos en las últimas reconstrucciones del puente, se emplearon sillares provenientes de las canteras de Sancti Petri. Así, de este material señaló lo siguiente: “tiene tal propiedad aquella piedra, que cresce muy sensiblemente [...], desta se labró toda la puente, y con tanto primor, y arte, que no auiedo en toda esta obra puño de cal, ni otra mescla alguna, estan tan juntas, asidas, y encorporadas, que no parece toda la puente sino de vna pieça”³⁴. Por último, el historiador Agustín de Horozco indicó que el puente, fruto de los temporales, fue deteriorado, lo que obligó a los vecinos y moradores de Cádiz a cruzar el canal en barca³⁵.

3. Gobernanza urbana y obras públicas en Cádiz: la reparación y financiación del puente de Suazo.

A finales de 1501 – o a inicios del año siguiente – el concejo de la ciudad de Cádiz elevó una petición a los Reyes Católicos por la que solicitaba que se ordenase la finalización de las obras del puente de Suazo, argumentando que “sy se acabase de fazer traerá dello mucho prouecho a la dicha çibdad e a los vezinos e moradores della”³⁶. La réplica, remitida al bachiller Juan de Burgos, por aquel entonces juez de

³⁴ SUÁREZ DE SALAZAR, Juan Bautista – *Grandezas y antigüedades de la isla y ciudad de Cádiz*, Cádiz, 1610, pp. 134-135.

³⁵ DE HOROZO, Agustín – *Historia de Cádiz...*, p. 158.

³⁶ Archivo General de Simancas (en adelante AGS), Registro General del Sello (en adelante RGS), Febrero 1502, f. 334, 8-II-1502.

residencia³⁷, fue sumamente determinante: se requirió a las autoridades municipales la presentación de una relación con los testimonios de los maestros de cantería y alarifes gaditanos, en la que se debía recoger la información relativa al modo de terminar la construcción, al coste económico de las obras, al tiempo necesario para su ejecución y a la financiación. En relación a este último asunto, la corona instó el envío de noticias sobre las rentas anuales y el gasto ordinario, con el fin de que la edificación no afectara ni a los vecinos ni a los mercaderes. En efecto, a comienzos del siglo XVI el puente presentaba un estado de conservación desfavorable, motivo por el que el cabildo gaditano suplicó la actuación de los Reyes Católicos, respaldándose en alegatos de naturaleza económica para que fuera reconstruido, dados los réditos que reportaría a la ciudad.

A pesar de la réplica favorable de los Reyes Católicos, no consta ninguna referencia documental sobre el puente de Suazo hasta 1509. A principios de marzo de ese año fue elaborado un informe general sobre el estado de la mencionada infraestructura por Alonso Rodríguez, maestro mayor de las obras de la Santa Iglesia de Sevilla, por apelación del rey Fernando el Católico³⁸. A pesar de la parquedad de las fuentes documentales, los estudios de los últimos años han permitido reconstruir con más firmeza la biografía de este maestro cantero³⁹. Sabemos que era oriundo de la ciudad de Jerez de la Frontera y que supervisó obras del tardo-gótico en el ámbito del arzobispado de Sevilla, como fue el caso de la propia catedral hispalense desde 1496, tras el fallecimiento del maestro mayor Juan de Hoces. Previamente había intervenido en Jerez de la Frontera y El Puerto de Santa María. En el caso de la primera, había participado en las obras de las iglesias de San Miguel y Santiago, mientras que en la villa portuense estuvo al servicio de Luis de la Cerda, duque de Medinaceli⁴⁰.

La relación del maestro Alonso Rodríguez es profundamente descriptiva para conocer las características arquitectónicas del puente de Suazo. Este informe fue elaborado en presencia del licenciado Obregón, corregidor de la ciudad de Cádiz, de los regidores Antón Bernalte, Luciano Marruffo y Cristoforo Marruffo – de ascendencia genovesa y castellanizados como Lucían Marrufo y Cristóbal Marrufo –, y de Antón Romi, escribano del concejo, que ejercieron de testigos y supervisores de la redacción

³⁷ El bachiller Juan de Burgos tuvo el cometido de los Reyes Católicos de hacer el juicio de residencia del anterior corregidor, el bachiller Suero de Novoa. AGS, RGS, Enero 1502, f. 73, 3-I-1502. Desempeñó el cargo de corregidor y de juez pesquisador hasta la designación de Cristóbal Velázquez de la Torre como corregidor de la ciudad de Cádiz a inicios de febrero de 1503. AGS, RGS, Febrero 1503, f. 45, 13-II-1503.

³⁸ AGS, Cámara de Castilla (en adelante CCA), Pueblos (en adelante PUE), 4-2, 358, ff. 2285-2290, 3-III-1509.

³⁹ RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente – “El maestro Alonso Rodríguez”. In ALONSO RUIZ, Begoña (coord.) – *Los últimos arquitectos del gótico*. Madrid, pp. 271-360. ROMERO MEDINA, Raúl; ROMERO BEJARANO, Manuel – “«Un lugar llamado Jerez». El maestro Alonso Rodríguez y sus vínculos familiares y profesionales en el contexto de la arquitectura del tardogótico en Jerez de la Frontera”. In JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso (ed.) – *La Catedral después de Carlín*. Sevilla, 2010, pp. 175-288.

⁴⁰ ROMERO MEDINA, Raúl; ROMERO BEJARANO, Manuel – “Arquitectura tardogótica...”, pp. 254-257.

de la memoria. La activa participación del concejo gaditano en la restauración de este edificio trae a colación dos ideas: de un lado, el control jurisdiccional de Cádiz sobre el antiguo término de La Puente, pues no se aparece mencionado como concejo, y, de otro, la competencia de los Ponce de León se ceñía al dominio del castillo⁴¹. En esta línea, el profesor Franco Silva subrayó que la jurisdicción de la Isla de León por parte de los duques de Arcos se limitó a la fortaleza, a cuyo cargo estaba un alcaide designado por ellos⁴². Respecto al registro documental, se puede dividir en tres partes: en primer lugar, la descripción pormenorizada de los elementos arquitectónicos; en segundo lugar, los materiales constructivos necesarios para la finalización con su valor económico; y, por último, el coste total de la obra.

El puente de Suazo estaba constituido por quince pilares – los de los dos extremos eran pilares maestros y estaban ubicados en tierra firme, mientras que los trece restantes estaban “dentro en el agua” – y por catorce arcos de distinto tamaño. Al contrario, la altura de los pilares era homogénea: 10 varas – en torno a 8.36 m –, sin incluir los tajamares, cuya medida no se precisa en el memorial. En cambio, la anchura de los arcos y de los pilares era heterogénea, aunque no se especificaron las dimensiones de los soportes maestros, si bien el resto oscilaban entre 5 y 5.3 varas. El tamaño de los pilares se acrecentaba en la dirección de Cádiz a Chiclana. Tomando en consideración esta orientación, los dos primeros medían 5 – alrededor de 4.18 m –, el tercero 5.25 – 3.55 m – y los demás 5.3 varas – 3.83 m. Referente a los arcos, fluctuaban entre 7.5 y 19.5 varas – aproximadamente entre 6.27 y 16.30 m. A grandes rasgos, los centrales contaban con una amplitud superior en comparación con los laterales, a pesar de no seguir un mismo criterio de un lado a otro. Efectivamente, los arcos con la máxima extensión eran el cuarto y el décimo – 19.5 varas, mientras que el séptimo, el octavo, el noveno y el undécimo compartían la misma medida: 19 varas – 15.88 m. Desde el primero hasta el cuarto la anchura aumentaba paulatinamente, al igual que desde el cinco hasta el décimo, entretanto desde el undécimo hasta el decimocuarto disminuía⁴³. La longitud estimada de la infraestructura de una ribera a otra era de 216 m.

En relación a los materiales constructivos para la reparación de esta infraestructura, el maestro Alonso Rodríguez indicó la necesidad de contar con 16.500 sillares sevillanos, de la mar y de las canteras del rey. Con la expresión “la piedra de la costa de la mar” se refería a la piedra ostionera, muy utilizada en la ciudad de Cádiz

⁴¹ FRANCO SILVA, Alfonso – *La Isla de León en la Baja Edad Media*. San Fernando: Ayuntamiento de San Fernando, pp. 17-31.

⁴² FRANCO SILVA, Alfonso – *La Isla de León...*, p. 21.

⁴³ Las dimensiones de los arcos en varas eran las siguientes: el primero 7.5, el segundo 8, el tercero 11.5, el cuarto 19.5, el quinto 17, el sexto 18, el séptimo 7, el octavo 19, el noveno 19, el décimo 19.5, el undécimo 19, el duodécimo 17.5, el décimo tercero 11 y el décimo cuarto 9.5.

y en las villas de la bahía gaditana⁴⁴, mientras que las Canteras del Rey se ubicaban en la Sierra de Santiago – como también se denominó a la Sierra de San Cristóbal por la consagración de una ermita en sus inmediaciones bajo la advocación del apóstol⁴⁵ –, en el término municipal de El Puerto de Santa María. Asimismo, el maestro cantero especificó el tamaño de los sillares: “cada vno de los syllares quatro palmos y medio de conplido, e de ancho dos y medio, e de alto palmo y medio”. Así, teniendo en consideración que el palmo equivale aproximadamente a 21 cm, las dimensiones de los sillares empleados serían de 94.5 cm de longitud, 52.5 cm de ancho y 31.5 cm de alto. Los sillares con su transporte “al pie de la obra” costarían 907.500 mrs.

Además de los sillares, el maestro Rodríguez enumeró un elenco de materiales. Así, para la mampostería ripiada se necesitaban seis mil carretadas de piedra ostionera, con una cuantía que ascendía a los 120.000 mrs. A lo que habría que agregar siete mil cahices de sal por un valor de 595.000 mrs. que incluía el transporte desde las salinas⁴⁶, así como el importe de 50.000 mrs. por los nueve mil cahices arena que sería acarreada desde “la costa de la mar” hasta el propio puente. También habría que añadir los 200.000 mrs. por el precio de la madera y las clavazones, al igual que otros 50.000 mrs. por los aparejos, cuerdas, espuestas, cubos, azadas, azadones y jarcias. A esto, se suma el importe de 200.000 mrs. por las cinco hiladas de piedra de mampostería que debían instalar entre los arcos. Por último, la cantidad de 1.517.000 mrs. para la retribución de los salarios de los oficiales, maestros y peones. Efectivamente, el elevado coste de la mano de obra manifiesta una alta participación de trabajadores del sector de la construcción. Sin embargo, no se hace mención explícita a los esclavos, si bien no podemos olvidar que debieron intervenir, tal

⁴⁴ El uso de la piedra ostionera en las ciudades y villas de la bahía gaditana ha sido recientemente analizado: ESTEBAN GONZÁLEZ, José María – *Nuestra querida piedra ostionera. Un estudio de este material. Su procedencia, características y sus formas de empleo en el urbanismo y la arquitectura de la zona gaditana*. Cádiz, 2020. Sobre el aprovechamiento de las canteras, me remito a MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio – “El paisaje «desde dentro y desde fuera». Algunas reflexiones sobre los ecosistemas de la Riparia desde las fuentes escritas del siglo XV en Andalucía Occidental”. In DEVOTI, Chiara; NARETTO, Monica – *Archivi e cantieri per interpretare il patrimonio. Fonti, metodi, prospettive*. Sesto Fiorentino: Edizioni All’Insegna del Giglio, 2021, pp. 171-180, especialmente, pp. 173-174; “La bahía de Cádiz a finales del siglo XV: Una propuesta desde la historia ambiental”. In SÁNCHEZ SAUS, Rafael; RÍOS TOLEDANO, Daniel (eds.) – *Entre la tierra y el mar...*, pp. 220-222.

⁴⁵ Las Canteras del Rey estaban emplazadas en la Sierra de Santiago, concretamente en las inmediaciones del camino que conectaba a la villa de El Puerto de Santa María con la ciudad de Jerez de la Frontera. La denominación de la Sierra de San Cristóbal como Sierra de Santiago radica en la construcción de una ermita, dedicada a Santiago de los Canteros, en el propio entorno. Estas canteras abastecieron de piedra anualmente a las distintas villas y ciudades del Reino de Sevilla, tal como recoge el testimonio del vicario de El Puerto de Santa María de 1561: “La advocación della es de Sanctiago, que vulgarmente dizen Sanctiago de las Canteras, porque de junto a la ermita, se saca en cada un año gran suma de cantería”. RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente – *Los canteros de la Catedral de Sevilla. Del Gótico al Renacimiento*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1998, pp. 108-109.

⁴⁶ El precio del cahiz se estableció en 2,5 reales. Sobre las salinas gaditanas en este periodo, me remito a MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio – “Salinas y explotaciones salineras en la Bahía de Cádiz a finales de la Edad Media”. In MORÈRE MOLINERO, Nuria (ed.) – *Las salinas y la sal de interior en la Historia: economía, medio ambiente y sociedad*. Madrid: Editorial Dykinson, pp. 535-560; “Los salineros durante los siglos XV y XVI. Una propuesta desde la Bahía de Cádiz”. *Società e Storia* 129 (2010), pp. 419-451.

como fue asiduo durante los siglos XV y XVI⁴⁷. A la postre, el coste total de las obras ascendió a la cuantía de 3.214.500 maravedíes.

A finales del mes marzo de ese año el concejo de Cádiz remitió una misiva a Juan de Silva y Castañeda, conde de Cifuentes y alférez mayor, que por aquel entonces presidía el Consejo Real de Castilla, informándole de que Alonso Rodríguez, maestro mayor de la Santa Iglesia de Sevilla, había acudido al puente de Suazo para redactar la relación, tal como le había encomendado el monarca, con la información referente al coste económico de las obras⁴⁸. Del mismo modo, en fechas correlativas, el regidor Cristoforo Marruffo, en representación de la ciudad, escribió a la reina Juana I de Castilla para notificarle de que el maestro había visto el estado del edificio y había realizado el informe con “todo su leal saber”, así como para instarle a su reconstrucción, alegando que “el bien general que se espera de estar hecha aquella puente ansy para la población de la dicha çibdad commo para el acresçentamiento de las rentas reales”. De igual forma, le solicitó el inicio de las obras en verano o, al menos, comenzar a “aparejar algunos pertrechos”⁴⁹.

Para solventar el elevado coste de las obras del puente de Suazo, la reina Juana I había formulado la sugerencia de que “se hechase marabedis por çiertas mercaderías que viene de leuante e de poniente” como medio de financiamiento, tal como se había hecho con frecuencia en tiempos del duque Rodrigo Ponce de León durante la segunda mitad del siglo XV⁵⁰. A pesar de que esta disposición no había sido bien recibida por el gobierno urbano, debido a los enormes beneficios que reportaría a la ciudad la reparación de la infraestructura, fue aceptada. En esta línea, el regidor Cristoforo Marruffo había solicitado además las rentas de las almadrabas durante varios años, junto con la imposición de la entrada del vino⁵¹.

La respuesta de la reina Juana I a la petición del regidor gaditano fue favorable: en mayo, dos meses después del envío del memorial del maestro Alonso Rodríguez y de las cartas, remitió al cabildo de Cádiz dos reales provisiones para promover la

⁴⁷ GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – *La vida cotidiana de los esclavos en la Castilla del Renacimiento*. Madrid: Editorial Marcial Pons, 2022, pp. 110-113.

⁴⁸ AGS, CCA, P, Leg. 4-2, 359.

⁴⁹ AGS, CCA, P, Leg. 4-2, 360.

⁵⁰ Sobre la evolución histórica de la ciudad de Cádiz durante el marquesado y ducado de los Ponce de León, me remito a las siguientes publicaciones: SANCHO DE SOPRANIS, Hipólito – “Cinco lustros de la Historia gaditana. Cádiz bajo el señorío de la Casa Ponce de León”. *Archivo Hispalense*, partes I, II y III, en tomo III, 6 (1944), pp. 27-80; partes IV, V y VI en tomo III, 7-8 (1944), pp. 156-206; parte VII en tomo IV, 9 (1945), pp. 53-66 y apéndice documental en tomo IV (1945), pp. I-XXI; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Cádiz, de señorío a realengo”. *Estudios de Historia y de Arqueología Medievales X* (1994), pp. 101-120; SÁNCHEZ SAUS, Rafael – “La aristocracia gaditana bajo el señorío de los Ponce de León (1466-1493)”. *Estudios de Historia y de Arqueología Medievales X* (1994), pp. 165-169; “Dependencia señorial y desarrollo urbano en la Andalucía atlántica. Cádiz y los Ponce de León en el siglo XV”. *Acta historica et archaeologica mediaevalia* 26 (2005), pp. 903-928; “Cádiz, 1466: realidades y expectativas que incitaron la señorialización”. In SÁNCHEZ SAUS, Rafael; RÍOS TOLEDANO, Daniel (eds.) – *Entre la tierra y el mar...*, pp. 177-203.

⁵¹ AGS, CCA, P, Leg. 4-2, 360.

reconstrucción del puente. En la primera le concedía a la ciudad licencia para que pudiera cobrar durante tres años – posiblemente desde el verano de 1509 al de 1512 – un maravedí por ciento a todas las mercancías cargadas y descargadas en su puerto, pero también a cualquier embarcación que navegase desde el mar Mediterráneo al océano Atlántico y viceversa, y que fondease en la bahía, sin necesidad de realizar labores de estiba, tal como se manifiesta en el registro documental:

“[...] liçençia e facultad para que por poder tres años cunplidos primeros e syguientes podays poner e pongays sobre todas las mercaderías que se cargaren e descargaren en esta dicha çibdad o se hondeare de naos, navíos e otros en la vaya della de los que pasare de levante a poniente e de poniente a levante que no se ouiere de descargar e vender en los puertos destos mis reynos e señoríos vn maravedí por çiento [...]”⁵².

De la misma manera, la reina Juana I concedió la autoridad al concejo para designar al arrendador, con la condición de que se informase al Consejo Real de la evolución de la renta y de la realidad fiscal de Cádiz. El plazo se estipuló en tres años, atendiendo probablemente al tiempo estimado para la ejecución de las obras, después de los cuales la imposición quedaría anulada. A pesar de que en un principio el regidor Cristoforo Marruffo había suplicado disponer solamente del impuesto que gravaba la importación de vino en la ciudad, la disposición había sido aplicada a todas las mercancías. Tal vez este cambio de tendencia radicase en la pretensión real de finalizar la reconstrucción lo antes posible, debido a los notables beneficios económicos que reportaría a la monarquía castellana. Evidentemente, se le había concedido a la ciudad gaditana el control de un impuesto indirecto sobre la carga y descarga de las mercancías, cuyos réditos serían invertidos en las obras de reedificación del puente de Suazo.

En contraposición, en la segunda real provisión la reina Juana I había autorizado a la ciudad de Cádiz a armar las almadrabas, “que se suele e acostunbran armar en los mares desta dicha çibdad”⁵³ durante tres años, con objeto de disponer de las rentas necesarias para finalizar las obras del puente de Suazo. En efecto, se ordenó a los arrendadores a administrar los beneficios económicos de la pesca del atún para emplearlos “en la obra de la dicha puente e non en otra cosa alguna”⁵⁴. Ambas reales provisiones permitirían al concejo de Cádiz disponer de la cantidad necesaria para poder financiar la reconstrucción de la infraestructura viaria, debido al “prouecho e

⁵² AGS, RGS, Mayo 1509, f. 287, 16-V-1509.

⁵³ Sobre las almadrabas gaditanas, me remito a BELLO LEÓN, Juan Manuel – “Almadrabas andaluzas a finales de la Edad Media. Nuevos datos para su estudio”. *Historia. Instituciones. Documentos* 32 (2005), pp. 81-113. Asimismo, me consta que Emilio Martín Gutiérrez y Enrique José Ruiz Pilares están realizando un nuevo estudio sobre esta temática.

⁵⁴ AGS, RGS, Mayo 1509, f. 288, 16-V-1509.

utylidad” que contribuiría “al byen e pro común desta dicha çibdad” y al aumento de las rentas de la Corona de Castilla.

Resulta probable que las obras de reconstrucción del puente de Suazo se efectuaran entre 1509 y 1512, como había dictaminado la reina Juana I. El último testimonio que hemos localizado sobre este inmueble procede de la real provisión remitida por la soberana a Pedro Suárez de Castilla, el corregidor de Jerez de la Frontera, en 1515, en la que se hace mención a la petición elevada por el concejo de Cádiz, en la que se lamentaba de la llegada de una armada, dirigida por el duque de Arcos, “con grande escándalo e alboroto a la puente de Çuaço que es dos lenguas de la dicha çibdad donde el dicho duque diz que tiene vna casa e fortaleza”⁵⁵. Se encargó al corregidor de Jerez de la Frontera recabar información sobre las acciones realizadas por el duque de Arcos en la fortaleza de La Puente. Posiblemente, detrás de esta instancia se encuentre la pretensión de los miembros del cabildo gaditano de controlar y gestionar el cruce del puente y de evitar la influencia de los Ponce de León en la isla, pese a que tuvieran bajo su jurisdicción el castillo.

A pesar de las obras de reconstrucción comisionadas por el maestro Alonso Rodríguez, el puente de Suazo fue sometido a nuevas reformas a lo largo del siglo XVI e inicios del XVII, como ha estudiado la profesora Cámara Muñoz⁵⁶. El puente medieval fue rotundamente alterado con las nuevas intervenciones a cargo de los diversos arquitectos e ingenieros que participaron en su edificación, tales como Benedetto da Ravenna, los hermanos Guilisasti, Tiburzio Spannocchi, el veneciano Juan Marín, entre otros. Así pues, este último fue maestro mayor del puente de Suazo y de la fortificación de Cádiz, quien se encargó su nueva cimentación. Durante el tiempo en el que se erigió el arco central, se cruzaba el puente a través de maderos gruesos. Resulta probable que esta práctica hubiera sido habitual a finales del siglo XV e inicios del XVI, cuando algunos de los catorce arcos estaban derribados. Los registros documentales asimismo manifiestan, como recogieron Agustín de Horozco y Suárez de Salazar, que los sillares de piedra ostionera utilizados en su construcción procedían de Sancti Petri, por lo posiblemente con la mención “la piedra de la costa de la mar” el maestro Alonso Rodríguez se estaba refiriendo a esa cantera, que era la más limítrofe. El puente medieval, de herencia romana, fue reemplazado por uno nuevo, en el que los catorce arcos originarios fueron reducidos a cinco, por los que, en palabras de Fray Gerónimo de la Concepción, “corre el brazo caudaloso de mar, que desagua de la Bahía, y va dando vuelta en contorno de la Isla, siendo allí lo más estrecho, que coge el mar, y la distancia del continente”⁵⁷.

⁵⁵ AGS, RGS, Agosto 1515, f. 136, 11-VIII-1515.

⁵⁶ CÁMARA MUÑOZ, Alicia – “Cantería e ingeniería del Renacimiento en el puente de Zuazo en Cádiz”. *LEXICON: Storie e Architettura in Sicilia* 20 (2015), pp. 7-20.

⁵⁷ DE LA CONCEPCIÓN, Jerónimo – *Emporio del Orbe*. Edición e introducción a cargo de Arturo Morgado García. Cádiz: Editorial UCA, vol. II, 2002, p. 44.

Conclusiones.

A modo de colofón, cabe indicar que a finales de la Edad Media e inicios de la Modernidad, la Corona de Castilla intervino activamente en la administración de los recursos económicos para la financiación de las obras públicas, lo que permite revelar la limitada autonomía de los concejos en materia fiscal. A pesar de esta circunstancia, los gobiernos municipales desarrollaron políticas destinadas a la construcción y la reconstrucción de la edificación, que requerían notables inversiones de capital. La financiación de estas obras constituía un proceso complejo, tal como se ha relevado en las reparaciones del puente de Suazo. Asimismo, el análisis de esta documentación inédita ha permitido profundizar en la interacción entre la gobernanza y el urbanismo.

Como se ha indicado anteriormente, el puente de Suazo constituía una edificación de gran valor estratégico, pues aseguraba la comunicación de Cádiz con tierra firme. Su mantenimiento fue de vital importancia para la defensa de la ciudad, el desarrollo de los intercambios mercantiles por tierra y de la red viaria. A tenor de estas razones, la reina Juana I de Castilla concedió por tiempo limitado la gestión de las rentas de las almadrabas y del comercio por mar al concejo gaditano, que eran las actividades económicas que más rentabilidad reportaban, para solventar los gastos de su restauración. De igual modo, la detallada descripción del memorial del maestro Alonso Rodríguez ha permitido aproximarnos a la realidad arquitectónica del puente de Suazo a finales de la Edad Media.

PARTE IV
*A construção e reconstrução
no espaço urbano*

Tuscany's minor centers: *a complex history through the archaeology of architecture*^{*}

Giovanna Bianchi¹

Abstract

The article will address the theme of the study of the so-called minor historic centres through the tools of the archaeology of architecture.

The case study presented here focuses on a large area located in south-western Tuscany, a territory that today lies on the fringe of major tourist flows but that in the Middle Ages was at the heart of a great political and economic network, thanks to the presence of strategic resources. The study of the architecture of dozens of historic centres has taken place over the last twenty years thanks to specific research projects or as a result of work connected to master's or PhD theses. The article is divided into three parts: a historical-geographical introduction; a methodological premise; and finally a reflection on the significance of the archaeology of architecture for understanding the history of a territory.

In the latter part, individual case studies will be presented in order to retrace the intense building history of an area that saw its apex between the late 12th and 13th century, linked to the political strategies of feudal lords, towns politics and the new rural communal institutions.

Keywords

Minor centres; Archaeology of architecture; Archaeology of building production; History and economy of the Middle Ages; Small towns.

^{*} Translation by Gavin Williams.

¹ Università di Siena.

Centri minori della Toscana: una storia complessa attraverso l'archeologia dell'architettura.

Abstract

L'articolo tratterà il tema dello studio dei centri storici cosiddetti minori attraverso gli strumenti propri dell'archeologia dell'architettura. Il caso studio che sarà presentato riguarda un ampio territorio collocato nel sud-ovest della Toscana. Si tratta di un'area oggi posta ai margini dei grandi flussi turistici che però nel Medioevo fu al centro di una grande rete politica ed economica grazie alla presenza di risorse strategiche. Lo studio delle architetture di decine di centri storici è avvenuto negli ultimi venti anni grazie a specifici progetti di ricerca o come risultato di ricerche collegate a master o tesi di dottorato. L'articolo è suddiviso in tre parti: una introduzione storico-geografica; una premessa metodologica; una riflessione sul significato dello studio archeologico architettonico per la comprensione della storia di un territorio. In quest'ultima parte saranno presentati dei singoli casi in modo da ripercorrere l'intensa storia del costruito di un territorio che ebbe il suo apice tra fine XII e XIII secolo, collegandosi alle strategie politiche delle signorie feudali, delle politiche delle città e dei nuovi organismi comunali rurali.

Parole chiave

Centri storici minori; archeologia dell'architettura; archeologia della produzione edilizia; storia ed economia del Medioevo; piccole città.

1. Historical minor centres and the archaeology of architecture.

In one of his most famous writings, Italo Calvino, the well-known Italian writer, noted that the city is made up of "relationships between the size of its space and the events of its past", which "it contains like the lines on one's hand"². These events are distinguished by sequences of constructions and reconstructions of the buildings that make up the genetic code of the urban space, continuous sequences often connected to complex historical dynamics. These considerations, which are even more applicable to larger cities, are equally valid in the case of 'centri minori', minor centres namely those permanent nuclei in Italy that feature a limited collection of historic buildings that are often delimited by stone-built outer walls. This physical

² CALVINO, I. – *Le città invisibili*. Milano: Mondadori, 1993, p. 10.

boundary itself, capable of defining an internal space, lending it some form of topographical coherence, represents one of the primary parameters for recognising small urban centres, irrespective of their possible type (castle, borgo etc).

Studies of these are not new, and differing definitions have been used to refer to the subject in the various contexts of Europe, ranging from small towns, to *petites villes*, *pequeñas ciudades*, or *pequeñas villas*. In Italy, since the 1970s, the term minor centres (*centri minori*), has become consolidated, despite the fact that this definition, being linked to classificatory criteria often drawn up on the basis of the modern-day geographical and architectural context, may in many cases not fully reflect the real importance enjoyed in the historical era by many of these towns, which today are described as minor centers.

In much of Europe, attention has been paid to small towns especially since the 1980s in countries such as Britain and France and, more recently, Portugal and Spain³. In Italy, for the later medieval period, studies have been conducted on many of those minor centres that can be defined as new foundations (*villenove*, *borghi nuovi*, *terre nuove*...), especially for the context of central and northern parts of Italy. In this respect a very large bibliography has been produced, the result of a series of conferences and monographic works produced especially in the last 30 years⁴. The attraction felt by scholars toward this area of research derives both from the links between this kind of site with expansion policies on the part of cities into the *contado* (rural areas), which encouraged their foundation, and from the rigorous planning and development schemes of these towns between the 13th and 14th centuries, a new element that contrasted with the spontaneity seen in urban development in previous centuries.

On the other hand, less attention has been paid to those minor centres that were the result of more complex transformations (destructions and reconstructions) which, from the original castle built between the 11th and 12th centuries, often on top of early medieval features, led to the formation of larger *borghi*, which in many cases were destined to have more continuity of habitation up until the contemporary era⁵. It is on these latter sites that I will mainly focus.

³ POUSSOU, Jean Pierre; LOUPÈS, Philippe (ed.) – *Les petites villes du Moyen-Age à nos jours*. Paris: CNRS, 1987; DYER, Christopher – “Small places with large consequences: the importance of small towns in England, 1000-1540”. *Historical Research*, 75, Issue 187 (2002), pp. 1-24; DYER, Christopher – “The Archaeology of Medieval Small Towns”. *Medieval Archaeology*, 47 (1) (2003), pp. 85-114; COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2017.

⁴ For a recent summary of studies, see GINATEMPO, Maria – “Lo stato degli studi sui centri di nuova fondazione nell’Italia centro settentrionale del basso Medioevo”. In BUSINO, Nicola; PROIETTI, Domenico (ed.) – *Città di nuova fondazione e (ri)fondazioni di città fra antichità, medioevo ed età moderna. Atti del Convegno di Studi, Capua, 29-30 maggio 2019*. Roma: Aracne Editrice, 2022, pp. 161-193.

⁵ See, in this connection, some of the articles in the monographic section, “Contributi sull’archeologia dei centri storici”. *Archeologia dell’Architettura*, XIV (2009), pp. 106-250.

The methodological tools often used to analyse both new foundations and those whose origins date further back in the past have been the preserve of historians of written sources, and historians of art and architecture, although often adopted for the analysis of individual buildings regarded as most representative of the history of the built environment. Accordingly, this has often involved a reconstruction of a partial history of the town, somewhat divorced from the more global history connected to construction processes, technical aspects of building, and the economic history of the various authorities that commissioned the work, which is in turn bound up with the general history of settlement dynamics, geographic aspects of population, and the evolution of landscapes through time.

In this article, I will seek to show that an analysis of material features using the tools of the archaeology of architecture may contribute to an understanding of these processes, which may well leave a deep impression on the history of a minor centre. To do this, I will refer to specific case studies, since, in order to thoroughly analyse the complexity of the world connected to building, it is necessary to use a magnifying glass that corresponds to a territory that is not too large, with the aim of reconstructing a micro-history that can subsequently be compared to other contexts, also thanks to comparisons and cross-references between several types of source, on top of material sources.

As regards the archaeology of architecture, I believe a brief methodological description is necessary.

To this end, it is advisable to note that in Italy the current, original codification of the data collection tools and objectives of this discipline dates back to the second half of the 1970s. The identification of construction and destruction actions, relating to a stratigraphic palimpsest capable of narrating the historical diachrony of a building, was first applied systematically, no less than 50 years ago, with the pioneering investigations in the castle of Genoa, published in the first ever edition of *Archeologia Medievale*, which appeared in 1974⁶.

The reference to this specific journal is significant. Indeed, the discipline that today we call the archaeology of architecture in Italy was formed in close association with modern medieval archaeology. Moreover, many of those researchers who played an important role in this new, fertile period of innovation were at work in those same years, in the same fields of research, and using the same methods.

These were the years that saw the larger-scale use of the new stratigraphic method, both in relation to horizontal deposits and to vertical deposits. The field of application of these methodologies was mainly directed at rural contexts; indeed, abandoned fortified sites were the first and most important object of study of this

⁶MANNONI, Tiziano; POLEGGI, Ennio – “Fonti scritte e strutture medievali del ‘Castello’ di Genova”. *Archeologia Medievale*, I (1974), pp. 171-194.

new school of medieval archaeologists, in the wake of events taking place in the same period in Britain and France⁷.

One important consequence of the great attention to material culture, which at the time was seen as the study of material aspects of activities involving production, distribution and consumption, was the inclusion in investigations of every kind of built structure. This thereby abolished the very frequent dichotomy between larger/monumental buildings and smaller buildings, examples of the latter being residential dwellings, production facilities, service buildings etc. The direct result of this new interpretive key was that study methods were perfected that were suited to all forms of built features. In the earliest, pioneering handbooks of the archaeology of architecture the stratigraphic method applied to vertical features, and the parameters of analysis of techniques of wall construction, were the main subject of discussion. In this initial, complex period of investigation, which also saw an intensely multidisciplinary approach, the first research hubs were formed in Liguria, Tuscany, Lombardy, Veneto, and Lazio, with important scholars who were leading figures in their field: Tiziano Mannoni, Riccardo Francovich, Roberto Parenti, and Gian Pietro Brogiolo⁸.

Ever since then, these considerations constituted a common ground for discussion, with a number of architects working in the field of the consolidation and restoration of historic buildings. Over time, this link has become ever stronger, even though still today it involves too few architects, especially on ministerial bodies. For that matter, this close association is reflected on the editorial committee of the *Archeologia dell'Architettura* journal, which first appeared in 1996 as a supplement to the *Archeologia Medievale* journal, to underline the strong links between the two disciplines as mentioned above.

The differing processes of gathering information, and their associated methodologies, have thus expanded the research aims of this discipline, ultimately leading to a dynamic conception of the life of a building, within the framework of an approach that is as multidisciplinary as possible, for an understanding of the various sequences of construction, destruction and post-deposition, and of the differing masonry and construction techniques that can be related to the various kinds of technical knowhow, and to the extent to which these spread. In Italy today the research studies by *Archeologia dell'Architettura* include studies of individual buildings, monumental complexes, and large and small historic towns. In this field various

⁷ BROGIOLO, Gian Pietro; CAGNANA, Aurora – “Storia e sviluppo della disciplina”. In BROGIOLO, Gian Pietro; CAGNANA, Aurora – *Archeologia dell'Architettura. Metodi e interpretazioni*. Firenze: All'Insegna del Giglio, 2012.

⁸ For a recent overview of the archaeology of architecture in Italy: BIANCHI, Giovanna – “L'enseignement de l'Archéologie de l'Architecture en Italie”. In SAPIN, Christian; BULLY, Sébastien; BIZRI, Mélinda; HENRION, Fabrice (ed.) – *Archéologie du bâti. Aujourd'hui et demain*. Dijon: ARTEHIS Éditions, 2022, pp. 347-354.

technological applications are explored, relating to: surveys; data processing; specific and increasingly sophisticated archaeometric analyses; and archaeoseismological and geomorphological analyses. If one looks not only at the articles contained in the journal ever since the earliest editions, but also at the monographic sections contained in them, we see how far research processes have evolved in the last 25 years, often being interlinked with areas of investigation, in the framework of a multidisciplinary research strategy.

2. The case study: from investigative strategies to field research.

The built landscape that I will put forward as a case study is situated in south-central Tuscany, comprising a large part of the territory known as the Maremma (Fig. 1). This landscape is certainly less well-known than other parts of Tuscany, such as the Chianti region, but it still holds a great attraction. Located in it, between flat coastal areas and extensive woodlands on the inland hills, both small and large, are many of the minor centres that are the subject of this investigation. In some of these areas there are important geothermal phenomena, but its main source of wealth in the medieval

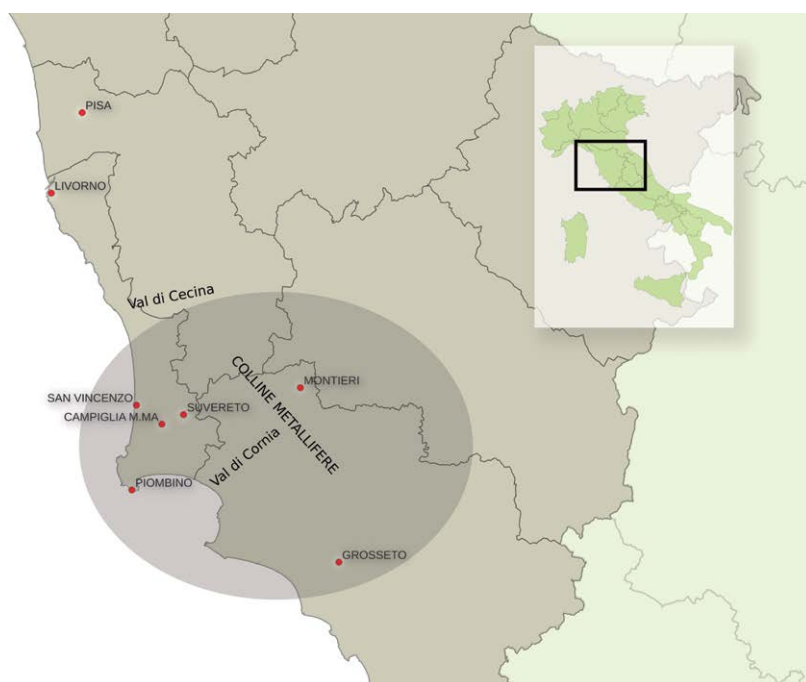


Fig. 1 – The territory analysed, showing the locations referred to in the text.

period were its underground resources: iron, copper, lead and silver. Alongside these resources there was agriculture, and saltworks in the original coastal lagoons. Between the early and late medieval periods these resources attracted the interest of important political figures and institutions: kings and marchesi up until the 11th century; between the 11th and 12th centuries high-ranking and middle-ranking exponents of regional and local aristocracies; eminent religious institutions; and from the end of the 12th century and throughout the 13th century, the new Commune bodies of cities such as Siena and Pisa⁹. The result of this political situation was an intense period of building activity, concentrated especially between the 12th and 13th centuries, which led to the construction or reconstruction of monasteries, churches and castles. This area, still today, retains striking remains of this important period of building activity. These can be seen in the many abandoned castles and in those fortified centres that continued to be inhabited, and that were transformed into those picturesque *borghi* that now make this landscape the subject of picture postcards.

Compared to other parts of Tuscany, this area corresponds to one of the best-studied territories in Italy, from the point of view of archaeology. Indeed, ever since the 1980s, coinciding with the birth of 'modern' medieval archaeology, Riccardo Francovich began an intense programme of investigations into many castles, which have later continued up until the current day¹⁰.

The study of built features in smaller historic centers thus developed within this stimulating context of research, with a view to producing findings that help towards a general understanding of the historical dynamics in a long time period between the time when local seigneuries became established, and the strategies for dominating the *contado* on the part of cities. The first experience of a global study that brought together in a single 'container' excavation findings and data from buildings in an entire historic centre took place when the excavation within the monumental complex of the Rocca di Campiglia Marittima (LI) made it necessary, for a proper understanding and historical contextualisation, to focus attention on a systematic study of the medieval buildings that could still be clearly identified in the inhabited *borgo* below¹¹. Subsequent projects led to an expansion of the field to the whole territorial area of the Val di Cornia, to include in the analysis not just Campiglia itself but also new

⁹ BIANCHI, Giovanna – "Recenti ricerche nelle Colline Metallifere ed alcune riflessioni sul modello toscano". *Archeologia Medievale*, XXXXII (2015), pp. 9-26; BIANCHI, Giovanna – "Analyzing fragmentation in the Early Middle Ages: the Tuscan model and the countryside in North-Central Italy". In GELICHI, Sauro; HODGES Richard (ed.) – *New Directions in Early Medieval European Archaeology. Essays for Riccardo Francovich*. Turnhout: Brepols, 2015, pp. 301-335.

¹⁰ Worthy of note among recent overviews include FRANCOVICH, Riccardo – "The beginning of hilltop villages in early medieval Tuscany". In DAVIS, Jennifer R.; MCCORMICK, Michael (ed.) – *The Long Morning of Medieval Europe*. Ashgate: Routledge, 2008, pp. 55-82.

¹¹ BIANCHI, Giovanna (ed.) – *Campiglia. Un castello e il suo territorio*. Firenze: All'Insegna del Giglio, 2004.

towns that have since been continuously inhabited, such as Suvereto, S.Vincenzo and Piombino¹².

These initial experiences led to an awareness of two sets of problems. Firstly, that an analysis of techniques of masonry construction alone, and also of certain architectural elements, such as windows and doorways, applied up until that time in studies of residential contexts including large-scale contexts, was a fundamental point of departure for a reconstruction of the technical sphere, and of the skills and knowhow of builders at the time, and for a recognition of the economic value of the tangible product, but that this was not sufficient for understanding larger-scale dynamics having to do with the overall development of a residential complex, dynamics that are the result of a complex series of factors determined by the economic, social and political contexts; and secondly, that the initial results obtained from the research pointed to the need for all architectural remains to be recorded in a global, all-inclusive survey, regardless of a priori theoretical decisions that might lead attention to be focused only on some aspects of the built environment, with the aim of securing a diachronic view of construction events¹³. The need to view a complete chronological database of medieval buildings stemmed from the further awareness that a survey based only on a macro-analysis of a particular nucleus, generally aimed at locating its position in space, at identifying the size of the area it occupied, and at an analysis of its form, as a result of the latest building interventions occurring in the late medieval era, even if combined with the earliest documentary attestations, may indeed have been able to answer important questions concerning maps of power, and the distribution logics of these sites in space and the interconnections between them, but at the same time it did not make it possible to grasp fundamental internal transformations connected with specific chronological problems, which were in turn a reflection of changes on a larger historical scale. Hence the decision to operate at the micro-territorial scale, which, starting with the Val di Cornia, led us to move on to the neighbouring area of the Val di Cecina, to the north (**Fig. 1**), before then expanding the field of inquiry to include the northern part of the province of Grosseto, eventually extending into its south-eastern part. Attention to these geographical areas was not always bound only to specific research projects, instead it evolved and spread over the years, thanks to the contribution offered by work produced in the context of Master's degrees, as well as PhD projects. In some cases, additions to the database proceeded hand-in-hand with

¹² BIANCHI, Giovanna – “Dalla progettazione di una chiesa alla definizione degli assetti abitativi della Val di Cornia tra XIII e XIV secolo”. In BIANCHI, Giovanna; BERTI, Graziella (ed.) – *Piombino. la chiesa di S. Antimo sopra i Canali. Ceramiche e architetture per la lettura archeologica di un abitato medievale e del suo porto*. Firenze: All'Insegna del Giglio, 2007, pp. 385-412.

¹³ BIANCHI, Giovanna – “Centri abitati e comunità rurali basso medievali della toscana sud-occidentale. Percorsi interpretativi attraverso l'archeologia delle architetture”. *Archeologia dell'Architettura*, XIV (2009), pp. 189-198.

archaeological excavation projects, and overall, whilst concentrating on towns, it also included more isolated surviving architectural features present in the local area, such as baptismal churches, other churches, and other buildings, in an awareness of their full meaning in the formation of the system of inter-relationships between the space outside the built agglomerations and the space concentrated in the minor centres. The level of micro-analysis imposed by the goals of this survey, and the human and financial resources available to us, lay behind the decision to focus our attention only on remains datable to the medieval period, although after targeted research aimed at identifying the entire sequence through time of construction interventions.

So far in our archive we have mapped almost 30 minor centres situated across the modern-day provinces of Pisa, Livorno and Grosseto. In almost all cases these are nuclei situated on hilltop sites featuring an average or strong gradient, the end result of a process of centralisation that dated back to the early medieval period¹⁴.

Since the prime goal was to identify the ways in which spaces for living in were built, inhabited and planned in the medieval period, our research process gave precedence to an initial phase aimed at reconstructing the production processes of these features. Subsequently, on the back of a solid factual base regarding the end results of the material 'products', this made it possible to trace the associated historical processes, and the symbolic effect linked to these aspects, in order to successfully determine the historical, economic and social identity of these same communities in relation to their place of residence, and the surrounding territory.

In order to fulfill these objectives, it was vitally important to have a wealth of information available formed by a complex series of findings from previous or contemporary investigations involving various different disciplinary fields. First, the 30-year-long archaeological research in the Maremma, mentioned above, including extensive subsoil and surface investigations, has allowed us to make use of a database that was already large, and which was compiled during the 1990s. This enabled a precise diachronic survey of masonry techniques between the 11th and 14th centuries, which are well dated thanks to archaeological sequences. In some cases, excavations inside architectural complexes also yielded information regarding the chronology of a number of specific building types, and studies of material culture, connected to the analysis of the archaeological sequences, proved to be a vital interpretive tool to be linked to construction processes.

At the same time, the way the research was formulated, in close contact with a number of architectural and art historians, very attentive to the material aspect of architectural and art historical features, made it possible to integrate the findings made regarding the construction process with findings relating to the project of the

¹⁴ FRANCOVICH, Riccardo – “The beginning of hilltop villages...”; BIANCHI, Giovanna – “Recenti ricerche nelle Colline Metallifere...”; BIANCHI, Giovanna – “Analyzing fragmentation...”

whole building and its decorative features. The contribution of epigraphical studies was important, not just in order to secure an absolute dating element, but also so as to benefit from findings relating to the political context in which these pieces of writing on display were produced. Also essential was the contribution of scholars of documentary sources who, for more than 20 years, have systematically concentrated their attention on a significant sample of the areas looked at, allowing us both to better understand the historical scenarios surrounding building policies themselves, and to circumscribe the territorial areas on the basis of their original political strategies¹⁵.

On the basis of these assumptions, for each minor centre we proceeded to conduct a detailed survey of all the built structures present, datable to the medieval period, extending our analysis, where possible, to an investigation also of the interiors of these same built features.

The objectives of our research were to reconstruct the four main sequences, already mentioned in the previous literature¹⁶, namely: the construction sequence; the sequence of production cycles; the sequence of building types (public and private civic buildings, residential buildings, defensive buildings, and religious buildings); and the sequence of urban layouts.

For the *construction sequence*, the first phase of the analysis involved a detailed survey of the towns examined, with the identification of the main builds¹⁷ on the basis of the presence of breaks, protruding features, and relationships between doors and windows. The individual builds, also comprising parts of the outer walls and associated town gates, were then recorded and numbered on a cadastral map using conventional symbols representing stratigraphic relationships, to indicate and make immediately legible the macro-sequence referring to the whole town. Later, the individual builds identified were subjected to detailed stratigraphic analysis, accompanied by a survey drawing, to scale or otherwise. This then made it possible to associate the elevations analysed with a relative initial chronology, and it is on these sections that the analysis was conducted that was aimed at clarifying the sequence of *production cycles*. This was carried out by analysing the four main indicators that are part and parcel of this discipline, and that are necessary for a reconstruction of the organisation of the construction process: *masonry techniques; doors and windows; decorative elements; and architectural elements*.

¹⁵ For the most important overviews, see COLLAVINI, Simone M. – “*Honorabilis domus et spetiosissimus comitatus*”. *Gli Aldobrandeschi da “conti” a “principi territoriali” (secoli IX-XIII)*. Pisa: ETS, 1998; CECCARELLI LEMUT, Maria Luisa – “La Maremma popoloniese nel Medioevo”. In BIANCHI, Giovanna (ed.) – *Campiglia. Un castello e il suo territorio*, Firenze: All’Insegna del Giglio, 2004 pp. 1-116.

¹⁶ BROGIOLO, Gian Pietro – “Prospettive per l’archeologia dell’architettura”. *Archeologia dell’Architettura*, I (1996), pp. 11-15.

¹⁷ For the determination of the various “Unità di Riferimento” (Reference Unit), reference was made to the consolidated methodology already set out in BROGIOLO, Gian Pietro – *Archeologia dell’edilizia storica. Documenti e metodi*. Como: New Press, 1988.

For a study of the techniques, the parameters already identified during the 1980s and 1990s were adopted. These defined the distinctive elements as being technique, the construction material, how these materials were obtained, how they were worked and finished, their size, how they were laid, the bonding agents used, the type of masonry core, and the type of corners¹⁸. Meanwhile the analysis of the doors and windows gave consideration to the elements defined in the past by Tiziano Mannoni's group in Genoa, as identified in the characteristics of door-jamb, architraves and arches¹⁹. In the case of pointed arches, as found at church of S. Antimo in Piombino, reference was made to the descriptive fields applied by Gabbrielli in the examples of stereotomic analysis of medieval Siennese doors and windows²⁰. As regards the study of architectural and decorative elements, we made use of art historians and architectural historians, who are constant members of our research projects. This shows that an interdisciplinary collaboration that rests on solid methodological foundations can lead to a continual and profitable osmosis of information, with the objective of a converging historical result.

The determination of the *sequence of building types* involved a global analysis of the vertical structures covered in the survey, analysed and interpreted on the basis of parameters that were often common to other disciplines, such as the history of architecture. Linear sizes, volumes, heights, types, and numbers of internal floors, load-bearing masonry structures, the position and function of doors and windows, the type of flooring, the presence of external architectural annexes made of perishable or non-perishable materials, stone or brick ledges, the size and type of holes to hold wooden construction scaffolding, and the presence of interruptions in construction corresponding to pauses in the construction process itself, are just some of the main parameters considered in our survey. However, these parameters are essential for defining classes of buildings and later kinds of building, and for making the interpretive shift from the specific production process, relating to some parts of the structure, to a more general vision, having to do with the planning skills of individual master builders, the financial resources that were invested, and the wishes of the authority that commissioned the work, in relation to the specific functions. This information is necessarily to be placed in connection with, and compared with, the information inferred from the sequence of production, for a global analysis of the built environment that is as complete as possible.

¹⁸ PARENTI, Roberto – “Sulla possibilità di datazione e di classificazione delle murature”. In FRANCOVICH, Riccardo; PARENTI, Roberto (eds.) – *Archeologia e Restauro dei monumenti*. Firenze: All'Insegna del Giglio, 1988, pp. 280-304.

¹⁹ For the pioneering methodological foundations, see the article by FERRANDO CABONA, Isabella; MANNONI, Tiziano; PAGELLA, Rosa – “Cronotipologia”. *Archeologia Medievale*, XVI (1989), pp. 647-662.

²⁰ GABBRIELLI, Fabio – “La cronotipologia relativa come metodo di analisi degli elevati: la facciata del Palazzo Pubblico di Siena”. *Archeologia dell'Architettura*, I (1996), pp. 17-40.

Dating of these builds on the basis of both indirect dating elements, inferable from parallels in terms of comparable techniques, doors and windows, structural architectural features or decorative features, and direct dating elements, as deduced from the presence of inscriptions, precise documentary references, or ceramic finds contained in stratigraphy that is in phase with the buildings themselves, also enabled a chronological mapping of the various building types.

The following phase, including the creation of diachronic plans and layouts of the town in the various different historical periods, with the precise identification of the individual builds, led to the determination of the final sequence, namely the sequence relating to the *urban layout*. In this final phase of analysis, one essential exercise proved to be a study of the relationship of these builds, and their location, with the characteristics of the empty spaces in the layout of built structures (squares, major thoroughfares and secondary roads), as well as a study of the dimensions for the various built features (the perimeter of outer walls, and the internal surface area). Indeed, these elements had already been considered, and turned to good account, in previous and more recent urban planning studies. However, at times they were kept separate from studies of walled structures. By contrast, such studies enable diachronic maps to be drawn up that include classes and types of buildings that were contemporaneous with the overall urban layout.

The identification of the various urban layouts, viewed through time, was thus the point of arrival of the research, covering all the other, aforementioned sequences. It was also vital for attempting to put forward a more complex historical interpretation.

The computerisation of the findings also facilitated the various research procedures, as well as representing a potential informational tool for future urban development plans. In many cases, this global analysis resulted in the production of illustrations reconstructing the towns analysed, or 3-dimensional models of particular buildings, which were subsequently often used in the context of visitor information systems by local authorities, with a view to making our research available to the public (Fig. 2).

3. From the archaeology of architecture to historical complexity.

Most of the minor centres analysed stand on hilltop sites, or are situated on hillsides. Exceptions are centres close to ports that are crucial for trade. The hilltop position is the result of their first phase of formation, despite the fact that the most recent research studies have shown that, in the early medieval period, this was not the predominant form of settlement site in this area. Towns were found both on low-lying flat areas, especially those near the coast, and on hilltops. Recent studies themselves, which have investigated sites in low-lying areas in detail, identify the end of the

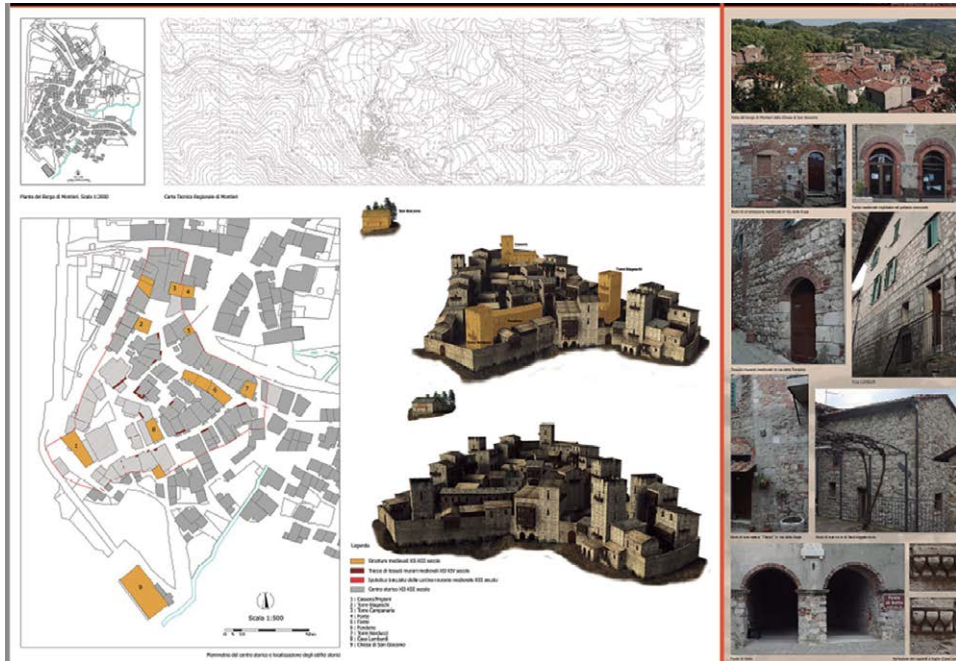


Fig. 2 – Example of illustration summarising the study of Montieri's old town centre.

11th century, and especially the 12th century, as the moment when there was a fairly abrupt change in population strategies²¹. Indeed, this is the time range during which hilltop sites became the preferred location for settlement sites. For some time now this part of Tuscany has been identified as a territory where strong feudal seigneuries exercised their power, the rise of which dated back to the early medieval period²². These important aristocratic families had built up their power thanks to their close links with the central powers, represented by the Empire and by the marchese of Tuscia, which was the territorial district that took shape in the course of the 9th century. Following the weakening of these central powers, the result especially of the 'Investiture Controversy', and also following the Gregorian reform, representatives of the leading aristocratic houses located their interests more in rural areas, defining more clearly and evidently the districts that belonged to them²³. This process of location and reorganisation of policies for controlling rural areas was in parallel with the definition of the castle as the most meaningful symbol of their renewed powers.

²¹ BIANCHI, Giovanna – "Recenti ricerche nelle Colline Metallifere..."; BIANCHI, Giovanna – "Analyzing fragmentation..."

²² WICKHAM, Chris – "La signoria rurale in Toscana". In DILCHER, Gerhard; VIOLANTE, Cinzio (ed.) – *Strutture e trasformazioni della signoria rurale nei secoli X-XIII*, Bologna: Il Mulino, 1996, pp. 343-409.

²³ CORTESE, Maria Elena – *L'aristocrazia toscana. Sette secoli (VI-XII)*. Spoleto: Edizioni CISAM, 2017.

Thus, the castle became the dominant form of architecture in the seigneurial language of the time, to manifest the economic and political powers. It was necessary in order to stand out in the new climate of competition, when territories were broken up into a great many seigneurial districts, and struggles for control over them became fiercer²⁴.

Key features of these early castles were the seigneurial residence or residences, always situated in the highest area of the hill, and the fortified boundary, namely the outer walls. Between the end of the 11th and the beginning of the 12th century the tower was the preferred building type, and its size could vary in terms of its perimeter and height. Recently it has been suggested that this choice was closely linked to a phenomenon involving imitation of fortifications that formed part of regal possessions, where, already between the end of the 10th and the 11th centuries, this building type was adopted²⁵. In the course of the 12th century, alongside towers, we start to see more complex buildings such as lower, defensive towers that were more developed in width, often having several floors, or buildings identifiable as fully-fledged palaces (**Fig. 3**).

Stone was the most used construction material, and, among the indicative parameters of this specific historical moment the use of stone itself, and above all how it was worked, were one of the most important elements in seigneurial architectural language. Since the end of the 11th century, and especially during the 12th century, stone began to be attentively worked to make regular stone blocks (ashlars) with well-made corners, and facing surfaces dressed by chiselling or cutting. Experimental archaeology first identified some time ago how long it took an experienced stonemason to make a well-dressed, average-sized or large ashlar: from five to seven hours, depending on how easy it was to work the material. Subsequently, the new stone walls, which were laid in regular courses, were bonded by mortar having a high percentage of lime. These details suggest that the process of producing the bonding agent was somewhat complex, necessitating further skilled labour (**Fig. 4**). Taken together, these features, showing more than any other features, in their tangibility, the scale of the financial investment in terms of the time and the human resources required, made the walls of the new fortifications the most important political manifesto of the seigneurial powers, and this was further highlighted by the absence of any plaster covering the facing surfaces²⁶.

²⁴ BIANCHI, Giovanna – “Archeologia della signoria di castello (X-XIII secolo)”. In GELICHI, Sauro (ed.) – *Quaranta anni di Archeologia Medievale in Italia. La rivista, i temi, la teoria, i metodi*. Firenze: All’Insegna del Giglio, 2014, pp. 157-172

²⁵ BIANCHI, Giovanna – “Dalla pietrificazione dei poteri alla pietrificazione della ricchezza. Uso funzionale e simbolico della pietra tra Toscana e Centro-Nord della penisola (X-XII secolo)”. In GIOVANNINI, Fabio; MOLINARI, Alessandra – *Il paesaggio pietrificato. La storia sociale dell’Europa tra X e XII secolo attraverso l’archeologia del costruito*, Atti del Convegno (Arezzo 7-8 febbraio 2020), *Archeologia dell’Architettura*, special issue XXVI (2021), pp. 97-118.

²⁶ BIANCHI, Giovanna – “Dalla pietrificazione dei poteri alla pietrificazione...”



Fig.3 – Reconstruction drawing of the seigneurial buildings in the Rocca (castle) of Campiglia Marittima (illustration by Ink-Link, Firenze).

Carefully laid courses, and stone-dressing without plaster, were thus a distinctive feature of this historical phase, which saw a general adoption of these masonry techniques, marking a major break with the technical context of previous centuries, which tended to display more irregular techniques.

As regards building types, a detailed analysis of material remains has succeeded in yielding unexpected results in some contexts. This is the case with the various strategies for choosing seigneurial residences made by two different aristocratic families that had dominion over large neighbouring territories. The first of these, corresponding to the Aldobrandeschi family, was definitely older, and more powerful



Fig. 4 – Castle of Rocca San Silvestro. The outer walls.

thanks to its long-standing connections with the Empire. It was also economically predominant. The second aristocratic house, corresponding to the Della Gherardesca family, boasted more recent dominion over these territories, and a greater degree of dynastic fragmentation. What we find here is that choices involving residences were inversely proportional to their political profile. The desire of the relatively less strong family to assert itself led to the early construction of many residences that were more sumptuous and complex, connected to the different branches of the aristocratic house. For the family that was stronger, and that could rely on an absolute dominion in its own territory, the chosen buildings were generally important but more modest in their architectural forms, usually corresponding to towers²⁷. The seigneurial residence was also a means for self-assertion, and thus, at least for this territory, its size and scale was not always directly proportional to the power associated with it, but was closely

²⁷ BIANCHI, Giovanna; FICHERA, Giuseppe; PARIS, Francesca M. – “Rappresentazione ed esercizio dei poteri signorili di XII secolo nella Toscana meridionale attraverso le evidenze archeologiche”. In VOLPE, Giuliano; FAVIA, Pasquale (ed.) – *Atti del V Congresso Nazionale di Archeologia Medievale*. Firenze: All’Insegna del Giglio, 2009, pp. 412-416.

connected to dynamics involving the representation and perception of powers.

Remains of these early seigneurial residences are still partially present in urban centres, often being incorporated within slightly later buildings, in common with parts of earlier outer town walls.

Moreover, in abandoned castles we can observe the characteristics of stone houses, usually consisting in just one storey, with roofs made of slate, and the interior space divided between dwelling-space and a shelter for animals. A debate has begun recently, for Tuscany, over whether these stone castles, from the late 11th and the first half of the 12th centuries, were already developed population centres, or whether they became such later on, at the end of the 12th century. The question arises from the dating that is attributed to houses in the borgo within the castles walls, with date ranges that are often extensive, owing to a relatively brief chronology of pottery itself in this phase. A project that has just started, using a large number of archaeometric dates for mortars, will seek to get a better understanding of whether, at the time of the construction of the outer stone walls, and of the seigneurial residences, a large section of the dependent populace still lived in the pre-existing nuclei outside the castle itself²⁸.

A possible reason for this misalignment would in part be due to the rates of growth of the economic powers of the seigneuries themselves which, between the end of the 11th and the start of the 12th centuries, were reorganising their wealth, and perhaps investing only in the symbolic parts of their castles (seigneurial residences, and town walls), with less concern for attracting the population within the castle itself.

In any event, the situation saw a drastic change between the end of the 12th and the start of the 13th century itself.

In the last decade, in Italy, archaeology and material sources in general have been vital for suggesting the rate of economic growth, which was obviously reflected in investments in buildings, which are one of the main manifestations of it. Although some rates of this growth are yet to be determined with precision, especially for the period bridging the 10th and 11th centuries, it is nevertheless undeniable that, for Tuscany and other parts of Italy, the moment of great acceleration was especially in the final decades of the 12th century, and not in earlier centuries, as has often been suggested²⁹.

²⁸ This is the project entitled: *THE TIMES OF CASTLES. Multidisciplinary researches for a new chronology of the building sites of incastellamento (XI-XII centuries)*, host Institution University of Siena, www.castles.unisi.it.

²⁹ Regarding the economic contribution of the 12th century, as seen by means of archaeology, a valid reference still consists in the articles in the monographic edition of the journal *Archeologia Medievale*, MOLINARI, Alessandra (ed.) – “Mondi rurali d’Italia: insediamenti, struttura sociale, economia. Secoli X-XIII”. *Archeologia Medievale*, XXXVII (2010), Special Issue, pp. 11-284, especially the introduction by Molinari and the conclusions by Chris Wickham and Sandro Carocci.

This chronology coincides with the time of greatest development of many seigneuries, and with the contemporaneous formation of the first Communes (as in the case of Pisa), and of their strategies for asserting their presence in the *contado*.

This historical context, closely linked to the desire to exploit the resources of this territory, in particular mining resources, led to a series of greater investments in building. It was precisely at this time that many original castles were expanded, becoming important population centres, thereby taking on that complex appearance that is still clearly recognisable today in many smaller historic centers.

The presence of many more political players in the field – seigneuries, towns expanding into the rural areas, and the presence of the first rural Commune bodies – gave greater political complexity to this phase, which can clearly be seen in the built environment. On the basis of our large-scale survey, it is possible to sum up what we can see as the main changes that marked a clear divergence from the previous phases of building activity.

As regards the original seigneurial areas, we often see an expansion of them thanks to the construction of new defensive towers, or palaces, which were added to the original (vertical) towers. In many castles that were later abandoned at the end of the medieval period, new dwellings were built at the same time. However, these were laid out within the space contained inside the original, existing outer walls, without these being enlarged in any way. The new houses often had two storeys, with a greater distinction between residential spaces and spaces set aside for domestic activities.

On the other hand, in other castles the expansion or construction of the new seigneurial residences occurred at the same time as the inhabitable space was doubled, thanks to the construction of new outer walls that increased the previous circuit of fortified walls.

These transformations are, as stated, indicative of more complex political contexts, given that most of them took place in those fortified centres where, in parallel to the presence of the seigneuries, rural Communes had also developed. The formation of these was often supported by the large cities which, via control of them (often by means of their own representatives on some political bodies), managed to more easily acquire responsibility for managing large parts of rural areas, very often to the detriment of the seignury itself. Thus, in the expansion of these centres, the seignury was not the only authority behind building projects. Instead, as was first suggested some time ago, the support of cities was crucial. In many cases, cities sponsored these large-scale operations financially, the costs of which could not be borne by the newly-established rural Communes³⁰. This interpretation of events is not so evident from documentary sources, in which the most pertinent references

³⁰ BIANCHI, Giovanna – “Centri abitati e comunità rurali...”

to urban building strategies in the countryside are for the new *borghi*, founded ex novo, referred to in the first paragraph above. However, the material evidence in this connection is very clear.

Some examples are worthy of mention. In the *contado* controlled by the city of Pisa, a common feature in house types present in these late 12th-13th century expansions of *borghi*, which often involved no less than a doubling of the habitable space, is the frequent presence of a specific house consisting in several floors. A particular feature of this house has to do with its facade. Unlike the other three perimeter walls, the facade was not built of stone, but consisted of wooden boards attached to the internal floors, and above all to corner brackets, made of stone, which were sometimes found all the way up to the top of the roof, or else were topped at the upper levels by relieving arches (Fig. 5). Numerous examples of this kind of building are present in the urban centre of Pisa, some of which are still well preserved³¹. In the literature of architectural history, this type of home, associated with the middle and upper classes, depending

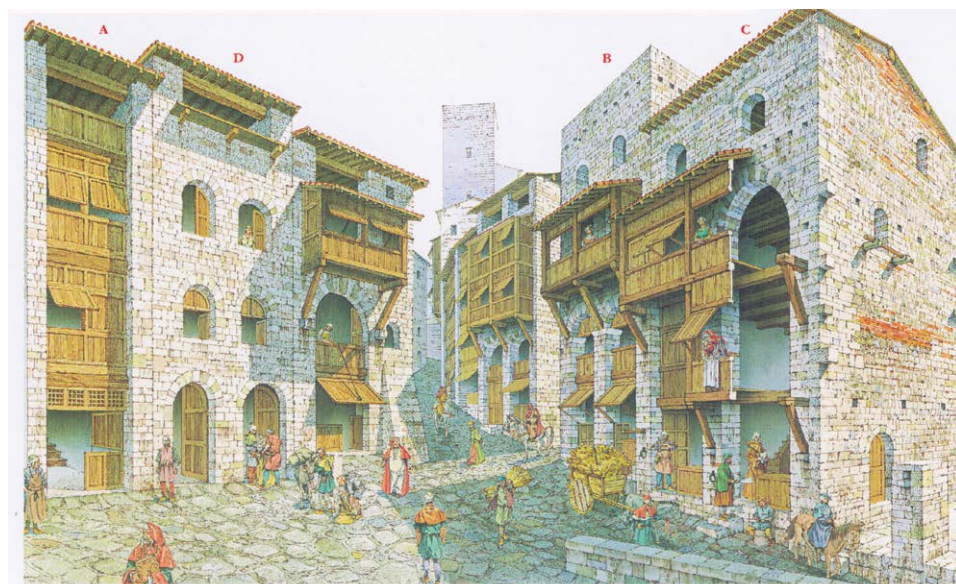


Fig. 5 – Reconstruction of the main square in the borgo of Campiglia Marittima in the 13th century, showing the various different kinds of pillar houses (illustration by Ink-Link, Firenze).

³¹ REDÌ, Fabio – *Pisa com'era: archeologia, urbanistica e strutture materiali (secc. V-XIV)*. Napoli: Liguori, 1991.

on its variant forms, has been called a 'casa a pilastri angolari' (corner pillar house) due to the presence of these pillars of stone along the edges of the facade. Given its characteristics, namely greater vertical development and the presence of a certain number of storeys within it, this type of house was suited to expansions of the original castles which, precisely owing to their transformation into larger settlement, required residential dwellings able to accommodate more than one family group. The presence of these 'pillar house' is thus indicative both of a need connected to more complex population strategies, and of the extent to which the technical field of construction was closely connected to cities themselves, and to the architectural models found in them³². This latter aspect reflects the fact that the construction of pillar houses' is a sign of the skills and knowhow of master-builders from the urban construction sector (also attested to by epigraphic evidence), thereby bearing witness to the city's involvement in the building policies of these fortified minor centres, which is never expressly attested to by documentary sources. At the same time, the adoption of this building type reflects the strong links with the city also in the choice of an architectural form that was representative of a socio-economic context that was undergoing major change, especially in the 13th century, in these rural settlement contexts. Indeed, the establishment of the first rural Communes was linked to greater social complexity found in these small rural societies, which, in a more or less definitive way, by forming connections with the cities, began to emancipate themselves from seigneurial power.

Indeed, in what is no coincidence, the expansion of these original castles coincided in many cases with the crisis of the seignury itself. Many of the stone-built castles that took shape at the start of the 12th century were abandoned in this very same phase, and the start of the 13th century, in the Maremman countryside in Tuscany, was marked by population shifts from abandoned castles to other, successful castles, which for political and economic reasons continued in existence, surviving down to the present day. Often in these very cases the aristocratic families themselves abandoned their own seigneurial residences, which were later occupied by military garrisons sent out from the cities (for example Pisa, as well as Siena).

Every historical and cultural landscape is the product of a long sequence of transformations, which are in turn the result of specific historical and economic contexts. In our case study, the survey of the buildings found in several minor centers made it possible to highlight the various sequences of habitation in a long diachrony made up of constructions, reconstructions, or enlargements. This enables us to state that the modern-day landscape is, for most of the towns investigated, the fruit above all of building periods in the 12th and 13th centuries, when the economic investment in these territories reached a peak. Indeed, barring rare exceptions, the modern era

³² BIANCHI, Giovanna – "Dalla progettazione di una chiesa..."

was characterised by only modest investments, often owing to wars and epidemics, and these investments mostly involved the construction of small fortifications, and the maintenance of existing structures.

It is only in the contemporary era that, in these *borghi*, the first buildings began to be built outside the medieval town walls, often with disastrous results, as they were not subject to precise planning schemes and criteria.

Helping local communities to acknowledge and re-appropriate an important history, in which these minor centres were at the centre of a greater political and economic network, is one of the fundamental tasks facing we researchers. Tracing the history of each of these *borghi* means reconstructing an important cultural identity, especially in areas such as those we have examined, which are often economically more depressed than others, and situated on the margins of more developed zones that are better known to cultural tourism.

The history of this complex and large-scale series of constructions and reconstructions may transform itself into a fascinating and unexpected story. This is what we have been trying to do for some time in this area, by fostering the opening of archaeological areas and museums. An emblematic case in this connection was research³³ conducted in the old town centre of Piombino³³. This coastal town was known especially for the presence, since the start of the last century, of the local iron and steel industry, which has largely altered the landscape, obliterating its history from view. In the Castle and Medieval Ceramics Museum, opened in 2013, the main cornerstone of the visitor experience, backed up by information panels and multimedia installations, is the town's medieval history itself (**Fig. 6**). This was a discovery: for we researchers, but above all for the modern-day inhabitants of Piombino, a town able to attract even casual tourists who find themselves passing through Piombino only so as to board a ferry to the nearby island of Elba.

This is the first step to ensure that a cultural landscape may be seen as an economic resource for these territories. This is the path that we researchers must never tire of following.

³³BIANCHI, Giovanna – “Piombino, porto e città: una lettura archeologica”. In CECCARELLI LEMUT, Maria Luisa; GARZELLA, Gabriella; PETRALIA, Giuseppe; VACCARI, Olimpia (ed.) – *Il porto di Piombino tra storia e sviluppo futuro*. Ospedaletto-Pisa: Pacini, 2014, pp. 11-28.



Fig. 6 – Reconstruction of the original town of Piombino during the 13th century enlargement of the previous castle (illustration by Ink-Link, Firenze).

Las huellas materiales del poder de los linajes en la configuración del espacio urbano bajomedieval: *los indicadores arqueológicos de las villas vascas*

*Belén Bengoetxea Rementeria*¹

Resumen

En los últimos años se han concentrado en las villas de la Comunidad Autónoma Vasca numerosas actuaciones arqueológicas de carácter preventivo. A través de ellas se han ido acumulando un gran número de evidencias materiales relativas a diversos aspectos de interés, referidos tanto al origen de estos núcleos como a los procesos de adaptación y transformación urbanística que han ido viviendo a lo largo del tiempo. En este caso, nos centramos en la inclusión de elementos vinculados a la presencia de poderes banderizos en el espacio urbano, incidiendo en su identificación material, su repercusión en la trama urbana anterior y su posterior evolución, atendiendo especialmente a los indicadores arqueológicos. El territorio escogido para el análisis es el área del Duranguesado, en el Territorio Histórico de Bizkaia, donde se ubican cuatro villas (Otxandio, Tabira de Durango, Ermua y Elorrio) que responden a diversos modelos de asentamiento urbano. La perspectiva territorial ha permitido detectar las redes políticas y económicas de las que estas villas forman parte en el tramo final de la Edad Media y el comienzo de la Modernidad. Se ha hecho especial hincapié en el caso de la villa de Otxandio, en la que se han realizado varias campañas de excavación, cuyos resultados son significativos para el desarrollo del tema propuesto.

Palabras clave

Villas vascas; Urbanismo medieval; Duranguesado; Casas-torre; Linajes banderizos.

¹ UPV/EHU. Estudio realizado dentro del Grupo de Investigación GIPyPAC (Grupo de Investigación en Patrimonio y Paisajes Culturales) de la UPV/EHU. A lo largo del trabajo se ha empleado la grafía del euskera a la hora de escribir los nombres de las localidades vascas que se citan en el texto.

The material traces of the power of the lineages in the configuration of late medieval urban space: the archaeological indicators of the Basque medieval towns.

Abstract

In recent years, numerous preventive archaeological actions have been concentrated in the medieval towns of the Basque Autonomous Community. These have led to the accumulation of a large amount of material evidence relating to various aspects of interest, referring both to the origin of these towns and to the processes of adaptation and urban transformation that they have undergone over time. In this case, we focus on the inclusion of elements linked to the presence of high lineage powers in the urban space, focusing on their material identification, their repercussion on the previous urban fabric and their subsequent evolution, paying special attention to archaeological indicators. The territory chosen for the analysis is the area of Duranguesado, in the Historical Territory of Bizkaia, where four villages are located (Otxandio, Tabira de Durango, Ermua and Elorrio) which respond to different models of urban settlement. The territorial perspective has made it possible to detect the political and economic networks of which these towns form part in the late Middle Ages and the beginning of Modernity. Special emphasis has been focused on the case of the town of Otxandio, where several excavation campaigns have been carried out, the results of which are significant for the development of the proposed theme.

Keywords

Medieval basque towns; Medieval town planning; Land of Durango; Towers; Noble lineages.

Introducción.

El tema de los linajes, las Luchas de Bandos y la conflictividad bajomedieval vivida en el País Vasco han sido objeto de profundos y variados análisis desde hace ya décadas; y a pesar de ello, se puede afirmar, atendiendo a recientes publicaciones, que son cuestiones que aún están de actualidad². En cualquier caso, en la inmensa mayoría

² Uno de los referentes en estas cuestiones es J.R. Díaz de Durana. Sirvan como ejemplo los siguientes títulos: DÍAZ DE DURANA, José Ramón – *La Lucha de Bandos en el País Vasco: de los Parietes Mayores a la*

de los trabajos, se han tomado como base los documentos escritos, dejando en un segundo plano la materialidad generada a través de esos procesos históricos.

Algo similar ocurre con la investigación de las ciudades medievales, con una larga tradición de estudio, en la que no podemos entrar aquí, pero que sigue suscitando interés y debate³.

También es cierto que en el País Vasco, en los últimos años, se han emprendido trabajos arqueológicos o tipológicos que han tratado diversos aspectos sobre las casas torre, generadas a partir de esas luchas banderizas⁴, e incluso se ha puesto el foco en sus relaciones sistémicas, incluyendo en esas redes relacionales a las villas⁵.

Teniendo en cuenta todo ello, el objetivo principal de este trabajo es captar cómo influyeron los intereses de los diferentes linajes que se disputaron el poder en la Bizkaia bajomedieval en la configuración urbana de las villas. Para ello, hemos escogido una comarca concreta, el Duranguesado, que como veremos más adelante, cuenta con unas características determinadas que le han otorgado históricamente una identidad propia que conserva en la actualidad. Se ubican en ella cuatro villas (Otxandio, Tabira de Durango, Elorrio y Ermua), en las que han tenido lugar diferentes intervenciones arqueológicas, aunque de forma desigual: Tabira de Durango y Otxandio han sido objeto de estudios más específicos, y concretamente en el caso de la segunda, se han puesto al descubierto estructuras vinculadas a esos poderes feudales que han permitido documentar el proceso de evolución urbanística de la villa con mayor precisión.

Hay que señalar que partimos desde una perspectiva arqueológica, basada en la materialidad construida de estos núcleos, aunque también se han tenido en cuenta los datos ofrecidos por las fuentes documentales a la hora de interpretar algunos de los hallazgos.

Hidalguía Universal. Guipúzcoa, de los bandos a la Provincia (siglos XIV a XVI), Bilbao: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, 1998; DÍAZ DE DURANA, J.R. (2001) – “Linajes y bandos en el País Vasco durante los siglos XIV y XV”. *La familia en la Edad Media: XI Semana de Estudios Medievales*: 253-284; TORRE, Sandra de la; ETXEBERRIA, Ekaitz; DÍAZ DE DURANA, José Ramón (ed.) – *Valer más en la tierra. Poder, violencia y linaje en el País Vasco bajomedieval*. Madrid: Sílex, 2020. Otro autor que se ha centrado en los orígenes y el devenir de los linajes más destacados ha sido Ernesto García (GARCÍA Ernesto – “Linajes y bandos en el medioevo vasco: perspectiva, enfoques y reflexiones”. In TORRE, Sandra de la; ETXEBERRIA, Ekaitz; DÍAZ DE DURANA, José Ramón (ed.) – *Valer más en la tierra. Poder, violencia y linaje en el País Vasco bajomedieval*. Madrid: Sílex, 2020, 207-238)

³ MUÑOZ, Á. RUIZ F. (ed.) – *La ciudad medieval: nuevas aproximaciones*. ed. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2020. Disponible en: <https://elibro-net.ehu.idm.oclc.org/es/ereader/eu/165240?page=1>. Consultado en: 30 Dec 2022.

⁴ GONZÁLEZ CEMPELLÍN, Juan Manuel – *Torres de las Encartaciones*. Bilbao: Diputación Foral de Bizkaia, Departamento de Cultura, 2004; LUENGAS, Daniel – *Las residencias señoriales bajomedievales en el País Vasco: análisis de la evolución tipológica y del sistema constructivo*. San Sebastián: Universidad del País Vasco 2019. Tesis doctoral.

⁵ AZKARATE, Agustín; GARCÍA GÓMEZ, Ismael – “Las casas-torre bajomedievales: análisis sistémico de un proceso de reestructuración espacial / territorial” *Arqueología de la Arquitectura* 3 (2004), pp. 7-36

1. Villas vascas y arqueología.

En la Comunidad Autónoma Vasca, en general, cuando se habla de ciudades medievales, se hace referencia a las villas de fundación medieval surgidas en el territorio entre finales del siglo XII (1140, Salinas de Añana) y la segunda mitad del siglo XIV (Urretxu, 1383). Se trata de 66 núcleos a los que se les dotó de Carta Puebla durante ese intervalo de tiempo, pero que presentan una considerable heterogeneidad si las comparamos entre sí. En realidad, obedecen a distintos procesos fundacionales, a diferentes razones y objetivos y han tenido una evolución bastante dispar en algunos casos (Fig. 1).

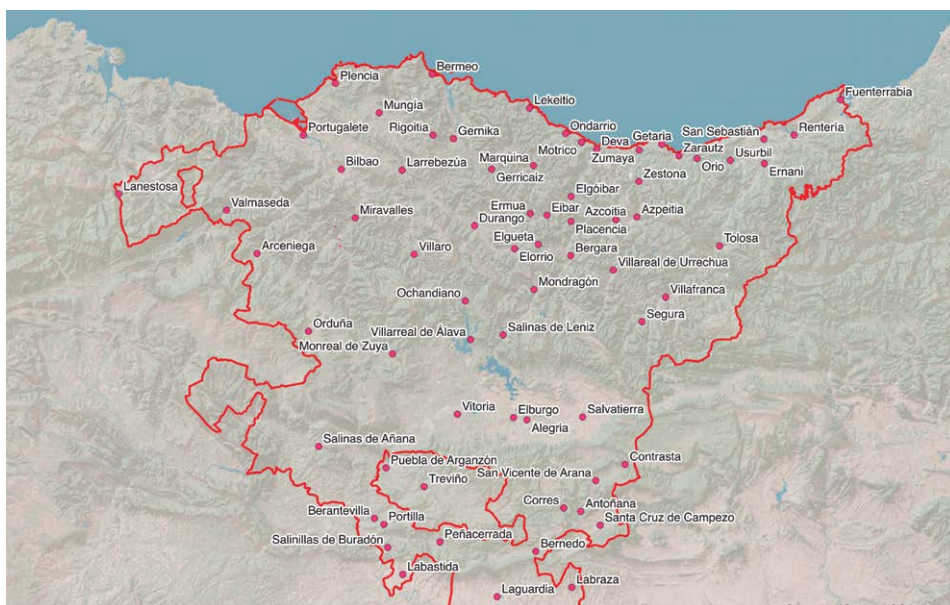


Fig. 1 - Distribución geográfica de las villas de la Comunidad Autónoma Vasca.

Un porcentaje importante de ellos (60,8%) se fundó en lugares ya ocupados previamente, en los que el peso de las actividades artesanales era bastante considerable, lo cual significa que los poderes políticos del momento –reyes y señores– actuaron sobre una realidad ya articulada mediante una red de aldeas, que hasta el proceso de “urbanización” fueron las protagonistas del poblamiento⁶. En cuanto a su forma

⁶ BONGOETXEA, Belén; QUIRÓS, Juan Antonio – “Las villas vascas antes de las villas. La perspectiva arqueológica sobre la génesis de las villas en el País Vasco”. In ARÍZAGA, Beatriz.; SOLÓRZANO, J. A. (ed.) – *El espacio urbano en la Europa medieval: Nájera 2005. Encuentros internacionales del Medievo*. Logroño:

urbana, se trata, en general, de núcleos de pequeño tamaño y carácter compacto que presentan un urbanismo regular, aunque hay algunas excepciones⁷.

Afortunadamente, a día de hoy estamos en disposición de abordar una cuestión como la que hemos definido líneas más arriba desde el punto de vista arqueológico. Esto es debido a que la arqueología se ha aplicado intensamente en las villas vascas en los últimos 30 años, y lo cierto es que a pesar de que el proceso ha tenido sus luces y sus sombras, podemos decir que ha hecho importantes aportaciones para un conocimiento más profundo del devenir histórico de estas villas y de su papel en los procesos de territorialización y jerarquización del espacio⁸. De hecho, se cuenta con mucha información y con datos que serían impensables hace dos décadas, y además, mucha de esa información está relacionada con las que podríamos denominar “pequeñas” o “medianas ciudades”⁹, como las que aquí nos ocupan.

También hay que señalar que la inmensa mayoría de estas intervenciones han venido de la mano de la arqueología preventiva¹⁰ y que, en general, estas villas no guardan restos arqueológicos de carácter monumental ni estratificaciones de varios metros de espesor, aunque sí estratigrafías complejas.

2. El territorio escogido: la Tierra de Durango.

La zona que actualmente se conoce como Duranguesado se encuentra en la mitad septentrional del País Vasco, al sureste de Bizkaia, haciendo frontera con el territorio de Gipuzkoa, y presenta una extensión de 317 km². En cuanto a la geografía física del territorio, hay que decir que está marcado por un amplio valle longitudinal, de sentido general Noroeste-Sureste: el valle del Ibaizabal, flanqueado por alineaciones montañosas al norte y al sur. Se trata de un corredor natural que ha tenido el papel de nudo de comunicaciones a lo largo de la historia, como ocurre en la actualidad. La zona podría considerarse un nudo estratégico de caminos que comunicaba, por

Instituto de Estudios Riojanos, 2006, pp. 146-166

⁷ URTEAGA, María Mercedes – “Censo de las villas nuevas medievales en Álava, Bizkaia y Gipuzkoa”, *Boletín Arkeolan* 14, 2006. La autora hace un completo repaso por todas las villas vascas atendiendo, entre otras cosas, a sus planos.

⁸ No es el momento de tratar esta cuestión en profundidad, pero podríamos citar algún trabajo que ha contribuido a contar con una visión crítica de la Arqueología Urbana vasca, como BENGOTXEA, Belén – *Arqueología urbana y planificación de los centros históricos en la CAV. Análisis crítico, nuevas propuestas y perspectivas de futuro*. Vitoria: Universidad del País Vasco, 2016. Tesis doctoral.

⁹ En los últimos años se han venido realizando importantes aportaciones referidas a la importancia de estos núcleos de pequeño y mediano tamaño, especialmente dentro de la tradición de estudio británica (DYER, Christopher – “The Archaeology of Medieval Small Towns”. *Medieval Archaeology*, 47:1, 85-114 (2003) Disponible en <https://doi.org/10.1179/med.2003.47.1.85>)

¹⁰ Utilizamos el término para aludir a las actuaciones previas a obras que van a destruir o alterar el sustrato arqueológico, aunque somos conscientes de que existen otras formas de entenderlo, como por ejemplo, el propuesto por M.A. Querol (QUEROL, M^a Ángeles – *Manual de gestión del Patrimonio Cultural*. Madrid: Akal, 2010)

un lado, la Llanada alavesa con el puerto de Bermeo a través de Urkiola y por otro, el amplio valle del Ibaizabal con el de Deba (Fig. 2).

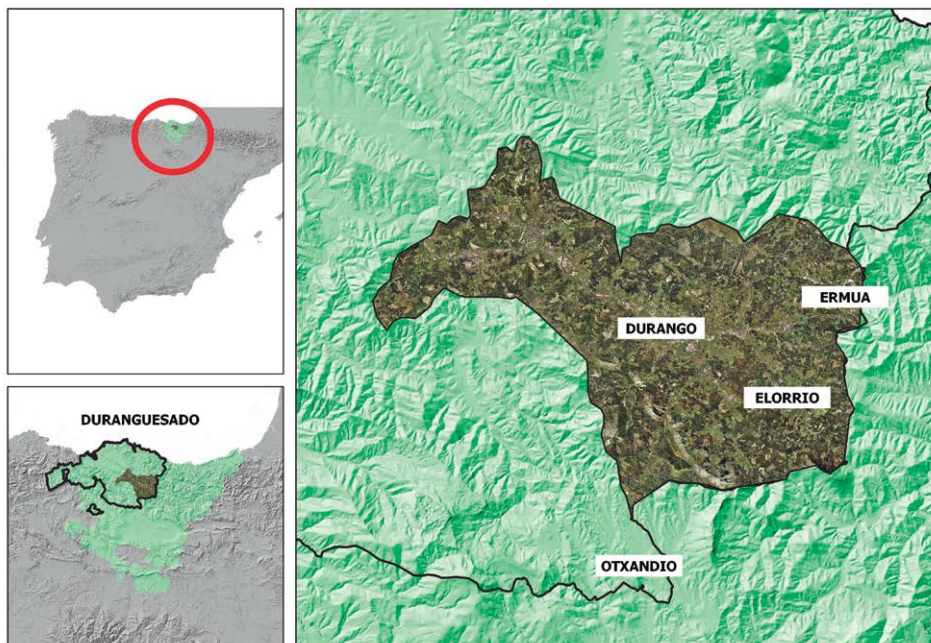


Fig. 2 – Mapa del Duranguesado dentro del territorio de Bizkaia con la ubicación de las cuatro villas.

Históricamente, la comarca del Duranguesado tiene unos remotos orígenes que se retrotraen, cuando menos, a la Edad Media, ya que las primeras referencias documentales son de mediados del siglo XI, y en ellas se refleja una Tierra de Durango con características propias, a cuya cabeza se encuentra un conde, diferenciada políticamente de lo que en aquel momento era Bizkaia. Por otro lado, sabemos que tanto Bizkaia como Durango se insertaron en las estructuras políticas de Pamplona en la segunda mitad de ese siglo XI, y que esa vinculación de la Tierra de Durango a la monarquía de Pamplona se mantuvo, con diferentes vaivenes, hasta la conquista castellana de 1200¹¹.

Esta identidad se traduce en instituciones propias que se han mantenido, transformadas, en siglos posteriores. Así, en la Edad Moderna, el Duranguesado

¹¹GARCÍA CAMINO, Iñaki – “La Tierra de Durango antes de la fundación de la villa, 100.000 años de Historia”. In BENGOTXEA, Belén (ed.) – *Durango en la Historia. De los orígenes a la ciudad del siglo XX*. San Sebastián: Museo de Arte e Historia, 2013, pp. 80-116.

se desarrolló plenamente como entidad político-administrativa, organizada como Merindad, con sus juntas y costumbres diferenciadas, hasta la actualidad.

Forman parte de la misma 12 anteiglesias y cuatro villas: Otxandio, Tabira de Durango, Ermua y Elorrio. La presencia de 4 villas en un área tan reducida tuvo sus efectos en la configuración del territorio. Además, su carácter fronterizo con Gipuzkoa, Oñate y los Señoríos de Villarreal y Aramaiona convierten a la comarca en una “frontera caliente”; hecho que probablemente, ha contribuido a la construcción de esa identidad propia.

Pero entre las cuatro villas que hemos mencionado existe una clara jerarquización: Durango, surgida con el nombre de “Tavira”, ha ejercido como cabeza de comarca desde sus orígenes hasta la actualidad, mientras que el resto han jugado un papel más secundario, aunque son villas surgidas en diferentes coyunturas y por diferentes causas, como iremos viendo a lo largo del texto (**Fig. 3**).

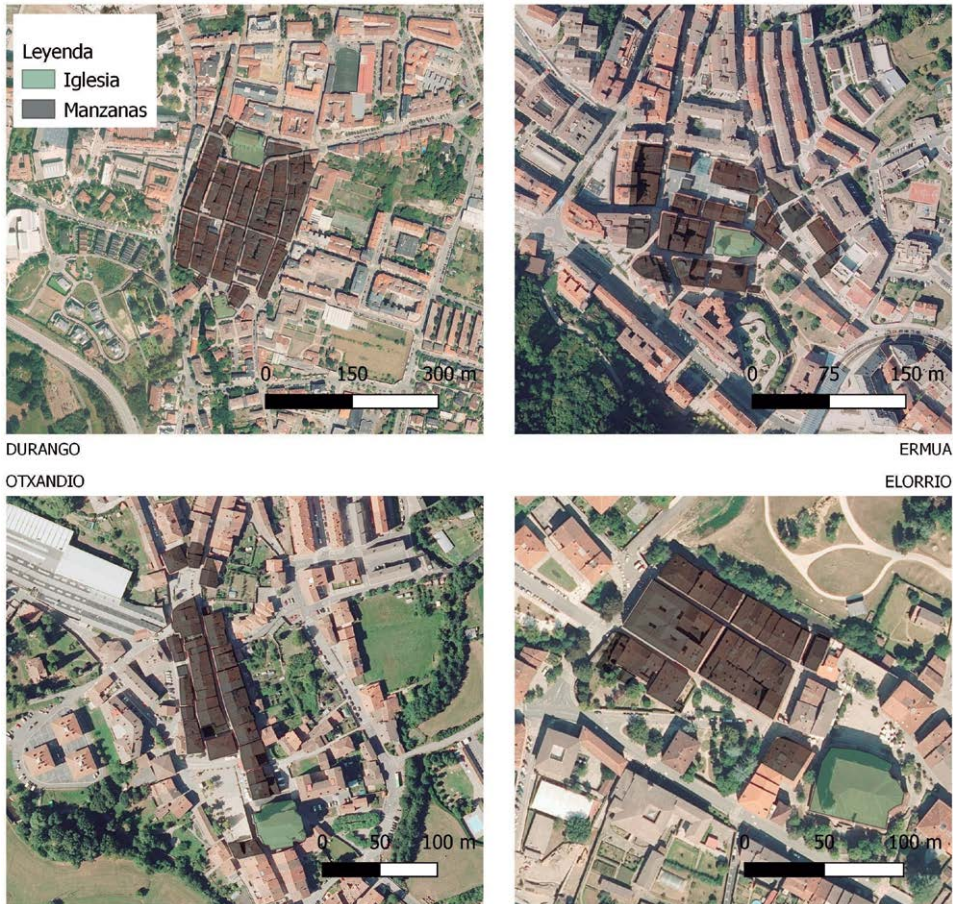


Fig. 3 – Planos de las 4 villas del territorio.

A continuación, trataremos de ver cuál ha sido la impronta material dejada por los linajes de la nobleza vasca que protagonizaron las denominadas Luchas de Bandos en el urbanismo de cada uno de esos núcleos¹². Seguiremos un orden cronológico teniendo en cuenta sus fechas de fundación, aunque en tres de los casos (Otxandio, Tabira de Durango y Ermua), son sólo aproximadas, por no conservarse sus Cartas de Privilegio. Como ya hemos adelantado, nos detendremos más en la villa de Otxandio, ya que las últimas excavaciones realizadas en su Casco Histórico han ofrecido datos importantes en este sentido.

3. La villa de Otxandio.

Otxandio es la villa ubicada más al sur de Bizkaia, en los límites del territorio, en una zona de paso entre las sierras de Gorbeia y Anboto, en torno a un camino de vital importancia que sirvió de conexión entre la meseta y la costa cantábrica. Se podría decir que se trata, prácticamente, de un paso de montaña cuyo objetivo principal era asegurar el tráfico mercantil. No se conserva su Carta Puebla, pero se atribuye su fuero a un intervalo cronológico de entre 1236 y 1254. Para esas fechas sólo existían en Bizkaia otras 3 villas: Balmaseda, Orduña y Bermeo. Las dos primeras vinculadas también a sendos caminos, y la tercera, que jugó un importante papel como puerto cantábrico hasta el surgimiento y desarrollo de la villa de Bilbao, era un punto de conexión con otros puertos europeos.

De todas maneras, el origen real del núcleo es bastante anterior, tal y como se ha podido documentar arqueológicamente. De hecho, las últimas excavaciones realizadas en la Plaza Nagusia de la villa permitieron recuperar los restos de un asentamiento previo de carácter aldeano que se extendía por un amplio espacio (prácticamente, han aparecido estructuras pertenecientes a este núcleo en toda la extensión de la plaza actual), aunque por el momento sólo se conoce parcialmente. En dicho asentamiento se han localizado, exclusivamente, restos identificables con arquitectura lúgnea, ya que se han podido excavar numerosos agujeros de poste y estructuras excavadas en la roca¹³. Atendiendo a las dataciones radiocarbónicas practicadas, este primer asentamiento estaba ya en uso en la segunda mitad del siglo XI y perduró bastante en el tiempo. Teniendo en cuenta las estructuras documentadas, esa primera aldea contaría con diferentes unidades domésticas, probablemente, junto

¹² Para un análisis exhaustivo de los dos principales linajes de Bizkaia, y también de la comarca, (Avendaño y Butrón y Mújica) ver GARCÍA, Ernesto – “El linaje de Avendaño: causas y consecuencias de su ascenso social en la Baja Edad Media”. *Anuario de Estudios Medievales* 37/2, julio-diciembre (2007), pp. 527-561 y GARCÍA, Ernesto – “Parentesco y poder: el ascenso social de la familia Mújica a la corte de los Reyes Católicos”. *Anuario de Estudios Medievales* 47/1, enero-junio (2017), pp. 37-72.

¹³ Para un resumen de los resultados de las intervenciones, ver PEREDA, Iñaki – “Plaza Nagusia”. *Arkeoikuska* 15 (2016), pp. 257-261; BENGOTXEA Belén – “Plaza Nagusia (Otxandio)” *Arkeoikuska* 19, (2020), pp. 339-346. El resumen de la última campaña está aún en prensa.

con un templo /cementerio. Atendiendo a la antigua advocación de la iglesia de Santa Marina y su ubicación, fuera de la trama urbana de la que después sería la villa, nos inclinamos a pensar, como hipótesis a confirmar, que la iglesia actual podría albergar restos de una anterior, perteneciente a esta aldea. Así, el templo / cementerio podría considerarse uno de los puntos referenciales desde un primer momento. El camino, el eje de conexión sur-norte, es, probablemente, otro de los factores clave a la hora de dar sentido a la presencia del núcleo inicial en este punto y es también el que es determinante para la villa surgida aquí dos siglos más tarde.

La segunda gran fase constructiva de Otxandio fue, precisamente, la que vino de su conversión en villa. En cualquier caso, no se asentó directamente sobre el núcleo preexistente, sino hacia el norte del mismo, adoptando una trama regular, con dos calles paralelas con una orientación norte-sur. Una de ellas, como ya hemos adelantado en el párrafo anterior, se corresponde con el camino al que hemos hecho referencia, que es el eje principal. También hay que señalar que una de las particularidades de nuestra villa es que no tiene muralla y nunca la tuvo¹⁴. Este no es un hecho excepcional en las villas vascas, pero tampoco es frecuente, máxime teniendo en cuenta su ubicación fronteriza.

Después de la fundación, la aldea previa no se abandonó completamente. Sirvió para algunas actividades que pudieran ser molestas si se desarrollan dentro del núcleo urbano. Así, hemos podido documentar un taller de fragua que estaba funcionando en el área de la actual plaza (fuera del recinto de la villa y en el espacio de la primitiva aldea) en el siglo XIV. De hecho, esta actividad, la de la transformación del hierro en fraguas ubicadas en la villa y su entorno, ha sido una de las que han marcado la historia de Otxandio, prácticamente hasta el siglo XIX, y su papel se ha podido documentar de forma exhaustiva en la Edad Moderna¹⁵. El comercio y la exportación de objetos fabricados en estos establecimientos fue el sustento de muchas familias.

Con todo esto, se puede decir que el origen y el desarrollo de la villa de Otxandio están marcados por dos factores esenciales y conectados entre sí: el camino que de sur a norte conecta la meseta, y en nuestro caso, de forma más directa, la ciudad de Vitoria, con los puertos del Cantábrico, por un lado; y por otro, el trabajo del hierro en pequeñas fraguas.

Como núcleo urbano medieval, Otxandio, a pesar de sus modestas dimensiones, jugó un papel determinante en el territorio, estableciendo una red de relaciones a diferentes escalas que se forma y transforma continuamente a través del tiempo en función de diversas estrategias y tensiones político-territoriales. Se trata

¹⁴ PEREDA, Iñaki; CAJIGAS, Silvia – “Estudio Histórico-Arqueológico de la villa de Otxandio”. *Arkeoikuska* 01 (2002), pp. 48-55.

¹⁵ MARTÍNEZ, Fernando – *Ochandiano. Historia y patrimonio monumental*. Bilbao: Diputación Foral de Bizkaia. 1992.

de un nuevo centro de poder que viene a desequilibrar las fuerzas dominantes hasta aquel momento, transformando la red de poderes feudales existentes.

Muy probablemente, uno de los cambios más drásticos en su evolución urbanística tuvo que ver con esta circunstancia. Nos referimos a la inserción al sur de la villa, fuera de la trama urbana propiamente dicha, pero muy cercana a ella, de una torre defensiva perteneciente a uno de los linajes que se disputaban el poder en la zona. El fenómeno tuvo lugar entre finales del siglo XIV y principios del XV.

En realidad, lo que se ha documentado ha sido la presencia de un foso defensivo que corta inequívocamente las unidades estratigráficas de la fase anterior. Para ello se excavó en el terreno una gran zanja alargada, con una profundidad de 3 m. y una anchura máxima de en torno a los 5 m. Es una estructura excavada en la arcilla, y parcialmente en la roca, con las paredes en forma de V inclinadas hacia el exterior. El foso, que tomaría una forma cuadrangular, de unos 25 m. de lado y con sus vértices curvados, protegía una estructura o edificio ubicado en la parte oeste de la plaza actual.

En el fondo del foso se localizaron dos piezas de madera de roble que podrían haber pertenecido, bien a vigas, empleadas en la construcción de la torre, bien a piezas que pudieron utilizarse en un posible puente de madera que ayudara a sortear la anchura del foso y acceder al edificio que protegía. Asimismo, bajo esas piezas de madera, se recuperaron dos barras de hierro (lingotes) dobladas en cuatro partes de 1,45 m. cada una de ellas, probablemente, para facilitar su transporte. El foso estaba delimitado en su perímetro por una empalizada de madera realizada con postes encajados en sus agujeros correspondientes. Con estos datos ha sido posible hacer una proyección de la presencia de la torre y del foso en el espacio de plaza actual.

En cuanto a la interpretación del hallazgo del foso, lo que parece evidente es su carácter defensivo-militar. Dado el trazado, las dimensiones y la ubicación del mismo, se descarta la posibilidad de que se hiciese con el objeto de proteger o delimitar la villa, por lo que nos inclinamos a pensar que el edificio que protegía era una torre bajomedieval ubicada en el actual espacio de plaza, en su zona noroeste, concretamente (**Fig. 4**).

Para sostener esta hipótesis contamos, por un lado, con referentes previos de torres que tuvieron fosos de similares características. Una de ellas es la Torre de Barajuen, ubicada en Torralde, Aramaio, perteneciente al linaje de Butrón y Múgica, muy próxima geográficamente¹⁶, y otra es una torre excavada en 2009, situada en Arrigorriaga, denominada Torre de Aguirre, con muchas similitudes respecto al foso localizado en Otxandio¹⁷.

¹⁶ Se aprecia la presencia del foso y la torre en el vuelo americano de 1945 y también en imágenes LIDAR.

¹⁷ CABRERIZO, Kepa, et alii - "Torre de Aguirre y molinos de Kantarepe y Angoiti". *Arkeoikuska* 09 (2010), pp. 204-208.

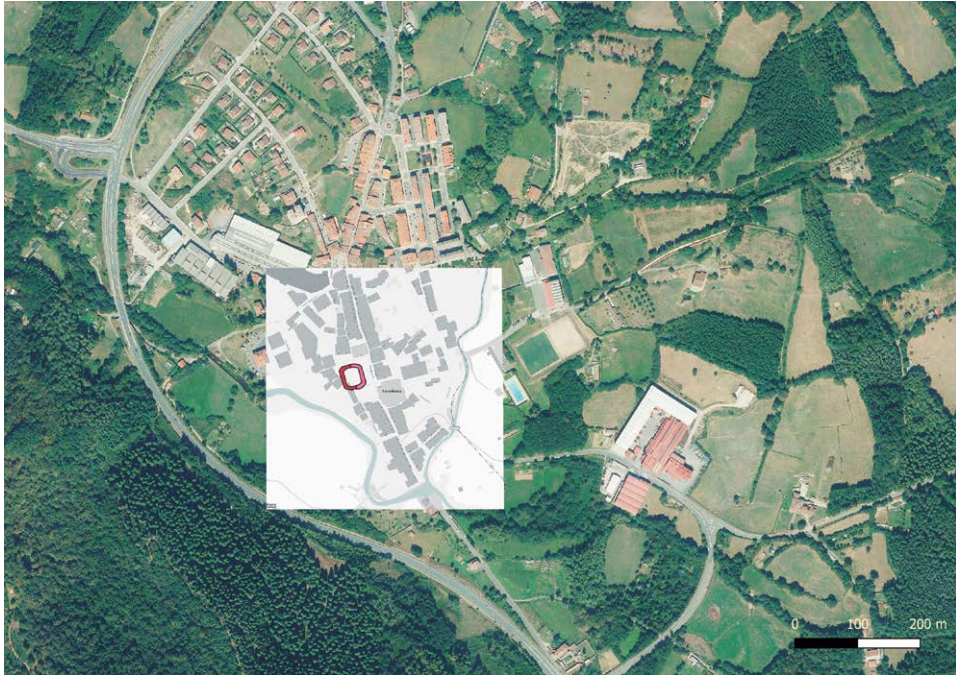


Fig. 4 – Proyección del foso medieval en el espacio de la plaza actual de Otxandio.

Por otro lado, sabemos, por datos ofrecidos por el cronista Lope García de Salazar en sus “Bienandanzas y Fortunas”¹⁸, que a principios del siglo XV en Otxandio, había, al menos, dos torres; una de ellas perteneciente al linaje de Butrón y Múgica, y otra perteneciente al de los Avendaño. Como es bien sabido, ambos linajes se disputaron la influencia y el poder en Bizkaia entre finales del siglo XIV y la mayor parte del XV¹⁹. Al hilo de estos conflictos, según testimonio del citado cronista y banderizo de Muñatones, se dieron en Otxandio varios episodios violentos que acabaron con ataques a las torres ubicadas aquí, e incluso con su quema y derribo, además de con el saqueo de la propia villa. El autor relata varios acontecimientos de este tipo en la primera mitad del siglo XV, que han sido recogidos posteriormente por autores que se han dedicado al estudio de las casas torre²⁰.

¹⁸ GARCÍA DE SALAZAR, Lope – *Las bienandanzas e fortunas*. T. IV Ed. Ángel Rodríguez Herrero. Bilbao: Editorial Ellacuría, 1984.

¹⁹ Se trata de dos poderosos linajes que tomaron parte en las Luchas de Bandos que marcaron los siglos bajomedievales en los diferentes territorios pertenecientes a la actual CAV, y que han sido objeto de abundantes y muy diversos análisis e interpretaciones. El de Butrón y Múgica pertenecía al bando Oñacino, y el de los Avendaño, al Gamboíno. En realidad, son dos poderosos linajes que ejercieron de cabezas de bando en Bizkaia y que estaban también bien posicionados en la corte castellana (GARCÍA, Ernesto – “El linaje de Avendaño...”, pp. 527-561 y GARCÍA, Ernesto – “Parentesco y poder...”, pp. 37-72).

²⁰ Los ataques permanentes y el ambiente de violencia vivido en estos siglos es objeto de relato para Lope

Nos centraremos en esta ocasión en un episodio concreto, por ser el que podría referirse a la torre que contaba con la protección del foso documentado: el ataque y asedio dirigidos a la torre de Pedro de Abendaño, ubicada en Otxandio, en 1437, por parte de Gómez González (de Butrón), señor de Aramaio. Refiriéndose a la torre, señala Lope García de Salazar, que era “mucho fuerte” (la presencia del foso debió darle un aspecto de fortaleza bien defendida) y que como consecuencia del ataque, la torre fue incendiada y derribada en 1437²¹.

Documentos posteriores, ya del siglo XVII, hablan de la presencia de una torre en la plaza de Otxandio, ubicada hacia el oeste de la misma, que se podría identificar, con una alta probabilidad, con la que contó con el foso documentado en el transcurso de la excavación. Se concreta en este caso, que se trata de una torre perteneciente al linaje de los Avendaño (este dato es el que permite la identificación que hemos hecho en el párrafo anterior). La mencionada torre, probablemente muy transformada y deteriorada, pasó a manos del Ayuntamiento en la primera mitad del siglo XVII, cuando se procedió a anular el foso descrito y a articular paulatinamente el espacio de plaza actual²².

Seguramente, dado su carácter marcadamente defensivo y militar, se trataría de una torre-guarnición custodiada por un grupo de soldados y un alcaide²³. Tampoco podemos dejar de destacar la ubicación de la misma, en la zona más alta del entorno de la villa, y muy próxima a ella, de manera que, aparte de su función militar, debió de tener un valor simbólico considerable, reflejando con su presencia el poder banderizo de un linaje frente a su rival y, sobre todo, frente a la villa, que se constituye y surge en el entorno como un nuevo centro de poder.

Es un claro ejemplo del desembarco de un linaje banderizo en el ámbito urbano, aunque los Avendaño ya eran señores de la villa de Villareal (Álava), situada a pocos kilómetros de Otxandio²⁴ y contaban con su casa solar principal en el mundo rural (Urkiza, en Igorre). Parece que el atractivo del camino debió ser importante para ellos a la hora de trazar una “red” con diferentes puntos de confluencia.

El linaje rival, los Butrón y Mújica, eran, a su vez, los señores del valle de Aramaio, fronteriza con Otxandio, con su torre de Barajuen como centro neurálgico de su red, y también tuvieron una torre aquí, en Otxandio, que sufrió ataques y asedios.

Pero los conflictos, las rivalidades, tanto entre los propios linajes como entre

García de Salazar, autor banderizo que ha servido de fuente para numerosos trabajos en torno a las luchas de bandos (GARCÍA DE SALAZAR, Lope – *Las Bienandanzas...*, pp. 178, 194, 208, 223)

²¹ GARCÍA DE SALAZAR, Lope – *Las Bienandanzas...*, p. 208.

²² Derio, Archivo Histórico Eclesiástico de Bizkaia (AHEB-BEHA) 284300401, f. 075 vº.

²³ J.M. González Cembellín hace referencia, precisamente, a una torre de guarnición perteneciente al linaje de los Abendaño ubicada en Otxandio (GONZÁLEZ CEMPELLÍN, Juan Manuel – *Torres...*, pp. 149 y 193-194.

²⁴ Villareal de Álava, desde 1371, por concesión de Enrique II, es una villa de señorío y el linaje de los Avendaño cuenta con una torre también allí.

éstos y las villas, también se manifiestan en aspectos como el aprovechamiento de los recursos de los comunales o la delimitación de las jurisdicciones correspondientes a las villas en general y a la de Otxandio en particular, que se encuentran en proceso de definición y necesitadas de recursos naturales para su desarrollo y crecimiento. Los intereses encontrados eran muchos, y estos linajes estaban atraídos por el camino y las actividades comerciales en torno a él, el control el flujo comercial (hierro, lana, cereales que llegan de la meseta y productos para el abastecimiento de los habitantes de la villa y del entorno rural) y también por el control del ciclo productivo del hierro. De hecho, contaban con varias ferrerías hidráulicas ubicadas en el entorno para cuyo funcionamiento necesitaban agua y abundante carbón, pero la última fase productiva, que como ya hemos visto, se da en la villa, también debió ser objeto de su interés.

No podemos entrar aquí a tratarlo en profundidad, pero sí quisiera mencionar el problema surgido en El Limitado, zona comunal disputada durante siglos entre la villa de Otxandio y el Señor de Aramaio. De hecho, el conflicto, que sale a la luz a mediados del siglo XV, y que continúa hasta la actualidad, sólo se puede entender en este contexto²⁵.

4. La villa de Tabira de Durango.

La villa que fue fundada con el nombre de “Tavira de Durango”, y actualmente se le denomina, simplemente, Durango, es la que ha ejercido como núcleo principal de toda la comarca, con una posición central dentro de ella. Ocupa el fondo de un valle longitudinal y se ubica en una encrucijada de caminos, lo cual ha condicionado su devenir histórico desde la Edad Media hasta la actualidad²⁶.

No se ha conservado su Carta Puebla (únicamente, una Carta de Confirmación, más tardía), de manera que no sabemos cuándo se funda oficialmente, pero lo que sí sabemos, gracias a la arqueología, es que la villa se asentó sobre un núcleo ya ocupado, como ocurre en Otxandio. Precisamente, en lo relativo al papel de la arqueología en el conocimiento de sus orígenes y devenir histórico, es interesante señalar que es una de las villas que más intervenciones arqueológicas ha albergado dentro de la Comunidad Autónoma, con más de 40 intervenciones, de diferentes dimensiones y características, realizadas en su Casco Histórico. Atendiendo a los resultados de esas intervenciones, se ha podido determinar que el núcleo original sobre el que se asienta la villa, que de momento sólo se conoce muy parcialmente, era un enclave en el que se realizaban actividades productivas vinculadas al tinte de paños y a la

²⁵ BENOETXEA Belén et alii – “El Limitado (Álava-Aramaio / Bizkaia-Otxandio”. *Arkeoikuska* 19, (2020), pp. 510-514.

²⁶ BENOETXEA, Belén (ed.) – *Durango en la Historia. De los orígenes a la ciudad del siglo XX*. San Sebastián: Museo de Arte e Historia, 2013.

transformación del hierro en pequeños hornos excavados en la arcilla. Sobre este asentamiento se trazó la villa, que ya contaba con una muralla para el siglo XII. En cualquier caso, la transformación del espacio debió ser absolutamente radical, ya que se ha puesto al descubierto una gran obra de acondicionamiento del terreno que conllevó el rellenado del antiguo cauce del río Mañaria para facilitar ese primer trazado regular de sus espacios y calles y también para la canalización del agua para el funcionamiento de algún ingenio hidráulico, probablemente, un molino, cuya canalización se conserva en el subsuelo de la Plaza de Santa Ana actual²⁷. Todo ello pone de manifiesto una intención clara por promocionar e impulsar el nuevo núcleo.

La villa se diseñó en función de una retícula con tres ejes: tres calles cruzadas por un cantón, y una iglesia al norte, que hace de nodo o punto focal. En el siglo XV sufre una ampliación considerable en su planta, con el añadido de una cuarta calle, denominada Calle Nueva, y de una segunda iglesia, la de Santa Ana, al sur²⁸. Contó con una muralla exenta y 6 puertas abiertas en la misma, además de con infraestructuras urbanas, como la presencia de una rentería²⁹.

En lo que respecta a la presencia material de los linajes y su influencia en la configuración del espacio urbano bajomedieval, hay que decir que en este caso, no se aprecia una presencia tan clara e impactante como en Otxandio. De hecho, hay referencias bastante tardías (siglo XVII) de la presencia de 5 casas torres en la villa, pertenecientes a 5 linajes³⁰. Atendiendo a las fuentes escritas, cuatro de ellas, al parecer, estaban localizadas en solares en esquina, y una quinta en el punto central de la trama urbana³¹. Se trata de casas-torre, que en realidad, muy probablemente, eran residencias o palacios urbanos perfectamente integrados en la trama urbana de la villa, escogiendo, eso sí, solares privilegiados en esquina. También conviene tener en cuenta que no se trata de las cabezas de linajes que hemos visto en Otxandio, sino de familias de prestigio que estarían alineadas en un bando o en otro, pero que no ejercían el liderazgo de los anteriores.

²⁷ BONGOETXEA, Belén – “La fundación de la villa de Tabira de Durango y sus primeros siglos de vida”. In BONGOETXEA Belén (ed.) – *Durango en la Historia. De los orígenes a la ciudad del siglo XX*. San Sebastián: Museo de Arte e Historia, 2013, pp. 122-142.

²⁸ La inclusión de una segunda iglesia en la trama urbana conllevó una transformación y una reorganización muy importante de la villa por ese lado sur. Entre otras cosas, la iglesia acogió en sus cimientos la canalización de la primera fase de construcción de la villa, a la que se ha aludido en el texto, adaptándose a su presencia. Por su parte, la iglesia de Santa Ana actual es un templo edificado a mediados del siglo XVIII y no se encuentra en la misma posición que la primera iglesia (BONGOETXEA, Belén – “La fundación de la villa de Tabira...”, pp. 122-142.

²⁹ Se denomina así al almacén al que se llevaban los tochos de hierro elaborados en las herrerías hidráulicas de toda la comarca del Duranguesado.

³⁰ BONGOETXEA, Belén; CAJIGAS, Silvia – *Durango. Transformaciones históricas de su configuración urbana*. Bilbao: Museo de Arte e Historia, 1997, pp. 179 y ss.

³¹ Las denominaciones son la torre de Láriz, Asteiza, Arandoño, Otalora y Monago. Estos linajes durangueses comparten hábitats urbanos y rurales en la comarca.

Al margen de las referencias documentales, si nos atenemos estrictamente a la materialidad de esta presencia de los linajes en esta villa, la torre de Láriz es la única que existe actualmente, y presenta un aspecto de palacio renacentista, con un predominio claro de los aspectos residenciales frente a los defensivos (**Fig. 5**). El edificio fue objeto de una lectura estratigráfica y en su subsuelo se realizó una excavación arqueológica, y en cuanto a sus resultados, hay que señalar que no se detectaron estructuras pertenecientes a una torre fuerte, aunque sí restos de una primera ocupación del terreno, en forma de casas de villa construidas fundamentalmente en madera y adobe. Dichas casas fueron datadas hacia principios del siglo XIII, con lo cual, se corresponderían con los primeros momentos de vida de la villa³².

Por su parte, el edificio actual presenta diferentes fases constructivas. La más antigua nos lleva a finales del siglo XV o principios del XVI. Es, indudablemente, una torre-palacio de carácter urbano que con su construcción vino a transformar el espacio existente, dándole monumentalidad y prestigio.

En definitiva, los linajes (locales) que se asientan aquí parecen adaptarse perfectamente al sistema urbano, en el que se integran. Y se podría decir que la villa, que no fue ajena a las luchas banderizas, también se supo adaptar a esas dinámicas³³. Es cierto que tuvo conflictos con la Tierra Llana (los núcleos rurales de su alrededor) y también con los Parientes Mayores, participando en algunas luchas banderizas, y también es cierto que los bandos estaban presentes dentro de la misma, pero es significativa, por ejemplo, la organización del Concejo y el reparto de cargos en el mismo. Según algunos estudios realizados, los cargos concejiles estaban “atreguados”, es decir, los linajes, de bandos contrarios, se repartían los oficios de la alcaldía y otros cargos. Dicho de otro modo, los bandos dominan el concejo de la villa de Durango, que tendió, en general, a apoyar a los Gamboínos, pero la peculiaridad es que aquí no existen grandes rivalidades entre esos linajes. Se podría decir que se respira una cierta calma o incluso un ambiente de colaboración entre ellos. Según parece, la villa de Durango y sus linajes apostaron en un período crítico, por el interés colectivo y por los mecanismos institucionales, aunque fuera de manera imperfecta³⁴.

Para concluir este apartado dedicado a la villa de Tabira de Durango, hay que señalar que dentro del camino o eje sur-norte del que forma parte también la villa de Otxandio, Tabira de Durango fue un importante centro económico, político y de

³² BENGOTXEA, Belén – “Torre de Láriz, 2”. *Arkeoikuska* 04 (2005), pp. 319-327 y BENGOTXEA, Belén – “Torre de Láriz, 2”. *Arkeoikuska* 06 (2007), pp. 355-362.

³³ Por ejemplo, es conocido el conflicto con los de la Torre de Berna. De hecho, Pedro de Avendaño y el Concejo de Durango cercaron y derribaron la torre de Berna, perteneciente a los Múgica y Zaldibar, ubicada en un punto clave en la ruta entre Durango y las villas costeras, justo en la frontera de la merindad.

³⁴ DACOSTA, Arsenio – “El Concejo de Tavira y las luchas de bandos en el Duranguesado en la Baja Edad Media. Notas para un caso singular”. In BENGOTXEA, Belén (ed.) – *Durango. 800 años de Historia. 10 años de las Jornadas de Historia del Museo de Arte e Historia de Durango*. Vitoria: Museo de Arte e Historia, 2010, pp. 42-61.



Fig. 5 – Torre de Láriz, en la que se aprecian los rasgos de un palacio urbano, especialmente en la decoración empleada en su fachada principal, que se ha conservado sólo parcialmente.

comunicación, no sólo en la comarca que analizamos, sino en el Señorío de Bizkaia. Por aquí pasaban los viajeros y los productos. Especialmente, el hierro, como el que se producía en las ferrerías de Aramaio, en el entorno de Otxandio, y se transformaba en las villas, estaba destinado en gran parte a su exportación vía Gernika, por la ría de Mundaka.

5. Las villas del eje este-oeste: Ermua y Elorrio.

La problemática de las dos villas ubicadas en la zona oriental del territorio es relativamente similar por diversas circunstancias, de manera que hemos considerado adecuado tratarlas de manera conjunta en un único apartado. Ambas son villas de fundación tardía (siglo XIV)³⁵, no hay datos para pensar que contaban con un núcleo preexistente y están ubicadas muy cerca de la frontera guipuzcoana. Son también núcleos de pequeño tamaño³⁶, con un urbanismo regular y planificado.

Ermua se ubica más al norte, en una zona llana, y se podría decir que ha sido la principal entrada desde Gipuzkoa, relacionando la zona del valle de Deba con el del Ibaizabal, de manera que su presencia potencia el desarrollo económico de la comarca, en general, y de la villa de Tabira de Durango, en particular, jugando un papel de enlace hacia el este. Además, atendiendo a la Carta de Confirmación de 1372, contó con un mercado semanal y sus principales actividades económicas fueron el comercio y la industria ferrona, con lo que también tuvo un papel activo en su ámbito de influencia más cercano.

En lo que al urbanismo medieval se refiere, presenta un plano regular, conformado por tres calles paralelas orientadas en sentido Este-Oeste, cortadas por un cantón y cuenta también con un pequeño espacio de plaza delante de la iglesia de Santiago. En cualquier caso, la trama urbana no se ha conservado demasiado bien en el caso de Ermua, entre otras cosas, debido al incendio sufrido en la Guerra de la Convención, en 1794, cuando los franceses arrasan la villa. En lo que respecta a los datos arqueológicos, lo cierto es que las escasas intervenciones realizadas en su Casco Histórico no han proporcionado datos de interés, poniendo al descubierto la escasa conservación de su sustrato arqueológico.

Con todo ello, poco podemos decir de la presencia material de los linajes en la villa, aun sabiendo que el linaje predominante en Ermua era el de los Zaldívar, del bando Oñacino.

³⁵ En el caso de Ermua no se conserva la Carta Puebla, pero sí la Carta de Confirmación de Juan I de Castilla, fechada en 1372. Elorrio es, probablemente la villa de fundación más reciente en el Duranguesado, con una Carta Fundacional otorgada en 1356 por Don Tello, señor de Bizkaia.

³⁶ Ninguna de las dos supera la hectárea de extensión.

Por su parte, la peculiaridad de Elorrio, situada más al sur, es que fue fundada a petición de los habitantes del entorno, quienes piden al Señor de Bizkaia, Don Tello, que otorgue fuero a un nuevo núcleo para protegerse de los constantes ataques y la violencia banderiza en la zona, fronteriza con Gipuzkoa, de donde provenían muchos de esos ataques. A esta circunstancia obedece la fundación de Elorrio por parte del Señor de Bizkaia en 1356 en terrenos de la anteiglesia de San Agustín de Etxebarria, por lo que se podría hablar de un predominio de las razones defensivas en las causas de su surgimiento. Estas circunstancias en sus inicios podrían explicar su sencillo urbanismo, o incluso la ausencia de un templo, ya que en el documento fundacional se establece que se utilice la de San Agustín de Etxebarria, ubicada a unos 2 km. de distancia³⁷.

Se ubica en una zona llana, en la ribera del río, y su plano presenta un trazado regular, con forma cuadrangular y dos calles paralelas de sentido este-oeste, cruzadas por un cantón. Contó con una muralla exenta, que inicialmente, según se ha podido documentar arqueológicamente, fue de madera y posteriormente se construyó en piedra.

En cuanto a la materialidad de la presencia banderiza o sus consecuencias dentro del trazado urbano, lo cierto es que no hay indicios de torres o fortificaciones dentro de la trama urbana, ya de por sí muy reducida, aunque fuera del recinto urbano y muy próximas al mismo, hay dos edificios con nombre de “torre” que podrían ser interpretadas como reedificaciones de torres medievales. En cualquier caso, no se integran ni llegan a romper la ordenación urbanística planificada. Nos referimos al denominado palacio Arabio y a la posible torre embutida en la edificación de Erreka 14.

Como hemos podido ver en el caso de Tabira de Durango, también en Elorrio el siglo XV trajo cambios significativos en su configuración urbana. De hecho, es cuando se construye una parroquia fuera del entramado urbano, pero muy próxima. Se edificó entre 1459 y finales del siglo XVI, tras pedir permiso a la Corona, debido a que en el trayecto entre la iglesia de San Agustín y el casco urbano se situaba la Torre de Ibarra, y se producían enfrentamientos con los señores de la torre por considerarse éstos con derecho a percibir rentas y beneficios de la iglesia en exclusividad. Un acontecimiento, en este caso, bélico, que ilustra el ambiente violento que se vivía en la comarca a raíz de las luchas de bandos, es la denominada Batalla de Elorrio, que tuvo lugar en 1468 y que concluyó con victoria del bando gamboíno, al que se había adherido la villa de Elorrio, y entre otras cosas, con la toma de la villa de Ermua, del bando contrario. El empleo de la artillería debió repercutir en la muralla de la villa, que se reconstruyó en algunos tramos con ciertos cambios, como un ligero retranqueo sobre la línea trazada inicialmente³⁸.

³⁷ Se trata de una iglesia fundada en 1015 por los Condes de Durango.

³⁸ GIL, Dona – *Elorrio. Urbanismo medieval de la villa*. Bilbao: Ayuntamiento de Elorrio y Gobierno

Otro hecho que en el siglo XV tuvo consecuencias muy palpables en el urbanismo de la villa fue el incendio de 1480. La reconstrucción supuso la pérdida de una manzana de casas en extremo de la Calle del Campo, que no volvió a levantarse. Sobre su solar vacío se dibujó el Camino Real que desde Durango entraba en la población, para salir hacia Mondragón³⁹.

6. Una lectura general a modo de conclusión.

Después de exponer la problemática de cada una de las villas que forman parte de la comarca objeto de estudio, pasaremos a marcar algunas ideas que nos sirvan de eje para interpretar los datos obtenidos de la lectura de la materialidad.

Comenzaremos diciendo que la aplicación de la Arqueología en los cascos históricos de estas villas ha permitido identificar y reconocer las huellas materiales del poder ejercido por los linajes y comprobar la repercusión que éstas tuvieron en las tramas urbanas anteriores y en la evolución posterior de las mismas. Así, se ha podido comprender mejor la evolución urbanística de los núcleos, dando sentido a algunos espacios y trazados que han perdurado, en algunas de ellas, hasta la actualidad. La perspectiva arqueológica también ha contribuido a percibir las diferentes formas de penetración de estos poderes en suelo urbano.

Así, si comparamos los datos obtenidos, se podría hablar de una disparidad de patrones en una misma comarca en lo relativo al impacto de la presencia de los linajes banderizos y las luchas de poder en la materialidad de las villas y en sus procesos de construcción y reconstrucción. La presencia directa de los grandes linajes que lideran los dos bandos en Bizkaia parece tener una repercusión evidente en villas como Otxandio. La cercanía geográfica de los solares de origen, ubicados en el mundo rural, parece también ser un factor que explica esta presencia notable, de carácter defensivo-militar.

La antítesis de esta situación es la de Tabira de Durango, donde los linajes locales, aunque integrados en diferentes bandos, consiguieron una estabilidad y una colaboración que resultan excepcionales si miramos a otros casos. Esto se traduce en una “señorialización” de su urbanismo, con la presencia de edificios que se denominan “torres”, pero que están mucho más cerca de ser palacios urbanos, como el de Láriz, integrados plenamente en la trama urbana de la villa.

A su vez, hay que subrayar una actividad artesanal concreta como la predominante en el territorio de estudio: la actividad ferrona y el ciclo productivo del hierro y su comercialización, que han marcado su historia. En este sentido, los Parientes Mayores controlaban y monopolizaban las factorías siderúrgicas, las

Vasco, 1997.

³⁹ GIL, Dona – Elorrio...

ferrerías, para cuyo funcionamiento necesitaban determinados recursos, como el agua o la madera para el carbón. Precisamente, tanto el linaje de los Avendaño, como, sobre todo, el de Butrón y Múgica, contaban con numerosos establecimientos. Estos últimos, poseían varias ferrerías ubicadas en su señorío de Aramaio (fronterizo con la villa de Otxandio). En cambio, los procesos de transformación y comercialización de los productos resultantes se realizaban en las villas, donde se encuentran los talleres de forja, y esta será una de las razones de la importancia de su control.

Junto con todo lo anterior, una idea central a la hora de entender los procesos históricos de la zona de estudio es la importancia de las vías de comunicación en la articulación comarcal y en su relación con las redes comerciales nacionales e internacionales, de las que las villas, como Otxandio y Durango, formaban parte y que los linajes banderizos intentaban controlar. Un marcador arqueológico de la intensidad de estas relaciones es la presencia de cerámica de importación en ambas villas, sobre todo, a partir del siglo XV. Evidentemente, además, las cuatro villas de la comarca jugaron un papel determinante a escala local, actuando también como centros de intercambio, estimulando así la producción del mundo rural circundante.

La siguiente idea que dejamos enunciada, aunque requeriría una profundización que aquí no podemos darle, ha sido desarrollada por diferentes autores⁴⁰. Tiene que ver con la complejidad de las relaciones de poder en las diferentes escalas, que se hace evidente en la etapa y en el área estudiada. Las villas actúan como centros de poder frente a los linajes banderizos, y a su vez, éstos luchan entre sí por tener intereses enfrentados. Al hilo de esta circunstancia, se producen también, especialmente en el siglo XV, conflictos jurisdiccionales⁴¹ que, en realidad, esconden tensiones más profundas que tienen que ver con la lucha por el espacio, por la necesidad de los recursos naturales del entorno y también con la construcción de una nueva territorialidad, lo que supone un nuevo equilibrio de fuerzas entre los diferentes agentes⁴².

En definitiva, en estos siglos de finales de la Edad Media se están asentando las bases financieras y materiales, relacionadas fundamentalmente con la actividad ferrona, las redes comerciales y la industria naval, que permitirán los procesos de cambio y transformación que darán lugar a una nueva etapa histórica.

⁴⁰ J.R. Díaz de Durana ha analizado esta cuestión en sus numerosos trabajos, algunos de ellos ya citados en el texto y también resulta interesante la visión de A. Aragón (ARAGÓN, Álvaro – “La importancia de los montes comunales en el desarrollo de la sociedad urbana vasca en el tránsito del medievo a la modernidad (siglos XV y XVI)”. *Boletín de la R.S.B.A.P.* LIX, (2003-)1, pp. 59-104), entre otros.

⁴¹ El de El Limitado, entre la villa de Otxandio y el Señor de Aramaio, al que ya hemos aludido líneas más arriba, es un caso muy evidente, pero no el único en el territorio de estudio.

⁴² ARAGÓN, Álvaro – “La importancia...”.

A casa urbana comum no Sul de Portugal, entre o *Islam* e a Cristandade

*Manuel Sílvio Alves Conde*¹

Resumo

A materialidade, a morfologia e as funcionalidades das estruturas habitacionais revelam fortemente as formações sociais que as construíram e nelas viveram, as respetivas estruturas socioeconómicas, tecnologias e mentalidades.

Procuramos aqui, a partir dos dados recolhidos de vários tipos de fontes (arqueologia, textos, iconografia), refletir sobre o quadro habitacional das cidades islâmicas do sudoeste peninsular e as transformações que ocorreram após a sua conquista e ocupação pelos cristãos do Norte.

O que muda? Que rupturas e que continuidades se verificaram ao nível de materiais e técnicas de construção, tipologias e concepção do espaço habitacional? Qual o tempo e o modo das mudanças registadas entre o *Islam* e o Cristianismo? O que há de mais relevante nestas mudanças?

Palavras-chave

A casa de pátio central; Conquista cristã das cidades do *Gharb*; Apropriação das casas por conquistadores e colonos; Novos paradigmas; A casa cristã na cidade cristã.

¹ Membro integrado do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa. Professor da Universidade dos Açores (aposentado).

La casa urbana común en el sur de Portugal, entre el Islam y el cristianismo.

Resumen

La materialidad, la morfología y las funcionalidades de las estructuras habitacionales revelan fuertemente las formaciones sociales que las construyeron y vivieron en ellas, las respectivas estructuras socioeconómicas, tecnologías y mentalidades. Buscamos aquí, a partir de los datos recogidos de diversos tipos de fuentes (arqueología, textos, iconografía), reflexionar sobre el marco habitacional de las ciudades islámicas del suroeste peninsular y las transformaciones que tuvieron lugar tras su conquista y ocupación por los cristianos del Norte.

¿Qué cambia? ¿Qué rupturas y qué continuidades ha habido a nivel de materiales y técnicas constructivas, tipologías y concepción del espacio habitacional? ¿Cuál es el tiempo y el modo de los cambios entre el Islam y el Cristianismo? ¿Qué es lo más relevante de estos cambios?

Palabras clave

La casa de patio central; Conquista cristiana de las ciudades del *Gharb*; Apropiación de las casas por conquistadores y colonos; Nuevos paradigmas; La casa cristiana en la ciudad cristiana.

As casas, na sua materialidade, formas e funcionalidades, são profundamente reveladoras das sociedades que as construíram e habitaram, das suas estruturas socio-económicas, organização familiar, matrizes civilizacionais, quadros mentais e capacidades tecnológicas.

Nesse sentido, partimos da informação recolhida em diversos tipos de fontes (os dados arqueológicos, a documentação escrita, a iconografia) e procuramos reflectir sobre a casa urbana comum do *Gharb al-Andalus* dos séculos XII e, sobretudo, da primeira metade do século XIII: a casa de pátio central, de longa tradição no mundo mediterrânico. Depois, apreciamos as mudanças que, na sequência da conquista das suas cidades pelos cristãos nortenhos e da sua ocupação pelos “repovoadores”, se verificaram nas estruturas habitacionais. Importa aqui ter em conta que, durante séculos o *Gharb* é apenas o extremo ocidente dum espaço amplo: o *Andalus*. E ter em conta também as ligações estreitas com os espaços mediterrânicos, e sobretudo com o *Maghreb*, reforçados durante o domínio dos impérios africanos. Por isso, o estudo da arquitectura doméstica das nossas cidades deve ter em conta o que se conhece da realidade habitacional do mundo islâmico, sobretudo do restante *Andalus* e da área

magrebina².

O grau de conhecimento das mudanças registadas na arquitectura doméstica no quadro do *Gharb* é ainda muito rudimentar. Mas a informação já disponível permite discernir uma diversidade de situações, que atestam a complexidade dos processos de transição: destruição e abandono das estruturas habitacionais, alteração da sua funcionalidade, manutenção do uso habitacional com ajustamentos de baixo custo, mudanças estruturais que apontam para outros tipos de casa, que acompanham mudanças significativas na utilização do espaço urbano “cristianizado” e se traduzem no desaparecimento da casa de pátio central. Importa também, sobre esta temática, ter em atenção os estudos produzidos no país vizinho³.

1. A habitação urbana no *Gharb al-Andalus*, nos séculos XII-XIII.

Até ao último quartel do século passado, ignorava-se tudo sobre os espaços habitacionais do Sul islâmico. Em boa parte, essa ignorância devia-se ao facto de as fontes escritas relativas ao *Gharb al-Andalus* serem muito escassas, pouco conhecidas e quase nada revelarem no que respeita às casas, acentuado pela ausência de uma arqueologia medieval, uma vez que o percurso iniciado por Estácio da Veiga, na segunda metade do século XIX, não tivera continuidade.

²Entre a muita bibliografia produzida, sobretudo no país vizinho, refram-se algumas obras fundamentais: FENTRESS, Elizabeth – “The House of the Prophet: North African Islamic Housing”, *Archeologia Medievale* 14 (1987), pp. 47-68; BERMÚDEZ LOPEZ, Jesús; BAZZANA, André (coords.) – *La casa hispano-musulmana. Aportaciones de la arqueología*. Granada: Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife, 1990 (inclui trabalhos sobre o *Maghreb* e a Sicília); BAZZANA, André – *Maisons d’al Andalus. Habitat médiéval et structures du peuplement dans l’Espagne orientale*, 2 vols. Madrid: Casa de Velázquez, 1992; NAVARRO PALAZÓN, Julio (ed.) – *Casas y palacios de al-Andalus*. Barcelona: Lunverg Editores, 1995; PASSINI, Jean (coord.) – *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2001; NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro – *Siyâsa. Estudio arqueológico del despoblado andalusí (ss. XI-XIII)*, Granada, Escuela de Estudios Árabes/CSIC, 2007; DIEZ JORGE, M.^a Elena; NAVARRO PALAZÓN, Julio (eds.) – *La casa medieval en la Península Ibérica*. Madrid: Sílex, 2015 (inclui trabalhos sobre o *Maghreb*).

³Entre os outros, refira-se: JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro; NAVARRO PALAZÓN, Julio – “El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Murcia”. In PASSINI, Jean, (coord.) – *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, cit. pp. 71-129; NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro – “De la Medina a la Villa: las transformaciones urbanísticas de la ciudad de Murcia tras la conquista cristiana”. In RIVAS SANZ, Juan Luis de las; RODRÍGUEZ MARTIN, Cristina (coord.) – *Ciudad sobre ciudad. Interferencias entre pasado y presente urbano en Europa*. Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2009, pp. 237-290; BAZZANA, André – “Quelques réflexions sur les caractères de l’espace domestique dans l’al-Andalus, et son évolution des musulmans aux chrétiens”. In GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; TENTE, Catarina (eds.) – *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011, pp. 51-66. Entre nós, além dos trabalhos referidos na última parte deste texto, atente-se nas abordagens pioneiras de TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, pp. 61-81; “A Reconquista e a cristianização da paisagem urbana portuguesa”. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; PALACIOS MONTALVO, Santiago (coords.) – *La Reconquista. Ideología y justificación de la guerra santa peninsular*. Madrid: La Ergástula, 2019, pp. 141-162.

A democratização do País em 1974 permitiu o florescimento da investigação arqueológica medieval. No último quartel do século XX, foram muitos os trabalhos realizados, sendo abordadas temáticas variadas, entre as quais as da construção e da habitação. Sobre estas, deve ser sublinhado o pioneirismo de Cláudio Torres e do Campo Arqueológico de Mértola, bem como o trabalho encetado por Rosa Varela Gomes em Silves⁴. Mértola e Silves são, ainda hoje, os centros urbanos que nos oferecem informação mais consistente sobre a casa do *Gharb*, mas também são merecedoras de realce as intervenções realizadas noutros centros urbanos, como Lisboa, Évora, Tavira, Loulé, Faro, Cacela-a-Velha e outros, que, ao revelarem um número expressivo de estruturas habitacionais, contribuíram também para um melhor conhecimento da casa urbana e dos processos construtivos do *Gharb al-Andalus*.

1.1 Materiais e técnicas de construção.

As pesquisas arqueológicas efectuadas em diversas áreas urbanas do *Gharb* revelaram grande afinidade nos materiais e nas formas de construir. Na verdade, estamos perante processos familiares em toda a área mediterrânica e que, no Sul de Portugal, se foram repetindo até aos tempos pré-actuais.

Os muros portantes encontrados nos locais investigados são sobretudo de taipa, apresentando larguras de cerca de meio metro. São também comuns, sobretudo no Algarve Oriental, os aparelhos de pedra com argamassa de terra. Ocorrem outras soluções, como a pedra com argamassa de cal e o aparelho de pedra seca, mas com presença mais limitada na construção habitacional.

As paredes mestras assentam geralmente sobre um frágil embasamento de alvenaria, constituído por blocos de pedra irregular, unidos por uma argamassa de barro, que não ultrapassa o meio metro de altura, ao qual se sobrepunha a taipa. Já em meio rural, muitas vezes, os caboucos de fundação não ultrapassam os 20 cm, ou nem sequer existem. Em Mértola, é frequente a reutilização de silhares de granito ou de pedra de mármore, sem que tal obedeça a uma lógica específica. As paredes eram revestidas com uma argamassa de cal e barro e caiadas. As divisórias interiores são estreitas – rondam os 20 cm de espessura – e recorrem com frequência ao adobe.

⁴ TORRES, Cláudio – “Mértola na época islâmica: o espaço doméstico”. In BAZZANA, André; DELAIGUE, Marie-Christine (eds.) – *Ethnoarchéologie méditerranéenne. Finalités, démarches et résultats. Table ronde. Actes*. Madrid: Casa de Velázquez, 1995, pp. 104-119; MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio – “El barrio almohade de la alcazaba de Mértola: el espacio cocina”. In NAVARRO PALAZÓN, Julio (ed.) – *Casas y palacios ...*, pp. 165-175; MACIAS, Santiago – *Mértola: Le dernier port de la Méditerranée. Catalogue de l'exposition “Mértola - histoire et patrimoine: Ve-XIIIe siècles*. 3 tomos. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2006. GOMES, Rosa Varela – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*. Lisboa: IPA, 2003; *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos*. Lisboa: IGESPAR, 2011.

Por vezes, sobretudo na habitação qualificada, verifica-se a pintura de policromias e, pontualmente, a presença de estuques com ornamentação floral e geométrica⁵.

Quanto aos pavimentos das moradias urbanas, sobretudo nas construções mais qualificadas, nota-se alguma variedade, mesmo dentro de cada habitação. Encontram-se pisos argamassados, a que a adição de almagre confere um tom rosado; noutros casos, usam-se ladrilhos, ou lajes de xisto. Recorre-se também, com alguma frequência, à terra batida. O leque de soluções, obviamente, era mais restrito nas casas urbanas mais humildes, ou nas moradias campesinas.

A escassez de madeira em boa parte do *Gharb al-Andalus* restringia o seu uso no travejamento das casas. Muitas vezes, pregavam-se canas sobre os barrotes de madeira e aplicavam-se as telhas sobre aquelas⁶. As telhas eram invariavelmente de canudo, mas, sendo habitual a reciclagem de materiais, as coberturas podiam incluir telhas de distintas cronologias e morfologias⁷.

Em Mértola, como em outras urbes, a cobertura de telha é a solução adoptada em todos os casos estudados. O telhado pendia habitualmente para o interior, para permitir um melhor aproveitamento das águas pluviais. Vemos também este tipo de cobertura em Silves, onde são igualmente significativas as ocorrências da cobertura em terraço: a açoteia. O mesmo parece passar-se em Évora⁸.

O cruzado anónimo autor de um itinerário naval do século XII referiu-se às características construtivas das casas de Silves, nos termos seguintes:

“[Silves] tem muitas [casas] e mansões amantíssimas. [...] que nem uma só choupana se encontrava fora dos muros. [...] erão de tal arte construídas que ainda quando ardia uma não pegava fogo na que estava contígua, pois eram cobertas de ladrilho, as paredes de terra rebocadas de argamassa e poucas de madeira [...]”⁹.

⁵ CATARINO, Helena – *O Algarve oriental durante a ocupação islâmica. Al-Ulyã*, 6 (1997-1998), vol. II, p. 713. PALMA, Maria de Fátima, et alii – *Contributo para uma história da construção: as paredes mestras: da arqueologia à arquitetura tradicional de Mértola*. Lisboa: Argumentum; Campo Arqueológico de Mértola, 2015.

⁶ No Bairro do Poço Antigo, em Cacela, usava-se uma massa de cal ou uma camada de barro entre o caniço e as telhas, com pregos a fixar estes elementos aos barrotes, para contrariar a acção dos ventos. GARCIA, Cristina Tété – “A arquitetura do bairro islâmico do Poço Antigo em Cacela-a-Velha, Algarve”. *Arqueologia Medieval* 13 (2016), p. 93.

⁷ MACIAS, Santiago – *Mértola islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996. p. 78, refere a reutilização de *imbrices* de dimensões apreciáveis.

⁸ GOMES, Rosa Varela – *Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia (*Xelb* 1, 1988), p. 138. FILIPE, Vanessa Galiza – *Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yabura (Évora, Portugal), Estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas do museu municipal de Évora*. Lisboa: Universidade Nova, 2012. Tese de Mestrado, p. 142.

⁹ *A CIDADE de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*. Ed. João Baptista da Silva Lopes. Lisboa: Academia das Ciências, 1844, pp. 14, 16, 20.

1.2 Morfologias e funcionalidades.

As intervenções arqueológicas realizadas em bairros de antigas medinas do *Gharb*, em Mértola, Silves, Lisboa, Tavira, Évora e outras, assim como em arrabaldes e espaços periurbanos revelaram moradias dos séculos XII-XIII, com características morfológicas muito semelhantes¹⁰ (**Tabela 1**).

Inseridas nos horizontes das arquitecturas vernaculares mediterrânicas, as áreas destas habitações oscilam entre os 42 e os 160 m² no Bairro da Alcáçova de Mértola, entre os 50 e os 71 m² no Arrabalde de Silves, entre os 30 e os 64 m² no Bairro da Praça da Figueira, em Lisboa. Com pequenas variações modulares, obedecem a um paradigma comum: o da casa térrea de pátio interior. Na verdade, não foram encontradas, até agora, estruturas habitacionais comuns de mais de um piso¹¹. Quanto ao pátio encontra-se em regra no centro da moradia, embora, por vezes, como sucede na Praça da Figueira, ocorresse lateralmente (**Fig. 1**).

A entrada para o interior destas casas fazia-se por um pequeno átrio, em cotovelo, que pretendia obviar à violação da intimidade familiar por parte dos transeuntes¹². O átrio comunicava com o pátio, e servia de local de recepção dos visitantes não íntimos.

O pátio, descoberto, de forma quadrangular e dimensões variáveis, ocupava habitualmente entre 20 e 48 % do espaço da casa. Desempenhava o papel de centro axial da moradia e elemento organizador do conjunto; espaço de distribuição e circulação das pessoas. Ligava directamente a todos os compartimentos, fornecendo-lhes luz e arejamento. Favorecido pela amenidade do clima, era o sítio mais intenso do quotidiano doméstico. Local muito íntimo, de encontro e de convívio das mulheres da casa, era um espaço fresco e luminoso, por vezes valorizado pela existência de uma cisterna ou poço, de um pequeno jardim, de um canteiro de ervas aromáticas, ou de um simples vaso de flores. Com frequência, nele se preparavam e consumiam refeições. Adequado para o ócio e para as brincadeiras infantis, também servia para o exercício de actividades artesanais. Sublinhe-se a produção têxtil, muito associada ao

¹⁰ BUGALHÃO, Jacinta; DELGADO, Deolinda – “O Arrabalde Ocidental da Lisboa islâmica. Urbanismo e produção oleira”. *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 111-145. GASPAS, Alexandra; GOMES, Ana – “Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge”. *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 95-102. GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José – “Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva”. *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 103-110. COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra – “Casas islâmicas da cerca do convento da Graça – Tavira. Notícia preliminar”. *Arqueologia Medieval* 9 (2005), pp. 77-82. FILIPE, Vanessa Galiza – “O bairro de *Mâdina Yâbura*”. In ARNAUD, José et alii (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 923-929.

¹¹ MACIAS, Santiago – *Mértola: Le dernier port...*, I, p.387

¹² Nos arrabaldes de Silves, encontram-se casas cujo pátio liga directamente à rua. SANTOS, José Costa dos; ABRANCHES, Paula Barreira – “O Arrabalde da Silves islâmica. A intervenção arqueológica do Empreendimento do Castelo”. *Arqueologia medieval* 11 (2010), p. 96.

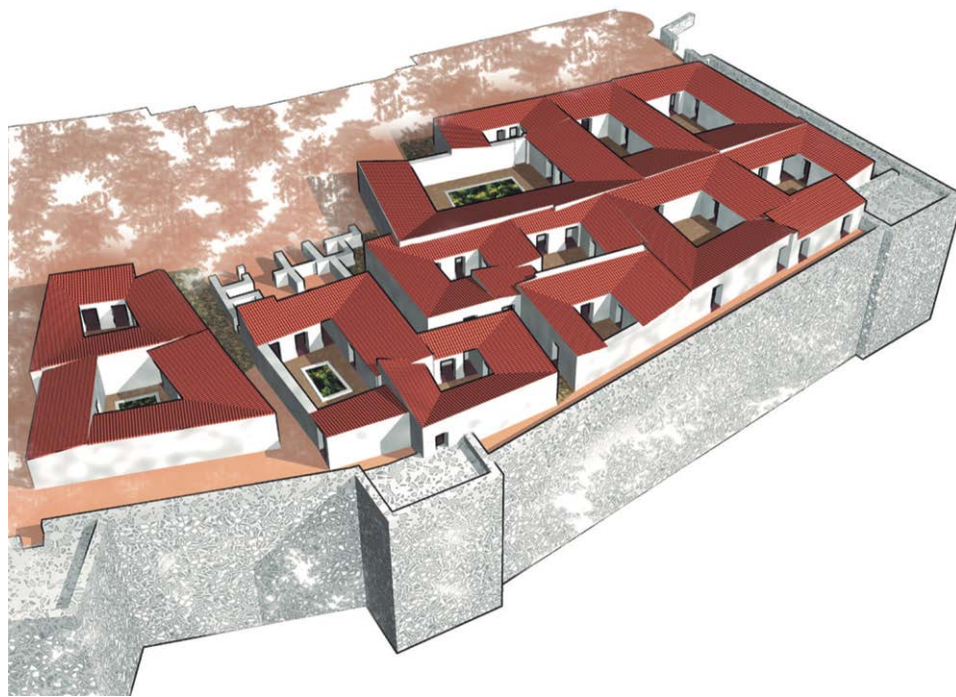


Fig. 1 – Alcáçova de Mértola – reconstituição de Santiago Macias.
http://www.santiagomacias.org/galerias/1_bairroislamico/mertola7.jpg

universo feminino: em Silves, Tavira, Mértola e Évora foram encontrados testemunhos da fição e tecelagem¹³.

Os compartimentos mais comuns nestas moradias eram o salão principal (com alcova), a cozinha, e uma latrina; algumas vezes, encontrava-se ainda uma outra sala mais pequena.

Posto que as diversas divisões tivessem, quase sempre, mais do que uma valência, estava presente um critério de relativa especialização funcional dos compartimentos.

Assim, o átrio juntava às funções de recepção e de circulação a de local de armazenamento de géneros (inseridos em talhas, potes ou cântaros).

No salão, tomavam-se as refeições e faziam-se as reuniões e festas familiares. No topo, o salão dispunha de uma alcova, pequeno espaço para o repouso nocturno do casal.

¹³ MORENO NARGANES, José María – “Los espacios domésticos del Gharb al-Andalus (s. XII-XIII): Mértola, Silves y Tavira como paradigmas de estudio”. *Arqueologia Medieval* 15 (2020): p. 248. FILIPE, Vanessa Galiza – “O bairro de *Mâdina Yâbura*”..., p. 925.

As refeições eram habitualmente confeccionadas na cozinha, divisão que habitualmente se subdividia em duas áreas distintas: a do fogo e outra destinada ao armazenamento de água e géneros.

Quanto às latrinas, eram um espaço diminuto, dotado da maior privacidade. A sua funcionalidade era óbvia, mas são de considerar outros usos, sejam certas abluções, seja a toilette feminina, o que, nalguns casos, justifica a melhor qualidade dos materiais empregues na sua construção e o tipo de objectos cerâmicos que lhe estão associados¹⁴. Note-se, todavia, que nas casas do Bairro da Praça da Figueira, em Lisboa, não foi encontrada qualquer latrina, existindo, porém, um poço negro.

Questões essenciais, a exigir tratamento adequado, eram as que se prendiam com as águas, com o seu abastecimento e armazenamento, mas também o problema do escoamento das águas pluviais e das residuais¹⁵.

Em Silves, local onde existiam níveis freáticos elevados, de fácil acesso, era comum a abertura de poços domésticos, alguns deles localizados nos pátios das casas, tendo-se descoberto bocais de poços nalgumas escavações. No “Empreendimento do Castelo” daquela cidade, foi encontrada uma nora – mecanismo elevatório da água – com tanque de armazenamento hídrico anexo e vestígios de canalização, de fruição colectiva.

Como se disse, algumas moradias possuíam cisterna própria, localizada sob o pátio. O abastecimento desta fazia-se com as águas pluviais drenadas a partir dos terraços ou dos telhados pendentes para o pátio. Quanto às águas que escorriam para as ruas, podiam também ser recolhidas e transportadas por meio de condutas: os caneiros, associados a fossas.

Dava-se a maior importância aos sistemas de saneamento, com os despejos das cozinhas e das latrinas a serem canalizados para uma rede de esgotos, para poços negros ou fossas cobertas com lajes de pedra, quer no interior das casas, quer nas ruas¹⁶.

O arquétipo da “casa almóada” urbana que encontramos no *Gharb* pode definir-se como uma moradia introvertida, de planta térrea e paredes exteriores praticamente cegas. A excepção é o vão único de entrada, não existindo janelas ou postigos. No interior, o pátio descoberto e alargado, era fonte da luz e do ar, para o qual se abriam todos os compartimentos existentes.

O modelo adequava-se na perfeição às condições climáticas, mas também aos princípios que davam forma à cultura islâmica, que sobrevalorizava a intimidade

¹⁴ No bairro da Alcáçova de Mértola, as áreas das latrinas variam entre os 0,91 e os 3,46 m². MACIAS, Santiago – *Mértola: Le dernier port...*, I, pp. 405-407. REKLAITYTE, Ieva – “Les latrines en al-Andalus: leurs principales caractéristiques et les conditions sanitaires urbaines”. *Médiévales. Langues, Textes, Histoire* 70 (2016), pp. 59-75.

¹⁵ SERRA, Maria José Godinho Coelho Belo dos Santos – *Águas do quotidiano. Estruturas habitacionais islâmicas no território algarvio*. Faro, Universidade do Algarve. Tese de Mestrado, 2013, pp. 99-112.

¹⁶ MACIAS, Santiago – *Mértola: Le dernier port...*, I, pp. 405-407. REKLAITYTE, Ieva – “Les latrines en al-Andalus...”, pp. 59-75.

doméstica, em particular a feminina¹⁷. Centro da vida familiar, sacralizada, a ligação da casa ao espaço público fazia-se pela porta única, rasgada num ponto discreto da parede exterior. Desguarnecida de quaisquer elementos distintivos, a parede exterior encerrava a casa, perante a rua, com quem o contacto, tantas vezes, era mediado por becos e ruelas adjacentes, de carácter semipúblico.

Obedecendo embora a padrões idênticos, as casas eram diferentes. Ainda que, do exterior, isso fosse imperceptível, a qualidade da construção e dos respectivos materiais, ou a área que cobriam, revelavam diferentes condições socioeconómicas. A construção obedecia a restrições severas, caso ocorresse numa cidade ou numa área urbana muito densificada, como era o caso de certos espaços de Lisboa, mas isso não se verificava em pequenas urbes, onde o terreno não faltava. Por outro lado, o projecto construtivo ora partia de iniciativa individual, ora de decisões políticas dos poderes centrais ou locais. Neste caso, o planeamento dos bairros traduzia-se numa tessitura urbana marcada por critérios de ortogonalidade, temperados por pragmáticos ajustamentos ao relevo, e também na relevância concedida às principais acessibilidades e às infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento. Quando se tratava de uma iniciativa individual, a construção dependia sobretudo da vontade e das posses de quem a projectava. Mas o Corão impunha princípios que tinham de ser obedecidos e as autoridades locais zelavam pelo estrito cumprimento das regras comunitárias, para impor o respeito pela intimidade familiar dos vizinhos.

Note-se que a casa de pátio central foi também adoptada por estratos da sociedade não islâmicos, como os cristãos moçárabes. Assim, num conjunto de três casas escavadas junto à Hospedaria Beira-Rio, no Arrabalde de Mértola, detectou-se uma pedra de soleira que marca a entrada no salão da casa 1. A pedra tem gravadas quatro cruces potentadas, indício inequívoco da cristianização do espaço. Trata-se do primeiro caso encontrado entre nós de um edifício com este elemento indicativo da identidade cristã dos moradores de uma “casa almóada”, sendo de realçar o seu cuidado requinte construtivo¹⁸.

Por fim, importa olhar os conjuntos habitacionais como uma realidade dinâmica, onde novas obras muitas vezes ocorriam, num esforço de melhorar as condições de conforto, ou de responder a novas situações familiares, fazendo surgir novos compartimentos, segmentando outros, ou dividindo uma casa em duas moradias, como ocorreu em Mértola, na casa X.

¹⁷ BOURDIEU, Pierre – “La maison ou le monde renversé”: *Esquisse d’une théorie de la pratique, précédé de trois études d’ethnologie kabyle*, reed. Paris: Seuil, 2000, chap. II; GUICHARD, Pierre; VAN STAEBEL – “La casa andalusi: ensayo de lectura antropológica”. In NAVARRO PALAZÓN, Julio (ed.) – *Casas y palacios de al-Andalus*, pp. 45-52.

¹⁸ GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; LOPES, Virgílio; TORRES, Cláudio; PALMA, Maria de Fátima; MACÍAS, Santiago – “Mértola Islâmica. A madina e o arrabalde”. *Xelb* 9 (2009). *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*, p. 425.

2. Ocupação cristã do *Gharb* e mudança de paradigma habitacional: transições.

A progressão das conquistas cristãs nos territórios meridionais implicou rupturas significativas no quadro de vida das populações do *Gharb*, as quais também se refletiram no plano habitacional. Foram, desde logo, causadas pelos efeitos imediatos da guerra: violência e rapacidade, morte, fuga e expulsão dos moradores, alterações do regime de propriedade e do estatuto jurídico destes. Mas também, a mais longo prazo, foram notórios os efeitos da rejeição pelos colonos cristãos dos modelos habitacionais mediterrâneos- islâmicos¹⁹.

Muito pouco abordado entre nós, o tema das mutações arquitectónicas e urbanísticas subsequentes à ocupação cristã das urbes do *Gharb* é bastante amplo. Contudo, a informação disponibilizada pelas fontes escritas é quase nula e a fornecida pela arqueologia medieval portuguesa é ainda muito limitada e dispersa, não permitindo dar respostas cabais a todas as questões que se colocam.

Sendo certo que o paradigma da habitação mudou radicalmente, não é fácil discernir o tempo nem o modo das mutações verificadas. Bazzana, um dos autores que reflectiu sobre a transição, a partir da ocupação cristã, apontou três possíveis modalidades: a) o abandono total do habitat muçulmano; b) o abandono parcial e temporário, que pode envolver uma reocupação limitada, de anos ou décadas; c) a reocupação, acompanhada por transformações estruturais dos espaços domésticos²⁰.

Aponta, para a primeira modalidade, um caso exemplar de abandono total. A cidade de Saltés, no *Gharb*, mas além Guadiana, em território hoje espanhol. O ataque português de 1179 deixou marcas de destruição violenta, mas, a seguir, os moradores reconstruíram as casas nos mesmos locais. A seguir, porém, a população abandonou a cidade, levando consigo tudo o que pôde transportar. As moradias erçadas foram ruindo e, ao fim de poucas décadas, a cidade desaparecera, sendo apresentada nas últimas centúrias da Idade Média como uma paisagem rural.

Os trabalhos arqueológicos, sobretudo os realizados nas últimas quatro décadas, no espaço do *Gharb* hoje português, fornecem-nos exemplos claros de abandono completo de segmentos de cidades, após a ocupação das mesmas pelos cristãos. Outros existem de um abandono progressivo, num quadro temporal de décadas, ou mesmo de um século, acabando esses espaços por perder a sua anterior função habitacional. Algumas vezes, as habitações foram reocupadas pelos conquistadores e colonos cristãos, que eventualmente procederam a obras pragmáticas de baixo custo que, ainda assim, alteraram razoavelmente a natureza das casas; noutros casos, porém, as remodelações foram mais radicais e subverteram por completo a essência da moradia.

¹⁹ BOISSELLIER, Stéphane – *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiane de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999, pp. 171-172.

²⁰ BAZZANA, André – “Quelques réflexions ...”, *cit.*, pp. 62-63.

Observemos alguns desses exemplos.

As escavações arqueológicas realizadas no Arrabalde Oriental de Silves revelaram vestígios de incêndio, ocorrido em torno de 1248. As suas habitações foram abandonadas, não se verificando novas construções após o século XIII²¹ (Fig. 2).

Após a conquista de Mértola pelos cristãos, em 1238, o Bairro da Alcáçova foi ermado, havendo indícios de abandono rápido e destruição violenta das construções em data próxima daquela. Desse modo, o bairro perdeu as suas funções habitacionais, sendo depois reutilizado como necrópole cristã²².

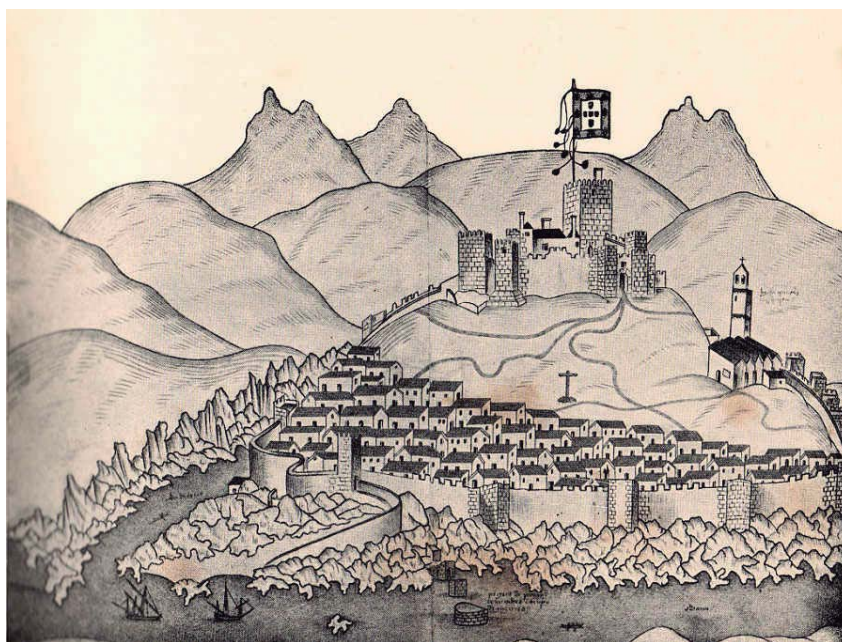


Fig. 2 – Mértola no início do século XVI, por Duarte Darmas, Livro das Fortalezas.
https://www.festivalislamicodemertola.com/js_events/conferencia-a-mesquita-de-mertola-na-obra-de-duarte-darmas-por-santiago-macias/

Também em Moura, as habitações do interior da Alcáçova foram igualmente desactivadas. O espaço assumiu um carácter religioso, com a construção do templo de Santa Maria do Castelo, provável adaptação da antiga mesquita, e a zona remanescente foi transformada em cemitério, ainda na segunda metade do século XIII²³.

²¹ GONÇALVES, Maira José – “Silves Islâmica: deambulando pelo Arrabalde Oriental”. *Xelb* 9 (2009), p. 521.

²² MACÍAS, Santiago – *Mértola: Le dernier port...*, I, pp. 365-366.

²³ MACÍAS, Santiago; GASPARGAS, Vanessa; VALENTE, José Gonçalo – *Castelo de Moura. Escavações arqueológicas*. Moura: Câmara Municipal, 2016, pp. 92, 96.

A intervenção arqueológica realizada no Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira, revelou diversos níveis ocupacionais, entre os quais um bairro almóada, erguido em finais do século XII, com continuidade na primeira metade do século XIII. Descobriu-se, também, a “presença de estruturas medievais, sobre o abandono de estrutura islâmicas”. Registos históricos assinalam, depois, que o espaço foi convertido em Judiaria, com a sua Sinagoga, e no século XVI, aí foi construído o convento, igreja e cemitério²⁴.

Também em Cacela-a-Velha, o bairro do Poço Antigo ficou despovoado na primeira metade do século XIII, tendo sofrido uma rápida degradação. As casas e as vias, cobertas de areia, deram lugar, entre 1240-1260 (cronologia estabelecida através de datação por carbono 14) a uma necrópole²⁵.

Na Praça Nova do Castelo de S. Jorge, em Lisboa, encontrou-se uma área residencial de dimensões consideráveis. A sondagem aí realizada permite discernir várias fases de ocupação, que vão do período islâmico ao reinado de D. Dinis. Aponta-se para a ausência de destruições fracturantes no quadro da conquista cristã de 1147, revelando-se antes um abandono progressivo de algumas áreas e alterações das funcionalidades de outros compartimentos das casas, mantendo-se a utilização habitacional da mesma²⁶.

Também em Lisboa, às Portas do Sol, junto à sede da Fundação Ricardo Espírito Santo, os trabalhos arqueológicos revelaram quatro fases de ocupação. Na primeira, a área incluía diversos silos para armazenagem. Em meados do século XI, construiu-se aí uma casa de pátio central, com salão, cozinha e acesso em cotovelo. Durante o período afonsino, mantiveram-se as funções da cozinha e salão, que sofreram remodelações, mas ocorreu uma mudança significativa: o pátio transformou-se em divisão interior, com o entaipamento dos antigos acessos. No reinado de D. Sancho I, a casa foi finalmente abandonada²⁷.

A informação documental relativa às estruturas habitacionais do século XIV é escassa e as suas informações definem-se pela secura de elementos relativos à sua materialidade e morfologia. Se avançarmos um pouco, para o final da Idade Média,

²⁴ COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra; CARMO, Teresa – “Estudo Antropológico do Convento de Nossa Senhora do Carmo”. In *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário: Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição*. Évora: CHAIA, 2015, pp. 332-340. COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra – “Casas islâmicas da cerca do convento da Graça ...”, pp. 77-82.

²⁵ GARCIA, Cristina A. Tété – “Cacela-a-Velha en el contexto de las actividades marítimas del *Gharb Al-Andalus*”. *Onoba* 3 (2015), p. 211.

²⁶ GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra – “O Castelo de S. Jorge: da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo”. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri; CM de Palmela, 2001, pp. 401-403. SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Universidade de Lisboa, Tese de doutoramento, 2017, p. 202.

²⁷ GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José – “Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica...”, p. 105.

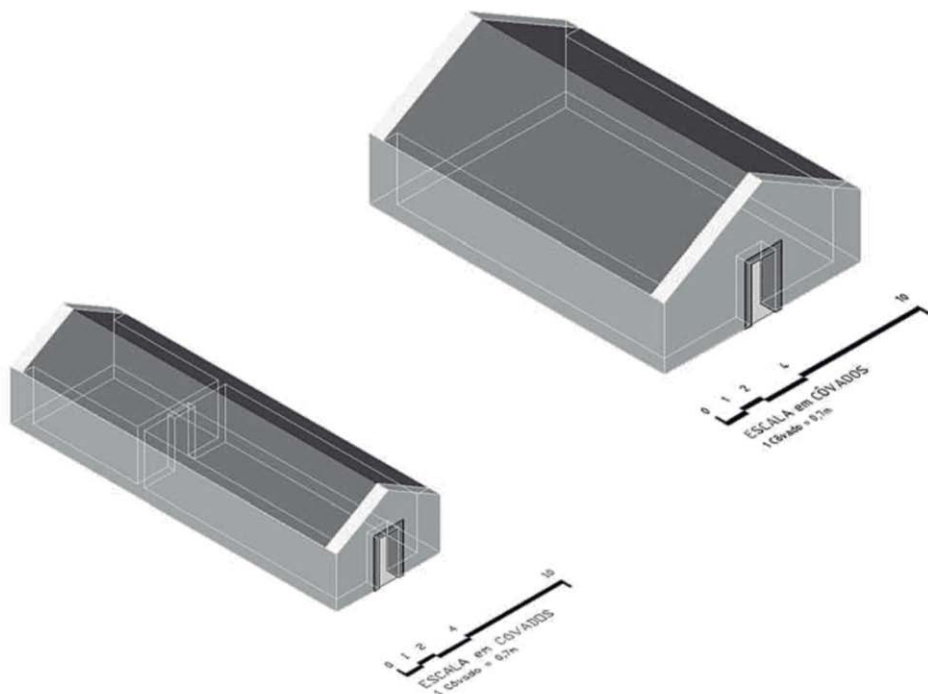


Fig. 3 – Tipologias mais comuns no final da Idade Média: casa térrea unicelular; casa térrea bicelular (casa dianteira e casa de dentro) – reconstituição de Manuel Sílvio Alves Conde, *Construir, habitar: a casa medieval*, Braga, CITCEM, 2011, p. 145.

essas informações tornam-se, porém mais abundantes e proficuas, tendo consentido um bom número de estudos.

Sintetizamos esses dados na imagem junto, relativa às tipologias que encontramos no Sul de Portugal. Obviamente, a esmagadora maioria das estruturas domésticas que a documentação nos revela corresponde a duas modalidades de casa térrea: a unicelular e a bicelular (“casa dianteira” e “casa de dentro”). Mas a casa sobradada ou meio-sobradada ganha algum espaço nas cidades mais importantes, como revela a **Tabela 2**.

Facilmente concluímos que não há qualquer rasto da vetusta casa de pátio central. A própria casa térrea com quintal ou pátio dianteiro, que ocorre em meio rural e nas periferias urbanas, não tem qualquer afinidade estrutural com a casa de pátio central, que terá desaparecido de todo das cidades meridionais do Portugal cristão europeu.

Mas, durante o século XV, ocorreram diversas conquistas de cidades muçulmanas pelos cristãos portugueses. Ocorreram em outro *Gharb*, no *Maghreb*. Atentemos no que se passa esses espaços, buscando que essa observação nos traga alguma luz sobre

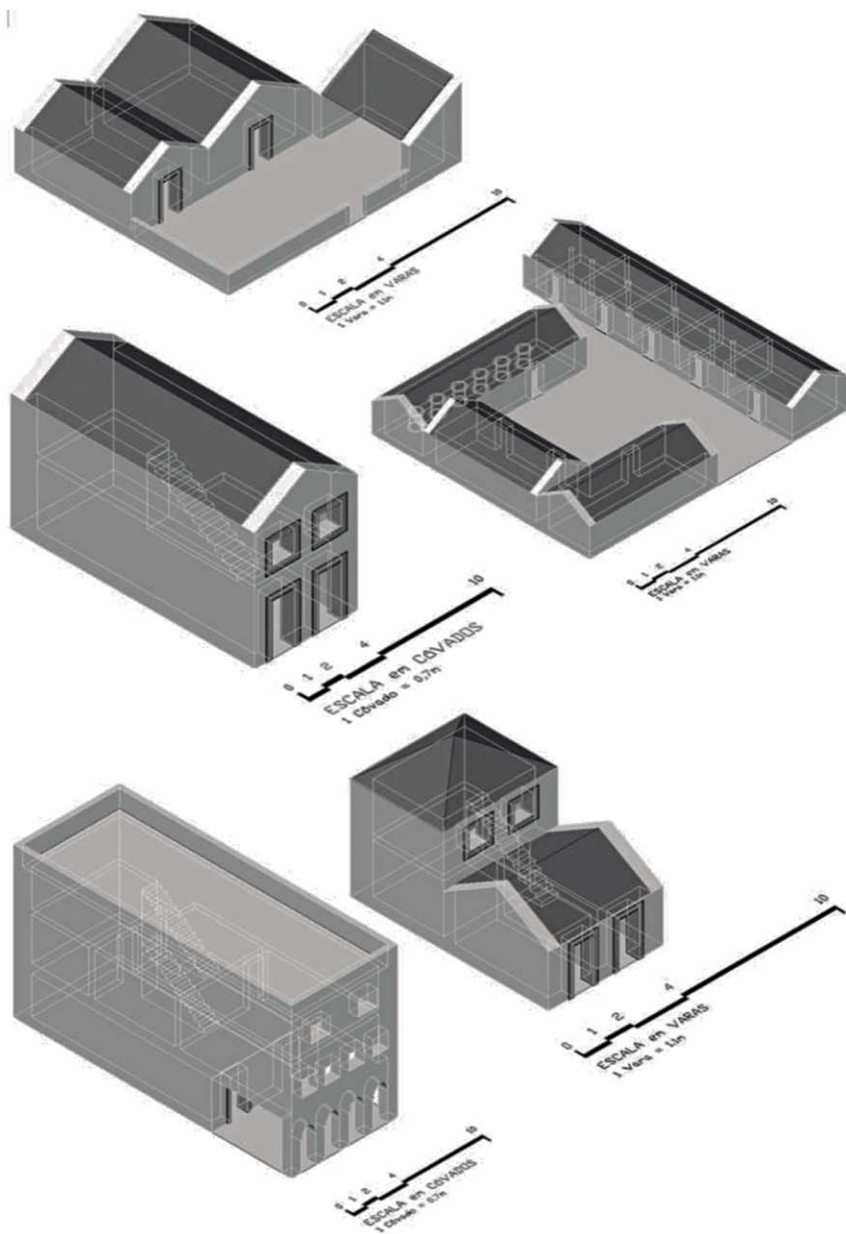


Fig. 4 – Outras tipologias do final da Idade Média: casa térrea com pátio dianteiro; conjunto de casas com pátio; casa sobradada; casa meio-sobradada; casa sobradada com arcos – reconstituição de Manuel Sílvio Alves Conde, *Construir, habitar...*, p. 146.



Fig. 5 – Ksar Seghir (Alcácer Ceguer) – sobreposição das fases merínida (a negro) e portuguesa (a azul), da unidade E18N10 – reconstituição de Joana Bento Torres *et alii*, *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, 25 (2020), p. 196

a arquitectura doméstica no quadro da transição entre o *Islam* e a Cristandade, no decurso dos finais da Idade Média e da alvorada da Modernidade.

Entre outros focos de possível observação, escolhemos o sítio arqueológico de *Ksar Seghir* (Alcácer Ceguer), que foi objecto de trabalhos recentes, que incidiram sobre espaços domésticos conservados nos níveis merínidas e portugueses²⁸.

Uma das casas descobertas (o sector E18N10) nos trabalhos realizados durante a segunda década do século XXI ocupava uma área de 66 m², com um pátio de 19 m², correspondente a 28,5 % do total da habitação. Em torno do pátio, com poço, organizavam-se as outras divisões: o salão, com alcova; a cozinha, subdividida em área de fogo e área de armazenamento; uma divisão pequena com alcova; duas zonas de difícil interpretação, possivelmente associadas ao armazenamento de géneros. A casa dispunha de sistema de saneamento.

²⁸ TORRES, Joana Bento; EL-BOUDJAY, Abdelatif; TEIXEIRA, André – “Maisons mérinides et portugaises de Ksar Seghir: continuités et changements de l’habitat domestique 14^e-16^e siècles”. *Bulletin d'Archéologie Marocaine* 25 (2020), pp. 185-206.

A apropriação do espaço doméstico merínida pelos cristãos decorreu ao longo de um século, mas não seguiu um modelo único contínuo. Durante a primeira fase da ocupação portuguesa, a casa E18N10 não sofreu transformações relevantes, utilizando-se pragmaticamente a estrutura pré-existente com ajustamentos de pequena monta, durante algumas décadas. O acesso do exterior continuou a fazer-se pela mesma porta e corredor, ligado ao pátio central, que se manteve. A fachada norte da moradia sofreu um recuo, para permitir o alargamento da rua. Mudanças mais significativas verificaram-se no interior da casa, com a instalação de um lagar.

Uma vez apropriada pelos portugueses, a casa E18N10 alongou-se e reorganizou-se em função de novos critérios. Seguiu o esquema da *casa dianteira/casa de dentro*: a primeira era um espaço semipúblico, de convergência e sociabilidade, de comunicação directa com a rua principal e de acesso às divisões interiores, a casa de dentro era de feição privada. Para lá dos dois compartimentos, caracterizados pela multifuncionalidade, possuía ainda uma zona de trabalho. Apesar de serem pequenas as remodelações registadas, a moradia afastou-se completamente do arquétipo mediterrâneo-islâmico, ajustando-se aos modelos preponderantes no Portugal cristão de finais da Idade Média. Registe-se também, no que respeita aos materiais e técnicas construtivos, o uso expressivo da pedra, em desfavor das técnicas da terra. Num segundo momento, as transformações acentuaram-se mais. Embora pragmaticamente se mantivessem as estruturas de base das construções, tudo o mais se alterou: os pátios centrais foram cobertos e transformados em divisões interiores, verificaram-se mudanças na direcção das portas, alteraram-se os espaços de cozinha e de dormir, desapareceram as latrinas, os sistemas de saneamento e de adução de águas.

Deram-se usos diferentes ao espaço doméstico, sujeitos agora a uma menor especialização funcional. Introduziram-se alterações profundas nas moradias reaproveitadas: os pátios interiores, cobertos, desapareceram enquanto tal, reestruturaram-se os lotes urbanos para estabelecer quintais nas traseiras e acentuar a dinâmica entre a casa e a rua pública.

A concluir.

À conquista das cidades muçulmanas do *Gharb* seguiu-se a apropriação das estruturas habitacionais islâmicas pelos conquistadores e colonos cristãos.

As casas sofreram destinos muito variados: destruição violenta; abandono, total ou parcial, da função habitacional; manutenção pragmática dessa função, com obras de adaptação de pequeno custo, depois com obras profundas, umas e outras alterando a natureza das moradias de raiz mediterrânea-islâmica, refazendo a casa ao gosto dos seus novos ocupantes, cristãos. A temporalidade dessas mudanças variou muito, poucas dezenas ou mais de um século, dependendo de múltiplos factores.

O paradigma da moradia de pátio interior central, introvertida, de costas para o espaço público, a hierarquização e especialização dos seus compartimentos internos desapareceram definitivamente. No final da Idade Média, não se vislumbra, nas cidades do Sul de Portugal, uma casa de pátio interior central. São várias as tipologias das casas urbanas do Sul, mas todas têm em comum a acentuação da dinâmica entre a casa e a rua, através da fachada, a multifuncionalidade dos seus compartimentos, a eliminação do pátio interno que antes trazia o ar e a luz. Agora é pela porta, pelas possíveis janelas e postigos e pelos quintais, tão habituais nas traseiras do edificado, que respira e se ilumina a casa cristã.

A alteridade das concepções religiosas, mas também das noções de família, de vida privada e vizinhança justificava a mudança, que alterou radicalmente a paisagem das cidades.

Tabela 1 – Casas islâmicas de Mértola (Alcáçova), Silves (Arrabalde) e Lisboa (Praça da Figueira)

Cidades	Comprimento (m)	Largura (m)	Área da casa (m ²)	N.º divisões	Área do pátio (% área da casa)
Mértola, casa I			79,38	6	25,88
Mértola, c. II			69,83	11	17,45
Mértola, c. III			85 (estim.)		
Mértola, c. IV			70 (estim.)		
Mértola, c. V			70 (estim.)		
Mértola, c. VI			65 (estim.)		
Mértola, c. VII			A definir		
Mértola, c. VIII			42,20	5	18,79
Mértola, c. IX			160	10?	
Mértola, c. X			63,58	7	13,41
Mértola, c. XI			63,34	7	18,04
Mértola, c. XII			89,40	6	35,04
Mértola, c. XIII			61,88	5	18,89
Mértola c. XIV			52,42	6	25,18
Mértola, c. XV			A definir	3?	
Valor médio Mértola			73,15	6,60	21,58
Silves, casa 1	8,90	7,94	71,00	6	
Silves, casa 2	9,30	6,80	63,76	5	
Silves, casa 3	8,36	6,90	57,70	5	

Silves, casa 6	9,00	6,00	54,00	4	
Silves, casa 7	8,60	7,30	62,00	5	
Silves, casa 9	Planta irreg.		55,60	3	
Silves, casa 10	8,90	5,60	49,85	3	
Silves, casa 11	Planta irreg.		68,30	5	
Valor médio Silves	8,84	6,76	60,27	4,50	
P. Figueira, c. 1	8,00	?	?		
P. Figueira, c. 2	8,00	?	?		
P. Figueira, c. 3	8,00	8,00	64,00		
P. Figueira, c. 4	8,00	8,00	64,00		
P. Figueira, c. 5	6,00	7,00	42,00		
P. Figueira, c. 6	6,00	7,00	42,00		
P. Figueira, c. 7	?	7,00	?		
P. Figueira, c. 8	?	8,00	?		
P. Figueira, c. 9	6,00	8,00	48,00		
P. Figueira, c. 10	5,00	8,00	40,00		
P. Figueira, c. 11	8,00	8,00	64,00		
P. Figueira, c. 12	?	9,00	?		
P. Figueira, c. 13	5,00	?	?		
P. Figueira, c. 14	9,00	6,00	54,00		
P. Figueira, c. 15	5,00	6,00	30,00		
P. Figueira, c. 16	6,00	7,00	42,00		
P. Figueira, c. 17	6,00	8,00	48,00		
P. Figueira, c. 18	?	8,00	?		
Valor médio P. Fig.^a	6,71	7,53	48,90		

Fonte: MACIAS, Santiago – *Mértola. Le dernier port de la Méditerranée. Catalogue de l'exposition "Mértola – Histoire et patrimoine: Ve-XIIIe siècles"*, t. III, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2006, Annexe C, pp. 49-162; SANTOS, José Costa dos; ABRANCHES, Paula Barreira – “O Arrabalde da Silves islâmica: a intervenção arqueológica do Empreendimento do Castelo”, *Arqueologia medieval*, 11 (2010), p. 96; SILVA, Rodrigo Banha da; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “O Bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”. In Rosa Varela Gomes; Mário Varela Gomes; Catarina Tente, eds. – *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: encontros e desencontros*. Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011, p. 21.

Tabela 2 – Moradias urbanas do Sul de Portugal (Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) nos finais da Idade Média: áreas de implantação e número de pisos das casas; áreas de chãos.

Cidades	Áreas das casas: valores médios (m ²)	Áreas das casas: categoria prevalente (m ²)	N.º de pisos	Áreas de chãos aforados: valores médios (m ²)
Abrantes			1 e 2	
Alenquer	44			
Lisboa	40	11-30 (40%)	1, 2, 3 e 4	
Santarém	51	11-30 (39%)	1, 2 e 3	
Sintra			1 e 2	
Tomar	60	51-70 (43%)	1, 2 e 3	
Torres Novas	52	11-30 (49%)	1	
Torres Vedras		11-30 (39%)	1 e 2	
Alcácer do Sal		31-50 (27%)	1 e 2	
Almada	47	51-70 (42%)	1	
Castelo de Vide			1 e 2	
Elvas	95	91-116 (38%)	1 e 2	
Évora	55	31-50 (33%)	1 e 2	
Montemor-o-Novo			1 e 2	
Palmela			1	
Portalegre	69	51-70 (39%)		
Setúbal			1 e 2	
Castro Marim	66	51-70 (35%)	1	
Silves			1 e 2	
Lagos e Tavira				85

Fonte: CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, habitar. A casa medieval*. Braga, CITCEM, 2011, pp. 106, 218; SILVA, Gonçalo Miguel Correia Melo da - *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2020, vol. II, pp. 31-33.

PARTE V
Edificios militares

Un chantier sous contraintes: *gestion et économie de la construction de la forteresse de Salses à la veille du sac français (1503)*

*Sandrine Victor*¹

Resumen

Le dossier du chantier de Salses (Pyrénées orientales-France) permet d'interroger la question des contraintes dans la gestion d'un projet constructif de grande ampleur. La pression à la distance, au temps, aux aléas de la gestion humaine et matérielle: autant de points que les commanditaires et leur administration doivent prendre en compte et résoudre le cas échéant. La créativité et réactivité dans les processus administratif, la modernité des solutions apportées et des dispositifs retenus permettent ainsi de réfléchir à nouveaux frais le chantier médiéval.

Palabras clave

Chantier; Administration; Gestion comptable.

A site under constraints: management and economy of the construction of the fortress of Salses on the eve of the French sack (1503).

Abstract

The Salses building site (Pyrénées Orientales, France) allows us to examine the question of constraints in the management of a large-scale construction project. The pressure of distance, of time, and the hazards of human and material management are all points that the clients and their administration must take into account and resolve if necessary. The creativity and reactivity

¹ Institut National Universitaire Champollion, Albi-Framespa, UMR 5136, Toulouse.

of the administrative processes, the modernity of the solutions provided and the devices adopted thus allow us to reflect on the medieval building site in a new light.

Keywords

Building site; Administration; accounting management; Catalonia.

Peut-on interroger la notion de contrainte dans la gestion économique et humaine des chantiers de construction à la fin du Moyen Âge? Pour répondre à cette question, mobiliser le dossier de la construction de la forteresse de Salses, dans les actuelles Pyrénées-Orientales (France), peut s'avérer fort intéressant.

Salses est un projet constructif porté par les Rois Catholiques², dans un vaste mouvement de fortification de la frontière nord de leur territoire. Ce chantier doit être mené tambours battants, les troupes françaises de Charles VIII puis Louis XII stationnant à seulement quelques encablures de là. Le danger est bien réel: le 3 septembre 1503, les troupes françaises assiègent la forteresse encore inachevée³. Au-delà du contexte politique, le chantier de la forteresse de Salses à la fin du XV^e siècle doit faire face à des obstacles et difficultés économiques et humaines fortes⁴. Des contraintes de temps d'abord, car il faut construire vite, pour sécuriser la frontière face aux Français, puis d'espace, la gestion se faisant à distance, sur un territoire dont on maîtrise mal les ressources autant logistiques qu'humaines. Le chantier est ainsi à partir de 1497 contrôlé à distance par les Rois Catholiques, qui mettent en place tout un édifice administratif et des relais d'autorités pour concrétiser leur projet défensif sur la frontière roussillonnaise et gérer les centaines d'ouvriers venus sur place travailler. Pour les princes, et leurs agents, le chantier est une résolution de problèmes continue. Il apparaît qu'étudier ce chantier permet de saisir ce que le contexte peut avoir comme incidences sur les modes de gestion. La question à poser ici est de savoir si ces situations complexes génèrent des écrits particuliers, des procédures et processus singuliers, fruits de compétences différentes des fabriciens porteurs de comptes? La contrainte des circonstances induit-elle une rationalisation, une optimisation de la gestion du chantier et de son mode d'administration?

² COBOS GUERRA, Fernando; CASTRO FERNÁNDEZ, José Javier de – “Artilería y poliorcética castellana en la estrategia de Fernando el Católico contra Francia (Documentos para su estudio)”. *Gladius XX* (2000), pp. 251–268.

³ LADERO QUESADA, Miguel Angel – *Ejércitos y Armadas de Los Reyes Católicos: Nápoles y El Rosellón (1494-1504)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2010.

⁴ VICTOR, Sandrine – *Le Pic et la Plume. Administration d'un chantier (Catalogne, XV^e siècle)*. Paris: Classiques Garnier, 2023.

1. Une question d'espaces et de temps.

L'itinérance du pouvoir impose depuis longtemps une mutation des formes de gouvernement⁵. Le passage à l'écrit a cependant permis d'isoler l'information de son porteur⁶. Ceci permet par conséquent d'imposer l'écrit comme outil de gestion d'un territoire. Les missives, lettres, cédules, rapports d'enquête envoyés au souverain ou par le souverain sont les moyens de s'affranchir de la distance. La question de l'éloignement se pose également pour la gestion des ressources. Les territoires ne sont pas en mesure de procurer tous les matériaux et ressources humaines dont un chantier de la taille de celui de Salses, a besoin. En 1496, les Rois Catholiques écrivent ainsi à Enrique de Gúzman, Capitaine général des comtés de Roussillon et de Cerdagne. Pour le matériel, les souverains ordonnent clairement au capitaine:

«En lo que se pide de los albañiles y cavadores y hierramientas y xarcia y otras cosas en todo esta proveido con diligencia mas segun la distancia de la tierra no se puede proveer todo tan presto como es menester y pues que en estas partes lo hay aunque cuesta mas caro debe se tomar que non puede tan crecer el precio que non dañase mas la dilacion de esperar lo que de aca ha de ir por servicio nuestro proveis lo que en todo estaba el cuidado que es razón»⁷.

Certains matériaux viennent ainsi parfois de très loin, par étapes, comme par exemple le fer et l'acier qui arrivent en 1497 de Catalayud par la route jusqu'à Barcelone (environ 400 km), puis par mer par Collioure⁸.

La gestion des distances est ainsi une forte contrainte. Les trajets induisent coût, délais, insécurité dans les transferts d'informations, de fonds, de matériel et de matériaux. Cette contrainte doit donc être fortement prise en compte par les souverains, qui adaptent leur mode de gouvernement et d'administration afin qu'elle ne devienne pas un obstacle.

Le contexte de construction de la forteresse de Salses est également marqué par le facteur temps. Les Rois Catholiques martèlent à leurs agents l'urgence à disposer d'un site capable de résister aux Français tout proches, qui maintiennent la

⁵ DEWEZ, Harmony; TRYOEN Lucie, (ed.) – *Administrer par l'écrit au Moyen Âge (XII^e-XV^e siècle)*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019.

⁶ LEVASSEUR, Aurelle – "L'enquête générale princière comme technique de gouvernement: réflexions typologiques à partir de l'exemple du Dauphiné (1250-1349)", In PÉCOUT, Thierry (éd.) – *Quand gouverner c'est enquêter: les pratiques politiques de l'enquête princière (Occident, XIII^e-XIV^e siècles): actes du colloque international d'Aix-en-Provence et Marseille 19-21 mars 2009*. Paris: De Boccard, 2010, pp. 183194.

⁷ Archivo General de Simancas (désormais ACG), CCA, CED, 2, 2-2, f^o 278 r^o/239 r^o.

⁸ Arxiu de la Corona de Aragó (désormais ACA), Real Patrimonio, Maestre Racional, Escribania de Ració del Rey, Registros de albaranes, volumen, general, n^o 0875: Registros de albaranes extraordinarios de Luis de Santángel (1495-1498), f^o 53 v^o, en date du 5/12/1497.

pression sur la zone. Il faut construire un château imprenable, dans un temps limité. L'ordre envoyé à don Sancho, capitaine général du Roussillon, en 1497 témoigne de cette tension: «Otro si ya sabeis quanto a nuestro servicio cumple que en las obra haya muy buen recaudo por que cumplido el termino de la tregua toda estuviesen defendederá»⁹. Or, même si les Rois Catholiques mobilisent de grandes ressources humaines pour accélérer les choses, certaines contraintes leur échappent. Un chantier a par exemple une saisonnalité des tâches. L'hiver est ainsi une saison morte pour toutes les activités de maçonnerie, ou les travaux mobilisant mortiers et pisé assez peu maniables à basses températures. Les souverains en ont bien conscience, mais ne peuvent cependant pas se permettre de perdre de temps:

«Ytem en lo que toca a las obras como nos vos habemos escrito nos parece que ahora de invierno hasta que vanga el tiempo en que se pueda labrar de cal y de canto y tapiera se debe dar mucha priesa en hacer las cavas [...] y cuando algo de tapiera por ahora se hubiere de labrar ha de ser en parte donde sera muy necesario y no se pueda escusar y debe se de tenir fin de labrar de manera que la obra provechosa y lo muy necesaria se haga con tiempo antes que haya necesidad por que comenzandose tan grande obra como se nos ha escrito es cosa que no se podra acabar para el tiempo que es menester y que por causa de esto no se labre lo muy necesario (...)»¹⁰.

Il faut donc que le chantier puisse continuer, malgré tout et en tout temps, et surtout fonctionner à plein régime durant les saisons favorables: plus que jamais, à Salses, le temps joue contre les troupes royales. L'analyse faite par les Rois Catholiques est très dure, alors que le chantier prend du retard en 1497 à cause de la mort de don Enrique, le capitaine de la forteresse: si la situation n'est pas réglée, «se serait dilapider le temps sans profit»¹¹.

L'objectif des commanditaires dès lors est de faire «cuytar la obra»¹², «achever le plus rapidement possible». Certains agents sur le chantier sont expressément payés pour presser et activer les choses. Par exemple, en 1501, don Sancho envoie Pedro Morero en Empordà pour chercher les barquées de pierres qui tardent à arriver de la carrière de Vilacolum, près de Figueras¹³. En 1502, la situation géopolitique devient critique et par conséquent la pression sur la frontière forte. Les lettres royales sont désormais impératives: «Per lo molt que satisfià a nostre servey se acab la obra de

⁹ AGS, CCA, CED, 2, 2-2, f° 324 r°/85 r°.

¹⁰ AGS, CCA, CED, 2, 2-2, f° 296 r°/256 r°.

¹¹ AGS, CCA, CED, 2, 2-2, 315 r°.

¹² ADPO, G. 238, f° 137 v°.

¹³ AGS, CMC, 1^a ep., leg. 180, s.f°, dépense du 30/03/1501.

Salses prestant, havem manat se do molta presa en aquella, [...] encarregam e namam-vos per ço que ab molta promptitut, sens dilacions ni diffugis aguns a la hora, tragu los dits pehons»¹⁴. Hâter le chantier signifie hâter sa gestion, car en effet les délais de procédure peuvent ralentir l'ensemble de la machine, et troubler le regard les souverains qui ne disposeraient plus alors de rapports de situation à jour. Il leur faut donc imposer le rythme du chantier, qui est aussi, de fait, celui de l'administration.

2. La gestion critique des ressources.

Mais, si le roi veut aller vite, le contexte peut lui imposer des délais et carences. En effet le chantier doit faire face à de graves problèmes de pénurie et de rareté. Or, c'est une complication dont les souverains, pour Salses en particulier, ont conscience, car ils savent que leur projet de forteresse «pour être bien forte, elle ne peut fortifiée qu'avec beaucoup de temps, au prix fort, et avec beaucoup de travail»¹⁵.

En 1495, Ferdinand II écrit à maître Ramiro, le maître majeur. Il sait que les chantiers de la frontière auront un coût conséquent. L'économie est de mise: «(...) que asy en esto como en todo lo que toca a la hasyenda y para que en todo haya muy buena quenta y recabdo tengays aquel cuydado e buena horden (...)»¹⁶. Mais, même si les ressources financières sont scrutées et gérées avec précaution, l'offre locale en hommes et matériaux est limitée et place les responsables de chantiers face à des situations de pénurie, qui entraînent des surcoûts. A titre indicatif, le nombre des feux du Roussillon entre 1470 et 1490 s'élève à 33 à Salses, 82 à Baixas, d'où est extrait une partie de la pierre, 97 à Clairà ou encore 22 à Collioure¹⁷. Perpignan compte 1 720 feux. Or, il apparaît, par exemple, qu'en mai 1500, 732 ouvriers besognent sur le chantier. À la même époque, ils sont 155 sur le chantier tout proche de Collioure, qui fonctionne en parallèle à celui de Salses. Le territoire ne peut fournir un tel besoin de main-d'œuvre. Ce manque de bras – et de compétences techniques induites – se pose dès 1495. En mars, le roi mobilise Pedro de Ortaffa, porte-parole du gouverneur et Anthoni Desvivers, son procureur royal pour accélérer le chantier de Salses, et pour se faire, ils doivent «(...) tener manera que ayuden para ello los dexas tierra (...)»¹⁸. Il faut impérativement avoir une estimation de ce que les terres locales peuvent fournir, afin de voir ce qu'il faudra faire venir de l'extérieur. Maître Ramiro, en charge du chantier, doit ainsi rapidement évaluer les besoins en temps, en argent et, de fait, en hommes nécessaires à la fortification du site. Mais les ouvriers manquent

¹⁴ Arxiu Històric de Girona (désormais AHG), Lletres Reials, lettre du 25 juillet 1502, depuis Jadraque.

¹⁵ AGS, CCA, CED, 2, 2-2, f° 102 r°. Cédula du 22/10/1495 depuis Torrellas.

¹⁶ AGS, CCA, CED, 2, 2-2, f° 324 r°/285 r°.

¹⁷ BATLLE, Monique – «Fogatges» *Catalans: Capcir, Cerdanya, Conflent, Rosselló, Vallespir: recensements du XI^e au XX^e siècles*. Perpignan: Terra Nostra, 1973.

¹⁸ ACA, Real Cancelleria, registros, *curie sigilli secreti* 7, núm. 3611, 1493-1497, f° 101-102.

cruellement. Ferdinand II écrit ainsi aux viguiers, bayles et *jurats* de Gérone pour leur demander d'en envoyer: «(...) si para algo dello vos embiare a demanar gente, que la embieys lo más que pudieredes»¹⁹. Le canal d'approvisionnement en hommes depuis le Géronès, tout proche, est donc ainsi privilégié. Tout est bon pour faire venir les bras: pression sur les autorités locales, mais aussi appât au salaire. La réserve catalane n'est cependant pas suffisante à approvisionner à elle seule les chantiers en main-d'œuvre: Galiciens, Basques, Castellans, Gascons doivent venir prêter main-forte. Mais là encore, ce n'est pas facile d'attirer les volontaires. Dès 1496, le constat est sans appel: «Los albañiles y picapedreros no podran partir de aqui a quince [sic] dias porque ha sido trabajos de haber pero entre tanto de todas estas partes se han de buscar todos cuentos se pudieren haber a cualquier precio se hallaren»²⁰.

Urgence du contexte, en 1503, on utilise un autre moyen pour faire venir des ouvriers sur le chantier et les forcer à rester: la contractualisation et l'amende. Ainsi, des «volontaires» sont envoyés sur le chantier de Salses, dont ils ne peuvent repartir sans autorisation:

«Vilobi, Stanyol e Salige a III dagost de ni enviaren a les obres de Salses Rafel Blager e promes ab pena de XXV lb e sagrament e homanatge en poder de mosseyn veguer que dema serra a Figueres es presentara a monseyn Marles e sinon es tirara a Salses e servira e no sen partira sens licencia sino en cas de malatia»²¹.

Il est intéressant de noter que toutes les ressources d'engagement sont mobilisées dans cette démarche: le serment, l'amende, l'hommage, et l'acte écrit comme preuve. Et, alors qu'il est ainsi difficile de recruter, il est aussi difficile de maintenir les ouvriers sur le chantier, ce qui peut poser la question des conditions de travail. En octobre 1498, plus de 16 000 mrs ont été décomptés d'une *nomina* pour le trop-perçu de salaires d'ouvriers qui se sont enfuis du chantier.

Cependant, même si les Rois Catholiques mobilisent l'ensemble des ressources matérielles des terres roussillonnaises sous leur autorité, cela ne s'avère pas encore suffisant. Il leur faut faire appel à l'ensemble du territoire. Malgré cette mobilisation, les ressources du royaume ne sont cependant pas inépuisables, surtout après la grande phase de construction de forteresses en Andalousie. De ce fait, le cuivre, l'acier, le fer, l'étain et le plomb qui étaient achetés à Barcelone en 1496, ne sont plus disponibles. Les Rois Catholiques ordonnent donc d'en acheter plus loin, à Valence²².

¹⁹ ARNALL JUAN, M^a Josefa (ed.) – *Lletres reials a la ciutat de Girona*, 1^a. ed. Gérone; Barcelone: Ajuntament de Girona; Fundació Noguera, 2000, vol. II, p. 947.

²⁰ AGS, CCA, CED, 2, 2-2, f^o 278 r^o/239 r^o.

²¹ AHG, fons notarial, Gi6-197, Dalmau Ombert.

²² AGS, CCA, CED, 2, 2-2, f^o 296 r^o.

Le ravitaillement en outils et matériaux est également un souci constant, qui court tout au long de la durée du chantier. En 1501, Juan Pérez de Tolosa, serviteur et chambrier de Ferdinand et Isabelle, est envoyé dans la province de Guipúzcoa et dans le comté de Biscaye pour acheter des outils pour Salses au meilleur prix, et selon les disponibilités du territoire²³. Faire venir des pelles et des pioches depuis aussi loin interroge sur les surcoûts d'un achat à une telle distance: est-ce bien rentable? Les Rois Catholiques en sont conscients. Mais ils ne peuvent que difficilement faire autrement, comme ils le constatent face à maître Ramiro:

«En lo que se pide de los albañiles y cavadores y hierramientas y xarcia y otras cosas en todo esta proveido con diligencia mas segun la distancia de la tierra no se puede proveer todo tan presto como es menester y pues que en estas partes lo hay aunque cuesta mas caro debe se tomar que non puede tan crecer el precio que non dañase mas la dilacion de esperar lo que de aca ha de ir por servicio nuestro proveis lo que en todo estaba el cuidado que es razón»²⁴.

3. Le financement et les comptes.

Le financement de ces entreprises de construction est donc une contrainte forte sur les caisses de l'État. La situation de pénurie à laquelle fait face le chantier de Salses grève fortement le budget, plombé par les surcoûts. Mais les contraintes ne s'arrêtent pas là: une fois ce trésor de construction constitué, il faut qu'il puisse être transmis aux agents sur place, mais également que ces agents puissent l'utiliser. Or bien souvent, les fonds sont constitués de plusieurs monnaies, et le problème du change apparaît rapidement.

Il est ici très important de connaître le cours des monnaies et leur taux de change, pour évaluer les frais annexes au budget. En 1497, les Rois Catholiques demandent à Garcia de Herrera, lors d'une tournée d'inspection, d'inclure dans son rapport des informations pour «(...) saber a que precios se pagan el maestro y el peon y quando se les hace la paga y como y en que manera y en que monedas y que precios se las dan»²⁵.

La question de la monnaie se pose comme une difficulté surtout pour les hommes qui tiennent les registres de compte. Les monnaies employées sont diverses. Ils y sont habitués, mais les porteurs de comptes doivent cependant travailler avec trois unités: la valeur de la monnaie qu'ils reçoivent du roi, la valeur de la monnaie locale pour laquelle ils ont changé la monnaie d'origine, et finalement la monnaie

²³ AGS, CCA, CED, 5, 76, 1. Cédula du 15/03/1501 depuis Grenade.

²⁴ AGS, CCA, CED, 2, 2-2, f° 278 r°/239 r°.

²⁵ AGS, CCA, CED, 2, 2-2, f° 314 r°/275 r°.

de compte dans laquelle ils tiennent registre²⁶. C'est un point que n'a pas souvent été pris en compte par les historiens de la construction, qui se sont intéressés assez peu à l'action concrète de payer salaires et matériaux. Or, le point est important, car il est à l'origine de difficultés, d'abord bien sûr mathématiques et comptables, mais également salariales. Ce point engage la paix sociale sur le chantier.

Les comptables et les écrivains aux comptes tiennent leurs livres en *maravedis* à Salses. La conversion à la monnaie de compte peut être cependant à l'origine de premières erreurs comptables, surtout, comme à Salses, quand les responsables du trésor doivent convertir plusieurs monnaies à la fois. Ainsi, en juin 1498, une *nomina* est comptée en *maravedis* et en deniers, après une double opération de change. En effet, 5 850 mrs sont payés en *castellanos* à valeur de Castille, et 4 680 drs sont payés quant à eux en ducats à valeur de Perpignan. Le comptable a donc dû additionner des deniers à des *maravedis* et convertir le tout. Sans surprise, le total est erroné et corrigé trois fois²⁷.

Les payeurs doivent donc avoir conscience de la matière monétaire fluctuante, et pouvoir passer entre monnaie réelle et monnaie de compte. La gestion concrète des caisses, et celle du change sont donc au cœur des compétences quotidiennes de l'administration comptable du chantier. En effet, l'emploi d'une monnaie ou d'une autre, ou même de plusieurs à la fois, est contraint par les espèces disponibles pour le payeur. En 1498, il a fallu payer en fonction de ce qui restait dans les caissettes. Ainsi, en mars, on paie en *doblas* «parce qu'il n'y a plus de ducats», alors qu'en août, il faut faire avec des *castellanos* d'or, «car il n'y a pas de *doblas*»²⁸. On a parfois l'impression que certains paiements sont très concrètement effectués avec ce qu'il reste dans les coffres: quelques piécettes d'une monnaie, quelques piécettes d'une autre. Cette gestion demande au comptable beaucoup de souplesse et de capacité de prévision pour la gestion du quotidien. Ce problème n'est pas sans conséquence pour la gestion du chantier, et pour la paix sociale que les surveillants doivent maintenir avec les ouvriers. En août 1498, maître Ramiro est revenu d'une visite aux Rois Catholiques avec un sac contenant 430 *marcos reales* d'argent. Or les payeurs ne peuvent pas les faire accepter aux ouvriers, qui perdent au change avec cette monnaie à trop forte valeur faciale, et doivent trouver une solution: «La gente nolo quizo recibir cuyllo que perdian mucho y por mandamiento de don Sancho (...) que salio cada marco salio al valor de la plata a dinero por maravedis»²⁹. Les ouvriers seront finalement payés en monnaie d'or à valeur de Perpignan. Cet épisode pose de façon aigüe la question des compétences cognitives,

²⁶ BOMPAIRE, Marc – «Compter au XIII^e siècle avec la diversité des monnaies: livres, sous et deniers». *Comptabilités. Revue d'histoire des comptabilités* [en ligne] 7 (2015), [consulté le 30 décembre 2022]. Disponible sur <https://journals.openedition.org/comptabilites/1616>.

²⁷ AGS, CMC, 1^a ep., leg. 1874, f^o 349 v^o et 350 r^o.

²⁸ AGS, CMC, 1^a ep., leg. 1874, f^o 298 v^o et 372 r^o.

²⁹ AGS, CMC, 1^a ep., leg. 1874, f^o 394 r^o.

à la fois des fonctionnaires en charge du paiement, qui doivent donc être en mesure de faire des opérations mathématiques et comptables complexes, avec l'objectif permanent de ne pas nuire au trésor royal, mais également des ouvriers, qui sont parfaitement en mesure de savoir le cours d'une monnaie, de sa parité avec une autre et sa possible utilisation ou non au niveau local.

4. Les tracas du quotidien.

Les souverains doivent ainsi faire face à de nombreuses difficultés logistiques et organisationnelles afin de mener à bien leur projet constructif. S'ils réussissent à mettre en place financement, approvisionnement et administration, ils ne sont pas pour autant sortis d'affaire.

Ils sont tributaires des agents sur place, en qui ils doivent placer leur confiance³⁰. Or, les malversations sont fréquentes et ralentissent le chantier. Les souverains doivent, tout ce qu'ils peuvent, veiller à l'honnêteté des hommes qu'ils ont sous leurs ordres. Les dérives des officiers en charge de l'administration ne sont pas rares, et l'enjeu pour les commanditaires est d'éviter les délits. Il importe aux rois de veiller à ce qu'il n'y ait ni fraude dans les procédures administratives, ni «désordre» sur le chantier, et que les consignes et opérations soient appliquées loyalement. C'est là que tout le processus de retour d'information, par le biais des enquêtes, des rapports, des mémoires et comptes-rendus demandés en permanence sur le chantier de Salses, prend sens. Les souverains peuvent ainsi être informés en détails de ce qui se passe sur le terrain, comme en juillet 1497 où le chaos semble régner sur le chantier:

«Asi mismo sabed que avemos sido informados que los veedores e contadores de peones han llevado y llevan algunas peonias baldadas e otras cohechas y baratas mal hechos por servicio nuestro que tomed luego con vos el alcalde que alla mandare enviar y ayas ver informacion de todas las personas que vos conoscays que vos podran bien informar y aquella firmarla de vos nombres nos haced enviar a nuestro poder por que nos la mandamos ver y proveer y castigar como jurgaremos servidos y asi mismo nos haced saber lo que sabeis y conosceis destas otras oficiales que entendas en nostro hacienda porque todo esto con eigual proveimiento y recaudo que sea cumplir a nuestro servicio y al bien de nuestra hacienda. (...) Otro si sabed que tambien avemos sido informados que alguna moneda de la que alla avemos mandado enviar se ha dado son peso y que algunas paga que se hizo se dieron ciertas ciertas doblas cargadas de ceruada por que pesen mas que diz que llamara la gente entresi

³⁰ THUDEROZ, Christian; MANGEMATIN, Vincent; HARRISSON, Denis – *La confiance: approches économiques et sociologiques*. Paris: Morin, 1999.

la dobla en ceruadadas. Todo nos lo averiguad e sabed e la razon cierta de todo seremos servidos. Nos enviéis luego firmado de vos e del alcalde y todo esto se provea de manera que la verdad no se puede encobrir»³¹.

Salaires fictifs, trafics, fraudes... c'est une situation très difficile qui est décrite pour ce chantier, et les Rois Catholiques doivent agir en envoyant des hommes de confiance capables de redresser la barre, mais également, capables de mettre en place des procédures qui verrouillent les étapes administratives et renforcent le contrôle sur les finances. Les commanditaires doivent faire avec des agents sur place dont ils doivent se méfier. La notion de méfiance est assez peu traitée dans l'historiographie³². La confiance a longtemps été associée à la naissance de l'État qui doit désormais gérer à grande échelle, et où le souverain ne peut plus connaître ses agents, et doit, par conséquent, leur faire confiance en mettant en place des institutions, une administration et des procédures de contrôle la garantissant³³. Le dossier de Salses montre que les Rois Catholiques, gérant à distance, s'attendent à pouvoir faire confiance à leurs agents, qu'ils ne connaissent pas, dans une vision très «moderne» de l'Etat. Ils mettent tout en œuvre pour pister les «délits de plume», qui ne semblent pas être ici des nouveautés, mais bien des situations auxquelles ils s'attendent³⁴. Pour avoir confiance, ils doivent donc se méfier, et anticiper les dérives pour mettre en œuvre des verrous administratifs. Parallèlement, la multiplication des ordres, des procédures, des demandes de justifications de toute sorte semble relativement sans effet dans un premier temps. En revanche, le système de communication et d'information mis en place par les souverains fonctionne: les Rois Catholiques sont au courant de tout. L'enquête, secrète ou non, est bel et bien un outil de gouvernement efficace, qui permet au souverain, en cernant les faits et gestes de ses officiers, de séparer le bon grain de l'ivraie, et de prendre des décisions rapides.

C'est bien timidement que le dossier de Salses lève le rideau sur ce quotidien administratif. L'historiographie récente a mis à l'honneur les «écritures grises»³⁵, les «écrits pragmatiques». Il apparaît, maintenant que la production de cette documentation

³¹ AGC, CCA, CED, 2, 2-2, f° 324 v°/285 v°.

³² ALLARD, Olivier; CAREY, Matthew; RENAULT, Rachel – “De l'art de se méfier”. *Tracés. Revue de Sciences humaines* 31 (2016), pp. 7-20.

³³ JUDGE DE LA RIVIÈRE, Claire – “Les historiens, la confiance et la question de la «modernité»”. In GAILLET, Aurore; PERLO, Nicoletta; SCHMITZ, Julia (éd.) – *La confiance: un dialogue interdisciplinaire*. Toulouse: Presses de l'Université Toulouse I Capitole, 2019, pp. 49-55.

³⁴ BEAUCHAMP, Alexandra – “Conseillers scélérats et mauvais gouvernement: le roi d'Aragon, ses conseillers et le conseil à la fin du XIV^e siècle”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 19 (2017), pp. 175-191. BEAUCHAMP, Alexandra – “Contra injurias, violencias, corrupciones sordidas, fraudes enormes, extorsiones ilícitas ...: enquêtes générales et contrôle des officiers royaux dans la Couronne d'Aragon des années 1340”. In PÉCOUT, Thierry (ed.) – *Quand gouverner c'est enquêter: les pratiques politiques de l'enquête princière (Occident, XIII^e-XIV^e siècles): actes du colloque international d'Aix-en-Provence et Marseille 19-21 mars 2009*. Paris: De Boccard, 2010, pp. 55-76.

³⁵ FOSSIER, Arnaud; PETITJEAN, Johann; REVEST, Clémence – *Écritures grises: les instruments de travail des administrations (XII^e-XVII^e siècle)*. Paris: École nationale des chartes, 2019.

est mieux connue, utile d'interroger les efforts et les moyens nécessaires à cette production. Dernier élément de réflexion autour de ce thème, celui de la prolifération documentaire. Est-elle la marque de l'État moderne en construction ? Est-elle la preuve du gouvernement à distance ? Est-ce le prix de la méfiance, la marque de la difficulté pour le souverain à s'assurer de la loyauté et de la morale de ses agents éloignés du pouvoir ? Au final, la question est de savoir si multiplier les documents et les validations est une garantie efficace de la procédure.

5. Que tirer comme enseignements des quelques éléments apportés ?

Les administrations des chantiers ont dû, jour après jour, tâche après tâche, mener leur projet en faisant avec les contraintes d'espace, de temps, de ressources. Certaines de ces difficultés sont classiques des grands chantiers : régularité des recettes, priorisation des dépenses, recrutement des compétences nécessaires. Certaines cependant sont posées de manière plus aigüe par le dossier de Salses. Le projet constructif n'est jamais déconnecté du contexte financier, humain, logistique et économique local, régional et national. Le dossier montre des procédures de gestion toujours teintées de pragmatisme. Le réseau documentaire permet de voir que mener un chantier dans des contextes contraints, c'est d'abord mettre en place des stratégies permanentes de résolutions de problèmes, et ce à tous les niveaux de la chaîne de commandement et de décision. C'est la base de la gestion administrative et le moteur de l'élaboration des processus et procédures. Ce qui pourrait paraître anachronique, les calculs de rationalité et de rentabilité économiques sont appliqués et les rouages administratifs sont optimisés, perfectionnés, améliorés afin de contourner les contraintes et de mener dans la ligne la plus directe possible le projet à terme. Loin d'une bureaucratie lente, c'est bien une bureaucratie dynamique, qui se déploie sous nos yeux. Le besoin de répondre rapidement aux contraintes des contextes de guerre pousse visiblement les administrations à créer, à être agiles et inventives, à être « fluides » pour mener le chantier au plus vite, au plus économique et au plus juste. En cela, la guerre est un facteur de modernisation. Le constat n'est pas neuf. Le chantier a été étudié comme marqueur de la vitalité des villes, comme signe du pouvoir des princes, mais avant tout dans une lecture de son résultat constructif : palais, cathédrales, ponts, murailles comme autant de symboles et d'allégories du dynamisme politique et de la vivacité économique d'un temps. En revanche, les gestions administratives et comptables du chantier ont assez peu été considérées comme de potentielles traces des étapes d'une transformation de l'État vers une forme « moderne ». Or, elles sont porteuses de signes de mutations sociales, de changement de paradigme politique, de transitions économiques. Étudier le chantier nous permet d'interroger, à nouveaux frais, la nature de l'État.

Détruire pour protéger: *les modifications urbanistiques liées à l'édification des enceintes médiévales*

Philippe Jansen

Resumé

Les modifications provoquées par la construction de l'enceinte urbaine sur la vie sociale et l'organisation topographique des villes peuvent être étudiées assez précisément dans le cas de Nice au Moyen Age. La cité était divisée entre une ville haute, fortifiée dès le XI^e siècle, et une ville basse, fortifiée tardivement, et en plusieurs sections aux XIII^e et XIV^e siècles. De nombreuses constructions parasites furent édifiées contre l'enceinte pendant les périodes de paix, et il fallait les détruire périodiquement lorsqu'une menace de siège se précisait. L'impératif de défense était souvent en contradiction avec le développement des activités d'accueil ou de production alimentaire, qui subissaient des contraintes d'accès. La zone proche des remparts fut ainsi l'objet de constants remaniements.

Mots-clés

Nice; Remparts; Moulins; Estimation; Défense.

Destroy to protect: some urban modifications due to the construction of walls city in Nice (13th-15th centuries).

Abstract

Modifications created by the urban wall's construction on social life and topographic organization of the towns can be studied quite precisely in the case of Nice in the Middle Ages. The city was divided between an upper town, fortified from the 11th century, and a lower town, fortified later, in several sections, in the 13th and 14th centuries. Many parasitic constructions were built against the enclosure during periods of peace, and they had to be destroyed periodically

when a threat of siege became clear. The imperative of defense was often in contradiction with the development of hospitality or food production activities, which were subject to access constraints. The area close to the ramparts was thus the object of constant alterations.

Keywords

Nice; Ramparts; Mills; Etimation; Defense.

Les constructions des enceintes urbaines ont constitué des chantiers de construction, au Moyen Âge, d'une ampleur comparable à ceux de l'édification des grands édifices religieux et des châteaux et bâtiments publics urbains. Ces chantiers étaient longs et coûteux: la construction de la troisième enceinte de Florence, longue de 8,5 km de tour, a duré presque cinquante ans, entre 1284 et 1333. Des ouvriers spécialisés sont devenus de véritables entrepreneurs, comme les maîtres maçons lombards, qui ont édifié des remparts bastionnés en brique un peu partout en Italie à la fin du Moyen Âge¹.

La visibilité des enceintes, encore en place dans de nombreuses villes d'Europe, et une riche documentation de sources réglementaires, fiscales et parfois judiciaires, surtout dans les pays de droit écrit, ont suscité à juste titre de très nombreux travaux, bien renouvelés ces dernières décennies par les progrès des méthodes archéologiques. De nombreuses communications du présent volume l'attestent, et je me contenterai de signaler que la thématique a fait l'objet d'autres rencontres récentes, notamment pour l'aire méditerranéenne. En 2002, l'Istituto Internazionale di Studi Liguri a publié un volume d'actes consacrés aux "Cinte dei borghi fortificati medievali" concernant surtout la Ligurie et la Provence orientale²; plus récemment s'est tenu à Nice en 2013 un congrès consacré aux "Fortifications médiévales et modernes des villes méditerranéennes", édité en 2015³.

Je n'évoquerai pas ici la construction des fortifications elles-mêmes, mais plutôt les conséquences de ces chantiers sur la fabrique urbaine, notamment dans les zones périphériques de l'habitat. Le tracé des enceintes, surtout celles qui furent édifiées à

¹ La bibliographie sur le sujet est immense, nourrie de nombreuses monographies. Nous renvoyons notamment à la revue de castellologie *Castrum*. Sur le chantier de l'enceinte de Florence, voir FANELLI Giuseppe – Firenze, Rome-Bari, coll. *Le città nella storia d'Italia*, 1980; sur les travaux de fortifications par les maçons lombards en Italie, voir JANSEN, Philippe – "La mobilité des maîtres-maçons en Italie au Moyen Âge: une mobilité technique ou culturelle ?". In *Les systèmes de mobilité de la Préhistoire au Moyen Âge: XXXV rencontres internationales d'archéologie et d'histoire d'Antibes, 14-16 octobre 2014*, Coord. Nicolas Naudinot, Liliane Meignen, Didier Binder, Georges Querre. Antibes, éditions APDCA, 2015, pp. 305-326.

² COSTA RESTAGNO, Josepha (ed.) – *Le cinte dei borghi fortificati medievali; strutture e documenti (secoli 12-15)*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri, 2005.

³ BOUIRON, Marc; GIAUME, Jean-Marc, DELESTRE, Xavier (ed.) – *Fortifications médiévales et modernes des villes méditerranéennes*. Monaco: Musée d'Anthropologie Préhistorique, 2015.

partir du XII^e siècle, venait perturber un urbanisme en cours de développement et redessiner les accès à la ville. Ces perturbations ne prenaient pas fin avec l'achèvement de la muraille, car son entretien et la conservation de sa fonction défensive pouvaient impliquer des contraintes permanentes qui modifiaient les évolutions urbanistiques ou entrer en conflit avec d'autres usages de l'espace urbain.

J'aborderai quelques-uns de ces aspects en prenant pour exemple la ville française de Nice, pour laquelle, avec une équipe d'environ quarante chercheurs, nous avons lancé le projet d'un Atlas historique. Nice relevait au Moyen Age de l'autorité du comte de Provence jusqu'en 1388. A cette date, dans le contexte d'un conflit de succession pour ce comté, les habitants de Nice optèrent pour la protection des comtes de Savoie et changèrent donc de domination, qui demeura savoyarde puis italienne jusqu'en 1860. La ville, de taille moyenne, devait compter un peu plus de 12 000 habitants à son apogée démographique au début du XIV^e siècle. La construction des murailles n'a pas ici été accompagnée par de grandes opérations urbanistiques comparables à celles des grandes communes italiennes, comme le lotissement des terres du monastère San Procolo de Bologne, entre la 2^e et la 3^e enceinte de la ville, ou la grande extension de la ville de Brescia planifiée entre 1237 et 1249, avec des rues rectilignes de 8,5 m de large pour structurer les nouveaux quartiers compris entre l'ancienne et la nouvelle muraille en cours de construction⁴. Nice n'avait pas la richesse qui eût permis la réalisation de grands projets, et l'autorité urbaine de syndics était limitée par l'action des représentants du pouvoir comtal, provençal puis savoyard, qui détenaient en principe le monopole du droit de fortification. Mais des sources assez variées et descriptives nous permettent de connaître l'impact et les conséquences de la présence de l'enceinte sur l'urbanisme, et sur la vie quotidienne des habitants, rythmée par l'alternance des périodes de conflit et de paix, les secondes heureusement plus longues et nombreuses.

1. Nice: les fortifications complexes d'une place frontalière.

La construction des enceintes de Nice est un processus complexe, tant à cause des particularités géographiques du site que des vicissitudes de l'histoire de la ville.

a) La fortification d'une ville double.

L'agglomération médiévale de Nice s'est reformée, sans doute dès le V^e siècle de notre ère, sur le site de la Nikaïa grecque, tandis que la ville romaine de Cimiez, établie

⁴FANTI, Marco – "Le lottizzazioni monastiche e lo sviluppo urbano di Bologna nel Duecento", *Atti e Memorie della deputazione di storia patria per la Romagna*, 26, 1977, p. 121-144; GUIDONI, Errico – "Un monumento della tecnica urbanistica duecentesca: l'espansione di Brescia del 1237". In PIOVANO, Carlo (ed.), *Lombardia. Il territorio, l'ambiente, il paesaggio*. Milan, 1, 1981, pp. 127-136.

sur une colline à 2,5 km à l'intérieur des terres était progressivement abandonnée. Durant la période troublée qui provoqua la chute de l'empire romain d'Occident, le site d'une colline abrupte de 90 m de haut, en bord de mer, constituait une position de défense favorable et difficile d'accès. Bien que les faces est et sud de cette colline soient constituées de falaises, la première agglomération qui se développa sur le plateau sommital autour de la cathédrale, puis du château comtal, fut rapidement protégée par une enceinte, pour laquelle on possède peu d'informations archéologiques ou écrites⁵. En 1002, le cartulaire de la cathédrale évoque l'existence de ces "vieux murs", plus tard qualifiés de "murs antiques"⁶. Cependant, vers le nord et l'ouest, les pentes de la colline étaient moins raides et permettaient l'installation de maisons, le long des chemins d'accès pentus. Ces versants étaient aussi plus vulnérables aux attaques et l'édification d'un rempart y était plus indispensable. Un document daté de 1143 mentionne à la fois des portes, dénommées Saint-Pons et Saint-Martin, et des extensions de faubourg au-delà de la muraille⁷. La ville de Nice amorçait ainsi un "glissement" depuis le sommet de la colline vers la plaine traversée par un petit fleuve côtier, le Paillon; le mouvement s'accroît lorsque l'abbaye bénédictine de Saint-Pons, propriétaire des terrains de la plaine, ou "condamines", les concéda en lotissement au profit des habitants qui voudraient y bâtir une maison. Au XIII^e siècle, Nice est devenue une ville double, divisée entre une "ville haute" où siègent les pouvoirs épiscopal et comtal, et, plus brièvement, municipal, et une "ville basse", où se développent les activités commerciales et où vont s'installer très tôt les couvents des ordres mendiants. La muraille de la ville haute continue de séparer les deux parties de la ville, qui élisent chacune un syndic; les dernières recherches archéologiques tendent à conclure à l'existence, vers 1205, d'une seconde enceinte, en contrebas, qui protégeait la "condamine haute", tandis que les quartiers de la condamine basse, vers le Paillon et la mer, n'étaient pas encore complètement protégés par des remparts. Il était donc plus facile de pénétrer dans les quartiers les plus bas de la ville, que de passer de ceux-ci à la ville haute.

b) Le périmètre fortifié de la ville basse fut complété tardivement. Il n'existe aucun document relatif à ce chantier (ni trace de décision du conseil communal, ni prix-fait), mais il semble achevé aux alentours de 1300 (**Fig. 1**). Vers le Paillon, à l'Ouest, la ligne défensive demeure incomplète et fragile: d'après l'enquête comtale sur l'état des fortifications conduite en 1323, elle présente bien des faiblesses⁸. La documentation

⁵ VENTURINI, Alain – "L'évolution urbaine de Nice du XI^e à la fin du XIV^e siècle". *Nice Historique*, 87, 1984, pp. 3-26; BOUIRON Marc – "L'évolution topographique de Nice (XI^e-XVII^e siècle). Prémices d'un Atlas historique et archéologique". *Archéam*, 15 (2008), pp. 13-33.

⁶ CAIS de PIERLAS, Eugène – *Cartulaire de l'ancienne cathédrale de Nice*. Turin, 1888; cité par BOUIRON, Marc, "L'évolution topographique de Nice (XI^e-XVII^e siècle)...", pp. 16-17.

⁷ CAIS de PIERLAS, Eugène – *Cartulaire de l'ancienne cathédrale de Nice*, doc. n° 53, pp. 65-66.

⁸ Marseille, Archives Départementales des Bouches-du-Rhône, B 1103. Ed. et trad. BUTAUD, Germain

écrite se fait plus précise au cours du XIV^e siècle, lorsque le regain des conflits impose un renforcement des remparts. C'est donc principalement pendant cette période qu'il est possible de repérer des modifications urbanistiques liées au chantier des remparts. En revanche, le silence des archives et la quasi disparition des vestiges archéologiques ne permettent pas de connaître les évolutions de l'enceinte de la ville haute, qui n'avait plus de réelle fonction défensive sur le flanc ouest, puisqu'elle était désormais complètement englobée par l'extension de la ville basse. Les comptes du clavaire de Nice attestent cependant que cette muraille interne était toujours en place au XV^e siècle: les portes sont réparées entre 1428 et 1430⁹.

c) Les principaux travaux sur l'enceinte de la ville basse semblent toujours avoir été conduits dans l'urgence, et décidés par les autorités sans concertation avec les habitants, provoquant ainsi des conflits récurrents. La Provence orientale, depuis sa soumission au comte Raimond-Béranger V en 1246 a en effet connu une période de paix et de stabilité pendant laquelle la préoccupation défensive n'était pas prioritaire. Le danger principal devait venir de la mer, avec les opérations de piraterie des musulmans. Mais Nice ne fut guère inquiétée, peut-être parce que les traités conclus avec la puissance navale génoise lui apportaient certaines garanties de protection¹⁰. En cas de danger, l'acropole fortifiée de la ville haute pouvait constituer un lieu de refuge assez sûr. En revanche, le contexte troublé de la succession du royaume angevin de Naples, dont les souverains étaient comtes de Provence depuis Charles I^{er} en 1246, réveilla des troubles et des divisions entre les partisans de la reine Jeanne et ceux de Louis d'Anjou¹¹. Les parties en présence firent appel, pour les soutenir, aux redoutables Compagnies de routiers, qui avaient déjà combattu dans le cadre de la guerre de Cent Ans. En 1361, la Grande Compagnie de Pont-Saint-Esprit ravagea les faubourgs de Marseille avant de prendre la route de l'Italie, ce qui menaçait Nice, notamment¹². En 1368, Louis d'Anjou lui-même tenta de soumettre la Provence en s'associant à Bertrand du Guesclin pour commander les compagnies avec lesquelles il prit Tarascon et parcourut une grande partie du comté. La majorité des actes conservés dans les archives niçoises à propos des enceintes correspond à ces années.

in *Nice et son comté, 1200-1580*, BARELLI, Hervé (ed.), Nice 2010, p. 33-40. Cf. p. 20-21 pour le commentaire.

⁹ Nice, Archives Municipales, CC 2 et CC 3, comptes du clavaire Louis Valletti.

¹⁰ Sur les relations maritimes entre Gênes et la Provence en général voir CARO, Giuseppe – "Genova e la supremazia in Mediterraneo (1237-1311)". In *Atti della Società Ligure di Storia Patria*, n.s. 14, 1974, et JEHÉL, Georges – "Propositions pour une théorie de partage du monde. L'exemple génois". In BALARD, Michel; DUCCELLIER, Alain, *Le partage du monde. Echanges et colonisation dans la Méditerranée médiévale*, Paris 1998, pp. 367-374.

¹¹ AURELL, Martin; BOYER, Jean-Paul; COULET, Noël – *La Provence au Moyen Âge*. Aix-en-Provence: publications de l'Université de Provence, 2005, pp. 278-280.

¹² L'information est donnée par VILLANI, Giovanni – *Cronica*, DRAGOMANI éd., Francfort, 1969. Le territoire de Fréjus a été pillé entre les 11 et 17 mai 1361, mais aucune source n'indique de combat ensuite à Nice. Ces précisions m'ont été fournies par Germain Butaud, et je l'en remercie vivement.



Fig. 1 – Reconstitution du plan et des enceintes de Nice au 14e siècle. © Marc Bouiron, *ARCHEAM*, 15, 2008, p. 31. Reproduit avec l'aimable autorisation de l'auteur.

2. L'impératif de défense: une enceinte isolée et accessible.

a) Une muraille construite par sections, qui attire une urbanisation spontanée parasite.

L'enceinte de Nice a donc été construite par étapes, sans décision planifiée d'ensemble, et les statuts de la ville ne comportent guère de clauses relatives à la conservation des murailles. Ces facteurs ont évidemment favorisé l'attitude des habitants, fréquente dans les villes médiévales, qui ne considéraient pas le rempart comme un bien commun public à préserver, mais y voyaient au contraire une opportunité pour diminuer le coût de construction de leurs maisons, en utilisant le rempart comme l'un des murs extérieurs de l'habitation. L'enceinte attire donc une phase d'urbanisation et de densification de la périphérie urbaine, au détriment de l'idéal défensif d'une muraille continue, à laquelle les défenseurs de la ville puissent accéder sans obstacle et qui ne comporte pas d'ouverture en dehors des portes d'accès. Ces faiblesses apparaissent clairement dans le procès verbal de la visite réalisée entre le 6 et le 11 avril 1323 par le trésorier du comte de Provence, sur ordre du roi Robert de

Naples, qui craignait une attaque génoise contre Nice¹³. L'attaque redoutée venant de la mer, c'est la muraille méridionale de la ville qui est d'abord inspectée. Elle présente une défense très faible, percée de sept portes publiques sur une longueur d'environ 400 mètres, mais aussi d'arcades qui permettent une communication directe entre l'arsenal *intra muros* et la grève où l'on échouait les navires et on les déchargeait de leurs marchandises, car la ville ne possédait pas de port; elle était percée aussi de fenêtres et diverses ouvertures, qui permettaient aux maisons édifiées à l'intérieur du rempart de prendre le jour du côté de la mer. Mais lorsqu'on tourne l'angle de la tour de l'Eperon le long du Paillon, le secteur compris entre le portail du Moulin ou portail Verana, et le Pont Vieux qui franchit le Paillon vers l'Ouest n'est pas encore fortifié. On peut imaginer un simple alignement de maisons à proximité de la grève du fleuve. En amont du pont, l'enceinte est construite jusqu'au portail des Pressoirs¹⁴, mais elle n'est pas continue, car elle est percée pour le passage des biefs des moulins (on y reviendra): l'inspection recommande seulement de palissader ces ouvertures et de les munir de bretèches. Une situation analogue s'observe entre le portail de Saint-Augustin et celui de l'Olivaret au NE, tandis que la présence du couvent et du jardin des franciscains a empêché la construction de l'enceinte vers le Paillon. La seule protection est celle du mur clôturant le terrain des franciscains, et l'obstacle du fleuve, peu abondant en saison estivale. L'inspection recommande donc de renforcer la défense en creusant dans ce secteur un fossé surmonté d'une palissade.

Ce rapport met en évidence une double réalité urbanistique qui perturbe la fonction défensive de l'enceinte: elle encourage des constructions parasites; mais son tracé, que les autorités n'avaient pas planifié, peut empêcher la poursuite d'activités économiques et l'usage d'équipements préexistants qui ne pouvaient pas être installés ailleurs qu'à la périphérie du bâti, soit à proximité de la mer (arsenal, marché aux poissons), soit à proximité du fleuve dont le courant faisait tourner les moulins à céréales et à huile.

b) Défendre ou habiter: deux logiques contradictoires.

Le problème de l'habitat parasite le long des murailles devient crucial dans les années 1360, alors que se précise la menace des Compagnies de routiers. Les syndics de la ville s'inquiètent alors de la nécessité de détruire tous les *hospicia* existant à côté du rempart et "tenant avec lui", en cas de péril de guerre: il faut éviter que l'ennemi ne

¹³ Marseille, Archives Départementales des Bouches-du-Rhône, B 1103.

¹⁴ Le portail des Pressoirs (*Trocularium*) est une autre dénomination du portail du "vieux bordel", situé un peu plus au nord de la porte Saint-Antoine et à proximité de l'actuelle place Saint-François. Je remercie Marc Bouiron pour ses précieuses indications.

puisse s'introduire dans la ville secrètement en passant par ces maisons. Ils demandent au préalable au juge de la cour Royale, représentant du comte, de faire procéder à l'estimation de ces maisons par des experts, charpentiers et maçons, afin d'établir le montant de l'indemnité à verser aux propriétaires. Soulignons le terme utilisé: *hospicium* désigne toujours une maison d'habitation construite en dur. Il ne s'agit pas de pauvres cabanes ou d'appentis précaires. De ces visites, les archives municipales de Nice ont conservé les actes de six expertises¹⁵ (Tab. 1). Il dut certainement y en avoir d'autres, dont la trace s'est perdue. Les expertises se concentrent dans trois secteurs: le long de l'enceinte du côté du Paillon, qui a été enfin édifiée entre la "porte du bordel" (*postribulum*), et la "porte Payrolière", entrée nord et solennelle de la ville, bien conservée archéologiquement; le faubourg "au-delà du pont" sur la rive droite du Paillon, pour éviter que l'ennemi ne s'y installe; enfin, de manière plus étonnante, le quartier de Roquaplana, situé au sommet de la colline de la ville haute, derrière la cathédrale Sainte-Marie, dans l'angle NE du "mur antique".

On remarque que, dans ce dernier secteur, on procède à l'estimation de maisons véritablement détruites et non potentiellement à démolir en cas de danger. Les causes de cette destruction ne sont pas indiquées. A-t-elle été la conséquence d'escarmouches avec les routiers, qui auraient bombardé la ville, ou de travaux réalisés pour modifier le tracé de l'enceinte, voire peut-être pour abattre un mur dont l'utilité défensive ne s'impose plus? L'un des actes précise en effet que la porte Roquaplana elle-même est détruite (*fracta*), ce qui a entraîné la ruine des maisons contigües, jusqu'aux fondations.

L'opération d'estimation est d'autant plus nécessaire que la ville de Nice était dépourvue de document cadastral médiéval, qui aurait permis d'établir sans doute plus rapidement l'évaluation¹⁶. La somme proposée par les experts prend en compte la valeur des matériaux de construction: charpente, pierres de maçonnerie et tuiles de la couverture, et une indemnité du préjudice subi par le propriétaire qui doit, avec sa famille, abandonner sa maison. La commune ne prévoit pas, en effet, de compenser le dommage subi en offrant une parcelle à bâtir ou une autre maison. Le propriétaire exproprié devait se reloger à ses propres frais.

En l'absence de toute description précise des maisons frappées de démolition, les estimations fournies par ces actes dessinent une urbanisation périphérique de la ville contrastée. La valeur estimée des six biens concernés s'échelonne entre 20 livres de petits deniers à Roquaplana et 300 florins d'or pour une maison située hors les murs, dans le faubourg à la tête du pont qu'on envisage de démolir. La valeur nominale

¹⁵ Nice, Archives Municipales EE 1/02 (1^{er} avril 1361), EE 1/03 (15 juin 1361), EE1/05 (2 actes pour le faubourg, 14 juin 1361 et 15 juin 1368), FF1/31 (1^{er} avril 1361).

¹⁶ Sur cette absence de cadastres, voir JANSEN, Philippe – "Des plans à une mise en atlas: la cartographie de Nice aux XVI^e et XVII^e siècles et ses usages". In JEAN-COURRET, Ezéchiël; LAVAUD, Sandrine, SCHOONBAERT, Sylvain (ed.) – *Mettre la veille en atlas, des productions humanistes aux humanités digitales*, pp. 103-122, accessible à: <https://una-editions.fr>.

du florin de Florence était équivalente à une livre, mais elle était calculée à Nice en livre de reforciat, associée à la monnaie comtale frappée à partir de 1305, soit un peu plus de 2 livres de petits deniers. L'équivalence donnerait plus de 600 livres de petits deniers. A Roquaplana, les propriétaires avaient le droit de récupérer les matériaux utilisables de leurs maisons détruites, ce qui venait en déduction de l'indemnité. Les maçons experts ont mesuré l'étendue des dégâts: la longueur des murs détruits est évaluée à 7 cannes pour l'une des maisons, 9 cannes pour l'autre. La canne d'arpenteur valait à Nice environ 2,095 m. Les murs ont donc été détruits sur une longueur de 14 m à 18 m. Des valeurs aussi élevées, si on les compare aux dimensions connues des parcelles à bâtir de la ville basse (en général 6 x 3 cannes) correspondent certainement à un périmètre, non pas à une seule paroi. Les maisons correspondaient sans doute à une parcelle de 4 m x 3 m pour la première, 5 m x 4 m pour la seconde, soit des superficies respectives de 12 m² et 20 m² au sol. L'urbanisation ancienne de la ville haute était donc constituée de demeures modestes, même si elles étaient construites en bons matériaux durables, d'une superficie inférieure aux demeures de la ville basse, que les études estiment entre 40 et 50 m², soit plus du double¹⁷.

L'évaluation des maisons construites le long du rempart de la ville basse, entre les portes du bordel et Pairolière confirme l'existence de bâtiments beaucoup plus importants, puisque leur valeur estimée, dommages inclus, est quatre à cinq fois supérieure. Les abords de l'enceinte de la ville basse, du fait de la pression démographique, n'étaient pas des rues aux habitats précaires, qui eussent été plus faciles à démolir. La hauteur du mur d'enceinte avait favorisé l'édification de maisons à plusieurs étages, construites en bonne maçonnerie. La présence de riches bourgeois de la ville dans ce secteur est attestée depuis le XIII^e Z, puisque l'un d'eux, Augier Badat, consul de la ville, y fit don d'un terrain aux franciscains en 1251¹⁸. Dans le faubourg, comme on peut s'y attendre, le niveau économique des propriétés était plus contrasté: la maison de Rostaing Melioris, estimée à 20 florins de petits sous (il s'agit donc du florin caméral, non de celui de Florence) n'était peut-être qu'une demeure pour des maraîchers exploitant la plaine au-delà du Paillon, tandis que la propriété de Pierre Armanni était sans doute une belle demeure de plaisance, entourée d'un jardin: la valeur de ses matériaux est estimée à 100 florins: les communs (cuisines) de cette propriété étaient établis sur une autre parcelle jouxtant au nord. Mais au sud, elle confrontait un atelier de tisserand. Le faubourg concentrait ainsi à l'entrée du pont, voie de passage obligé vers la ville, des équipements et des activités économiques qui n'auraient pas trouvé place dans l'espace *intra muros* restreint.

¹⁷ Evaluation du parcellaire de la ville basse dans CHOUQUER, Gérard; GONZALEZ-VILLAESCUSA, Ricardo – "Le lotissement médiéval de la 'vieille ville' de Nice". *Histoire Urbaine*, 42, 2015, pp. 57-80.

¹⁸ GIOFFREDO, Pietro – *Storia delle Alpi Marittime*: Turin, 1680, Trad. française sous la direction de BARELLI, Hervé – *Histoire des Alpes maritimes: une histoire de Nice et des Alpes du sud des origines au XVII^e siècle*. Nice: Editions du patrimoine, 2007; &, pp. 502 et 513.

Tableau 1 – Estimation des maisons à détruire pour la défense de Nice 1361-1368.

cote	date	Nom du propriétaire	localisation	Coût charpente	Coût tuiles	Coût maçonnerie	indemnité	Total
EE1/02	1 ^{er} avril 1361	Brigida veuve Bermondi Clareti	Entre portail du vieux bordel et portail Payrolière	14 livres parvo-rum	36 livres parvorum		50 livres parvo-rum	100 livres
FF1/31	1 ^{er} avril 1361	Messire Peyronus de Armano	Maison du vieuxbor-del, entre maisons de Peyronus Setere et de Olivarius Segundi	38 livres parvo-rum	10 livres parvo-rum	20 livres parvo-rum	60 livres parvo-rum	128 livres
EE1/05-1	14 juin 1361	Hereditum Raymundi Maleti	Roquaplana, entre casale de noble Emmanuel Chabaud et maison de Rostagnus de Turreis		Matériaux conservés par les propriétaires; 7 cannes de murs détruits		20 livres parvo-rum	20 livres
EE1/03	15 juin 1361	Rostagnus Vassalli	Roquaplana, entre maisons de Fulconis Canestrerii et Petrus Giloni			9 livres pour 9 cannes de murs détruits	23 livres parvo-rum	32 livres parvo-rum
EE1/05-1	12 juin 1368	Petrus Armani	Au-delà du pont du Paillon, entre l'atelier de Hugues le Tisserand au sud, la maison de Maynfredus Gaufridi au nord, la "cantinella" de Petrus Armani à l'est	50 florins d'or de Florence	50 florins d'or		200 florins d'or	300 florins d'or
EE15-2	12 juin 1368	Rostagnus Melioris	Au-delà du pont du Paillon, entre la maison de Guillelmus Capelli, celle de Anthonius Grassi et à côté de la Cantinellum	4 florins	6 florins		10 florins d'or	20 florins de 20 petits sous chacun

c) Comment faire “place nette”?

Nous ignorons si les maisons mentionnées dans ces actes furent réellement détruites. La menace des routiers s'était éloignée rapidement, ce qui permit sans doute de les préserver, jusqu'à une autre possible menace. Le domaine de Pierre Armanni a cependant subi la démolition, puisque ses héritiers reçurent, en 1431 seulement, le solde de l'indemnité promise de 300 florins¹⁹.

Mais le passage de Nice sous la domination des comtes, puis ducs de Savoie en 1388 a modifié le rapport entre le pouvoir urbain et le prince. Les souverains savoyards n'ont cessé de rappeler, tout au long du XV^e siècle, l'exercice de leur seigneurie directe sur la ville, à laquelle els syndics étaient désormais subordonnés. La prérogative ducale pour le droit de fortification est réaffirmée, et tous les espaces publics appartenaient au duc. Cela n'empêchait pas les usages de se perpétuer, et le mur d'enceinte continua à être utilisé pour y appuyer des constructions. En témoigne notamment le procès opposant en 1484-1485 le gouverneur et le procureur fiscal du duc au gouvernement urbain des syndics²⁰. Les représentants du prince protestaient contre l'édification de “barraques ou petites maisons” adossées au rempart maritime, qui empiétaient sur la place publique de la gabelle. Ce ne sont pas, comme au XIV^e s. des demeures (l'hécatombe des épidémies a diminué la pression démographique sur l'habitat), mais probablement des échoppes ou boutiques en bois pour développer la vente dans ce lieu d'échange où se côtoyaient le grenier à sel et la poissonnerie, et où l'on faisait rentrer les denrées débarquées sur la grève maritime proche. Mais la requête concernait aussi trois constructions plus importantes édifiées à côté de la porte Saint-Eloi, de l'hôpital du même nom, situé hors des murs, et de la tour “du bordel”. La plainte des officiers ducaux, qui névoque aucun péril militaire imminent, est motivée par des considérations fiscales autant que défensives: l'enceinte, comme la place de la gabelle, est un bien commun que les propriétaires individuels ne peuvent accaparer et qui doit demeurer toujours libre d'accès. Il faut donc faire “place nette”. Mais les syndics de Nice ont soutenu la cause des habitants qui avaient utilisé une partie du mur d'enceinte, au nom des libertés traditionnellement concédées par les souverains à la ville de Nice. Le registre des actes de procédures s'interrompt malheureusement après l'audition des témoins, et nous ignorons la sentence qui fut prononcée, mais qui fut probablement favorable au duc: l'enjeu militaire de Nice s'est renforcé du fait de sa position frontalière avec le comté de Provence, le long du Var; la logique d'établir une place-forte maritime commence à se manifester.

¹⁹ Nice, Archives municipales, EE1/05, pièce 1. L'indemnité est versée par le clavaire (trésorier) de la ville, sur ordre du conseil des huit.

²⁰ Nice, Archives municipales, DD 12/01.

3. Les conflits entre les usages des habitants et les décisions de fortification.

a) L'enceinte sépare et discrimine; comment assurer une liberté de passage?

L'enceinte, dont le rôle défensif implique son isolement par rapport à l'habitat, à l'intérieur comme à l'extérieur des murs, crée un obstacle discriminant en temps de paix pour la circulation des hommes aussi bien que des marchandises. A Nice, le secteur de muraille construit parallèlement au cours du Paillon se révèle particulièrement névralgique à cet égard. Sa construction tardive, dans la première moitié du XIV^e siècle et dans un contexte d'urgence, a certainement compliqué le choix du tracé, dont le plan publié en 1610 par Lodovico Balduino donne une idée assez précise (Fig. 2). L'enceinte médiévale y apparaît nettement en retrait par rapport à l'enceinte bastionnée édifiée au XVI^e siècle. Les bâtisseurs avaient été confrontés à une double exigence: édifier la muraille à une distance suffisante du lit du fleuve pour que les crues, brutales dans les cours d'eau à régime méditerranéen, n'endommagent pas ses fondations; contourner les terrains trop densément bâtis, pour ne pas ajouter des coûts de destruction aux frais de construction du mur lui-même. L'enceinte traversa ainsi plusieurs jardins et vergers, dont elle réduisit la superficie, et endommagea en même temps les plantations utiles à l'alimentation des propriétaires du terrain. Ce fut le cas en particulier des deux couvents des ordres Mendiants, les franciscains établis au Nord-Ouest, les dominicains au Sud-Ouest dans la ville basse. Le prieur franciscain Emmanuel de Vintimille en 1359 et le vicaire dominicain Guillaume Vitalis en 1382 déposèrent plainte contre les autorités urbaines pour obtenir une indemnité²¹. Une partie de leurs "jardins et vergers" se retrouvait en effet isolée à l'extérieur de l'enceinte, et apparemment sans communication directe avec la partie intérieure. Les plus importants dommages furent provoqués par le creusement du fossé en avant du mur proprement dit, qui excavait leurs propriétés et entraîna l'arrachage probable d'un nombre important d'arbres. Les dominicains se plaignirent également de la destruction de plusieurs maisons qui leur appartenaient, et qui étaient sans doute des annexes pour l'entretien du verger. Les franciscains obtinrent 100 florins d'or, les dominicains 84 livres de dédommagement. "L'utilité" défensive de la ville réduit les espaces cultivables qui pouvaient assurer du ravitaillement en toute sûreté en cas de siège.

La "garde et la défense" de la ville peut recouvrir d'autres objectifs en temps de paix, en repoussant hors des murs des activités qui pouvaient apparaître nuisibles au bon ordre social de la collectivité. Les mentions récurrentes, dans les actes de la ville, de la "porte" ou de la "tour" "du bordel", soulignent la proximité topographique entre la maison de prostitution publique et l'enceinte. La toponymie garde aussi le

²¹ Nice, archives municipales, EE1/01 (24 février 1359) et EE1/06 (6 mai 1382).



Fig. 2 – Plan perspective de Nice dessiné par Lodovico Balduino, sur commande du syndic de Nice, 1610.

souvenir d'un "ancien bordel" (*postribulum veteris*), dont l'activité a cessé parce qu'il se retrouvait à l'intérieur du périmètre fortifié dont les portes se refermaient la nuit et limitaient ainsi la circulation des clients. L'édifice fut sans doute acquis par messire Peyronus de Armani, dont la maison, frappée en 1361 d'une possible destruction, est désignée comme située "au lieu de la maison de prostitution"²². Une décision tardive du lieutenant duc Antoine de Subonte, en 1491, décrit précisément la localisation de l'ancienne maison de prostitution: le "bordel vielh" était coincé, à proximité du pont du Paillon, entre le mur d'enceinte et la digue levée par-devant pour protéger la ville des inondations du Paillon, ce qui créait de grandes difficultés d'accès²³. Pour mieux accueillir la clientèle, les prostituées s'étaient installées dans plusieurs maisons situées derrière l'église Sainte-Réparate et provoquaient des désordres dont les voisins se

²² Nice, Archives Municipales, FF 1/31 (1^{er} avril 1361): "*extimaverunt domum domini Peyroni de Armano sita in Civitate Nicie loco domum postribulo veteri*".

²³ Nice, Archives Municipales, FF 17/01 (26 novembre 1496): Confirmation par Pierre de Beaufort, gouverneur, de la décision de son prédécesseur Antoine de Subonte, du 24 novembre 1491, autorisant les syndics à rétablir le bordel à son ancien emplacement, hors de la ville.

plaignaient. Les syndics réclamèrent le transfert du bordel dans un terrain enclos de murs, situé *extra muros*. Mais ils demandèrent qu'une poterne soit percée dans l'enceinte et un pont levis établi sur le fossé afin que la maison de prostitution possède un accès direct depuis la ville. Ainsi, affirme le lieutenant en termes très modernes, on mettra fin à "la cohabitation entre l'impudicité publique et l'honnêteté". Les prostituées doivent donc habiter une maison "séparée des voisins honnêtes". En attendant le percement de la poterne dédiée, les clients pourront passer par la porte, dite précisément du "vieux bordel" ou des pressoirs, mais qui devra être fermée chaque nuit.

b) Ravitailler ou protéger: l'enceinte obstacle aux activités économiques.

A quelques distances des berges du Paillon, l'enceinte a donc perturbé une zone d'urbanisation indécise, où se mêlaient jardins, maisons et équipements divers. Les fouilles autour de la porte Pairolière, réalisées entre 2006 et 2008 ont mis à jour des ateliers artisanaux hors des murs, installés entre la route et le cours du fleuve. Le rempart recoupa également les biefs d'alimentation de moulins hydrauliques à farine. Les fouilles ont ainsi mis à jour un moulin à proximité du pont Saint-Antoine²⁴. Cet équipement vital pour l'alimentation de la population citadine bénéficiait donc de la fortification protectrice, mais au risque de ne pouvoir fonctionner correctement. En 1431, le procès qui opposa Réquistan Roccamaura à la commune illustre le conflit de ces logiques²⁵. Réquistan Roccamaura avait fait construire quelques années plus tôt, un autre moulin, mitoyen du jardin des frères Prêcheurs, sans doute à proximité immédiate de la porte Saint-Eloi, mais hors les murs. Cela répondait aux besoins d'une population à nouveau en croissance et à la nécessité de garantir le ravitaillement pour une ville désormais proche de la frontière du Comté de Provence et à la merci d'incursions militaires. Pour faire fonctionner son moulin, Réquistan établit une prise d'eau dans le lit du Paillon, plus en amont, à proximité du verger des franciscains. Il creusa ensuite un bief ou fossé pour "conduire les eaux du Paillon jusqu'à ce moulin, au grand préjudice de la ville". A la suite d'une pétition écrite des syndics de Nice, le gouverneur savoyard fit procéder à une visite des lieux et convoqua des citoyens pour qu'ils confirment la véracité des allégations des syndics. Les dépositions décrivent attentivement le parcours de ce bief d'alimentation: il longeait d'un côté un jardin privé, et se poursuivait le long d'un mur édifié "pour la protection et la défense du faubourg contre les inondations du Paillon". Mais il fallait bien franchir cette digue, clairement distincte du mur d'enceinte, pour que l'eau parvienne jusqu'au moulin situé en-deçà. Les syndics accusent Réquistan d'avoir, sans doute sans autorisation, creusé "un trou

²⁴ BOUIRON, Marc – "La fortification médiévale de Nice et le moulin communal". *ARCHEAM: Cahiers du Cercle d'Histoire et d'Archéologie des Alpes-Maritimes*, 13, 2005, pp. 26-34.

²⁵ Nice, Archives Municipales, EE 1/07.



Fig. 3 – Plan de la ville et château de Nice, 1691, Antoine Niquet. Vincenne, Service Historique de l'Armée – Cartes et plans J10 C 1096-2. Le canal des moulins, en trait bleu, longe l'enceinte en retrait des bastions marqués en rouge, puis les traverse pour se poursuivre dans les jardins situés au-devant.

d'une très grande hauteur et largeur²⁶ à travers la digue. Le bief, qui est toujours parfaitement identifiable sur un plan de la ville réalisé en 1691 par l'ingénieur militaire Antoine Niquet (**Fig. 3**), passait ensuite entre la digue et le rempart; il est reproché à Réquistan d'avoir creusé ce fossé à une profondeur d'une demi-paume au-dessous des fondations de la digue. L'alimentation du bief était sans doute irrégulière, avec un courant insuffisant pour bien faire tourner la roue du moulin. Réquistan établit une seconde amenée d'eau, à partir du pont Saint-Antoine, ce qui permettait de bénéficier de l'accélération du courant provoqué par les piles de l'ouvrage, et suivant la digue, cette fois à l'intérieur, jusqu'au bordel (dont la localisation dans cet entre-deux est confirmée), pour ensuite, sans doute en rejoignant le premier bief, passer sous le rempart, à son tour percé d'une ouverture. Mais ce fossé semble mal entretenu, car

²⁶ Nice, Archives Municipales, EE 1/07, f° 5r, art. 5: "*in capite (...) dicti muri facta per tuhitio et deffensione dicte barri, dictus Requistonus fieri fecit foramen unum maxime altitudinis et latitudinis, per quod aqua qui pervenit de fluminem pallionem... intrat in orto dicti Ludovici Valeti*".

il est “en grande partie plein de terre et d’eau, depuis le pont jusqu’au bordel”²⁷ Les syndics s’inquiètent que les infiltrations ne minent le rempart lui-même.

c) L’enceinte et la protection contre les risques environnementaux.

Sur ce secteur nord-ouest de l’enceinte, où dominent les jardins, mais où sont maintenues quelques maisons extra-muros comme le bordel, la minutieuse description déposée devant la cour ducale de la ville suscite quelques questions et remarques pour terminer. A partir de la berge caillouteuse du cours aval du Paillon, et de l’unique pont qui le traverse alors, trois équipements plus ou moins parallèles se succèdent: une digue maçonnée, puisqu’elle est qualifiée de “mur”, le bief d’alimentation des moulins qui l’a traversé, l’enceinte de la ville. Les amenées d’eau ont une longueur totale d’environ 600 mètres. Leur creusement, ainsi que la construction des moulins, représentait un chantier important, qui dut mobiliser une main-d’œuvre assez nombreuse. Cela a duré plusieurs semaines et l’on n’imagine pas que le chantier n’ait pas été autorisé par le pouvoir municipal. Il est évidemment postérieur à la construction de l’enceinte (achevée dans les années 1330 dans le secteur de la tour de l’Eperon), mais aussi de la digue. La chronologie relative de cette digue par rapport au rempart est inconnue; elle est certainement postérieure, puisque l’article 10 de la pétition confirme que “ce mur fut édifié pour la défense et la protection du faubourg, et afin que les inondations des eaux du Paillon ne démolissent ou détruisent les remparts de la cité”²⁸.

Ces remarques montrent une évolution dans la conscience des autorités civiques: les destructions nuisibles des biens peuvent être provoqués non par des attaques humaines, mais par des facteurs environnementaux. Dans la période de changement climatique qui avait débuté au XIV^e siècle et devait conduire au petit âge glaciaire du XVII^e siècle, des épisodes de fortes crues du petit fleuve côtier ont dû inverser les priorités. Le rempart, pour conserver sa fonction, devait être lui-même protégé contre le risque d’effondrement par la sape des eaux. Les autorités n’avaient-elles pas compris immédiatement que les travaux de Réquistan Roccamaura rétablissaient ce danger que la digue avait eu pour vocation d’éloigner? Peut-être avait-il outrepassé les autorisations qui lui avaient été accordées, pour donner plus de puissance à ses moulins²⁹. A nouveau, reparaît le conflit entre les usages économiques,

²⁷ Nice, Archives Municipales, EE 1/07, f° 5v, art. 12: “*quod fossata existencia et facta prope menia dicte civitatis per maiori parte plena tam de terra quam de aqua*”.

²⁸ Nice, Archives Municipales, EE 1/07, f° 5v, art. 10: “*Item, quod murum predictum factum fuit ad tuitionem et defensionem barri sequenti et ne propter inundationem aque palionis menia dicte civitatis demoliantur, sive destruantur*”.

²⁹ Toutefois, les témoins interrogés ne confirment pas avec certitude que le canal ait été creusé une demi-paume plus bas que la fondation de la digue, comme l’affirmaient les syndics dans l’article 7 de leur pétition.

et la protection, cette fois-ci environnementale. Vingt ans plus tard, en 1452, ce moulin, que Jean Leticie, boulanger et fournier de Nice avait acquis entre-temps, fut racheté par la ville avec le petit jardin attenant confrontant le rempart urbain pour la somme de 225 florins. L'autorité publique se donnait ainsi les moyens de concilier le bon fonctionnement de cet équipement avec la préservation des remparts³⁰. Encore convenait-il de remettre le moulin en état de marche, car les contestations précédentes relatives au creusement des fossés, avaient entraîné la fermeture de son exploitation. L'achat était assorti de l'interdiction de construire d'autres moulins et de creuser de nouveaux biefs dans le secteur, autant sans doute préserver la stabilité du rempart que pour garantir un monopole d'usage au profit de la ville – y compris contre les intérêts des comtes, traditionnels détenteurs du droit de meunerie.

Les actes produits par les autorités publiques à Nice montrent avec évidence que la zone proche de l'enceinte est en constants remaniements. L'alternance de construction et de destruction de maisons ou d'équipements collectifs manifeste les contradictions entre l'objectif de défense poliorcétique et les usages des habitants. La lenteur de l'achèvement de la fortification, complétée et remaniée en plusieurs phases successives entre le XI^e et le XV^e siècle, souvent au gré des circonstances, a accru l'instabilité urbanistique d'une "zone floue", dépourvue à Nice d'opération de lotissement programmé. Les édifices les plus proches de l'enceinte, à l'intérieur comme à l'extérieur, étaient périodiquement menacés de destruction lorsqu'un danger militaire se profilait et qu'il fallait renforcer la sécurité de la ville. Cependant, les autorités de la commune apparaissent plus préoccupées de la conservation des lieux d'usage et de fréquentation collective, tels les moulins ou la maison de prostitution, que de la préservation des habitations privées. Les alentours de la muraille constituent ainsi un territoire de fabrique urbaine par lequel la ville se transforme, s'adapte. La périphérie proche des remparts a attiré non seulement des maisons d'habitation, mais aussi tout un ensemble d'équipement ou de bâtiments à usages particuliers, qui ne peuvent trouver place ailleurs et qui doivent s'adapter aux nouveaux tracés de l'enceinte pour conserver les fonctions économiques liées aux passages canalisés par les portes de la ville.

³⁰ Nice, Archives municipales, DD 2/04, 12 mai 1452.

El uso de las torres albarranas como solución de refuerzo de las murallas en la Castilla medieval, siglos XII al XIV:

Las murallas de Talavera y Escalona

*José Miguel Remolina Seivane*¹

Resumen

Las torres albarranas, torres que se sitúan separadas de un recinto defensivo sólo unidas a los lienzos por un estrecho muro, se difunden por Al Andalus durante los siglos XII y XIII, como elemento que permite un rápido reforzamiento de murallas preexistentes durante el periodo de dominación almohade.

Inicialmente limitado su uso a las fortificaciones islámicas enseguida es adoptado por los reinos cristianos, que se ven en la necesidad de fortificar rápidamente las ciudades recién conquistadas. De entre todas estas fortificaciones destacan las extraordinarias murallas medievales de Talavera y Escalona, dos poblaciones de Castilla-La Mancha que cuentan con una singular batería de torres albarranas, constituyendo un episodio singular en la historia de la fortificación medieval ibérica, en el que coinciden influencias de las arquitecturas islámica y occidental. En éste artículo se estudiarán estos singulares proyectos de fortificación urbana, en un intento de establecer las circunstancias y pautas de proyecto que los originaron. Se prestará especial atención a dos aspectos; por un lado, al origen y difusión de las torres albarranas, torres separadas de la muralla que aparecieron en la época almohade del siglo XII en la España meridional pero que fueron ampliamente utilizadas tras la conquista cristiana en los siglos XIII y XIV. En segundo lugar se analizará su posible origen en la práctica tradicional de reforzar los recintos mediante la ampliación de las torres preexistentes, una práctica muy común en la Edad Media que permitía un rápido refuerzo de las murallas urbanas y que está en el origen de la morfología de las singulares torres albarranas de Talavera y Escalona.

Palabras clave

Murallas medievales; Reino de Castilla; Reconquista; Arquitectura Almohade.

¹ Arquitecto, Doctor por la Universidad de Cantabria. Colegio Oficial de Arquitectos de Cantabria (España). Associazione Storia della Città.

The use of *albarran* towers as a solution for reinforcing urban walls in medieval Castile, from the 12th to the 14th centuries.

Abstract

The *albarran* towers, towers that are separated from a defensive enclosure only joined to the walls by a narrow wall, spread throughout Al-Andalus during the 12th and 13th centuries as an element that allowed the rapid reinforcement of pre-existing walls during the period of Almohad domination.

Initially limited to Islamic fortifications, its use was soon adopted by the Christian kingdoms, which found it necessary to quickly fortify their newly conquered cities. Of all these fortifications, the extraordinary medieval walls of Talavera and Escalona stand out, two towns in Castilla-La Mancha which have a unique battery of albarran towers, constituting a singular episode in the history of medieval Iberian fortification, in which influences from Islamic and Western architecture coincide.

This article will study these unique urban fortification projects in an attempt to establish the circumstances and project guidelines that gave rise to them. Special attention will be paid to two aspects; on the one hand, the origin and diffusion of the albarran towers, towers separated from the wall which appeared in the Almohad period of the 12th century in southern Spain but which were widely used after the Christian conquest in the 13th and 14th centuries. Secondly, we will analyse their possible origin in the traditional practice of reinforcing enclosures by enlarging pre-existing towers, a very common practice in the Middle Ages that allowed the rapid reinforcement of urban walls and which is at the origin of the morphology of the unique albarranas towers of Talavera and Escalona.

Keywords

Medieval urban walls; Kingdom of Castile; Reconquest; Almohad architecture.

1. Presentación. Las torres albarranas.

Las torres albarranas, torres de planta cuadrada o poligonal que se sitúan levemente separadas de un recinto defensivo, sólo unidas a los lienzos por un estrecho muro dejando un arco de paso inferior, se difunden por Al Andalus durante los siglos XII y XIII, como elemento que permite un rápido reforzamiento de murallas preexistentes durante el periodo de dominación almohade.

Inicialmente solo fueron usadas en los reforzamientos puntuales de las fortificaciones islámicas en aquellas ciudades que los almohades sentían amenazadas, pero enseguida su uso fue adoptado por los reinos cristianos, que descubren en ese modo de actuación una respuesta conveniente a su necesidad de fortificar rápidamente las ciudades recién conquistadas.

Si los ejemplos de su difusión por toda la Península Ibérica son numerosos, en pocos lugares se plantearon dentro de un proyecto global de re fortificación como sucedió en las extraordinarias murallas de los siglos XIII y XIV de Talavera y Escalona, dos poblaciones de Castilla-La Mancha que cuentan con una singular batería de torres albarranas, constituyendo un episodio singular en la historia de la fortificación medieval ibérica, en el que coinciden influencias de las arquitecturas islámica y occidental.

Estos singulares ejemplos de fortificación urbana se estudiarán aquí desde una doble perspectiva, en un intento de establecer las circunstancias y pautas de proyecto que los originaron. Por un lado se prestará atención al origen y difusión de las torres albarranas que aparecieron en la época almohade del siglo XII en la España meridional estudiando el modo en que se implantan en recintos preexistentes. En segundo lugar se contemplará su relación con las técnicas constructivas vigentes, analizando su relación con la práctica tradicional de reforzar los recintos por partes mediante el regruesamiento o la ampliación de las torres preexistentes, una práctica muy común en la Edad Media que permitía un rápido refuerzo de las murallas urbanas y que está en el origen de la morfología de las singulares torres albarranas de Talavera y Escalona.

2. Algunos precedentes de las torres albarranas en las murallas y fortificaciones hispanomusulmanas desde el siglo IX al XII.

Desde la llegada de los musulmanes a la Península Ibérica en el año 711, se hizo necesaria la construcción de numerosas fortificaciones para asegurar la posesión de puntos estratégicos del territorio. En cada periodo las fortalezas poseen características propias, y si durante el periodo Omeya (711-1086) se difundió la tendencia de construir grandes recintos de planta sencilla con aparición de torres cuadradas regularmente dispuestas (El Vacar, Baños de la Encina, Gormaz), durante el periodo almorávide (a partir de 1090) decayó la construcción de fortalezas, que volvió a adquirir gran impulso durante el periodo almohade (1147-1229) cuando hicieron su aparición nuevas soluciones tipológicas de gran interés, destacando la aparición de la torre albarrana, convertida en símbolo de la nueva arquitectura defensiva².

² ZOZAYA, Juan – “Fortificaciones tempranas en Al Andalus ss. VIII-X”. In *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Palmela: Colibri, 2001, pp. 45-48.

La mayoría de las fortalezas construidas durante el periodo Omeya presentan grandes recintos, y lienzos simples en que se colocan regularmente torres de flanqueo de planta cuadrada o semicircular. Paulatinamente estas torres de flanqueo van adquiriendo más importancia, haciendo su aparición torres de esquina destacadas y otras soluciones singularizadas de interés que van adquiriendo naturaleza de nuevas soluciones arquitectónicas. De entre las muchas fortalezas en que se hacen presentes estos nuevos elementos arquitectónicos defensivos destaca la gran fortaleza de Calatrava (provincia de Ciudad Real).

La fortaleza hoy conocida como Calatrava la Vieja es un complejo de gran interés, aunque la interpretación de su proceso constructivo aun presenta importantes lagunas. Fundada en el periodo Omeya estratégicamente situada en el camino de Córdoba a Toledo Calatrava se convirtió en la ciudad más importante de toda la región de La Mancha durante el periodo de dominación islámica,

En sus fortificaciones, construidas durante el periodo de Al Hakam I en la segunda mitad del siglo IX, hacen su aparición una serie de originales soluciones defensivas, que posteriormente serán imitadas y desarrolladas en otras fortalezas. Las fortificaciones de alcazar y medina se adaptan a la pequeña altura en que se asienta la ciudad.

En diferentes excavaciones arqueológicas has sido identificadas hasta tres torres albarranas, la primera de las cuáles podría ser la más antigua identificada en la Península Ibérica. Es igualmente de destacar la existencia de dos largas corachas y un singular sistema hidráulico para abastecimiento de agua³.

Las dos largas corachas fueron construidas desde la fortaleza hasta la orilla del río Guadiana, permitiendo el abastecimiento de agua a la fortaleza. La primera coracha alimentaba el “Castellum aqua” de la alcazaba, mecanismo de almacenamiento del agua en una torre que debía permitir la inundación del foso en caso de necesidad; la segunda coracha, situada al oeste y mas alargada, permitiría la llegada del agua al corazón de la medina.

En el lateral sur del recinto se han identificado los restos de una torre albarrana cuadrada, separada apenas un par de metros del lienzo, que si se acepta la datación propuesta del siglo IX, sería la más antigua de toda la península. Una segunda torre albarrana debió ser añadida a escasos metros en el siglo XII, durante el periodo almohade. Se trata de un reforzamiento puntual al este del mismo tramo de muralla, más alejada del lienzo que la primera y ligeramente girada, interrumpiendo la barbacana. En ninguna de las dos ha sido posible identificar si poseían un arco de comunicación con el lienzo, o si simplemente existía una pasarela de madera de acceso.

³ PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Ciudades Hispanomusulmanas*. Madrid: Mapfre, 1992, p. 157. RETUERCE VELASCO, Manuel; HERVÁS HERRERA, Miguel Ángel – “Calatrava la Vieja. De medina a encomienda”. In *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Palmela: Colibri, 2001, pp. 311-317. COOPER, Edward – *La fortificación de España en los siglos XIII y XIV*. Madrid: Marcial Pons, 2014, pp. 115-137.

Otras torres primitivas cercanas al concepto de albarranas se pueden identificar en diversos castillos construidos en la época. En los castillos de Alcaraz (Albacete) y Montemolín (Badajoz) aparecen torres de esquina que adquieren un carácter casi independiente. Una torre albarrana ya completamente separada del muro aparece en el lienzo oeste del recinto de Reina (Badajoz), aunque no es segura su datación y tal vez date del periodo almohade⁴.

Un precedente digno de su consideración es el de la denominada Torre de los Abades, situada en Toledo inmediatamente al oeste de la Puerta del Cambrón. Es de destacar que nunca existieron torres albarranas en las fortificaciones del Toledo islámico. La torre de los Abades, debió ser construida en el siglo X entre dos de las torres de flanqueo cilíndricas de origen romano asemejándose en su trazado a la que será denominado torre albarrana, pues se construyó como un elemento lineal alargado que sobresale perpendicularmente a los lienzos, si bien carece de solución de paso inferior⁵.

3. El uso de las torres albarranas durante el periodo almohade en las fortalezas islámicas (1147-1212).

En la enínsula Ibérica el término torre albarrana se usa tanto en español como en portugués, para identificar un tipo de torres defensivas que se sitúan ligeramente separadas del recinto amurallado defensivo, pero que aparecen unidas a este por un pequeño lienzo que permite el paso, ya sea con un arco inferior o sin solución de paso a ras de suelo. Aunque existen algunas torres de características similares tanto en el norte de África como en Próximo Oriente, puede afirmarse que es una solución defensiva exclusiva de la Península Ibérica⁶.

A partir de los precedentes que suponen la construcción de algunas torres de flanqueo especialmente destacadas del lienzo, como las que ya se han señalado en las murallas de Calatrava, las torres albarranas se difunden extraordinariamente en época almohade por todas las zonas de dominio islámico, para posteriormente, ya entre los siglos XIII y el XV, extender su uso también por los reinos cristianos de la península. Puede afirmarse que estas primeras torres albarranas almohades nacen de la necesidad de reforzar una muralla preexistente, sin destruir la obra anterior. El hecho de disponer la torre separada supone aumentar su eficacia defensiva, dotando de mayor funcionalidad a ese tramo del recinto. Además la especial ubicación de estas primeras torres las confiere un especial simbolismo, expresando con su rotundo

⁴ PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana, II Ciudades y Fortalezas*. Madrid: CSIC, 1999, pp. 130, 136.

⁵ PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Ciudades...*, pp. 255, 315

⁶ TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades hispanomusulmanas*. Madrid: Instituto Hispano Árabe de Cultura, 1970, p. 586. PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de Arquitectura...*, p. 254.

volumen aislado una imagen de fortaleza, aspecto éste muy característico de la purista arquitectura almohade de finales del siglo XII, que hace de la limpieza del volumen construido una de las características de su arquitectura militar y religiosa⁷.

Los almohades llevaron a cabo una importante labor de refuerzo de las murallas de castillos y ciudades en todas las zonas fronterizas y en conflicto interno. De entre todos los casos se van a estudiar aquí con detalle los casos de Mérida, Badajoz y Cáceres, destacados ejemplos que merecen un estudio detallado. Todas nacen a partir de la voluntad de reforzar un recinto preexistente, en la búsqueda de aumentar la capacidad defensiva del conjunto, pero en cada caso las torres albarranas planteadas son muy distintas, de acuerdo con las características de cada uno de los recintos⁸.

En la alcazaba de Mérida los almohades construyeron cuatro torres albarranas en el siglo XII. La primitiva alcazaba fue construida en el siglo IX junto al río Guadiana, con una planta casi cuadrada y una serie de torres flanqueantes cuadradas apenas sobresalientes del lienzo, regularmente dispuestas en sus cuatro fachadas. Con la voluntad de reforzar este recinto se añadieron cinco torres albarranas en época almohade, tres en el lienzo norte, en el lateral enfrentado a la medina, y otras dos torres en los lienzos este y oeste, cada una más o menos centrada en el punto medio del lienzo⁹.

Cuatro de estas torres se conservan hoy perfectamente y es muy interesante observar el modo en que la nueva torre se inserta en el recinto preexistente. La torre número 2 del lateral norte se adosa a una de las torres de flanqueo cuadradas del siglo IX, apreciándose perfectamente la línea constructiva de yuxtaposición de las dos fábricas. La torre 1, sin embargo, se adosa directamente a un tramo del lienzo, situada centrada entre dos torres; el pequeño lienzo de unión en éste caso más alargado, permitiendo que las dos torres cuadradas queden alineadas en sus caras frontales¹⁰ (**Fig. 1A**).

La denominada torre de Espantaperros de Badajoz fue construida durante la campaña de reforzamiento de las fortificaciones de la alcazaba llevada a cabo por los almohades en torno a 1170-1180. La nueva torre se construyó en el extremo sur-este del recinto, con planta octogonal dispuesta muy separada del lienzo, unida

⁷ PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de Arquitectura...*, p. 254.

⁸ CLEMENTE RAMOS, Julian – “La Extremadura musulmana (1142-1248) Organización defensiva y sociedad”. *Anuario de Estudios medievales*, vol 24, 1994, pp. 647-701. AZUAR, Rafael – “Técnicas constructivas y fortificación almohade en Al Andalus”. In VALOR, Magdalena (dir.) – *Los Almohades. Su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el sur de Al Andalus*. Sevilla: Junta de Andalucía, 2004.

⁹ PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de Arquitectura...*, pp. 269, 331; TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Ciudades...*, p. 591. AZUAR, Rafael – *Técnicas constructivas ...*, p. 69. VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando; CORTES, Rodrigo – “La fase almohade de la alcazaba de Badajoz”. In BERROCAL, Luis; MEDEROS, Alfredo (eds.) – *Homenaje a Carmen Fernández Ochoa: Docendo discimus*. Madrid: UAM, 2020, pp. 427-437.

¹⁰ PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de Arquitectura...*, pp. 96-99, 260.

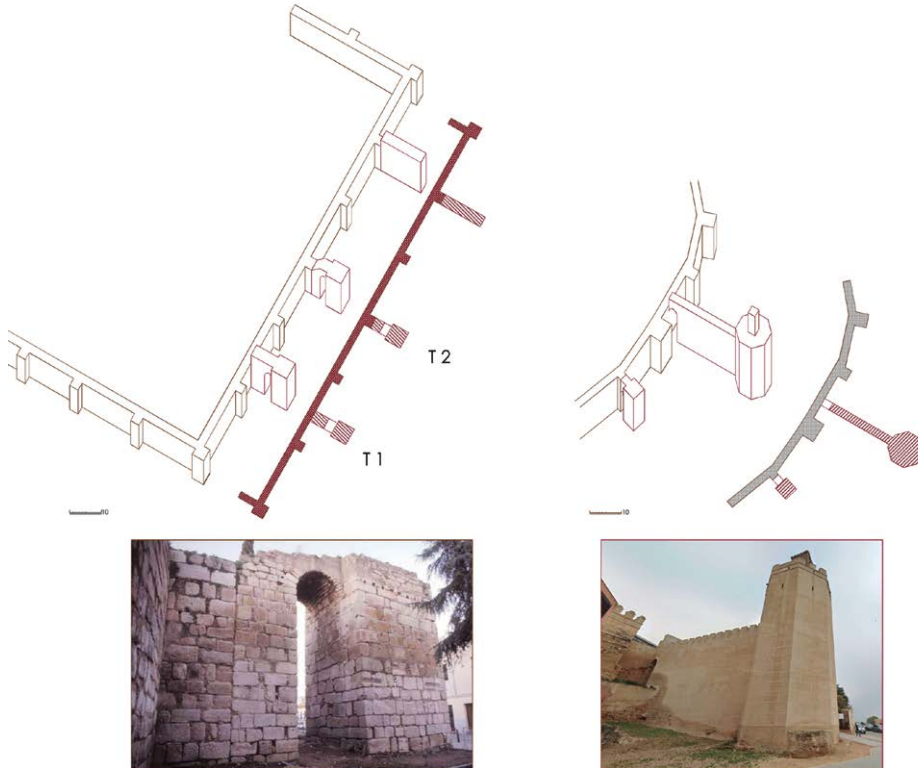


Fig. 1 – Mérida y Badajoz.

A. Mérida. Alcazaba, frente oriental. Detalle de las dos torres albarranas (siglo XII). La torre número 2 fue construida adosada a una de las torres flanqueantes, apareciendo perfectamente visible. La torre número 1 fue construida directamente unida al lienzo de unión entre dos torres (Dibujo y fotografía por el autor); **B.** Badajoz. Torre de Espantaperros. Construida por los almohades en torno a 1170-80. Añadida al recinto de la Alcazaba, del siglo X, unida mediante un estrecho muro al lienzo entre dos torres flanqueantes cuadradas preexistentes (Dibujo y fotografía por el autor).

mediante un largo y estrecho muro al punto medio del lienzo situado entre dos torres flanqueantes cuadradas de la fortaleza preexistente. Al ser extraordinariamente sobresaliente, y dada su especial ubicación la torre adquiere singular presencia contemplada desde la medina, que se extiende a los pies de la alcazaba, un aspecto al que siempre presta especial atención la arquitectura almohade. En la renovación del recinto se debieron construir otras torres albarranas menores, de las que sin embargo apenas se han conservado restos¹¹ (**Fig. 1B**).

En la cercana ciudad de Cáceres varias torres albarranas fueron añadidas al recinto amurallado de origen romano en torno a 1170 durante el periodo de Abu Yaqub Yusuf dirigente almohade. Aunque los detalles del proceso aún están lejos de ser claramente establecidos, podemos identificar aquí distintas soluciones de proyecto de implantación de las torres albarranas. En el lateral sur se plantearon dos torres muy sobresalientes del lienzo, inspiradas seguramente por la torre de Espantaperros de Badajoz. Son las denominadas Torre Redonda y Torre Desmochada, ambas de planta octogonal conservadas aún hoy casi íntegramente. En el lateral oeste, el más largo del recinto, frente al que se había desarrollado la medina islámica se plantea por primera vez una singular solución con una batería de hasta cinco torres albarranas, que hoy aparecen semiocultas por posteriores añadidos y ampliaciones, pero que en su momento debían aparecer con una singular imagen de fuerza, disposición en serie que sería posteriormente imitada en Escalona y otras fortalezas del siglo XIV. Son cinco las torres albarranas que se conservan en este lateral (de la Yerba, de Haver, de Bujaco, del Horno, del Postigo) ofreciendo diversas técnicas constructivas y muy distinto grado de conservación, lo cual dificulta la interpretación exacta del modo en que se integraron en el recinto preexistente¹².

A partir de los precedentes más arriba planteados muchos otros recintos almohades hacen uso de las torres albarranas. La más célebre de todas es la Torre del Oro construida como refuerzo del recinto de Sevilla en torno a 1220, con planta octogonal y un complejo desarrollo interior. Otros ejemplos notables pueden ser identificados en la Alcazaba de Málaga, donde se sitúa la extraordinariamente larga Torre Blanca, Écija (donde se conservan cuatro torres), Jerez (otras cuatro torres) y Silves y Loule en el Algarve portugués¹³.

¹¹ GURRIARÁN DAZA, Pedro; MÁRQUEZ BUENO, Samuel – “Tras la huella de los almohades. Reflexiones sobre las últimas fortificaciones del Badajoz andalusi”. *Cuadernos de Arquitectura y Fortificación* 0 (2012), pp. 55-75; VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando, – *La fase almohade ...* p. 430.

¹² GURRIARÁN DAZA, Pedro; MÁRQUEZ BUENO, Samuel – “La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales. *Arqueología y territorio medieval* 10, 1, (2003) pp. 57-118.

¹³ TORRES BALBÁS – *Ciudades...*, p. 481. PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de Arquitectura...*, pp. 58,102.

4. El uso de las torres de flanqueo en las murallas en los reinos medievales cristianos. Readaptación de antiguos recintos y creación de nuevas fortalezas: Ávila.

En el periodo comprendido entre los siglos XI a XIV, la línea de frontera entre los reinos cristianos y los musulmanes varió continuamente hacia el sur, a medida que las grandes ciudades eran conquistadas por los reinos de León, Castilla y Portugal. Los cambios a veces eran muy rápidos, y por ello surgió la necesidad de reforzar del modo más rápido y práctico posible las defensas de las ciudades recién conquistadas, no siendo posible el planteamiento de nuevas fortificaciones, y prefiriéndose realizar reforzamientos puntuales en los sectores más estratégicos, regruesando torres existentes o añadiendo otras nuevas. De esta imperiosa necesidad de continuo reforzamiento de murallas nacerán varias nuevas tipologías de gran interés, algunas de las cuales van a ser estudiadas a continuación.

El estudio de las fortificaciones de los reinos cristianos medievales tiene en el análisis de las murallas de Ávila un punto de inflexión importantísimo. Una serie de circunstancias coincidentes convierten el caso de Ávila en un ejemplo a seguir por distintas fortificaciones castellanas y leonesas a lo largo de la península.

En las murallas construidas por los reinos cristianos entre los siglos XI a XIII aparecen distintas soluciones de encuentro entre torre y muro, en las que paulatinamente la torre va adquiriendo importancia, pero es sólo a partir de la creación del recinto abulense que nace un tipo de torre novedoso, muy sobresaliente y rematada en semicírculo, una morfología que si bien había sido utilizada esporádicamente en el arquitectura militar romana sólo ahora adquiere valor simbólico y como tal se difunde por varios lugares.

El recinto amurallado de Ávila, el más importante construido en los reinos cristianos de la Península Ibérica, fue edificado ligado a la repoblación de la ciudad llevada a cabo por Raimundo de Borgoña a partir de 1090, siguiendo el encargo del rey Alfonso VI. La intención era crear una serie de ciudades-fortaleza para proteger los puntos de paso entre la ciudad de Toledo, avanzada sur del reino, y las grandes ciudades de la meseta norte. En esta coyuntura fueron repobladas las ciudades de Ávila, Segovia y Sepúlveda, sobre lo que habían sido importantes ciudades romanas.

Aunque no existe certeza documental sobre el proceso, puede ser establecido que la construcción de las murallas comenzó en el año 1090, prolongándose su construcción hasta alrededor del año 1200, siguiendo un proyecto inicial de un modo muy homogéneo con un resultado que ha llegado a nosotros hasta hoy

Basado en una lectura inteligente de las condiciones topográficas del lugar, la forma del gran recinto es rectangular, con dos largos muros laterales apoyados en dos espolones rocosos en dirección este-oeste y un trazado de cierre más corto hacia el este que debió apoyarse en vestigios romanos preexistentes.

Las investigaciones arqueológicas han revelado la existencia de fortificaciones de origen romano en el frente oriental, en el entorno de la puerta de San Vicente, seguramente basadas en una estructura ibérica prerromana, confirmando la antigüedad de este arco de entrada, mantenida en los siglos medievales¹⁴.

Aspecto muy interesante es la singular forma de las torres del recinto abulense, muy sobresalientes con remate semicircular. Es probable que esta forma haya surgido a partir de la actuación llevada a cabo a finales del s XII de recrecimiento de las antiguas torres cuadradas de origen romano, destacándolas hacia el exterior.

Este modo de actuación se ha identificado con claridad en los cubos de la puerta de San Vicente, donde la línea constructiva vertical de discontinuidad entre la vieja torre romana y la nueva fábrica medieval es claramente visible. Se habría obtenido así una torre de una gran fuerza visual, creándose un tipo nuevo que después se repitió en otros tramos de la muralla, incluso en los lugares donde no existieron precedentes torres¹⁵.

Como después se comentará esta práctica de reforzar determinados puntos de la muralla recreciendo torres será una práctica muy habitual en un periodo de continuo cambios de fronteras que obligan a rápidos reforzamientos de las fortificaciones preexistentes. Lo realmente interesante es cómo esta solución práctica dio pie a un nuevo tipo de torre de flanqueo, que se extenderá rápidamente por toda la península.

La importancia del recinto abulense fue tal que influenció el diseño de otros muchos recintos urbanos. Los grandes lienzos con torres cilíndricas regularmente dispuestas de las murallas de Plasencia son un reflejo de la solución de Ávila. Plasencia se había convertido en una pieza clave de control territorial, pues entre 1169 y 1230, la región del río Tajo entre Toledo y Alcántara soportaba una fuerte presión de intentos de conquista musulmana; aunque el rey de León había avanzado sus fronteras hacia el sur con la conquista de Coria y Alcántara, toda la comarca fue de nuevo conquistada por los almohades. La repoblación de Plasencia en 1196 llevada a cabo por Alfonso VIII convirtió a esta ciudad en plaza fuerte de primer orden cuyo valor simbólico se reforzaba con la imitación de las soluciones defensivas nacidas en la muralla de Ávila algunos decenios antes. En Segovia se hizo igualmente uso de esta solución, si bien de un modo más esporádico con torres menos sobresalientes, especialmente en el tramo meridional de las murallas, en el sector próximo a la puerta de San Andrés y Casa del Sol.

¹⁴ FEDUCHI, Pedro; BARRIOS, Ángel – *La Muralla de Avila*. Madrid: Fundación Caja Madrid, 2003, pp. 55, 299.

¹⁵ PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de Arquitectura...*, pp. 119-136.

5. La adopción de la torre albarrana por los cristianos en los siglos XII-XIV: un nuevo simbolismo para el viejo elemento.

A medida que la frontera entre los reinos cristianos y musulmanes se fue desplazando hacia el sur durante los siglos XI a XIV, se hizo necesario para los conquistadores cristianos tanto la construcción de nuevos castillos como el refuerzo de las fortalezas tomadas a los árabes. En la mayoría de los casos las reformas debieron realizarse apresuradamente, por lo que se realizarían refuerzos puntuales y reforzamientos de los tramos considerados más vulnerables.

Muchas de estas obras de refuerzo serían realizadas por alarifes de origen islámico de acuerdo con las técnicas tradicionales, pero los constructores cristianos añadirán enseguida un nuevo significado simbólico a las torres, identificando su capacidad de representar la ciudad fortaleza cristiana, replanteando aquella imagen dominada por su batería de torres que caracterizaba Ávila, la ciudad símbolo del reino castellano. Más adelante se verá como esta es la razón que lleva a plantear en Talavera la construcción de un tan elevado número de torres en el frente septentrional de la ciudad.

La paulatina ocupación de ciudades de antiguo dominio islámico pondría al alcance de los cristianos elementos arquitectónicos defensivos novedosos, y de entre ellos las torres albarranas aparecerían como dignas de admiración.

Es difícil establecer cuál fue la primera torre albarrana construida por los cristianos. Tal vez la primera sea la torre Almófala de Toledo, construida en el primer cuarto del siglo XIII. La torre forma parte del nuevo recinto creado en tiempos de Alfonso VIII para proteger el arrabal de Antequeruela, en el noroeste de Toledo. Curiosamente el pequeño recinto, de unos 500 metros de longitud presenta tres torres de morfología muy singular y especial interés, la Torre Pentagonal, Puerta del Vado y Torre Almófala; esta última se construyó a modo de albarrana, con planta alargada semicircular y un arco en el punto de encuentro con el lienzo, aludiendo tanto a las torres alargadas de las murallas de Ávila como a la solución de paso inferior típico de las albarranas musulmanas¹⁶.

6. La invención de las torres albarranas alargadas en las murallas de Talavera de la Reina (siglo XIII).

Un caso interesantísimo es el proceso de refuerzo de las murallas de Talavera de La Reina, llevado a cabo a partir del siglo XIII, cuyas ingeniosas soluciones serían posteriormente copiadas en otros lugares.

¹⁶ PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de Arquitectura...*, p. 278. COOPER, Edward – *La fortificación ...*, p. 138. RUIZ TABOADA, Arturo – “La reforma cristiana del segundo recinto amurallado de Toledo”. In *Espacios fortificados en la provincia de Toledo*. Toledo: Diputación, 2005, pp. 231-253, pp. 236-8.

La ciudad poseía un amplio recinto de forma oval, con un desarrollo de 1600 metros, encerrando un área de 17.5 hectáreas. Lo fundamental de su estructura data del periodo de dominio musulmán de los siglos IX y X, edificados sobre estructuras de origen antiguo imperial romano cuya exacta extensión y naturaleza aún hoy es imposible determinar con certeza¹⁷.

Se conservan varias torres de flanqueo cuadradas que han sido datadas en el siglo X, con distintos materiales y técnicas constructivas, fundamentalmente en ladrillo, tapial y mampostería. Unas pocas aparecen hoy visibles, otras han sido radicalmente transformadas o aparecen aún hoy ocultas por otras construcciones posteriores. Todas estas torres apenas sobresalen y predominan las de planta cuadrada, aunque también existen restos de cuatro cubos o torres semicirculares y una poligonal. Un segundo recinto construido en el siglo XII tras la conquista cristiana de la ciudad ha desaparecido completamente (**Fig. 2**).

La ciudad fue conquistada por Alfonso VI en 1083, poco antes de la ocupación cristiana de Toledo. Desde ese momento y durante casi doscientos años la ciudad fue una pieza estratégica de primer orden, siendo en varias ocasiones cercada por los ejércitos musulmanes, sin que llegara a forjarse su conquista. Sólo a partir del debilitamiento del poder almohade, en torno a 1230, Talavera pierde su importancia estratégica.

Es en este periodo convulso, entre la segunda mitad del siglo XII y el primer tercio del XIII que debió llevarse a cabo el refuerzo del primitivo recinto mediante el añadido de entre 15 y 18 torres albarranas, concebidas según un proyecto unitario si bien construidas en distintos periodos y con uso de distintas técnicas constructivas. A falta de dataciones ciertas y completa ausencia documental se hace difícil datar con exactitud el momento en que se abordan estas obras de fortificación. Si por una parte la necesidad de las obras para la defensa se hizo especialmente imperiosa en las últimas décadas del siglo XII la fecha parece demasiado temprana para que se hubiera difundido el uso de la torre albarrana; por ello parece más aconsejable retrasarlo a las primeras décadas del s XIII, incluso posteriormente a 1230, pues sólo entonces la captura de la ciudad de Mérida por el rey Alfonso IX de León dejaría al conocimiento de los alarifes cristianos la estructura de las torres albarranas de la Alcazaba, indudablemente uno de los precedentes formales más claros de las torres albarranas talaveranas¹⁸.

La singular forma estrecha y alargada de las torres de Talavera y el modo en que estas se adosan a las torres parece basarse en la solución experimentada en la operación

¹⁷ FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Ildelfonso – *Historia de Talavera*. Talavera: Graficas Tajo, 1992. TORRES MONTEALEGRE, M^a José; LOPEZ VÁZQUEZ, Luis B. – “Estudio de las murallas de Talavera de la Reina: Deterioro y restauración”. In *Actas Segundo Congreso de Historia de la Construcción*. Madrid: Cehopu, 1998, pp. 475-482. MÉNDEZ-CABEZA, Miguel – *Guía de Talavera de la Reina*, Talavera, 1999. PACHECO JIMÉNEZ, Cesar – *Las antiguas puertas de Talavera, Estudio histórico y arqueológico*. Talavera, 2001.

¹⁸ MARTÍNEZ LILLO, Sergio – *La arquitectura militar islámica de Talavera de la Reina (Toledo): el primer recinto amurallado*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma, 1991, pp. 229, 269.

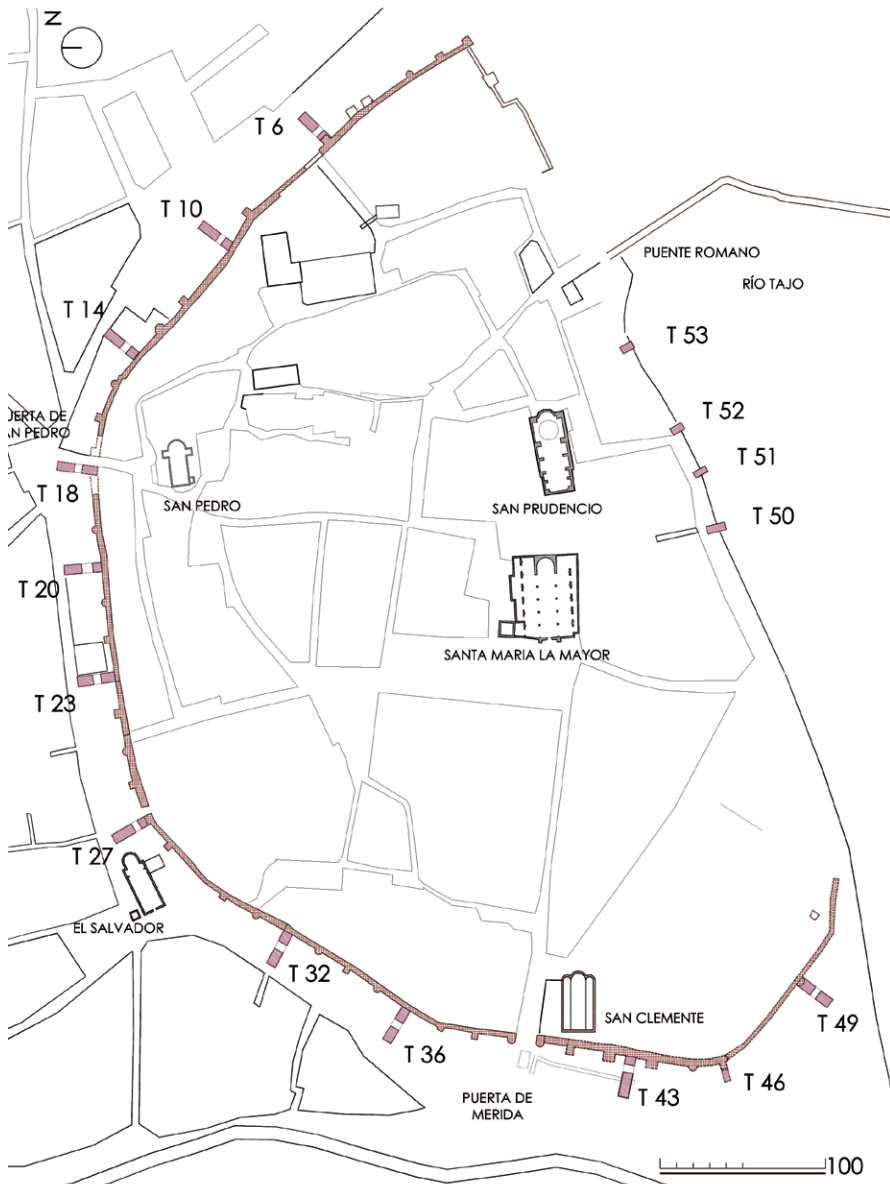


Fig. 2 – Talavera de la Reina. Recinto amurallado de los siglos X-XI. Disposición de las torres albarrranas añadidas en el siglo XIII. Aparecen numeradas las torres albarrranas más destacadas, a las que se hace referencia en el texto (Dibujo del autor).

de refuerzo almohade de la alcazaba de Mérida en el siglo XII. No sabemos hasta qué punto este modo de reforzar el recinto se había difundido por toda la península, pues no se conocen otros ejemplos similares; en todo caso la definitiva conquista cristiana de Mérida en 1230 daría a conocer este modo de actuación.

La planta de la torre albarrana repite las dimensiones de las torres de flanco existentes en el recinto, si bien en ocasiones se amplía un poco hacia los lados. En algunas de las torres en que se ha realizado limpieza y análisis arqueológico de las fábricas puede observarse como se adosan directamente a las torres, como vimos sucedía en la torre 2 de Mérida. Esto se observa con facilidad en las torres 6, 27 y 49 del recinto de Talavera. La torre albarrana número 6 muestra los vestigios de una torre árabe en los dos laterales; en el lateral derecho la obra cristiana en piedra continua la fábrica de ladrillo de la preexistente torre; en el lateral izquierdo, orientado a estela fábrica de mampostería cristiana forro completamente la torre antigua, buscando conseguir una torre más gruesa, y sólo la intervención de recuperación y restauración llevada a cabo en la última década ha permitido identificar esta práctica, decidiéndose dejar a la vista en su acabado final, con intención didáctica, un metro cuadrado de la doble piel de la torre. Sin duda la anchura de la antigua torre islámica, apenas 4.25 metros, se consideró insuficiente por los cristianos, decidiéndose así aumentar la sección de la torre hasta 5,72 m, añadiendo una hilada de mampostería exclusivamente por el lado izquierdo de la torre (**Fig. 3**).

Los restos de las previas torres de ladrillo y mampostería árabes del siglo X son también visibles en ambos lados de la torre albarrana 27. A diferencia del caso antes analizado en este caso no se precisó recrecido de la antigua torre, pues la anchura se consideró suficiente para la plataforma superior¹⁹.

La torre albarrana número 49 es de gran interés, aunque se encuentra muy deteriorada. Sólo la primera parte de la torre ha llegado a nosotros, pero se puede deducir las dimensiones y tipología del arco inferior, pues se conservan restos de los sardineles del arco. Lo más sorprendente en ella es el hecho de que la torre albarrana cristiana se apoya en una torre antigua de planta semicircular, detalle claramente visible a pesar del estado de ruina. Esta sería una de las cinco torres semicirculares de sillería de las que se sabe con certeza existieron en el recinto islámico, que se situaban alternadas sin aparente orden entre las torres cuadradas de flanco²⁰.

Por desgracia todo el frente sur del recinto islámico, el situado frente al río Tajo ha desaparecido completamente, sin dejar vestigios arqueológicos significativos. Del análisis de fotografías de inicios del siglo XX y de un estudio crítico de los dibujos realizados en el siglo XVI por Antón van den Wingaerden es posible deducir

¹⁹ MARTÍNEZ LILLO Sergio – *La arquitectura militar...*, pp. 370-373, 446.

²⁰ MARTÍNEZ LILLO, Sergio – “El yacimiento arqueológico de Entre torres”. In *Recintos fortificados de la provincia de Toledo*. Toledo: Diputación, 2005, pp. 117-152.

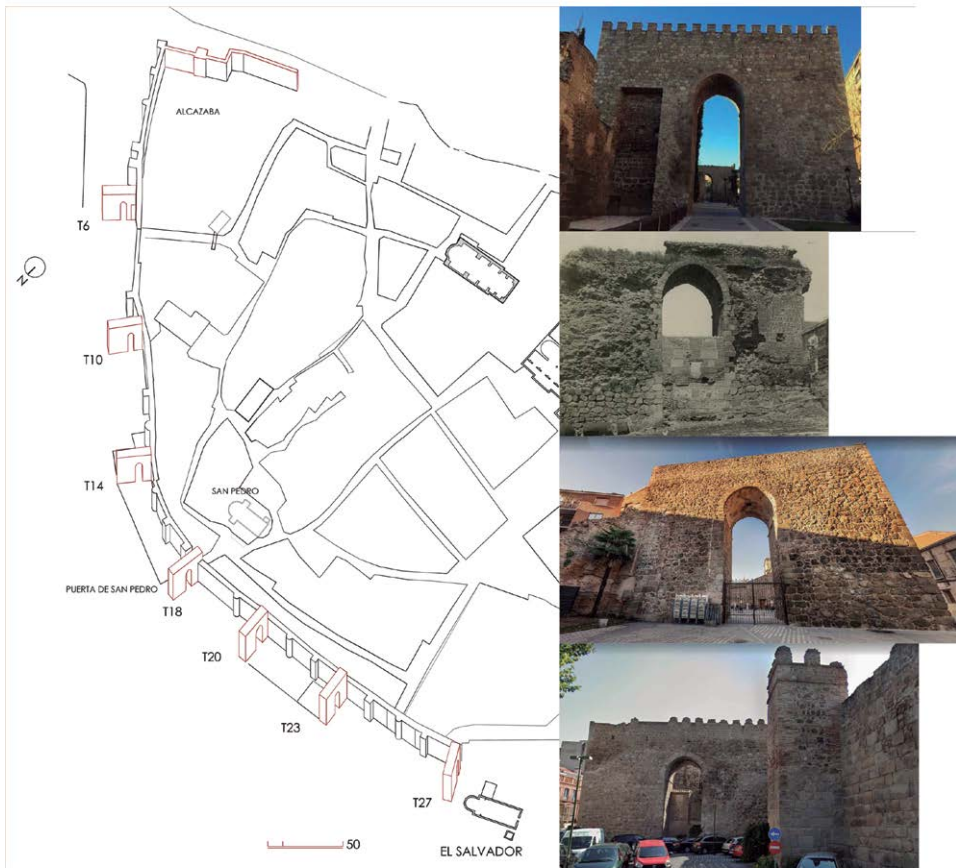


Fig. 3 – Talavera de la Reina.

A. Detalle del sector septentrional de las murallas. Aparecen señaladas las torres albarranas más destacadas. La torre albarrana número 18 se construyó en un lateral de la puerta de San Pedro, hoy desaparecida. La preexistencia de la iglesia de El Salvador (siglos XI-XII) obligó a la aparición de una leve alteración en la disposición regular en abanico de las torres en este tramo (Dibujo del autor).

B. Detalle de las más destacadas torres albarranas: 1. Torre número 6, lateral este, mostrando los vestigios de la antigua torre de flanqueo islámica a que se adosó la torre albarrana; 2. Torre número 6, fotografía antigua mostrando el lateral oeste antes de la limpieza e intervención de consolidación, apreciándose la antigua torre de flanqueo; 3. Torre albarrana número 27, lateral este, con vestigios torre de flanqueo islámica; 4. Torre albarrana número 23, lateral oeste, con torre de flanqueo cuadrada rehabilitada (Fotografías del autor. Postal antigua, fecha indeterminada, colección del Autor.)

la existencia en este tramo fluvial de varias torres de flanqueo y al menos una gran torre albarrana, la cual es descrita en documentos de época como fragmento de una noria que permitía el abastecimiento de agua a los huertos del interior del recinto. En nuestro estado de conocimiento es imposible establecer si la primitiva torre albarrana fue reconvertida en noria en un momento o si se trata de una estructura a modo de coracha de origen islámico, tal y como se ha visto existió en Calatrava²¹.

Las torres albarranas aparecen dispuestas en abanico, con una separación que varía entre los 50 y 80 metros, quedando entre ellas entre tres y cinco de las antiguas torres de flanqueo islámicas. Son dignos de mención determinados aspectos en su distribución. En relación a las puertas es interesante señalar como una de las torres se situó apoyada en la puerta de San Pedro, la que fue puerta norte principal del recinto islámico hoy destruida, constituyendo su lateral, siendo posible interpretar su morfología a partir de representaciones del entorno y del análisis de la cartografía antigua²².

En la otra puerta principal del recinto sin embargo, la puerta de Mérida, situada hacia el oeste, se conservaron los dos grandes cubos semicirculares de probable origen imperial romano, situándose las torres albarranas alejadas de la puerta, como si no se hubiera considerado necesario reforzar la defensa de esta puerta, a pesar de su importancia. En el entorno de la Alcazaba, construida en un segundo momento sobre el recinto primitivo islámico, es imposible determinar con exactitud la presencia de más torres que reforzaran este estratégico sector.

Algunos puntos presentan irregularidades que conviene estudiar. Tal sucede en el entorno de la iglesia de El salvador, que conserva vestigios mudéjares y que la tradición señala como una de las primeras iglesias construidas en la ciudad por los cristianos. La preexistencia de la iglesia ha obligado a una disposición singular de las torres, alterándose entre las torres 23, 27 y 32 el que parece debía ser ritmo de disposición regular en abanico legible en otros sectores. La torre 43, cuya planta ha sido posible reconstruir a través de la investigación arqueológica presenta igualmente una disposición extraña, alejándose levemente de la que parece debiera ser su orientación correcta.

La falta de homogeneidad en los materiales y las soluciones constructivas entre las diferentes torres parece indicar la existencia de distintos equipos o un posible prolongado plazo de ejecución: si algunas están realizadas en lo que quiere ser una más o menos regular sillería otras hacen uso de una mampostería mucho más irregular. Los arcos suelen ser de medida homogénea, en torno a los tres metros de

²¹ KAGAN, Richard (dir.) – *Ciudades del Siglo de Oro las vistas españolas de Anton van den Wyngaerde*. Madrid: El Viso, 1986, pp. 347-352.

²² Plano de la ciudad de Talavera de la Reina, Instituto Geográfico y Estadístico, 1884. Varias hojas. Centro Nacional de Información Geográfica (CNIG), Centro de Descargas.

anchura, pero presentan soluciones que varían entre el medio punto o el arco muy apuntado, cambiando igualmente la distancia en que se sitúa respecto a los lienzos del muro. El aspecto general del conjunto sin embargo parece expresar la existencia de un proyecto unitario predefinido, con la voluntad de reforzar los viejos muros y, sobre todo, ofrecer una simbólica imagen de fortaleza de los muros.

7. La construcción de una batería de torres albarranas en el castillo de Escalona.

En la ciudad de Escalona (Provincia de Toledo) fue construido en el siglo XIV un impresionante conjunto de torres albarranas, seguramente influido por el ejemplo del conjunto de Talavera. A inicios del siglo XIV el castillo era propiedad de Don Juan Manuel, destacado personaje que con esta operación de refuerzo de las antiguas murallas del castillo deseaba evidenciar su importancia y el valor simbólico de la fortaleza. Se plantea para ello la construcción de hasta siete torres albarranas muy estrechas y alargadas, dispuestas en serie hacia la ciudad, creándose una singular solución arquitectónica llena de fuerza y simbolismo. Don Juan Manuel fue un personaje de destacada personalidad con una importante presencia en los complejos conflictos políticos que tuvieron lugar en el reino de Castilla durante la primera mitad del siglo. Fue un destacado constructor de fortalezas, pero también un literato entusiasta, autor de *El Conde Lucanor* una de las más destacadas obras literarias de su tiempo en la Península Ibérica.

A lo largo de todo el primer cuarto del siglo una serie de prolongados conflictos sucesorios tuvieron lugar en el reino de Castilla, con continuos enfrentamientos entre el rey y la nobleza. Don Juan Manuel desempeñó un importante papel en esos conflictos. En 1284 a la muerte de Alfonso X se plantearía un grave problema de enfrentamiento reivindicando el derecho de sucesión entre dos aspirantes. Aunque el que sería Sancho IV finalmente salió vencedor de la disputa el conflicto duro largo tiempo, con la mayoría de los grandes linajes de Castilla enfrentados apoyando a uno u otro candidato, destacando siempre en la disputa el liderazgo de Don Juan Manuel. Años después, a la muerte de Fernando IV, de nuevo reaparece el conflicto durante la minoría de edad del heredero. Sólo la proclamación definitiva del rey Alfonso XI en 1325 zanjó el periodo de luchas, no sin que el rey se viese obligado cercar la villa y fortaleza de Escalona en 1328, que sin embargo no llegó a conquistar. Sólo la muerte de Don Juan Manuel en 1348 aleja la fortaleza de Escalona del continuo enfrentamiento del periodo²³.

Es en este complejo contexto de continua confrontación con la corona que debe enmarcarse la decisión de fortificar la vieja fortaleza, actualizando su imagen. Las

²³ COOPER, Edward – *La fortificación...*, p. 486.

torres albarranas debieron ser añadidas a los lienzos en el primer cuarto del siglo XIV, siempre antes de 1328.

El castillo presenta hoy un complejo abanico de estructuras de distintos periodos, a veces de difícil interpretación. Algunos tramos de muros del castillo deben datar del siglo XII, pero la mayoría de las estructuras conservadas debieron ser renovadas en el siglo XIV. Una última gran reforma tuvo lugar alrededor de 1423, cuando el castillo deviene propiedad de Don Álvaro de Luna, importante personaje de la corona, quien lleva a cabo profundas reformas en el sector más meridional, reforzando las defensas en esta zona y creando un conjunto palaciego organizado alrededor de un patio central con arcadas.

Enfrente de la fortaleza, separado de esta por un antiguo foso hoy ocupado por la carretera de acceso al pueblo se sitúa el sector central de la villa de Escalona, que conserva significativos restos de su recinto amurallado, construido fundamentalmente en tapial y mampostería, pudiendo datarse en los siglos XII o XIII. El recinto debía unirse al castillo a la altura de la torre albarrana número 5, donde se conserva una sección de muro en tapial de gran grosor, pero el tramo de unión ha desaparecido.

Las siete torres albarranas aparecen dispuestas hacia la ciudad, destacando como volúmenes monumentales. Aunque el conjunto de torres parece haber sido concebido bajo una idea unitaria cada una presenta distintas características formales y constructivas; al menos dos de ellas aparecen adosadas a las antiguas torres de flanqueo del primitivo recinto. (**Figura 4**).

De entre las torres albarranas algunas presentan especial interés. Las torres 1, 2 y 3 han experimentado importantes transformaciones, y hoy se hace difícil identificar sus características originales. La torre 4 es hoy la más completa, siendo la única que conserva un arco apuntado. Presenta tres técnicas constructivas diferentes: una primera sección con muros de ladrillo y tapial e hiladas horizontales de ladrillo, una segunda con uso de hiladas de mampostería y ladrillo alternadas y una tercera con franjas anchas de mampuesto o sillarejo. El modo en que el arco aparece hoy remetido dentro del grosor del muro sugiere que podría haber sido la primera torre en ser edificada, basado en la construcción de un estrecho arco uniendo la torre al muro, al modo que se ha señalado se realizó en la alcazaba de Mérida y en las torres albarranas de Talavera. Posteriormente, en un segundo momento, el arco habría sido regruesado, solución que ya aparecía en Talavera.

La torre 4b aparece hoy oculta, habiendo sido integrada en el pequeño baluarte de ladrillo construido durante las reformas del siglo XV de Don Álvaro de Luna. La torre 5 conserva un interesante vestigio en tapial en su tramo de unión con el muro, que puede interpretarse como el resto de una estructura anterior desaparecida. El lienzo que se extiende entre las torres 5 y 6 presenta su cara exterior en tapial, en lo que parece ser el tramo de lienzo más antiguo conservado de la vieja fortaleza anterior

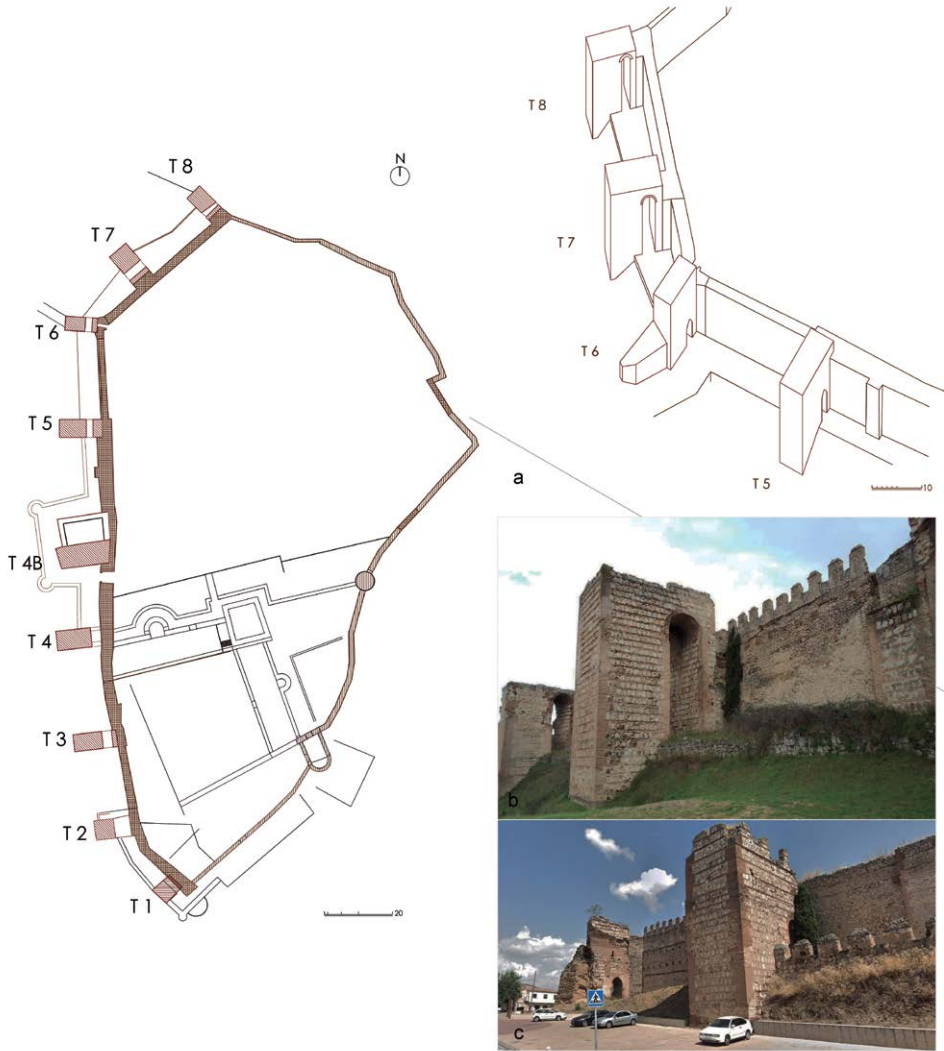


Fig. 4 – Escalona:

A. Recinto del castillo, con la batería de torres albarranas añadidas en el siglo XIV, probablemente inspiradas en las torres de Talavera. El conjunto presenta hoy un complejo abanico de estructuras de diferentes materiales y técnicas constructivas (Dibujo del autor);

B. 1. detalle del tramo noroeste de las murallas Torres 5 a 8; los arcos de unión con los muros presentan diferentes formas y tamaños, producto de su construcción en diferentes momentos o por diferentes equipos de alarifes; 2. Detalle torres albarranas 7 y 8. 3. Detalle torres albarranas 5 y 6. (Dibujos y fotografías del autor).

a la intervención de don Juan Manuel, con dos diferentes tipos de fábrica de ladrillo, viéndose en la parte inferior la vieja estructura de tapial por hiladas horizontales. En el sector entre las torres 7 y 8 se ha conservado relativamente bien el muro de protección exterior de la barbacana que ha desaparecido en otras zonas.

Dada la complejidad de fábricas conservadas en el castillo de Escalona sólo un profundo estudio de arqueología muraria permitiría establecer con claridad el proceso constructivo y la periodización de los distintos tramos conservados y de las torres albarranas (Fig. 5).

A lo largo de los siglos XIV y XV el uso de las torres albarranas se extendió extraordinariamente por los reinos de Castilla y Portugal, con la aparición de distintas soluciones arquitectónicas innovadoras. En el castillo de Montalbán (Toledo) existen dos interesantes torres de planta pentagonal construidas durante el primer cuarto del siglo XIV. En las murallas de Coria y Santelices de Gallegos también aparecen torres albarranas pentagonales.

Otras destacadas torres albarranas fueron construidas por los cristianos en las ciudades de Andalucía, destacando la Torre de la Malmuerta de Córdoba, de 1404, y las grandes albarranas de Tarifa y Baena. En el reino de Portugal varias torres albarranas de planta cuadrada fueron añadidas a las murallas urbanas, destacando los ejemplos de Silves, Paderne y Villa Viçosa²⁴.

Torres albarranas muy similares a las que aquí se han ido presentando aparecen representadas en la célebre pintura de la batalla de La Higuera que existe en la sala de las Batallas del Escorial. La batalla tuvo lugar junto a la ciudad de Granada, en 1431 bajo el reinado de Juan II de Castilla, y fue pintada en un gran lienzo que se conservaba en el Alcázar de Segovia hoy desaparecido. En 1587 en tiempos de Felipe II la vieja pintura fue copiada al fresco en el recién construido Escorial. No sabemos hasta qué punto la pintura del Escorial es una transposición fiel de la pintura del siglo XV, o hasta qué punto el pintor de finales del XVI se permitió la reinterpretación de elementos y el añadido de otros. En todo caso en la pintura aparecen representadas un buen número de torres albarranas formando parte de la fortificación del sector meridional del recinto granadino. Como quiera que no existe ninguna otra confirmación de las existencia de tal tipo de torres en la Granada islámica del siglo XV solo cabe interpretar su aparición como un deseo de magnificar la importancia del recinto y el hecho bélico del siglo XIV, introduciendo la figura de las torres albarranas que en los siglos XV y XVI aún debían ser tomadas como las más representativos elementos de las fortificaciones islámicas del reino de Granada²⁵.

²⁴ COOPER, Edward – *La fortificación...*, pp. 735,991. PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de Arquitectura...*, pp. 174, 252, 261,266.

²⁵ CAMPOS FERNÁNDEZ, Francisco Javier – “Los frescos de la Sala de las Batallas”. In Campos FERNÁNDEZ, Francisco Javier (coord.) – *El Monasterio del Escorial y la pintura: actas del Simposium*. El Escorial: Real Centro Universitario, 2001, pp. 165-210, pp. 195 y 200.

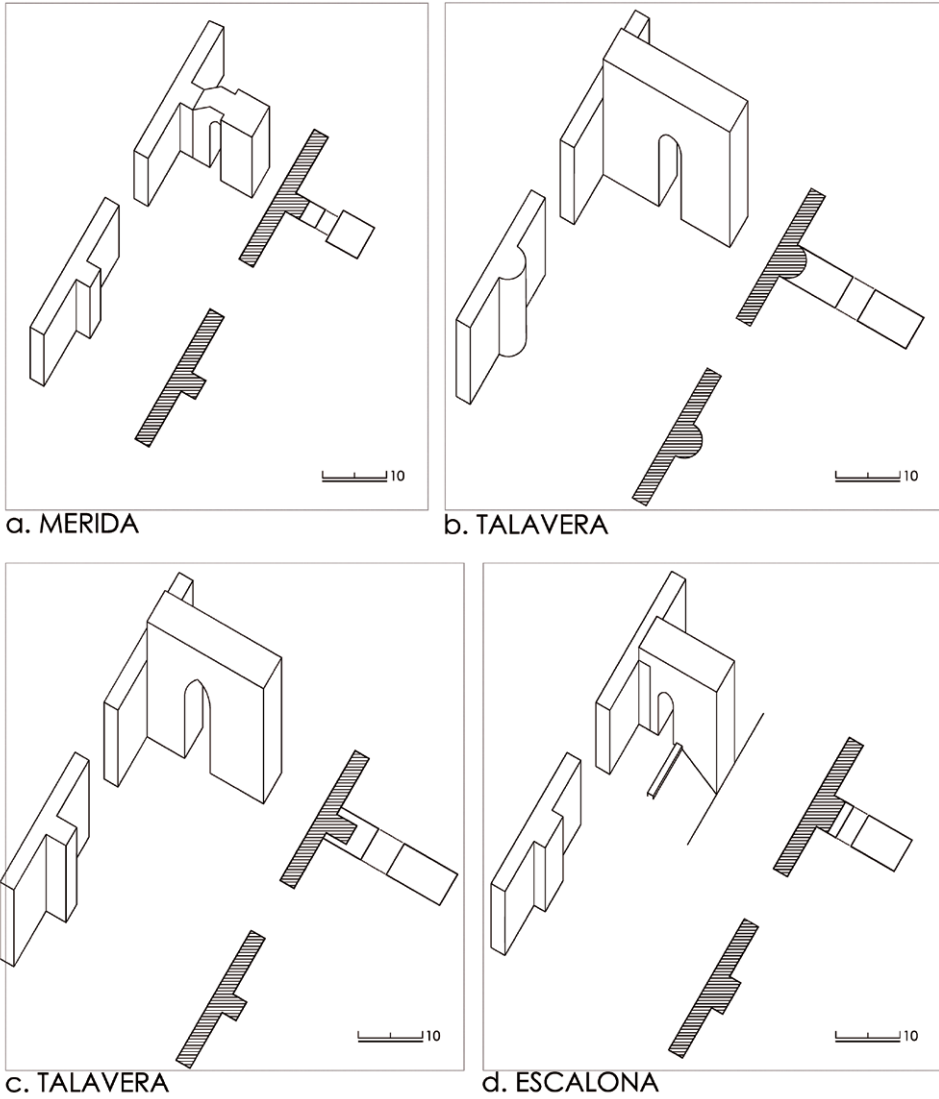


Fig. 5 – Interpretación gráfica de algunos de los ejemplos más destacados de torres albarranas mencionados en el texto, mostrando el modo en que se produce su inserción en el antiguo recinto preexistente. Izquierda, estado preexistente; derecha, estado tras la construcción de la torre albarrana. **a.** Alcazaba de Mérida, torre 2 del frente oriental; **b.** Talavera, torre 49 del tramo occidental; **c.** Talavera, torre 6 en el tramo septentrional; **d.** Castillo de Escalona, torre albarrana número 5 (Dibujos del autor).

8. Simbolismo y funcionalidad de la torre albarrana en el siglo XIV: la Puerta del Sol en Toledo.

Finalmente puede ser interesante una breve mención a la Puerta del Sol de Toledo un verdadero palimpsesto, con vestigios de arquitecturas de diferentes periodos, desde el romano al bajomedieval cristiano, constituyendo un magnífico ejemplo de la superposición de distintas soluciones arquitectónicas tan común en la arquitectura medieval de la Península Ibérica.

La Puerta del Sol fue construida como un nuevo acceso monumental a la ciudad por el Obispo Don Pedro de Tenorio, que ejerció su cargo en la ciudad entre 1375 y 1399. La puerta se apoya en los restos de una torre de flanqueo medieval islámica, a su vez construida sobre los vestigios de una torre semicircular de época imperial romana²⁶.

En la puerta, tal y como fue construida, parecen combinarse el concepto de una torre albarrana con el concepto de arco de acceso monumental, al modo de los arcos de triunfo romanos, suponiendo todo ello un innovativa solución arquitectónica. El arquitecto que proyectó la intervención supo leer la singularidad de la actuación propuesta, convirtiendo el aspecto funcional del nuevo arco mediante la introducción de un nuevo significado simbólico, introduciendo una rica decoración mudéjar y un tratamiento mural del más alto interés.

Como sucedió otras veces en la arquitectura defensiva medieval, la solución funcional que fue originalmente la torre albarrana, nacida de la necesidad de reforzar un punto vulnerable de las murallas urbanas, se convirtió en un símbolo de la importancia y riqueza de la ciudad, monumentalizando su arquitectura y aprovechando la imagen de fortaleza con un nuevo significado, en la cual esta búsqueda de simbolismo prevalece sobre la mera funcionalidad defensiva de la puerta.

9. Conclusión.

Como se ha intentado demostrar a lo largo de este artículo la construcción de torres albarranas en la Península Ibérica entre los siglos XII al XIV constituye un singular episodio de desarrollo de nuevas soluciones arquitectónicas para reforzar o reconstruir tramos amurallados preexistentes, tanto por parte de los reinos musulmanes como, poco después, por los cristianos. A partir de la necesidad de un rápido refuerzo se plantean soluciones ingeniosas de lectura de las posibilidades de los recintos en relación a la ciudad y su entorno. Es por ello que los resultados son tan variados,

²⁶ PERIS SÁNCHEZ, Diego (coord.) – *Arquitecturas de Toledo*. 2 vols. Toledo: Junta de Castilla La Mancha, 1991, pp. 146-155. PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de Arquitectura...*, p. 278. CARROBLES SANTOS, Jesús (coord.) – *Las murallas de Toledo*. Madrid: Fundación Caja Madrid, 2004, p. 228.

produciéndose soluciones originales que no aparecen en otros lugares de Europa. Por otra parte la necesidad práctica de resolver el reforzamiento en un breve plazo conduce a la aparición de distintas técnicas constructivas yuxtapuestas, que aunque casi siempre se basan en las técnicas de los alarifes mudéjares dan como resultado interesantísimos palimpsestos, que en el caso de Escalona casi parecen un muestrario de soluciones compositivas y constructivas a partir del uso de los materiales tradicionales del lugar, el tapial, el ladrillo y la mampostería. Este proceso de reconstrucción y adaptación, que ha dado lugar a arquitecturas de extraordinaria belleza plástica, aún está falto, sin embargo, de estudios monográficos profundos que permitan dejar claramente establecidos los periodos y las iniciativas concretas.

The rebellion of Scanderbeg, the construction of Elbasan Castle and the Christian castle guards of Kastoria

*Nuray Ocakli*¹

Abstract

Georgi Kastrioti (1405-1468) was the son of a tribal chief in the northern Albania. After his father became an Ottoman fief holder, he was sent to the Ottoman palace as hostage in 1414. He was named as Scander and lived in the palace until he was appointed as a Beg (commander) in the pre-Ottoman dominion of his family. According to a document in the Ottoman Archives, Scanderbeg wrote a letter to the Sultan and asked if the center of his father's dominion would be given to him as fief but his request was refused, which was the beginning of the decades of unrest in the Ottoman Albania known as "The Rebellion of Scanderbeg (1443-1468)". This paper examines the Byzantine, Serbian and Ottoman sources to analyze the re-construction story of the ancient Roman military base Scampa as Elbasan Castle in 1466 and repopulation of the fortress, through the example of the Christian castle guards of Kastoria, with the forced immigrant Christian military groups located in the fortified towns and cities of the region in the Byzantine era, which marked the turning point in the transformation of the pre-Ottoman landed cavalry system in the region and a new era in the military history of Macedonia and Albania.

Keywords

Albania; Castle; Elbasan; Forced Migration; Kastoria; Landed cavalry, Macedonia; Mehmed II; Scanderbeg.

¹ Asst. Prof. at Istanbul Sabahattin Zaim University, Department of History, Istanbul, Turkey.

İskender Bey İsyanı, Elbasan Kalesi'nin İnşası ve Kastoria'nın Hıristiyan Kale Eleri.

Abstract

Georgi Kastrioti (1405-1468) Kuzey Arnavutluk bölgesinin önemli aşiret reislerinden birinin oğludur. Babası Osmanlı askeri sistemi içinde tımar tasarruf eden bir sipahi olduktan sonra Georgi 1414 yılında henüz çocukken rehin olarak Osmanlı Sarayı'na gönderildi. Kendisine İskender ismi verildi ve belli bir yaşa gelip Arnavutluk'ta tımar sahibi bir bey olana kadar sarayda yaşadı. İskender Bey'in adı Osmanlı öncesinde ailesinin kontrolünde olan bölgedeki tımarlı sipahilerden biri olarak dönemin tahrir defterlerine kaydedildi. Osmanlı Arşivi'ndeki bir belgeye göre İskender Bey sultana mektup yazarak eskiden ailesinin kontrolünde olan bölgenin kendisine tımar olarak verilmesini istedi ama bu isteği geri çevrildi. Bundan sonra Osmanlı tarihine İskender Bey İsyanı (1443- 1468) olarak geçecek olan bir kriz dönemi başladı. Bu çalışma Bizans, Sırp ve Osmanlı kaynaklarını karşılaştırarak Elbasan Kalesi'nin 1466 yılında inşasını ve kaleye sürgün edilen Hristiyan askerleri gruplarla iskân edilip çekirdek askeri organizasyonunun oluşturulma hikayesini incelemekte, İskender Bey isyanının ve Elbasan kalesinin inşasının bölgedeki Osmanlı öncesi askeri yapının dönüşümünde ve bölgenin askeri tarihinde yeni bir dönemin başlamasında nasıl bir dönüm noktası teşkil ettiğini analiz etmektedir.

Keywords

Arnavutluk; Elbasan; Kale; İskender Bey; Kastoria; Makedonya; II. Mehmed; Müsellem; Sürgün.

Introduction

As a strategic stronghold on Via Egnatia since the Roman times, Elbasan Castle had been the foremost intersection of military and trade roads and meeting point of Eastern and Western civilizations for ages. The location of the Elbasan made it an important castle for the Ottomans in safeguarding the roads during the last years of Scanderbeg's rebellion. This study analyzes the Byzantine, Serbian and Ottoman sources for the details on the repopulation of the Elbasan Castle with the Christian landed cavalry households located in the fortified towns and cities of the region in the Byzantine era. Although there are very limited information concerning the pre-Ottoman structure, privileges, populations and statuses of these Christian landed cavalymen in the medieval sources, the 15th century Ottoman survey books indicate

that they had been granted special tax privileges instead of military fiefs in their home-towns and when they were adopted into the provincial cavalry in the early Ottoman era, their hereditary military status and privileges were renewed. The Ottoman archival sources indicate that these military groups deported to Elbasan Castle in 1466 comprised the Christian forced immigrant community of the city and the important part of the core military organization in the castle. Among these, the Kastorian landed cavalymen guarding the castle of Kastoria since the Byzantine era are the only group in the community of Christian forced immigrants in Elbasan whose pre-Ottoman organization, origin, status and privileges in their hometown were recorded in the 15th century Ottoman survey books in detail. Examination of these archival sources is likely to constitute a substantial contribution to the literature on the pre-Ottoman military heritage in the region during the early Ottoman era, and the effects of the Scanderbeg's rebellion on the transition of the pre-Ottoman military structure in Macedonia and Albania after the construction of Elbasan Castle in the summer of 1466.

1. The Ottoman Conquests in Albania and the Uprising of Scanderbeg.

Although the archival sources indicate that the Ottoman conquests in Albania began in the last decade of the 14th century, the military history of the Anatolian nomadic Turcoman tribes in the region is much older than the Ottoman raids. The Anatolian Turcomans first came to Albania during the Byzantine civil war, when the northern Albanian tribes raided to the Byzantine strongholds in Western Macedonia in the reign of Andronicos III (r. 1328-1341)². The emperor made an alliance with Aydinoglu Umur Beg, the ruler of the maritime Turkoman principality of Aydinogullari in Western Anatolia, and the Turkoman forces joined the Byzantine army in 1337. The uprising was taken under control and the rebellious tribes were forced to retreat to their dominions in the northern Albania. The record of a tax exemption given to the native Christians of Kruje Castle (*Akçahisar*) in the Ottoman fief survey of Albania indicates that the first Ottoman expeditions in the region took place in the reign of Sultan Bayezid I (r. 1389-1402)³. The western part of Via Egnatia stretching through central Albania was the main artery of the trade roads as well as the military attacks from the West and it is reasonably clear that to establish permanent rule over Albania was a very important task for the Ottoman central authority to be

² INALCIK, Halil – “Arnawutluk”. *Encyclopaedia of Islam*. 2nd ed., v.1. Leiden: Brill, 1986. pp. 653.

³ INALCIK, Halil – “Arnawutluk”..., pp. 654; INALCIK, Halil – *Hicri 1835 Tarihli Suret-I Defter-I Sancak-I Arvanid (The Ottoman Record Book of Albania, dated 1431-1432)* 2nd ed. Ankara: Turkish Historical Society (TTK), 1987, p. 103; INALCIK, Halil – “1431 tarihli Timar Defterine Göre Fatih Devrinden Önce Timar Sistemi”. In *IV. Türk Tarih Kongresi Bildirileri Ankara 10-14 Kasım 1948*. Ankara: Türk Tarih Kurumu Basımevi, 1948, p. 134.

able to repair the damage of the turmoil after the Ottomans' defeat in Ankara Battle in 1402 and the Timurid invasion of Anatolia. However maintaining the control over the region required fortified cities and towns along the main artery of the road, which had already been the main defense policy of the Byzantine Empire in Macedonia since the thirteenth century⁴. It is experienced once more during the rebellion of Scanderbeg that the pre-Ottoman fortification system in the region was so important that the Ottomans were able to suppress the rebellion and complete the conquest of Albania just after the re-construction of Elbasan Castle in 1466⁵.

The conquest of Janina (Yannia, Yanina) in 1430 marked the beginning of a new era in the history of the Ottoman Albania. The Ottomans conducted a cadastral survey in the region in the spring 1431, which would be the earliest detailed archival source of information on the medieval structure and tribal dominions in the pre-Ottoman Albania⁶. The register indicates that the new system established after the survey tightened the administrative control of the Ottoman central authority in the region and the Albanian feudal families such as Aranities, Zenebissies and Kastrioties lost a considerable part of their hereditary dominions, which would be the beginning of a long period of unrest and rebellions in the region during the subsequent decades⁷. One of the tribal dominions recorded in the register of Albania is the province of Yuvan (*Yuvan-ili*), the dominion of Ivan (*Yuvan*) Kastrioti who was the father of the famous Scanderbeg⁸. The house of Kastrioti was one of the most influential feudal families in the northern Albania in the first half of the 15th century. The contemporary sources Tursun Beg, Idris, and Marinus Barletius provide consistent information on the year when Giorgi Kastrioti came to the Ottoman palace in Edirne when he was a child⁹. After his father became an Ottoman fief holder, Giorgi Kastrioti (1405-68) was sent to the Ottoman palace as hostage in 1414, when he was nine years old. He was named as Scander and lived in the Ottoman palace in Edirne until Sultan Murad II granted him a fief in the center of his family's dominion¹⁰. A fief record, updated in

⁴ INALCIK, Halil – "Ottoman Methods of Conquest". *Studia Islamica* 2 (1954), pp. 103-129; HALAÇOĞLU, Yusuf – "Bulgaristan, Osmanlı Dönemi". *Turkish Religious Foundation Encyclopedia of Islam* (DİA). v. 6. Istanbul: Türkiye Diyanet Vakfı. 1992. pp. 396-399; HALAÇOĞLU, Yusuf – "Ankara Savası". DİA. v. 3. Istanbul: Türkiye Diyanet Vakfı. 1991. pp. 210-211; BASAR, Fahammedin – "Fetret Devri". DİA. v. 12 Istanbul: Türkiye Diyanet Vakfı, 1995, pp. 480-482."

⁵ BABINGER, Franz – *Die Geschichtsschreiber der Osmanen und ihre Werke*. Leipzig: Otto Harrassowitz, 1927, pp. 1-35.

⁶ INALCIK, Halil – *Hicri 1835 Tarihli...*

⁷ BOA (Presidencet Turkish National Archives, Istanbul), TT.d. 1 Fief Register of Albania (1431-1432), Fol. 1-295.

⁸ INALCIK, Halil – "İskender Beg". *Encyclopedia of Islam*. 2nd ed., v. 4. Leiden: Brill, 1986, pp. 138.

⁹ INALCIK, Halil – "İskender Beg"... , p. 139; ASHCOM Benjamin B. – "Notes on the Development of the Scandarbeg Theme". *Comparative Literature* 5/1 (1953), p. 16; BARLETIUS, Marinus – *Historia de vita et gestis Scandarbegi epirotarum principis*. Rome: Bernardino de' Vitali, 1508-10; PULAHA, Selami – *Turke ne Shekullin e XV, Burime Osmane*. Ed., L. Shqiptaro. Tirana: Tirana University Press, 1968.

¹⁰ BOA, TS.MA.e 759-87, The Letter of the Ottoman governor of Albania about the demands of Skandar Beg to the Ottoman court, undated.

1438 in the fief register of Albania indicates that Scander became the Beg (the security officer) of Kruja (Akcahisar) Castle and he granted the tax revenue of a village to a fief holder¹¹. When the center of his family's dominion became a large fief (*zeamet*) in the same period, Scanderbeg asked to Sultan Murad II if the large fief in the dominion of his family would be granted to him. The Ottoman governor of Ohri (Ahrida) strongly objected to the request of Scanderbeg due to his security concerns in the region if the large fief in the center of a chief feudal family's dominion was given to the son of the family¹². Considering this concern, Sultan Murad II refused the request of Scanderbeg, which was the beginning of the decades of unrest in the Ottoman Albania known as "The Rebellion of Scanderbeg (1443-1468)" and the reason why the famous stronghold of the region, Elbasan Castle, was constructed in 1466.

The outbreak of the Ottoman-Venetian war and Scanderbeg's alliance with Venetians marked the final stage of the unrest in the northern Albania¹³. The contemporary Ottoman chronicler Tursun Beg states that Sultan Mehmed II had already been intending to march on Albania for some time but after Scanderbeg's alliance with Venetians and allowing them to locate their garrisons in his military base, Kruje Castle (Akcahisar), the sultan marched on Albania in spring 1466¹⁴. Sultan Mehmed II sent a declaration of conquest (*fetihname*) to his son Prince Bayezid and announced the conquest of six castles and the construction of a new stronghold, Elbasan Castle, to ensure his hold over the land¹⁵. The sultan did not return to Constantinople but wintered in Filibe (today Plovdiv in Bulgaria), which indicates that the sultan intended to organize the second campaign on Albania. The contemporary Ottoman chronicler Tursun Beg who was on the campaign mentions that the sultan marched again on Albania in June 1467 and Scanderbeg took refuge in the Venetian castle Alessio (Lezhë Castle, Lezhë, Albania) where he died on 17th January 1468, which was end of the Scanderbeg's rebellion and the long period of unrest in Albania¹⁶.

2. Construction Story and the Architectural Plan of the Castle.

The castle of Elbasan was built on the ruins of a Roman military base, the ancient city Scampa, located on the intersection of the roads linking the northern and central

¹¹ INALCIK, Halil – "İskender Beg"..., pp. 139; INALCIK, Halil – *Hicri 1835 Tarihli...*, pp. 113.

¹² BOA, TS.MA.e 759 – 87.

¹³ RADONIĆ, Jovan – *Durad Kastriot Skenderbeg i Arbanija u XV veku: istoriksa grada*. Beograd: Srpska Kraljevska Akademija, 1942, n° 248; INALCIK, Halil – "İskender Beg"..., p. 140.

¹⁴ PULAHA, Selami – *Turke ne Shekullin...*; INALCIK, Halil – "İskender Beg"..., p. 140.

¹⁵ N. LUGAL Necati; ERZİ, Adnan – *Fatih Devrine Ait Münşeat Mecmuasi (A collection of letters dated to the reign of Mehmed II)*, Istanbul: Istanbul Fetih Derneği Yayınları, 1956, pp. 63-4; INALCIK, Halil – "İskender Beg"..., p. 140.

¹⁶ INALCIK, Halil – "İskender Beg"..., p. 139.

Albania to the main artery of Via Egnatia¹⁷. For this reason, the castle was the most strategic stronghold during the rebellion of Scanderbeg whose center of resistance was Kruja Castle, the center of his family's dominion, in northern Albania. The Byzantine chronicler Kritovoulos' account in the Topkapı Palace Archives is the principal source of information on the sultan's plan for building a castle and the preparations made before the campaign such as employing masons and carpenters, supplying a big amount of iron, cooper and tools for construction¹⁸. The ruins of the ancient city Scampa was the perfect location to build a strategic military base for the future operations of Sultan Mehmed II in Albania and the new castle was built on the foundations of the ancient city and the construction work was completed with a great speed in the summer of 1466¹⁹.

According to the 17th century Ottoman traveler Evliya Çelebi's account, the castle was a rectangular stronghold with fifty bastions and the moat surrounding the castle deeper than two men's height. The castle had three iron gates on the East, on the West and on the South sides. There was a clock tower, the imperial mosque, and more than 450 houses inside the city walls²⁰. **Fig. 1** shows the only plan of the castle in the Ottoman Archives, most probably drawn after an earthquake, depicting the ruined city walls on the northern side²¹.

The Ottoman archival sources indicate that after the construction of Elbasan Castle in 1466, the provincial units of Elbasan, Avlonya (Vlore), and Iskenderiye (Scutari) were established and formation of the administrative and military system in the Ottoman Albania was completed²². Elbasan Castle became an important military base and the center of a new provincial administrative unit, Sandjak of Elbasan, in 1467. Since then, the castle and the city of Elbasan became an important cultural, economic, administrative, and military center of Albania during the Ottoman era. The archival documents indicate that the city-walls of the famous stronghold built in 1466 were completely demolished in 1832 and the state-owned lands and some pieces of arable lands in the area of the walls were auctioned and sold to a local notable, Seyfeddin Beg²³.

¹⁷ BABINGER, Franz – "Die Grundung von Elbasan". In SACHAU, Eduard (ed.) – *Mitteilungen des Seminars für Orientalische Sprachen zu Berlin*, v. 34. Berlin: De Gruyter, 1931, pp. 94-103; MÉNAGE, Victor Louis – "Elbasan". *Encyclopedia of Islam*, 2nd ed., v. 2. Leiden: Brill, 1986, p. 693; LOLOS, Yannis – "Via Egnatia after Egnatius: Imperial Policy and Inter-regional Contacts". *Mediterranean Historical Review* 2/22 (2007), pp. 274-275.

¹⁸ KRITOVoulos, Michael – *History of Mehmed the Conquerer*, trans. Charles T. Riggs. New Jersey; Princeton: Princeton University Press, 1954, p. 211; KRITOVoulos, Michael – *Kritovulos Tarihi*, transl. A. Çokana. Istanbul: Ege Basım, 2013, p. 619; Istanbul, Topkapı Palace Manuscript Library, G.İ.3. Fol. 154b.

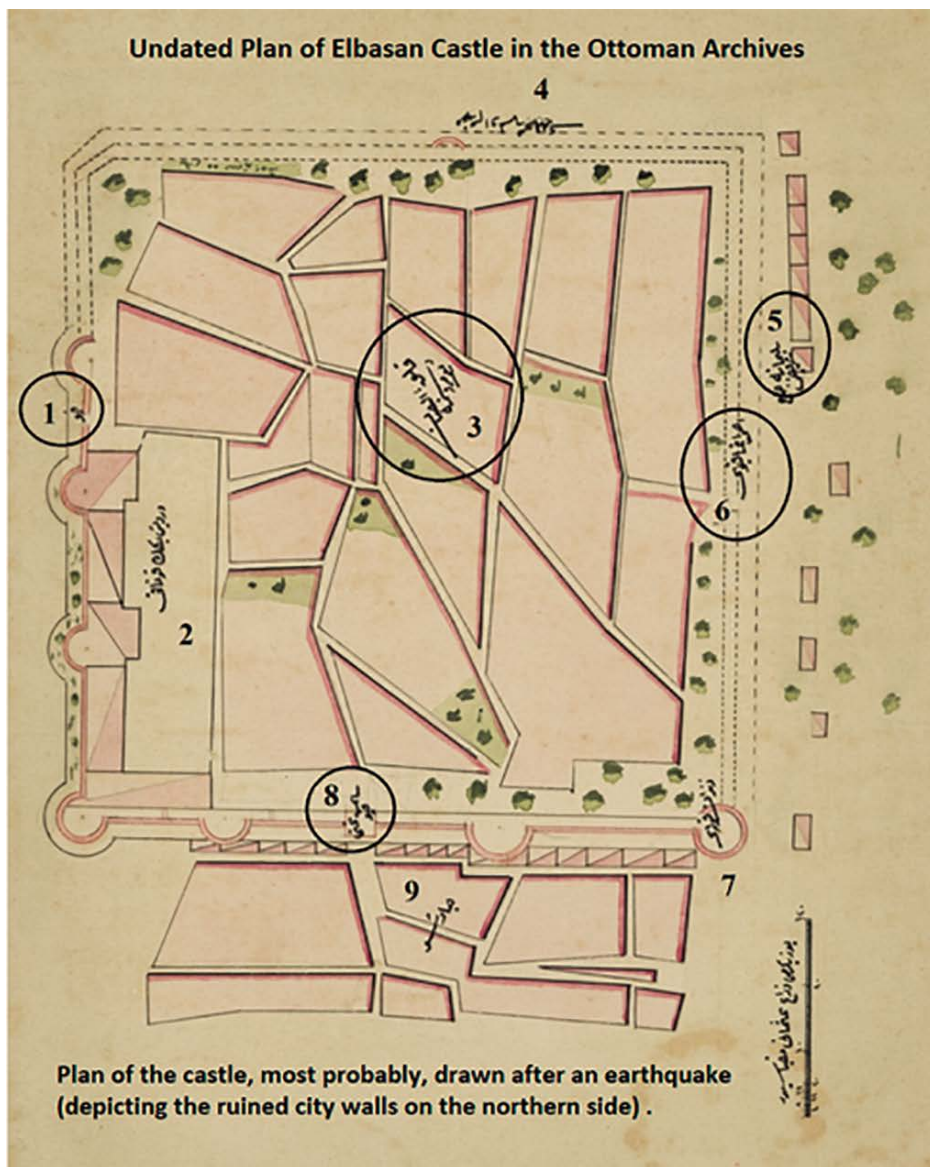
¹⁹ İNALCIK, Halil – "İskender Beg"..., p. 140; KRITOVoulos, Michael – *History of Mehmed ...*, pp. 214; MÉNAGE, Victor Louis – "Elbasan"..., p. 693; KRITOVoulos, Michael – *Kritovulos Tarihi...*, p. 629; Topkapı Palace Manuscript Library, G.İ.3. Fol. 157a.

²⁰ EVLIYA, Çelebi – *Seyahatnâme VIII*. Istanbul: Devlet Matbaası, 1928-38, pp. 716-730.

²¹ BOA, PLK.p. 00837, Plan of the Elbasan (Ilbasan) Castle, undated.

²² İNALCIK, Halil – "Arnawutluk"..., p. 656.

²³ BOA, HAT 432 21953 (24th of February 1832); BOA, C.AS. 404 16704 (27th of March 1832).



- | | | |
|---------------------------|-----------------------|---------------------|
| 1. Gate | 4. Ruined City Walls | 7. Prison Tower |
| 2. Mansion of Dervish Beg | 5. Suleymaniye Mosque | 8. Clock Tower Gate |
| 3. Inner Castle | 6. Ahmet Aga Gate | 9. Bazaar |

Fig. 1 – Undated architectural plan of the Elbasan castle.

3. Re-population of the castle.

Elbasan Castle became an important concentration of population, center of commerce, and craft manufacturing in Albania for centuries in the Ottoman era. It is very significant since contained in the contemporary Byzantine and Serbian chronicles are important details concerning the Sultan Mehmed II's repopulation policies in the new castle. The old Serbian *Annales* give detailed information regarding the forced migration of the Christians from Ohrid (Ahrida) and Skopje (the capital city of medieval Serbia) to the new castle, Konjuch (the Slavic name of Elbasan), and the exact date of the sultan's order for the forced migration of the Christian groups is mentioned in the annals as the day of Sts. Cyprianus and Justina, September 26th 1466²⁴. Also the Byzantine chronicler Kritovoulos reports that in addition to the four hundred soldiers who were the best fighters of the Ottoman army left in the fortress permanently, the sultan repopulated the new castle with the forced immigrant communities collected from the countryside and surrounding urban settlements of the region²⁵. **Appendix I** shows the related part of the Kritovoulos' account in the Topkapı Palace Archives, which is the principal contemporary source of information in harmony with the early 16th century Ottoman fief survey of Elbasan recording the names of these towns and cities of the region as the names of the residential quarters inside the castle. Considering that other than soldiers and government officers, there were not any Muslim households settled in the major cities and towns in Albania such as Argirikasri, Kanina, Premedi and Klisoura in the 15th and 16th centuries, it is reasonably clear that the sultan would repopulate the castle with the native Christians of the region²⁶. Taken into consideration that purpose of the reconstruction of the castle was to take the Scanderbeg's rebellion under control, the first inhabitants of Elbasan are expected to be soldiers but there is not any information in the contemporary sources about the status of these Christian forced immigrant groups neither in their hometowns nor in Elbasan. This information would be recorded in the 1530 military survey of the Ottoman Balkans in detail and the ledger sheds an important light on the history of the Christian forced immigrant community and the core military structure in the castle.

3.1 The Forced Immigrant Community of Elbasan Castle.

A very sophisticated system of record-keeping in the reign of Sultan Suleyman I (1521-1566) was developed for the systematic management of land resources and tax

²⁴ RUVARAC, Ilarion – "Der Stadt Konjuch in den Serbischen Annalen". *Archiv Für Slavische Philologie* 17 (1895), p. 568; KIEL, Machiel – "İlbasan". *DİA*. v. 22 Istanbul: Türkiye Diyanet Vakfı, 2000. pp. 79.

²⁵ KRITOVOULOS, Michael – *History of Mehmed...*, p. 215; KRITOVOULOS – *Kritovulos Tarihi...*, p. 629; Topkapı Palace Manuscript Library, G.İ.3. Fol. 157a.

²⁶ INALCIK, Halil – "Arnawutluk"... , p. 656.

revenues. Periodic survey registers were carried out in the provinces of the empire during the 16th century and the series of imperial cadastral survey books (*Daftar-i khakani*) were created in this period²⁷. One of these survey books is the 1530 fief survey of the Ottoman Balkans registered the Muslim and Orthodox Christian population inside and outside the city walls of Elbasan²⁸. In the survey book, we find quarters of the Christian inhabitants listed inside the city walls meanwhile, no quarter is specified by name for the Muslim community²⁹. **Table 1** depicts the population profile of the inhabitants in the core settlement area of Elbasan, where the Orthodox Christians as the largest demographic grouping comprise at more than 80% of the total population inside the city walls.

Table 1 – Population of Elbasan Castle (1530).

Communities	Household	Unmarried	Widow Household	Total
The community of Christian voluntary immigrants	97	14	NA	111
The community of Christian forced immigrants	62	15	5	82
The community of Christian blacksmiths	4	NA	NA	4
Muslim community	45	NA	NA	45
Total	208	29	5	242

Table 1 shows that the Christian community of Elbasan Castle is divided into three groups: 1: the voluntary immigrants; 2: the community of blacksmiths; 3. the community of forced immigrants (*sürgünân*). The fief register provides information concerning the Christian voluntary immigrants registered in the four residential quarters inside the city walls. Although there was no information recorded in the survey if the Christian blacksmiths came to the castle by their own will, it is highly likely that the craft community consisting of four households settled in the fortress voluntarily as well because blacksmiths' services were already in great demand in

²⁷ VEINSTEIN, Gilles – "Süleyman". *Encyclopedia of Islam*. 2nd ed., v. 9. Leiden: Brill, 1997, p. 837.

²⁸ BOA, TTD.d. 367, Fief Register of the Ottoman Balkans (1530).

²⁹ BOA, TTD.d. 367, Fol. 432.

medieval castles for producing various types of weapons of warfare, repairing and manufacturing agricultural tools like ploughs, hoes, shovels, and axes. The 1530 survey is the earliest register in the Ottoman Archives that contains a very detailed information record regarding the military status and privileges of the Christian forced immigrant community. **Appendix 2** shows the register of the forced immigrants in the 1530 survey book and its translation to English. The record, titled as “The Community of the Christian Forced Immigrants in the City of Elbasan”, indicates that the members of the community were landed cavalry, *musellem*, soldiers which is a military term referring to tax-exempt and land-holding provincial cavalymen who were differentiated from the fief-holding Ottoman provincial cavalry, which is the reason why they were registered in the Ottoman survey books as *musellem*, “exempt”³⁰. The origin of the landed cavalymen, *musellem*, in the Ottoman provincial army goes back to the 14th century, in the reign of Orkhan Ghazi (r. 1324-1362) and the sources indicate that *musellem* soldiers had been an important part of the warrior class during the early Ottoman era³¹.

It is the fact that numbers of the fief holder cavalymen in the Ottoman provincial army were still not sufficient to perform effective offensive and defensive military functions in Macedonia and Albania until the mid-15th century and the tax-exempt and land-holding Christian soldiers provided essential complements to the fief holding Ottoman provincial cavalry who were granted a set amount of tax revenue by the sultan as salary in return for their military service in the campaign seasons³². Since the mid-15th century, *musellem* groups were transformed into the auxiliary forces in discharging duties such as carrying provisions, dragging cannons, building bridges and digging trenches and finally, these groups lost their hereditary military statuses and became peasant subjects on the fief lands in the 17th century³³.

The information record in the 1530 register of Elbasan, in Appendix 2, indicates that the members of the forced immigrant community were Christian *musellem* soldiers deported from the eight fortified cities and towns in the Ottoman Balkans (Narda, Kastoria, Ohri, Janina, Skopje, Sofia, Vlore and Serres) and names of their home-towns were given to their residential quarters inside the city-walls. The information record in the 1530 fief survey shows that recently, the Christian forced immigrant community of Elbasan was ordered by the sultan to pay poll-tax, regular and agrarian taxes but still, they were exempted from the extraordinary taxes as it had been before. This is the earliest record of the Christian forced immigrant community

³⁰ GÖÇEK, Fatma Müge – “Müsellem”. *Encyclopaedia of Islam*. 2nd ed., v. 7. Leiden: Brill, 1993. pp. 665. GÖÇEK, Fatma Müge – “Müsellem”..., p. 665.

³¹ GÖÇEK, Fatma Müge – “Müsellem”..., p. 665.

³² INALCIK, Halil – “Timar”. *Encyclopaedia of Islam*. 2nd ed., v. 10. Leiden: Brill, 2000, pp. 502-509; MURPHEY, Rhoads – “Woy nuk”. *Encyclopaedia of Islam*. 2nd ed., v. 11. Leiden: Brill, 2002, p. 214.

³³ GÖÇEK, Fatma Müge – “Müsellem”..., p. 665.

in Elbasan found in the Ottoman Archives and the first information on the core military structure and the status of the Christian forced immigrant inhabitants in the castle.

3.2 The story of a forced migration in the Register Book of the Imperial Court.

Ottoman subjects had the right to complain against violations of their rights and both individuals and collective bodies wrote letters and petitions to the imperial court concerning their complaints³⁴. There are many register books of the imperial court (*Divan-i Humayun Muhimme Defterleri*) in the Topkapı Palace Archives in which the summaries of petitions and responses to complaints were recorded. An imperial order sent to the clerk of Elbasan in 1582 contains important details regarding the history of the Christian forced immigrant community in Elbasan, the military transformations, and structural changes in Albania and Macedonia in the second half of the 15th century. The imperial order dating 3rd of November 1582 is the only document, so far, in the Ottoman Archives that provides information concerning the forced migration story of the Christian landed cavalry soldiers to Elbasan Castle in the second reign of Sultan Mehmed II (1451-1481)³⁵.

Figure 2 shows the copy of the order recorded in the register book of the imperial court and its translation to English. The order was sent to inform the clerk of Elbasan, Ali, about the three issues: 1. The attempt of Kasim Beg, the commander of Elbasan Castle, to abolish the tax privileges of the native Christians in the castle, 2. The renewed imperial order in the hand of the Christian community as the proof of their privileges and tax exemptions granted by the sultan in return for their auxiliary services, 3. The final decision of the Imperial Head Office of Finance concerning the case. Kasim Beg defines the members of the community as “*the (native) Christians of the castle who were deported from the cities and towns of the region in the reign of Sultan Mehmed II*”, which is the statement in harmony with the information in the contemporary Byzantine and Serbian sources regarding the religious affiliation of the population inside the city walls and the date of the deportation, after the order of the sultan in September 1466. Furthermore, the granted tax privileges exempting the Christian forced immigrant community from regular, agrarian and extraordinary taxes are the evidences proving their hereditary land-holding and tax-exempt military status in the strategic fortified towns and cities in Macedonia and Albania in the early Ottoman era, indeed, which is exactly the reason that made these Christian *musellem*

³⁴ DEMİRCİ, Süleyman – “Complaints about Avâriz Assessment and Payment in the Avâriz-Tax System: An Aspect of the Relationship between Centre and Periphery. A Case Study of Kayseri, 1618-1700”. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 46/4 (2003), pp. 437-474.

³⁵ BOA, A. {DVNSMHM.d. 48 465, Fol. 87 (1582).

soldiers the essential complement to the fief holding provincial cavalrymen, while the Sultan Mehmed II designing his policy to re-populate Elbasan Castle.

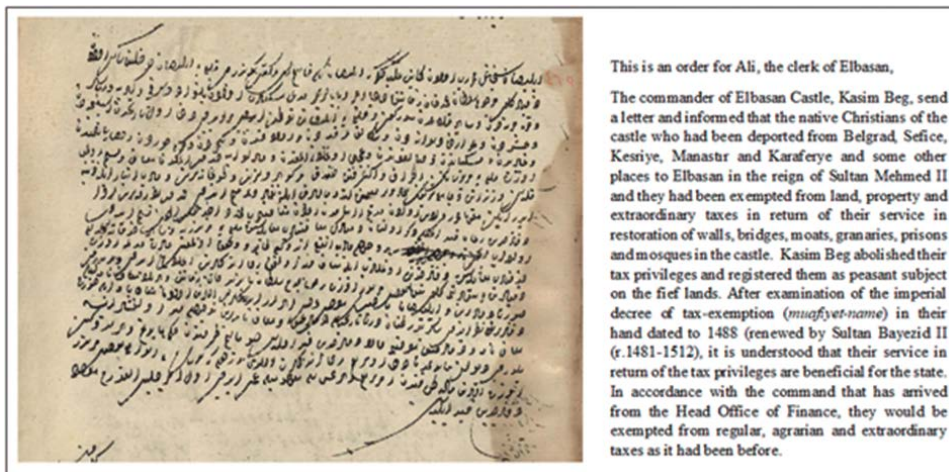


Fig. 2 – The order in the Register Book of the Imperial Court (1582).

4. The Christian castle guards of Kastoria.

In the 13th century, Ohri (Ahrida), Kastoria, Servia and Veria were the most important Byzantine strongholds and urban centers in Macedonia guarded by the landed provincial cavalrymen, while the smaller fortified settlements in the region were Vodena, Grevena and Staridola³⁶. Although there are not any information in the Byzantine sources concerning their population, number of the guards in the castles mainly depended on their possessions and cultivation of their land properties, which were fields and estates outside the castle and houses, courtyards and gardens inside the city walls³⁷. Among these important Byzantine strongholds, the castle of Kastoria is an outstanding example for the pre-Ottoman military organization of the landed cavalrymen who had guarded the castle of Kastoria until they were deported to Elbasan in 1466. The first Ottoman survey of Kastoria carried out in the first reign of Sultan Murad II (1421-1444) provides detailed information concerning the Christian castle guards of Kastoria. This source sheds an important light on both the pre-Ottoman military structure in the fortified settlements of Macedonia and the reason

³⁶ NERANTZI-VARMAZI, Vassiliki – “Western Macedonia in the twelfth and thirteenth centuries”. In BURKE, John and SCOTT, Roger (ed.) – *Byzantine Macedonia*. Leiden: Brill, 2000, p. 196; KRAVARI, Vassiliki – *Villes et villages de Macédoine occidentale*. Paris: P. Lethielleux, 1989, pp. 63-7, 68-70, 335-6, 357-61.

³⁷ NERANTZI-VARMAZI – “Westem Macedonia...”, p. 196.

why these Christian military groups were chosen to be settled in Elbasan Castle in 1466³⁸. It is somewhat surprising since contained in the first Ottoman survey book of Kastoria are important details regarding the personal names, hereditary military status, and tax exemptions of the only group of *musellem* soldiers in the province. **Figure 3** shows the original record of the twelve Christian castle guards recorded by name in the survey book and its translation to English.

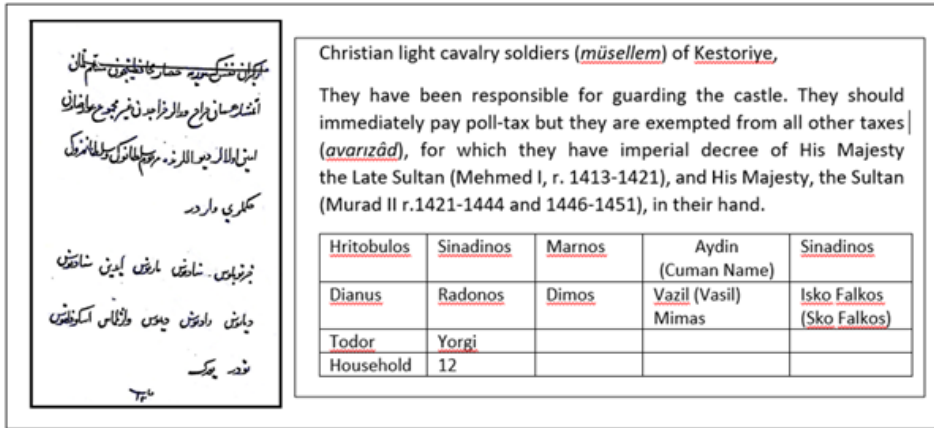


Fig. 3 – The first archival record of the Christian castle guards of Kastoria.

The record of the twelve Christian *musellem* soldiers guarding the city walls of Kastoria indicates that the Ottomans adopted the pre-Ottoman organization and hereditary privileges of the Christian landed cavalymen into their military system as the *musellem* soldiers of the region. It is interesting to find the number of these Christian soldiers recorded in the survey books as 12, not only in Kastoria, but also in Albania in the same period³⁹. Although there is not any explanation or information in the register concerning the purpose of this practice, a record in the 1431 survey of Albania indicates that restricting the number of Christian landed cavalymen in provinces had been a state policy since the first reign of Sultan Murad II or older⁴⁰. There is the register of 16 Christian *musellem* households in Berat province in the survey of Albania and the information record refers to the order of the Sultan Murad II to be fixed the number of Christian warriors to 12 households whose hereditary tax privileges would be recorded in the survey book as it had been before. On the

³⁸ BOA, The Collection of Financial Registers MAD.d. 237, Köprülü, Kestorya ve Kolonya vilayetleri mufassal defteri, Fol. 184.

³⁹ INALCIK, Halil – *Hicri 1835 Tarihi...*, p. 74; BOA, MAD. d. 250 The fief Register of Kastoria and Kolona (1454-1455), Fol. 43.

⁴⁰ INALCIK, Halil – *Hicri 1835 Tarihi...*, p. 74

other hand, the four households excluded from the privileged military community became the peasant subjects on the fief lands and they were ordered to pay all regular, agrarian and extraordinary taxes to the local military governor of the region (*subashi*). Although the *musellem* groups registered in the survey of Kastoria and Albania in the first half of the 15th century are the only land holding and tax-exempt form of provincial cavalry in these regions, the main reference works on *musellem* units categorize *musellem* soldiers as the organization of nomadic Turcomans, gypsies or Muslim and Christian peasant soldiers⁴¹. However, the case of the Christian forced immigrant *musellem* groups in Elbasan Castle, through the examples of Kastorian castle guards and Christian *musellem* soldiers in Berat, indicates the pre-Ottoman military origin of these Christian landed cavalry groups in the region and their role in the formation of the first Ottoman *musellem* organizations in Macedonia and Albania in the early Ottoman era.

4.1 The multi-ethnic military structure of the Christian *Musellem* soldiers in Kastoria.

The first survey book of Kastoria is an important late medieval primary source for the multi-ethnic military structure of the Christian *musellem* soldiers in Macedonia⁴². Anna Comnena (1083-1153) describes the Cuman/Kipchak invaders (pastoral nomadic tribes of the Eurasian steppes) and their raids plundering cities and towns on the Danube frontier in the 12th century.⁴³ In the 13th century, Byzantine sources state the policy of the Nikaian emperors to be settled the Cuman tribes in the Western Macedonia, Danube and Asia Minor as a successful imperial policy to restore the security on the frontiers⁴⁴. In the 12th and 13th centuries, the nomadic Cuman/Kipchak warriors were employed in the Byzantine army as mercenaries and mounted archers in the campaigns and battles, one of which was the battle in Kastoria or in Pelagonia between Michael Palaiologos' Nikaian army and the forces of the anti-Nikaian coalition of Latins and Epirots⁴⁵. Both Greek and French versions of the Chronicle of Morea

⁴¹ See EMECAN, Feridun – “Yaya ve Müsellem”. DİA. Vol.43 İstanbul: Türkiye Diyanet Vakfı, 2013, pp. 354- 56; GÖÇEK, Fatma Müge – “Müsellem...”, p.665.

⁴² BOA, MAD.d. 00237, 1444-1445.

⁴³ SCHOPEN, Ludwig; REIFFERSCHIED, Augustus – *Annae Comnenae Alexiadis libri XV*, II. Bonn: Weber, 1878, p. 302; PRĪTSAK, Omeljan – “Cumans”. In *Oxford Dictionary of Byzantium*, v. 3. New York: Oxford, 1991. pp. 563-4.

⁴⁴ CHARANIS, Peter – “The Transfer of Population as a Policy in the Byzantine Empire”. *Comparative Studies in Society and History* 3/2 (1961), p. 149; OSTROGORSKI, Georgije – *History of the Byzantine State*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1969, p. 442; CHARANIS, Peter – “On the Social Structure and Economic Organization of the Byzantine Empire in the Thirteenth Century and Later”. *Byzantinoslavica* 12 (1951), p. 133; BARTUSIS, Mark – “On the Problem of Smallholding Soldiers in Late Byzantium.” *Dumbarton Oaks Papers* 44 (1990); GEANAKOPOLOS, Deno John – “Greco-Latin relations on the eve of the Byzantine restoration: the Battle of Pelagonia, 1259”. *Dumbarton Oaks Papers* 7 (1953), p. 12.

⁴⁵ VASARY, Istvan – *Cumans and Tatars...*, pp. 55-56, 114; VASARY, Istvan – “Cuman Warriors in the

mention that the Nikaian army marched to Kastoria in 1259 consisted of 2000 Cuman cavalymen⁴⁶. It is surprising to find Cuman/Kipchak personal names recorded in the register of the Christian castle guards of Kastoria, in the Christian quarters of the Kastoria city center and in the villages of the province. One of these Cuman/Kipchak personal names is Aydin (نڤديڤي, Aydın, Enlightened) recorded in the ledger as the name of a Christian guard in the castle. The other Cuman/Kipchak names registered in the Christian quarters of the city center and villages of the province are Cuman, Cumana, Dushman (enemy), Togan (falcon), and Karadja (deer), which indicate the Cuman/Kipchak components of the multi-ethnic demographic structure in the urban center and the rural settlements of Kastoria in the early Ottoman era⁴⁷. Indeed, these are important indications contained in the survey book make this source a rare and precious repository of the pre-Ottoman military heritage and the multi-ethnic structure of the Christian landed-cavalry groups in Macedonia.

There are many examples of the Cuman/Kipchak personal names recorded in the Ottoman military surveys of Christian soldiers (*voynuks*) guarding the Lower Danube frontier as well as in the cadastral surveys of the villages in the Danube region. It is highly likely that there had been a similar structure and pre-Ottoman military organization of landed cavalry groups on the Byzantine frontiers both in Macedonia and in the Lower Danube region, which were adopted into the Ottoman provincial military system after the conquest in the late 14th century⁴⁸. Also, the place names recorded in the 15th century Ottoman survey books of Macedonia highlight the Cuman/Kipchak onomastic heritage in the region. Name of a village, Cumanicha (Kumanıçe), recorded in the register of Kastoria is a likely indication that the nomadic Cuman/Kipchak tribes adopted a settled life and established a village in the province of Kastoria⁴⁹. These ethnic personal and place names are evidences to suggest that some descendants of the 2.000 Cuman/Kipchak cavalymen in the Michael Palaiologos' Nikaian army had settled in Kastoria and become a part of the demographic, cultural and military structure of the region in the Byzantine era. The detailed information about the pre-Ottoman multi-ethnic military structure of the region was recorded,

Fight of Byzantium with the Latins". *Acta Orientalia Academiae Scientiarum Hung.* 57/3 (2004), pp. 268-9; p. 136.

⁴⁶ VASARY, Istvan – *Cumans and Tatars: Oriental Military in the Pre-Ottoman Balkans, 1185-1365*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 115; NICOL, Donald MacGillivray – *The Despotate of Epiros, 1267-1479: A Contribution to the History of Greece in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp. 176, 179; GEANAKOPOLOS, Deno John – "Greco-Latin relations...", pp. 124-5.

⁴⁷ For the quarters of the city center see, BOA, MAD.d. 237, Fol. 71-85 and for the villages see, Fol. 89-147.

⁴⁸ For the lists and etymology of these names see, OCAKLI, Nuray – *Danubian Border in the Second Half of the 16th Century: Revolution and Transformation, Tradition and Continuation on the Eve of a New Era*. Ankara: Bilkent University, 2013, pp. 154-8, 166-7. PhD Thesis. [Accessed 28 April 2023]. Available at <http://www.thesis.bilkent.edu.tr/0007048.pdf>; For etymologies of these turcic names, see RASONYI, László – *Onomasticon Turcicum = Turkic personal names*. Bloomington: Indiana University, 2007.

⁴⁹ BOA, MAD.d. 237, Fol. 170.

at first time, in the Ottoman register books of the region in the first half of the 15th century. The Christian castle guards of Kastoria were registered at last time by number in their hometown in the 1454-5 fief survey of the region and just after a decade, their pre-Ottoman structure and hereditary warrior status changed permanently, when they were deported to Elbasan and became a part of the Christian forced immigrant community in the castle⁵⁰.

The earliest 16th century survey of Elbasan indicates that there was only 6 households and one unmarried member of the Kastorian group, depicted in Appendix 2, in the Christian forced immigrant community of Elbasan, which is the half of the number of Christian castle guard households recorded in the 15th century surveys of Kastoria. Considering that the status of these Christian soldiers is hereditary and always, one male member from each of the 12 privileged Christian households served as the guard in the castle of Kastoria, it is highly likely that the other five or six households of the castle guards' community were not deported to Elbasan castle. Surprisingly, the five Christian landed cavalrymen were still found recorded in Kastoria in the second volume of the 1530 survey book of the Ottoman Balkans⁵¹. However, the information record in the register indicates that they were demilitarized and became the auxiliary forces, among which two of the Christian landed cavalrymen were assigned for the duty of producing four arrows and twenty bows (*bir senede dört kıta yay ve yigirmi aded ok virüler*) every year for the army, while three of them were assigned for the periodic restoration and repair of the castle. The record of the two Christian landed cavalry households producing arrows and bows is a valuable early-modern primary source highlighting the pre-Ottoman military heritage of the Cuman/Kipchak' mounted archers in Kastoria, which provides a valuable information for ascertaining the contribution of the nomadic warriors of the Eurasian steppes to the pre-Ottoman castle-defense system and the Byzantine military culture in Macedonia.

Conclusions.

This study presents new sources complementing and explaining the information in the 15th century Byzantine and Serbian chronicles regarding an important era of transition in Macedonia and Albania. These sources afford medievalists an opportunity to examine the important period of continuity, change and transition in the region found recorded in the 15th and 16th century Ottoman register books and archival documents. Findings of this study highlight the importance of the pre-Ottoman organization of land-holding and tax-exempt landed cavalry soldiers,

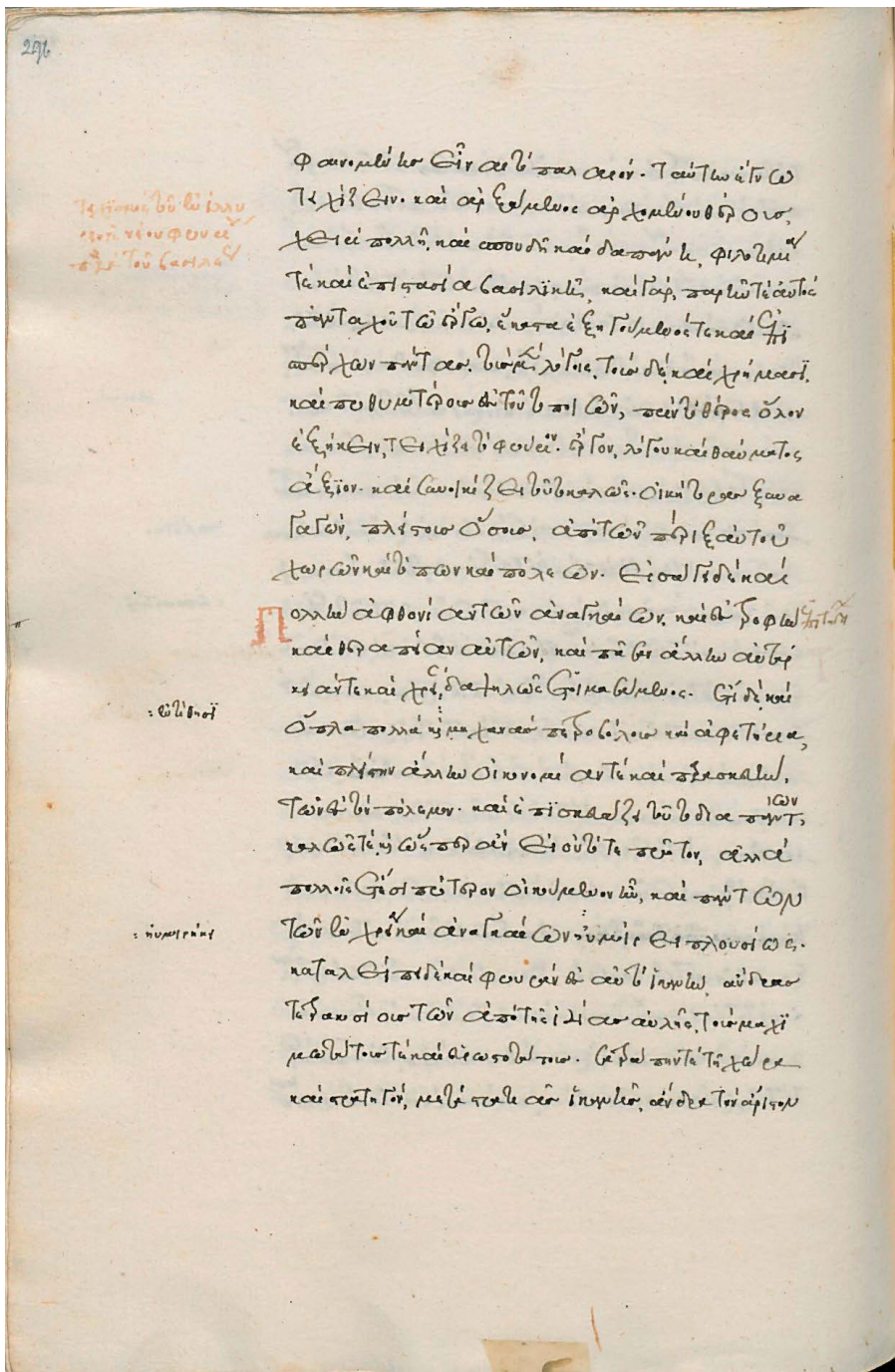
⁵⁰ BOA, MAD.d. 250, Kastoria ve Koluna İcmal Defteri, Fol. 43.

⁵¹ BOA, TTd. 167, 167 Numaralı Muhâsebe-i Vilâyet-i Rûm-ili Defteri, Fol. 164, 1530.

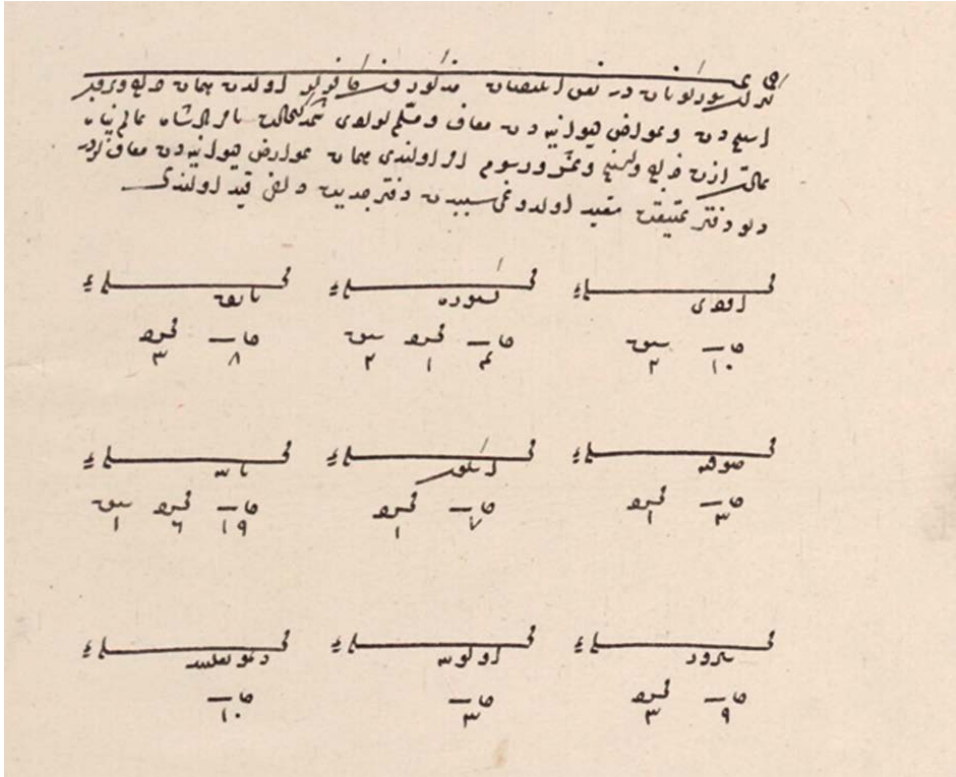
through the example of the Christian castle guards of Kastoria, during the formation of the provincial army in the early Ottoman era. Results of this research hold important implications for the accelerating effects of the Scanderbeg's rebellion on the transition of the pre-Ottoman military structure and the organization of the Christian *musellem* soldiers in the region. Although the main reference works on the *musellem* soldiers ignore or do not consider the pre-Ottoman military organization of the Christian cavalymen in the *musellem* units, the 15th century survey books of Macedonia and Albania indicate that after the conquest, the Ottomans found a well-established military organization of land-holding and tax-exempt landed cavalymen, which was adopted into the Ottoman provincial army and consisted the first Ottoman military organization of *musellem* soldiers in these provinces. Also, findings of this study provides an explanation for the fixed number of the Christian *musellem* soldiers recorded as 12 households in the registers, which indicates that the number of these Christian soldiers had been more than 12 in the pre-Ottoman era but a part of these privileged military households was excluded from the warrior class and became the peasant subjects on the fief lands in the early stages of the military transition. Further, this study sheds an important light on the multi-ethnic structure of the Christian *musellem* soldiers in Macedonia and the ethnic personal and place names recorded in the survey of Kastoria visualize the role of Cuman/Kipchak mercenaries and mounted archers in the formation of the pre-Ottoman landed cavalry organizations in Macedonia in the 13th century. Although there is a controversy among the sources regarding the location of the battle, whether in Kastoria or in Pelagonia, fought between the Nikaian army and the forces of the coalition of Latins and Epirots in 1259, the 15th century Ottoman sources indicate that, at least, a part of the 2.000 Cuman/Kipchak cavalymen in the Michael Palaiologos' army settled in Kastoria and became a part of the military and demographic structure of the region in the Byzantine era. The record of the two demilitarized Christian landed cavalry households in the 1530 survey of Kastoria producing arrows and bows supports the conclusions of this study regarding the long-lasting military heritage of the Cuman/Kipchak mounted archers in the region even in the 15th and 16th centuries.

Results of this study indicate that the construction of Elbasan Castle and re-location of the Christian cavalry groups in the new fortress provided a turning point in the military transformation in Macedonia and Albania. The pre-Ottoman structure and military status of these Christian soldiers changed permanently in a way that they were not a part of the warrior class in their hometowns any more but the auxiliary forces in Elbasan Castle, which is an important indication that the construction of Elbasan Castle marked the end of the pre-Ottoman landed cavalry system and the beginning of a new era in the military history of the region.

Appendix 1 – The new castle and its population (Kritovoulos 1451-8).



Appendix 2 – The record of the Christian forced immigrants in the 1530 fief register.



“The Community of Christian Forced Immigrants in the City of Elbasan,

These Christian landed cavalymen (*musellem* soldiers) paying only the poll-tax (the head tax imposed on non-Muslims and paid by the male heads of households) had been exempted from all agrarian, peasant and extraordinary taxes (levied in the times of war and economic crises). Recently, in accordance with the custom, they have been ordered by the Sultan who commands all to pay poll-tax, agrarian (*ispenc*) and peasant taxes (*öşr* and *rusûm*). It is recorded in the previous survey book that they are exempted from extraordinary taxes, for this reason, which has been recorded immediately even in the latest survey book.”

<p>“The Quarter of Narda (Arta) Household 8 Unmarried 3</p>	<p>The Quarter of Kestorya (Kastoria) Household 4 Unmarried 1 Widow 2</p>	<p>The Quarter of Ohri (Ahrida) Household 10 Widow 2</p>
<p>The Quarter of Yanya (Janina) Household 19 Unmarried 6 Widow 1</p>	<p>The Quarter of Ūsküp (Skopje) Household 7 Unmarried 1</p>	<p>The Quarter of Sofya (Sofia) Household 1 Unmarried 3”</p>

La Porte du Croux: *entretien à l'époque des ducs Valois de Bourgogne*

*Gaëtan Koenig*¹

Resumé

La Porte du Croux de Nevers est une figure emblématique du patrimoine médiéval bourguignon, qui n'a été que très peu étudiée. Il s'agit de l'une des rares tours-portes de cette région à être encore en élévation et de l'un des plus anciens systèmes de pont-levis à flèche conservés en France. De plus, la comptabilité médiévale de la ville nous est en grande partie parvenue, ce qui autorise un dialogue des plus intéressants entre ces deux types de sources et une meilleure compréhension des modalités de son entretien.

Mots-clés

Porte de Ville; Bourgogne; Entretien; Construction; Fortification; Bas Moyen Âge.

¹ Université de Bourgogne, UMR 6298 ARTEHIS, doctorant en histoire médiévale.

La Porte du Croux: construction and maintenance under the domination of the Dukes Valois of Burgundy.

Abstract

The Porte du Croux de Nevers is an emblematic figure of the Burgundian medieval heritage having unfortunately scarcely studied, it is nevertheless one of the rare gate-towers of the region to be still in elevation and one of the oldest boom drawbridge systems preserved in France. In addition, the medieval accounts of the city of Nevers have largely come down to us! This allows a most interesting dialogue between these two types of source and allows us to better understand the construction of the tower, but also its maintenance.

Keywords

City Gate; Burgundy; Maintenance; Construction; Fortification; Late Middle Ages.

Les portes des villes médiévales sont des structures complexes qui doivent répondre à trois fonctions majeures.

La première est la dimension défensive de l'ouvrage: la porte constitue une brèche dans l'enceinte et, de fait, une faiblesse naturelle dans la fortification, que les maîtres d'œuvres ont cherché à renforcer afin d'éviter toute intrusion, que ce soit par la force, la ruse ou la surprise. Cet aspect militaire impliquait l'existence ou la mise en place de passages étroits et sinueux.

Le second rôle d'une porte est d'assurer la circulation des hommes et des biens entre l'extérieur et l'intérieur du périmètre ceint et de faire en sorte que ce passage soit fluide. A ce titre, des voies larges et praticables, aux antipodes de la contrainte précédemment évoquée, seraient donc plus appropriées.

Enfin, la porte est un monument ostentatoire fort qui impose aux yeux de tous, aussi bien citoyens que visiteurs, la puissance et la réussite sociale et économique de la ville et de ses dirigeants.

Du fait de leurs différentes fonctions les portes font l'objet d'un entretien régulier, que je vous propose d'explorer à travers l'exemple de la Porte du Croux de la ville de Nevers à l'époque des ducs Valois de Bourgogne.

La ville de Nevers et le comté du même nom entrent dans les possessions des ducs de Bourgogne sous le principat des ducs Valois, à la suite du mariage de Philippe II de Bourgogne avec Marguerite III de Flandre. A la mort de son père,



Fig. 1 – Porte du Croix de Nevers avec, au premier plan, l'entrée du boulevard d'artillerie construit en 1472-73. (Photo: G. Koenig).

Louis II de Male en 1384, soit 15 ans après son union avec le Hardi, Marguerite de Bourgogne obtient, en héritage, le comté de Nevers. Le comté et la ville échoient après la mort de Marguerite, en 1405, à une branche cadette des Valois de Bourgogne qui les gouvernera jusqu'à la fin du XV^e siècle².

Implantée sur la rive droite de la Loire, Nevers était une ville de taille moyenne comptant entre 4000 à 6000 habitants au XVI^e siècle, en son centre était bâti la cathédrale Saint-Cyr et Sainte-Julitte. Ce siège épiscopal était également le chef-lieu de son comté. Celui-ci était à la limite des duchés de Bourgogne, de Berry (à l'ouest) et de Bourbonnais (au sud). La ville surplombe, depuis au moins le début du XIII^e siècle, le pont traversant la Loire en direction de l'Auvergne et du Languedoc; c'est sur cette même route mais à l'inverse, en direction de Paris, qu'est sise la "Porte du Croix", laquelle donne également passage à la route transversale conduisant à Bourges depuis Dijon ou Autun, par Marzy et un bac ou gué traversant la Loire au nord de Cuffy³.

² SCHNERB, Bertrand – *L'Etat bourguignon, 1363-1477*. Paris: Perrin, 1999, pp. 89-92 et 428-431.

³ CHARRIER *et alii* – *Histoire de Nevers*. Roanne: Horvath, 1984.

Lors de l'entrée de la ville dans le domaine des ducs Valois, à la fin du XIV^e siècle, elle était alors ceinte d'un rempart vieillissant et non entretenu construit vraisemblablement près de deux siècles plus tôt, soit en 1192, par Pierre II de Courtenay, comte de Nevers⁴. Cette enceinte n'était plus adaptée aux nouvelles techniques de siège et ce retard technologique fut cruellement mis en évidence dès 1356, lorsque les compagnies anglaise et navarraise se mirent à arpenter le Nivernais, ravageant les faubourgs de la ville. Les habitants, obtinrent le droit, dès 1358, de prélever par l'octroi le financement destiné à la restauration de leurs fortifications. C'est au cours de ces travaux que fut édifiée la tour-porte que l'on connaît aujourd'hui sous le nom de Porte du Croux⁵.

Cette porte est l'unique entrée médiévale de la ville de Nevers conservée en élévation, alors qu'à la fin du Moyen Âge, on en comptait six autres⁶. Sa construction, ou pour être plus précis sa reconstruction, partiellement renseignée par les registres des receveurs de la ville de Nevers, est attribuable à l'extrême fin du XIV^e siècle (1393-1398). L'ouvrage remplace alors une structure plus ancienne vraisemblablement bâtie au moment de l'élévation de la première enceinte médiévale. D'après les travaux de charpenterie inscrits dans la comptabilité de 1389, qui mentionnent explicitement le type de mécanisme à cette entrée⁷, cette porte primitive était équipée d'un pont-levis. Elle n'était toutefois plus adaptée aux prémices des lourds changements de paradigme de la fortification imposés par le développement des armes à poudre. Les échevins de la ville profitèrent de la trêve signée entre les royaumes de France et d'Angleterre en 1389, pour effectuer une mise à niveau des ouvrages défensifs de la ville. Ces chantiers d'envergure débutent par la reconstruction complète de la Porte du Croux, à la fois principale porte de la ville, unique point de sortie du rempart occidental et route menant à Paris.

La tâche de reconstruire la Porte du Croux fut confiée à Jean des Amognes, maçon de Nevers et propriétaire de l'une des carrières de la ville, à l'emplacement de l'ancienne porte, une nouvelle entrée apte à soutenir un siège. Les travaux de maçonnerie, qui débutèrent au cours de l'année 1393, se sont poursuivis jusqu'en 1396. Jehan ne fut payé qu'en 1398, après que les échevins de la ville se sont réunis avec "des gens ad ce cognoissans et experts" pour examiner les travaux⁸. C'est également en 1398 que se sont achevés les ouvrages de charpenterie et de couverture de la tour⁹.

⁴ CHARRIER *et alii* – *Histoire de Nevers...*, p. 112.

⁵ BOUTILLIER, François – "Etat des dépenses de la construction de la porte du Croux au quatorzième siècle, transcrit d'après les anciens comptes des receveurs de la ville de Nevers". *Bulletin de la Société Nivernaise*. Nevers: Société nivernaise des lettres, sciences et Art, 1869, pp. 3-33.

⁶ A la fin du Moyen Âge, on dénombre six autres portes: la Porte de la Loire, la Porte Saint-Nicolas, la Porte de la Nièvre, la Porte de la Barre, la Porte de Saint-Didier et finalement la Porte des Arduilliers.

⁷ Nevers, Archives municipales, CC1, fol. 4r.

⁸ BOUTILLIER, François – "Etat des dépenses de la construction...", p. 7.

⁹ BOUTILLIER, François – "Etat des dépenses de la construction..."

En 1418, une première basse-cour en pierres¹⁰, dans laquelle fut aménagée la loge du portier, a été construite au pied de la tour pour remplacer une clôture en bois taillée en 1409¹¹. Cette première défense avancée a été entièrement détruite lors de l'aménagement du boulevard (ravelin) devant la porte en 1472 et 1473¹². La Porte du Croux fut finalement condamnée en 1578¹³.

Bien que parfaitement conservée, cette structure du patrimoine neversois a fait l'objet de très rares études historiques. Elle fut sommairement décrite dans le tome VII du *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e siècle au XVI^e siècle* d'Eugène Viollet-le-Duc¹⁴. Par la suite, elle a été le sujet de trois autres études dont deux s'attardent sur sa construction et comportent une édition critique de la comptabilité faite par l'Abbé François Boutillier en 1869¹⁵ – ces travaux ont été repris en 2012 par une étudiante de Master 1 à l'université de Dijon¹⁶; la troisième étude, enfin, s'est attachée aux raisons pour lesquelles la Porte du Croux avait survécu au passage du XVIII^e au XIX^e siècle¹⁷.

Mon étude est le résultat d'une lecture complète des archives municipales de la ville de Nevers entre 1389 et 1477 dont toutes les mentions de travaux concernant la Porte du Croux ont été référencées afin de suivre l'intégralité e l'entretien de la tour-porte et de ces défenses avancées. Ces informations ont par la suite été confrontées aux conclusions de mon étude faite sur le bâti à l'aide d'observation directe sur le monument, d'un modèle photogrammétrique et de comparaison avec des vues anciennes de l'édifice.

1. Les archives de la ville de Nevers.

Les archives municipales de Nevers conservent une partie importante des livres de comptes des receveurs de la ville. Ces registres, consultables dans une série intitulée "Impôts et comptabilité", cotés CC, enregistrent l'intégralité des recettes et dépenses effectuées sur une année par la ville. Les dépenses d'argent vouées à la construction et à l'entretien de l'enceinte y sont soigneusement consignées, d'autant qu'elles représentent

¹⁰ Nevers, Archives municipales, CC23, fol. 3r.

¹¹ Nevers, Archives municipales, CC17, fol. 7v.

¹² Nevers, Archives municipales, CC66 et CC67.

¹³ BOUTILLIER, François – "Etat des dépenses de la construction...", p. 4.

¹⁴ VIOLLET-LE-DUC, Eugène – *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle* (tome7). Paris: Edition BANCE – MOREL, 1854-1868, pp. 362-364.

¹⁵ BOUTILLIER, François – "Etat des dépenses de la construction...".

¹⁶ ARMAND, Elise – *Mémoire de Master 1 Une porte monumentale d'entrée de Ville de la fin du Moyen Age: la porte du croux et son avant porte à Nevers (Niever)*, Mémoire de de master soutenue à l'université de Bourgogne sous la direction de Stefan Wirth. Dijon, 2014.

¹⁷ DUTEL, Alban – "La porte du Croux: des biens nationaux au musée archéologique du Nivernais". *Société nivernaise des lettres, sciences et art*, Nevers. Société nivernaise des lettres, sciences et Art, vol. 50, 2001, pp. 21-42.

l'un des plus gros postes de dépense du budget de la ville. La série débute en 1389 et s'étend à l'intégralité du Moyen Âge ainsi qu'à une partie de l'époque moderne. Dans le cadre de cet article je me suis cependant arrêté en 1477, année où la pression exercée par la branche aînée des Valois sur la ville de Nevers fut interrompue par la mort du Téméraire lors du siège de Nancy¹⁸.

Même si la série est bien conservée, elle ne l'est pas entièrement. Entre 1389 et 1477, soit pendant 88 ans, on comptabilise 22 années manquantes et deux autres dont l'état des cahiers ne permet pas l'étude; enfin, l'un des livres n'est pas complet. Seules 58 années de comptabilité sont donc pleinement exploitables. Parmi les lacunes, je signalerai en particulier celle de 1393, première année des travaux de reconstruction de la Porte du Croux. Malgré leurs hiatus, ces sources n'en restent pas moins d'un intérêt historique important et permettent de se faire une bonne idée de l'entretien et de la vie de ce type d'édifice durant le Moyen Âge¹⁹.

Les lignes comptables concernant les dépenses liées aux constructions et aux réparations des portes urbaines se trouvent systématiquement dans la seconde partie des livres de compte, la première étant réservée aux recettes de la ville. Les travaux de construction sont ensuite régulièrement subdivisés en plusieurs sous-rubrique qui concernent un seul édifice ou ensemble de structure. Les comptes comportent généralement une rubrique spécifique pour les: "Autres despence faite à cause des pons et portes de la ville de Nevers"²⁰.

En cas de travaux d'envergure, des chapitres comptables ont pu être ouverts spécialement; c'est le cas lors de la construction de la basse-cour de la Porte du Croux en 1418²¹. Pour l'aménagement du boulevard d'artillerie 1472 et 1473, le chantier a été divisé en neuf sous-parties, permettant de payer les ouvriers en plusieurs temps²². Les lignes comptables dans la comptabilité de la ville de Nevers s'organisent systématiquement de la même manière et dans cet ordre précis: les prénoms et les noms des artisans ayant travaillé sur la structure, leurs fonctions, la tâche qu'ils ont accomplie, la somme allouée, et finalement les modalités de paiement.

Si l'on fait abstraction des travaux de construction de la Porte du Croux se terminant en 1398 et des deux chantiers d'importance que sont la construction des systèmes de défense avancés (la basse-cour en 1418 et le boulevard d'artillerie en 1472-1473), pas moins de 212 lignes comptables mentionnent des actions effectuées sur la structure, du remplacement d'une planche de bois à la reconstruction complète du pont-levis, en passant par l'entretien de la maison du portier. Sur les 58 années de la comptabilité de Nevers exploitable, la Porte du Croux est absente de seulement

¹⁸ SCHNERB, Bertrand – *L'Etat bourguignon ...* pp. 428-431.

¹⁹ Nevers, Archives municipales CC1 à CC70.

²⁰ Nevers, Archives municipales, CC18, fol. 19v.

²¹ Nevers, Archives municipales, CC24, fol. 8r.

²² Nevers, Archives municipales, CC66 et CC67.

treize des livres de compte.

L'étude de François Boutillier, de 1869, concernant le chantier de la Porte du Croux à démontrée les étapes de construction suivante: les travaux de maçonnerie de la Porte de Croux furent commencés en 1393 sous la supervision de Jehan des Amognes, présenté dans la comptabilité de la ville comme un simple maçon, alors qu'en réalité il contrôlait les travaux et vendait les pierres nécessaires à la construction de la tour, celles-ci étaient extraites de sa carrière. Le chantier de maçonnerie se poursuivit, au plus tard, jusqu'en novembre 1396 à la Saint-Clément, date où les quatre échevins de la ville, le chatelain, et Odenet de Varie, commis pour les ouvrages de la ville, vinrent contrôler la structure. Lors de cette visite, des doutes furent émis concernant la qualité de la construction et un contrôle fut exigé. Celui-ci fut effectué deux ans plus tard par des "gens ad ce cognoissans et expert"²³ qui approuvèrent la qualité de la construction et permirent à Jehan d'être complètement payé pour sa tâche. Dès 1394 l'huissier de la porte fut taillée et mis en place par le charpentier Jehan Hevrier et garnie d'un verrou par le serrurier nommé Montferrant. Le passage sous l'arche d'entrée était-il déjà possible? Les travaux de charpenterie se sont poursuivis jusqu'en 1396 sous le contrôle de Guillaume Ogier tandis que la couverture de la toiture, par des tuiles, s'est achevé au milieu du carême 1398. La tour fut finalement couronnée de huit "paumaulx et leurs bannieres" au milieu de la même année, action mettant un terme au chantier²⁴.

2. La Porte du Croux, description des vestiges.

La Porte du Croux est installée contre le rempart occidental de la ville. Cette section de l'enceinte est relativement bien conservée sur la portion comprise entre la porte et la tour formant l'angle du rempart en bordure de la Loire. Elle était à l'origine précédée d'une douve dans laquelle s'écoulait la Passière ou, de son nom médiéval, la Croe, cours d'eau ayant donné son nom à la Porte du Croux. De nos jours, la douve est rebouchée, et la Passière a été complètement canalisée en souterrain.

La Porte du Croux est une tour-porte quadrangulaire dont l'emprise au sol est de 8,52 x 10,40 m pour une hauteur totale de 26 m, dont 17 m de maçonnerie. La tour est intégralement construite en blocs de calcaire local provenant d'une carrière située à deux kilomètres non loin de l'ancien prieuré de Saint-Gildard²⁵. Les blocs constituant les parements présentent des dimensions relativement homogènes d'une trentaine de centimètres de long pour une vingtaine de haut, et sont parfaitement organisés en assises horizontales. Néanmoins, nombre de ces pierres ne sont pas d'origine, mais

²³ BOUTILLIER, François – "Etat des dépenses de la construction...", p. 7.

²⁴ BOUTILLIER, François – "Etat des dépenses de la construction...".

²⁵ BOUTILLIER, François – "Etat des dépenses de la construction...", p. 5. L'ancien prieuré bénédictin Saint-Gildard est devenu, au milieu du XIX^e siècle, le couvent des Sœur de la Charité.

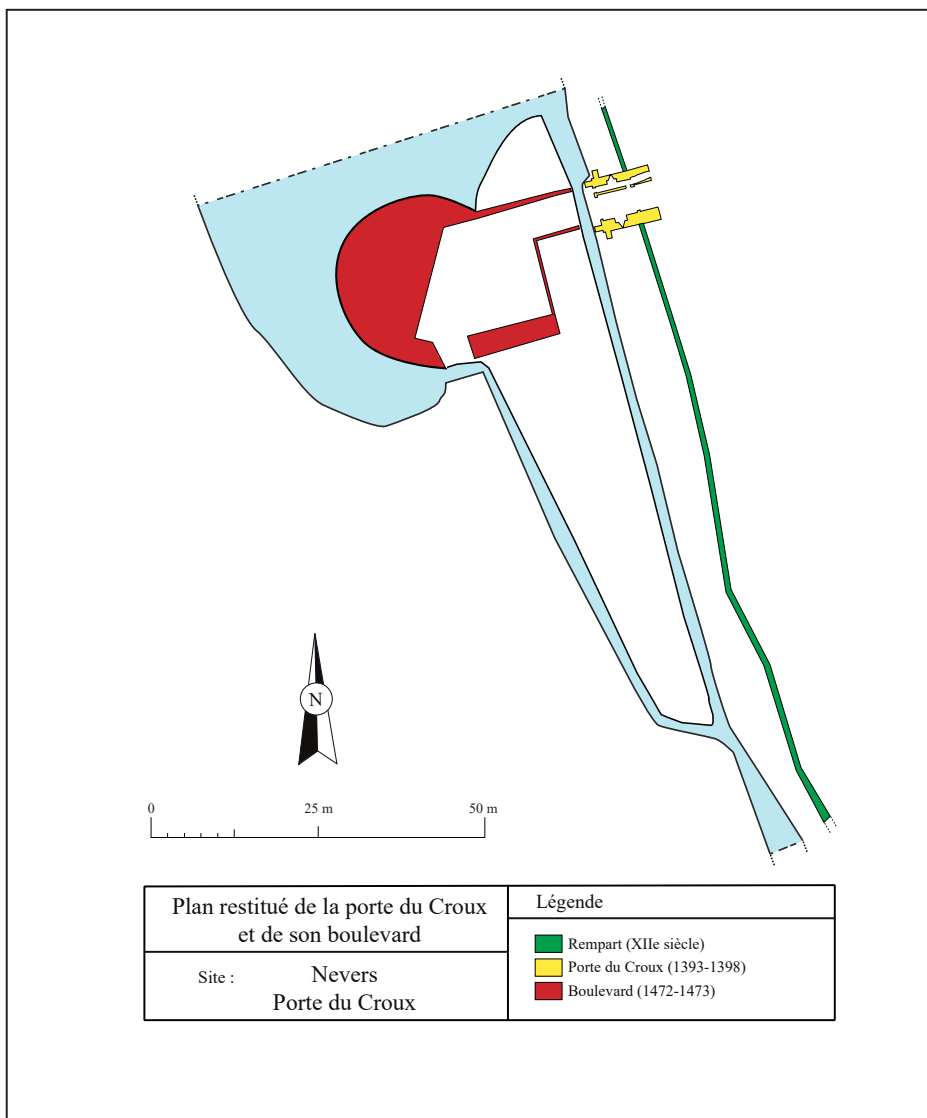


Fig. 2 – Plan restitué de la porte du Croux et de ses défenses en 1473. (Dao: G. Koenig).



Fig. 3 – Façade Ouest de la Porte du Croux (Photo: G. Koenig).



Fig. 4 – Archère-canonnière du parement Nord de la Porte du Croux (Photo: G. Koenig).

ont été mises en place à la suite des campagnes de restauration, rendant toute lecture du bâti extrêmement complexe; l'état ancien de l'ouvrage est néanmoins renseigné par des dessins anciens²⁶.

La tour vient prendre appuie contre le rempart sans aucune trace de chaînage. Si l'on reprend la typologie que Jean Mesqui a élaborée dans les années 1990²⁷, elle entre dans la catégorie des tours-portes flanquantes. En plus d'allonger le passage et de ménager de la place pour multiplier les éléments d'arrêt, ce type d'ouvrage a pour fonction d'augmenter la protection de l'enceinte. La tour assure cette mission à l'aide de deux archères-canonnières à niche, une sur chaque flanc (nord et sud), et de deux autres ouvertures de tir pour armes à feu implantées sur le parement septentrional.

Le premier niveau de la tour est percé de deux passages traversant aujourd'hui la structure de part en part avec un axe ouest/est, ce qui n'était pas le cas à l'origine pour la porte piétonne. Quand on fait face à la tour depuis l'extérieur de la ville, on note qu'elle est percée, à droite, d'une baie charretière de 3,41 m de large profilée d'un cavet et coiffée d'un arc surbaissé. Juste au-dessus de la porte, la façade conserve deux rainures permettant l'encastrement des flèches du pont-levis, anormalement longues avec leur hauteur de 6 m pour une largeur de 40 cm.

Le sommet de ces percements est magnifié par un décor trilobé dans un arc en tiers-point. Entre les deux rainures d'encastrement est aujourd'hui conservé un encadrement de style classique gravé, millésimé de 1590 et dont le tableau central a été martelé. Ce décor n'appartient plus à de notre période chronologique, mais on peut se demander s'il ne remplace pas un élément plus ancien. Rien ne nous permet de l'affirmer, les registres ne conservant pas de dépense liée à ce type d'ouvrage (sculpture, peinture, achat de bloc de pierre de meilleur qualité), néanmoins en 1475, lors des préparatifs pour la joyeuse entrée de la comtesse de Nevers, l'une des rubriques de dépenses dévolus à la décoration de la ville mentionne la mise en place des armes de la comtesse au-dessus de la porte: "A Jehan le Paintre pour ses peines et salaires [...] avoir fait les armes de ma dite dame, en papier, pour mectre à l'entrée de ladite porte de Croe"²⁸. Bien qu'il fût monnaie courante d'orner les entrées de ville de différents types de représentations²⁹, il semblerait que cela ne fut pas été le cas à la Porte de Croux en raison du silence des sources et de l'absence de reprise profonde pour faire disparaître les vestiges de anciennes niches ou le décor aurait pu être installé.

²⁶ Charenton-le-Pont, Médiathèque du patrimoine et de la photographie, G/82/58/10870 (Document non-inventorié dans le catalogue en ligne).

²⁷ MESQUI, Jean – *Château et enceintes de la France médiévale: de la défense à la résidence*. Paris: Picard, 1991, pp. 309-311.

²⁸ Nevers, Archives municipales, CC 69, Fol. 16 r.

²⁹ SALCH, Charles-Laurent – "La protection symbolique de la porte au Moyen Âge". In *Hommage à Geneviève Chevrier et Alain Geslan: Etudes médiévales*. Strasbourg: CRAMS, 1975, pp. 39-44.

Légèrement au-dessus et à droite de l'encadrement de 1590, la façade de la tour est percée d'une niche de 78 cm de large pour 1,56 m de haut dont les arrêtes sont réhaussées à l'aide de colonnette et le linteau est magnifié par un arc en tiers-point avec un le même motif trilobé que celui des rainures d'encastrement. Cette niche devait abriter une représentation religieuse, mais les archives ou les photographies ne nous permettant d'en identifier la figure³⁰.

Toujours entre ces deux flèches, au deuxième niveau de la tour, le parement est percé d'une fenêtre de 86 cm de large pour une hauteur d'1,38 m, dont l'encadrement est également profilé d'un cavet. Il serait bien aisé de penser qu'il s'agit d'un ajout tardif attribuable au déclassement de la fortification. Néanmoins, aucun signe de reprise lourde à proximité de la fenêtre, qui pourrait prouver un percement ultérieur à la construction, n'est visible sur les vues anciennes.

Le livre de compte de 1441 mentionne des travaux sur cette possible ouverture: "Item pour une clef pour les trailles de la fenestre de Croe qui regarde sur le pont leveis, pour ce 20 d.t."³¹. Les négatifs laissés par l'arrachement de la grille de fer installée en 1433³² par Perrin le Gros Garçon, l'un des serruriers de la ville de Nevers, se discernent en effet sur les prises de vue anciennes. Pour leur part, les lithographies, cartes postales et de plans anciens³³ nous renseignent également sur la présence d'une seconde fenêtre dans la façade de la tour, cette fois-ci au quatrième niveau, percement qui a été entièrement gommé par les restaurations. Cependant, on peut avoir doutes sur le fait que cette fenêtre ait appartenu au projet initial, car elle coupe la base de l'un des corbeaux des mâchicoulis couronnant la tour.

La façade de la tour-porte est enfin couronnée, à chaque angle, par une tourelle soutenue par un encorbellement en cul de lampe et portée par deux contreforts montant de fond. Entre les deux tourelles, la façade est couronnée par six arcs en encorbellement supportés par des consoles à trois ressauts. La décoration des arcs est réhaussée d'un motif trilobé que j'ai déjà mentionné à deux reprises. Les quatre arcs centraux sont des mâchicoulis. Ce type de défense active est également mis en place sur les parements nord et sud de la tour.

A la gauche de l'entrée charretière, a été aménagée une baie piétonne mesurant 67cm de large pour une hauteur sous arc de 2,62 m. Couvert d'un arc brisé et également profilée d'un cavet, elle est surmontée en son centre d'une rainure d'encastrement similaire à celle du passage charretier. Le guichet est aujourd'hui complètement dissimulé par un couloir moderne qui a certainement été installé tardivement, puisqu'il n'est pas représenté sur un plan de la porte et de son environnement

³⁰ SALCH, Charles-Laurent - "La protection symbolique...".

³¹ Nevers, Archives municipales CC45 fol. 10r.

³² Nevers, Archives municipales, CC34, fol. 16r.

³³ Le plan: Charenton-le-Pont, Médiathèque du patrimoine et de la photographie, G/82/58/10870. Exemple de cartes postales: Nevers, Archives départementales de la Nièvre, 9 Fi 733, 9 Fi 737.

remontant au XVIII^e siècle³⁴.

Le passage charretier, dont nous avons décrit la première baie un peu plus en amont, se prolonge par un sas de 5,21 m de longueur qui vient se heurter à un second encadrement de porte d'une largeur de 3,72 m pour une hauteur de 4,45 m. Il est également couvert d'un arc surbaissé et profilé d'un chanfrein. La partie supérieure de cette seconde porte est cependant construite d'une manière clairement différente que le reste de la tour. Nous n'avons en effet pas, ici, des blocs maçonnés, mais des moellons équarris d'un gabarit moindre, joints à l'aide d'une grande quantité de mortier, vestiges probables des lourdes modifications qu'a subies cette partie de la structure.

Ce passage charretier constitue probablement le passage originel de l'ancienne Porte du Croux qu'est venu englober l'intégralité des nouvelles maçonneries, faisant ainsi disparaître complètement la construction initiale que seules les anomalies structurelles de l'édifice actuel permettent encore de discerner. La porte primitive est parfaitement située dans le tracé du rempart qu'elle traverse et contre lequel la tour vient s'appuyer et elle ne s'aligne pas avec la première baie dont même le sommet des deux arcs est décalé. Enfin, la retombée de l'arc et le jambage gauche de la porte, complètement englobés dans la maçonnerie du parement nord du passage, font défaut.

Toutes ces anomalies structurelles dans une construction aussi soignée que celle de la Porte du Croux sont le signe d'une contrainte durant le chantier: le fait que la porte a peut-être dû rester en activité le temps de la construction de la tour a eu pour conséquence la nécessité de conserver le passage originel dont la forme a par la suite été fortement modifiée.

Le sas ménagé entre les deux baies est percé en son centre, sur le parement sud, d'une niche de tir pour archères canonnières de 1,93 m de large pour une hauteur de 2,40 m, et est couverte d'une voûte surbaissée. Respectant une parfaite symétrie de la tour, une seconde niche de tir, aux dimensions plus ou moins semblables, est conservée dans le parement nord du passage piéton.

Revenons au parement sud du passage charretier, où plusieurs négatifs de systèmes de verrouillage sont conservés à environ 50cm de la feuillure de la première baie (Voir annotation 1 sur la figure 5). Cette distance est bien trop importante pour une huisserie de porte dont l'épaisseur moyenne, au Moyen Âge, se monte généralement à 13cm³⁵. Il s'agit des négatifs d'une grille que les textes médiévaux du début du XV^e siècle ont baptisé herse. Cette hypothèse trouve sa source dans le livre de compte de 1465, et plus particulièrement dans les dimensions des bois achetés pour reconstruire la grille de la Porte du Croux:

³⁴ Nevers, Archives départementales de la Nièvre, H375.

³⁵ Cette moyenne est extraite de mon corpus de thèse concernant la fortification des portes des villes et des châteaux de Bourgogne.

“A lui pour avoir baillé IX autres haiz (planches) de chesne de huit piez (2,64 m) de lon et de pye et demi de large (49 cm) mises et employées à la grille du pont de Croe, chacune au prix de 20 d.t. Pour ce à lui taxé 25s.t.

A lui, pour avoir baillé pour ladite grille du pont de Croe IX menbrises chacune de deux toises (3,90 m) de long aveque autres boys quarré par lui baillé et par accort fait à lui (...)”³⁶.

Tout semble concorder dans les dimensions. La distance entre les deux parements, juste après la feuillure, est de 3,92 m, ce qui permet l’installation des madriers de deux toises mentionnées dans le texte. De plus, l’écart entre la feuillure et le système de verrouillage est de 50 cm, alors que l’épaisseur des pièces de bois est de 49,5 cm, les dimensions concordent. Nous pouvons supposer que la grille était alors constituée d’un unique vantail dont l’axe de rotation se trouvait à gauche du passage, tandis que son système de verrouillage était à droite, nous ne serions donc pas sur le modèle classique des herses à mouvement vertical contraint par des glissières.

Le parement nord du passage est percé d’une petite porte de 71 cm de large pour 2,07 m de haut permettant de lier le couloir piéton au passage charretier. Cette connexion s’effectue juste avant l’entablement de la seconde baie et sous un assommoir de 37 cm de large traversant l’intégralité du passage qu’il pouvait ainsi protéger.

Tout comme sur le parement Sud, on peut observer la présence de négatifs ayant permis l’installation d’une serrure, à nouveau trop éloignée de la feuillure pour qu’il s’agisse du système de verrouillage de l’huissierie d’une porte ou même de la grille précédemment mentionnée. Il est à noter, cette fois, que dans le prolongement des négatifs, un léger sillon au tracé affectant la forme d’un quart de cercle (Voir annotation 2 sur la figure 5) est clairement visible. Il s’agit de traces d’usure liées aux passages répétés de la serrure placée sur le madrier de la flèche contre les pierres. Ce système est cité dans les livres de compte à partir de 1433: “A lui (Perrin le Gras) pour faire ung morillon à la porte de Croe qui tient la serrure qui ferme le pont-leveiz”³⁷. Ce dispositif servait à maintenir le tablier relevé et à éviter que celui-ci ne soit tiré vers le bas depuis l’extérieur.

L’emplacement des deux systèmes de verrouillage que je viens de décrire permet de comprendre le fonctionnement de cette partie de la tour-porte. Pour condamner le passage, le portier devait fermer la grille avant de pouvoir relever le tablier du pont. Aucun vestige de l’axe de rotation des flèches n’est malheureusement conservé.

Le couloir, après la seconde baie, se prolonge encore sur 2,73 m avant de déboucher dans la ville. Ce passage est large de 4,27 m et culmine à 5,71 m; il est couvert d’une voûte en tiers-point. Ses deux parements sont marqués par les traces

³⁶ Nevers, archives municipales, CC50, fol. 11v.

³⁷ Nevers, archives municipales, CC34, fol. 18v.

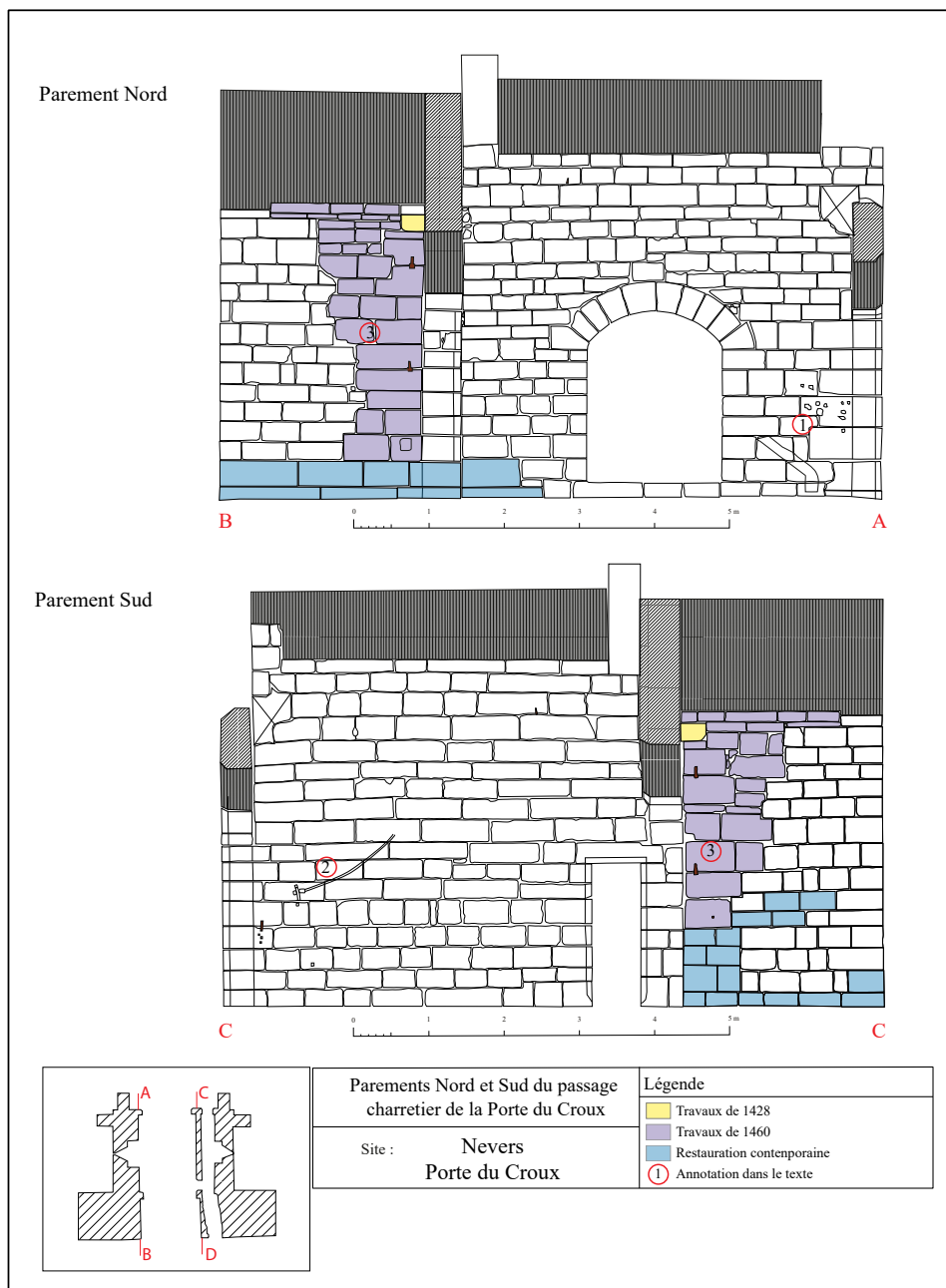


Fig. 5 – Relevé pierre à pierre des deux parements du passage (Photogrammétrie et DAO: G. Koenig).



Fig. 6 – Négatif de la serrure du pont-levis.

d'au moins deux réfections. La première, la plus légère, se résume à la modification de l'axe de rotation des huisseries, avec l'installation de deux crapaudines en 1428: "Item à Pierre Bouton et Jehan Bardet, maçons, pour une journée pour mettre deux pierres lesquelles portant les portes de Croe. Pour ce 6s." ³⁸. Celles-ci ont remplacé des paliers en fer, certainement liés au système de rotation primitif, dont on a la confirmation de l'existence au moins dès 1409³⁹. Les deux crapaudines sont encore conservées en place aujourd'hui et ont servi durant trente-deux ans au Moyen Âge. En effet, dès 1460, année de la seconde intervention sur le couloir, le système de manipulation des vantaux est une nouvelle fois modifié par un chantier dont on conserve l'intégralité de la comptabilité, depuis l'achat des blocs de pierre jusqu'à leur mise en œuvre (Voir annotation 3 sur la figure 5):

³⁸ Nevers, archives municipales, CC31, fol. 21r.

³⁹ Nevers, archives municipales, CC17, fol. 10v. Il s'agit de l'achat d'un palier pour la Porte du Croux.

“C'est assavoir à Pierre Rolent⁴⁰, quarrier, pour 33 grans quartiers de pierre de deux à trois piez de long (99 cm) et d'ung pie à pie et demi d'aulteur (33 à 45 cm) par lui baillez et livrez en sa perriere, pour mettre et employé à la porte du Croe pour asseoir les gonts et la feronie pour soustenir porte ladite porte de Croe nouvellement faite toute neuve (...)”⁴¹.

La hauteur des blocs indiquée dans la comptabilité correspond grossièrement à celle des pierres aujourd'hui en place. Le chantier a duré dix jours, durant lesquels trois maçons (André Odin, Anthoine Vuillart et Esthienne Pennot) aidés de deux valets (Guillaume Teste pour 6 jours et Jehan Tuchin pour 2 jours) ont taillé les blocs de pierre et les ont mis en place⁴². Ces deux opérations ont été réalisées à proximité de la Porte du Croux, si ce n'est sous l'arc directement, la taille des blocs et leur assemblage étant quelque peu aléatoires et nécessitant une proximité entre le lieu de taille et le mur, afin de faciliter les retailles. Le mortier ayant servi à lier les pierres provenait d'un chantier plus important: la construction de la Tour du Havre, située une centaine de mètres au sud de la Porte du Croux. Il a été amené par Noël Chavet, un charretier, qui a également transporté les blocs de la carrière de Saint-Gildard à la tour ainsi que le bois nécessaire aux échafaudages, qui étaient, quant à elles, entreposées au pont de la Loire, où la ville de Nevers gardait le bois qui arrivait par flottage⁴³. Lors de ce chantier, l'emploi des crapaudines a été abandonné et des gonds ont à nouveau été installés. L'année suivante, en 1461, Estienne Pesot, un autre maçon, dut retailler une pierre qui empêchait la porte de s'ouvrir complètement⁴⁴.

A l'origine, le passage piéton mesurait 4,89 m de long et débouchait sur la porte qui perce le parement nord du couloir charretier. Ce faisant, ni les piétons ni les chariots ne pouvaient pénétrer dans la ville lorsque la seconde baie était fermée; il s'agit-là d'un modèle récurrent dans la fortification des portes⁴⁵. L'axe piéton a été, dans un second temps, prolongé au moyen d'un forage pratiqué dans la maçonnerie de la tour. Ce passage était alors moins haut et plus chaotique: les blocs ne sont plus du tout appareillés et les parois ne sont plus parallèles; ce n'est en rien un aménagement soigné mais un tunnel creusé dans le comblement de la construction. Il débouche sur une petite porte chanfreinée et couverte d'un arc surbaissé perturbant les assises de

⁴⁰ Pierre Rolent ou Pierre Roland est le maître d'œuvre de maçonnerie de la ville de Nevers au moment de la construction du boulevard de la Porte du Croux en 1472 et 1473; c'est durant ces travaux que l'on apprend que la carrière de Pierre Roland est celle de Saint-Gildard, à savoir l'ancienne Carrière de Pierre des Amognes, constructeur de la porte.

⁴¹ Nevers, archives municipales, CC44, fol. 15v.

⁴² Nevers, archives municipales, CC44, fol. 15v.

⁴³ Par exemple: Nevers, archives municipales, CC44, fol. 15v.

⁴⁴ Nevers, archives municipales, CC44, fol. 15v.

⁴⁵ Des systèmes comparables sont observables à la porte du château d'Eguilly (Côte-d'Or), au château d'Epoisses (Cote d'or), à la porte de Sauvigny à Semur-en-Auxois (Côte-d'Or) ou encore à la porte de la ville de Nuits (Yonne).

pierres de la façade interne de la tour. C'est, là, un passage tardif dont le percement est certainement contemporain de la construction du couloir piéton aménagé devant la tour au minimum au cours du XVIII^e siècle⁴⁶.

La façade intérieure est percée, au premier niveau, des deux passages que je viens d'évoquer en détail. Le deuxième niveau est équipé d'une fenêtre à croisée lourdement reprise dans sa partie inférieure. Deux fenêtres, non alignées, rythment le troisième niveau, et une dernière le quatrième. La façade conserve six séries de trous de boulin, vestiges des échafaudages ayant permis la construction de la tour retirés en 1399⁴⁷.

Les façades nord et sud sont relativement similaires, mais une maison accolée à la tour nous empêche, aujourd'hui, de lire une grande partie des maçonneries du parement septentrional. Les deux façades sont percées, au premier niveau, de l'archère canonnière déjà évoquée précédemment. Le deuxième niveau compte, de chaque côté, une fenêtre et une porte permettant d'accéder au chemin de ronde de la ville. La porte du parement nord, aujourd'hui invisible de l'extérieur, se discerne depuis l'intérieur de la structure. Elle est employée, de nos jours, comme renforcement dans le mur et sert d'armoire électrique. Ces deux portes étaient les accès à l'intérieure de la tour au Moyen Âge.

La façade nord, au deuxième niveau, est percée d'une canonnière à ébrasement externe de 60cm de hauteur⁴⁸, dont l'implantation a perturbé les assises de blocs à proximité. Son style plus récent ne laisse, lui aussi, aucun doute sur le fait qu'il s'agit d'un ajout ultérieur à la construction. Cette ouverture de tir plus tardive a-t-elle pu remplacer une plus ancienne où a pu être installé le canon dont la mise en place est évoquée dans la comptabilité de 1440.

“(…) C'est assavoir à Jehan Venin pour avoir faiz les ouvrages cy après nommez. Premièrement à la porte de Croe ung lien à charniere pour le gros canon de fer et d'accord fait à lui. Pour ce 6s.t. A lui pour deux chevilles de fer l'une à tenir la quehue dudit canon et l'autre pour garder debailles l'engin. Pour ce 6s.t. A lui pour un chassier de fer en la fasson d'un retaul despissier pour frapper le tapereaul d'un canon. Pour ce 5s.t.”⁴⁹

Le troisième niveau, au nord, est percé d'une ultime ouverture de tir, implantée certainement dans une ancienne fenêtre. Le parement sud est aujourd'hui aveugle, mais les restaurations ont gommé une fenêtre clairement visible sur les lithographies

⁴⁶ Nevers, Archives départementales de la Nièvre, H375. Le passage piéton est absent du plan représentant la porte du Croux et son environnement au XVIII^e siècle.

⁴⁷ Nevers, archives municipales, CC7, fol. 11v.

⁴⁸ SCHWIEN, Jean-Jacques; MESNER, Maxime – “Châteaux et armes à feu en Franche-Comté: des transformations en trompe l'œil?”. In *Fortification et artillerie en Europe autour de 1500: le temps des ruptures*. Nancy: PUN – Edition universitaire de Lorraine, pp. 271-304. Ce type de canonnière est datable de 1480 environ mais elle peut reprendre l'emplacement s'une ouverture de tir plus anciennes.

⁴⁹ Nevers, archives municipales, CC44, fol. 32r.

anciennes; je mentionnerai également une souche de cheminée dans la toiture, du côté nord de la tour. Le petit musée, installée dans la tour au moment l'achat du bâtiment par la mairie, rend impossible la lecture archéologique des salles des trois niveaux supérieurs, mais quelques éléments peuvent être mentionnés.

Le deuxième niveau de la tour est le seul à présenter une voûte sur croisées d'ogives. Deux arcs s'appuyant sur des consoles de plan circulaire aux angles de la tour se rejoignent, au centre, sur une clef de voûte décorée des armes de Nevers. Les deux niveaux supérieurs sont chacun couverts d'un plancher reposant sur des solives installées sur des console sans ornement.

Au pied de la tour-porte sont conservés les vestiges du boulevard d'artillerie érigé entre 1472 et 1473 à la demande de Jean III comte de Nevers⁵⁰, dans un contexte de fortes tensions entre le duché de Bourgogne et le Royaume de France. Nevers faisait alors office de ville frontière et son entrée la plus exposée était la vieillissante Porte du Croux, dont le système défensif léger, datant de 1418, ne correspondait plus aux normes de la poliorcétique. L'objectif de la nouvelle structure était de soustraire aux lignes de tir adverse la tour-porte, tout en permettant l'installation d'une pièce d'artillerie. Simultanément à la construction du boulevard d'artillerie qu'il dirige, Pierre Roland, maître d'œuvre de maçonnerie de la ville de Nevers, taille les canonnières de l'enceinte occidentale, afin d'adapter cette dernière aux nouvelles armes, tandis que le fossé est nettoyé et rempli de piques par les corvéables⁵¹. La ville se prépare à soutenir un siège⁵².

3. Les entretiens courants.

La majorité des travaux d'entretien mentionnés dans la comptabilité de Nevers n'a laissé aucune trace sur la Porte du Croux; il s'agit d'actions menées sur les différentes parties en bois, aujourd'hui disparues. Ces informations nous permettent d'esquisser la vie de ce type de structure ainsi que la fréquence des opérations de maintenance au Moyen Âge. Afin d'éviter toutes longueurs, nous nous concentrerons ici, uniquement sur les vingt premières années du XV^e siècle, c'est-à-dire de la construction de la tour à l'installation de la première basse-cour d'une part, et exclusivement sur les éléments structurels du passage d'autre part.

⁵⁰ Nevers, archives municipales, CC67, fol 14r. Le chantier est ordonné "par hault et puissant prince et maitre très redouté seigneur, monseigneur le duc de Brabant, conte de Nevers, lieutenant général du Roy".

⁵¹ Nevers, archives municipales, CC68.

⁵² ROBERT DE CHEVANNE, Jean – *Les guerres en Bourgogne de 1470 à 1475: Etude sur les interventions armées des français au duché sous Charles le Téméraire*. Paris: A. Picard, 1934, pp 154. De forte tensions militaires existaient entre le Royaume de France et le duché de Bourgogne dès 1470 avec des campagnes des troupes du Roi de France en terre Bourguignonne. Le 3 novembre 1472, un accord est conclu entre les deux protagonistes d'établir une paix jusque le 1^{er} mai 1475. Les travaux de la fortification avancée de la Porte du Croux s'effectuèrent dans ce contexte de tension, de plus Nevers était la ville faisant office de frontière.



Fig. 7 – Vue de la façade Est (côté ville) de la Porte du Croix (Photo: G. Koenig).



Fig. 8 – Parement Nord de la Porte du Croux où est visible, au second niveau, la canonnière.

Les travaux d'entretien débutent dès 1399, avant même que les échafaudages ayant permis l'élévation de la tour n'aient été retirés et amenés à la Porte Saint-Didier, alors en pleine construction. C'est Regnault le Court, l'un des charpentiers de Nevers, qui remplaça deux des planches de bois qui formaient le tablier du pont dormant⁵³. Deux ans plus tard, en 1401, Philippe le Quant, un autre charpentier de la ville, changea cette fois-ci quinze planches de bois au même endroit, tandis qu'un second artisan installa deux fléaux pesant chacun 33 livres de fer à la porte⁵⁴.

En 1402, la ville de Nevers acheta à Jehan Bernault 102 planches de bois de 11, 10 et 9 pieds de long – il est précisé que ces dernières étaient prévues pour l'entretien des différents ponts-levis de la ville –, que l'on entreposa à la “chambre de la ville”⁵⁵. Il est néanmoins intéressant de noter qu'aucune de ces trois dimensions ne pouvait convenir à la fabrication du tablier de la Porte du Croux, qui mesurait 3,73 m de large soit plus de 11 pieds (3,33 m). De plus, l'iconographie médiévale des villes et des châteaux illustre que les planches étaient généralement disposées perpendiculairement à l'axe de circulation, c'est le cas par exemple sur les représentations des ponts-levis dans l'Armorial de Revel, datant du XV^e siècle, avec l'exemple du château de Bussy-Albieux (Loire), du château de Souteron (Loire), du château de Cleppé (Loire) ou encore de la ville de Feurs (Loire)⁵⁶.

Durant la même année, pendant la semaine de la Saint-Martin (11 novembre) “Philippe le Quant et Huguenin, son valet, pour avoir mis à la porte de Croe la colonne qui porte la barre de la dicte porte (...)”⁵⁷. Il s'agit certainement de travaux liés à l'installation d'une barrière en amont de la porte, peut-être pour sécuriser le passage lorsque le tablier du pont-levis était relevé. Ces barrières, totalement méconnues dans la bibliographie actuelle, ont été mentionnées à quelques reprises dans les livres de compte de Nevers (cinq chantiers⁵⁸). Les comptes de 1421 mentionnent ainsi qu'une barrière signalée comme étant celle du pont-levis de la Porte du Croux fut équipée d'une serrure de bois et de fer, et que des chaînes furent également installées au même moment pour couper le passage⁵⁹. S'agit-il de la même structure?

Revenons en 1402. Durant la même semaine qui vit l'installation de la barrière, Jehan de la Ruelle, serrurier, refit, de son propre fer, deux des ferrures de la porte et en forgea une nouvelle⁶⁰. Un peu plus tard, Philippe le Quant, accompagné de deux

⁵³ Nevers, archives municipales, CC7, fol. 28r.

⁵⁴ Nevers, archives municipales, CC10, fol. 43v. Un fléau de porte est une barre transversale utilisée pour condamner une huisserie.

⁵⁵ Nevers, archives municipales, CC11, fol. ind. (dans les dépenses de la semaine de l'Assomption).

⁵⁶ LAFFONT, Pierre-Yves – *L'Armorial de Guillaume de Revel: Château, villes et bourgs du Forez au XV^e siècle*. Lyon: ALPARA, 2011. Bussy-Albieux p. 132, Souteron p. 139, Cleppé p. 146, Feurs p. 179.

⁵⁷ Nevers, archives municipales, CC11, fol. ind. (dans les dépenses de la semaine de la Saint-Martin).

⁵⁸ Nevers, archives municipales, CC27, fol 33r, CC31, fol. 21v, CC33, fol30r, CC43, fol. 10v. et CC60, fol21v.

⁵⁹ Nevers, archives municipales, CC11, fol. ind. (dans les dépenses de la semaine de la Saint-Martin).

⁶⁰ Nevers, archives municipales, CC11, fol. ind. (dans les dépenses de la semaine de la Saint-Martin).

charpentiers, fut missionné pour remplacer des planches des ponts de plusieurs portes de la ville. Il remplaça à cette occasion, à la Porte du Croux, trois ays de bois et neuf lymandes (des planches⁶¹).

En 1403, Philippe le Quant est mentionné comme travaillant sur trois des pont-levis de la ville (Ardilliers, Nièvre et Croux); les tâches qu'il y a accomplies n'y sont malheureusement nullement détaillées, mais à la lecture de la somme totale des travaux (19 livres et 6 sous tournois), on peut déduire que l'artisan a certainement remis à neuf les trois structures⁶².

Le pont-levis de la porte a donc été remplacé une première fois après quatre ans d'existence environ. Au même moment, Regnault le Court fabriquait les deux vantaux de la Porte du Croux ainsi que trois autres pour la Porte des Ardilliers, et ce, pour la somme de 9 livres tournois⁶³. En 1404, Philippe le Quant est payé pour une journée afin de s'occuper du pont de la Porte du Croux, sans que d'autres précisions ne soient apportées⁶⁴. S'ensuit une lacune de cinq ans dans la comptabilité de Nevers.

En 1409, Regnault le Court, Jehan Mornay et leurs valets remettent à neuf les pont-levis des portes de la Barre et du Croux pour la somme de 13 livres 9 sous et 7 deniers tournois, tout en utilisant le bois de la ville⁶⁵. La lecture de cette somme semble d'autant plus étayer le fait que Philippe le Quant avait reconstruit à neuf le pont-levis de la Porte du Croux en 1404⁶⁶. Les parties métalliques de la structure ainsi que trois clefs pour les huisseries de la porte sont forgées par Jehan de la Ruelle avec son propre fer⁶⁷.

En 1413, un nouveau charpentier, Jehan de Lormaye, se charge pendant deux journées et demie du remplacement de certaines planches des ponts et de la réfection des marches en bois de la tour⁶⁸. En parallèle, Jehan de la Ruelle installe un verrou "garni de vervelle" à la barrière devant la porte et vend une serrure plate pour les huisseries de l'entrée – il s'agit du premier changement de serrure mentionné. Par la même occasion, il installe deux gonds afin de soutenir les chaînes et en profite pour allonger chacune d'un anneau⁶⁹.

L'année suivante, en 1414, Jehan de Lormaye et Jehan de la Ruelle remettent presque à neuf le pont-levis, en remplaçant de nombreuses planches ainsi que les crampons de la chaîne, et mettent en place deux "torneur" pesant chacun 29 livres de fer⁷⁰.

⁶¹ DMF: *Dictionnaire du Moyen Français*, version 2020 (DMF 2020). ATILF - CNRS & Université de Lorraine. Site internet: <http://www.atilf.fr/dmf>. (Lymande = Pièce de bois sciée, longue et plate) [Accessed 25 mai 2023].

⁶² Nevers, archives municipales, CC13, fol. 9r.

⁶³ Nevers, archives municipales, CC12, fol. 12r. et 13v.

⁶⁴ Nevers, archives municipales, CC13, fol. 9r.

⁶⁵ Nevers, archives municipales, CC17, fol. 5r.

⁶⁶ Nevers, archives municipales, CC13, fol. 9r.

⁶⁷ Nevers, archives municipales, CC11, fol. 9r.

⁶⁸ Nevers, archives municipales, CC18, fol. 22r.

⁶⁹ Nevers, archives municipales, CC18, fol. 22r.

⁷⁰ Nevers, archives municipales, CC19, fol. 11-12.

Deux ans plus tard, en 1416, des planches de bois sont amenées du pont de la Loire à la Porte du Croux pour l'entretien du pont-levis, par deux ouvriers dont la comptabilité n'a pas retenu les noms⁷¹. Le pont de la Loire fut le chantier de charpenterie le plus important de la ville tout au long du Moyen Âge, et également le lieu où l'on entreposait, de manière constante, une grande quantité de bois qui arrivait à Nevers par flottage; il pouvait aussi bien être conservé sur les berges que sur le pont de la Loire⁷². C'est Regnault le Court qui se charge un peu plus tard dans l'année de reconstruire le pont-levis, bien aidé en cela par Jehan de la Ruelle qui est cité pour avoir vendu à la ville de Nevers 400 clous destinés aux travaux sur les pont-levis des Portes du Croux et de la Barre⁷³. La même année, juste avant de mourir, le serrurier refait les ferrures de notre porte⁷⁴.

En 1418, les travaux de construction de la première basse-cour maçonnée débutent, remplaçant ainsi la palissade de bois taillée en 1409 et clôturée d'une simple barrière⁷⁵. Leur objectif est de renforcer la défense du passage, quand bien même aucune structure d'entrée ne semble y avoir été installée à l'exception d'une barrière. La même année le pont-dormant est refait à neuf⁷⁶.

La description des tâches que je viens d'énumérer sur une vingtaine d'années brosse un portrait presque parfait des entretiens menés sur ce type d'édifice. Des travaux réguliers mais non permanents ont été réalisés principalement sur le pont-levis, partie la plus fragile de l'édifice en raison des contraintes statiques liées aux manipulations et aux chocs. Il est possible de lire à quelques reprises dans la comptabilité des mentions de casse sur ces systèmes de fermeture. "(...) pour faire les ponts-levaiz de la porte de Croe qui estoit rompu (...)"⁷⁷ ou encore: "A Pierre du Boys et Jehan Laurent, charpentiers, la somme de 12s.6d.t. pour marché fait à eulx d'avoir levé le pont de Croe qui estoit cheu es fossés. Pour ce 7s. 6d.t."⁷⁸.

Sur les 230 mentions de travaux effectués à la Porte du Croux, 51 concernent des actions effectuées sur le pont-levis. Malheureusement, les sources font rarement la différence entre les actions accomplies sur le passage charretier et celles réalisées sur le chemin piéton. Ces 51 mentions ne concernent par ailleurs pas forcément des travaux différents, mais peuvent constituer des étapes d'un unique chantier, comme le démontrent parfaitement les œuvres de construction effectuées sur la structure en 1429⁷⁹, où chaque étape du processus est détaillée: dans un premier temps, l'achat du

⁷¹ Nevers, archives municipales, CC22, fol. 23r.

⁷² Nevers, archives municipales, CC22, fol. 23r.

⁷³ Nevers, archives municipales, CC17, fol. 7v.

⁷⁴ Nevers, archives municipales, CC22, fol. 23r.

⁷⁵ Nevers, archives municipales, CC17, fol. 7v.

⁷⁶ Nevers, archives municipales, CC17, fol. 8r.

⁷⁷ Nevers, archives municipales, CC76, fol. 11r.

⁷⁸ Nevers, archives municipales, CC37, fol. 62v.

⁷⁹ Nevers, archives municipales, CC32, fol. 32-34.

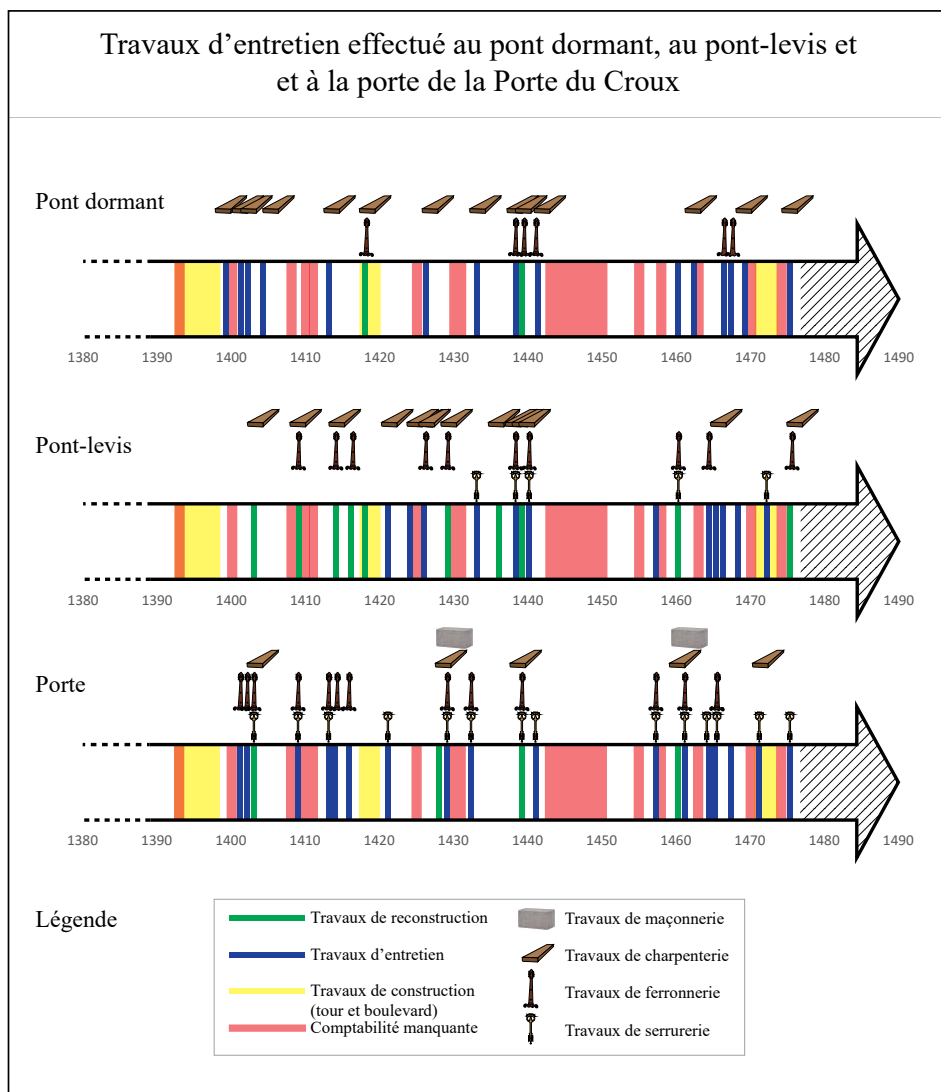


Fig. 9 – Frise chronologique des travaux accomplis à la porte du Croux sur le pont dormant, le pont-levis et la porte sous la domination des ducs Valois de Bourgogne.

bois, puis sa transformation en planches, la mise en place des ferrures et finalement l'utilisation du plomb pour fixer les éléments métalliques aux tourillons dans lesquels tournait l'axe de rotation qui permettait la manipulation du tablier. Pour ce chantier pas moins de cinq mentions différentes ont été recensées dans le livre de compte⁸⁰. À l'inverse, comme vu précédemment pour l'année 1403, une seule ligne comptable a permis de décrire la reconstruction effectuée sur trois ponts-levis⁸¹.

Pour résumer les travaux d'entretien du pont-levis de la Porte du Croux, les traces de dix-neuf travaux différents qui sont ainsi documentés, dont au minimum dix reconstructions complètes (1403, 1409, 1414, 1418, 1428, 1429, 1436, 1439, 1460, 1475). Ces dernières ont pu être nécessitées par l'usure et avec un remplacement programmé, comme ce fut le cas en 1414, ou à une casse matérielle comme l'effondrement du tablier dans le Croe en 1436 ou encore en 1475 par exemple⁸². Parallèlement à ces reconstructions, on mentionnera les travaux d'entretien courants comme le remplacement de la serrure du pont-levis avec six mentions à partir de 1433, et le changement d'une ou de plusieurs planches trop usées pour être maintenues en place (Il s'agit des raisons majeures des interventions sur la tour-porte).

Des travaux d'entretien moins réguliers sont également mentionnés, comme le remplacement de l'anse du pont-levis piéton – cet élément en bois permettait de séparer la chaîne descendant de l'extrémité de la flèche en deux autres chaînes attachées chacune d'un côté de la planche afin d'éviter toute gêne aux utilisateurs. On relève encore le remplacement du contrepoids, ou encore le réglage des chaînes des ponts avec des ajouts de maillons. La porte en elle-même est le second élément du passage à avoir subi le plus de maintenance avec pas moins de 22 années durant lesquelles des actions y ont été accomplies. Dans les livres de compte, on trouve la trace d'au moins quatre reconstructions complètes, dont deux liées à des transformations du système de rotation des vantaux. De la fin de la construction de la tour en 1398 à 1428, les vantaux en bois de chêne tournaient à l'aide de liens de fer s'emmanchant sur des gonds.

Par la suite, en 1428, Jehan Bardot, un maçon, y installa des crapaudines, encore visibles aujourd'hui, et par là-même, il modifia le système d'axe de rotation. Cependant, dès 1460, lorsque le charpentier Odart Goby dut redresser les vantaux de la porte qui s'étaient désaxés, il réinstalla des gonds. Comment expliquer ce double changement d'axe de rotation et le passage aux crapaudines en 1428 pour un retour au système originel dès 1460? S'agit-il de recherches techniques destinées à trouver le système le plus résistant aux contraintes de la manipulation des lourds vantaux de bois? La question reste ouverte.

De fait, les travaux les plus récurrents menés sur la porterie concernent les

⁸⁰ Nevers, archives municipales, CC32, fol. 32-35.

⁸¹ Nevers, archives municipales, CC13, fol. 9r.

⁸² Nevers, archives municipales, CC 37, fol. 57r. et CC 69, fol. 13r.

ferrures qui joignent les vantaux à leurs axes de rotation, avec treize mentions différentes conservées dans la comptabilité. S'agissant du point faible naturel de ce type de mécanisme en raison des contraintes liées à la mise en mouvement des parties mobiles de la structure, on ne s'en étonnera pas!

Le second type d'interventions répétées sur la porterie touche à la serrurerie, avec dix années durant lesquelles de tels travaux y ont été accomplis et pas moins de cinq changements de serrure; on note aussi régulièrement des ventes de clefs, comme c'est le cas en 1465, lorsque la ville en achète une de la Porte du Croux à Jehan Sale, un serrurier, pour la confier à l'artilleur de la ville⁸³.

Le pont dormant est également fréquemment en maintenance, avec 27 actions. Il s'agit surtout de travaux de charpenterie consistant à simplement remplacer les planches de bois usées du tablier pour en mettre de nouvelles, provenant presque toujours des réserves de bois de la ville à proximité du pont de la Loire. Les anciennes planches étaient quant à elles entreposées dans l'hôtel de ville en attendant d'être vendues; dans un seul cas, des planches usagées ont été remises sur le tablier du pont. Seule la comptabilité de deux reconstructions complètes de la structure est conservée, la première datée de 1418 en même temps que l'aménagement de la première basse-cour maçonnée⁸⁴, la seconde en 1441⁸⁵.

Comme nous l'avons vu dans la description détaillée de la tour, les chantiers d'entretien ne se sont pas limités au système de passage, mais l'édifice a également régulièrement été en travaux afin de maintenir la tour en bon état et de l'adapter aux besoins changeants de ses fonctions. Ceci explique les travaux d'artillerie, la mise en place de grilles et boiseries aux fenêtres, ainsi que l'installation d'une première palissade puis de deux structures plus lourdes et maçonnées. En plus de donner une image assez nette des travaux d'entretien d'une porte médiévale, l'exploration des livres de compte de Nevers permet également d'apercevoir une partie de la vie de la ville et des modalités de ces chantiers à l'époque des ducs Valois de Bourgogne.

Ces registres nous apprennent ainsi que les travaux de construction et d'entretien étaient accomplis par des artisans locaux dont les noms reviennent d'année en année dans la comptabilité.

Pour ce qui concerne la question des matériaux mis en œuvre pour l'entretien de la tour, le bois provenait presque systématiquement des réserves de la ville situées au pied du pont de la Loire sur les berges du fleuve, où il arrivait par flottage. Les bois usés retirés des constructions étaient, eux, vendus après avoir été entreposés dans l'hôtel de ville⁸⁶.

⁸³ Nevers, archives municipales, CC60, fol. 22v.

⁸⁴ Nevers, archives municipales, CC24, fol. 8r.

⁸⁵ Nevers, archives municipales, CC45, fol. 11v.

⁸⁶ Nevers, archives municipales, CC34, fol. 21r, CC43, fol. 7v, CC59, fol. 14r.

Les pierres de construction de la tour ont été extraites d'une carrière proche de la ville appartenant à son maître d'œuvre, Jehan des Amognes, tandis que celles ayant permis l'élévation du boulevard d'artillerie en 1472 provenaient de la carrière des Montapin, situé à 600 mètres à l'Ouest de la porte et propriété de la ville, qui n'avait dès lors à payer que le salaire des carriers puisque le déplacement des blocs avait été fait par des corvéables⁸⁷.

Le sable indispensable au mortier était extrait des berges de la Loire, et la chaux était transformée par deux "chaultiers"⁸⁸ localisées à proximité avant d'être ramenée sur les chantiers, également par corvée.

Enfin, le fer et le plomb nécessaires aux ferrures et aux soudures étaient systématiquement achetés par les artisans eux-mêmes.

Conclusion.

La Porte du Croux fut construite au moment où s'est développé le système de pont-levis à flèche intégré à des structures maçonnées, le premier de ce type apparaissant probablement au château de Vincennes dans les années 1370. Cette porte de Nevers constitue un chaînon du développement de ce qui allait devenir l'un des *topoi* de l'architecture défensive au cours du siècle suivant; en outre, elle a été construite par un maçon local non spécialisé dans l'architecture militaire, Jehan des Amognes, qui ne disposait encore que de peu de modèles sur lesquels prendre exemple.

Ces deux raisons expliquent la morphologie si particulière du système de fermeture de la tour, avec des flèches d'encastrement démesurément grandes et l'absence de retrait dans la maçonnerie afin que le tablier du pont puisse s'y loger une fois relevé. L'idée même d'installer une grille ou une herse juste après la première baie reprend les typologies des entrées du siècle précédent. La herse, ici, ne peut d'ailleurs pas prendre la forme du modèle classique à coulissement vertical et grille rangée dans un espace ménagé à cet effet au premier étage pour laisser libre le passage et ainsi pouvoir manipuler les flèches du pont-levis. La présence de la grille s'explique certainement par la volonté de conserver un modèle incontournable quelques années auparavant, même si celle-ci gêne la fermeture rapide du pont-levis. Les rares herses qui existaient ailleurs furent du reste déplacées au fond du sas afin de ménager l'espace nécessaire au passage des flèches et du contrepoids, facilitant ainsi grandement l'utilisation des systèmes de fermeture des portes; c'est le cas par exemple aux deux entrées construites à Auxonne⁸⁹

⁸⁷ Nevers, archives municipales, CC 67, fol. 14r.

⁸⁸ Nevers, archives municipales, CC 37, fol. 14v.

⁸⁹ Auxonne est une ville de Côte-d'Or à 35 km au Sud-Est de Dijon. Le château de Saint-Fargeau est situé dans le département de l'Yonne. FAUCHERRE, Nicolas – *Les citadelles du roi de France sous Charles VII et Louis XI*. Chagny: Centre de castellologie de Bourgogne, 2019. Pour la porte de Comté: pp. 342-345. Pour la porte du château: pp. 359-361. VISCUSI, Valérie – "Le château d'Auxonne au travers des récents travaux de

(Porte du château et Porte de Conté) ou encore au château de Saint-Fargeau⁹⁰, toutes plus récentes.

Dans le but de la garder fonctionnelle, la Porte du Croux fut par la suite entretenue de manière constante grâce à des travaux de charpenterie, de ferronnerie et de maçonnerie. En parallèle, la tour fut adaptée aux besoins changeants de la guerre, avec le percement de nouvelles ouvertures de tir, l'établissement d'une première palissade puis d'une basse-cour, et finalement d'un boulevard d'artillerie.

D'un point de vue technique, la Porte du Croux était clairement en avance sur son temps, aussi bien lors de sa construction qu'au moment de son adaptation en 1472⁹¹ en raison de son lien avec la route de Paris et des retombées à Nevers des relations tendues qu'on put entretenir les ducs de Bourgogne et les Rois de France mais également de la richesse et du dynamisme de la ville et de sa situation de nœud entre le port de la Loire et la rue de Paris.

restauration". In *Chastels et maisons fortes 7. Actes des journées de castellologie de Bourgogne 2018-2022*. Textes réunis par Yves Nouvellet, Patrice et Françoise Lhomme. Limans: Centre de castellologie de Bourgogne, pp. 217-230. La porterie du château est étudiée aux pages 223-224.

⁹⁰ Le château de Saint-Fargeau est situé dans le département de l'Yonne. HAYOT, Denis – *L'architecture fortifiée capétienne au XIII^e siècle un paradigme à l'échelle du royaume*. Chagny: Centre de castellologie de Bourgogne, 2021, pp. 461-464.

⁹¹ COVELLI, David – "La modernisation d'une place forte royale au tournant du XVI^e s.: l'exemple de Langres (1470-1540)". In *Fortification et artillerie en Europe autour de 1500: le temps des ruptures*, Nancy, PUN – Edition universitaire de Lorraine, pp. 155-174. Un ouvrage similaire au boulevard de la porte du Croux est installé à partir de 1526 à Langres devant la porte des Moulin p. 163. COLLET, Brice – "Les enceintes urbaines champenoises face à l'artillerie: l'exemple de Troyes, Châlons-en-Champagne et Reims (Fin XIV^e-début XVI^es.)". In *Fortification et artillerie en Europe autour de 1500: le temps des ruptures*. Nancy: PUN – Edition universitaire de Lorraine, pp. 195-229. L'auteur démontre une forte modification pour adapter les fortifications des entrées à l'arme à poutre à partir de 1500.

PARTE VI
Edificios religiosos

A inserção urbanística das catedrais medievais portuguesas

*Luísa Trindade*¹

Resumo

Este texto aborda o que é talvez o equipamento religioso mais significativo da cidade medieval – a catedral –, tendo por foco a sua inserção no plano urbano, questionando as razões que ditaram a escolha específica de um determinado local. Constatando-se, num primeiro momento, como a centralidade é uma qualidade que se fabrica paulatinamente no tempo, muito mais dependente do próprio efeito galvanizador da catedral do que de uma qualquer qualidade pré-existente, procura-se a lógica subjacente à implantação das nove catedrais medievais portuguesas retrocedendo a um tempo prévio à sua edificação, ao encontro dos diferentes usos que, em épocas anteriores, marcaram o solo urbano. Desta forma, num percurso progressivamente regressivo interrogam-se três tempos/contextos: o período conturbado da reconquista e da ocupação islâmica quando, traduzindo os sucessos militares das diferentes fações, um mesmo local foi sucessivamente ocupado pelos diferentes credos, fazendo alternar o alminar e a cruz; os reinos suevo e visigótico, numa época em que, já rendidos ao cristianismo, começam a surgir as notícias que indiciam uma ocupação continuada das sedes episcopais; finalmente, a antiguidade tardia e a cristianização do Império Romano quando, em zonas periféricas e sobre os túmulos dos mártires, se erguem os primeiros templos cristãos, cujo culto constituiria a partir de então um poderoso elemento agregador, por vezes o único, nesse clima de profunda instabilidade que caracterizou os séculos IV e V.

Palavras chave

Catedral; Implantação urbanística; Idade Média; Portugal.

¹ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

The urbanistic insertion of the Portuguese medieval cathedrals.

Abstract

This paper addresses what is probably the most significant religious equipment of the medieval city – the cathedral – focusing on its location in the urban plan, questioning the reasons for a specific choice. Discarding the centrality, a quality gradually constructed over time, much more dependent on the cathedral's galvanizing effect than on any pre-existent attribute, this approach aims to understand the logic behind the implantation of the nine Portuguese medieval cathedrals, going back in time to find the different uses that, before they were built, marked the urban soil. Thus, three main historical contexts are questioned: the period of the reconquest and the Islamic occupation when, reflecting the military successes of the different factions, the same place was consecutively occupied by the different faiths, making the *alminar* and the cross alternate; the Suevi and Visigothic kingdoms, at a time when, already Christianised, documental sources indicating a continuous occupation of the episcopal see begin to appear; finally, late antiquity and the Christianisation of the Roman Empire when, in marginal areas and over the tombs of martyrs, the first Christian temples were built, whose cult would, from then on, constitute a powerful aggregating element, sometimes the only one, in the profound instability climate which characterized the 4th and 5th centuries.

Keywords

Cathedral; Urban location; Middle Ages; Portugal.

No âmbito dos temas lançados pelas *VII Jornadas Internacionais da Idade Média – Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval*, este texto constitui uma breve reflexão sobre o que é talvez o equipamento religioso mais significativo da cidade medieval – a catedral –, tendo por foco a sua inserção no plano urbano, questionando as razões que ditaram a escolha de um determinado local.

Pensar o posicionamento de qualquer catedral convoca, de forma quase imediata, o conceito de centralidade. É pelo menos assim que hoje se percebe o estabelecimento das nove sedes episcopais que, entre o governo do conde D. Henrique e o reinado de D. João I, cobriram o território medieval português: Braga e Porto a norte do Tejo, Lamego, Viseu e Coimbra entre o Douro e Mondego, Guarda no

interior fronteiriço, Lisboa e Évora a sul do Tejo, Silves no extremo sudoeste do reino. A localização no centro da malha urbana medieval, quase sempre correspondente ao centro da área circunscrita pela muralha, surge como denominador comum (Fig. 1). A esta centralidade urbanística, física e material, associa-se uma outra, funcional e vivencial. Com efeito, a catedral assume-se como o polo catalisador da cidade medieval, concretamente nos séculos XI a XIII, faixa cronológica em que decorre o processo de restauração das dioceses e a construção do essencial dos templos em causa².



Fig. 1 – Planta esquemática das cidades de Braga, Porto, Coimbra e Silves, com indicação da localização das respetivas catedrais.

² As dioceses de Braga, Coimbra e Porto foram restauradas ainda no período condal, respetivamente em 1070, c. de 1080 e entre 1112-1114; D. Afonso Henriques restaurou as de Lisboa, Lamego e Viseu em 1147 e a de Évora em 1166; a da Guarda, de 1199, é já da responsabilidade de D. Sancho I e, finalmente, Silves que, depois de um breve período entre 1189 e 1191, correspondente à conquista pelas tropas portuguesas e reconquista pelos almóadas, é elevada a diocese em 1252. NOGUEIRA, Bernardo Sá – “O espaço eclesiástico em território português (1096-1415)”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 142-192.

Ao protagonismo religioso (litúrgico e cemiterial) que lhe assegurou um papel nodal nos percursos quotidianos da comunidade³, associou-se o efeito centrípeto que exerceu sobre uma multiplicidade de equipamentos e usos. Foi, com efeito, no espaço em torno da catedral que preferencialmente se localizou o paço do bispo, a canónica, os edifícios associados à administração da diocese e um conjunto de infraestruturas essenciais à vivência quotidiana dos cónegos (lugar, forno, celeiro, etc.)⁴. Inevitavelmente, o fluxo de gentes foi capitalizado pelo mercado, por vezes até pela feira, como sucedia no Porto⁵ ou em Lamego⁶. Num processo de atração em cadeia, foi também aí que o pregoeiro e os tabeliães encontraram maior audiência. A partir de meados do século XIV foi igualmente para lá que confluíram as novas casas da câmara e as estruturas que mais diretamente com elas se articulavam, como os açougues, o paço dos tabeliães, o pelourinho...⁷ Enquanto houve espaço, pelo menos, limitação que em muitas cidades se atingiu ao longo do século XV, noutras apenas em torno de 1500, quando se tornou necessário acomodar a Misericórdia, o hospital e a cadeia, obrigando ao desdobramento de centralidades, à criação de novas praças, frequentemente já só possíveis fora de portas⁸.

Mas se a centralidade da catedral foi, como tudo indica, fabricada no decorrer do tempo e muito mais dependente do seu próprio efeito galvanizador do que de uma qualquer qualidade pré-existente, como explicar, então, na origem, a escolha da posição? Descodificar as lógicas subjacentes à implantação das sés obriga a uma projeção retrospectiva, retrocedendo a um tempo prévio à sua edificação, ao encontro

³ SARAIVA, Anísio de Sousa – “Porquê as catedrais?”. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.) – *O clero secular medieval e as suas catedrais. Novas perspectivas e abordagens*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de História Religiosa, 2014, p. 26.

⁴ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “Un barrio, un fortín. La segregación del espacio urbano medieval alrededor de catedrales del centro-norte peninsular”. In *A Guerra e a sociedade na Idade Média*. Vol. 1. Campo Militar de S. Jorge-Porto de Mós-Alcobaça-Batalha: SPEM, 2009, p. 132. Inúmeros exemplos de cidades castelhanas e leonesas podem ser lidos em RUIZ HERNANDO, José Antonio – “La catedral en la ciudad medieval”. In GUTIÉRREZ ROBLEDO, José Luis; NAVASCUÉS PALACIO, Pedro (coord.) – *Medievalismo y neomedievalismo en la arquitectura española. Aspectos generales*. Ávila, 1990, p. 81-114. Em torno da catedral do Porto, para além do Paço Episcopal, situava-se a Audiência Eclesiástica, o Cárcere da Mitra, as Fangas ou celeiro do Cabido e os Açougues do Cabido. REAL, Manuel Luís – “A construção medieval no sítio da Sé”. *Monumentos* 14 (2001), pp. 15-16; FARELO, Mário – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus Cónegos (1277-1377)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2003, pp. 54-55. Dissertação de Mestrado.

⁵ Vestígio fundamental da realização da feira frente à Sé do Porto (sítio, de resto, conhecido com Rossio da Feira) é a inscrição das medidas da vara e do côvado no cunhal mais próximo da ombreira direita do portal axial. REAL, Manuel Luís – “A construção medieval no sítio da Sé...”, p. 12.

⁶ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La Sé medieval de Lamego: vías de aproximación a un conjunto catedralicio desaparecido”. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.) – *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), Universidade Católica Portuguesa, 2013, p. 54. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Ed. Magno, 2003, pp. 633-634, doc. 116.

⁷ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 613-661.

⁸ ROSSA, Walter – “A cidade portuguesa”. In PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*, vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 260-263. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*, pp. 601-607.

dos diferentes usos que marcaram o solo urbano antes do período balizado entre 1071 e 1252, ou seja, entre a restauração da Sé de Braga, a primeira deste ciclo de catedrais, e a de Silves, que o encerra, três anos após a vitória das tropas de D. Afonso III, marco final da reconquista cristã portuguesa.

Sem que haja uma explicação unívoca capaz de esclarecer todos os nove casos, retrocederemos no tempo a diferentes contextos, potencialmente esclarecedores: ao período conturbado da reconquista e da ocupação islâmica quando, traduzindo os sucessos militares das diferentes fações, um mesmo local foi sucessivamente ocupado pelos diferentes credos, fazendo alternar o alminar e a cruz⁹; aos reinos suevo e visigótico, época em que, já rendidos ao cristianismo, começam a surgir as notícias que indiciam uma ocupação continuada das sedes episcopais; recuar, finalmente, à antiguidade tardia e à cristianização do Império Romano quando, em zonas periféricas e sobre os túmulos dos mártires, se ergueram os primeiros templos cristãos, cujo culto constituiria a partir de então um poderoso elemento agregador, por vezes o único, nesse clima de profunda instabilidade que caracterizou os séculos IV e V.

O caso de Braga é bem demonstrativo deste magnetismo exercido por um templo paleocristão. Com efeito, a catedral que hoje existe e que remonta ao século XII e ao episcopado de D. Paio Mendes (1118-1138), vem substituir um templo anterior, erguido a partir de 1071 pelo bispo D. Pedro, cuja cabeceira seria solenemente sagrada em 1089, embora a construção se prolongasse pelo menos até 1210, quando D. Sancho I dota (a obra?) da catedral de dois mil morabitanos¹⁰. Este templo, que tudo indica seguir o partido das chamadas igrejas de peregrinação, seria, por sua vez, levantado sobre um edifício mais antigo, pré-românico, atribuível ao século X e a que “os fiéis (já) acorriam para venerar as relíquias e efectuar as suas dadivas”¹¹. Para épocas mais remotas sabe-se, desde a intervenção arqueológica levada a cabo nos finais da década de 1990, que o subsolo da catedral bracarense guarda importantes vestígios de um amplo edifício romano, possivelmente um mercado, a julgar pelos restos osteológicos

⁹ Sobre o ato de sacração da mesquita de Córdoba, ocorrido em 1236, diz Rodrigo Jiménez de Rada, então arcebispo de Toledo, que o “rey ordenó que se hiciera exaltación de la cruz redentora en la torre mayor, desde donde se acostumbraba a invocar el nombre del maldito [...] y acto seguido plantaron el estandarte del rey junto a la cruz del Señor...”. CALVO CAPILLA, Susana – “De mezquita a iglesia: el proceso de cristianización de los lugares de culto de al-Andalus”. In GIRÁLDEZ, Pilar; VENDRELL, Màrius (coords.) – *Transformació, destrucció i restauració dels espais medievals*. Barcelona: Patrimoni 2.0 Editors, 2016, p. 130.

¹⁰ Sobre a Sé de Braga veja-se REAL, Manuel Luís – “O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português”. *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga*. Actas do Congresso Internacional, vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 435-489. BOTELHO, Maria Leonor – “Sé de Braga”. In PÉREZ GONZÁLEZ, José María (dir.); ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria Leonor (coord.) – *Arte Românica em Portugal*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa Maria La Real, 2010, pp. 41-45.

¹¹ REAL, Manuel Luís – “O projecto da catedral de Braga...”, pp. 439-441. FONTES Luís; LEMOS, Francisco Sande; CRUZ, Mário – “Mais Velho que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense. Notícia preliminar”. *Cadernos de Arqueologia, Série II*, 14-15 (1997-1998), p. 142.

de animais e vestígios de contentores cerâmicos como ânforas e talhas¹². Mais importante para o tema aqui em debate é a certeza de como este mesmo edifício foi objeto de uma profunda transformação em data posterior ao século IV, reconfigurado a partir de então em três naves, deixando em “aberto a possibilidade do grande edifício romano do Baixo-Império ter sido transformado em templo, até porque os vestígios considerados aceitam a sua integração no modelo basilical paleocristão¹³.”

Estamos, pois, perante uma longa genealogia que ilustra bem o que aconteceu no período de desestruturação da cidade romana: o centro clássico de *Bracara*, onde se reuniam o fórum, as termas e o teatro, foi progressivamente desativado¹⁴, ao mesmo tempo que se verificou uma gradual deslocação do centro gravitacional para o quadrante nordeste da cidade, precisamente na envolvente da basílica cristã, templo que funcionaria então como polo agregador e elemento de coesão da comunidade¹⁵. Aí se fixaria o centro religioso de Braga, elevada a diocese logo em finais do século IV. No decorrer dos séculos seguintes, e redefinido o circuito muralhado¹⁶, o espaço do complexo episcopal assumir-se-ia definitivamente como o centro geométrico e funcional da cidade (Fig. 2).

No Porto os parâmetros são idênticos, sem, contudo, se verificar uma deslocação da centralidade, aspeto a que não será alheia a exiguidade da cidade implantada no topo da acrópole e circunscrita por uma muralha de que pelo menos alguns troços serão coevos do período de instabilidade iniciado a partir do século III¹⁷. (Fig. 1) Também nesse espaço, hoje dominado pela sé românica, pode documentar-se um passado denso, de reutilizações sucessivas. Na mesma área do templo atual, concretamente a sul da capela-mor, terá existido uma igreja anterior, uma basílica pré-românica de três naves e profusa decoração, eventualmente erguida entre os séculos IX-X¹⁸. Informações documentais corroboram o que a arqueologia tem vindo

¹² FONTES Luís; LEMOS, Francisco Sande; CRUZ, Mário – “Mais Velho que a Sé de Braga...”, p. 140.

¹³ FONTES Luís; LEMOS, Francisco Sande; CRUZ, Mário – “Mais Velho que a Sé de Braga...”, p. 141.

¹⁴ O abandono de edifícios públicos, e o seu desmantelamento para reaproveitamento de materiais fica bem patente em MARTINS, Maria Manuela – “Urbanismo e Arquitetura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana”. *Simulacra Romae, Roma y las capitales provinciales del Occidente europeo. Estudios arqueológicos*. Tarragona, 2004, pp. 149-173.

¹⁵ RIBEIRO, Maria do Carmo Franco – Braga entre a época romana e a Idade moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. Braga: Universidade do Minho, 2008. Tese de Doutoramento, p. 319.

¹⁶ RIBEIRO, Maria do Carmo Franco – *Braga entre a época romana ...*, pp. 326-329;

¹⁷ SILVA, António Manuel S. P. – “Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa”. *Gallaecia* 29 (2010), p. 225.

¹⁸ REAL, Manuel Luís – “A Sé catedral do Porto no momento da restauração da diocese e a subsequente reforma românico-gótica”. In AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portugalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2017, pp. 49-56. AMARAL, Luís Carlos – “A restauração da diocese do Porto e a chegada do bispo D. Hugo”. In AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portugalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2017, pp. 23-45.

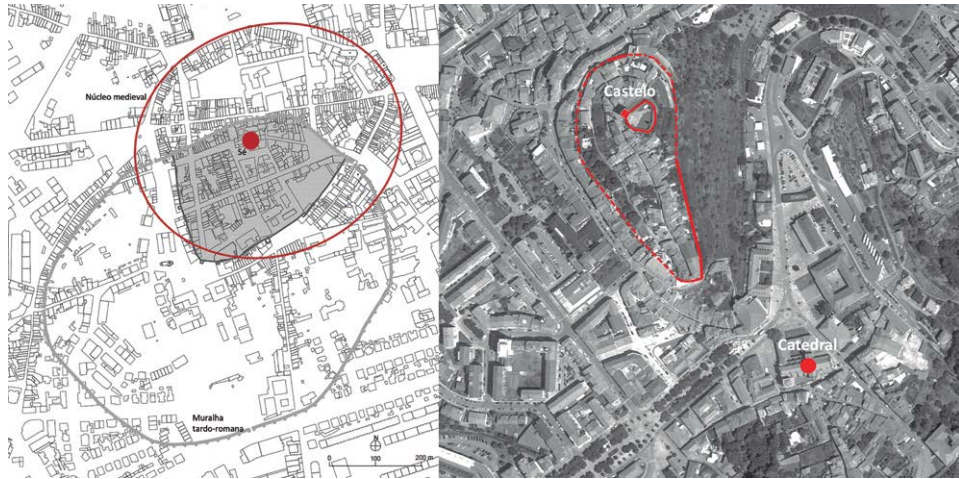


Fig. 2 – Plantas esquemáticas das cidades de Braga e Lamego, com indicação da localização das respetivas catedrais.

a desvendar. Com efeito, terá sido nesse mesmo tempo, descrito com algum exagero num documento do reinado de D. Afonso IV como “hermida hu hora está a Sé”¹⁹, que o bispo D. Pedro Pitões se dirigiu aos cruzados que por mar se dirigiam a Jerusalém, incitando-os à conquista de Lisboa, por ele legitimada como guerra santa nos mesmos moldes em que esta era pregada no resto da Europa²⁰. Ou porque fossem muitos ou porque o templo era de facto modesto, a verdade é que sermão e missa foram realizados ao ar livre, no cemitério episcopal²¹. Importa igualmente referir como o conhecimento de uma dezena de nomes de bispos em exercício entre as décadas de 880 e 1060²², confirma alguma estabilidade da sede episcopal. Para épocas mais recuadas os dados são omissos e, quando existentes, incertos: poderá interpretar-se a referência do século XVI à existência de uma piscina na sacristia da sé²³ como pertencente ao

¹⁹ REAL, Manuel Luís – “A Sé catedral do Porto no momento da restauração...”, p. 59. BOTELHO, Maria Leonor – “Sé do Porto”. In PÉREZ GONZÁLEZ, José María (dir.); ROSAS, Lúcia; BOTELHO, Maria Leonor (coord.) – *Arte Românica em Portugal...*, p. 201.

²⁰ BRANCO, Maria João – “A conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida”. Introdução de *A Conquista de Lisboa aos Mouros: relato de um cruzado*. Tradução e edição crítica de Aires Augusto Nascimento. Lisboa: Vega, 2001 (reed. 2007), pp. 36-37.

²¹ CONQUISTA de Lisboa aos Mouros em 1147. *Carta de um cruzado inglês*. Ed. José Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p. 22. Sobre o cemitério episcopal veja-se DORDIO, Paulo – “Projecto de estudo histórico e arqueológico da Sé do Porto – o cemitério”. *Património: Estudos*. 8 (2005) pp. 27-28.

²² MARQUES, André Evangelista – “A autoridade episcopal e a construção da rede paroquial na diocese do Porto (Séculos X-XIV)”. In AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portucalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2017, pp. 175-176.

²³ AFONSO, José Ferrão; BOTELHO, Maria Leonor – *Projecto Porto Século XVI. A Sé e a sua envolvente no Século XVI*. Porto: Citar, 2005, p. 40, 57 e 148.

batistério de um primitivo templo paleocristão?²⁴ Para trás fica a suspeita de “uma área monumental romana, pelo menos com um templo”²⁵, necessariamente esvaziado de funções a partir de finais do século IV, com o fim compulsivo da religião pagã²⁶.

No caso de Lamego, o papel seminal de um templo paleocristão na implantação da catedral é inequívoco, embora com contornos muito diferentes de Braga e, eventualmente, do Porto. De facto, ao invés de redefinir o centro geométrico da cidade, como no primeiro caso, ou de fortalecer a sua localização, como no segundo, a catedral de Lamego constitui-se no catalisador de um novo burgo. A sul do “castelo”, núcleo cercado por fortes muralhas, localizava-se o templo que, sob invocação de São Sebastião, parece ter servido a comunidade cristã durante a ocupação islâmica, até à reconquista por Fernando Magno, em 1057²⁷. Eventualmente reedificado pela condessa D. Teresa, é nele que se instala a sede episcopal quando, em 1147, resultado dos esforços conjuntos de D. Afonso Henriques e D. João Peculiar, se dá a definitiva restauração da diocese²⁸. Em breve o edifício seria totalmente renovado, com a monumentalidade devida, embora dele apenas sobreviva a torre sineira que delimita a fachada a sul. No âmbito urbanístico, porém, é no ano de 1191 que se decide o futuro de Lamego, quando D. Sancho I decide outorgar à catedral carta de couto sobre parte da cidade e do termo, condicionando todo o desenvolvimento dos séculos seguintes. Contrariamente a uma expectável e paulatina “fusão” da catedral na cidade existente, a decisão régia determinou a consolidação de dois núcleos distintos, separados pela Ribeira de Coura, com jurisdições diferentes e sob muitos aspetos concorrenciais: a cidade civil ou do castelo, a norte; a cidade episcopal, a sul, nunca circundada por uma estrutura defensiva, o que configura um caso raro no panorama das catedrais portuguesas e mesmo peninsulares²⁹. A centralidade geográfica que faltava ao espaço

²⁴ AFONSO, José Ferrão – “Entre a continuidade e a reforma: algumas considerações sobre a Sé do Porto quinhentista”. *Museu*, IV série, 15 (2005), pp. 111-112.

²⁵ SILVA, António Manuel S. P. – “Ocupação da época romana na cidade do Porto...”, pp. 229-230.

²⁶ JORGE, Ana Maria C.M. – “Do combate contra o paganismo ao controlo das «superstições»”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 21.

²⁷ CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La Sé medieval de Lamego: vías de aproximación a un conjunto catedralicio desaparecido”. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.) – *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) Universidade Católica Portuguesa, 2013, p. 55.

²⁸ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – “A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal”. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.) – *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) Universidade Católica Portuguesa, 2013, p. 37.

²⁹ Como adiante se verá, o caso da Guarda poderá corresponder a uma situação diferente. Em relação a outros reinos peninsulares, destacam-se as catedrais de Urgel (Lérida) e Burgo de Osma (Sória), embora em ambos os casos o amuralhamento fosse concretizado posteriormente, mas ainda no decorrer da Idade Média, o que nunca aconteceu em Lamego. AUGÉ MARTÍNEZ, Óscar – *Estudi arqueològic i topogràfic de les muralles medievals de la Seu d’Urgell*. Seu d’Urgell: Ajuntament de la Seu d’Urgell, 2015, pp. 14-15; HERNANDO GARRIDO, José Luis – “El Burgo de Osma”. *Enciclopedia del Románico. Soria*. Fundación Santa Maria La Real, Centro de estudios Románico, p. 271 [Consultado a 1 maio 2023]. Disponível em https://www.romanicodigital.com/sites/default/files/pdfs/files/soria_EL_BURGO_DE_OSMA.pdf

da Sé seria doravante sobejamente compensada por esse novo protagonismo político, tanto mais importante quanto aliado à primazia religiosa (**Fig. 2**)³⁰.

Foi igualmente um desígnio político que determinou a implantação da atual Sé de Viseu ainda que neste caso, e ao contrário dos anteriores, tal tenha obrigado a preferir um templo mais antigo. Com efeito, tudo parece indicar que foi na igreja de S. Miguel, que recentes escavações arqueológicas permitem datar conjuntamente do período das monarquias sueva-visigoda (séculos V a VIII)³¹ que primeiro se localizou a catedral de Viseu. De dimensões consideráveis, vinha assentar sobre estruturas religiosas mais recuadas, posteriores ao século IV, possivelmente uma basílica paleocristã que, localizada junto a uma das antigas portas e via da cidade, seguia a tradição tardo-romana de construir edifícios cristãos próximo de espaços funerários romanos, como era o caso³². Que a relevância do local permaneceria ativa mesmo após a reconquista definitiva de Viseu, em 1058, é indício o facto de Fernando Magno ter pretendido, sem sucesso, restaurar a dignidade episcopal nesse mesmo templo, o que explica a concessão da carta de couto à Regueira, incentivando o povoamento e o desenvolvimento desse sector urbano³³. Na verdade, será apenas nos inícios do século XII, concretamente no decorrer da década de 1110, quando Viseu é assumida pelos condes D. Henrique e D. Teresa como sede preferencial da corte, que se verifica uma estratégia concertada de dotar a cidade de “um renovado centro político, religioso e militar”, como bem notou Anísio Saraiva (**Fig. 3**)³⁴.

É com o objetivo de conferir um maior protagonismo aos edifícios de poder que, à cota mais alta, se edifica uma nova catedral³⁵ (re)constrói o paço condal e o castelo³⁶, organizados num complexo monumental que as muitas transformações

³⁰ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – “A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego”. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXVI, 1 (2002-2003), pp. 155-193.

³¹ TENTE Catarina, *et alli* – “A igreja de S. Miguel de Fetal. Resultados das escavações e a sua interpretação”. In TENTE, Catarina (ed. coord.) – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 2018, p. 97.

³² O que encontra respaldo nas menções que no século IX os presores de Afonso III fazem a uma basílica situada nos subúrbios da cidade onde, supostamente, teriam encontrado a sepultura do rei visigodo Rodrigo. TENTE Catarina, *et alli* – “A igreja de S. Miguel...”, p. 81 e p. 97.

³³ CARVALHO, Pedro Sobral de; ALVES Carlos – “Viseu: Pensar a Cidade. “O Couto da Regueira”. In TENTE, Catarina (ed. coord.) – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 2018, p. 165. Mesmo depois da mudança da sé para o topo da colina o templo de S. Miguel não é esquecido, facto que levava S. Teotónio a rezar aí missa todas as sextas feiras, como relata a *Vita Theotonii*, redigida cerca de 1162. TENTE Catarina, *et alli* – “A igreja de S. Miguel...”, p. 97.

³⁴ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – “Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185). A renovação de um perfil urbano”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10, Tomo I (2010), p. 21.

³⁵ Em 1183 ainda estaria em obras, como indica a doação de D. Afonso Henriques ao bispo e cabido de Viseu “com a condição de os cônegos manterem iluminado o altar de S. Maria e aplicarem o rendimento remanescente na construção da Sé e na aquisição de livros e ornamentos para os seus altares”. SARAIVA, Anísio – “Viseu, do governo condal...”, p.34.

³⁶ A primeira referência conhecida ao “palatium de Viseu” surge num documento assinado por D. Teresa, em 1127. O castelo está documentalmente atestado no ano de 1123. ALVES, Carlos – “Evolução da Catedral de Viseu – da época medieval à época moderna”. In TENTE, Catarina (ed. coord.) – *Do Império ao Reino. Viseu e*

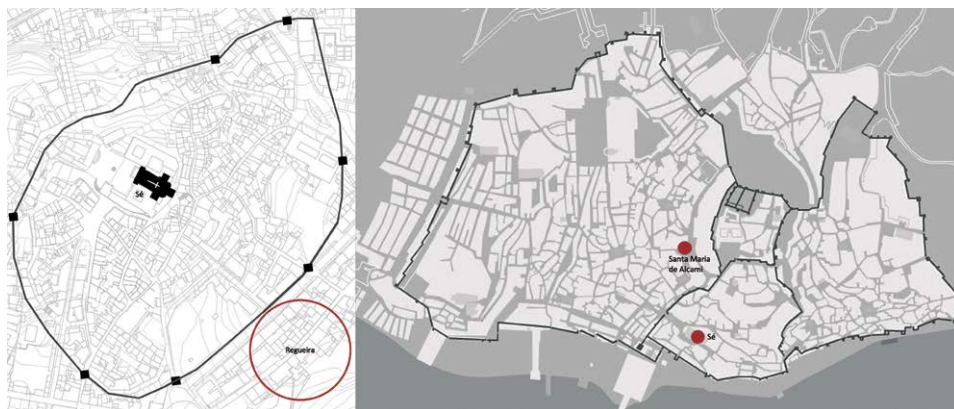


Fig. 3 – Plantas esquemáticas das cidades de Viseu e Lisboa, com indicação da localização das respetivas catedrais.

ocorridas no decorrer dos séculos seguintes tornam hoje difícil de interpretar com rigor³⁷.

Ainda mais incerto, como expectável, é o uso e ocupação do topo da colina à data em que os condes decidem aí implantar as mais importantes infraestruturas religiosas, civis e militares da cidade. Se os vestígios arquitetónicos integrados nos alicerces da atual sé revelam a existência de edifícios pré-românicos, correspondentes ao domínio asturo-leonês – integração de Viseu no reino asturiano por Afonso III, possivelmente em 872 ou 873, e presença de Ramiro II em Viseu, entre os anos de 926 e 930³⁸ –, para outros autores a existência de uma estrutura fortificada islâmica é igualmente uma possibilidade a considerar³⁹. O que não parece deixar dúvidas é que aí se localizara o epicentro da cidade romana de *Vissaium*⁴⁰, qualidade que recuperaria no século XII ao materializar um (breve) fenómeno precoce de

o território entre os séculos IV a XII. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 2018, pp. 137-138.

³⁷ A disposição relativa dos três edifícios não se torna mais clara na documentação medieval: em 1370, por exemplo, diz-se que a “*see da dicta cidade e em hum com o dito castelo*”, ALVES, Carlos – “Evolução da Catedral de Viseu...”, p. 139.

³⁸ MARTÍN VISO, Iñaki – “Integración política y geografías del poder en el noroeste de la península ibérica (siglos IX-X): el caso de Viseu”. In TENTE, Catarina (ed. coord.) – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 2018, p. 51. Ao período de Ramiro poderá igualmente corresponder a construção da Cava de Viriato, interpretado por Manuel Real e Catarina Tente como “um projeto abortado de cidade”. REAL, Manuel Luís; TENTE, Catarina – “A Cava de Viriato (Viseu): novos dados e interpretações”. In TENTE, Catarina (ed. coord.) – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, 2018, p. 12.

³⁹ ALVES, Carlos – “Evolução da Catedral de Viseu...”, p. 135. Hipótese que não é partilhada por Paulo Almeida Fernandes que aponta para este local “a invisibilidade da ação construtiva islâmica”. FERNANDES, Paulo Almeida – “A catedral românica”. In PAIVA, José Pedro (coord.) – *História da diocese de Viseu: século VI-1505*. Vol. 1. Viseu: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 119-120.

⁴⁰ CARVALHO, Pedro C.; CARVALHO, Pedro Sobral de; PERPÉTUO, João – “A cidade romana de Viseu e os seus principais espaços públicos”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 23 (2020), pp. 101-120.

“construção de capitalidade”⁴¹, algo próximo do que veremos repetido na Coimbra de Afonso Henriques, escassos anos depois.

Por entre as razões que explicam a implantação das sés, uma há que entronca diretamente no contexto da Reconquista: a queda de uma cidade significava para os vencidos a cedência de dois pontos de referência no tecido urbano: o alcácer, sede do poder político e militar, por regra na acrópole; a mesquita aljama, sede do poder religioso, quase sempre nas proximidades do anterior⁴². Razões estratégico-militares e simbólicas explicam a mudança de mãos destes equipamentos que marcavam “a mudança de domínio na cidade e o início dos novos tempos”⁴³. Dessa troca dá conta o manuscrito que relata a conquista de Lisboa aos Mouros⁴⁴: no dia de Todos os Santos, o arcebispo e quatro bispos, em louvor de Cristo e da Virgem, purificaram a mesquita, aí instalando a catedral⁴⁵. A crer neste testemunho⁴⁶, Lisboa, ou melhor al-Ushbuna, a maior cidade da fachada atlântica andaluza e que a historiografia atual, muito devedora de um renovado investimento da arqueologia, identifica com uma área de cerca de 45 ha⁴⁷, integra a longa lista de casos registados na Península Ibérica em que a catedral

⁴¹ Sobretudo entre 1109 e 1112, período correspondente aos últimos anos do governo do conde D. Henrique. Sobre a escolha de Viseu para sede da corte condal e o seu significado político veja-se SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – “Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques...”, pp. 17-20.

⁴² TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*, p. 76-77; TRINDADE, Luísa – “A ‘viagem das formas’ nos caminhos de peregrinação”. In OSSWALD, Helena; MARQUES, Alegria (coords.) – *Devoções e sensibilidades marianas: da memória de Cister ao Portugal de hoje. Livro do XIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2018, pp. 201-203; TRINDADE, Luísa – “A Reconquista e a cristianização da paisagem urbana portuguesa”. In AYALA, Carlos de; PALACIOS, Santiago (coords.) – *La Reconquista: ideología y justificación de la guerra santa peninsular*. Madrid; Lisboa: Colibri; La Ergástula, pp. 142-143.

⁴³ BRANCO, Maria João – “O Episcopado de Lisboa, entre a restauração da diocese e a fundação do arcebispado (1147-1393/1395)”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.) GOUVEIA, António de Camões; ANDRADE, Maria Filomena; FARELO, Mário (coord.) – *Bispos e arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, p. 88.

⁴⁴ *CONQUISTA de Lisboa aos Mouros em 1147...*, p. 69.

⁴⁵ Seguindo os sete passos do ritual romano, as lajes do chão foram lavadas, polvilhadas com areia e varridas, sendo, de seguida, unguadas com óleos santos. As paredes e o ar eram igualmente aspergidos com perfumes e óleos santos. BRANCO, Maria João – “O Episcopado de Lisboa, entre a restauração da diocese e a fundação do arcebispado...”, p.88. Sobre os rituais de consagração veja-se BUENO SÁNCHEZ, Marisa – “Rituals of Victory: The Role of Liturgy in the Consecration of Mosques in the Castilian Expansion over Islam from Eleventh to Thirteenth Centuries”. *Religions* 13(5), 379, 2022, pp. 1-15.

⁴⁶ Sobre o caso de Lisboa e a forma como apesar de algumas contestações parece ser ainda esta a teoria dominante, em parte fortalecida pela descoberta no local depois ocupado pelo claustro da Sé de vestígios de um edifício público, talvez uma sala de abluções associada à mesquita, veja-se SILVA, M. Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2022, pp.73-82 e 106-119.

⁴⁷ O crescimento significativo de al-Ushbuna, como de resto da generalidade dos núcleos urbanos do sudoeste do Gharb, é um fenómeno que se começa a desenhar no século XI e se prolonga pelos dois séculos seguintes, correspondendo a um marcado investimento almorávida e almóada. Visível (também) na reorganização material dos centros urbanos, em Lisboa fica particularmente patente na estruturação da alcáçova, na (re)construção da mesquita aljama, na edificação do bairro da alcáçova e no crescimento de arrabaldes, de que é exemplo, o bairro da praça da Figueira. FERNANDES, Hermenegildo – “Alguns problemas em torno de uma transição urbana no sudoeste da Península Ibérica (seculos XI-XII)”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *Abastecer a Cidade na Europa Medieval = Provisioning Medieval European Towns*. Lisboa: IEM, 2020, pp. 37-61.

sucedeu à mesquita⁴⁸, edifício que neste caso específico seria relativamente recente, muito provavelmente do séc. XI⁴⁹. A indispensável “cristianização dos costumes”, como mais tarde escreveria Eiximenis⁵⁰, ocorreu logo em 1149⁵¹, com a construção de um edifício de raiz, não só de clara feição cristã, como sobretudo de acordo com os preceitos romano-cluniacenses. A nova sé seria dedicada a Santa Maria Maior, assim se distinguindo da outra Santa Maria, de Alcamim, antiga sé moçárabe, situada a ocidente do castelo, em local pouco cobiçado e desprotegido (**Fig. 3**)⁵². Como em Viseu, a mudança de implantação significava uma outra visibilidade e dignidade, aspetos mais valorizados que a manutenção do velho local de culto. Tanto mais que importava obliterar a tradição moçárabe⁵³.

A mesma cedência forçada dos locais estratégicos, afastados os vencidos e instalados os vencedores, verificou-se em Évora. A catedral que hoje vemos, situada no topo oriental da acrópole, ocupa o lugar de um modesto templo iniciado alguns anos após a reconquista da cidade, em 1165, e sagrado em 1204 (**Fig. 4**)⁵⁴. Como sempre, nas

⁴⁸ Toledo, Coria, Huesca, Tudela, Saragoça Córdova, Baeza, Badajoz, Valência, Calatrava, Jaén, Almería, Sevilha ou, já bastante mais tarde, Granada, são alguns exemplos de mesquitas consagradas como templos cristãos. Entre a bibliografia dedicada ao tema veja-se BURESI, Pascal – “Les conversions d’églises et de mosquées en Espagne aux XIe-XIIIe siècles”. In BOUCHERON, Patrick; CHIFFOLEAU, Jacques (eds.) – *Religion et société urbaine au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2000, pp. 333-350; CARRERO SANTAMARIA, Eduardo – “Entre Almuédanos y Campanas. Constantes sobre la conversión de aljamas en catedrales”. *Hortus Artium Medievalium. Journal of the International Research Center for Late Antiquity and Middle Ages*, 17, 2011, pp. 85-200; CALVO CAPILLA, Susana – “De mezquita a iglesia...”, pp. 129-148; RUEDA GALÁN, Luis – “La aljama cristianizada de Baeza en el siglo XIII, primera catedral de Andalucía”. *TEMPORÁNEA 2* (2021), pp. 24-51 e BUENO SÁNCHEZ, Marisa – “Rituals of Victory: The Role of Liturgy in the Consecration of Mosques...”, pp. 1-15.

⁴⁹ AMARO, Clementino – “Presença muçulmana no claustro da sé catedral: três contextos com cerâmica islâmica”. LACERDA Manuel, et alii (coord.) – *Garb. Sítios islâmicos do sul peninsular*. Lisboa: IPPAR, 2001, p. 167-168.

⁵⁰ SERRA DEFILIS, Amadeo – “Orden y decorum en el urbanismo valenciano de los siglos XIV y XV”. In CASAMENTO, Aldo; GUIDONI, Enrico (a cura di) – *La Città Medievali dell’Italia Meridionale e Insulare*. Roma: Edizione Kappa, 2002, pp. 37-50.

⁵¹ Sobre o início das obras da Sé de Lisboa, Manuel Fialho Silva chama a atenção para o documento datado de dezembro de 1149 em que D. Afonso Henriques doa, dos bens que anteriormente pertenciam à mesquita, “32 domus ad opus supra dicte sedis”. SILVA, M. Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval...*, p. 81 e p. 110.

⁵² FERNANDES, Paulo Almeida – “A marginalidade do lado cristão: o breve exemplo dos moçárabes de Lisboa”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*, vol. III. Porto: Civilização, 2003, p. 1237.

⁵³ Sobre a denominada Reforma Gregoriana veja-se AMARAL, Luís Carlos – “A restauração da diocese do Porto e a chegada do bispo D. Hugo”. In AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do cabido portugalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2017, pp. 30-33. Sobre as práticas rituais e renovação litúrgica, ROSA, Maria de Lurdes – “A força dos ritos na identificação comunitária: os moçárabes de Coimbra e a introdução da liturgia romana (1064-1116)”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 433-440.

⁵⁴ PEREIRA, Paulo – “O modo gótico (séculos XIII-XV)”. In PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 364. O período de obras torna-se mais claro através das doações régias dos três primeiros monarcas portugueses: em 1179, no seu segundo testamento, D. Afonso Henriques deixa 500 maravedis para a obra da Sé; D. Sancho I deixa, em 1188, 50 marcos de prata para um frontal, e D. Afonso II, em 1221, contempla “as obras da Sé” com 600 morabitinos. VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um poder. A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999, p.

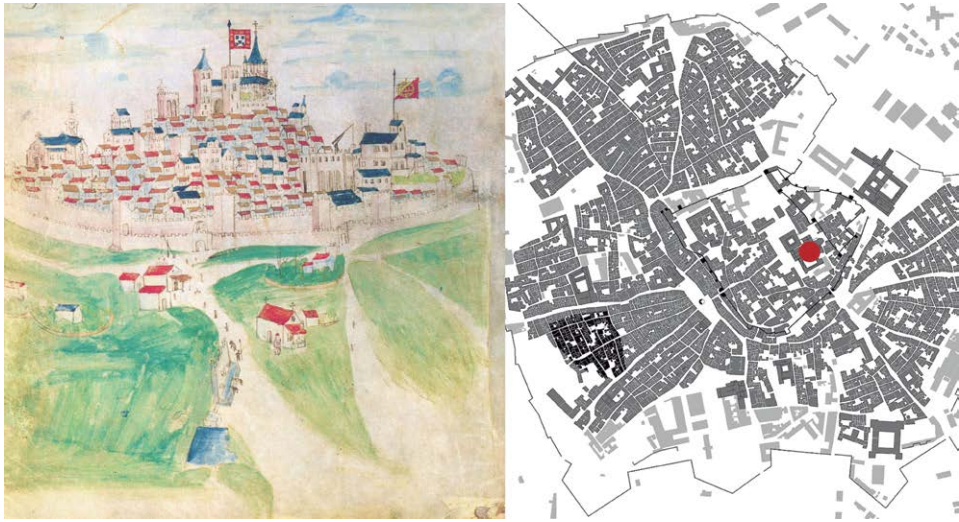


Fig. 4 – Vista de Évora. Frontispício do Foral da Cidade de Évora, Duarte de Armas, 1501.
Planta esquemática da cidade de Évora com indicação
da localização da respetiva catedral.

suas proximidades ergueu-se o paço do bispo, não longe do castelo. Catedral, paço e castelo que, por sua vez, ocuparam uma área aúlica islâmica, com o alcácer (velho), erguido certamente depois de 914 e antes de 1165, no decorrer do período califal⁵⁵, e a mesquita aljama⁵⁶ hipoteticamente situada no local da atual Sé, equipamentos centrais da Yábura islâmica, dos séculos VIII a XII. Numa sequência estratigráfica de usos incompleta, por nada se saber da primitiva sé paleocristã, é, todavia, possível retroceder, neste mesmo espaço, até ao fórum clássico, de cujos edifícios subsiste ainda o templo, também ele sucessivamente refuncionalizado, primeiro integrando o alcácer⁵⁷, depois o castelo, posteriormente o açougue⁵⁸. Fórum, mesquita e catedral configuram uma sequência que indicia uma clara herança de centralidades, mas também de capitalização de estruturas e simbologias.

Como temos vindo a ver, raramente existiu uma razão única, menos ainda uma prática constante. Neste âmbito, Silves permanece uma incerteza, não tendo ainda

26 e 32. MARTINS, Armando Alberto – “Dois bispos portugueses da segunda metade do século XII”. In BARROCA Mário Jorge (Coord.) – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam* vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 32.

⁵⁵ FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia – “O Urbanismo de Évora no Período Medieval”. *Monumentos* 26 (2007), pp. 8-9.

⁵⁶ BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian – JNIC, 1995, p. 16.

⁵⁷ FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia – “O Urbanismo de Évora...”, p. 9.

⁵⁸ SILVA, António Carlos – “A “restauração” do templo romano de Évora”. *A Cidade de Évora* II série, 1 (1994-1995), p. 67. BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média...*, p. 45 e 64-65.

a arqueologia conseguiu comprovar de forma inequívoca o que sucedeu no período pós-reconquista aos principais locais de culto. Com efeito, a tradição que aponta para uma implantação da catedral sobre a mesquita continua a ter defensores, com destaque para Teresa Gamito⁵⁹ que reconhece no maior desgaste dos silhares da base da antiga torre sineira, localizada no topo norte do transepto, um possível vestígio do templo islâmico. Da mesma forma, a proximidade da cisterna da Rua do Castelo à igreja pode igualmente ser um argumento a ter em conta, face à estreita associação entre mananciais de água e os rituais islâmicos⁶⁰. Nesta mesma linha de raciocínio, da manutenção do local de culto, Maria José Gonçalves⁶¹ argumenta que a mesquita poderia ter uma dimensão inferior à da igreja cristã, justificando-se a inexistência de achados pelo facto de esta poder ter coberto integralmente aquela. De forma divergente, Rosa Varela Gomes⁶² posiciona a mesquita aljama na rua da Azóia, junto à alcáçova e à mesma cota desta, local para onde convergiam duas das mais importantes ruas da medina. Mas também esta localização é tão só uma hipótese, ancorada na habitual proximidade do templo à madrasa, edifício a que poderia pertencer o pequeno bocal de poço descoberto *in situ*, com decoração religiosa (motivos profiláticos e apotropaicos). Ou seja, segundo esta interpretação, os conquistadores teriam escolhido um novo local para a catedral, escassos metros a sul, área em cujo redor existiria então casario denso. Da catedral então erguida nada se sabe, destruída, pelo menos parcialmente por um terramoto, obrigando, ainda no século XIV, mas com as obras a prolongarem-se pela centúria seguinte, à construção do templo que hoje subsiste (**Fig. 1**)⁶³.

Neste âmbito de uma eventual sobreposição mesquita/catedral, também Coimbra permanece uma incógnita. Como noutros casos, a cidade romana foi paulatinamente desativada. Num contexto transversal de privatização dos antigos espaços públicos, de abandono dos templos pagãos e de reutilização dos edifícios monumentais⁶⁴, por vezes apenas como material de construção, em Coimbra, no decorrer da Alta Idade Média, o que restava do fórum foi transformado em residência episcopal. Menos de 100 metros abaixo, a meio da encosta e num dos eixos mais concorridos de toda a cida-

⁵⁹ GAMITO, Teresa, *et alii*. – “A Sé de Silves: A memória da pedra”. *Arqueologia Medieval* 5 (1997), pp. 279-280. Opinião que continua a ser seguida por autores mais recentes como SILVA, Gonçalo Melo da – *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2021, p. 282. Tese de Doutoramento.

⁶⁰ GAMITO, Teresa – “A cisterna árabe e a sua possível ligação à mesquita maior da cidade”. *Monumentos* 23 (2005), p. 56.

⁶¹ GONÇALVES, Maria José da Silva – *Silves islâmica: a muralha do arrabalde oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*. Faro: Universidade do Algarve, 2008, pp. 72-73. Dissertação de Mestrado.

⁶² GOMES, Rosa Varela – “Da Silves islâmica à Silves da Expansão: a evidência arqueológica”. *Monumentos* 23 (2005), p. 26.

⁶³ PEREIRA, Paulo – “O modo gótico (séculos XIII-XV)”, p. 418.

⁶⁴ GUTIÉRREZ LLORET, Sonia – “De la *civitas* a la *madina*: destrucción y formación de la ciudad en el sureste de Al-Andalus. El debate arqueológico”. In *IV Congreso de Arqueología Medieval Española. Sociedades en transición*. Madrid: CSIC. Tomo I, 1993, p. 17.

de, foi edificada, no decorrer da segunda metade do século XII, a catedral românica – a atual Sé Velha –, expressão emblemática da matriz europeizante da corte Afonsina⁶⁵.

Se este processo de construção é relativamente bem conhecido, suportado, aliás, por um número invulgar de documentos coevos⁶⁶, o mesmo não se passa para os séculos imediatamente anteriores, quando a cidade foi objeto de disputa permanente entre muçulmanos e cristãos: dominada pelo Islão logo a partir de 714, seria recuperada pelo conde Hermenegildo Guterres, às ordens de Afonso III de Leão, no ano de 878. Depois de cerca de um século em mãos cristãs, seria de novo tomada, em 987, no quadro da extensa e devastadora ofensiva chefiada por Almançor. A alternância de posse chegaria definitivamente ao fim em 1064, com a reconquista da cidade por Fernando Magno, rei de Leão e Castela⁶⁷. Ao longo destes 350 anos muitas terão sido as circunstâncias que determinaram a localização dos locais de culto cristão. Três séculos e meio marcados, em termos globais, por um crescendo de intolerância, cuja tensão se faria sentir, em primeiro lugar, no próprio edifício da catedral, aquele que, por entre os vários templos existentes, de forma mais emblemática expressava a presença cristã no espaço urbano.

Neste(s) contexto(s), e apesar de todo o longo investimento historiográfico já realizado, pouco mais é possível do que elencar as hipóteses mais plausíveis, pontualmente ancoradas em dados relativamente seguros⁶⁸. Assim, sabe-se que a sé românica foi erguida no mesmo local da sua antecessora, por sua vez levantada (ou profundamente remodelada) entre os finais do século XI e os inícios do século XII, estando ainda em construção em 1108⁶⁹. Templo este que, impulsionado pelos condes D. Raimundo e, sobretudo, D. Henrique, expressava já a aposta da corrente romano-cluniacense⁷⁰, que assim aproveitava a fragilidade da tradição moçárabe, profundamente atingida pelo desaparecimento de D. Sesnando, em 1091.

⁶⁵ ROSSA, Walter – “Urbanismo e poder na fundação de Portugal: a reforma de Coimbra com a instalação de Afonso Henriques”. In RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo Sousa, (coord.) – *Evolução da Paisagem Urbana - Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 127-143. TRINDADE, Luísa – “A ‘viagem das formas’...”, p. 218-219.

⁶⁶ *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Edição Manuel Augusto Rodrigues (dir. e coord. editorial); Avelino de Jesus da Costa (dir. científica). Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

⁶⁷ MARQUES A. H. de Oliveira – “O Portugal Islâmico”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel (dirs.) – *Nova História de Portugal*, vol. 2: *Portugal, das invasões Germânicas à Reconquista*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 121-136 e 257-265. MATTOSO, José – “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”. In MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. 1: *Antes de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, pp. 531-541. CATARINO, Helena – “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”. In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Muçulmanos e Cristãos entre Tejo e o Douro, séculos VIII a XIII*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.195-214.

⁶⁸ Para um elenco exaustivo das referências documentais conhecidas veja-se ALARCÃO, Jorge de - *Coimbra, a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 98-104.

⁶⁹ FERNANDES, Paulo Almeida; REAL, Manuel Luís – “A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando (Parte 1)”. *Portvgalia*, Nova Série, 41 (2020), p. 148.

⁷⁰ FERNANDES, Paulo Almeida; REAL, Manuel Luís – “A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando...”, p. 148.

Continuando a recuar no tempo, é justamente o período anterior, correspondente ao governo do alvazil, aquele que mais interrogações suscita. A questão central reside no próprio episódio de captura da cidade, em 1064, após seis longos meses de cerco: teria a catedral inutilizado a mesquita numa demonstração de força dos vencedores? Talvez não, tendo em conta a política seguida pelo mesmo D. Sesnando em circunstâncias próximas, ocorridas duas décadas depois: a recusa em profanar a mesquita de Toledo após a reconquista da cidade, em 1085. Tal facto poderá constituir um indicador do que possa ter acontecido anos antes em Coimbra, cidade que governou desde 1064 até à sua morte, em 1091, intervalo cronológico que, mesmo que mitificado, parece ter sido de convivência e tolerância⁷¹. Mas nesse caso, a terem coexistido, onde se situariam? Porventura muito próximas uma da outra, nessa mesma plataforma a meia encosta⁷². (Fig.1) Com efeito, vários autores têm apontado como plausível a existência nesse mesmo local de uma catedral moçárabe, eventualmente erguida na sequência da primeira reconquista cristã, em 878, por desígnio do conde Hermenegildo Guterres, que, por esse ato particularmente simbólico, legitimava a imposição da nova ordem, de novo cristã⁷³.

A retoma de Almançor em 987, todavia, com o repovoamento da cidade e o fortalecimento da comunidade islâmica, tudo isso em contexto de forte islamização de todo o território do al-Andaluz, teria em Coimbra consequências evidentes, a começar pela construção do monumental alcácer⁷⁴. O que possa ter acontecido nesse momento de vincada marcação territorial e profunda tensão entre dominadores e dominados é uma incógnita. Mas duas hipóteses se colocam: a sobreposição forçada do local de culto, transformando a catedral em mesquita⁷⁵; a desativação da catedral dos condes, em função da imposição de uma nova política de exclusividade de culto no interior do espaço muralhado – o do vencedor, naturalmente –, apenas se tolerando a subsistência de templos cristãos na periferia urbana⁷⁶. A cremos nesta segunda hipótese, a sede episcopal terá ocupado, entre 987 e 1064, alguma basílica extramuros.

Por este raciocínio, e retornando de novo a 1064, de forma similar ao que se verificou em Viseu, a reconquista de Coimbra por Fernando Magno poderá ter significado a reentrada do principal templo cristão na medina, o qual, abandonando a periferia, viria ocupar, de novo, o seu lugar de direito, bem no centro da urbe, neste

⁷¹ COELHO, Maria Helena da Cruz – “Nos alvares da História de Coimbra: D. Sesnando e a Sé Velha”. In *Sé Velha de Coimbra: Culto e cultura*. Coimbra: Catedral de Santa Maria de Coimbra, 2005, pp. 11-39

⁷² ROSSA, Walter – *Diversidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001, p.178. Tese de Doutoramento.

⁷³ FERNANDES, Paulo Almeida; REAL, Manuel Luís – “A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando...”, p. 149.

⁷⁴ PIMENTEL, António Filipe – *A morada da sabedoria I - O paço real de Coimbra das origens ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: Almedina, 2006, p. 172.

⁷⁵ PIMENTEL, António Filipe – *A morada da sabedoria...*, p. 177.

⁷⁶ FERNANDES, Paulo Almeida; REAL, Manuel Luís – “A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando...”, p. 146.

caso concreto a igreja condal, compulsivamente abandonada nas últimas quase oito décadas. Note-se, todavia, que a garantia de ter sido essa a catedral Sesnandina ou da coexistência lado a lado de ambos os templos – a catedral reocupada e a mesquita respeitada – é algo que só a arqueologia pode ainda, porventura, atestar.

Rematamos esta breve reflexão com um caso diametralmente oposto, em que a escolha do local de implantação da catedral não decorre de vínculos a usos e ocupações passadas: o da Guarda, cidade nova erguida em solo praticamente virgem, um esporão com mais de 1000 metros de altitude, capaz de defender o território e fronteira, de consolidar o povoamento e, assim, afirmar a autoridade régia.

Não sendo seguro que a Guarda tenha recebido uma catedral logo após a transferência da diocese de Egitânia, no reinado de D. Sancho I, foquemo-nos naquela que sabemos estar em construção em 1305. Num olhar retrospectivo, a partir do presente, encontramos-la extramuros, frente à Porta dos Ferreiros, facto verdadeiramente invulgar tendo em conta aspetos como a segurança, sobretudo numa cidade como a Guarda – cuja vocação o próprio topónimo identifica –, tanto mais que não era devedor de qualquer tradição, de um qualquer templo anterior, por exemplo, como vimos já ser tão frequente. Se optarmos por um outro ponto de observação, todavia, e nos posicionarmos à época do lançamento da primeira pedra, ou seja, em momento anterior a 1305, o panorama muda substancialmente. Com efeito, quando a catedral começa a ser erguida, a muralha da Guarda está muito longe de acabada, apresentando ainda longos troços por levantar, caso do muro oriental onde se viria a inscrever a porta dos Ferreiros, apenas construído em finais do século XIII ou mesmo no primeiro quartel do século XIV⁷⁷. Os troços norte e sul são ainda mais recentes, da transição do século XIV para o XV. Significa isso que à data da escolha do local, não só não havia ainda muralha como o núcleo em que a catedral se inseria revelava um forte crescimento, contando já com três paróquias. Num tecido urbano ainda por consolidar e definir, com todas as possibilidades em aberto, porquê deixar o principal templo fora da muralha? No mesmo sentido, porquê deixar desprotegido um sector fundamental do aglomerado, em franco crescimento? Que tal constituiria um perigo eminente prova-o a ação do rei D. Fernando quando, em 1369, preparando-se para a guerra com Castela, ordenou a destruição do arrabalde, incluindo a própria sé, uma atitude com paralelos em Guimarães, Porto ou Montemor-o-Velho⁷⁸. Foi na seqüência deste episódio que se edificou a atual catedral, agora no interior das muralhas, imediatamente a sul dos antigos centros de S. Vicente e Santa Maria, qualquer deles já demasiado consolidado para permitir a construção de um programa grandioso como foi o deste novo templo gótico. A questão que aqui coloco e que noutra local

⁷⁷ GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval, 1200-1500*. Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 38.

⁷⁸ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 108.

desenvolvi⁷⁹, prende-se com a hipótese de o perímetro muralhado originalmente previsto para a Guarda ter sofrido alterações significativas no decorrer do longo processo construtivo. Talvez “atalhado”, para usar uma expressão documentada⁸⁰, refletindo hesitações que outros elementos, como os dois castelos, um românico⁸¹, outro já gótico⁸², situados em extremos opostos do esporão, também ajudariam a explicar. Atalho talvez também justificado pela forte quebra demográfica sentida em meados do século XIV. E não poderá ser essa, porventura, a justificação para a implantação extramuros da catedral da Guarda? (Fig. 5)

Num percurso necessariamente rápido pelos momentos e espaços de implantação das nove catedrais medievais portuguesas ressalta, como expectável, que a escolha precisa do local nada tem de aleatório. À exceção da Guarda, cidade ex novo e sem vínculos a preexistências, o quadro global remete quase invariavelmente para um registo temporal de longas sequências, do Império Romano à Reconquista Cristã, em que duas circunstâncias, sobretudo, justificam a decisão: a relevância de um templo paleocristão, numa estreita ligação ao passado tardo-romano, e determinando frequentemente movimentos de recentramento das principais funções urbanas; a ocupação do espaço ocupado pelo principal templo islâmico, a mesquita aljama, sendo a transformação do edifício propriamente uma questão distinta, sujeita a diferentes vicissitudes e tempos⁸³. Se estas podem ser apontadas

⁷⁹ TRINDADE, Luísa – “A Guarda Medieval – génese e evolução da Cidade”. In SOUSA, Fernando de (coord.) – *Guarda. Das Origens à Atualidade*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2023, pp. 311-339.

⁸⁰ Expressão usada no *Tombo da Comarca da Beira* [item G93], inquérito às propriedades régias realizado em 1395. Publicado em 1916 por Anselmo Braamcamp Freire no vol. X do *Arquivo Histórico Português*, o documento foi novamente transcrito por JACOB, Berta, et alii – “A judiaria da Guarda em 1395”. *Oficina da História* [Em linha]. Guarda: 2017. [Consultado a 1.8.2022]. Disponível em: <https://www.cei.pt/ohg/a-judiaria-da-guarda-em-1395.html>

⁸¹ PEREIRA, Vítor; CAMEIJO, Alcina – “Os sistemas defensivos da Guarda Medieval. Contributos para o seu conhecimento”. In FERNANDES Cristina Isabel (coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*. Vol. I. Lisboa: Colibri; Campo Arqueológico de Mértola, 2003, pp. 435-443. RAMOS, Tiago; CAMEIJO, Alcina; PEREIRA, Vítor – “A Torre Velha da Guarda: de torre românica a vazadouro de detritos”. In COSTA, Adelaide Millán da; PRATA, Sara (eds.) – *Pequenas Cidades no Tempo: o ambiente e outros temas*. IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2021, pp. 181-194.

⁸² FERNANDES, Lídia – “Novos elementos sobre o castelo da Guarda (séculos XIII-XVIII)”. *Beira Interior. História e Património*. Guarda: Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior, 2000, pp. 239-252.

⁸³ Uma alternância de cultos que se registou também nas mesquitas de bairro transformadas em igrejas paroquiais e matrizes. Sobre este aspeto e relativamente a Lisboa, veja-se SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval...*, pp. 72-80. Quanto ao tempo que poderia passar entre a consagração e a nova edificação, o espectro é muito amplo e vai do quase imediatismo verificado em Lisboa à manutenção secular que se regista no caso de Mértola, cuja intervenção decorreria apenas já no século XVI. Sobre o conjunto de mesquitas detetáveis no atual território português, sua transformação e vestígios ainda remanescentes, veja-se MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio – “Contributos da arqueologia medieval para o conhecimento do processo urbanístico e territorial da passagem do Garb al-Andalus para o reino de Portugal”. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 21-23. Sobre a mesquita de Mértola veja-se BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS Maria de Fátima Rombouts de – “A mesquita-igreja de Mértola”. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *As Ordens Militares: Guerra, Religião, Poder e Cultura*. Vol. II. Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 341-365.

como as razões estruturantes, numa análise fina desta espessa cronologia, perante o carácter fragmentário das informações e a ausência ou insuficiência de intervenções arqueológicas, muitos são ainda os hiatos mais ou menos extensos que dificultam a leitura e interpretação da genealogia do espaço.

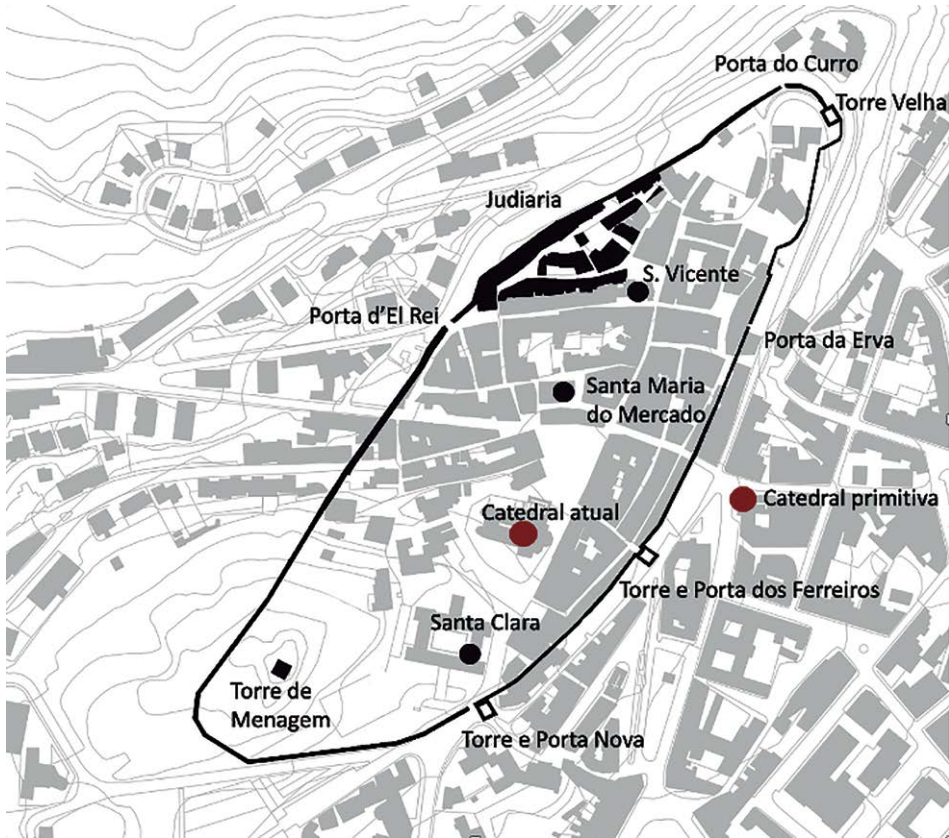


Fig. 5 - Planta esquemática da cidade da Guarda, com indicação dos principais edifícios e equipamentos.

The evolution of the cathedral of Siena between the 11th and 14th century: *building sites, craftsmen, know-how*

*Marie-Ange Causarano*¹

Abstract

Since the 11th century, the episcopal complex of Siena underwent an almost uninterrupted sequence of building activity that profoundly affected its appearance. From the Romanesque cathedral of the 12th century to the great construction site of the 13th century, the building assumed, through a series of demolitions and renovations, the form of the religious complex visible today, completed in the second half of the 14th century. Beginning with an archaeological analysis of the historical structure (Archaeology of Architecture), the construction history of the building is framed within the changes of the hill on which the Duomo was founded as well as the surrounding urban context of reference (the city of Siena), with the aim of reconstructing the historical processes that determined its formation, identifying the exchanges that took place between the building site, its urban environment and the adjacent territory, which constituted the main source of craftsmen, labour and materials.

Keywords

Siena; Cathedral; Building site; Craftsmen; Know-how.

¹ Università di Messina.

L'evoluzione della cattedrale di Siena tra XI e XIV secolo: cantieri, maestranze, *know-how*.

Abstract

Il complesso episcopale di Siena ha visto, fin dall'XI secolo, un susseguirsi quasi ininterrotto di cantieri che ne hanno profondamente trasformato l'aspetto. Dalla cattedrale romanica del XII secolo, si è passati al grande cantiere duecentesco e, attraverso una serie di distruzioni e ricostruzioni, fino al duomo oggi visibile, completato nella seconda metà del Trecento. Partendo da un'analisi di tipo archeologico dell'edilizia storica (archeologia dell'architettura), le vicende costruttive dell'edificio sono inquadrare all'interno dell'evoluzione del colle del Duomo e del contesto urbano di riferimento (la città di Siena), con l'obiettivo di ricostruire i processi storici che ne hanno determinato la formazione, individuare gli scambi tra il cantiere, l'ambiente urbano e il territorio limitrofo, principale bacino di approvvigionamento di maestranze, manodopera e materiali.

Parole chiave

Siena; Cattedrale; Cantiere; Maestranze; *Know-how*.

Introduction.

In order to document the origin and development of the cathedral of Santa Maria Assunta in Siena, as well as its interaction with the surrounding urban fabric, it is necessary to contextualize the building process it underwent on an urban planning level, identifying the exchanges that took place between the worksite, the urban environment and the surrounding territory, which constituted the main source of craftsmen, labour force and materials.

Within the pre-communal and communal Siennese urban society, the construction site of the Duomo constituted a catalysing element of the different realities at work during its long, and often troubled, history. Studying these activities from an archaeological point of view has permitted the comprehension and contextualization of its construction process – part of that European-scale phenomenon that was the raising of cathedrals during the Medieval period – not only in terms of architectural development per se, but also in the reciprocal influence it had with the urban environment.

The exchange of technological innovations, the professional level of the craftsmen and the circulation of specialized labour can all provide important insights,

if read through the study of the masonry, for the identification of the know-how and the wealth of knowledge that characterized the technical ambitus² in which the craftsmen at work on the site of the cathedral of Siena developed.

The construction of the episcopal complex and its impact on the surrounding settlement structure also appear as a multi-layered reality, frequently of difficult interpretation. A plurality of voices concur to specify the constituent elements and dynamics underlying the transformations that led to the construction of the Duomo, materially represented by architectural stratifications, the result of a long evolutionary process, thus providing a constantly changing reality, far more complex than the great architectural programs that the still-existing buildings might suggest.

1. The construction of the episcopal complex between the late 10th and 12th centuries.

The landscape of Siena is characterized by a complex geomorphology, comparable to a sort of 'plateau', the boundaries of which are marked by deeply eroded ravines. Three main ridges can be identified, which join to form a Y at the intersection of the three so-called "terzi" or "terzieri" (Terzo di Città, Camollia and San Martino³) into which the city had been divided since the Medieval period. These converge in the area of Castelvecchio, forming the hill of Siena, the oldest urban settlement nucleus together with the hill of the Duomo. The Cathedral of Santa Maria thus occupied a strategic position within the fabric of the Roman and Early Medieval *civitas*, as archaeological excavations carried out in recent years have confirmed⁴. However, it is only from the 10th-11th century onwards that written sources and archaeological data have made it possible to broadly trace the settlement structure on which the 'Christian topography' of the city was established⁵.

² BIANCHI, Giovanna – "Trasmissione dei saperi tecnici e analisi dei procedimenti costruttivi", *Archeologia dell'Architettura*, I (1996), pp. 53-64, pp. 53-56.

³ Of the three terzi, the first corresponds to the original *civitas*; that of Camollia originates from the merging of the settlements developed to the north, whereas the terzo of San Martino comprises the settlements that developed to the south-east; each occupies the ridge of a hill and is traversed by a main road axis (the Via Francigena in the terzi of Camollia and San Martino, via di Città – via Stalloreggi in that of Città).

⁴ BOLDRINI, Enrica; PARENTI, Roberto (ed.) – *Santa Maria della Scala. Archeologia e edilizia sulla piazza dello Spedale*. Firenze: All'Insegna del Giglio, 1991; CAUSARANO, Marie-Ange; FRANCOVICH, Riccardo; VALENTI, Marco – "L'intervento archeologico sotto il duomo di Siena: dati e ipotesi preliminari". In GUERRINI, Roberto (ed.) – *Sotto il duomo di Siena. Scoperte archeologiche, architettoniche e figurative*. Milano: Silvana ed., 2003, pp. 153-168; CASTIGLIA, Gabriele – *Il Duomo di Siena: Excavation and Pottery below Siena Cathedral*. Oxford: BAR Int. Ser., 2014.

⁵ CANTINI, Federico – "Prima dell'ospedale: Siena tra tarda antichità e XI secolo. Genesi della città altomedievale a partire dalla definizione della *civitas christiana*". In GABBRIELLI, Fabio (ed.) – *Ospedale di Santa Maria della Scala: ricerche storiche, archeologiche e storico-artistiche*, Atti della giornata di studi (Siena, 28 aprile 2005). Siena: Protagon Editori, 2011, pp. 31-54; CASTIGLIA, Gabriele – "Lucca e Siena a confronto: trasformazioni urbane nella Tuscia Annonaria dall'età classica alla fine dell'altomedioevo". *Mélanges de l'École française de Rome – Moyen Age – MEFROM* 128-1 (2016), pp. 163-187; PELLEGRINI, Michele – *Vescovo e*

If we try to reconstruct the topography of the hill and the summit plateau on the cathedral hill (referred to in documents as *planum Sanctae Marie*) in relation to the development of the episcopal complex before the turn of the millennium, written sources tell us very little. The rare documentary evidence that does mention the presence of episcopal buildings on the hill of the Duomo dates back to the 9th century, although their location, not documented by any material findings, is still uncertain: a *domus Senate ecclesie* is mentioned in 833, a *domus episcopi* in 881 and from 913 onwards a *sedes Beate Marie*. The first reference of the existence of a *castellum Sancte Marie*⁶, the description used in written sources between 1012 and the last decades of the 11th century to indicate the episcopal complex, dates to the beginning of the 11th century.

The spatial organization of the episcopal complex begins to emerge only in the second half of the century. The existence of a *palatium episcopi* is recorded for the first time in 1074-1075; in those same years a *casa solariata* is referred to in several documents, property of bishop Rodolfo (1073-1084) – perhaps identifiable as part of the bishop's residence – while a *gardingio de episcopo* is documented in 1105⁷; not far from the canons' houses must also have been their *xenodochio et ospitale*, attested in 1090⁸. We do not know the exact location, the actual size and shape of these early buildings, but by the end of the 11th century the canonical complex must have formed a well-structured reality, an articulated monastery-like citadel furnished not only with its own hospital, but also with a series of structures and a cloister. On the opposite side of the *planum Sancte Marie*, not far from the cathedral, was the baptistery, mentioned in sources from the year 1090 and demolished at the beginning of the 14th century.

Therefore, between the second half and the end of the 11th century, the summit plateau and the slopes of the cathedral hill underwent an intense building activity that gave way to a complex construction reality: the church, with a single apse and no transept, was surrounded on one side by the residence of the canons, with cloister, refectory and *xenodochium*, and on the other side by the episcopal chapel of San Giacomo, no longer preserved, as well as the bishop's palace, with the baptistery a short distance away.

Throughout the 11th century, the complex of the cathedral of Santa Maria thus appears as a veritable “polyfunctional fortified citadel” (the *castellum Sancte Marie* attested by the sources), where the term *castellum* seems to refer not only to the

città. *Una relazione nel Medioevo italiano (secoli II-XIV)*. Milano: B. Mondadori, 2009, pp. 24 ss.

⁶ GIORGI, Andrea; MOSCADELLI, Stefano – *Costruire una cattedrale. L'Opera di Santa Maria di Siena tra XII e XIV secolo*. In ANSELM, Peter, SEIDEL, Max (dir.) – *Die Kirchen von Siena*, 3. München: Deutscher Kunstverlag, 2005, p. 49.

⁷ GIORGI, Andrea; MOSCADELLI, Stefano – *Costruire una cattedrale...*, p. 19.

⁸ SORDINI, Beatrice – *Dentro l'antico Ospedale. Santa Maria della Scala, uomini, cose e spazi di vita nella Siena medievale*. Siena: Silvana ed., 2010.

existence of structures placed in defence of the cathedral area – of which no material traces have been recorded with the exception of a few documentary references to the aforementioned *gardingio de episcopio* and a *gardingio canonice* – but also to the layout of the entire area, surrounded to the north, west and south by steep slopes. The urban fabric around the episcopal complex, evolving from the mid-11th century, initially developed along the northern and north-western slopes of the hill, on the summit of which stood the cathedral; this last was protected by the underlying *murus civitatis*, built in defence of the hill since the 9th century⁹ and in which the Porta Salaria, one of the main entrances to the city, once opened.

The entire episcopal centre was transformed in the course of the 12th century (**Fig. 1**): no longer a polyfunctional citadel, but an open area characterized by religious, charitable and public buildings. While the canonical spaces were enlarged and provided with a dormitory¹⁰, the end of the 12th century saw the construction of a new hospital building, the complex of Santa Maria della Scala, located opposite the cathedral façade¹¹.

On the eve of the extraordinary economic flowering that was to characterize the city in the 13th century, between the end of the 12th and the middle of the 13th centuries, a gradual distribution of spaces began to develop on the hill of the Duomo, in which the main monuments that would eventually shape the square until the apex of the Modern Age were placed: the presbytery with its cloister and cemetery, the hospital of Santa Maria della Scala, the baptistery, the bishop's place and the chapel of San Giacomo.

2. The development of the cathedral of Siena between the 11th and 14th centuries.

In the course of the 11th-12th centuries, the building activities marking the cathedral hill were characterized by the exclusive use of limestone ashlar (Calcere Cavernoso), known in Siena as “tower stone”, the most frequently used material in the urban constructions between the 12th and second half of the 13th centuries. The Duomo of the late 10th-11th century was also made of stone ashlar. By the middle of the 11th century, the *plebs Sancte Marie sita in civitate Siena*, cited in a document from 1028, must have been a fairly large and ornate building, since it hosted in 1058 the conclave in which the bishop of Florence Gherardo became pope with the name of Niccolò II, well before the consecration of the new cathedral, that according to tradition took place in 1179¹².

⁹ CANTINI, Federico – “Prima dell’ospedale ...”, p. 49.

¹⁰ GIORGI, Andrea; MOSCADELLI, Stefano – *Costruire una cattedrale...*, p. 50.

¹¹ SORDINI, Beatrice – *Dentro l’antico Ospedale...*, pp. 21-29.

¹² CARLI, Enzo – *Il Duomo di Siena*. Genova: Edizioni Sagep, 1979, pp. 11-13.



Fig. 1 – The hill of the Duomo at the end of the 12th century (reconstructive table Inklinc Studio – Comune di Siena).

As for the building mentioned in the sources at the beginning of the year 1000, excavations have documented only one section of masonry attributable to this period, located along the trench behind the western wall of the so-called 'crypt', a large frescoed room below the cathedral choir. This is a segment of apse approximately 4 meters long, built over the obliteration level of the Late Antique structure and preserved only in four rows of elevation (Fig. 2).

The masonry is located on the median axis of the present-day church and is probably what remains of the apsidal head of a religious building in stone that later

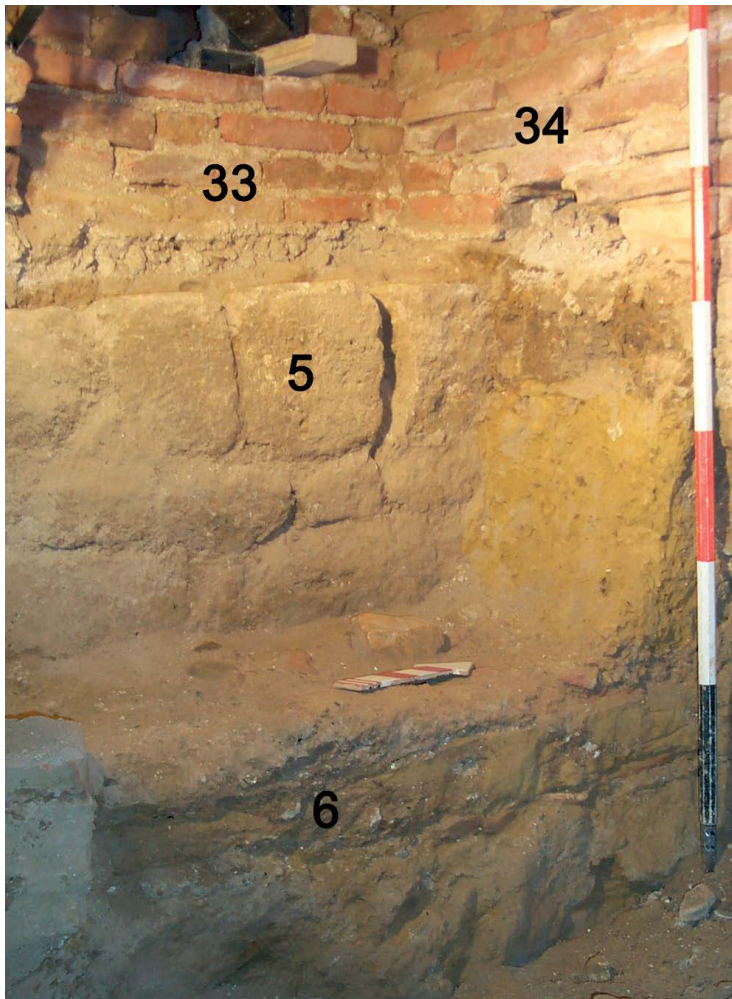


Fig. 2 - The late 10th-early 11th century apsidal masonry (USM 5) and stratigraphic sequence.

became the basis for a whole series of extensions. Due to the absence of other material evidence, it is not easy to imagine what the Sienese cathedral looked like during the 11th century. Monica Butzek has recently addressed this question by analysing the earliest available documentation on the Duomo¹³. Comparing the previously listed data with the great Tuscan basilicas of the 11th century, in particular with the church of San Miniato al Monte in Florence, the author hypothesizes that the ancient Sienese cathedral also lacked a transept, but featured a single apse divided into three naves with a raised presbytery supported by a crypt below (*confessio*).

From the mid-12th century onwards, the Duomo was subject to significant enlargements that transformed the original apsidal building into the *ecclesia maior*. Traces of this great building site are still visible in a series of rooms located below the cathedral floor, where the walls have maintained an exceptional state of conservation despite those other structures which were later built on top of them. In fact, not only the foundations and part of the elevations of the structures that originally defined the transept and the architectural choir of the 12th century church can still be seen today, but also a large part of the extensions carried out between the 13th and 14th centuries¹⁴.

On top of those structures from the earlier cathedral a bell tower was built. This replaced the previous apsidal termination, along with a wide transept featuring a rectilinear-ended presbytery two bays deep, connected to an underlying room known as the 'crypt', built because of the steep difference between the upper plateau and the north-western slope of the hill on which the new buildings were constructed. This new layout, however, not only fulfilled a 'static' function, but also played a fundamental role in the relationship between the cathedral and the city, allowing direct access to the church for those coming from the part of the city behind the cathedral. This was an area of intense urban development, thanks also to the construction of a rear façade facing east and featuring three entrances, no longer visible but that written sources, in accord with archaeological investigations, attest as already existing in the years 1177-1180. Between the late 12th and early 13th centuries, a series of interventions were carried out on the interior wall surfaces of the room below the choir, partly completing and rebuilding the previous stone walls in brick, which were decorated with oblique scratch lines. Lastly, a covering of the eastern façade, made of perfectly squared and flattened limestone ashlar, can be attributed to the same period.

In the following decades, around the mid-13th century, a period that coincides with an increase in building activities on the cathedral hill, there is a phase of major slowdown in the works on the Duomo. It would be 1259-1260, with the arrival on the

¹³ BUTZEK, Monika – "Il Duomo di Siena: ipotesi su alcuni documenti del Duecento e sulle vicende costruttive della parte orientale della chiesa". *Prospettiva*, 139-140 (2010), pp. 108-114.

¹⁴ CAUSARANO, Marie-Ange – *La cattedrale e la città. Il cantiere del duomo di Siena tra XI e XIV secolo*. Firenze: All'Insegna del Giglio, 2017, Parte I.

scene of Nicola Pisano, before the situation would unblock and the great project resume, resulting in radical transformations that would deliver the building that is still largely visible today. Written sources testify to the dynamic role played during this period by the city governors who exercised a leading part in the planning and executive decisions concerning the cathedral, which was increasingly becoming a large public building site. The years between 1255 and 1259 thus marked a real 'change of course' in the building site, with the completion of the construction of the Romanesque *ecclesia maior*, which had lasted almost a century, and the beginning of a new architectural venture.

Therefore, from 1259-1260, the Romanesque cathedral – whose eastern end had not yet been completed – was profoundly modified, not only in terms of materials (preference was given to marble and brick instead of limestone), but also in its new stylistic declination: the dome was built in just a few years (1260-1263) and, once the choir was completed, the basilica body was widened (1268), covering it in alternating bands of white and "black" (actually serpentinite) marble. This was followed by changes to the space below the choir, decorated with a splendid cycle of frescoes depicting scenes from the Old and New Testament, along with the construction (during the 1280s) of the so-called *sacrestia vecchia* (i.e. the old sacristy). Finally, under Giovanni Pisano, the body of the church was lengthened by one bay and provided with a new façade, completed in 1314 by Camaino di Crescentino. The latter, by 1317, would also complete the raising of the entire western body of the basilica, finishing the last of the great 13th century architectural interventions that led to the almost complete renewal of the 'old' Romanesque cathedral.

This wealth of building activity was followed, between the end of the 13th century and the first years of the 14th, by the development of the area surrounding the cathedral and the main access roads to the *planum Sancte Marie*. Until the beginning of the 14th century, the urban fabric on the summit and slopes of the hill was characterized by the presence, along the northern slope, of rather high-level residential structures; while on the contrary, the quality of the dwellings is decidedly more modest in the area immediately around the cathedral complex, an area largely populated by artisans and destined shortly after to be cleared of all buildings for the construction of the *Duomo Nuovo* (i.e., the New Cathedral). Moreover, in 1306, the by then precarious baptistery, situated in front of Santa Maria della Scala, not far from the entrance to the present-day *via del Capitano* (the ancient *via Sancte Marie*), was demolished.

The first decades of the 14th century were, for the cathedral hill, years of imposing projects and radical transformations. Once work on the façade and the western body of the church had been completed with the raising of the main nave and the opening of large trifora windows, it was decided in 1315 to undertake new and grandiose works to extend the building towards the north-east. The new baptistery dedicated to San Giovanni would be erected in front of the eastern façade of the *Duomo*, extending

the choir above, thus doubling its length, while at the same time extending the arms of the transept by one span.

The enlargement of the eastern part of the Duomo was preceded by major earthworks and ground consolidation due to the steep difference in height behind the choir, an element that would have caused the eastern portion of the cathedral to rise sharply. Hence the choice to place the new baptistery inside those structures intended to support the extension of the choir instead of rebuilding it in its original location. Furthermore, the decision was made to cover the unfinished eastern façade of the cathedral with another façade (**Fig. 3**), thus joining the new architectural buildings. These last were no longer characterized by alternating bands of white and “black” marble as the structures built in the second half of the 13th century, but by the presence of more sparse serpentinite rows, on average one for every four to six rows of white marble.

With the beginning of the construction of the baptistery (1316/1317), the ancient northern slope of the hill was transformed into a large open-air quarry. In 1320, work was begun on the foundations of the façade, with obvious difficulties since shortly after, in 1322, the Opera of Santa Maria and Government of the Nine, the ruling body during that time, appointed a commission composed of Sienese (Lorenzo Maitani and Nicola di Nuto) and Florentine (Cino di Francesco, Tone di Giovanni e Vanni di Cione) masters who observed the inadequacy of the foundations in the works carried out until that point, as well as an overall inconsistency in the design, highlighted by the size of the wall structures, too slender to reach the height (more than 40 metres) for which they had been designed.

In June 1326, the vaults of the new church of San Giovanni, a transverse rectangular hall divided by two pillars into three naves covered by ogival ceilings, were completed. In 1333, when in all probability the entire lower part of the façade and the sides of the building had already been built to the level of the cornice above the portals, a new survey was requested to determine how work should continue in view of the construction of the two new choir bays. In the following years the works suffered further delays until, in the winter of 1339-1340, they came to a complete standstill in order to begin a new project, that of the Duomo Nuovo.

On the 23rd of August 1339 the commune officially approved the construction of a new grandiose cathedral, that would be known as the Duomo Nuovo. The existing church was to become the transept of the immense new cruciform basilica, which, located in the *planum Sancte Marie*, would be inserted perpendicularly, with its longitudinal body, into the south-eastern flank of the ‘old’ Duomo (**Fig. 4**). Thus, the eastern access system to the cathedral was maintained. From the present-day piazza San Giovanni this led upwards, by a flight of stairs, to the plateau. Here at this point, the side access door to the Duomo Nuovo, which is still preserved today, was built (the work of Giovanni d’Agostino).



Fig. 3 - The rear façade of the cathedral.

In January 1340, the first excavations for the foundations of the façade began and, at the same time, the production of the marble elements for the covering of the raised surfaces was already underway; in 1345 the construction site was at an advanced stage with some parts already largely built. Work proceeded rapidly until the plague of 1348 which – as well as probably being the cause of the death of Giovanni d'Agostino – brought a halt to the building of the New Cathedral, but not the abandonment of the project, which was at that point entrusted to Domenico d'Agostino.

After a prolonged interruption, funding from the City council resumed in 1353 and with it the construction site regained relative momentum, despite the severe economic and demographic crises that had struck the city, with the consequent increase in material and labour costs. Work continued with the roofing of the right aisle (1350-51), the construction of the nave (1353-54), the junction between the side portal and the existing church (1354-55), and the area above the baptistery (1356-57).

The problem then arose as to how to adapt the old structures to the new ones, with massive demolitions required (dome, bell-tower, a part of the vaults of the 'old' Duomo, the episcopal palace) and the patrons' growing doubts as to their feasibility. To this was added in April 1357 the appearance of serious lesions in those parts already built, such as to recommend – in accordance with a survey requested of the Sieneese and Florentine masters, including Benci di Cione and Francesco Talenti – their demolition and reconstruction, despite the fact that the instabilities were considered so severe as to fear a new collapse. The crisis of the building site was irremediable and in May of the same year it was decided to completely demolish the columns, vaults and upper wall portions, leaving only the perimeter walls¹⁵. In August of the same year work on the extension of the choir of the 'old' cathedral resumed rapidly, by then aimed only at finishing the structures above the baptistery, which were completed around the mid-1360s.

What was left of the grandiose construction of the Duomo Nuovo was destined to remain unused (**Fig. 5**), thus becoming one of the most famous examples of an 'interrupted construction site' still preserved to this day.

3. The organization of the construction site.

The cathedral of Siena, and with it the city and its territory, is a valid example of the concept that a building is also the product of the land on which it stands. In this perspective, the Duomo can be defined, in some respects, as the result of the physical environment surrounding it. Indeed, the building materials used in the cathedral between the 12th and 14th centuries came from relatively nearby areas, mainly to the south and south-west of the city.

¹⁵ GIORGI, Andrea; MOSCADELLI, Stefano – *Costruire una cattedrale...*, p. 102.

As far as stone materials were concerned, the Opera ensured their supply through the renting of quarries in the case of travertine, “black marble” and “red marble”, while only for white marble did it directly acquire marble-rich lands as early as the mid-13th century. As for brick, contrary to what one would expect in view of the extensive use of this material in the wall structures of the Duomo, in the 14th century – the period of greatest building activity – the Opera did not resort to renting or owning kilns, but purchased bricks directly from a select number of kilnsmen who guaranteed a constant flow of material on site.

In the construction of the cathedral, the predominant use of limestone between the 11th and 12th centuries gives way to a progressive use of brick between the 13th and 14th centuries. From the 1260s onwards, the use of ‘marble’ for the covering of almost all the main architectural components of the building made the Duomo a *unicum* in the landscape of the city, although behind and beyond the distinctive black and white colouring that characterizes the cathedral complex, the materials employed in the urban environment (limestone and brick) continue to be used as the main staple for masonry work.

What were the cathedral construction sites like between the 11th-12th and the 14th centuries? Viollet-Le-Duc defined the building site as “un posto indefinito, uno spazio scoperto sul quale vengono depositati i materiali che serviranno alla costruzione di un edificio”¹⁶. Studies conducted in recent decades have shown how the expression “building site” actually takes on a much broader meaning, which is not limited to the study of simple autonomous parts that can be investigated independently, but encompasses all the activities connected with the construction and the people involved, the socio-economic and technological repercussions, as well as political and institutional implications¹⁷.

For the second half of the 12th century the analysis of the architecture has proven to be fundamental in determining the timing of the construction of the choir and the room underneath, both subject to interruptions and changes of plan prior to their completion. The construction of the perimeter walls of the new Latin cross termination of the *ecclesia maior* most likely occurred from the outside of the perimeter of the older late 10th-11th century church, exploiting the space between the apse and the north-eastern slope of the hill. The construction was therefore initially intended to enclose, without destroying them, both the apse and the *confessio* of the first cathedral. The establishment of the presbytery area saw the installation, around the middle of the 12th

¹⁶ “An undefined place, an uncovered space in which materials that will be used in the construction of a building are deposited”. RECHT, Roland – “Il cantiere della costruzione”. In BRIVIO, Ernesto (ed.) – *La fabbrica eterna. Cultura, logica strutturale, conservazione delle cattedrali gotiche*. Atti del Convegno Internazionale (Milano, 24-28 settembre 1986). Milano: Diakronia, 1993, pp. 176-1974, p. 176.

¹⁷ MANNONI, Tiziano; BOATO, Anna – “Archeologia e storia del cantiere di costruzione”, *Arqueología de la Arquitectura*, 1 (2002), pp. 39-54, p. 44.

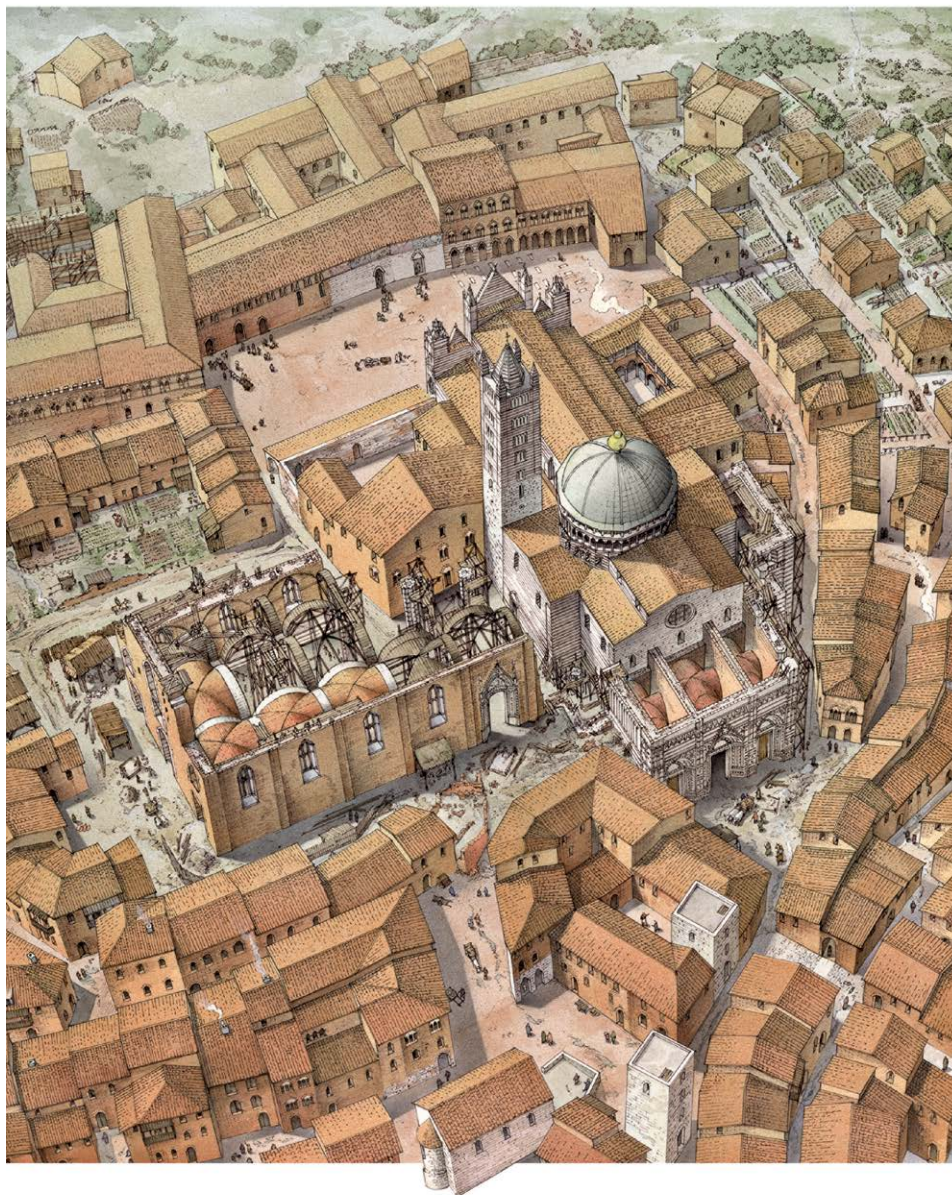


Fig. 4 – The hill of the Duomo in the mid-14th century
(reconstructive table Inklinc Studio – Comune di Siena).



Fig. 5 – Panoramic view of the Duomo Nuovo.

century, of a bell-tower, followed at a later stage by the excavation of the foundations and the raising of the left arm of the transept, proceeding north-eastwards with the construction of the choir walls and the right arm of the transept (Fig. 6).

The worksite must have been divided into several teams of workers, who proceeded progressively from west to east, at least until the last years of the 12th century, when the construction of the room under the choir underwent a partial change of plan, probably due to a brief interruption or a slowing down in the work. The resumption of construction activities coincided with a drastic change in technique and with the choice of another material, brick (instead of the limestone used until then), for the definition of the inner walls of the lower room, along with the appearance on site of a new group of differently trained craftsmen.

Throughout the 12th century, therefore, both construction techniques and masonry types reflected knowledge in the urban building context. However, in the last years of the 12th century, the choice and method of processing building materials used by the craftsmen have permitted the identification of specific areas and knowledge gravitating around the cathedral building site, constituting real innovations in the field of construction. The scratched bricks used in the walls and cruciform half-pillars of the space below the choir were, in fact, employed for the first time in Siena and the

surrounding territory precisely during those years of the late 12th- early-13th centuries. Between the end of the 12th and the first decades of the 13th century, it is therefore possible to hypothesize the existence of a worksite organized by highly specialized craftsmen from social and professional circles distinct from those in which the 'local' craftsmen had been trained during the enlargement of the presbyterial part of the Duomo. These were no doubt placed under the control of the highest lay and ecclesiastical city authorities. In this period the cathedral complex was transformed from a polyfunctional fortified city (*castellum*) to an open area equipped with buildings for worship, charitable assistance and public representation while, in just a few decades, the Opera passed from the role of construction site (*opera*) of the *ecclesia maior* to that of city institution, known as the Opera of Santa Maria.

In 1251, the number of stonemasons employed by the commune, which had previously numbered no more than six, rose to ten, probably constituting almost the entire specialized labour force working on the site. A few years later, with the arrival of Nicola Pisano, new craftsmen, about ten, took over the construction site, some of whom were probably trained in Pisa. Around the mid-1260s, once the building of the dome and choir were completed, this exchange of craftsmen would be complete. In the following years, in fact, written documents attest to the presence of a first group of workers operating until the 1280s¹⁸ – a period coinciding with the enlargement of the basilica – followed by a second group operating until the mid-1290s, formed around the figure of Giovanni Pisano. From the second half of the 13th century onwards, therefore, there was more or less a complete succession of craftsmen at work in the cathedral, coinciding with the main construction phases of the building.

The building fervour of the first decades of the 14th century was accompanied by a sharp increase in the number of craftsmen, from ten or so attested throughout the second half of the 13th century to around thirty. This number remained constant through the completion of the Duomo Nuovo under Giovanni d'Agostino – a construction site during which between thirty and forty specialized labourers were recorded – and the construction of the choir extension under his brother Domenico, with a workforce of around thirty.

The extreme variability in the number of work teams and the different realization times documented for the Duomo of Siena, indicate an organization of the construction enterprise based on a "two-stage speed"¹⁹, characteristic of many Medieval building sites: once the parts of the edifice destined for religious functions or essential for the implementation of new building programs had been completed with relative

¹⁸ GIORGI, Andrea; MOSCADELLI, Stefano – *Costruire una cattedrale...*, p. 242.

¹⁹ KIMPEL, Dieter – "L'attività costruttiva nel Medioevo: strutture e trasformazioni". In CASSANELLI, Roberto (ed.) – *Cantieri medievali*. Roma: Jaca Book, 1995, pp. 11-50; KIMPEL, Dieter – 2002, "I cantieri". In CASTELNUOVO, Enrico; SERGI, Giuseppe (ed.) – *Arti e storia nel Medioevo*, 4 voll., vol. 1, *Tempi Spazi Istituzioni*. Torino: Einaudi, pp. 171-200, pp. 173-179.

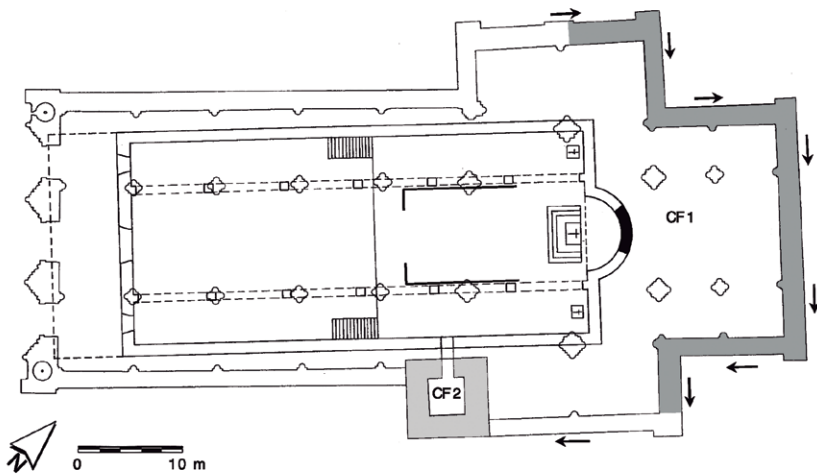


Fig. 6 – In black, the late 10th-11th century apse; in light gray, the mid-12th century bell tower; in dark grey, the new Latin-cross termination built between the second half of the 12th and early 13th century. Arrows indicate the progress of the building site.

speed, the pace of construction often slowed down abruptly, no longer sustained by major funding, but carried on only thanks to the regular income of the body overseeing the building site, with the inevitable extensions and lengthening of time, not without interruptions and resummptions.

With regard to aspects related to the way in which work was organized, explicit references to the places where the production and processing of building materials took place only begin to appear in the sources from the middle of the 13th century onwards, when the quarries of origin (*petraie*) are mentioned. Here the initial processing of the material was carried out under the continuous supervision of specific *magistri de petraria* of the Opera, and the workshop (*taglia*) located near the cathedral, a sheltered space (known as a *loggia* i.e. lodge) reserved for the activity of the *magistri lapidum*, mostly residing in the vicinity, are named.

In the first decades of the 14th century, the workers were organized, as we have seen, in teams of varying sizes depending on the intensity of the construction activity. It is only in this period that written sources start to describe a system of management of the master stonemason activities, freeing them, when necessary, from the immediate laying out of stone parts. Until 1333, for instance, during the building of the baptistery, work continued at the same pace on both the construction of the walls and their marble facing. After this date, in order to accelerate the work, it was decided to continue with the raising of the wall surfaces independently of their covering: this presupposed a

production system in which the making of a wide range of ashlar of a “prefabricated” and modular type was already a common practice on the building site.

Studies conducted on the cathedral’s marble facings have revealed the adoption of possible standardization criteria as early as the 1260s, as evidenced by the regular and recurring measurements of the heights of the white and “black” marble ashlar used in the drum of the dome and the clerestory wall covering. Although in the documents of the Opera the first indications of measurements only appear in the second and third decade of the 14th century²⁰, the organization of the work must have already included a pre-fabrication of the construction material in the quarry, confirming an activity that was not solely limited to the extraction and initial roughing of the marble, but went so far as to prepare modular pieces, with homogenous and pre-established heights. This process of standardization continued under Giovanni Pisano (1284-1297), as well as for the “black marbles” in the 14th century during the activity of Camaino di Crescentino (1299-1335). In the second decade of the 14th century, what may be defined as an “industrial” production of the building material fully began in the quarries of the Opera, with the pre-fabrication in the quarry of precise types of marble ashlar²¹ intended for the covering of newly built structures, of fixed sizes and with lower costs than for those stones worked on site or other more elaborate elements.

The mechanism that emerged from the second half of the 13th century, therefore, ensured the production of a wide range of modular-type ashlar already in the quarry, an innovation in the production cycle that allowed a considerable saving of time for the carving and smoothing of individual pieces, as well as a decisive reduction in the amount of waste material, reduced to small-sized flakes.

The study of the masonry also provided interesting clues as to how the structure was built: during the enlargement of the aisles (1263-1280 ca.) we are still in the presence of a horizontal construction procedure – already noted in the 12th century – with workers proceeding, row by row, along the two flanks of the basilica body, according to a construction model of continuous and undifferentiated layers; the raising of the brick walls proceeded hand in hand with the laying of the marble wall covers, architectural elements and slender outer buttresses. Compared to the building of the second half of the 12th- first half of the 13th century, one can note a better coordination of the workforce, facilitated by an increasing use of mass-produced material. Thus, we pass from an ‘artisanal’ worksite, which we could define as specialized, hinging on the cultural and economic characteristics of patrons, as well as on the operational skills of the craftsmen, to a building site that, with the beginning of the 14th century, would be increasingly linked to a territorial organization of production, highly specialized and flexible, fully in line with the construction tradition of the great Gothic building sites beyond the Alps.

²⁰ GIORGI, Andrea; MOSCADELLI, Stefano – *Costruire una cattedrale...*, pp. 288-289.

²¹ GIORGI, Andrea; MOSCADELLI, Stefano – *Costruire una cattedrale...*, p. 289.

Conclusions.

As early as the 12th century, a bond developed between the cathedral, the city and the surrounding area, which would be maintained over time and have socio-economic and technological repercussions that would take on the form on the one hand, in the organization of space and the topographical layout of the cathedral hill, and on the other, in the use of materials and tools that were forerunners of a technical knowledge that would become the 'norm' more than half a century later. The steep slope behind the Duomo played a crucial role in the numerous building vicissitudes that for two centuries – between the second half of the 12th century and the end of the 14th – saw the continuous expansion of the presbytery spaces. The significant difference in height along the north-eastern side of the hill set the groundwork for the construction, in the 12th century, of the space below the choir, just as, at the beginning of the 14th century, it would prompt the building of the new baptistery as part of the great project of enlargement of the cathedral.

The development of the religious complex strongly conditioned the urban fabric in the structuring of the access system to the area of the episcopate, together with a constant evolution of the urban layout of the hill, the start of an overall process of redefinition of the urban reality on the hill plateau summit, the *planum Sancte Marie*. The great building sites of the 1300s radically transformed the cathedral hill and the urban area around the Duomo with a 'negative' impact that saw the almost complete cancellation of established neighbourhoods to make room for the new grandiose structures under construction. With these new projects the long season of building activities, both civil and religious, came to ideal completion, which, between the mid-12th and mid-13th centuries, radically changed not only the appearance of the cathedral, but also that of the entire city. In the first decades of the 14th century, the presence of the religious and charitable institutions concentrated on the hill of the Duomo marked this area as a *unicum* in the city's landscape: the episcopate, the Chapter and Opera of the cathedral, the hospitals of Santa Maria della Scala and Monna Agnese.

Construções, reconstruções e outras perceções dos edifícios nas paróquias de São Bartolomeu e de Santiago de Coimbra, à luz dos seus documentos necrológicos medievais*

*Maria Amélia Álvaro de Campos*¹

*Mariana Barreira*²

Gabriel M. Bonora

Resumo

Neste texto, apresentamos um exercício de investigação que partiu da análise de duas fontes necrológicas específicas – o Calendário Obituário da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra e o Livro de Aniversários da Colegiada de Santiago de Coimbra – para extrair todos os dados sobre os elementos materiais e as construções, presentes nas respetivas igrejas e paróquias. Mais do que ser um contributo para a caracterização da paisagem edificada dos arrabaldes de Coimbra na Idade Média, este trabalho visa evidenciar a multiplicidade de dados presentes nestes documentos, que serviam a administração do quotidiano religioso, e as suas potencialidades na compreensão dos elementos materiais destes espaços paroquiais, numa cronologia de longa duração.

Palabras-chave

Paróquia medieval; Obituários; Livros de aniversários; Monumentos fúnebres; Paisagem edificada.

* Este trabalho foi financiado por fundos nacionais (PIDDAC), através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (I.P./MCTES), através do projeto de investigação exploratório COMMEMORTIS – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval (EXPL/HARHIS/0532/2021), sediado no Centro de História da Sociedade e da Cultura (UIDB/00311/2020 e UIDP/00311/2020).

¹ Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura; FCT, DL57/2016/CP1370/CT0068; ORCID, 0000-0002-3131-7356.

² Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura; FCT, Bolseira de Investigação no âmbito do projeto de investigação exploratório COMMEMORTIS – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval (EXPL/HARHIS/0532/2021); ORCID, 0000-0003-3470-8800.

Constructions, reconstructions, and other perceptions of the buildings in the parishes of São Bartolomeu and Santiago of Coimbra, through the analysis of their medieval necrological documents.

Abstract

In this text, we present a research exercise that departed from the analysis of two specific necrological sources – the Obituary Calendar of the Collegiate of São Bartolomeu of Coimbra and the Anniversary Book of the Collegiate of Santiago of Coimbra – to extract all the data on the material elements and constructions existent in both churches and parishes. More than being a contribution to the characterization of the built landscape on the outskirts of Coimbra in the Middle Ages, this work aims to highlight the multiplicity of data contained in these documents, which served the administration of religious daily life, and their potential in understanding the material elements of parochial spaces, in a long-term chronology.

Keywords

Medieval parish; Obituaries; Anniversary books; Burial monuments; Constructed landscape.

Introdução

As cidades são organismos vivos e, por isso, a apreensão das suas formas passadas pelos historiadores é uma tarefa tão difícil quanto desafiante. Até aos dias de hoje, a compreensão da malha urbana medieval tem sido um trabalho verdadeiramente inter e multidisciplinar³, congregando abordagens da História da Arte⁴, da Arquitetura⁵, da Arqueologia⁶ ou da Geografia⁷, uma vez que a reconstrução e a projeção da cidade

³ Veja-se o que sobre isto nos dizem RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval”. *Medievalista* 12 (2012), pp. 3-37, p. 4; sobre a abordagem ao estudo da paisagem medieval, é especialmente enriquecedor o artigo ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Fuentes de información para el estudio de los espacios urbanos”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; PRATA, Sara; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *Espaços e poderes na Europa urbana medieval*. Lisboa: IEM; Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 79-101.

⁴ Veja-se a obra de TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.

⁵ Veja-se, por exemplo, ROSSA, Walter – *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002.

⁶ Veja-se, por exemplo, ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

⁷ Destacamos a extensa obra de Orlando Ribeiro e dos seus discípulos como Jorge Gaspar. Ver RIBEIRO,

medieval requerem o cruzamento de diferentes saberes, metodologias e fontes de informação (arqueológicas, escritas, cartográficas, iconográficas).

Em Portugal, o estudo dos núcleos urbanos foi impulsionado a partir de 1980, por A. H. de Oliveira Marques⁸, no seguimento dos importantes desenvolvimentos da historiografia do centro da Europa, que, entretanto, se vinham conhecendo⁹. Sob a sua direção, a direção dos seus discípulos e de outros especialistas que também se dedicaram ao tema, foi publicado um número considerável de monografias aplicadas ao estudo de cidades e vilas medievais portuguesas, nas últimas décadas¹⁰. Se a estas obras juntarmos investigações mais amplas sobre a história e a análise urbana da cidade medieval¹¹ e os estudos sobre a habitação medieval¹², as instituições

Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945; GASPAR, Jorge – “A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média”. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia* 8 (1969), pp. 198-215.

⁸ Ver, por exemplo, MARQUES, A. H. de Oliveira – “Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)”. In MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Presença, 1988, pp. 43-67; MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de cidades medievais portuguesas: (séculos XII a XV)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990.

⁹ Veja-se o que sobre isto nos dizem TRINDADE, Luísa; ROSSA, Walter – “O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús (eds.) – *El espacio urbano en la Europa medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2006, pp. 191-207, especialmente p. 192; e ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da – “Medieval Portuguese towns: the difficult affirmation of a historiographical topic”. In MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.

¹⁰ Na impossibilidade de as citarmos todas, deixamos alguns exemplos, organizados por ordem cronológica de publicação: VILAR, Hermínia Vasconcelos – *Abrantes Medieval: séculos XIV e XV*. Abrantes: Câmara Municipal, 1988; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Horizonte, 1990; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – *Aveiro medieval*. Aveiro: Câmara Municipal, 1991; GOMES, Saúl António – “A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria Medieval”. In *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, Atas II. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 81-112; RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *Torres Vedras: a vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: FCG; JNICT, 1995; BEIRANTE, Ângela Rocha – *Évora na Idade Média*. Lisboa: FCG; JNICT, 1996; VIANA, Mário – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa: Santarém 1147-1350*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007; BOTÃO, Maria de Fátima – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval: o caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: «duas vilas, um só povo»: estudo de história urbana: 1250-1389*. Braga: CITCEM; ICS, 2010.

¹¹ Obras como, COELHO, Maria Helena da Cruz – “A cidade na Baixa Idade Média: uma sociedade e um centro”. In *As cidades na História: Sociedade, II Congresso Histórico Internacional*, Vol. IV. Guimarães: Câmara Municipal, 2019, p. 145-162; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Lisboa: CITCEM, 2012, pp. 145-171; ROSSA, Walter – *Desconstrução da cidade portuguesa: urbanização e conceito*. Coimbra: FCTUC, 2013. Relatório da unidade curricular apresentado para provas de agregação.

¹² Sobre a casa medieval portuguesa, ver TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal, 2002, bem como o capítulo “A casa” em MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 89-113; CONDE, Manuel Sílvio Alves – “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média”. *Arqueologia Medieval* 5 (1997), pp. 243-265; CONDE, Manuel Sílvio Alves – “A casa”. In MATTOSO, José (dir.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.) – *História da vida privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 54-77.

eclesiásticas¹³ ou a assistência¹⁴, podemos considerar que o conhecimento global da cidade medieval portuguesa é hoje bastante sólido e permite-nos partir para enfoques mais detalhados sobre aspetos como aquele que nos convoca a participar nesta obra – a construção.

Neste artigo, as paróquias de S. Bartolomeu e de Santiago de Coimbra serão observadas como casos de estudo para a análise da prática e da perceção da construção, a partir das fontes necrológicas que apoiavam o seu quotidiano administrativo e religioso. A abordagem que realizámos teve como ponto de partida uma questão pouco habitual: o que é que as fontes necrológicas – Obituários e Livros de Aniversários – nos dizem sobre os edifícios que compunham a cidade medieval? Para dar resposta a esta questão, estudámos o Obituário da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra¹⁵ e o Livro de Aniversários da Colegiada de Santiago de Coimbra¹⁶ e estabelecemos uma grelha de análise que segue três linhas mestras: a inserção urbana das paróquias de São Bartolomeu e de Santiago de Coimbra; a caracterização tipológica e de conteúdo das fontes necrológicas analisadas; a análise do contributo destas fontes para a caracterização formal de ambas as paróquias e para o estudo da construção na cidade medieval portuguesa.

A reflexão sobre a forma como as estratégias de comemoração dos mortos se tornavam visíveis na cidade medieval e como a escolha das sepulturas condicionava a organização do espaço das igrejas e das áreas urbanas circundantes teve, entre nós, os primeiros desenvolvimentos por Hermínia Vilar¹⁷ e Adelaide Costa¹⁸. O estudo sobre as capelas e os panteões familiares dos monarcas portugueses¹⁹, assim como de figuras eclesiásticas e da principal fidalguia do reino trouxe testamentos e documentos

¹³ Entre outros, veja-se, CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017; VILAR, Hermínia Vasconcelos e ROSA, Maria de Lurdes – “The Church and Religious Practices”. In MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography...*, pp. 323-346.

¹⁴ ROSA, Maria de Lurdes – “Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais”. *Lusitania Sacra* (2009), pp. 75-124; ROCHA, Ana Rita Saraiva da – *A assistência em Coimbra na Idade Média: dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XVI)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2019. Tese de Doutoramento.

¹⁵ CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O Obituário Medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1699-5>

¹⁶ SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coimbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media”. *Ad limina: revista de investigación del Camino de Santiago y las peregrinaciones* 9 (2018), pp. 185-224.

¹⁷ Ver VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995, pp. 95-111.

¹⁸ Ver COSTA, Adelaide Millán da – “O espaço dos vivos e o espaço dos mortos nas cidades da Baixa Idade Média”. In MATTOSO, José (ed.) – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Sá da Costa, 1996, pp. 177-186.

¹⁹ Ver GOMES, Saul António – “Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII”. In *2º Congresso Histórico de Guimarães: D. Afonso Henriques e a sua época: actas*, vol. 4. Guimarães: Câmara Municipal, 2002, pp. 283-295.

necrológicos à análise dos especialistas. Do mesmo modo, alguns estudos de História da Arte sobre tumulária medieval fizeram uso de fontes escritas produzidas com vista à gestão das últimas vontades dos respetivos tumulados, com ênfase na análise dos seus testamentos²⁰. Sobre o uso desta tipologia documental, refira-se como ela tem sido importante para a aproximação ao conhecimento do interior dos templos medievais. A esse respeito, vejam-se estudos em que se propõem entendimentos da arquitetura e da topografia das sepulturas em ambiente monástico, com o auxílio dos dados extraídos de obituários²¹ e livros de aniversários²².

Como se verá a seguir, este estudo assentará numa análise que nos permitirá por um lado observar a transformação do edificado na paróquia de São Bartolomeu de Coimbra e, por outro, identificar as estruturas que povoavam o interior da igreja de Santiago. A diferença de teor entre ambas as partes é justificada pela tipologia das informações que os dois documentos necrológicos contêm, o que também será objeto de reflexão ao longo do estudo e na sua conclusão.

1. Inserção urbana das paróquias de São Bartolomeu e de Santiago de Coimbra.

Tal como outras cidades medievais portuguesas, Coimbra apresenta um núcleo urbano original onde assume particular importância a dicotomia entre o anel muralhado com as suas portas, que cingia o polo central intramuros de grande elevação, e o arrabalde, localizado extramuros, na margem direita do rio. Neste segundo espaço, sem a condicionante material da cerca, a partir do século XII, assiste-se a uma importante vitalização construtiva e ao aumento do espaço edificado²³. Os arrabaldes da cidade estruturaram-se, então, no seguimento do traçado da antiga via romana que ligava *Olissipo* a *Bracara Augusta* e organizaram-se em quatro paróquias (**Fig. 1**):

²⁰ Entre outros, ver FERNANDES, Carla Varela – *Poder e representação: iconologia da família real portuguesa: primeira dinastia, séculos XII a XIV*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004, pp. 289-376. MELO, Joana Ramôa – “Poder gravado na pedra: túmulos de rainhas e nobres do Portugal medieval”. *Arenal. Revista de historia de las mujeres* 25, n.º 2 (2018), pp. 323-356. <https://doi.org/10.30827/arenal.v25i2.7638>

²¹ Ver GOMES, Saul António e GUILLOUËT, Jean-Marie – “Les Dominicains au Portugal du XIII^e à la fin du XV^e siècle. Éléments de synthèse sur leur histoire et leur architecture”. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Nouvelle série, n.º 52-2 (2022) <https://doi.org/10.4000/mcv.17674>

²² Ver ÁLVAREZ-BUSTO, Alejandro García – “La topografía funeraria del monasterio de Corias en la época medieval a partir de la arqueología y las fuentes escritas”. *Territorio, Sociedad y Poder*, n.º 7 (2012). <https://reunido.uniovi.es/index.php/TSP/article/view/10103>

²³ Tal crescimento verifica-se poucas décadas depois da última conquista cristã de Coimbra (1064), ver ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem...*, pp. 11-19; e ROSSA, Walter – *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: FCTUC, 2001. Tese de Doutoramento, pp. 57-61. Note-se que noutras cidades portuguesas mais a Sul, o desenvolvimento dos subúrbios foi mais tardio, na sequência do crescimento demográfico e económico registado a partir de meados do século XII e da estabilização militar posterior à conquista do Algarve, em 1249, que levaram à sobrepopulação do núcleo muralhado e à estruturação de novos bairros periféricos, ver RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII-XVI): a influência dos mesteres e das instituições religiosas”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (eds.) – *Evolução da Paisagem urbana: Cidade e Periferia*. Braga: CITCEM, 2014, pp. 79-116, p. 80.

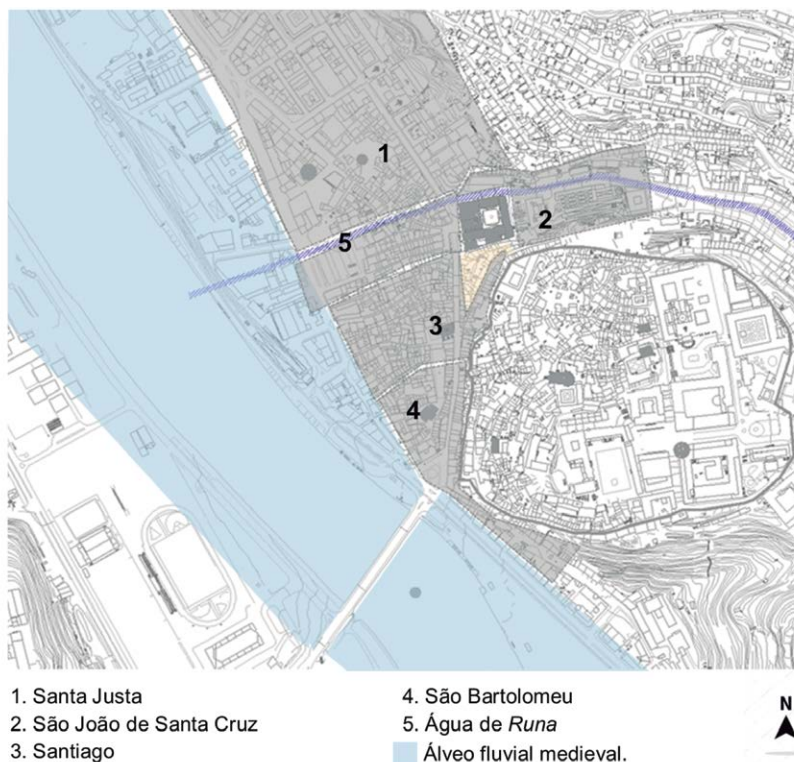


Fig. 1 – Esquema cartográfico com uma proposta de delimitação das paróquias do arrabalde de Coimbra (originalmente publicado em CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “A divisão paroquial e outros elementos do mapa eclesiástico de Coimbra no tempo dos Mártires de Marrocos”. In *Mártires de Marrocos nos 800 anos do seu martírio: história, espiritualidade e materialidade*. Coimbra: Igreja de Santa Cruz de Coimbra, 2021, p. 94).

S. Bartolomeu²⁴, Santiago²⁵, S. João do Mosteiro de Santa Cruz²⁶ e Santa Justa²⁷. Estas quatro instituições eclesíásticas do arrabalde coimbrão foram alvo de estudos que enriqueceram o nosso conhecimento de como se estruturavam e se estabeleciam no meio urbano. Além disso, no campo da história económico-social estes estudos têm demonstrado grande utilidade para a caracterização social, sem esquecer os

²⁴ Ver GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “La parroquia de São Bartolomeu de Coimbra en la Edad Media: paisaje, sociedad y relación con el río de un área urbana (siglos XII-XV)”. *Anuario de Estudios Medievales* 51, nº 2 (2021), pp. 601-628. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/aem.2021.51.2.04>

²⁵ GOMES, Saul António – “Coimbra e Santiago de Compostela: aspectos de um inter-relacionamento nos séculos medievais”. *Revista Portuguesa de História* XXXIV (2000), pp. 453-490.

²⁶ GOMES, Saul António – *In Limine Conscriptio: documentos, chancelaria e cultura do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage, 2007.

²⁷ CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião...*

bairros de exclusão²⁸. Por fim, a análise da documentação de índole económica das diferentes paróquias coimbrãs tem permitido também a compreensão da paisagem urbana medieval. A paróquia de S. Bartolomeu, circunscrita a Este pela muralha, a Norte pela paróquia de Santiago, e, finalmente a Sul e a Oeste, pelo rio Mondego, tem beneficiado de estudos realizados a partir do fundo documental da sua colegiada²⁹ e de documentos concelhios que permitiram a análise do seu urbanismo. Os últimos foram assinados por Luísa Trindade que se dedicou ao estudo da Praça e da Rua da Calçada – este que era um espaço de grande atração na cidade de Coimbra medieval³⁰, onde se encontrava um grande foco populacional que sabemos ter sido, essencialmente, plebeu e laborioso³¹. Com a sua localização privilegiada para o desenvolvimento de certas atividades económicas junto ao rio, este território permitia a fixação de mesteres e equipamentos de transformação, de que destacamos a predominância da implantação de alcaçarias e lagares³².

Continuando pelo traçado da referida via romana em direção ao Norte, alcançava-se a paróquia de Santiago. Localizada em Coruche, topónimo moçárabe de tradição antiga que designava um local alto, nas proximidades da principal porta da cidade – a Porta de Almedina – a igreja de Santiago tutelava um território e uma população paroquial fixados entre essa Porta de Almedina e o rio. A Sul, confinava com a paróquia de São Bartolomeu que acabámos de apresentar, e a Norte, com a paróquia de São João de Santa Cruz. Esta última paróquia constituiu-se cerca de 1139, em resultado do cerceamento de territórios e populações paroquiais das circunscrições vizinhas, de Santiago e de Santa Justa³³. A estruturar a sua paisagem urbana, destacavam-se a Este, um eixo viário que ligava a Porta de Almedina à Ponte, inicialmente designado de Rua dos Francos e depois denominado de Rua da Calçada, acima mencionada. Sensivelmente, pela mesma altura que se calçetava esta que era a mais digna rua de entrada na cidade, também se abria, numa cota inferior, a praça da cidade, que a Sul da igreja de Santiago, incorporava o seu adro.

²⁸ CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião...*, pp. 115-130.

²⁹ GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*

³⁰ TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente...*; TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”. *Media Aetas, Paisagens Medievais I*, 1º da 2ª Série (2004), pp. 121-158. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/79519>

³¹ O reconhecimento das profissões registamos nesta freguesia, os homens de mesteres, quer sejam alfaiates, seiros ou sapateiros, pela proximidade ao rio encontramos também barqueiros pescadores. Para saber mais ver: CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “La parroquia de São Bartolomeu...”, pp. 601-628; GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*

³² CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “La parroquia de São Bartolomeu...”, pp. 601-628.

³³ Ver MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade, 2003, pp. 248-251; GOMES, Saul António – In limine conscriptionis..., pp. 105-159; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Coimbra’s parochial network: aspects of its definition in the 12th century”. In VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Maria João (eds.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Lisboa: CIDEHUS, 2016, pp. 246-58. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/1596>

Ao contrário das paróquias de São Bartolomeu e de Santa Justa, para as quais dispomos de estudos sobre as igrejas colegiadas, Santiago tem sido menos estudada e, por isso, o entendimento do seu templo e território urbano na Idade Média necessita de aprofundamentos futuros. Do ponto de vista da caracterização social, podemos destacar a relevância das atividades comerciais e a residência preferencial nesta paróquia dos mercadores de Coimbra³⁴. O Livro de Aniversários que aqui estudaremos é muito expressivo a este respeito, uma vez que entre as categorias sociais mais representadas encontramos precisamente os mercadores, seguidos de oficiais régios e concelhios, como os tabeliães e os almoxarifes. Menos numerosos, mas também identificáveis, encontramos alguns trabalhadores braçais, como os pescadores e peixeiros, os ferreiros, os chapineiros, entre outros.

Sobre os templos paroquiais em estudo, a igreja de S. Bartolomeu é mencionada pela primeira vez, em 957³⁵, numa doação ao Mosteiro de Lorvão³⁶. Por esta referência, sabemos que, até à data, esta igreja do arrabalde coimbrão tinha a invocação de S. Cristóvão³⁷ (*Sancti Christofori*³⁸). Depois do segundo período de ocupação islâmica de Coimbra, em 1109³⁹, S. Bartolomeu foi novamente doada ao Mosteiro de Lorvão, pelo presbítero Ariano. E em 1116, considerando a importância de restaurar o referido cenóbio, o bispo de Coimbra D. Gonçalo entrega-o ao prior Eusébio, juntamente com um património considerável em que se inserem as igrejas de São Bartolomeu e de São Pedro de Coimbra, que se manteriam do padroado do referido mosteiro durante toda a Idade Média⁴⁰. Nas últimas décadas do século XII, terá sido iniciada a reforma românica da igreja de São Bartolomeu⁴¹, que terminaria na alvorada da centúria seguinte, uma vez que, tal como regista o calendário obituário desta igreja, o monumento românico de S. Bartolomeu terá sido sagrado no dia 27 de julho de 1214⁴². É provável que uma comunidade eclesiástica se tenha instalado nesta igreja

³⁴ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – Ócio e negócio em tempos medievais. Coimbra: INATEL, 1998.

³⁵ Ver HERCULANO, Alexandre – *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita, I. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867, doc. LXXIV.

³⁶ Ver AUGUSTO, Octávio – *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa: origens, evolução urbanística e caraterização social*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2013. Dissertação de Mestrado, p. 35.

³⁷ Ver GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, p. 26.

³⁸ Ver HERCULANO, Alexandre – *Portugaliae Monumenta Historica ...*, doc. LXXIV.

³⁹ Ver AZEVEDO, Rui Pinto de – *Documentos Medievais Portugueses: documentos particulares*, Vol. III. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, doc. 316.

⁴⁰ Ver COSTA, Avelino de Jesus da; RODRIGUES, Manuel Augusto – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, doc. 61 (1116 março 9).

⁴¹ Jorge de Alarcão justifica estas datas com a inscrição do Obituário mencionada no texto e pela incidência de obras nas restantes igrejas de Coimbra, atribuindo as mesmas datas para as obras de Santiago, S. Cristóvão, S. Pedro, S. Salvador e S. João. Ver mais: ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra”. *Conimbriga* 48 (2009), pp. 211-230, p. 216. Ver também AUGUSTO, Octávio – *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa...*, p. 37.

⁴² CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 163 (fl.11 dia 27/07).

desde os inícios do século XII, assumindo uma organização institucionalmente mais definitiva durante a segunda metade desta centúria⁴³. Sabemos que no dia 5 de dezembro de 1190, se regista a morte de Gonçalo Anes, que *fuit secundus prior istius ecclesie*⁴⁴ e, no dia 9 de janeiro, detetamos a inscrição da morte do *fundator istius ecclesiae*. Infelizmente, nesta última inscrição, não se menciona nem o nome nem o ano da morte do defunto⁴⁵.

A igreja que hoje podemos ver não corresponde ao edifício românico que vimos a tratar, uma vez que, na segunda metade do século XVIII⁴⁶, este foi demolido, erguendo-se, no mesmo local, o atual templo barroco⁴⁷ (Fig. 2). As escavações realizadas em 1977 e 1978 permitiram a reconstituição de parte da planta da igreja românica e mostraram que a igreja dos finais do século XII, cuja estrutura e dimensão corresponderiam à atual, estava orientada a oeste/sudoeste, enquanto a do século XVIII se encontra a norte/nordeste⁴⁸. A inversão total do edifício poderá ter várias justificações: o estado ruinoso do templo referido nas memórias paroquiais de 1758⁴⁹; a falta de apreço ao estilo românico⁵⁰; a necessidade de fuga das inundações causadas pelas cheias do rio; a conveniência de orientar a igreja para a Praça entretanto aberta; ou a junção e articulação de todas estas justificações. Com efeito, a Praça foi progressivamente equipada e reordenada entre 1391 e 1442⁵¹, desempenhando a partir desse momento um papel central no urbanismo e na vida socioeconómica da cidade. Por exemplo, desde 1391, data da transferência da feira franca, promulgada por D. João I⁵², para o arrabalde, a praça assumiu uma posição dominante no quotidiano urbano e passou a revelar um tráfego intenso de “gentes” e mercadorias da cidade.

Fixada no topo Norte dessa mesma Praça, a igreja de Santiago terá sido fundada já no século XII, num templo preexistente dedicado a São Cucufate⁵³. Com efeito, em

⁴³ A primeira referência a uma comunidade nesta igreja é de 1106 e refere uma *fraternitatis* e a primeira referência a um prior data de 1169. Ver mais: GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, pp. 29 e 30.

⁴⁴ CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 163 (fl.17v dia 5/12)

⁴⁵ Cristina Guardado menciona um prior chamado Egas que testemunha documentos do Mosteiro de Lorvão em 1169, contudo não podemos garantir que se trate do primeiro prior de S. Bartolomeu. Para saber mais ver, GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, p. 44.

⁴⁶ ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu...”, p. 213.

⁴⁷ ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu...”, pp. 224-225.

⁴⁸ ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu...”, p. 213.

⁴⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique (eds.) – *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património. Portugal nas memórias paroquiais de 1758*. Braga: Minhografe - Artes Gráficas, 2011, p. 516.

⁵⁰ ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu...”, p. 227.

⁵¹ Data de edificação de um novo edifício de apoio à feira anual que se realizava desde 1391. Luísa Trindade apresenta um outro documento, datado de 1437, que refere a aprovação de demolição de uma casa na praça, facto que indicia o reordenamento do espaço da praça. Ver mais TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada...”, p. 131.

⁵² TRINDADE, Luísa – “A Praça e a Rua da Calçada...”, p. 131.

⁵³ A mudança de orago neste templo compagina-se com a relevância que Coimbra vai assumir na



Fig. 2 – Fotografia atual da igreja de São Bartolomeu de Coimbra. © Mariana Barreira.

1116, a igreja de S. Cucufate, junto à Porta da Almedina, integrava o conjunto de bens entregues pelo bispo D. Gonçalo Pais ao Mosteiro do Lorvão⁵⁴, mas em 1139 já é com a invocação de Santiago que a igreja e os seus paroquianos são referidos, no momento de delimitar a paróquia contígua de São João, adscrita à jurisdição dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que formavam a comunidade canonical recém-fundada no Mosteiro de Santa Cruz. Posicionado no eixo que, na Idade Média, decalcava a via romana que ligava Lisboa a Braga, a dedicação deste templo a Santiago marcava não só a devoção da cidade ao Apóstolo a quem a tradição recém construída imputava o apoio guerreiro à reconquista, como também a integração de Coimbra⁵⁵ nos itinerários da peregrinação jacobea, num momento em que esta região marcava a fronteira Sul do território Cristão.

Pela mesma altura em que se realizou a troca do orago, esta igreja terá sido entregue ao padroado do arcebispo de Compostela que aqui fazia reivindicar os seus direitos no final do século XII⁵⁶, obrigando a uma composição com o prelado de Coimbra que, como noutras igrejas da sua cidade, fez salvaguardar o seu direito episcopal, nomeadamente o da recolha da terça pontifical. Por fim, interessa referir que, à semelhança do que aconteceu nas outras igrejas paroquiais, em Santiago documentamos a fixação de uma comunidade eclesiástica, a partir de 1188.

Pouco sabemos sobre a igreja primitiva. Já sobre o edifício românico que lhe terá sucedido, temos conhecimento de que a sagração ocorreu em 1206⁵⁷. Hoje, a igreja de Santiago (**Fig. 3**) apresenta uma pretensa feição medieval, de facto, construída em meados do século XX, no âmbito de um programa levado a cabo por todo o país pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Mas ao longo dos séculos foram muitas as intervenções que sofreu e que lhe alteraram a estrutura. Muito sucintamente, diga-se que, em meados do século XVI, a Misericórdia de Coimbra instalou-se neste edifício, alteando e transformando significativamente a sua estrutura, como se pode ver na **Figura 4**. Por sua vez, na segunda metade dos séculos XIX, uma intervenção para o alargamento da Rua de Coruche obrigou à amputação (irreversível) da sua cabeceira (**Fig. 5**).

crescente peregrinação jacobea e com o sistemático abandono dos cultos de tradição moçárabe. Sobre este assunto, entre outros, veja-se ROSA, Maria Lurdes – “A força dos ritos na identificação comunitária: os moçárabes de Coimbra e a introdução da liturgia romana (1064-1116)”. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Vol. I. *Formação e Limites da Cristandade*. Coord. Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 433-440. <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13490>

⁵⁴ Ver COSTA, Avelino de Jesus da; RODRIGUES, Manuel Augusto – *Livro Preto...*, doc. 7 (1116).

⁵⁵ Sobre estes assuntos, ver GOMES, Saul António – “Coimbra e Santiago de Compostela...”, pp. 453–90; SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 185-224.

⁵⁶ Ver COSTA, Avelino de Jesus da; RODRIGUES, Manuel Augusto – *Livro Preto...*, doc. 7 (1183).

⁵⁷ CORREIA, Virgílio; GONÇALVES, António Nogueira – “Igreja-colegiada de Santiago”. In CORREIA, Virgílio; GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário artístico de Portugal: cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1947, pp. 31-33.



Fig. 3 – Fotografia atual da igreja de Santiago de Coimbra. © Maria Amélia Campos.



Fig. 4 – Recorte de um postal dos inícios do século XX.

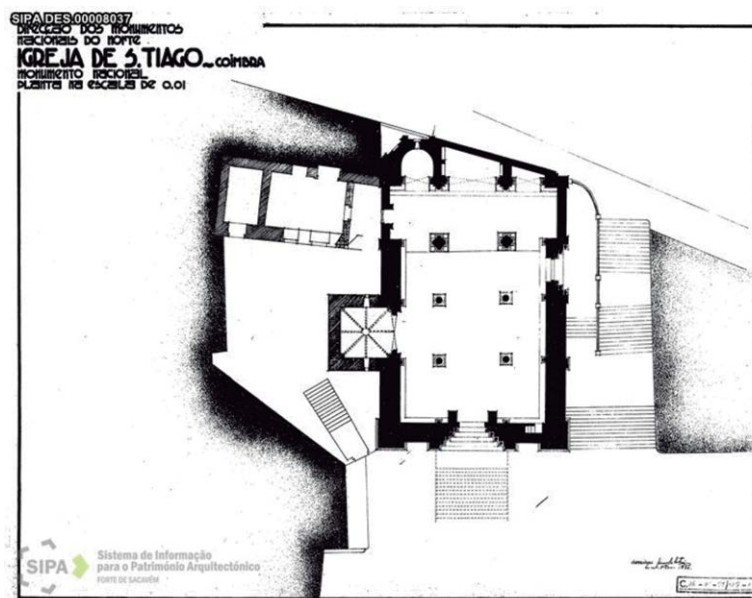


Fig. 5 – Planta da igreja de Santiago de Coimbra depois das obras da DGEMN. © DGPC, documento integrante do SIPA, disponibilizado no sítio www.monumentos.pt.

2. Caracterização das fontes necrológicas analisadas e seu contributo para o estudo da construção.

O estudo que aqui apresentamos assenta na análise de dois documentos específicos: o Calendário Obituário da Colegiada de São Bartolomeu e o Livro de Aniversários da Colegiada de Santiago. Em ambos os casos estamos perante documentos estruturados num calendário, onde as cerimónias pelos defuntos são assentes nos dias em que devem ser oficiadas. Os dois manuscritos começaram a ser redigidos no século XIV e foram sendo completados e acrescentados até, pelo menos, ao século XVI. Num caso como noutro, também, percebemos o assento de cerimónias fundadas em período muito anterior ao início de produção de ambos os livros⁵⁸.

2.1 Breve caracterização da estrutura e do conteúdo dos documentos.

O início de redação do primeiro⁵⁹ rondará o ano de 1337⁶⁰. Este manuscrito constitui um exemplar raro, uma vez que o seu calendário é invulgarmente completo nos elementos que o compõem: computo eclesiástico, orientações rituais, informações astrológicas e meteorológicas, entre outros. Ao calendário segue-se o martirologio e, depois dele, assentaram-se os nomes das pessoas que morreram em cada dia e as cerimónias de comemoração instituídas pelos próprios – homens e mulheres mais ou menos relacionados com a igreja – ou pelos seus relativos, numa linha temporal de três séculos. Do que podemos datar, encontramos cerimónias de sufrágio fundadas por indivíduos passados entre 1174 e 1411⁶¹. Neste documento, a maioria das inscrições, depois de nomear o/a(s) defunto/a(s) a celebrar em cada um dos dias, informa-nos sobre quem instituiu as cerimónias e sobre o património legado à igreja para o pagamento anual das mesmas.

Por sua vez, o livro de aniversários da Colegiada de Santiago de Coimbra⁶² assenta na estrutura de um calendário simples em que se inserem os doze meses do

⁵⁸ A propósito do estudo das datas das cerimónias fundadas no calendário de São Bartolomeu, ver CAMPOS, Maria Amélia – “La commémoration des défunts ecclésiastiques et laïcs dans la collégiale de São Bartolomeu de Coimbra (XII^e-XV^e siècles)”. In CAMPOS, Maria Amélia; MASSONI, Anne (eds.) – *La vie communautaire et le service à la communauté: L'exemple canonial et ses répercussions dans le monde laïc (Europe Occidentale, du XI^e au XV^e siècle)*. Évora: Cidehus, 2020. <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.12163>. Veja-se também a importante síntese sobre a recuperação da memória dos defuntos, em contexto de instituições de clero secular em BARROCA, Mário Jorge – “Memória”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. 1. *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 431-438.

⁵⁹ Documento publicado por CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*

⁶⁰ A análise das inscrições atribuídas à mão de escrita mais antiga revela que o último óbito inscrito data de 1337, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 31.

⁶¹ Ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 69.

⁶² Documento parcialmente publicado por PEREIRA, Isaías da Rosa – *Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1978, foi publicado integralmente por SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 185-224.

ano e os diferentes dias, individualizados com as diferentes letras dominicais⁶³. Pela análise do seu conteúdo, podemos encontrar indivíduos – homens e mulheres, leigos e eclesiásticos – que viveram nos séculos XIV, XV e XVI. A afinação mais detalhada desta cronologia está ainda dependente de um estudo mais aprofundado das suas inscrições. De um modo geral, estas inserem informações sobre os aniversários a celebrar em cada dia, indicando o nome dos indivíduos comemorados e o seu local de sepultura, o valor de pagamento de cada cerimónia e, muito raramente, uma identificação sumária dos bens que sustentavam cada uma destas celebrações.

Pelo que vimos dizendo se percebe que a inscrição das cerimónias de sufrágio, ao longo dos séculos nesta tipologia documental, estruturada em forma de calendário, faz estes documentos assemelharem-se a agendas perpétuas, onde várias camadas geracionais da paróquia, ou de alguma forma afetas a ela, têm assento. Nestes instrumentos, produzidos em contexto eclesiástico, com vista à administração da economia e do quotidiano religioso de ambas as igrejas, reforça-se o valor social inerente a qualquer calendário⁶⁴. Apesar de cumprirem funções semelhantes, o teor de ambos os documentos é muito distinto e revela potencialidades diferentes para a análise que se pretende realizar neste texto. Se no Obituário se privilegia a inclusão de informações sobre a fundação das cerimónias e a descrição do património que lhes foi afeto, no Livro de Aniversários privilegia-se a indicação do local de sepultura de todos/as os/as defuntos/as a comemorar, incluindo, em muitos casos, a caracterização das campas onde estes se encontravam. Nos subcapítulos que se seguem, procuraremos apresentar de forma analítica e articulada a informação que ambos os documentos contêm sobre os elementos materiais das igrejas e respetivas paróquias.

2.2 Contributo do Obituário de São Bartolomeu para a análise da construção.

No caso de São Bartolomeu de Coimbra, das estruturas que, em articulação com a igreja, serviam a comunidade eclesiástica e o quotidiano paroquial identificámos o adro, o celeiro e o refeitório. O adro que referenciamos em diferentes inscrições do obituário, era um espaço onde se localizariam casas, fornos e tendas⁶⁵. De acordo com

⁶³ Sobre as letras dominicais e os outros elementos do cômputo eclesiástico, ver, entre outros, GIRY, Arthur – *Manuel de diplomatique: diplômes et chartes-chronologie technique éléments critiques et parties constitutives de la teneur des chartes les chancelleries- les actes privés*. Genève: Slatkine Reprints, 1975.

⁶⁴ Veja-se o que sobre isto nos diz Jacques le Goff: “O calendário, objeto científico, é também um objeto cultural. Ligado a crenças, além de a observações astronômicas (as quais dependem mais das primeiras do que o contrário), e não obstante a laicização de muitas sociedades, ele é, manifestamente, um objeto religioso. Mas, enquanto organizador do quadro temporal, diretor da vida pública e cotidiana, o calendário é sobretudo um objeto social”. Ver mais: GOFF, Jacques le – “Calendários”. In GOFF, Jacques le – *História e Memória*. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 485.

⁶⁵ CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p.93 (fl.2v 02/02), p.100 (fl.4 01/03), p.110 (fl.6 15/04), p.124 (fl.9 18/06), p.140 (fl.12v 29/08), p.141 (fl.13v 01/09), p.145 (fl.13v 18/09), p.149 (fl.14v 04/10), p.149 (fl.14v 05/10) p. 158 (fl.16v 12/11).

as escavações que referimos anteriormente, a sudeste do templo românico, localizar-se-ia o cemitério da igreja⁶⁶, que hoje circunscreveria os adros de Cima e de Baixo⁶⁷. Por sua vez, o celeiro e/ou adega é referenciado na inscrição do aniversário da morte de Afonso Martins, datada de 1314, uma vez que o financiamento deste sufrágio se fazia em troca das melhorias realizadas⁶⁸ no celeiro velho, ao redor de S. Bartolomeu. Por sua vez, no assento do óbito do arcediogo de Coimbra, João Vicente (c. 1227⁶⁹), refere-se a doação de trinta libras que os beneficiados da colegiada usaram para construir um forno, um refeitório e umas casas no terreiro⁷⁰. De 1210, conhecíamos já outra referência a um refeitório⁷¹ que não podemos asseverar ser o mesmo. Estas seriam estruturas relevantes para o quotidiano comunitário da igreja, mas contrariamente ao que se regista na colegiada de Santa Justa de Coimbra⁷², em São Bartolomeu não há referência à casa do prior.

Num documento que, como dissemos, compila referências a doações realizadas durante quase três séculos, são expressivos os indícios sobre a transformação urbana da própria paróquia, como as fundações de aniversários por meio da doação de «casas novas»⁷³ ou da «*beneficentia das cassas*»⁷⁴. Das nove referências de casas novas que inventariamos, reconhecemos a localização de apenas três, duas delas no adro de S. Bartolomeu, e a terceira «junto do Mondego»⁷⁵. Destas transformações na malha urbana coimbrã, temos uma inscrição de destaque referente à morte de Dona Toda que deixa um quinhão do seu forno, que se encontra no adro da igreja, para que construam casas novas⁷⁶. De facto, esta doação não está datada e apenas podemos aventar que seja anterior a 1337, data do último óbito assente pela mão que a escreve.

⁶⁶ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: montagem...*, pp.148-149, o documento pode ser lido em GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, p. 11, doc.1.

⁶⁷ALARCÃO, Jorge de – “A igreja românica de S. Bartolomeu...” p. 215.

⁶⁸*Apotecii Veteri quae est prope predictam ecclesiam Sancti Bartholomey*. CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 117 (fl.7v dia 11/05).

⁶⁹Datação aferida pela obra MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG; FCT, 2010, p. 238.

⁷⁰CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p.160 (fl.17 dia 24/11). A saber que este Terreiro refere-se ao recinto atualmente dividido entre o Adro de Baixo, a parte que limita a igreja a poente, e o Adro de Cima que a limita a nascente. Para saber mais ver LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra*, Tomo I. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 1960, pp. 16-17.

⁷¹GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, p. 12, doc.3.

⁷²CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*, Vol. I. Coimbra: Faculdade de Letras, 2012. Tese de Doutoramento, p. 193.

⁷³CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p.92 (fl.2v dia 2), p.93 (fl.2v dia 2), p.96 (fl.3 dia 14), p. 105 (fl.5 dia 27), p. 107 (fl.5v dia 4), p. 122 (fl.8v dia 5), p.130 (fl.10v dia 13), p. 130 (fl.10v dia 16), p. 145 (fl.13v dia 18).

⁷⁴CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, fólio 7 (p.116) e p. 118 (fl.7v dia 20): inscreve-se aqui um aniversário fundado em 1377.

⁷⁵Podemos ler *Obiit Johannis Vincentii archidiaconus Colimbriensis que reliquid xxx libras quas expendimus ad faciendū furnum et in refectorium domorum de Terario*, em CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de Campos – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 161 (fl. 17 dia 24).

⁷⁶CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 93 (fl.2v, dia 2).

Todavia, parece-nos verosímil tratar-se de uma doação dos séculos XII ou XIII, pela tipologia do nome Toda e porque esta benfeitora nunca surge na documentação posterior. Esta proposta, porém, merece uma ulterior fundamentação. Seja como for, é extraordinária esta referência a um quinhão de um forno que foi transformado em casa, num território que, como já dissemos, revela desde cedo uma importante pressão demográfica. Já mais tarde, reconhecemos uma referência a casas novas, que remete para a primeira metade do século XIV⁷⁷.

A aplicação de benfeitorias no casario ou no espaço urbano de S. Bartolomeu implicava a transformação da paisagem edificada. Sobre isto, o Obituário apresenta-nos duas fundações de aniversário⁷⁸, em troca das benfeitorias realizadas numa casa. As benfeitorias pressupunham normalmente a execução de sobrados, janelas, portas, escadas, o revestimento de telhados e paredes⁷⁹. Apesar de não sabermos a natureza das obras realizadas nestes casos específicos, acreditamos tratar-se da reedificação de uma grande parte do imóvel que tenha transformado profundamente a forma e estrutura do edifício, pois só assim se justificaria que fossem suficientes à manutenção de um aniversário. Num dos casos, sabemos que a fundação do aniversário data de 1377, no outro, por se tratar de uma celebração fundada por um raçoeiro de São Bartolomeu, que ocupou esse cargo entre 1375 e 1411, podemos datá-la de inícios do século XIV⁸⁰.

A elaboração destas novas construções e benfeitorias na paisagem urbana da cidade medieval envolve um conjunto considerável de agentes. Contudo talvez pela sua condição social mais modesta, nem sempre nos é possível identificar esses transformadores da urbe⁸¹. Ainda assim, o obituário de S. Bartolomeu menciona dois carpinteiros⁸². Não temos como sustentar que estes tenham sido intervenientes

⁷⁷ Não temos elementos que nos permitam datar todas estas referências, mas no caso das «casas novas» doadas pelo prior João Afonso, podemos dizer com segurança que datam de período anterior a 28 de dezembro de 1348, dia em que conhecemos outro indivíduo nesse cargo GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, doc. 41.

⁷⁸ Podemos ler no fólho 7 (p. 116) «(...) pella alma de Gomez Eanes seu padre pella benfeitoria das cassas [...]» e, ainda, no fólho 7v (p. 118) «(...) aniversario por Stevam Anes do Alvorge pela bemfeitoria das casas (...)» para saber mais ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*

⁷⁹ MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do entre Douro e Minho”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coords.) – *História da Construção: os materiais*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 127-166, pp. 158-159.

⁸⁰ Entre 1391 e 1396, encontramos contratos de empraçamento que preveem a transformação de chãos em casas. Ver GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, pp. 194-198, doc. 114. Como já tem sido bem estudado, estas cláusulas de contratos a prever reedificações neste período revelam o esforço de fazer face à destruição causada pelas guerras e crises dos finais do século XIV.

⁸¹ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV a XVI)”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coords.) – *História da Construção: os construtores*. Braga, CITCEM, 2011, pp. 99-128, p. 107.

⁸² O primeiro carpinteiro de nome «Salvato» doa uma casa, o segundo chamado João Rodrigues doa uma casa e um morabitino anualmente. Ver mais: CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, p. 100 (fl.4 dia 2/03), p. 153 (fl.15v dia 24/10).

nas obras mencionadas anteriormente, todavia consideramos que é uma hipótese razoável.

2.3. Contributo do Livro de Aniversários de Santiago para a análise da construção.

Nas breves inscrições correspondentes a cada um dos dias que compõem o Livro de Aniversários de Santiago, não é possível encontrar detalhes de como eram as casas edificadas ou os materiais, a mão de obra utilizada e mesmo a localização destas. E, apesar de os bens doados à igreja de Santiago serem sucintamente referidos, nem sempre os mesmos (casas, casais, olivais, pomares, etc.) diziam respeito a património imóvel dentro da paróquia. Sobre construções no interior da paróquia, informa-nos a inscrição correspondente ao dia 6 de fevereiro⁸³ em que se indicam «as casas que som junctas com a eigreja», cuja renda pagava o aniversário por alma de Guilherme de Saint-Géry, que apesar de identificado como deão de Coimbra na hora de redigir o seu testamento (1320)⁸⁴, havia desempenhado funções de prior de Santiago nos inícios do século XIV⁸⁵. Tal situação permite-nos questionar: seriam estas casas, aparentemente contíguas à igreja, aquilo que na vizinha paróquia de Santa Justa se chamava de Casas do Prior? Se sim, a sua atribuição para pagamento de um aniversário revela um processo de apropriação de uma estrutura originalmente pertencente à colegiada? Sabemos que o mesmo aconteceu em Santa Justa, pelo último quartel de Quatrocentos, mas só um estudo mais aprofundado da comunidade eclesiástica de Santiago nos permitirá um dia propor respostas para estas questões⁸⁶.

Se são poucos os dados sobre a paisagem edificada da paróquia, já os que se referem à igreja são bastante numerosos. As informações acerca da localização das sepulturas dão-nos pistas relevantes sobre o interior da igreja e, em menor quantidade, sobre as suas imediações no exterior. Nestes casos, devemos referir as sepulturas localizadas nas portas da igreja que nos permitem identificar a porta do adro⁸⁷, a porta da calçada⁸⁸ ou também referida como porta contra a calçada e a porta pequena

⁸³ SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p.200, fl. 4v.

⁸⁴ MORUJÃO, Maria do Rosário – *Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325*. Lisboa: CEHR, 2010, p. 411, doc. 2.50. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/9789728361310>

⁸⁵ Reconhecemo-lo nessas funções em novembro de 1313: ver Lx, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, m. 8, sn (cota antiga 399 e 660).

⁸⁶ Sobre este assunto, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Um segredo mal guardado: o papel das sargentes na vida dos beneficiados de Santa Justa de Coimbra (séculos XIV e XV)”. In MEIRINHOS, José; ALCALDE, Celia López; REBALDE, João (eds.) – *Secrets and Discovery in the Middle Ages. Proceedings of the 5th European Congress of the Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales (Porto, 25th to 29th June 2013)*. Porto e Barcelona: FIDEM, 2017, pp. 187-197. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/45586>

⁸⁷ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 214, fl. 21v.

⁸⁸ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 197, fl. 1v.

do claustro⁸⁹ contra a estalagem⁹⁰. Por fim, é mencionada a porta do pintor⁹¹ que também dava acesso ao adro. Considerando que a porta do adro virava a Ocidente e a porta da calçada a Sul, julgamos que o claustro se localizaria a Norte e que, nessa direção, existiria também, pelo menos em algum período da cronologia visada, uma estalagem. No entanto, estas e as seguintes considerações sobre o edifício necessitam de confirmação por parte dos historiadores/as de Arte que acreditamos ser possível em investigações a realizar futuramente.

No que diz respeito ao interior da igreja, podemos atestar a existência de um coro⁹², que se alcançava por umas escadas⁹³, um poial⁹⁴, uma pia de água benta⁹⁵, a meio da igreja, colocada sobre um esteio⁹⁶, pelo menos duas capelas e cerca de doze altares. Para além do altar-mor, que consideramos ser o mesmo que o altar de Santiago⁹⁷, reconhecemos os altares em honra dos santos: São Lourenço⁹⁸, São Pedro⁹⁹, Santo Urbano¹⁰⁰, São Paulo¹⁰¹ e São Tomás¹⁰². Depois, três altares em honra da virgem – Nossa Senhora do Pranto¹⁰³, Santa Maria¹⁰⁴ e Santa Maria a Prenhe¹⁰⁵ – e de sua mãe, Nossa Senhora Santa Ana¹⁰⁶. Por fim, existiria também um altar da Santíssima Trindade¹⁰⁷, outro dos Reis Magos¹⁰⁸ e, por uma única vez, é referido um altar do presépio de Santa Maria¹⁰⁹. É importante ressaltar que o Altar Mor da igreja se afigura como o mais ocupado por sepulturas. Quanto às capelas, identificamos uma capela em honra de Santo André¹¹⁰ e outra mencionada como Capela de Afonso Domingues de Aveiro ou de Santo Ildefonso¹¹¹.

⁸⁹ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 200, fl. 4.

⁹⁰ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 198, fl. 2v.

⁹¹ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 222, fl. 31v.

⁹² Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 197, fl. 1v.

⁹³ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 200, fl. 4v.

⁹⁴ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 203 e 212, fls. 8 e 18.

⁹⁵ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 196, fl. 1.

⁹⁶ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 220, fl. 29v.

⁹⁷ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 202, fl. 6v.

⁹⁸ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 201, fl. 5.

⁹⁹ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 219, fl. 28v.

¹⁰⁰ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 206, fl. 12A.

¹⁰¹ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 198, fl. 3.

¹⁰² Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 196, fl. 1.

¹⁰³ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 198, fl. 3.

¹⁰⁴ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 197, fl. 2.

¹⁰⁵ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 200, fl. 5.

¹⁰⁶ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 201, fl. 6.

¹⁰⁷ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 196, fl. 1.

¹⁰⁸ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 208, fl. 13v.

¹⁰⁹ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 210, fl. 16.

¹¹⁰ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 197, fl. 1v.

¹¹¹ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 198, fl. 2v. Julgamos tratar-se de Afonso Domingues de Aveiro, identificado em 1380, como prebendeiro do cabido da Sé de Coimbra, ver Lx, ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra*, m. 20, n. 411 (1377-09-20); Lx, ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra* m. 9, n. 174 (1380-08-12); e Lx, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, m. 76, n. 3093 (1380-02-10).

Dentro destes espaços sagrados, ocupados por muitos altares, capelas e outras estruturas necessárias ao ofício litúrgico, o Livro de Aniversários dá-nos a conhecer um grande conjunto de campas. Umam seriam campas rasas, certamente, que contrastavam com as sepulturas descritas como moimentos altos ou levantados¹¹² e as suas dimensões divergiriam também, uma vez que se identifica, pelo menos, uma campa ancha¹¹³. Para a sua elaboração, seriam usadas diferentes matérias-primas. Assim, quando se referem as campas e moimentos brancos¹¹⁴, deduzimos tratar-se de estruturas sepultais talhadas em calcário, eventualmente extraído nas pedreiras da região de Ançã¹¹⁵. Mas também se identificam campas pretas e sarrabulhentas¹¹⁶, decorresse esta designação do estado de conservação e limpeza da pedra ou das suas características naturais de origem.

Pelo que vimos explicando se percebe a enorme preocupação que a colegiada de Santiago de Coimbra dedicava à identificação precisa das sepulturas correspondentes aos fiéis que deveriam ser lembrados e comemorados em cada um dos dias. Para além da localização dentro dos espaços da igreja, da coloração, da configuração e das dimensões, estas construções eram identificadas pelos seus elementos decorativos, ornamentais ou mesmo heráldicos. Nestes casos, enunciamos muito simplesmente campas que são referenciadas por terem letras¹¹⁷, cruces¹¹⁸, espadas¹¹⁹ e flores¹²⁰. Também sobre este aspecto, consideramos estar perante um campo de interpretação a explorar em futuras investigações.

Para além do altar-mor, das portas já enunciadas e do claustro, a pia de água benta era uma das referências mais utilizadas para identificar a localização das sepulturas. Como tem sido bem estudado desde, pelo menos, os estudos pioneiros de Philippe Ariès¹²¹, a localização das sepulturas no interior dos templos evidenciava não só diferentes registos de espiritualidade e religiosidade, como uma hierarquia social, económica e de influência dos defuntos lá inumados. A análise dessa hierarquia e a forma como a comunidade paroquial se fazia representar, depois da morte, fisicamente, no interior da sua igreja é um dos objetivos do projecto *COMMEMORTIS*¹²², agora em curso. No programa de trabalhos deste projeto, também se procurará fazer a comparação

¹¹² Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 196, 201 e 202, fls. 1, 6, 7.

¹¹³ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 211 e 214, fls. 17v, 21.

¹¹⁴ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 203; 208; 218, fls. 7v, 9, 13v, 28, 29, 31v.

¹¹⁵ É muito conhecido e tem sido sobejamente estudado o uso da pedra de Ançã na escultura comimbricense do período medieval e moderno. Ver, entre outros, DIAS, Pedro – *A pedra de Ançã, a escultura de Coimbra e a sua difusão na Galiza*. Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 1995.

¹¹⁶ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 200 e 202, fls. 4v, 6v.

¹¹⁷ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, p. 197, fl. 1v.

¹¹⁸ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 196; 200; 220; 221, fls. 1, 4, 29v, 30.

¹¹⁹ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 198; 218; 219; 221, fls. 3, 28, 28v, 30.

¹²⁰ Ver SANTOS, Maria José Azevedo – “Un libro de aniversarios...”, pp. 196; 212, fls. 1, 18.

¹²¹ Citamos, entre outros, pela antiguidade ARIÈS, Philippe – *L’homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977.

¹²² Para mais informações, seja-nos permitido divulgar o respetivo sítio da internet e blogue <https://commemortis.wixsite.com/my-site>

destes dois casos de estudo como outros contextos paroquiais semelhantes, em Portugal e noutras geografias do ocidente europeu, que neste texto não pudemos ainda realizar.

Reflexões finais.

No momento de concluir, há reflexões que nos merecem destaque. Sublinhe-se a evidência de que apesar de elaborados para cumprir um mesmo propósito, ambos os documentos analisados nos apresentam estruturas diferentes e âmbitos de conteúdo completamente distintos. Para São Bartolomeu, o obituário, mais preocupado com caracterizar o património afeto às respetivas celebrações, permite-nos apreender algumas características dos imóveis localizados na respetiva paróquia. E, neste caso, ao focarmos alguns processos de transformação do edificado, pudemos confirmar o labor construtivo que este território da cidade – junto à ponte e na margem norte do rio – terá sido alvo, nomeadamente nos séculos XII e XIII. Com efeito, nas inscrições mais antigas pudemos identificar a transformação de equipamentos como fornos, em casas de habitação. Já para um período posterior, entre meados do século XIV e os inícios do XV, detetamos referências à edificação de casas e à realização de benfeitorias.

Por sua vez, o Livro de Aniversários de Santiago fornece sobretudo informações sobre o interior da igreja, os elementos construtivos que a compunham e a estruturas litúrgicas e sepultais que nele se inseriam. Pela breve caracterização realizada, percebe-se a multiplicidade de equipamentos que, em articulação com o programa artístico e figurativo, veiculado pela arquitetura e escultura do edifício, concorriam para a doutrinação dos fiéis e enquadramento da sua espiritualidade. Assim, através de uma leitura do documento mais focada na caracterização formal das sepulturas aí identificadas, percebemos como esses mesmos fiéis participavam na definição do universo material, em que se faziam sepultar e onde faziam gravar depois da morte, de forma mais ou menos explícita, a memória da sua existência individual e familiar, bem como o exemplo da sua finitude.

Com este estudo, esperamos ter demonstrado a relevância desta tipologia documental para a compreensão dos ritmos de construção e de transformação da paisagem edificada da paróquia urbana medieval, bem como para a apreensão da materialidade que compunha os seus núcleos centrais, constituídos pelo edifício da igreja, o seu adro cemiterial e os túmulos dos paroquianos defuntos. Para além desse objetivo, acreditamos ter evidenciado a heterogeneidade dos dados que documentos normalmente inscritos na mesma categoria podem apresentar e como isso inviabiliza a aplicação de uma grelha de análise única e a realização de uma abordagem comparativa correspondente. Na verdade, aprofundar o conhecimento das diferenças de conteúdo das fontes necrológicas de produção medieval e a diversidade do seu conteúdo é um dos nossos objetivos de futuro que, nesta investigação, apenas pudemos aflorar.

“O Repairamento do dito Moesteiro, que estava a ponto de sse vijnr a terra”: *Notícias sobre a construção e a reconstrução dos edifícios monásticos das monjas cistercienses, em Portugal (sécs. XIII-XVI)*

Luís Miguel Rêpas¹

Resumo

Em Portugal, os historiadores que se dedicam ao monaquismo, mais atentos a aspetos institucionais e económicos, têm dado pouca atenção aos espaços monásticos e à sua utilização quotidiana, e o facto dos fundos monástico-conventuais ainda se manterem praticamente inéditos fez com que muitas fontes manuscritas não tenham sido usadas pelos historiadores da arte nos seus estudos. Procuraremos, por isso, arrolar referências a obras de construção e de reconstrução de edifícios, sobretudo monásticos, que se encontram registadas na documentação dos mosteiros cistercienses femininos portugueses, contextualizando-as historicamente e analisando, sempre que possível, o espaço em que se inserem. Nesta articulação do espaço construído com os seus agentes (os que patrocinam a obra, os que a fazem e aqueles que aí habitam), procuraremos alicerçar um conhecimento mais profundo destas comunidades e dos ciclos de vida dos edifícios monásticos.

Palavras-chave

Obras; Construção; Mosteiros; Espaço monástico; Financiamento.

¹ Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH); Centro de História da Sociedade e da Cultura (FLUC). Bolseiro pós-doutoral do projeto Books, rituals and space in a Cistercian nunnery. Living, praying and reading in Lorbão, 13th-16th centuries (ref.^a PTDC/ART-HIS/0739/2020), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do qual se desenvolveu este trabalho.

“The Restoration of the said Monastery that was on the point of falling to the ground”: the construction and reconstruction of Cistercian female conventual buildings in Portugal (13th-16th centuries)

Abstract

In Portugal, historians of monasticism, often preoccupied with institutional and economic matters, have paid little attention to conventual spaces and their daily use. Further, the fact that a good deal of monastic/conventual documentation still remains unpublished has led to many manuscript sources being overlooked by art historians. In an attempt to ameliorate matters, this paper enumerates the references to works of construction and reconstruction of buildings, especially monastic structures, mentioned in the documentation of Portuguese Cistercian nunneries, placing them in their historical context and, where possible, analysing the sites concerned. Through a consideration of the built space in conjunction with those actively concerned with it – sponsors, builders and residents – this paper seeks to build a deeper understanding of these conventual communities and of the life cycles of their buildings.

Keywords

Works; Construction; Monasteries; Monastic space; Financing.

O presente trabalho assenta num conjunto de notícias sobre a construção e a reconstrução dos edifícios monásticos das monjas cistercienses, em Portugal, entre os séculos XIII e XVI. O excerto que dá título a este texto é retirado de um documento relativo ao Mosteiro de Almoester, localizado no termo de Santarém, que, tal como veremos em relação a outros mosteiros cistercienses, não estava, propriamente, integrado na malha urbana dessa vila medieval. Lembro, porém, a este propósito, a argumentação dos procuradores do concelho da Guarda às Cortes de Lisboa de 1439, a favor dos vizinhos do termo, em que diziam ser a cidade o corpo cujos membros eram as aldeias do seu termo, devendo, por isso, a cidade e o seu termo ser uma só unidade². Foi esta aceção que tivemos em consideração ao elaborar o pequeno estudo que aqui apresentamos.

Sendo o âmbito temático desta obra *Construir e Reconstruir na Europa Urbana Medieval*, a verdade é que os mosteiros cistercienses femininos não se localizavam

² COELHO, Maria Helena da Cruz; RÊPAS, Luís Miguel – *Um Cruzamento de Fronteiras. O discurso dos concelhos da Guarda em Cortes*. Guarda: Campo das Letras, 2006, doc. 15 (§ 5), pp. 109-111, bem como a p. 53.

dentro do espaço urbano, e alguns deles nem sequer junto a um espaço urbano³. Os primeiros (e, sem dúvida, os mais importantes nos séculos XIII e XIV), Lorvão e Arouca, resultaram de reformas de comunidades beneditinas que remontavam à reocupação cristã do espaço até ao Mondego, na sequência da primeira Reconquista de Coimbra, em 878, e estão, em consonância com a sua origem, implantados no mundo rural (**Fig. 1**)⁴. Porém, a propagação *das comunidades de monjas cistercienses no território português verificou-se ao longo de todo o século XIII (e todas as comunidades medievais foram fundadas nesse século)*⁵, que é, como se sabe, um período de grande crescimento urbano, aspecto que acabou, também, por marcar uma nova etapa da expansão cisterciense feminina em Portugal, com a fundação de comunidades conventuais mais próximas de espaços urbanos: nas celas de Santa Maria, junto a Coimbra, na ermida de São Bento de Cástris, junto a Évora, em Almoester, no termo de Santarém, e, finalmente, em Odivelas, junto a Lisboa (**Fig. 1**)⁶.

É, por isso, natural que não prestemos aqui atenção a Lorvão, a Arouca e, ainda, a Cós, também localizada no espaço rural, no couto de Alcobça, e que concentremos o nosso estudo nas casas monásticas edificadas junto às cidades de Coimbra, Lisboa e Évora, e à vila de Santarém, de forma a alinhar este trabalho com os propósitos da presente publicação.

Em Portugal, os historiadores têm dado pouca atenção aos espaços monásticos e à sua utilização quotidiana⁷, preferindo análises de recorte mais institucional,

³ Sobre a implantação de alguns mosteiros femininos cistercienses do reino de Aragão em espaços próximos das cidades, veja-se o recente estudo de CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo; FERNÁNDEZ SOMOZA, Gloria – “Arte en femenino. Los monasterios suburbanos en el Císter de la Corona de Aragón”. In CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo (coord.) – *Aragonia Cisterciensis. Espacio, arquitectura, música y función en los monasterios de la Orden del Císter en la Corona de Aragón*. Gijón: Ediciones Trea, 2020, pp. 137-156, onde se apresentam informações de grande interesse para articular a organização dos espaços monásticos com a forma de vida praticada pelas monjas, a qual, muitas vezes, se afastava bastante do ideal e da normativa cistercienses.

⁴ Para estes mosteiros, e para a cronologia fundacional, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*. 2.^a ed., Arouca: Câmara Municipal de Arouca / Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988, pp. 20-26 e o recente trabalho de REAL, Manuel Luís – “A presúria de “Uilla Coua” e as origens do Mosteiro de Lorvão”. *Medievalista* [Em linha] 32 (2022) [Consultado a 4 de dezembro de 2022]. Disponível em <http://journals.openedition.org/medievalista/5635>

⁵ RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*. Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021, pp. 55-134. Tese de Doutoramento.

⁶ Os estatutos da Ordem, desde o início, impediam a fundação dos mosteiros cistercienses no seio da malha urbana [“I. Quo in loco sint construenda coenobia. In civitatibus, castellis, villis, nulla nostra construenda sunt coenobia, sed in locis a conversatione hominum semotis.” (CANIVEZ, Joseph-Marie – *Statuta Capitularum Generalium Ordinis Cisterciensis*. I: *Ab anno 1116 ad annum 1220*. Louvain: Revue d’Histoire Ecclésiastique, 1933, p. 13); tradução: “I. Não é nas cidades, castelos ou aldeias, que se hão de construir os nossos mosteiros, mas em locais afastados do convívio dos homens” (*Cister: os documentos primitivos*. Tradução, introduções e comentários de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 81)], pelo que se compreende que mesmo estas comunidades, sendo mais urbanas, estivessem implantadas junto às cidades ou no termo de vilas e cidades, mas fora dos espaços amuralhados.

⁷ Neste âmbito, para além dos vários estudos de Artur Nobre de Gusmão e Maur Cocheril, assinalam-se, sobretudo, os trabalhos mais recentes de Ana Maria Tavares Martins: MARTINS, Ana Maria Tavares – “Espaço monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor*

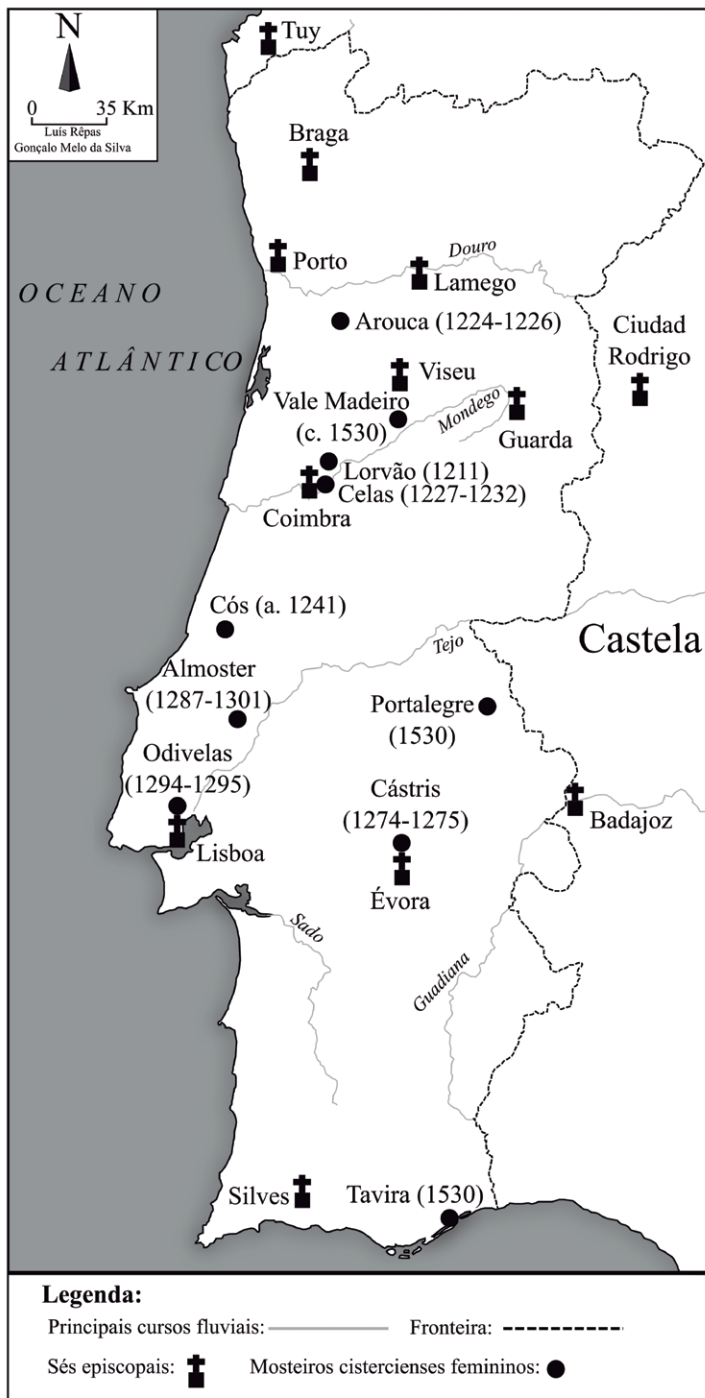


Fig. 1 – Mapa dos mosteiros cistercienses femininos em Portugal (até 1530).

económico ou, quando muito, social. Por outro lado, o facto dos fundos monástico-conventuais ainda se manterem praticamente inéditos fez com que muitas fontes manuscritas não tenham sido usadas pelos historiadores da arte nos seus estudos. Por estes motivos, nos trabalhos até agora desenvolvidos são raras as alusões a aspectos concretos associados a obras nos mosteiros cistercienses, à exceção, quando muito, do Mosteiro de Alcobaça, que se encontra muito mais bem documentado e que foi já objeto de várias teses de doutoramento e de uma multiplicidade de outros estudos⁸.

José Amadeu Coelho Dias. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 85-107; MARTINS, Ana Maria Tavares – *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. Sevilha: Universidade de Sevilha, 2011. Tese de doutoramento.

⁸ Salvo raras exceções (REAL, Manuel Luís – “A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média”. In RODRIGUES, Jorge; VALLE PÉREZ, Xosé Carlos (coords.) – *Arte de Cister em Portugal e Galiza*. s.l.: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1998, pp. 42-97; REAL, Manuel Luís – “A Organização do Espaço Monástico entre os Cistercienses, no Portugal Medieval”. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; AMARAL, Luís Carlos (coords.) – *Monasticon (II): nos caminhos de Cister. Livro do VIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2013, pp. 77-112; GOMES, Saul António – “A construção monástica no Portugal medieval: algumas reflexões”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: Arquitecturas e Técnicas Construtivas*. Braga: CITCEM/LAMOP, 2013, pp. 245-266; e MELO, Arnaldo Sousa – “O processo construtivo dos edifícios cistercienses em Portugal na Idade Média”. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *De Cister a Portugal: o tempo e o(s) modo(s)*. Livro do XI Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2016, pp. 151-172), esta temática específica também não tem sido abordada pelos especialistas da história da construção, que preferiram estudar a habitação régia (GOMES, Rita Costa – “Monarquias e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI”. In SABATIER, Gérard; GOMES, Rita Costa (coords.) – *Lugares do poder*. Lisboa: FCG/Acarte, 1998, pp. 84-105; SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “O processo construtivo dos paços régios medievais portugueses nos séculos XV e XVI: O Paço Real de Sintra”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: Arquitecturas e Técnicas Construtivas*. Braga: CITCEM/LAMOP, 2013, pp. 213-244; MARTINS, Diana – *O Paço da Alcáçova de Lisboa: uma intervenção Manuelina*. 2 Vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017. Dissertação de Mestrado; MARTINS, Diana – “Materiais para o Paço da Alcáçova: A intervenção régia num Paço lisboeta (1507-1513)”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2020, pp. 309-326, entre outros), os paços senhoriais (área em que destacamos os trabalhos de Mário Jorge Barroca: BARROCA, Mário Jorge – “Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares”. *Revista de História* 9 (1989), pp. 9-61 [Consultado a 11 de setembro de 2022], disponível em <http://hdl.handle.net/10216/13087>; BARROCA, Mário Jorge – “Torres, Casas-torres ou Casas-fortes: a Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)”. *Revista de História das Ideias* 19 (1997), pp. 39-103; BARROCA, Mário Jorge – “O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Quatrocentista Portuguesa”. In *Barcelos terra condal. Actas do Congresso Histórico e Cultural realizado em Barcelos de 22 a 24 de Outubro de 1998*. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, 1998, pp. 63-90; BARROCA, Mário Jorge – “As Torres Medievais de Amares: Vasconcelos, Dornelas e Castro”. In *Para a História de Amares*. Amares: Município de Amares, 2014, pp. 117-147; BARROCA, Mário Jorge – “O Paço de Giela: um “Palimpsesto” Arquitectónico”. In SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de; BARROCA, Mário Jorge (eds.) – *O Paço de Giela. História de um Monumento*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 2015, pp. 133-215) ou a casa corrente e os estaleiros urbanos (TRINDADE, Luísa – *A casa corrente em Coimbra. Entre os finais da Idade Média e o início da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002, a que se poderão acrescentar numerosos trabalhos de Manuel Silvio Alves Conde e Arnaldo Sousa Melo), para além, obviamente, da arquitetura militar. Quanto ao estudo da construção em contexto monástico, destacam-se, essencialmente, os trabalhos sobre o Mosteiro da Batalha e o Mosteiro dos Jerónimos: GOMES, Saul António – *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*. Coimbra: Instituto de História da Arte – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990; GOMES, Saul António – “Les ouvriers du bâtiment à Batalha”, *Razo, Cahiers du Centre d’Études Médiévales de Nice. L’Artisan dans la Péninsule Ibérique*

Face a esta lacuna na historiografia, procurámos reunir referências a obras de construção e de reconstrução de edifícios, sobretudo monásticos, que se encontram registadas na documentação dos mosteiros cistercienses femininos portugueses, contextualizando-as historicamente e analisando, sempre que possível, o espaço em que se inserem. Nesta articulação do espaço construído com os seus agentes (os que patrocinam a obra, os que a fazem e aqueles que aí habitam), procuraremos alicerçar um conhecimento mais profundo destas comunidades e dos ciclos de vida dos edifícios monásticos.

Uma vez que o espaço de que dispomos se encontra, compreensivelmente, limitado, optámos por agrupar as referências a obras de construção e de reconstrução de edifícios que considerámos mais significativas de uma forma lógica, ora por temáticas, ora por critérios de índole cronológica, servindo esta segmentação temática, ao mesmo tempo, para estruturar todo o texto.

1. Fundação e construção dos mosteiros.

Como é natural, o primeiro conjunto de referências a obras num mosteiro prende-se com a construção inicial dos seus edifícios. Seria, obviamente, uma altura de intensos trabalhos, com o intuito de erguer as dependências monásticas que acomodariam as monjas na sua vida comunitária, no cumprimento da Regra do Patriarca São Bento e de acordo com a normativa cisterciense, aprovada na assembleia de abades reunida, anualmente, no Capítulo Geral de Cister.

A grandeza de tais construções poderia até levar-nos a considerar a existência de fontes abundantes e diversificadas, que documentassem os trabalhos desenvolvidos nos respetivos estaleiros de obras, o que, na verdade, não acontece. Pelo menos, se existiram, não chegaram até nós, ou nós ainda não tomámos delas conhecimento. De facto, até os vestígios materiais destes primeiros tempos são bastante escassos, uma

14 (1993), pp. 33-51; GOMES, Saul António – “Perspectivas Sobre os Mesteirais das Obras da Batalha no Século XV”. *Mare Liberum* 7 (1994), pp. 105-126; GOMES, Saul António – “Um estaleiro medieval de excelência: o Mosteiro da Batalha”. In MATEUS, João Mascarenhas (ed.) – *A História da Construção em Portugal: Alinhamentos e Fundações*. Coimbra: Almedina, 2011, pp. 49-78; GOMES, Saul António – “Les bâtisseurs du chantier gothique du Monastère de Bataille (Portugal)”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Construtores*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 173-190; REDOL, Pedro – *O Mosteiro da Batalha e o vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI*. Batalha: Câmara Municipal da Batalha, 2003; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “L’organisation d’un chantier de construction exceptionnel: le Monastère des Jérónimos à Lisbonne, au début du XVI^e siècle”. In *Deuxième Congrès Francophone d’Histoire de la Construction*. Lyon, 2015. Paris: Picard, 2015, pp. 725-732; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Late-medieval construction site management at the Monastery of Jerónimos in Lisbon”. In *Construction History. International Journal of the Construction History Society* 30/1 (2015), pp. 23-37. Acrescente-se, ainda, a tese de doutoramento de PEREIRA, António Manuel Portela de Sá – *A construção monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica: uma abordagem multidisciplinar da História da Construção desde a época medieval até à atualidade*. 2 Vols. Braga: Universidade do Minho, 2020, que incide, particularmente, no Mosteiro de São Salvador de Vilar de Frades.

vez que tais edifícios acabaram, quase sempre, por ser, mais tarde, substituídos por outros, mais modernos, mais de acordo com a grandeza entretanto adquirida por aquelas casas monásticas e mais ajustados às correntes artísticas da época em que foram reconstruídos⁹.

1.1 *Santa Maria de Celas (Coimbra).*

Do primitivo edifício monástico de Celas, em Coimbra, mantém-se o formato da igreja das primeiras enceladas, de planta centrada circular, como bem afirmaram Paulo Varela Gomes e Walter Rossa¹⁰ e como demonstrámos na nossa tese de doutoramento¹¹ (discutindo ainda os autores sobre se as fundações da igreja quinhentista correspondem ou não às da igreja do século XIII, o que só se poderia comprovar por intermédio de escavações arqueológicas). Também medieval, mas seguramente posterior, é o seu claustro, em que ainda hoje se pode admirar um magnífico conjunto de capitéis figurativos ou historiados, único no contexto português, que mereceu, ainda há não muito tempo, a atenção de Carla Varela Fernandes¹². Como se sabe, Maria do Rosário Barbosa Morujão publicou toda a documentação do Mosteiro de Celas, desde a sua origem até 1434¹³, e nela, infelizmente, nada (ou quase nada) se diz sobre o claustro ou sobre outras dependências monásticas deste mosteiro cisterciense, nem tão-pouco sobre a sua construção.

Na verdade, a informação mais interessante encontrada na documentação de Celas é sobre a configuração da capela (ou oratório) de Santa Maria de Celas e encontra-se num diploma de que se desconhece o ano, mas que será, muito provavelmente, datado de 28 de março [de 1222]¹⁴, ou seja, muito anterior à sua incorporação na Ordem de Cister, solicitada apenas em 1227¹⁵. Trata-se de uma carta

⁹ Para além, obviamente, do facto de algumas dessas estruturas primitivas poderem ter sido construídas em madeira, como se atesta para Inglaterra (COPPACK, Glyn – “According to the Form of the Order’: The Earliest Cistercian Buildings in England and their Context”. In KINDER, Terry Nancy (coord.) – *Perspectives for an Architecture of Solitude. Essays on Cistercian, Art and Architecture in Honour of Peter Fergusson*. Turnhout: Brepols, 2004, pp. 35-45).

¹⁰ GOMES, Paulo Varela; ROSSA, Walter – “A rotunda de Santa Maria de Celas: um caso tipológico singular”. In *Arte e Arquitectura das Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII (Colóquio, 23-27 Novembro de 1994, Mosteiro de Alcobça)*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 197-223.

¹¹ RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 1, pp. 65-79.

¹² FERNANDES, Carla Varela – *Santos, Heróis e Monstros. O Claustro da abadia de Santa Maria de Celas*. Lisboa: Edições Colibri, 2019.

¹³ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 169-654.

¹⁴ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino...*, doc. 68, p. 229.

¹⁵ CANIVEZ, Joseph-Marie – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*. II: *Ab anno 1221 ad annum 1261*. Louvain: Revue d’Histoire Ecclésiastique, 1934, p. 62, n.º 33: “De Sancto Johanne de Taurucha et de Alcobatia abbatibus committitur de abbatia monialium construenda a filia regis Portugaliae, qui faciant inde quod viderint faciendum et sequenti anno Capitulo generali studeant renuntiare”.

do arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva, dirigida ao bispo de Coimbra D. Pedro Soares, a partir da qual se depreende a construção de um oratório à volta do qual a Infanta D. Sancha (filha de D. Sancho I) pretendia edificar diversas *celas* (ou *cellulas*, como se diz no documento), que lhe deveriam ser contíguas, para em cada uma delas se recolher uma *conversa* que isoladamente serviria o Senhor:

“Illustris regina domna S[ancia] que per Dei gratiam semper in lege Domini meditatur nobis humiliter intimavit quod in civitatis vestre subburbio circa locum qui Porta Solis dicitur oratorium quoddam pro anime sue remedio construit ubi diversas cellulas vult construere in quarum qualibet conversa una recludi valerit et Domine solitarie famulari sed quia ipse cellule eidem oratorio debent esse contigue et postmodum oratorium non posset commode circuiiri cum debuint consecrari petiit a nobis ut ante constructionem cellularum ipsum oratorium consecratur et quod daremos dictis dominabus licentiam ibidem divina officia audiendi. Nos autem cum laudabili facto grato concurrentes assensu ob gratiam illustrissime regine domne Tarasie et ipsi regine domne S[ancie] presentibus indulgemus quatinus januis clausis non pulsatis campanis exclusis excommunicatis et interdictis submissa voce ibi divina officia audire valeant domine supradicte. Indulgentes fraternitati vestre ut vos antequam ibidem cellule construantur cum quatuor tantum clericis clausis januis non pulsatis campanis absque tumultu et submissa voce dictum oratorium consecratis”¹⁶.

O modelo descrito copiaria, seguramente, o que já existia numa primeira comunidade de enceladas documentada em Alenquer, também associadas àquela Infanta, dispondo-se as *celas* ao redor de um templo, com invocação Mariana, de planta centrada circular, como dissemos atrás¹⁷. Esta primeira forma de vida justifica, assim, a adoção de um modelo construtivo tão raro no contexto português. Alguns anos mais tarde, quando estas mulheres acabaram por ser admitidas na Ordem de

¹⁶ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino...*, doc. 68.

¹⁷ A existência, em Alenquer, de uma igreja circular, de invocação Mariana, associada a umas enceladas, encontra-se há muito comprovada, conservando-se, ainda, vestígios materiais *in loco*. Frei Bernardo d’Assumpção, escrevendo entre 1648 e 1654, já havia registado a similitude das duas igrejas: “[...] no qual sitio [na vila de Alenquer] esta ainda oje huã capella da feitura da deste conuento [de Celas de Coimbra], & se chama S.^{ta} Maria a redonda” (ASSUMPÇÃO, Fr. Bernardo d’ – *Mosteiro de Celas. Index da fazenda*. Manuscrito publicado por J. M. Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 29). Esta referência confirma, aliás, outros indícios que se registam na documentação medieval, nomeadamente uma bula de Honório III, datada de 25 de maio de 1224, que menciona as *sorores* do Mosteiro de Santa Maria *Rotunde* de Alenquer (MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino...*, doc. 50). Para os vestígios materiais, veja-se MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; OLÁIA, Inês Sofia Lourenço – “O Mosteiro de Celas, Alenquer e Santa Maria da Rotunda”. In CARREIRAS, José Albuquerque; MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui (coord.) – *Cister. Tomo II – História*. Alcobça: Associação dos Amigos do Mosteiro de Alcobça – Hora de Ler, 2019, pp. 227-243.

Cister, entre 1227 e 1232, este oratório foi integrado no edifício monástico que, entretanto, foi construído para responder às necessidades da vida comunitária cisterciense, constituindo, por isso, um caso único entre as casas cistercienses, que, durante muito tempo, suscitou uma enorme estranheza aos historiadores da arte.

Assim, este documento não só confirma, em definitivo, a tese da existência de uma rotunda medieval em Celas, defendida por Paulo Varela Gomes e Walter Rossa¹⁸, ainda que, mais tarde, rebatida por Francisco Teixeira¹⁹, como resolve o grande problema que antes se colocava, e que se prendia, afinal, com a dificuldade sentida para justificar uma opção planimétrica estranha a qualquer tradição construtiva cisterciense. De facto, não se compreendia que, para um mosteiro cisterciense, fosse ele feminino ou masculino, se adotasse tal modelo, ainda que se admitisse que este resultava da imitação da igreja *redonda* de Alenquer. A questão é que a rotunda não foi construída para monjas da Ordem de Cister, nem para integrar um complexo monástico cisterciense. Percebe-se, agora, que a primeira igreja que existiu em Celas, ou seja, a rotunda medieval, foi edificada em 1222 (e consagrada em 13 de janeiro de 1223²⁰) para servir uma comunidade de reclusas (à semelhança da que existia em Alenquer) e que, por isso, aquilo que foi considerado *invulgar para uma igreja cisterciense* era, na verdade, um modelo perfeitamente adequado ao seu propósito inicial. E, assim, o que parecia estranho faz, por fim, todo o sentido.

O que não deixa de ser igualmente interessante é a apropriação destes elementos primordiais (a sua designação – Santa Maria de Celas – e a rotunda original das primeiras enceladas) para formar a identidade da referida casa religiosa (que entretanto foi sujeita à Ordem de Cister) e a sua perpetuação ao longo dos séculos pelas novas gerações de monjas cistercienses.

Destacamos, ainda, um outro documento, de 1351, pelo qual se sabe que as monjas de Celas tinham uma pedreira em Montes Claros, junto a Coimbra²¹, de onde poderá ter saído alguma pedra usada na construção do mosteiro, tendo em conta a

¹⁸ GOMES, Paulo Varela; ROSSA, Walter – “A rotunda de Santa Maria de Celas...”, pp. 197-223.

¹⁹ TEIXEIRA, Francisco – *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*. Faro: Universidade do Algarve, 2007. Tese de Doutoramento.

²⁰ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino...*, doc. 40.

²¹ Coimbra, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Coleção de Pergaminhos Avulsos*, n.º 11, de 25 de dezembro de 1351. Trata-se de um interessante diploma pelo qual a abadessa D. Constança Regadas (1350-1371) e o convento do Mosteiro de Celas autorizaram o concelho de Coimbra a tirar da pedreira que elas tinham em Montes Claros, junto a Coimbra, toda a pedra necessária para as obras do concelho. Faziam-no em cumprimento de um compromisso assumido pela anterior abadessa, D. Domingas [Esteves], em 7 de agosto de 1348, e em troca da quitação das custas de uma demanda que perderam para o concelho de Coimbra, na corte régia, acerca da jurisdição criminal da aldeia de Eiras (que era senhorio do mosteiro), no valor de 140 libras, e, sobretudo, da pena (de 200 libras) em que incorreram por não terem saldado uma dívida de 70 libras dentro do prazo acordado (25 de dezembro de 1348). Este diploma foi citado por CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da – “O papel das instituições concelhias na gestão quotidiana da rede viária em Portugal na Baixa Idade Média”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *A vida quotidiana da cidade na Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2022, p. 378, a quem agradecemos o facto de no-lo ter amavelmente disponibilizado.

sua proximidade, que facilitava o transporte, diminuindo, assim, significativamente, os custos da referida empresa. Tratava-se, seguramente, de dolomia amarela de Coimbra, uma pedra carbonatada, “extraída dentro da cidade e nos seus arredores”, “muito heterogénea, difícil de trabalhar”, e que era usada, sobretudo, “na construção extensiva de panos de parede, ainda que não seja raro o seu uso em peças decoradas”²².

1.2 São Bento de Cástris (Évora).

A comunidade de Cástris, situada junto a Évora, terá nascido, provavelmente, em torno de uma ermida em honra de São Bento, à volta da qual se instalaram algumas mulheres religiosas²³. Sendo admitida na Ordem de Cister, em 1274, por decisão dos respetivos abades reunidos no Capítulo Geral²⁴, sabemos que, aquando da taxaço de 1320/1321, existia ou estava em construção o novo mosteiro das donas de Cástris (“monasterium novum domnarum de Castes cisterciensis Ordinis”), o qual, nessa altura, foi taxado em apenas 15 libras, contrastando com as 1000 de Celas, as 1100 de Almoester, as 2000 de Odivelas, as 5000 de Lorvão ou as 9000 de Arouca²⁵, também cistercienses. Tal taxaço evidencia a parca capacidade económica desta fundação, uma vez que as suas rendas, nessa data, mal podiam garantir o sustento de uma reduzida comunidade conventual. A verdade é que a existência continuada de uma comunidade conventual também só se documenta a partir de 1341²⁶ e a pobreza que se infere a partir da referida taxaço ajuda a compreender as limitações do edifício monástico ainda no segundo terço do século XIV.

Sabe-se, pois, que, estando as monjas já instaladas em Cástris há mais de vinte anos, Pêro Esteves Gavião, que em 1361 fora juiz do cível na cidade de Évora, lhes deixou bens no seu testamento (datado de 1363), mandando que lhes fizessem um

²² RODRIGUES, José Delgado – “As pedras de Coimbra. Aspectos relativos à sua degradação e conservação”. Texto da comunicação apresentada na Conferência Internacional *A imagem dos centros históricos – bases para a sua salvaguarda*. Coimbra, 21-23 de setembro de 2005 [Consultado a 12 de dezembro de 2022]. Disponível em https://www.academia.edu/34029616/As_pedras_de_Coimbra_Aspectos_relativos_à_sua_degradação_e_conservação. Sobre as pedreiras existentes no concelho de Coimbra, veja-se DUARTE, João António Marques – *Inventariação e modelação de pedreiras de dolomias no concelho de Coimbra. Utilização de dolomias no património histórico e arquitetónico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2018. Tese de Doutoramento.

²³ É esta a origem, ainda que lendária, que lhe é atribuída por Frei Bernardo de Brito, na *Primeyra parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade*. Lisboa: Pedro Craesbeek, 1602, fl. 365-365v, integrada, porém, numa narrativa profundamente anacrónica e imprecisa.

²⁴ CANIVEZ, Joseph-Marie – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*. III: *Ab anno 1262 ad annum 1400*. Louvain: Revue d’Histoire Ecclésiastique, 1935, p. 136, n.º 51.

²⁵ BOISSELLIER, Stéphane – *La Construction Administrative d’un Royaume. Registres de Bénéfices Ecclésiastiques Portugais (XIII-XIV^e Siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 174, 180, 186 e 189, sendo esta edição preferível à tradicional versão, editada em ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Vol. 4. Porto: Portucalense Editora, 1971, Apêndice XVII, pp. 117, 123, 127, 131 e 134.

²⁶ RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 1, pp. 102-105.

alpendre desde o dormitório até à porta do convento, por onde entravam para a igreja, e que lhes fizessem um portal na direção da sacristia e do coro, para que elas pudessem ir às matinas e às horas sem apanharem chuva; determinou ainda que fizessem tudo isto em bom lavor, bons esteios, boas colunas, bases e capitéis de pedra daí da comarca:

“Item mando aas donas do moesteijro de ssam beento de castes que lhe ffaçam huum allpender des o panell do dormjtorio ata a porta do convento per hu Emtrram haa Jgreia de guissa que possam Emtrrar as donas do dormjtorio peraa higreja / outrrossy que lhe ffaçam huum portall Em derreito da ssancrestya e do coro de guissa que possam hijr aas matynas e aas oras e nom choyva per ellas E outrrossy que possam Entrrar ao convento e ffaçam-lhe booo lavor e boos Esteeos e boas calunas [sic] e beses e capijtees de pedra dhi da comarca e ffaçam de guissa que sseja o lavar [sic] onrrado. E esto se ffaça do aver de consum por as nossas allmas e daquelles que ssomos theudos”²⁷.

Trata-se, assim, de um legado testamentário destinado à execução de obras no Mosteiro de São Bento de Cástris, atendendo às difíceis condições de vida das suas religiosas, que resultavam das insuficiências do complexo monástico. Concretamente, a inexistência de um espaço alpendrado, no claustro, que permitisse às monjas circular entre as várias dependências monásticas abrigadas da chuva. Ordena-se, neste caso, a construção de um alpendre, que correspondia apenas a uma ala do claustro e que deveria ligar o dormitório à igreja.

Note-se, a este propósito, que, no caso de Celas de Coimbra, as primeiras referências escritas a um espaço que pode ser entendido como um claustro encontram-se em documentos de 1346 e 1381 e consistem, precisamente, num “alpendre da par da ffonte” ou num “alpendre dante o chafariz”, “onde eram tratados assuntos notariais e onde as monjas se reuniam em cabido”²⁸.

Voltando, novamente, ao testamento do juiz de Évora, este tem ainda a interessante particularidade de nos mostrar a precariedade de algumas partes dos complexos monásticos, que poderiam tardar a ser construídas ou que, sendo

²⁷ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Colecção de Pergaminhos*, Pasta 2 (Pergaminhos de São Francisco), n.º 37 (documento de 3 de setembro de 1459, passado em Évora, nos paços do concelho, perante Álvaro Falcão, cavaleiro, juiz ordinário nessa cidade, em que se copiam algumas cláusulas do testamento, dizendo-se que este era datado de 31 de março de 1363); em documento de 24 de dezembro de 1362, registam-se outras cláusulas testamentárias de Pêro Esteves Gavião, outorgadas pela sua esposa, Constança Martins, a favor do Mosteiro de São Francisco de Évora, onde os seus pais estavam sepultados (Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Colecção de Pergaminhos*, Pasta 11, n.º 32); veja-se, ainda, Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, L.º 39, n.º 10b, de 28 de abril de 1361, para a data em que Pêro Esteves Gavião se encontra documentado como juiz do cível de Évora.

²⁸ FERNANDES, Carla Varela – *Santos, Heróis e Monstros...*, p. 23; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino...*, pp. 33-34 (e docs. 197 e 238a, nos quais se refere o alpendre).

iniciadas, se poderiam manter inacabadas durante décadas²⁹, como María del Carmen Muñoz Párraga havia notado para os mosteiros de monjas cistercienses em Espanha: “La falta de medios hace que la idea primitiva, en la mayoría de las ocasiones, no se llegue a realizar del todo. De esta manera, un monasterio de una comunidad femenina podía tener, al finalizar el siglo XIV, construidas parte del templo y parte de las dependencias claustrales. Con el cambio de siglo, o en siglos posteriores, ese concepto que se tenía de las estancias del claustro varía y, entonces, se hace de acuerdo a nuevos criterios”³⁰. Esta autora especifica, precisamente, o caso dos claustros, afirmando que as duas primeiras alas que se construíam eram a da sala do capítulo e a adjacente à igreja, e que, “a veces, pasaban bastantes años hasta que se concluían las dos restantes”³¹.

As instruções contidas neste testamento demonstram, ainda, a inexistência de um dormitório alto e de uma ligação interna ao coro, direta, através de umas escadas ou de um corredor, uma vez que as monjas faziam esse percurso saindo dos edifícios, ficando, por isso, expostas à chuva.

1.3 Santa Maria de Almofter (fg., c. Santarém).

Para Santa Maria de Almofter, as referências não são tão generosas. Sabemos, ainda assim, que a primeira pedra, em que estava esculpido o sinal da cruz, foi lançada em 1289, pelo abade de Alcobaça, que benzeu o sítio em que o mosteiro foi construído³².

²⁹ Trata-se, pois, de um exemplo do que Arnaldo Sousa Melo já havia teorizado para os edifícios monásticos: “com frequência a construção era realizada em diversos momentos ao longo do tempo, por vezes ficando inacabada”, facto que o autor justifica com a falta dos “recursos necessários para a construção dos edifícios”, “o que explica que as instalações fossem com frequência provisórias numa primeira fase – que se podia prolongar muito tempo – e que o ritmo construtivo pudesse ser lento, por vezes nunca se concluindo na totalidade” (MELO, Arnaldo Sousa – “O processo construtivo dos edifícios cistercienses...”, p. 164). Manuel Luís Real menciona os mosteiros cistercienses em que “nunca se conseguiu concluir o projecto inicial”: “Santa Maria da Estrela, extinto em 1579, [...] Santa Maria de Ermelo e Pitões das Júnias, onde se evoluiu para soluções menos articuladas” (REAL, Manuel Luís – “A Organização do Espaço Monástico entre os Cistercienses...”, p. 93). Lembramos, ainda, que Frei Claude de Bronseval, a propósito da visita que D. Edme de Saulieu empreendeu ao Mosteiro de Maceira Dão, em 17 de dezembro de 1532, disse que não existia aí refeitório nem cozinha regular (“In eodem monasterio nullum est refectorium, nec regularis coquina”), o que atribuiu ao facto de o mosteiro ser pequeno e mal construído (“parvum et male constructum”), invocando, igualmente, a muita pobreza que aí havia (“Ibidem paupertas multa”), o que se ajustava bem ao espírito cisterciense, e terá levado o visitante a permanecer no local durante três dias (“Ibidem dominus mansit tribus diebus paupertate gaudens”) (BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. Tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, pp. 512-513).

³⁰ MUÑOZ PÁRRAGA, María del Carmen – *Monasterios de monjas cistercienses*. Madrid: Historia 16, 1992, pp. 8-10.

³¹ MUÑOZ PÁRRAGA, María del Carmen – *Monasterios de monjas...*, p. 12.

³² BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*. Lisboa: Oficina de Paulo Craesbeeck, 1650 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976], fl. 150v: “tanto que Dona Berengueira teue a licença, mandou chamar o Abade de Alcobaça D. Domingos para lançar a primeira pedra no edificio, & benzer o sitio do Mosteiro, como fez com muita solemnidade: *Chegando então este dito Abade ao lugar sobredito*

Ter-se-ão, então, iniciado as obras. Desta primeira fase construtiva, para além do património edificado, ainda se conserva o primitivo sino da igreja conventual, o qual apresenta gravada a data de 1292³³. No ano seguinte, Berengária Aires de Gosende, a fundadora, em protesto contra os entraves criados pelo bispo de Lisboa, D. Domingos Anes Jardo, referia que as obras de construção do seu mosteiro já se haviam iniciado³⁴. Ultrapassada esta questão, com a morte do referido bispo, em 16 de dezembro de 1293³⁵, e a eleição de João Martins de Soalhães, em 1294³⁶, bem mais favorável às pretensões de D. Berengária, as obras terão avançado, mas as primeiras religiosas (que fizeram o noviciados no Mosteiro de Celas, em Coimbra) só se documentam em Almoester em 1301, como já anteriormente demonstrámos³⁷.

No entanto, no que respeita a obras, o documento mais interessante que se conservou no cartório do Mosteiro de Almoester é referente à empreitada contratada por Berengária Aires para o seu paço. Não sendo inédito, não se justifica que nos alonguemos demasiado na sua análise. Diga-se apenas que se trata de um contrato, datado de 1305, que esta senhora estabeleceu com um judeu, carpinteiro de Santarém, chamado Abraão, para ele e os seus filhos sobradarem e madeirarem o paço de Berengária Aires, em Almoester, à semelhança do trabalho de carpintaria que fora realizado no paço régio de Frielas³⁸. Por este trabalho, e à medida que ele

(saõ palauras daquelle instrumento) & benzendo o mesmo lugar por autoridade das letras Apostolicas, pos por suas mãos a primeira pedra, em que estaua o sinal da Cruz esculpido”. Para uma visão mais completa do processo de fundação do Mosteiro de Almoester, veja-se RÊPAS, Luís Miguel – “A fundação do Mosteiro de Almoester: revisão de um problema cronológico”. In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 795-804 e RÊPAS, Luís Miguel – “A fundação do Mosteiro de Almoester: novos documentos para uma velha questão”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 103-122, ou, por ambos, RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 1, pp. 105-113.

³³ O referido sino, mandado fazer por D. Berengária Aires de Gosende, apresenta quatro gravações do seu selo, que se situam “na parte superior do sino, junto do sistema de suspensão” (BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II, tomo 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, n.º 421, pp. 1080-1087 (e, no vol. III, a estampa CXXVI, n.º 1 a 3); veja-se, também, a análise do sino, das suas inscrições e dos elementos heráldicos aí gravados feita por TEIXEIRA, Francisco – *O mosteiro de Santa Maria de Almoester*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1992, pp. 110-113).

³⁴ Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, mç. 10, n.º 47, de 15 de maio de 1293: “Monasterio in loco meo de Almoester, quod construere jam incepti et intendo perficerer in meum”.

³⁵ VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Domingos Anes Jardo (1289-1293)”. In FONTES, João Luís Inglês (dir.); ANDRADE, Maria Filomena; GOUVEIA, António Camões; FARELO, Mário (coords.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte – Centro de Estudos de História Religiosa, 2018, p. 232.

³⁶ Foi eleito em 23 de Janeiro de 1294 e confirmado na sua nova dignidade pelo arcebispo e pelo cabido de Compostela em 13 de Março de 1294 (FARELO, Mário – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Vol. II. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2003, pp. 24 e 33. Dissertação de Mestrado).

³⁷ Vejam-se os nossos trabalhos, citados na nota 32.

³⁸ Sobre o paço de Frielas, veja-se, com proveito, o recente estudo de PACHECO, Milton Pedro Dias – “Nos territórios do rei. A moradia real de D. Dinis no termo de Lisboa: o Paço de Frielas”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 139-186 [Consultado a 12 de dezembro de 2022]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/146072>

fosse avançando (“assi como o el ffor merecendo”), Berengária Aires pagaria 70 libras, em moeda, dois quarteiros de trigo e dezasseis côvados de *arrás* (“ARayz”) ou de *valencina*³⁹. Suportaria também as despesas com o serrador e a pregadura. Caso Abraão entretanto falecesse, os seus dois filhos deveriam terminar a obra. Destacamos, ainda, o facto de no contrato se prever o recurso a outros mesterais qualificados, para verificar ou inspecionar a qualidade do trabalho realizado, antes de Abraão assentar a madeira: “E a dicta Dona Beringueyra a de mandar veer e catar o dicto Lavor ante que seia coberto per meesteyraes que o lavor entendam e se y algũa ren ouver de correger no serviço da carpentaria eu dicto Abraam o devo aacorreger”⁴⁰.

Quanto à construção dos edifícios monásticos de Almoester, de acordo com Frei Francisco Brandão, as obras arrastaram-se durante mais de uma década e só foram concluídas (já depois da morte de Berengária Aires, ocorrida em 1310) por intervenção da rainha Isabel de Aragão, que tomou o mosteiro a seu cargo e mandou fazer, a expensas próprias, o claustro, a enfermaria e outras casas e obras⁴¹.

Francisco Teixeira concorda com a grande morosidade das obras, dizendo que “é pouco crível que todas as instalações monásticas já estivessem concluídas à data

³⁹ Panos importados de Arras e Valenciennes, respetivamente; o côvado, segundo Maria Helena da Cruz Coelho, equivalia a 3,5 palmos ou 70 cm (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos de vida quotidiana*. 5.ª edição. Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 58; COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ócio e Negócio em Tempos Medievais*. Coimbra: Inatel, 1998, pp. 198 e 202). Joaquim Viterbo diz que *arraiz* é um “pano, peça, ou corte bordado, ou tecido com lavores, de que antigamente se usava [...], assim nos leitos como nos vestidos. Nas casacas dos homens e mulheres ricas (a que chamavam *sayos* ou *sayas*) era mui frequente o *arraiz*, principalmente nas dianteiras, barras e carcelas”. O mesmo autor esclarece que a fama destes panos bordados remontava à Antiguidade, sendo produzidos na cidade de Atrébatu, na Flandres, que depois se passou a chamar Arras (e que, atualmente, pertence à França), dando, assim, origem à designação dada aos panos aí produzidos (VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Ed. crítica de Mário Fiúza. 3.ª edição, vol. I. Porto: Livraria Civilização – Editora, 1965, pp. 577-578). Valenciennes é uma cidade que, atualmente, também se situa no norte da França e que fica a cerca de 60 km de Arras.

⁴⁰ Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, mç. 2, doc. 44, de 2 de novembro de 1305 (Santarém). Para além de ser usado no trabalho citado na nota anterior, foi ainda referido por VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*. Vol. II, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992, p. 681 [Tese de Doutoramento] e VARANDAS, José Manuel Henriques – *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no séc. XIV*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994, pp. 32 e 205 (datando-o, por lapso, de dia 3) [Provas de Capacidade Científica e Aptidão Pedagógica], e parcialmente publicado por VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, pp. 479-480, e de novo por BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, vol. II, tomo 2, pp. 1368-1369.

⁴¹ BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarquia Lusitana. Sexta parte*. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1672 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980], fl. 509. Frei António Brandão diz que “Dona Beringueira Aires” foi “Dama da Raynha santa Izabel” (BRANDÃO, Frei António – *Monarquia Lusitana: Parte Quarta*. Lisboa: Imprensa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, 1632 [Nova edição com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974], fl. 178), o que poderia justificar esta sua ligação ao mosteiro de Almoester e à sua fundadora.

da instalação das primeiras monjas” (c. 1301)⁴², e sugere que o claustro tenha sido erguido em uma ou mais campanhas de obras⁴³, já com a comunidade conventual aí instalada.

1.4 São Dinis de Odivelas.

Por fim, por se tratar de uma fundação régia, já muito se disse sobre a construção do mosteiro de Odivelas, ainda que as referências a obras na documentação sejam quase inexistentes. Por uma questão de espaço, não nos demoraremos nesta questão. Mencionamos apenas que D. Dinis, nas duas primeiras doações que lhe dirige, em 23 de março de 1295, diz que as monjas ficavam instaladas na câmara de morada que ele tinha em Odivelas (“fundamos e fazemos de novo moesteyro en a nossa camara de morada que nos avemos en termho da nossa cidade de Lixbõa en logo que é chamado Odivelas”⁴⁴) e Frei Francisco Brandão sugere que as religiosas tenham ficado a viver “naquele pequeno enserramêto”, nas casas que o rei aí tinha, servindo-se de algum oratório provisório, enquanto decorriam as obras na igreja:

“Deuia elRey de agasalhar a Abbadessa, & Religiosas nas casas que ali tinha, que ainda oje permanecem no canto do Mosteiro, que cae para Val de flores, & tem as armas Reaes, & com algum oratorio levantado, por entretanto que a Igreja se fazia, continuarão as Religiosas sua obrigação naquele pequeno enserramêto como he costume em qualquer Mosteiro que de nouo se principia”⁴⁵.

Segundo Ruy de Pina, a construção do mosteiro terá demorado dez anos⁴⁶, afirmação que poderá não passar de uma conjectura, uma vez que, pelo menos até 1314, encontramos vários pedreiros e serradores a testemunhar documentos do cenóbio, o que indicia que as obras ainda aí perduravam por essa altura⁴⁷.

⁴² TEIXEIRA, Francisco – *O Mosteiro...*, p. 136 (vejam-se, ainda, as pp. 139-140 e 147-148).

⁴³ TEIXEIRA, Francisco – “O Mosteiro de Santa Maria de Almoester: construção e siglas de pedreiros”. In *Actas. Cister. Espaços, Territórios, Paisagens (Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaca)*. Vol. II. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), 2000, pp. 545-550.

⁴⁴ *Chancelaria de D. Dinis – Livro II*. Ed. Rosa Marreiros. Coimbra: CHSC/Palimage, 2012, docs. 370 e 371.

⁴⁵ BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*, p. 224.

⁴⁶ PINA, Ruy de – *Crónica de D. Dinis, segundo o códice inédito n.º 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, seguida da versão actualizada Ferreiriana de 1726*. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1945, Cap. XXXII. Esta informação foi aceite por FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de – *O Mosteiro de Odivellas: casos de reis e memorias de freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1889, p. 21 (ainda que na p. 153 tenha voltado ao assunto, afirmando “Temos pois que pelos annos de 1305 estava concluida a obra; o que, se não quer dizer precisamente que a fabrica estava feita em todas as suas partes, pelo menos deve referir-se ao principal, quero dizer, aos dormitorios, e mais aposentos, ás indispensaveis oficinas, e sobretudo ao templo que não podia ser preterido por outras construções”), e depois seguida pelos vários autores que se referiram a este mosteiro.

⁴⁷ Domingos António, pedreiro, e Diogo, serrador, testemunharam um documento de 20 de setembro de 1309 e o mesmo Domingos António, juntamente com Afonso Peres, Francisco Martins, João de Évoramonte e João Anes, criado de Pedro Martins, também eles pedreiros, testemunharam um documento de 19 de junho

Diga-se, a terminar, que, como se sabe, D. Dinis impôs às monjas de Odivelas uns estatutos que, no essencial, incidiam sobre o cumprimento rigoroso da clausura monástica⁴⁸. Por estes estatutos, ficavam as religiosas proibidas de sair do mosteiro e a entrada no espaço da clausura ficava limitada a um reduzido conjunto de pessoas, com severas restrições, inclusivamente para os visitantes da Ordem, para os confessores das monjas e para os prelados e demais clérigos. No entanto, entre as exceções salvaguardava-se a possibilidade dos carpinteiros e dos pedreiros aí entrarem, quando fosse necessário, em situações específicas e, obviamente, com as devidas restrições. Por exemplo, “os carpinteiros e [os] obreiros”, quando fossem “reparar e fazer as cassas, edefícios, [e] ortas”, deviam estar permanentemente acompanhados no mínimo por um monge ou por um frade converso⁴⁹.

Não encerraremos esta passagem por Odivelas sem abordar a integração do túmulo de D. Dinis no espaço da igreja monástica. Quando o monarca fundou o mosteiro, em 27 de fevereiro de 1295, e mesmo nos anos que se seguem, nada indicava que o monarca viria a eleger sepultura nesta casa religiosa. No seu primeiro testamento, de 1299, D. Dinis manifestou a vontade de ser sepultado no Mosteiro de Alcobaça, juntamente com a sua esposa, Isabel de Aragão, “na ousia do altar mayor de Sancta Maria”⁵⁰. Em 1314, a rainha D. Isabel, no seu primeiro testamento, ainda confirma esta intenção do casal régio, devendo o seu túmulo ficar na igreja de Alcobaça, “a so os degraos dante o altar maior [...] hu se el-rey manda soterrar”⁵¹. Isto significa que D. Dinis terá tomado a decisão de se fazer inumar na igreja do Mosteiro de Odivelas em data posterior a 19 de abril de 1314, talvez na sequência da peregrinação que fez a Santiago de Compostela, em fevereiro de 1318⁵². Certo é

de 1311 (Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de São Dinis de Odivelas*, L.º 11, fls. 1 e 2). Domingos Peres, dito Bispo, pedreiro, havia ainda de testemunhar uma carta de 1314 (Lisboa, Torre do Tombo, *Colegiada de Sta. Maria do Castelo de Torres Vedras*, mç. 27, n.º 13). Giulia Rossi Vairo também é da opinião de que as obras se terão prolongado por mais de dez anos, pelo menos para a construção dos anexos e das dependências monásticas (ROSSI VAIRO, Giulia – “Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di S. Dinis de Odivelas”. In GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel e CARREIRAS, José Luís Albuquerque (orgs.) – *Actas. IV Congreso Internacional Cister en Portugal y en Galicia. Los Caminos de Santiago y la Vida Monástica Cisterciense*. Tomo II, Braga – Oseira: Ediciones Monte Casino, 2009, p. 851).

⁴⁸ Sobre este assunto, veja-se RÉPAS, Luís Miguel – “Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas (Lisbon): Royal Statutes and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c. 1295-1319)”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval*, pp. 277-309 [Consultado a 12 de dezembro de 2022]. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1IRa7DQWvmZTXVkJXij_E7tO7w-P_0Ki0-/view

⁴⁹ “[...] enquanto se asi fezerem e repararem as cousas sobredictas continuadamente stem ambos os monges ou cada huum delles ou os frades conversos ou cada huum delles com os dictos mestres carpinteiros e obreiros e com elles entrem e saiam” (GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021, doc. 2, pp. 118-124, em latim, e 124-129, em português medieval).

⁵⁰ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, doc. 6, de 8 de abril de 1299, pp. 135-138.

⁵¹ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, doc. 25, de 19 de abril de 1314, pp. 168-171.

⁵² SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p.

que essa questão estava perfeitamente assente a 1 de outubro de 1318, data em que aí instituiu uma capela, assegurada por cinco frades do Mosteiro de Alcobaça, que cantariam e diriam, diariamente, cinco missas, por sua alma, sendo esta a primeira vez que o monarca mencionou o *seu monumento*, que seria colocado na igreja do Mosteiro de Odivelas⁵³.

A cronologia da decisão, não sendo aqui fundamental, é importante para se perceber que o túmulo não estava previsto no plano inicial traçado para a igreja. Pretendia o monarca, obviamente, que o monumento que receberia os seus restos mortais ficasse posicionado num local de destaque. Escolheu, para esse efeito, o espaço que ficava entre o coro e a capela-mor⁵⁴, criando, assim, novas dinâmicas cultuais que envolviam as orações dos cinco capelães já mencionados e, inclusivamente, as das monjas de Odivelas, que passavam a poder ir à igreja para, sobre o sarcófago do rei, fazerem as suas preces e orações pelo monarca (e pelos outros elementos da família real que aí fossem sepultados), tal como D. Dinis lhes havia rogado⁵⁵.

O problema é que a dimensão monumental do túmulo régio devia prejudicar o desenvolvimento da restante performance litúrgica. Desde logo, a capacidade das monjas para, a partir do seu coro, visualizarem, desafogadamente, o altar-mor e o celebrante, como assinala Jorge Cardoso⁵⁶. Lembramos, a este propósito, a preocupação, registada no documento fundacional, com os procedimentos necessários para garantir que as monjas de Odivelas conseguiram contemplar o Corpo de Cristo, no momento da sua elevação, no decorrer da Eucaristia, o que implicava a abertura das portas compactas que fechavam o coro, ficando, nessa altura, separadas da igreja apenas por intermédio de um outro par de portas de grades⁵⁷.

A solução passou por, em data incerta, deslocar o túmulo do monarca para a nave lateral do lado da epístola, onde já se encontrava por meados do século XVI⁵⁸.

⁵³ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, docs. 27 e 28, de 1 de outubro de 1318, pp. 172-179.

⁵⁴ “E mando soterrar meu corpo no meu Moesteyro de San Denis d’Odivelas que eu fundei e fiz e dotey antre o coro e a oussia mayor hu eu mandei fazer sepultura pera mim.” (GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, doc. 36, de 20 de junho de 1322, pp. 189-194).

⁵⁵ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, doc. 35, de 10 de setembro de 1319, pp. 188-189.

⁵⁶ Este autor, sobre o túmulo de D. Dinis, refere tratar-se de um “soberbo mausoleo de pedra, rodeado de grades de ferro, o qual antigamente estaua no meio da Igreja, peloque impedia totalmente, que pudessem as religiosas do choro ver as Missas, & officios diuinos do Altar maior, & por esta causa o passarão a banda da Epistola na mesma confrôtação. Peloque he hoje a primeira cousa, que se offerece à vista aos que entrão na dita Igreja.” (CARDOSO, Jorge – *Agiológio Lusitano dos Sanctos e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Oficina Craesbekiana, 1652, p. 106).

⁵⁷ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, doc. 2, pp. 118-124 (em latim) e 124-129 (em português medieval); veja-se, ainda, RÉPAS, Luís Miguel – “Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas...”, p. 293.

⁵⁸ GOMES, Saul António – “D. Dinis e a fundação do Mosteiro de Odivelas”. In GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas...*, pp. 47-48.

2. Ruína dos edifícios monásticos de Cástris, Almofter e Odivelas.

Um período particularmente interessante no que respeita ao estudo dos edifícios monásticos é o que se segue às invasões castelhanas de 1384, no contexto da crise de sucessão. Com a presença dos exércitos partidários a D. Beatriz (e ao rei de Castela, seu esposo), as comunidades conventuais, estabelecidas em zonas rurais ou nos termos das cidades, abandonaram os respetivos edifícios monásticos e alojaram-se em casas localizadas dentro do espaço amuralhado urbano, onde ficaram durante alguns anos, pelo menos nos casos em que a ameaça castelhana mais se fazia sentir⁵⁹.

Esta situação ajudará, seguramente, a explicar as sucessivas referências ao *reparamento*, às *obras* e à necessidade de se *adubar* vários mosteiros, nos finais do século XIV e no início do século XV. É, desde logo, o caso do Mosteiro de São Bento de Cástris, junto a Évora, devido à sua maior exposição a incursões castelhanas junto à fronteira alentejana, o que levou D. João I a entregar-lhe os resíduos dos testamentos de Montemor-o-Novo⁶⁰ e a confirmar-lhe um outro privilégio, para que as monjas pudessem, precisamente, financiar as obras no seu mosteiro⁶¹.

Mas registam-se também referências à ruína dos edifícios nos Mosteiros de Odivelas, Almofter e Chelas, pela mesma altura. Como já assinalámos noutro local, “quanto ao de Odivelas, sabe-se que, em 1403, os seus edifícios (nomeadamente a igreja, o claustro, a sala do capítulo, o dormitório e o refeitório) estavam muito danificados, sendo, por isso, as suas monjas obrigadas a vender algumas propriedades para os reparar, ‘porque o dicto moesteyro era pobre e nom se podia reparar per as rendas que avia’⁶². O mesmo sucedia no Mosteiro de Almofter, onde, em 1404, o claustro já se encontrava arruinado e onde era urgente proceder-se ao ‘Reparamento do dito Moesteyro que estava a ponto de sse vjir a terra’. Para tal, vendeu-se uma herdade no termo de Évora, [...] no valor de 40000 libras, ‘pera Reparamento da clasta do dito

⁵⁹ Esta questão foi já amplamente analisada noutro local: RÊPAS, Luís Miguel – “Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora no quotidiano das monjas de São Bento de Cástris, durante o último quartel do século XIV”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *A vida quotidiana da cidade na Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2022, pp. 475-496.

⁶⁰ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 140 (de 15 de outubro de 1391); Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, n.º 23 (de 7 de novembro de 1405); Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, n.º 20/2 (de 4 de fevereiro de 1406). Por todos, veja-se RÊPAS, Luís Miguel – “Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora...”, p. 493 (particularmente a nota 66).

⁶¹ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 89 (de 1 de março de 1397). O contexto deste privilégio foi já abordado noutro local (RÊPAS, Luís Miguel – “Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora...”, pp. 493-494).

⁶² Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de São Dinis de Odivelas*, Tomo 3.º, Maço ou Cód. 46 (cx. 37), n.º 70, de 6 de novembro de 1403 (em cópia de 26 de novembro de 1403).

Moesteiro⁶³, que, então, jazia por terra⁶⁴.

Note-se, porém, que os documentos não registam a execução das obras, mas a necessidade de se fazerem obras, porque alguns edifícios ameaçavam ruína. Ou seja, tais informações surgem documentadas não pelo cuidado de registar a memória de tais obras, mas porque elas implicavam gastos enormes, que não se podiam custear apenas com os rendimentos das suas propriedades, e foi, por isso, necessário proceder à alienação de património imóvel, que carecia das devidas autorizações, sendo essa a documentação conservada. Mais uma vez, é o património (a aquisição, a gestão ou a sua alienação) que está na lógica da produção documental nas instituições religiosas.

Quanto ao Mosteiro de Chelas, também mencionado, não sendo cisterciense, não merecerá aqui uma demorada atenção. Serve, porém, para se perceber que a situação deveria ser, então, transversal ao mundo monástico e que, muito provavelmente, o estudo da documentação de outras casas religiosas, nesta mesma época, poderá trazer mais informações sobre o estado dos seus edifícios e sobre a realização de campanhas de obras para a recuperação ou reconstrução dos mesmos⁶⁵. De facto, pelo que se sabe, também o Mosteiro de Chelas se encontrava em ruínas, em 1403: “o dicto moesteiro estaua todo deusso e em ponto de se todo uijr a terra”; “o dicto moesteiro estaua em ponto nom lhe acorrendo çedo de sse todo vijr a terra”. Perante esta situação, as suas religiosas encarregaram um mercador de Lisboa de realizar obras no claustro e nos muros e paredes exteriores, no prazo de oito anos, as quais ficaram devidamente especificadas:

“[...] E que outrosi ele dicto Joham da feira faça logo este Verãao o muro que uay des hu mora clara gonçalviz dona do dicto moesteiro ataa o dormjtorio velho todo de pedra e de qual e seer tam alto como a parede do dicto dormjtorio que ora esta feicto e mais dous palmos. Outrosi Repairar o muro que he feicto

⁶³ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, n.º 26, de 28 de março de 1405 (onde se trasladam documentos de 9 de novembro de 1404 e de 10 de dezembro de 1404); encontra-se copiado em Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Convento de S. Bento de Cástris, L.º 1.º do Tombo*, fls. 47-49, mas com um erro na data (28 de março de 1406). O real correspondia a 3,5 libras.

⁶⁴ RÊPAS, Luís Miguel – “Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora...”, p. 494.

⁶⁵ Na verdade, tal situação nem sequer se limitaria ao mundo monástico. No sínodo diocesano de Braga de 1398 é apontada a destruição de campos, culturas e edifícios no referido arcebispado: “E ora achava o dicto arcebispado moy dapnificado per as gerras que foram e som em estes regnos co’os castellãaos per os quaes era tomada e ocupada hua gram parte do arcebispado na comarca d’Aalém dos Montes, hu o dicto arcebispado avia ha moor parte das suas rendas. E que os paaços da dicta eigreja que som dentro na dicta cidade e as camaras e granjas do dicto arcebispado, assy d’Aalém dos Montes como d’Aaquém eram destroydas e aviam mester grande adubia e nom se podiam reparar sem grandes despesas” (*Synodicon Hispanum*. Vol. II – *Portugal*. Edición crítica dirigida por Antonio Garcia y Garcia. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, p. 60; cit por FERNANDES, Aires Gomes – “No interromper da oração ou o perturbante reflexo da guerra nalguns mosteiros”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (coords.) – *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais*. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaca – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, p. 319).

de pedra e lodo des honde mora Costanç'affonso ataa o quanto do pumar e auer-lo de cafelar e entulhar todo com qual de dentro e de fora E outrosi fazer o cunhal do dicto pumar que agora esta [fl. 2v] aberto em gissa que digam mesteirãaes que esta bem feicto e seguro de nom quair a parede descontra o pumar ou fazer huum botarel qual diserem mesteiraes que lhe he mais conpridoiro pera estar firme e em Casso que compra de sse a parede do dicto logo desfazer ata ao alicerçe que o dicto Joham da feira de pera ajuda de sse fazer a dicta parede quanto elle poderia despender no dicto Cunhal ou botarel e em garneçer E que outrosi elle dicto Joham da feira ou pesoas que depos elle vierem faça a claustra do dicto moesteiro toda em Redor Cuberta e feicta de laour galego e Cabro e Ripa bem obrado segundo he feicta a salla do priol do espital que esta em sam bras da dicta Cidade de gissa que a dicta obra toda asi da dicta quintãa commo do dicto moesteiro seia acabada da data de Santa Catarina ataa oito annos primeiros seguites E nom fazendo elle dicto Joham da feira e pesoas asi como dicto he Conuem saber Repairar a dicta quintãa de totalas cousas sobredictas e fazer logo as paredes do dicto moesteiro susso deuissadas este Verãao e dar acabada a dicta claustra nos dictos oito annos que a dicta prioressa e Convento lhe possam tirar a dicta quintãa e herdades e Rendas e foros com todas sas benfatorias sem chamando-sse elle dicto Joham da feira ou pesoas forçados⁶⁶.

Viviam-se tempos de crise e não era fácil rentabilizar o património fundiário, pelo que, segundo Maria Filomena Andrade, não tendo as freiras possibilidades económicas para suportar, de imediato, as obras necessárias, optaram por transmitir tal encargo a um rico mercador de Lisboa, garantindo-lhe o pagamento das obras por intermédio de um contrato de locação⁶⁷.

3. Atas das visitasões aos mosteiros.

Um outro conjunto interessante de referências a obras nos edificios monásticos cistercienses surge registado no contexto das visitasões às respetivas comunidades. Sendo um importante instrumento de controlo criado pela Ordem de Cister para implementar a sua normativa em todos os mosteiros que lhe estavam sujeitos e para se certificar do seu efetivo cumprimento, promovendo, assim, a uniformidade da vida monástica em todas as casas da Ordem, não se estranha que a sua obrigatoriedade se encontre na versão primitiva da *Carta Caritatis*, de 1119. Aí se diz, na lógica

⁶⁶ Lisboa, Torre do Tombo, CRSA, *Mosteiro de Chelas*, caderno A, fls. 2-3v, de 21 de setembro de 1403.

⁶⁷ ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996, p. 47.

cisterciense das relações entre a abadia mãe e as abadias suas filhas, que o abade da abadia mãe (ou outro abade em sua representação) devia visitar (e corrigir) todas as comunidades que lhe estavam filiadas pelo menos uma vez por ano⁶⁸. Concluída a visitação, fazia-se o seu registo em ata, a qual, segundo as Codificações de 1257, deveria ser depois lida na sala do capítulo, pelo abade, duas vezes por ano, para lembrar a comunidade das instruções dadas pelo visitador. Seria ainda apresentada ao visitador seguinte, quando este viesse visitar a casa, para que ele pudesse aferir o cumprimento do que fora anteriormente estabelecido⁶⁹.

Apesar desta obrigatoriedade, da frequência prevista para as visitas e, inclusivamente, da pena aplicada aos abades que as não realizavam (definida nas Codificações de 1237⁷⁰), o número de atas que se conhecem (e que se encontram publicadas) é extremamente reduzido. Para Portugal, a mais antiga remonta a 1484, foi realizada no Mosteiro de Alcobaça e é sobejamente conhecida pelas pormenorizadas e preciosas recomendações que o visitador Pedro Serrano fez sobre a igreja, a sacristia, os órgãos, o claustro, a biblioteca, a sala do capítulo, a capela dos reis, a enfermaria, a botica, o refeitório, a hospedaria e até as latrinas, versando sobre os pavimentos, o mobiliário, a ornamentação de paredes e dos vários altares, os vitrais (e a sua iconografia), as alfaias e os paramentos litúrgicos, bem como sobre a realização de diversas obras estruturais no edifício, em que se acautela, inclusivamente, o sistema de recolha de águas pluviais⁷¹. Para mosteiros femininos, a ata mais antiga que se encontra publicada é de 1492 e diz respeito ao Mosteiro de Cós⁷². Nela se ordena a destruição das câmaras particulares (i.e., das celas individuais), para ajustar a vida comunitária às determinações estatutárias saídas do Capítulo Geral de Cister. Também aqui, ao abordar a clausura, se proíbe a entrada de homens no mosteiro, à exceção daqueles cujos trabalhos não podem ser realizados por mulheres, como os mensageiros, os carpinteiros e outros operários destinados à reparação dos edifícios.

Para os mosteiros escrutinados neste trabalho interessa, particularmente, uma ata de 1522, que incide na comunidade de Almoester⁷³, a célebre *Peregrinatio Hispanica*,

⁶⁸ CANIVEZ, Joseph-Marie – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*, t. I: *Ab anno 1116 ad annum 1220*. Louvain: Revue d’Histoire Ecclésiastique, 1933, p. XXVII, n.º 10.

⁶⁹ LUCET, Bernard – *Les codifications cisterciennes de 1237 et de 1257*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1977, p. 284; COULTON, G. G. – “The Interpretation of Visitation Documents”. *The English Historical Review* 29/113 (Jan. 1914), p. 29.

⁷⁰ LUCET, Bernard – *Les codifications cisterciennes...*, p. 283: “Patres abbates qui filias suas per se, sive per idoneam personam non visitaverint per annum, tribus diebus sint in levi culpa, uno eorum in pane et aqua”.

⁷¹ GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), 1998, doc. I, de 22 de fevereiro de 1484, pp. 125-149 (em latim) e 155-182 (a tradução para português).

⁷² Foi publicada por RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte”. *Lusitania Sacra* 42 (2020), pp. 205-229 [Consultado a 11 de setembro de 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/10333/10730>

⁷³ Publicada por GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, doc. III, de 8 a 12 de julho

redigida por Frei Claude de Bronseval, que consiste num relato bastante pormenorizado (em género de diário) da viagem que o abade de Claraval, e visitador da Ordem, D. Edme de Saulieu, realizou na Península Ibérica, entre 1531 e 1533⁷⁴, e uma longa ata que inclui as visitas realizadas aos Mosteiros de Arouca, Lorvão, Celas, Almoester e Odivelas, entre os meses de março e maio de 1536⁷⁵. São, por isso, poucas as fontes que aqui usaremos, e que se enquadram num arco cronológico que se estende de 1522 a 1536.

De uma forma geral, a ideia com que ficamos é que, nessa altura, estavam a decorrer obras em vários mosteiros femininos, as quais, por motivos vários – mas, sobretudo, porque prejudicavam o quotidiano monástico –, acabaram por ficar documentadas nos inquéritos realizados pelos visitantes. Em 1522, por causa das obras que o rei mandara fazer, as monjas de Almoester não dormiam todas no mosteiro e, por isso, só rezavam as matinas de manhã⁷⁶. Em 1536, havia, igualmente, obras a decorrer no dormitório das monjas de Lorvão, com pedreiros e carpinteiros, que ultrapassavam já os 5000 cruzados, porque o espaço não chegava para tantas monjas, que tinham, por isso, de se dividir, à noite, entre o seu dormitório e a câmara da abadessa, o que prejudicava a vida em comunidade. Aliás, o número de monjas era de tal forma elevado que também não cabiam todas no refeitório⁷⁷.

O excesso de religiosas por casa encontra-se ainda registado em Almoester, em 1536⁷⁸, ou em Cós, em 1492 e em 1532⁷⁹. Este aspecto é importante porque o aumento significativo do número de monjas levava à insuficiência dos espaços e, inevitavelmente, à realização de obras para ampliar os edifícios de forma a acompanhar o crescimento da comunidade.

Este aumento significativo do número de monjas, de certa forma, justifica, também, o aparecimento de três novas casas femininas, na primeira metade do século

de 1522, pp. 191-206.

⁷⁴ BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica*. 2 Tomos.

⁷⁵ Publicadas por FORTES, Maria Tereza Amaral – *Para a História da Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. Dissertação de Licenciatura, pp. 256-257 e 341-374 e GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, doc. XIII, p. 308 e 348-364.

⁷⁶ GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, doc. III, pp. 192, 197 e 202-203.

⁷⁷ GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, doc. XIII, pp. 348, 354-355 e 358.

⁷⁸ “[...] e a causa he por serem mujtas religiosas na dictã casa porque a Renda do moesteiro nam abasta quando muyto mais de para trinta molheres E achamos per conta que passam de cincoenta e çinco” (GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses...*, doc. XIII, pp. 360-361).

⁷⁹ RÉPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: a comunidade monástica no período medieval”. *Lusitania Sacra* 41 (2020), pp. 197-208 [Consultado a 11 de setembro de 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/10124/9889>; RÉPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II...”, pp. 220-222; BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica*. Tomo II, pp. 464-469, de 20-21 de novembro de 1532 (ou a tradução para Português apresentada por SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998, doc. 1, pp. 257-258).

XVI: São João de Vale Madeiro, São Bernardo de Portalegre e Nossa Senhora da Piedade de Tavira. As primeiras estavam, aliás, em fase de construção quando D. Edme de Saulieu as visitou, em dezembro de 1532 e fevereiro de 1533, fazendo disso menção o seu secretário, Frei Claude de Bronseval:

“Prope illud oppidum [vocatam Cannes] est inceptum unum monasterium pro monialibus nostri Ordinis”; “Monasterium [novum Sancti Bernardi de Portallegre] nondum erat integre constructum, sed elegantissime inceptum claustrum inferius et superius, dormitorium quoque refectorium consummata singulariter”⁸⁰.

Por fim, na *Peregrinatio Hispanica* regista-se, ainda, com interesse para este trabalho, que, em 1532, o mosteiro de Odivelas havia sido danificado por causa do terramoto que sacudira o reino em 1530: “Quod a duobus annis per terremotum qui generaliter in toto regno contigerat mirabiliter fuerat damnificatum”⁸¹.

Notas finais.

Impõe-se que procuremos tecer algumas considerações finais.

Importa, antes de mais, dizer que a documentação de mosteiros de monjas cistercienses não inclui referências apenas a obras realizadas ou a realizar nos edifícios dos próprios mosteiros. Não sendo frequentes, por vezes encerra menções expressas a obras que se deviam realizar em casas nobres (e à forma como deviam ser realizadas). Abordámos um caso relativo ao paço de Berengária Aires de Gosende, em Almoester, mas o mesmo sucede, por exemplo, na sequência de partilhas em que um paço senhorial era dividido por dois herdeiros, facto que implicava o encerramento de portas interiores, para impedir a circulação para a outra parte do paço, a abertura de uma nova porta principal, de acesso ao exterior, para aquele que ficou com a parte de trás do paço e, obviamente, a construção de uma nova entrada na sua parte da quintã⁸². Estamos

⁸⁰ BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica*. Tomo II, pp. 510 e 582.

⁸¹ BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica*. Tomo I, p. 356, de 5 de agosto de 1532.

⁸² São várias as cartas de partilhas que envolvem a divisão de paços ou de quintãs, com a obrigação de abrir ou tapar portas, sendo algumas mais pormenorizadas do que outras. Citamos, a título de exemplo, as seguintes: Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, mç. 3, n.º 12, de 24 de março de 1292, publ. por ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa de – *O Mosteiro Cisterciense de Arouca. Comunidade e Património (1300-1317)*. Vol. II. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003, doc. 128 (datando-o, por lapso, de 1262) [Dissertação de Mestrado]; Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, mç. 10, n.º 35, de 9 de outubro de 1306, publ. por ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa de – *O Mosteiro Cisterciense de Arouca...*, Vol. II, doc. 83; e Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, mç. 1, n.º 22, de 20 de outubro de 1332. Ainda no âmbito de partilhas, em 24 de outubro de 1281, João da Teixeira comprometeu-se a fazer uma casa, telhada, tão longa como o paço de Vila Cova, em que pousavam os cavaleiros (Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 6, mç. 5, n.º 13; trasladado parcialmente em Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 4,

perante obras de reconfiguração do espaço construído, face a uma nova realidade, a um novo contexto habitacional.

Há também algumas referências a obras em casas situadas nas imediações de mosteiros, sobretudo do de Arouca, para o qual a documentação é significativamente mais abundante⁸³. Em ambos os casos (dos paços senhoriais e destas casas de Arouca que, sendo do mosteiro, eram entregues aos seus servidores mais próximos para eles aí habitarem), optámos por não tratar tais dados neste trabalho, por dizerem respeito ao mundo rural e por fugirem ao objeto de estudo aqui definido, ainda que, cremos, seja importante registar-se a sua existência.

Convém, igualmente, reconhecer as limitações de um trabalho deste género, que se apresenta como um contributo para o estudo da construção, a partir de um conjunto delimitado de fontes. Na verdade, a natureza dessas fontes, não circunscrevendo as informações disponíveis a edifícios monásticos, como acabámos de ver, não deixa de condicionar a visão sobre o assunto que é aqui tratado de uma forma mais lata, a construção, até porque, tratando-se de referências dispersas na documentação, estas dificilmente permitem construir uma criteriosa visão de conjunto. Para esse efeito, seria, porventura, mais adequado centrar o trabalho numa única obra, mais documentada, ou num único documento, como aquele relativo às obras no claustro da Sé de Lisboa, estudado por José Augusto Oliveira⁸⁴, por exemplo, ou num único fundo documental, ou ainda circunscrito a uma geografia específica, que não é o caso⁸⁵.

mç. 2, n.º 27, de 26 de setembro de 1294, publ. por RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a Nobreza Traja de Branco. A comunidade Cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno Edições, 2003, doc. 130, pp. 444-445, e em Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 4, mç. 2, n.º 26, de 16 de maio de 1337).

⁸³ Como se verifica no documento Lisboa, Torre do Tombo, OC, *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 3, mç. 4, n.º 22, de 18 de abril de 1319, resumido por RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo...*, vol. 2/1, p. 625.

⁸⁴ OLIVEIRA, José Augusto – “Um estaleiro medieval: as obras no claustro da Sé de Lisboa”. In FONTES, João Luís Inglês *et alii* (coords.) – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 177-204.

⁸⁵ Sem pretendermos ser exaustivos, estudos de carácter pontual, local ou regional, para o período medieval, foram já desenvolvidos por GOMES, Saul António – “Materiais de construção na região de Leiria em tempos medievais”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Materiais*. Braga: CITCEM / LAMOP, 2012, pp. 167-192 (vejam-se, ainda, os trabalhos deste autor mencionados na nota 8); CONDE, Manuel Silvio Alves – “Materiais de construção na arquitetura do Médio Tejo nos finais da Idade Média”. In JORGE, Vitor Oliveira (coord.) – *3º Congresso de Arqueologia Peninsular. UTAD. Vila Real, Portugal, setembro de 1999*. Vol. 7. Vila Real: UTAD, 2000, pp. 43-56; ALBERGARIA, Isabel Soares de – “Os homens da construção nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores (séculos XV e XVI). Cargos, funções e organização profissional dos sectores da construção”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Construtores*, pp. 129-150; REAL, Manuel Luís – “Encomendadores e construtores num projecto de integração cultural e inovação estilística: o caso das parcerias na oficina românica de S. Pedro de Ferreira (Portugal)”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Construtores*, pp. 151-172; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV-XVI)”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Construtores*, pp. 99-127; MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo

Feita esta ressalva, consideramos, ainda assim, relevante destacar algumas ideias que resultam do presente estudo ou que para ele concorrem:

1. A construção dos mosteiros prolongava-se por muitos anos e realizava-se por fases, concluindo-se primeiro as principais dependências monásticas, onde o culto tinha lugar e começavam a viver as comunidades, e depois as restantes, de acordo com a disponibilidade financeira das casas ou dos seus benfeitores (os patrocinadores dessas obras)⁸⁶.

2. Este cenário obriga-nos a repensar a imagem que temos dos edifícios monásticos medievais, que correspondiam, em primeiro lugar, às possibilidades das respetivas casas (como, aliás, facilmente se comprova quando estudamos o Mosteiro de Cástris, ou o de Cós⁸⁷, ambos cistercienses, ou ainda, por exemplo, a evolução das instalações da comunidade dominicana do Paraíso de Évora, estudada por João Luís Fontes⁸⁸).

3. O caso de São Bento de Cástris, aqui analisado, permite-nos concluir que é possível alguém financiar obras apenas numa ou em duas alas de um claustro e que é possível um mosteiro manter um claustro inacabado durante décadas⁸⁹,

preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho”. In MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da Construção: os Materiais*, pp. 127-166.

⁸⁶ À “capacidade de financiamento das obras”, para justificar o alongamento das construções monásticas no tempo (ou até a sua inconclusão), Saul António Gomes acrescenta, ainda, problemas associados à “disponibilidade dos materiais adequados aos projetos” e à “oferta da mão-de-obra qualificada e necessária” (GOMES, Saul António – “A construção monástica no Portugal medievo...”, p. 255).

⁸⁷ Como dissemos ao início, o Mosteiro de Cós, por estar implantado no mundo rural, não foi contemplado neste estudo. Mereceu, porém, a nossa atenção noutra local, particularmente as questões relativas ao espaço edificado (RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I...”, pp. 181-208; e RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II...”, pp. 205-229).

⁸⁸ Numa interessante memória, de 1530-1533, conservada no Mosteiro do Paraíso de Évora, sobre as respetivas origens, apresenta-se uma descrição das suas instalações iniciais, onde se lê: “era esta casa tam piquinina que toda Junta com seu oratório e oficinas cabiam naquela soo casa que agora he coro de baixo”. Segundo João Luís Fontes, “aí tinham dormitório comum e casa de teares e oficinas, associadas ao trabalho manual” (FONTES, João Luís Inglês – “Ordenar na Observância: Traços e Memória do Processo de Institucionalização do Mosteiro Dominicano do Paraíso de Évora”. In GOUVEIA, António Camões; NUNES, José; FONTES, Paulo (eds.) – *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*. Lisboa: CEHR-UCP – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2018, pp. 47-59, em particular a p. 56).

⁸⁹ Basta, aliás, atentar à descrição do Mosteiro de Ermelo feita por Frei Claude de Bronseval, em que se diz que se viam vestígios de grandes construções que, em tempos, haviam sido iniciadas para o dormitório, a sala do capítulo e o refeitório, e que nunca chegaram a ser concluídas (BRONSEVAL, Frei Claude de – *Peregrinatio Hispanica*. Tomo II, pp. 534-536, de 20 de janeiro de 1533: “Ex parte australi videntur aliqua initia quondam fuisse magnorum edificiorum pro dormitorio, capitulo, refectorio, sed nichil videtur unquam fuisse perfectum”). Para uma síntese do estado dos edifícios monásticos visitados pelo abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, veja-se MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “Bronseval revisitado ou o saldo da medievalidade nos mosteiros cistercienses portugueses”. In *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 309-327.

o que, transposto para a realidade de Santa Maria de Celas, em Coimbra, ajuda a desconstruir alguma argumentação que tem vindo a ser apresentada sobre o seu claustro e que se baseia impossibilidade de determinadas soluções, que alguns autores consideravam ser inaceitáveis, mas que, aparentemente, não são. Falamos, em concreto, da dimensão do claustro e da disposição dos capitéis decorados. Na verdade, não é impossível que, durante muito tempo, apenas o espaço claustal que corresponde às duas alas onde atualmente se encontram os capitéis estivesse alpendrado. Resultaria, obviamente, dos condicionalismos económicos da casa, que, apesar de ter sido fundada por uma filha do rei D. Sancho I, à semelhança de Lorvão e Arouca, nunca se lhes comparou em riqueza e grandeza. É, aliás, algo que se confirma pela taxaço de 1320/1321, já mencionada neste trabalho: entre as suas congéneres cistercienses, não só as 1000 libras de Celas ficam muito abaixo das 5000 de Lorvão ou das 9000 de Arouca, como, note-se, ficam igualmente abaixo das 1100 de Almoester e das 2000 de Odivelas, comunidades que haviam sido recentemente fundadas (em 1289 e 1295, respetivamente), ao contrário da de Celas, que deu os seus primeiros passos na década de 20 do século XIII, mas em que a morte prematura da sua fundadora condicionou, de forma indelével, o seu sucesso. Com esta possibilidade, em nosso entender, cai por terra a ideia de que o claustro teria, necessariamente, de ser constituído por quatro pequenas alas, com metade da dimensão das atuais, pelas quais se distribuiriam todos os capitéis que se conservam (i.e., 6 colunas duplas por galeria). E, em nosso entender, devemos ponderar a possibilidade de, numa primeira fase, terem sido construídas apenas duas alas do claustro (as que incluem os capitéis figurativos), não excluindo, como é óbvio, a hipótese, igualmente plausível, proposta por Carla Varela Fernandes, da coexistência destas duas alas, em pedra, com outras duas em madeira. Concordamos, por isso, com esta autora quando afirma que “as duas alas compostas por colunas e capitéis totalmente sem decoração e tão diferentes dos anteriores [...] correspondem a um acrescento posterior – do século XVI – que vieram aumentar ou, como me parece mais provável, finalizar a construção das alas de pedra do claustro”⁹⁰. Consideramos, assim, mais uma vez alinhados com Carla Varela Fernandes, que o espaço do claustro existiu e seria usado pela comunidade, ainda que, no início, não estivesse alpendrado, como vimos que também sucedeu no Mosteiro de São Bento de Cástris, onde os recursos económicos não abundavam.

4. A documentação analisada (pelo menos aquela que até agora encontramos) não é rica no que se refere à mão-de-obra ou aos materiais usados, nem tão-pouco aos respetivos custos. Fornece, ainda assim, alguns elementos relativos à origem dos materiais: atesta-se a posse de uma pedreira em Montes Claros, junto a Coimbra, por parte das monjas de Santa Maria de Celas, de onde poderá ter saído a pedra usada

⁹⁰ FERNANDES, Carla Varela – *Santos, Heróis e Monstros...*, p. 23.

nalgumas das obras realizadas no mosteiro, e, como vimos também, a pedra usada em São Bento de Cástris devia ser da comarca. Colhemos ainda alguns, poucos, pormenores construtivos: o alpendre de Cástris devia ter colunas, com bases, fustes e capitéis bem lavrados, de pedra.

5. Por fim, percebemos que o caderno de encargos das obras era, muitas vezes, feito por alusão a outras obras já concluídas, que serviam, assim, de referência, como vimos acontecer no paço de Almoester, que deveria replicar o trabalho efetuado no paço régio de Frielas, ou na obra contratada para o Mosteiro de Chelas, que seguiria o modelo da sala do prior do Hospital que estava em São Brás, na cidade de Lisboa.

A terminar, esperamos, pois, que tais elementos, depois de cruzados com outros, possam contribuir, de alguma forma, para o estudo da construção, de uma forma geral, ou, pelo menos, para o estudo de alguns dos edifícios aqui abordados.

The mosque as a learning space in 11th century al-Andalus

*Ana Miranda*¹

Abstract

The mosque has been one of the main spaces for knowledge transfer, from the primary learning levels to the highest. In al-Andalus, the fall of the Cordoba-based Umayyad caliphate in 1031, the legitimization of the taifa kingdoms, and the Almoravid conquest led to the multiplication of several political and cultural centres, mostly located in the peripheral regions, such as Gharb and Sharq. Upward social mobility allowed that different layers of the population got an education and attained previously unreachable state positions and a higher social and economic status.

Sources such as compilation of *fatāwā* and treaties evidence tensions between the teaching and the religious role of the mosque. Interaction between the users of such spaces – believers performing their religious duties, schoolmasters, students, and staff who exercised their activities at the mosque – clashed at times. Jurists and other learned men produced texts which sought to adjust the mosque's different functions and actors.

Keywords

Knowledge; Teaching; Education; Mosques; Al-Andalus.

¹ LAQV REQUIMTE, CH-ULisboa, UNIARQ.

A mesquita como espaço de aprendizagem no al-Andalus do séc. XI.

Resumo

A mesquita foi um dos principais espaços de transmissão do conhecimento, desde os básicos aos mais elevados. No al-Andalus, a queda do califado omíada de Córdoba em 1031, a legitimação dos reinos de taifas e a conquista almorávida conduziram à multiplicação de vários centros políticos e culturais, maioritariamente localizados nas regiões periféricas, tais como o Gharb e o Sharq. A mobilidade social ascendente permitiu que diferentes camadas da população se educassem e atingissem posições anteriormente inalcançáveis no aparelho de Estado e um estatuto socio-económico mais elevado.

Fontes tais como compilações de fátuas e tratados evidenciam tensões entre o papel educativo e o papel religioso da mesquita. A interacção entre os utilizadores destes espaços – crentes no desempenho dos seus deveres religiosos, mestres-escola, estudantes, e funcionários que exerciam as suas actividades na mesquita – por vezes colidia. Juristas e outros letrados produziram textos que procuravam ajustar as diferentes funções da mesquita, e os seus actores.

Palavras-chave

Conhecimento; Ensino; Educação; Mesquitas; Al-Andalus.

Introduction.

A document from Qayrawan (approx. late 10th-early 11th century) describes an apprehensive father with insufficient resources to provide for his offspring's education, who asks for a jurist's advice: can he enrol only his younger children in school, while the older ones will learn a craft instead? The mufti's answer is favourable: "He can do so. He is not forced to educate them, but such is preferable"².

This situation highlights the importance of knowledge in Islam and how even the most underprivileged perceived it as a key ingredient in a Muslim's upbringing. The importance of education stems from the central role of knowledge in Islam. God is the source of all knowledge and mankind, by using intellect, can comprehend and adopt the God-emanated precepts revealed to Prophet Muḥammad, in order to achieve Salvation.

² Al-WANŠARISĪ – *Histoire et société en Occident musulman au Moyen Âge: Analyse du Mi'yār d'al-Wašarīsī*. Trans. LAGARDÈRE, Vincent. Madrid: Casa de Velázquez, 1995, p. 307.

Religious knowledge deals with immortality and the with the necessary requirements to achieve it. It rests in the study of the Quran, *ḥadīth*, theology, and law. God has manifested to mankind through the Arabic language. Therefore, literary sciences are also included in this branch. On the contrary, non-religious knowledge deals with the mundane, the earthly, and the ephemeral. Consequently, it entails sciences inherited from the Antiquity, known as “sciences of the Ancients”, such as Medicine, Astronomy, or Philosophy. However, the religious sciences are considered more important since they deal with Salvation³.

Al-Ġazālī (d. 1111) established the difference between holy sciences, which “come from the prophets”, and profane sciences, which “come from reason, such as arithmetic; from experience, like medicine; or audition, like language”.⁴ Despite differences, all knowledge is complementary. According to Ibn Ḥazm (d. 1064), there should be cooperation between different skills “in the same way that people cooperate with each other in building a house”.⁵ Al-Ġazālī advised that students should start by studying praiseworthy sciences and progress from there, because “science is, by necessity, so tidy, that each branch prepares to other, and each branch leads to another”⁶.

A few studies have already addressed the role of the mosques in education in al-Andalus. Juan Ribera approached the subject in his study on the transfer of knowledge in al-Andalus, from the primary to the superior levels. However, Ribera focused on the teaching contents, and on statal interference in the world of knowledge, and did not provide a systematic insight regarding the teaching spaces⁷.

Manuela Marín’s article on learning in mosques focuses on a 10th century *fatwā*, which refers to an alleged incompatibility between the religious and the teaching functions of the mosque. The muftis who issued the said *fatwā* posed no obstacles for learning and discussion meetings to happen in the mosque. A few centuries after, the mufti Ibn Sahl (d. 1093) attached some comments which underlined that such

³ There are a few exceptions. The catalogue of the sciences of the Persian philosopher al-Fārābī (d. 338/950) places the “sciences of the Ancient” side by side with the religious sciences. See AL-FĀRĀBĪ – *El catálogo de las ciencias. Iḥṣā’ al-’ulūm*. Trans. GONZÁLEZ PALENCIA, Ángel. About the several classifications of sciences see GRUNEBBAUM, Gustave E. von – *Medieval Islam: A Study in Cultural Orientation*. Chicago, London: University of Chicago Press, 1953, pp. 40-42.

⁴ AL-ĠAZĀLĪ – *Book of knowledge [Kitāb al-’ilm]*. Trans. Nabih Amin Faris. New Delhi: Islamic Book Service, 1962, pp. 29-30.

⁵ IBN ḤAZM – *Categories of the Sciences [Marātib al-’ulūm]*. Trans. CHEJNE, Anwar G. Chicago: Kazi Publications, 1982, 208. The Cordovan scholar lived according to such premise, and he produced studies on law, Tradition of the Prophet, Quran History, Theology, Genealogy, Philosophy, Prose, Poetry, and Medicine. For a global perspective on Ibn Ḥazm’s life and work see PUERTA VILCHEZ, J. M.; GUERRERO, R. Ramón – “Ibn Ḥazm, Abū Muḥammad”. In LIROLA DELGADO, Jorge; PUERTA VÍLCHEZ, José Miguel (ed.) – *Biblioteca de al-Andalus 3* (2004), pp. 392-443. Almería: Fundación Ibn Tufayl.

⁶ AL-ĠAZĀLĪ – *kitāb al-’ilm*, pp. 120-129.

⁷ RIBERA Y TARRAGÓ, Juan – *La enseñanza entre los musulmanes españoles*. Córdoba: Imp. La Comercial, 1925.

meetings should be presided by credited scholars⁸. According to Marín, the plaintiff was probably an ascetic “who was disturbed by the assembly of scholars and who held the opinion that mosques were places dedicated exclusively to devotional practices”⁹. Ibn Sahl’s remarks may indicate a growing number of situations starring preachers who delivered unorthodox sermons at the mosque.

Nevertheless, other aspects regarding the the overlapping roles of the mosque rest insufficiently explored, namely, the relation between the growing number of literate people and its impact on the social space of the mosque. In early 11th century, the *fitna*, the civil war between different factions which sought to attain the caliphate of al-Andalus, pushed many scholars, such as Ibn Ḥazm, away from Cordoba.¹⁰ Libraries were scattered all over al-Andalus¹¹. The decline and downfall of the caliphate and the multiplication of political centres – petty or taifa kingdoms – led to the multiplication of cultural centres as well. Taifa kings needed scholars to address the organisational and symbolic requirements of ruling.

According to Ignaz Goldziher, “The development of scientific knowledge under the Abbasids in the 2nd century AH naturally carried with it a corresponding advance in preparatory education”¹². In al-Andalus, the growing number of ‘*ulamā*’, especially from the 11th century onwards, is likely to have prompted the development of the primary schooling levels. This research explores the mosque as a place of knowledge transmission and seeks to study the impact of the 11th and 12th cultural development on this both religious and learning space.

Studying and praying at the mosque.

Albeit being a space usually associated to an exclusively religious function – a place of prayer, sermons, and rituals – the mosque has also a political, administrative, and economic function. The mosque hosts ceremonies which seek the ruler’s consecration as leader of the community such as the *bay‘ah*. The caliph has also his name invoked in the *ḥuṭba*, the sermon during the Friday noon prayer. Some judges executed their professional duties at the mosque¹³. Notaries practised their activities at the mosque

⁸ MARÍN, Manuela – “Learning at mosques in al-Andalus”. In MASUD, M. Kh, MESSICK, B. and POWERS, D. (ed.) – *Islamic Legal Interpretation: Muftis and Their Fatwas*. Cambridge, Mass./Londres: Harvard University Press, 1996, p. 47-54.

⁹ MARÍN, Manuela – “Learning at mosques in al-Andalus...”, p. 50.

¹⁰ In his *Ṭawq al-Ḥamāmah*, Ibn Ḥazm describes the circumstances of his father death and the persecution his family was subjected, which led him to temporarily abandon Cordoba. See IBN ḤAZM – *El collar de la paloma [Ṭawq al-ḥamāma]*. Trans. Emilio García Gómez. Madrid: Alianza Editorial, 2008, pp. 266-268.

¹¹ SA‘ĪD AL-ANDALUSĪ – *Libro de las Categorías de las Naciones (Vislumbres desde el Islam clásico sobre la filosofía y la ciencia) [ṭabaqāt al-umam]*. Trans. Filipe Maíllo Salgado. Madrid: Ediciones Akal, 1999, p. 125.

¹² GOLDZIHHER, Ignaz – “Muslim Education”. In *Education and Learning in the Early Islamic World*. Routledge, 2012, p. 224 [199].

¹³ IBN ‘ABDŪN – *Sevilla a comienzos del siglo XII: el tratado de Ibn ‘Abdūn [Risāla fī l-qaḍā’ wa-l-ḥisba]*.

and other public places wherever they could make themselves visible to potential clients¹⁴. Finally, the mosque has an economic function. It generates employment in activities such as cleaning, illumination, and overall maintenance. The *sūq* is in the main mosque's surroundings. Rules regarding construction and other productive activities are available at the mosque.

Given the religious imprint of all knowledge, the pivotal role of the mosque in several aspects of the community's life, the mosque was the geographical centre around which public activity revolved, and the main place in which knowledge transmission occurred. Claude Gilliot asserts: "It seems that Muḥammad and his Companions were quick to consider the mosque as both a house of worship and their place of assembly". One *ḥadīth* attributed to Muhammad states: "He who enters a mosque either to teach or to be taught is like a warrior who fights for God."¹⁵

Usually, the teacher sat on the ground – and less often on a pillow or a bench – in a circle, with his back against a pillar, faced to the *qiblah*, in the direction of Mecca¹⁶. There were rules regarding being in a circle, such as the prohibition of forcing someone to get up and take his place¹⁷. It was recommended that students sat with knees drawn up or with legs folded¹⁸.

The reconstruction of the educational path raises some difficulties. Firstly, the existing first-person testimonies are from members of the elites and, therefore, they may not reflect the experience of the overall population. Secondly, sources which can provide a transversal perspective on society, such as compilations of *fatāwā* – such as al-Wanšarīs – are scarce and leave some geographies and chronologies – such as the early Andalusī period – underrepresented. Thirdly, medieval Islamic scholars did not entirely agree on the syllabus. The competition between religion and language raised a debate regarding the role of the Arabic language in the religious knowledge, and whether it should be or not the first milestone on children's education.¹⁹ Regardless of such limitations, it is possible to build an outline of what could have been the children's educative path.

The first stage was of female responsibility, namely mothers and other women of the domestic hub. According to Ibn Ḥazm (d. 1064):

Trans. E. Lévi-Provençal and Emilio Garcia Gomez. Sevilla: Servicio de Publicaciones del Ayuntamiento de Sevilla, 1992, p. 62.

¹⁴ RIBERA Y TARRAGÓ, Juan – *La enseñanza entre los musulmanes españoles...*, p. 46.

¹⁵ GILLIOT, Claude – "Introduction". In *Education and Learning in the Early Islamic World*. Routledge, 2012, pp. XXXI-XXXII.

¹⁶ MELCHERT, Christopher – "The etiquette of learning in the early Islamic study circle". In GILLIOT, Claude (ed.) – *Education and Learning in the Early Islamic World*. Routledge, 2012, pp. 33-36.

¹⁷ MELCHERT, Christopher – "The etiquette of learning...", p. 37.

¹⁸ The Prophet forbade one to draw up the knees if one was wearing only one garment and, therefore, liable to expose his private parts. See MELCHERT, Christopher – "The etiquette of learning...", p. 38.

¹⁹ Ibn Ḥaldūn discussed teaching contents in al-Andalus and in the East. See IBN ḤALDŪN – *Discours sur l'Histoire universelle. Al-Muqaddimah*. Trans. Vincent Monteil. Sinbad, 1967, pp. 941-945.

“I was raised in their [of the women] lap and I grew up in their company, without knowing anyone else but them, and without dealing with men until I reached puberty, and the down began to shade my cheeks. They taught me the Quran, recited me not few verses, and trained me to have a good handwriting.”²⁰

Women could only participate in a man’s education until his puberty. After that it was considered harmful. Ibn al-Kardabūs (d. 1179) described king al-Qādir, of the taifa of Toledo, as “weak and of little knowledge” because he was raised “in the laps of women and nursemaids”²¹.

Children should be taught to repeat the *ṣahādah* as soon as they began to speak. At the age of seven, they were supposed to know the *ṣalāt*, and they were sent to school to be instructed in the Quran. Youngsters should be taught other religious precepts, such as the different kinds of washings, and the prayers to be performed at the mosque. They were instructed in the rudiments of arithmetic, legends of the prophets, anecdotes of godly men, and ethical poetic pieces²². Moreover, they should practice their writing, by recording passages of the Quran in tablets (*alwāḥ*, sing. *lawḥ*)²³.

A Richard Bulliet’s quantitative study on the notables of Nishapur concluded that children started their education outside their household by the time they were, in average, 7 and a half years old. Based on some known situations in al-Andalus, education on more complex matters started earlier whenever there was already an *‘ālim* in the family. The Murcia grammarian and lexicographer Ibn Sida (d. 1066) had his father as teacher²⁴. Such circumstance might have favoured his learning path, considering that by the age of 6 he already knew the Quran by heart. Also, Cordovan poet Ibn Zaydūn’s grandson (d. approx. 1071) studied with the most prominent teachers of his time when he was only 4²⁵.

Those who were not benefited with such family background had their primary education conducted in small schools called *katātib* (sing. *kuttāb*), frequently located

²⁰ IBN ḤAZM – *El collar de la paloma [Tawq al-ḥamāma]*, p. 174.

²¹ IBN AL-KARDABŪS – *Historia de Al-Andalus [Ta’rīḥ al-Andalus]*. Trans. Felipe Maíllo Salgado. AKAL, 2015, p. 98.

²² GOLDZIHHER, Ignaz – “Muslim Education...”, p. 226 [201].

²³ GOLDZIHHER, Ignaz – “Muslim Education...”, p. 225 [200]. According to al-Ġazālī, children should start learning the Quran by the age of seven, which was considered to be the age of discernment (*tamyīz*), which enabled the child “to grasp abstract ideas, including the distinction between good and evil” (GILADI, Avner – *Children of Islam. Concepts of Childhood in Medieval Muslim Society*. London: Palgrave MacMillan, 1992, p. 52). For more on al-Ġazālī’s perspective on child education see GILADI, Avner – *Children of Islam...*, pp. 45-61.

²⁴ SERRANO-NIZA, D. – “Ibn Sida, Abū l-Ḥasan”. In LIROLA DELGADO, J. (ed.) – *Biblioteca de al-Andalus*, 5. Almería: Fundación Ibn Tufayl, 2007, pp. 352-63.

²⁵ SÁNCHEZ RATIA, J. – “Ibn Zaydūn, Abū al-Walid”. In LIROLA DELGADO, J. (ed.) – *Biblioteca de al-Andalus*, 6. Almería: Fundación Ibn Tufayl, 2009, pp. 287-304, p. 298.

in small mosques in the quarters of the city²⁶. It could be also in a room rented by the children's parents, or even on the street²⁷. In either case, it should be done in a public place to prevent any suggestion of scandal. However, the halls of the mosques could not be used for this purpose, as little children might spoil the walls or the floor²⁸. Parents paid for the schoolmaster's – *mu'allim* or *mu'addib* – stipend. Scholars had different opinions about paid religious teaching. Theoretically, "the teacher should have no other design than that of doing a work well-pleasing to God, and thereby attaining nearness to Him"²⁹. However, some '*ulamā*' make concessions. Al-Buḥārī transmitted a saying ascribed to Ibn 'Abbas: "Nothing has a better right to be rewarded than [instruction in] the Book of God". [...] The teacher may on no account negotiate for his wages but may accept what is voluntary given him". Additionally, the teacher "must not let his continuance at work depend rigidly upon his being paid regularly. Should his allowance cease in any case, he must attend all the more zealously to the children of parents who, owing to their poverty, have fallen behind in their payments"³⁰. Al-Ġazālī affirms that the teacher "must not seek remuneration for his services in the name of knowledge, nor accept reward nor thanks" and that "whoever seeks riches through knowledge is like the person who, with the purpose of cleaning his shoe soles, rubbed them against their own face"³¹.

The teachers sent their pupils "ask for alms in his name in the houses in which weddings and births were being celebrated", which was not permitted without parental consent³². They could also receive gifts during the Muslim festivities but never during the Christian's – "in these last ones, he should not accept them and return them to their donors; if he does not know the donors, he must offer them as alms."³³ Ibn 'Abdūn, the inspector of the markets of Seville (d. 1st half 12th century) is very strict towards money-seeking schoolteachers. However, he raises no issues regarding the presence of a paid *faqīh* in the mosque, with the purpose of providing religious guidance: "The *qāḍī* must install an honourable alfaqui in the galleries who indoctrinates the people in religious matters [...], to whom he will assign a stipend"³⁴. Moreover, "no one will be allowed to read in the lower aisles anything other than

²⁶ LANDAU, J. M. – "Kuttāb". In BOSWORTH, C. E.; van DONZEL, E.; LEWIS, B.; PELLAT, Ch. (eds.) – *The Encyclopaedia of Islam*, 5. Leiden: E. J. Brill, 1986, pp. 567-568.

²⁷ AL-WANŠARISĪ – *Mi'yār*, p. 294.

²⁸ GOLDZIHHER, Ignaz – "Muslim Education...", p. 229 [204].

²⁹ GOLDZIHHER, Ignaz – "Muslim Education...", p. 227 [202].

³⁰ GOLDZIHHER, Ignaz – "Muslim Education...", p. 228 [203].

³¹ AL-ĠAZĀLĪ – *Book of knowledge [Kitāb al-'ilm]*..., p. 139.

³² AL-WANŠARISĪ – *Mi'yār*..., p. 303.

³³ AL-WANŠARISĪ – *Mi'yār*..., p. 307.

³⁴ IBN 'ABDŪN – *Sevilla a comienzos del siglo XII: el tratado de Ibn-'Abdūn [Risāla fī l-qāḍā' wa-l-ḥisba]*. Trans. E. Lévi-Provençal e Emilio Garcia Gomez. Sevilla: Servicio de Publicaciones del Ayuntamiento de Sevilla, 1992, p. 35.

the Qur'an and Sunnah traditions. The other sciences will be read in the galleries"³⁵.

Ibn 'Abdūn also had a clear opinion on the schoolmaster's profile and his teaching duties. The schoolmaster "could not be single nor young, but a mature man instead, honoured, religious, of good morals, pious, of few words and not fond of listening to what does not concern him. He cannot attend distant funerals, nor take many days off, nor abandon the children, nor leave them alone unless when they are eating or doing their ablutions. He must stay at his post and take care of his students' affairs"³⁶. Moreover, his work should consist "of making the student learn to recite the Qur'an with harmonious diction, to have a beautiful handwriting and to decompose a word into syllables, and if the student is already older [presumably a teenager], to make him pray as he must, writing him the profession of faith and what is to be said in prayer"³⁷.

According to Goldziher, "the importance attached to the work of the elementary teacher – the person from whom the young received their earliest knowledge of Allah – is by no means reflected in his social status". Teachers were universally spoken of as a stupid and brainless class: "Seek no advice from teachers, shepherds, or those who sit much among women [...] for God has deprived them of reason and withheld His blessing from their trade"³⁸. The author states that, in al-Andalus, as in Sicily, the teacher's function was higher valued "due in great measure to the flourishing system of elementary education that had grown up in the western kalifate"³⁹. Nevertheless, Ibn 'Abdūn's hisba treaty attests to the opposite. Although sovereigns chose renowned teachers to teach their offspring, schoolmasters were still disregarded⁴⁰. Ibn 'Abdūn heavily criticises their intellectual skills: "most schoolmasters are ignorant regarding teaching, because knowing the Quran by heart is one thing, and teaching it is quite another"⁴¹.

³⁵ IBN 'ABDŪN – *Risāla fī l-qaḍā'*..., pp. 85-86.

³⁶ IBN 'ABDŪN – *Risāla fī l-qaḍā'*..., pp. 92-93.

³⁷ IBN 'ABDŪN – *Risāla fī l-qaḍā'*..., p. 91. During the 9th century, both Ibn Saḥnūn (d. 854, Qayrawan) and al-Jāḥiẓ (d. 868, Basra) had already addressed this topic on *Kitāb Ādāb al-mu'āllimīn* [*Book of Rules of Conduct for Teachers*], and on *Kitāb al-mu'āllimīn* [*Book of the Teachers*], respectively, in which they dealt with matters such as teaching contents and methods, physical punishments, and good manners at class. See GÜNTHER, Sebastian – "Advice for teachers: the 9th century Muslim scholars Ibn Saḥnūn and al-Jāḥiẓ". In GÜNTHER, Sebastian (ed.) – *Ideas, Images, and Methods of Portrayal: Insights into Classical Arabic Literature and Islam*. Brill, 2005, pp. 89-128.

³⁸ GOLDZIHHER, Ignaz – "Muslim Education", p. 226 [201].

³⁹ GOLDZIHHER, Ignaz – "Muslim Education", p. 227 [202].

⁴⁰ MARÍN, Manuela – *Individuo y Sociedad en al-Andalus*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992, p. 154; AL-WANŠARISĪ – *Mi'yār*..., pp. 247, 285-6, 294-5 and 303). See GHERSETTI, Antonella – "Primary Schoolteachers between Jidd and Hazl: Literary Treatment of Educational Practices in Pre-modern Islamic Schools". In GÜNTHER, Sebastian (ed.) – *Knowledge and Education in Classical Islam. Religious Learning between Continuity and Change*, vol. 1, 488-515. Leiden; Boston: Brill: 2020, pp. 501-510.

⁴¹ IBN 'ABDŪN – *Risāla fī l-qaḍā'*, p. 91-2. However, some of the most renowned scholars began their academic career as schoolmasters. Such is the case of Ibn Saḥnūn, "who taught the Quran in a simple building rented for this particular purpose". GÜNTHER, Sebastian – "Advice for teachers...", p. 92.

Regardless of the teachers' bad reputation, they were pivotal in a Muslim's education. In Tunisia, a corporal punishment was prescribed to anyone who cursed someone's teacher or whoever had taught someone the Quran, meaning that the Quran itself was also targeted. Therefore, "anyone who curses the Quran deserves death."⁴² Such respect for the teacher also extended to the higher studies. In the master-disciple relationship, the "educational authority" of the teacher is more important than the teaching content⁴³. Conformity and obedience to the *autoritates* is encouraged, and the student must never "overstep the teacher, but trust him in the conduction of his affairs and submit to his advice", while the teacher must treat his pupils "as if they were his children"⁴⁴.

The information regarding learned men who undertook advanced studies can help assessing the overall increasing importance of knowledge throughout al-Andalus, and the availability of basic teaching. The following data was extracted from the online database *Prosopografía de los ulemas de al-Andalus* (from now on PUA), which was created by a team of experts of the Escuela de Estudios Árabes of CSIC, led by Maria Luisa Ávila. This database is built upon the data collected from biographical dictionaries, which encompasses savants in all types of knowledge and features around 11600 biographies⁴⁵.

The aim of PUA is to study the '*ulamā*' (sing. '*ālim*') who lived in al-Andalus during the 8th-14th century CE⁴⁶. The PUA team considers '*ulamā*' as "the experts in Islamic religious knowledge, whose biographies were collected in biographical dictionaries". However, all scholars with an entry in the biographical compilations were included, even if their expertise was among the "sciences of the Ancients"⁴⁷. This study follows the same concept of '*ālim*'. Throughout this study '*ulamā*' will be used as a synonym of savants, learned men, scholars, and similar concepts which refer to individuals who have dealt with any branch of written knowledge.

Chart 1 refers to scholars who died between the year 100H and 550H, roughly, from the 8th to the mid-12th century. They were divided in 100 lunar year groups, according to death date.

⁴² AL-WANŠARISĪ – *Mi'yār...*, p. 39.

⁴³ MEDIANO, Fernando R. – "El género biográfico árabe: apuntes teóricos". In ÁVILA, María Luisa and MARÍN, Manuela (eds.) – *Biografías y género biográfico en el Occidente Islámico*. Madrid: Editorial CSIC - CSIC Press, 1997, pp. 17-34, p. 28.

⁴⁴ AL-GAZĀLĪ – *Kitāb al-'ilm*, pp. 120-129, and 138. In practice, some teacher-student did occur. For instance, Iṣḥāq b. Ibrāhīm al-Mawṣilī threatened to death his disciple Ziryāb, who, fearing for his life, headed West and reached al-Andalus. Iṣḥāq might have affirmed: "If it was not because of the teaching bond which unites, I would have finished with your life without further preamble". See IBN ḤAYYĀN – *Crónica de los emires Alḥakam I y 'Abdarrahmān II entre los años 796 y 847 (Almuqtabis II-1)*. Trans. Mahmud 'Ali Makki and Frederico Corriente. Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001, p. 197.

⁴⁵ <https://www.eea.csic.es/pua/info/proyecto.php>

⁴⁶ <https://www.eea.csic.es/pua/info/proyecto.php>

⁴⁷ <https://www.eea.csic.es/pua/info/proyecto.php>

Chart 1 – ‘*ulamā*’ of al-Andalus by century.

Years H	Number of ‘ <i>ulamā</i> ’
0-100	2
101-200	45
201-300	339
301-400	1180
401-500	1292
501-600	1988

Chart 2 is the table of chronological equivalences between Islamic calendar and political period in al-Andalus.

Chart 2 – Chronological equivalences: Islamic calendar, approximate CE century, and political period in al-Andalus.

Islamic calendar	Approx. CE century	Political period in al-Andalus
0-300H	8 th -9 th century	Emirate
301-400H	10 th century	Caliphate
401-500H	11 th century	Fitna and taifa period
501-600H	12 th century	Berber Empires (Almoravid and Almohad)

After the fall of the Umayyad caliphate in 1031, knowledge transmission centres spread throughout al-Andalus towards its peripheries. The collapse of the caliphate and the legitimization of around 30 independent kingdoms favoured the reproduction of the Umayyad court model at a local scale. Such geographical dissemination was emphasised during the period that al-Andalus was ruled from the Maghreb by the Almoravid and Almohad Berber dynasties. According to **Chart 1**, there is a growing number of ‘*ulamā*’ since the emiral until the end of the Almohad period, mostly during the caliphate (with 1180 learned men) and the Almoravid/Almohad period (with 1988 learned men).

Caliph al-Ḥakam II started the first known attempt in al-Andalus in providing basic schooling for the underprivileged population. According to the 11th century

chronicler Ibn Ḥayyān (d. 1075), the caliph stipulated that the rents from the saddle stores located at the market of Cordoba would be channelled to pay for “the education of the children of the poor and the deprived” of the city⁴⁸. Such initiative cannot be discarded from the caliph’s own proverbial interest in culture and education, along with an interest in displaying the image of a generous ruler.

After the fall of the caliphate, stories in which knowledge may have prompted upward social mobility became more frequent. The vizier and poet Ibn al-‘Ammār (d. 1086) is depicted as someone who had no prior connection to the learned elites. Abū al-Walīd al-Bāḡī (d. 1081) is portrayed as someone who financed his own travel to the East, by working as a guard, a domestic, and a poet⁴⁹. During the Almoravid period, the father of Ibn al-‘Arīf (d. 1141) wanted him to become a weaver. Ibn al-‘Arīf, however, was a failure at it, because all he wanted to do was reading books⁵⁰. The Valencia-born poet Ibn al-Zaqqāq (d. 1133-4 or 1135-6) was the son of a shoe seller who disapproved his late-night studies, because he could not afford the oil for illumination⁵¹.

Such examples suggest that by the 11th century, an increasing number of children with no family background in the world of knowledge had access to education. Considering that most of the primary teaching was undertaken in mosques, the presence of children might have produced attrition with the remain mosque-goers.

Al-Wanšarisī’s *fatāwā* compilation indicates tensions between the religious and the teaching role of the mosque. In Cordoba, Ibn Lubāba (d. 926) released a legal opinion regarding the “people who gather in the main mosque to issue *fatāwā* and have meetings”. Such meetings disturbed the Muslims who were there just for praying. Regardless of that, Ibn Lubāba agreed with such meetings⁵².

In *Mi’yār*, al-Wanšarisī did not collect Andalusi legal opinions concerning the teaching of children in mosques dated from the emiral or the caliphal periods. However, in the Maghreb, more precisely in Qayrawan, al-Qābiṣī (d. 1012) responded to someone who complained that, whenever he went to the mosque, he found numerous children attending to classes, and had to seek other suitable place for praying, “because of the dirt on the mats”. Al-Qābiṣī replied that “God has not designed mosques to be money making sites. The said schoolmasters must leave

⁴⁸ IBN ḤAYYĀN – *Anales palatinos del Califa de Córdoba al-Hakam II (360-364 H.)* - ‘Isā b. Aḥmad al-Rāzī. Trans. Emilio Garcia Gomez. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1967, p. 247.

⁴⁹ FIERRO BELLO, María Isabel; J. HAREMSKA; A. HERNÁNDEZ LÓPEZ – “al-Bāyī, Abū l-Walīd”, LIROLA DELGADO, Jorge; PUERTA VÍLCHEZ, José Miguel – *Biblioteca de al-Andalus*, 1. Almería: Fundación Ibn Tufayl, 2012, 233-243.

⁵⁰ LIROLA DELGADO, J. – “Ibn al-‘Arīf, Abū al-‘Abbās”. In LIROLA DELGADO, Jorge; PUERTA VÍLCHEZ, José Miguel – *Biblioteca de al-Andalus*, 2. Almería: Fundación Ibn Tufayl, 2009, 335-343, p. 336.

⁵¹ SALEH ALKHALIFA, W. – “Ibn al- Zaqqāq al-Isbili, Abū al-Ḥasan”. In LIROLA DELGADO, Jorge (ed.) – *Biblioteca de al-Andalus*, 6. Almería: Fundación Ibn Tufayl, p. 253-5.

⁵² AL-WANŠARISĪ – *Mi’yār...*, p. 347.

the mosques and work elsewhere”⁵³. However, in another *fatwā*, the same al-Qābiṣī did not raise any obstacles regarding the people who gather at the mosque after the morning prayer to recite the Quran “if such practise encourages them and helps them to learn and to study”⁵⁴. Therefore, his objection seems to stem from the profit that schoolmasters obtain with their teaching activity.

The same idea appears in some Andalusī sources from the Almoravid period. Al-Turtuṣī (d. 1127) is against schooling children in mosques, due to both the existence of profit and to the fact that “children are very dirty”, while admitting that it is “lawful to take children to the mosque if they are polite and do not cause any disturbance”⁵⁵. Ibn ‘Abdūn does not condemn profit but considers that: “Mosques are houses of God and places of prayer and worship, purer than any other, and therefore no meetings should be held there for anything other than that [for prayer and worship]”. Hence “they should not serve as schools for children since they are not cautious in not getting their feet and clothes dirty. If there is no other solution, let them be taught in the galleries”⁵⁶.

Conclusion.

Knowledge has a key role in Islam, as it enables the individual to overcome mortality and achieve Salvation. Both the teaching of the Islamic rituals and precepts and the overall degree of education of the Andalusī population reflect an ongoing religious conversion, and acculturation process. The increasing number of ‘*ulamā*’ in al-Andalus, mostly since the Umayyad caliphate period, and its geographical dissemination since the taifa period, evidences such evolution and the growing importance of education among the Andalusī society.

Such development was possible by the existence of a schooling system – first in the main Andalusī cities such as Cordoba, and after the taifa period, in the Andalusī peripheral cities – which addressed the basic educational needs of the population. As the educated population increased, so did the number of ‘*ulamā*’, or experts in higher studies (particularly, religious studies), which was reflected on upward social mobility.

The spreading of education in al-Andalus put pressure in the space of the mosque, which had a mainly religious function. Young children caused disturbance, which was not compatible with the much-needed tranquillity to perform the religious

⁵³ AL-WANŠARISĪ – *Mi’yār...*, parag. 12.

⁵⁴ AL-WANŠARISĪ – *Mi’yār...*, p. 464.

⁵⁵ AL-TURṬUŠĪ – *Kitāb al-ḥawādīṭ wa-l-bida’* (El libro de las novedades y las innovaciones). Trans. Maribel Fierro. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto de Cooperación con el mundo árabe, 1993, p. 150.

⁵⁶ IBN ‘ABDŪN – *Sevilla a comienzos del siglo XII: el tratado de Ibn ‘Abdūn [Risāla fī l-qaḍā’ wa-l-ḥisba]*. Trans. E. Lévi-Provençal and Emilio García Gomez. Sevilla: Servicio de Publicaciones del Ayuntamiento de Sevilla, 1992, p. 90.

duties. Furthermore, most scholars condemned the teaching of the Quran and of other religious matters for money, which degraded the already low schoolmaster's status, and made them "mercenaries of knowledge".

It is also possible that working with "dirty" and "noisy" children, in a religious milieu in which cleanness and discretion are key ingredients, can be understood as a mere continuation of the female educative work as described by Ibn Ḥazm. On the contrary, the more advanced educative work undertaken with older students, whose conduct was expected to closely meet the social and religious precepts, was considered more praiseworthy, and suitable to be delivered at the mosque.

Both taifa and Almoravid period may have been a turning point in which such tensions within the mosque became clearer. Later developments in the educational system, which culminated with the establishment of the Madrasa Yusufiyya (f. 1349, Granada) can be seen as ways of addressing a growing demand for knowledge which the mosque could no longer entirely fulfil and leave its original religious function unharmed.

A obra agora disponibilizada ao público, organiza-se em seis secções – *Os rostos da construção: assalariados, mestres e outros; Abastecimento de matérias-primas de construção; O financiamento das obras; A construção e reconstrução no espaço urbano; Edifícios militares; Edifícios religiosos* – que procuraram organizar os textos de forma coerente, numa estrutura que constitui uma proposta que pretende ainda ter presente a complexidade de algumas temáticas, o cruzamento de tipologias documentais diversificadas e, simultaneamente, valorizar as distintas metodologias e perspetivas de investigação desenvolvidas pelos autores. As três primeiras glosam os elementos estruturantes da construção medieval: a mão de obra, as matérias-primas e o financiamento. Enquanto a quarta secção permite uma reflexão sobre as vicissitudes dos ritmos e da dinâmica construção/reconstrução tão presentes na Idade Média, as duas últimas centram-se nas tipologias de edificado de maior impacto visual e simbólico na urbe medieval: os edifícios militares e os edifícios religiosos.

Editores, Apresentação.

Apoio:

fct

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

